

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIEDADE E CULTURA NA  
AMAZÔNIA**

**BENEDITO DO ESPÍRITO SANTO PENA MACIEL**

**Tese:**

**HISTÓRIAS INTERCRUZADAS: Projetos, ações e práticas indígenas e  
indigenistas na Província do Amazonas (1850-1889)**

**Doutorado Sociedade e Cultura na Amazônia**

**Manaus-AM, 2015**

**BENEDITO DO ESPÍRITO SANTO PENA MACIEL**

**Tese:**

**HISTÓRIAS INTERCRUZADAS: Projetos, ações e práticas indígenas e indigenistas na Província do Amazonas (1850-1889)**

Tese apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia do Instituto de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Amazonas, como exigência para a obtenção do título de DOUTOR em Sociedade e Cultura na Amazônia.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dra. Patrícia Maria Melo Sampaio

**Manaus-AM, 2015**

**BENEDITO DO ESPÍRITO SANTO PENA MACIEL**

**Tese:**

**HISTÓRIAS INTERCRUZADAS: Projetos, ações e práticas indígenas e indigenistas na Província do Amazonas (1850-1889)**

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Professora Dra. Patrícia Maria Melo Sampaio – UFAM/DH, PPGHS e PPGSCA (Presidente)

---

Professor Dr. Almir Diniz de Carvalho Junior – UFAM/DH, PPGHS e PPGAS (Membro)

---

Professor Dr. Auxiliomar Silva Ugarte – UFAM/DH (Membro)

---

Professor Dr. Francisco Jorge dos Santos – UFAM/DH e PPGSCA (Membro)

---

Professor: Dr. Márcio Couto Henrique – UFPA/PPHS (Membro)

---

Professor: Dr. Hideraldo Lima da Costa – UFAM/PPGHS – (Suplente)

---

Professor Dra. Márcia Eliane de Souza e Mello – UFAM/DH e PPGHS (Suplente)

**Manaus-AM, 2015**

## Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

M152h      Maciel, Benedito do Espírito Santo Pena  
Histórias Intercruzadas : projetos, ações e práticas indígenas e indigenistas na Província do Amazonas (1850-1889) / Benedito do Espírito Santo Pena Maciel. 2015  
316 f.: il. color; 31 cm.

Orientador: Patrícia Maria Melo Sampaio  
Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia) -  
Universidade Federal do Amazonas.

1. Província do Amazonas. 2. História Indígena. 3. Indigenismo. 4. Política Indigenista. 5. Povos Indígenas. I. Sampaio, Patrícia Maria Melo II. Universidade Federal do Amazonas III. Título



## Dedico

À

Breno Matheus, meu filho;

Hadasssa Mayandra, minha filha;

Maria Lunalva, minha esposa;

João e Maria, meus pais (*in memorian*);

e aos povos indígenas do Amazonas, pela  
aprendizagem.

## AGRADECIMENTOS

Minha lista de agradecimentos e de gratidão é longa. Não poderei esgotá-la no espaço que a formalidade de um texto acadêmico possibilita. Ficarei devendo a muitas pessoas que contribuíram direta e indiretamente com minha formação acadêmica e com a feitura desta tese. Mesmo assim vou correr esse risco.

Inicialmente agradeço aos colegas do Colegiado do Curso de Bacharelado em Antropologia do Instituto de Natureza e Cultura, pelo apoio e ajuda, dentro do possível, desde a liberação em março de 2011 até meu retorno em fevereiro de 2015. Agradeço também às coordenações do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia PPGSCA com quem tive contato nestes quatro anos de trabalho. Estendo também meus agradecimentos a todos os funcionários e estagiários do PPGSCA que sempre foram gentis e prestativos quando solicitados e aos colegas do curso de doutorado.

De modo muito particular agradeço aos colegas professores da UFAM, especialmente: Auxiliomar Ugarte, Flávia Melo, Francisco Jorge, Henrique Conceição, Pedro Sena, Rodrigo Reis, Marcilene Cavalcante. Alguns deles estiveram comigo em muitos momentos, inclusive, nos mais difíceis.

De igual modo, agradeço aos colegas servidores da UFAM de Benjamin Constant: Fabíola Lima e Jorge Luís pela colaboração na revisão do texto e, também ao geógrafo Osvaldino pela ajuda na elaboração dos mapas e organização das imagens.

Agradeço à minha família de perto, meus filhos Breno Matheus e Hadassa Mayandra e minha esposa Maria Lunalva e, à família mais distante geograficamente, meus irmãos: Maria da Conceição, José Raimundo e Emílio.

Aos amigos de sempre, Alda Assunção, José Antônio, Graciete Tavares, Dorinethe Bentes, Tatiana Castro, meu eterno obrigado.

De forma muito especial agradeço a minha orientadora Patrícia Sampaio pela confiança, dedicação e cumplicidade em todas as fases deste trabalho, inclusive, naquelas em que eu mais precisei de sua compreensão e generosidade. Minhas fragilidades e limites, bem como minhas opções historiográficas e “teimosias” pessoais a isentam de todos as falhas e imperfeições encontradas neste trabalho.

Quero agradecer também o instigante debate provocado pela Banca Examinadora, cujas contribuições e sugestões se não puderam ser aqui incluídas na sua totalidade por falta espaço e por algumas estarem além da proposta aqui defendida, porém, com certeza todas servirão de estímulo e preocupação para outros trabalhos. A todos, indistintamente, muito obrigado.

Agradeço imensamente à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM) pela bolsa a mim concedida por meio do Programa RH-Interiorização, durante os quatro anos desta pesquisa. Este apoio foi fundamental para meu deslocamento para o local de realização do Curso de Doutorado, para pesquisas em estudos em Campinas-SP, aquisição de livros e outros materiais indispensáveis para a realização da tese.

Por fim, quero registrar meus agradecimentos ao professor John Manoel Monteiro *in memoriam* por ter me aceitado como aluno especial numa de suas disciplinas na Unicamp em 2011, que me possibilitou uma importante oportunidade de trocar conhecimentos e experiências com colegas pesquisadores da temática indígena de várias partes do Brasil. Sua morte completamente inesperada no início de 2012, deixou um espaço difícil de preencher na História Indígena brasileira, uma cadeira vazia nos congressos, bancas e orientações sobre esta temática e, por conseguinte, um pouco mais de responsabilidade a ser compartilhada por todos nós que discutimos a História Indígena. John, é para você também, estas “*Histórias Intercruzadas*” feitas por “brancos” e “índios” na Província do Amazonas.

## RESUMO

Esta tese discute a relação entre os índios e a sociedade brasileira na Província do Amazonas, no período de 1850 a 1889. Neste estudo se conflitam e se complementam dois eixos de leitura: de um lado, a política indigenista pensada, elaborada e executada pelo Estado e seus agentes e, de outro lado, a política indígena gestada e executada pelos diferentes povos indígenas. Essa leitura possibilitou ver a história indígena e do indigenismo na segunda metade do século XIX na Província do Amazonas, não como uma via de mão única, mas como um campo de tensão e de disputa no qual índios e brancos estabeleceram relações conflituosas e de alianças e escrevem uma página importante e singular da história indígena e do indigenismo nesta parte do Imperial. Neste campo de disputa, os projetos do Estado brasileiro pensados nos gabinetes, tiveram sua execução mediada pela realidade local e, portanto, pela participação ou pela rejeição dos índios em diferentes níveis. De igual modo, as ações e reações indígenas em resposta à política oficial ou às ações localizadas de particulares (regatões, viajantes, seringueiros, etc.), não se realizaram sem o consentimento, o apoio, o protesto, a discordância e mesmo as retaliações violentas dos brancos. Desta forma, diferentemente do que propõe a historiografia tradicional os índios não foram apenas vítimas indefesas da política e dos interesses econômicos do Estado e de setores da sociedade brasileira, mas foram agentes ativos da construção da sua história e da própria história da sociedade nacional brasileira na Amazônia. A partir dessas premissas, se analisa os diferentes momentos, instrumentos e práticas tanto dos índios como do Estado e de seus agentes na construção dessa história indígena e indigenista nesta parte do Império do Brasil.

**Palavras-chave:** Província do Amazonas, História Indígena, Indigenismo, Política Indigenista, Povos Indígenas.

## ABSTRACT

This thesis discusses the relations between the Indigenous and Brazilian society in the Province of Amazonas, between 1850 and 1889. In this study, two reading axes are in conflict and complement each other: on the one hand, the indigenous policy conceived, elaborated and executed by the State and its agents, and on the other, the indigenous policy developed and executed by different people and indigenous groups. However, far from being two parallel reading axes, these two aspects made it possible to see indigenous and indigenusness history in the Province of Amazonas, not as a one-way path, in which the State and non-indigenous society were the protagonists, but as a field of tension, alliance and dispute in which the state and society, "Indians" and "whites", write an important and singular page of Indigenous and indigenusness history in this part of the Brazilian Imperial. In this field of dispute, the projects of the Brazilian State thought of in the offices had their execution mediated by the local reality and, therefore, by the participation or the rejection of the Indigenous at different levels. Likewise, the political actions of each ethnic group or indigenous group, as well as the indigenous reactions in response to the official policy or to the localized actions of private individuals (regattas, travelers, rubber tappers, etc.), were not carried out without consent, support, convenience, disagreement and even violent retaliation of the State, its agents and the national society. In contrast to what part of historiography proposes, the Indigenous were not only helpless victims of the politics and economic interests of the State and of Brazilian society sectors, but they were active agents in the construction of their history and of important part of the history of Brazilian society itself in the Amazon in the 19th century. Based on these premises, the different moments, instruments and practices of both the Indigenous and the State and their agents in the construction of this indigenous and indigenusness history in this part of the Amazon and imperial Brazil are analyzed in this thesis.

**Keywords:** Province of Amazonas, Indigenous history, Indigenusness, Indigenous Policy, Indigenous people.

## SUMÁRIO

<b>Lista de Figuras e Imagens.....</b>	<b>XI</b>
<b>Lista de Quadros.....</b>	<b>XII</b>
<b>Abreviaturas e Siglas.....</b>	<b>XIV</b>
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
<b>PARTE I</b>	
<b>“Ao Modo dos Brancos”: Discursos instituições, ações e práticas indigenistas na Província do Amazonas.....</b>	<b>33</b>
<b>Capítulo I - Ideias, discursos e práticas indigenistas na Província do Amazonas.....</b>	<b>34</b>
1.1 Definindo o debate.....	34
1.2 Pelos caminhos das ideias e dos discursos sobre os índios no século XIX.....	37
1.3 Entre a imensidão geográfica e a fragilidade dos números.....	45
1.4 Ideias, instrumentos e práticas indigenistas no Amazonas imperial.....	50
1.4.1 <i>O Corpo de Trabalhadores na Província do Amazonas.....</i>	<i>52</i>
1.4.2 <i>Segurança, fronteira e colonização: os índios e as colônias militares.....</i>	<i>60</i>
1.4.3 <i>Entre patentes, brindes, obrigações e exploração: a ação indigenista de Tenreiro Aranha.....</i>	<i>63</i>
<b>Capítulo II - Para além da letra de uma lei: conflitos, contradições e consensos na execução do Regulamento das Missões na Província do Amazonas.....</b>	<b>76</b>
2.1 Uma contextualização do Regulamento das Missões.....	76
2.2 Desvendando o Regulamento de 1845.....	87
2.3 Organização, temas e problemas do Regulamento de 1845.....	92
2.3.1 <i>Entre a rigidez da lei e a flexibilidade da ação política.....</i>	<i>92</i>
2.3.2 <i>Terra, trabalho e mão de obra indígena.....</i>	<i>104</i>
2.4 A Política Indigenista na Província do Amazonas após a mudança do Regulamento das Missões em 1866.....	116
<b>Capítulo III - Entre o poder temporal e o espiritual: diretores, índios e missionários nas diretorias e nas missões indígenas.....</b>	<b>124</b>
3.1 População e distribuição geográfica das diretorias indígenas da Província do Amazonas.....	125

3.2	Etnografia histórica das diretorias e aldeamentos indígenas do Amazonas.....	135
3.2.1	<i>Região do rio Amazonas</i> .....	136
3.2.2	<i>Região do rio Madeira</i> .....	139
3.2.3	<i>Região do rio Negro</i> .....	150
3.2.4	<i>Região do rio Solimões</i> .....	153
3.2.5	<i>Região do rio Purus</i> .....	165
3.3	As Missões, os aldeamentos e os índios sob a administração eclesiástica de 1866 a 1889.....	167
	<b>Galeria de Imagens</b> .....	179
	<b>PARTE II</b>	
	<b>“Ao Modo dos Índios”: diversidade e diferença, ações e reações indígenas na Província do Amazonas</b> .....	192
	<b>Capítulo IV - Lidando com os brancos: guerras, revoltas e religiosidades como forma de resistência indígena na região do rio Negro</b> .....	198
4.1	Antecedentes históricos, povoamento e recrutamento forçado de índios do rio Negro.....	199
4.2	Baixo rio Negro: Caçada, guerra e tentativa de aldeamento dos Waimiri-Atroari.....	209
4.2.1	<i>As “perigosas reuniões” dos índios do alto rio Negro</i> .....	219
	<b>Capítulo V - Outras faces da resistência: “incursões”, “assaltos” e “correrias” indígenas na região Madeira-Purus</b> .....	231
4.1	Desbravando os “sertões”: notícias e memórias dos rios Madeira e Purus.....	232
4.2	Vidas “errantes”: “ataques” e “correrias” indígenas nos rios Madeira e Purus...	238
4.2.1	<i>Conflitos entre índios e brancos no rio Madeira</i> .....	243
4.2.2	<i>Crimes e criminalizados: índios, regatões e seringueiros no rio Purus</i> .....	249
	<b>Capítulo VI - Quebrando silêncios: invisibilidades e resistências indígenas na calha do Solimões</b> .....	255
6.1	Índios e questão indígena no Solimões colonial.....	255
6.2	Pelas margens do Solimões: conflitos, trabalho, mão de obra e resistência indígena na segunda metade do século XIX.....	265
	<b>CONCLUSÕES</b> .....	278
	<b>Referências</b> .....	288
	<b>APÊNDICES</b> .....	306

## Lista de Figuras e Imagens

<b>Figura 01</b> – Fluxograma das Diretorias de Índios do Brasil Império, 1845-1860.....	93
<b>Figura 02</b> – Posição Hierárquica e Fluxograma da Diretoria Geral de Índios da Província do Amazonas (1851-1866).....	97
<b>Figura 03</b> – Organograma e funcionalidade da Diretoria de Índios do Amazonas a partir da mudança do Regulamento das Missões em 1866.....	121
<b>Figura 04</b> – Distribuição geográfica dos principais povoados indígenas da calha do rio Amazonas, à chegada dos europeus.....	257



## Lista de Quadros

<b>Quadro 01</b> - População da Província do Amazonas na sua primeira década.....	47
<b>Quadro 02</b> - População Indígena aldeada na Província do Amazonas entre 1852-1888.....	49
<b>Quadro 03</b> - Trabalhadores nas obras na capital da Província.....	66
<b>Quadro 04</b> - Correspondências da Diretoria de Índios do Amazonas – 1852-56.....	94
<b>Quadro 05</b> - Lista de “Tuxauas” nomeados no rio Negro pelo governo da Província do Pará (1848-1851).....	102
<b>Quadro 06</b> - Diretores e diretorias indígenas da Comarca do Rio Negro em 1849.....	126
<b>Quadro 07</b> - Diretorias parciais de índios da Província do Amazonas no ano de 1853.....	127
<b>Quadro 08</b> - Diretorias Parciais de Índios da Província do Amazonas – 1856.....	129
<b>Quadro 09</b> - Diretorias e diretores de índios da Província do Amazonas - 1858.....	131
<b>Quadro 10</b> - Situação geral da população indígena nos levantamentos realizados entre 1849 a 1888.....	132
<b>Quadro 11</b> - Mapa Geral das Diretorias Parciais de Índios da Província do Amazonas (1856-1866).....	133
<b>Quadro 12</b> - Localização e população da Diretoria de Índios do rio Abacaxis – 1858	141
<b>Quadro 13</b> - Localização e população da diretoria de Canumá - 1858.....	143
<b>Quadro 14</b> - Mapa das malocas e etnias indígenas da diretoria de índios do Juruá – 1858.....	159
<b>Quadro 15</b> - Diretoria de Índios de Tabatinga - 1858.....	164

<b>Quadro 16</b> - População indígena das missões do alto rio Negro - 1888.....	171
<b>Quadro 17</b> - Conflitos envolvendo as populações indígenas da Província do Amazonas - 1850-1889.....	194
<b>Quadro 18</b> – Índios e agentes responsabilizados pelos conflitos na Província do Amazonas – 1850-1889.....	196
<b>Quadro 19</b> - Localidades e aldeias indígenas do Alto Rio Negro em 1858.....	204
<b>Quadro 20</b> – Aldeias e populações indígenas do rio Uaupés e afluentes em 1853.....	205
<b>Quadro 21</b> – Participação da Província do Amazonas na guerra do Paraguai.....	206
<b>Quadro 22</b> – Principais conflitos envolvendo os índios Uaimiri-Atroari nos RPPAM.....	214
<b>Quadro 23</b> - Relação dos casamentos realizados por frei Gregório José Maria de Bene, missão do rio Uaupés e Içana, 1º trimestre de 1853.....	226
<b>Quadro 24</b> – Populações indígenas e suas ocupações nas vilas e lugares do rio Solimões, década de 1770.....	263

## **ABREVIATURAS E SIGLAS**

APA Arquivo Público do Amazonas

EUA Estados Unidos da América

FAPEAM Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas

ICHL Instituto de Ciências Humanas e Letras

MEC Ministério de Educação e Cultura

PPGHS Programa de Pós-Graduação em História Social

PPGSCA Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia

PWA Programa Waimiri-Atroari

RPP Relatórios de Presidentes de Província

RPPAM Relatórios dos Presidentes de Província do Amazonas

RPPPA Relatórios dos Presidentes de Província do Pará

SPI Serviço de Proteção aos Índios

UFAM Universidade Federal do Amazonas

## INTRODUÇÃO

a) Abordagens e vinculações da temática desta pesquisa.

A temática desta pesquisa, História Indígena e do Indigenismo, constitui por si só um objeto interdisciplinar, uma vez que lida com um problema nas ciências humanas que articula fontes, procedimentos metodológicos, linguagem e reflexões teóricas que advêm de muitas áreas do conhecimento, tais como a Antropologia, a Arqueologia, a História, a Geografia, a Linguística, só para mencionar cinco. Deste modo, descrições etnográficas, achados e datações arqueológicas, classificações linguísticas, mapas, leis, cartas e relatórios administrativos de agentes do Estado são algumas das fontes sobre as quais a História Indígena se apoia para conhecer e produzir uma explicação sobre o passado das sociedades indígenas, bem como sobre as relações que essas sociedades estabeleceram entre si e com o chamado “mundo ocidental”.

O estudo interdisciplinar das problemáticas amazônicas constitui o propósito principal e até mesmo o diferencial do Programa da Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA). Mas as relações entre as diversas áreas do saber, mesmo entre as chamadas Ciências Humanas ou Sociais, não se deram e não se dão sem problemas. Há, ainda, uma arraigada tradição disciplinar na produção nas ciências humanas que se iniciou com a ramificação dessas áreas do saber no século XIX e que, ainda hoje, é alimentada nos cursos de graduação e de pós-graduação, nos espaços editoriais e no próprio mercado de trabalho. Por outro lado, ainda não se avançou muito do ponto de vista metodológico para a produção de um saber interdisciplinar, ou seja, sobre um procedimento metodológico capaz de fazer o pesquisador transitar com segurança entre diferentes áreas do conhecimento. Na maioria dos casos, usam-se fontes ou procedimentos metodológicos de diferentes áreas, mas o produto final acaba sendo disciplinar.

Olhemos, um pouco mais, para as relações estabelecidas por duas áreas que têm maior vinculação com esta pesquisa: a História e a Antropologia. Para o historiador Jacques Revel, trata-se de um “difícil” e “instável” debate que está marcado tanto pela origem, como pela perspectiva teórico-metodológica de ambas as áreas. Para ele, a História como disciplina mais antiga deixou-se marcar pela preocupação com temas mais clássicos como a

política e a economia e, de certa maneira, ostentou essa tradição diante das “novas ciências”, como é o caso da Antropologia. Somente mais tarde, na terceira década do século XX, com o aparecimento da chamada escola dos *Annales*, surgida no ambiente historiográfico francês, a História sofrerá profundas modificações tanto em relação às suas fontes como em seus métodos e postulados.<sup>1</sup> Segundo Revel, enquanto para Durkheim a aproximação das ciências sociais se dá apenas pelo método, para grande parte dos historiadores é o “objeto”, o homem na sociedade, o maior ponto de aproximação.<sup>2</sup>

A História Nova, como ficou conhecido, posteriormente, o movimento historiográfico dos *Annales*, trouxe várias inovações temáticas e principalmente metodológicas e documentais, o que vai acarretar novas relações com o objeto pesquisado.<sup>3</sup> Esse movimento nasceu como “uma revolta contra a história positivista do século XIX”<sup>4</sup> ou contra o paradigma “tradicional” para usar uma expressão de Thomas Kuhn.<sup>5</sup> Essa nova abordagem se pôs na contramão da história tradicional, inovou no que se refere às fontes, métodos e abordagens.

Deste modo, este novo paradigma do fazer História, de certa maneira, opôs uma história “vista de cima”, tradicional, positivista e que buscava os grandes acontecimentos e feitos dos homens ilustres da história, a uma história “vista de baixo”, que procurava dar valor às opiniões das “pessoas comuns”,<sup>6</sup> entre as quais qual se podem incluir: as populações camponesas, os trabalhadores urbanos, as mulheres etc. Mas, de acordo com John Manoel Monteiro, essa mudança ainda não incluía os índios que, “ainda permaneceram basicamente esquecidos pelos historiadores”<sup>7</sup>. De fato, desde as primeiras tentativas de escrita de uma história do Brasil no século XIX, os índios foram colocados à margem, entre

<sup>1</sup> REVEL, Jacques. “História e Ciências Sociais: uma confrontação instável”. In: BOUTIER, Jean e JULIA Dominique (Orgs.). *Passados Recompuestos: campos e canteiros da história*. Rio de Janeiro: UERJ/FGV, 1998, p. 79-90.

<sup>2</sup> REVEL, Jacques. *Idem*, p. 84.

<sup>3</sup> Uma síntese dos principais pontos referentes à metodologia, problemas teóricos e fontes da História Nova está na coletânea dirigida por Jacques Le Goff. Cf. LE GOFF, Jacques (Dir.). *A História Nova*. Tradução Eduardo Brandão, 5ª Edição. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

<sup>4</sup> LE GOFF, Jacques. “A Nova História”. In: LE GOFF, Jacques (Dir.). *Op. cit.*, 2005, p. 36.

<sup>5</sup> KUHN, Thomas. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. Tradução Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. 9ª Edição; 1ª Reimpressão. São Paulo: Perspectiva, 2009. (Debates; 115).

<sup>6</sup> BURKE, Peter. “Abertura: a Nova História, seu passado e seu futuro”. In: BURKE, Peter (Org.). *A Escrita da História: novas perspectivas*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1992, p. 12-13.

<sup>7</sup> MONTEIRO, John Manuel. *Tupis, Tapuias e Historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo*. Tese de livre docência – Etnologia/História Indígena e do Indigenismo. São Paulo: Unicamp, 2001, p. 7.

outras razões, por não terem deixado registros escritos sobre si mesmos.<sup>8</sup> É conhecida dos historiadores dos índios a sentença pronunciada por Adolfo Varnhagen, na metade do século XIX, de que sobre os índios não se podia fazer história, apenas etnografia.<sup>9</sup>

Contudo, essa mudança de rota no campo historiográfico aproximou historiadores e antropólogos. De acordo com Peter Burke, já nos anos de 1960, George Duby, utilizou alguns trabalhos de Malinowski sobre a função dos presentes, para entender a história econômica da Baixa Idade Média. Nas duas décadas seguintes, essa aproximação começa a ganhar contornos mais ambiciosos e emergem os primeiros trabalhos no âmbito de uma “Antropologia Histórica” ou “Etno-História”.<sup>10</sup> Ainda de acordo com Burke, entre os antropólogos mais utilizados pelos historiadores estão: Marcel Mauss, com o fenômeno de dom; Evans-Pritchard, com estudo sobre a bruxaria; Mary Douglas, a partir da construção da ideia de pureza; Clifford Geertz, com seus estudos sobre a briga de galo em Bali; Victor Turner, com suas ideias de “drama social” e Lévi-Strauss, com seu estruturalismo, mas, precisamente, por suas oposições binárias: alto-baixo, claro-escuro e cru-cozido.<sup>11</sup>

Claro que esse é também um “campo minado” e cheio de dúvidas para alguns historiadores. No Brasil essas ideias foram recepcionadas com certas precauções por parte dos historiadores de tradição marxista. Nos anos de 1990, Ronaldo Vainfas, reconheceu que a interdisciplinaridade estava contribuindo para o “aperfeiçoamento do saber e da narrativa historiográfica”, mas alertou que, por vezes, era “mal compreendida” e que, se fosse “levada ao extremo, confundida com transdisciplinaridade, ao invés de entendida como *diálogo entre disciplinas distintas quanto aos métodos e objetos*”, poderia causar “verdadeiros cataclismos teóricos.”<sup>12</sup>

<sup>8</sup> Contudo, esta visão de que os índios não deixaram fontes escritas, hoje, está sendo cada vez mais questionada. Cf. NEUMANN, Eduardo Santos. “A Lança e as Cartas: escrita indígena e conflito nas reduções do Paraguai – século XVIII”. In: *História Unisinos*, vol. 11, nº. 2, 2007, p. 160-172; GONÇALVES, Regina Célia, CARDOSO, Halisson Seabra e PEREIRA, João Paulo Costa Rolim. “Povos Indígenas no período do domínio holandês: uma análise dos documentos tupis (1630-1656)”. In: OLIVEIRA, Carla Mary S. et. alii, (Orgs.). *Ensaio sobre a América Portuguesa*. João Pessoa: Editora Universitária, 2009, p. 39-51.

<sup>9</sup> VARNHAGEN. Francisco Adolfo. *História Geral do Brasil*. Revisão e notas de Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia. V. 1, Tomos I e II, 10ª ed. Integral. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981, p. 24. (Reconquistando o Brasil, nova série ed. especial).

<sup>10</sup> BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989): A revolução francesa da historiografia*. 3ª edição. São Paulo: Editora da Universidade Paulista, 1991, p. 94.

<sup>11</sup> Cf. BURKE, Peter. *O Que é História Cultural*. Tradução de Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005, p. 48-54.

<sup>12</sup> VAINFAS, Ronaldo. “História das Mentalidades e História cultural”, In: CARDOSO C. Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria metodológica*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 145. (O grifo é do autor).

Ciro Flamarion Cardoso chamava a atenção para o perigo de se sair de um modelo marcado pelo caráter rigorosamente formal e, por vezes, cientificista para uma “busca interpretativa culturalmente contextualizada”. Para ele, a História não poderia estar condenada a escolher entre “teorias deterministas da estrutura e teorias voluntaristas da consciência” muito menos a “passar de uma ciência frequentemente mal conduzida” à verdadeira “desconstrução”, ou seja, ao império do “relativismo e da microanálise”.<sup>13</sup> Os questionamentos de Cardoso não estavam direcionados tanto à Nova História como inovação do campo historiográfico e nem mesmo à abordagem interdisciplinar, enquanto diálogo entre disciplinas correlatas, mas para certos exageros que poderiam se acomodar na sombra da transdisciplinaridade e da Micro-história.

Em meio a esse debate, Edgar Neto acrescenta que, como fruto dessas mudanças, o surgimento da História Cultural e da própria Etno-história era um bom exemplo do quanto ainda se podia crescer nesse campo interdisciplinar. Para ele, a origem dessa nova disciplina era fruto de uma mudança nos valores e concepções da sociedade ocidental, que traduzia a derrocada do etnocentrismo cristão europeu e do biologismo do século XVIII, que buscava nas diferenças físicas entre os homens, indícios do seu caráter e de sua personalidade, quando uns eram vistos como naturalmente superiores aos outros, o que legitimou “domínios, tutelas e, eventualmente, extermínios em massa...”.<sup>14</sup>

Na década de 1990, o historiador John Manoel Monteiro, alertou seus pares para o fato da pouca atenção dispensada aos povos indígenas por parte da historiografia brasileira. Para ele, àquela altura, ainda estava prevalecendo a sentença pronunciada por Francisco Adolfo Varnhagen, nos anos de 1850, acima referida. No entanto, por outro lado, ele já observava um crescente e renovado interesse de antropólogos pela história indígena, que buscava não apenas preencher “lacunas e omissões”, mas, que também continha uma “discussão crítica das formas pelas quais o passado indígena tem sido abordado”.<sup>15</sup>

Em termos comparativos, observa-se que nos Estados Unidos da América (EUA) a história indígena esteve, por longa data, mais ligada aos historiadores, enquanto que no Brasil, ela despertou mais interesse entre os antropólogos, pelo menos até o final dos anos de

<sup>13</sup> CARDOSO, C. Flamarion. “História e Paradigmas Rivals”. In: CARDOSO, C. Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Op. cit.* p. 23.

<sup>14</sup> NETO, Edgard F. “História e Etnia”. In: CARDOSO, C. Flamarion. & VAINFAS, R. (Orgs.). *Op. cit.*, p. 320.

<sup>15</sup> MONTEIRO, John Manoel. “O desafio da História Indígena no Brasil”. In: SILVA, Aracy Lopes da & GRUPIONI, Luís D. Benzi (Orgs.). *A Temática Indígena na Sala de Aula: novos subsídios para professores de 1º e 2º Graus*. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995, p. 221-222.

1990. Por esta razão, nos EUA - mas também no México e no Peru, como assinalou Serge Gruzinski <sup>16</sup> – desenvolveu-se mais a etno-história, enquanto no Brasil foi a etnologia que dominou a cena por muito mais tempo. Nesse sentido, tanto para os antropólogos como para os historiadores, conhecer o “passado dos índios” tornou-se um desafio metodológico contínuo e cheio de falhas e atropelos. James Axtell, chama atenção para fato de que, nesse processo, alguns antropólogos foram “ingênuos” em relação à história, especialmente, no trato com as fontes, enquanto que certos historiadores agiram com “inocência” no trato dos dados etnográfico. <sup>17</sup>

No caso do Brasil, pelo menos até os anos de 1990, seria a história indígena um “problema de antropólogo e para antropólogo”? A obra coletiva até então mais importante sobre o assunto, *História Indígena no Brasil*,<sup>18</sup> organizada pela antropóloga Manuela Carneiro da Cunha, por exemplo, indica que sim. Dos trinta coautores desta obra, cerca de três são considerados historiadores. Contudo, nesta mesma década, já começa-se a vislumbrar um crescente número de historiadores interessados nos assuntos indígenas, entre os quais se destacou John Manoel Monteiro, cujo trabalho de divulgação em eventos científicos e acadêmicos, publicação de inúmeros trabalhos e de orientação de teses e dissertações de estudantes do todo o Brasil, contribuiu decisivamente para que a história indígena no Brasil passasse a ser também um assunto dos historiadores. Hoje, já se pode dizer que historiadores e antropólogos dividem a tarefa de pensar a problemática da história indígena no Brasil. Um exemplo disto é a obra coletiva: *A Presença Indígena no Nordeste*, organizada pelo antropólogo, João Pacheco de Oliveira, que reúne trabalhos de doze historiadores, entre os vinte e quatro colaboradores da obra. <sup>19</sup>

Para Maria Regina Celestino de Almeida, o desinteresse dos historiadores pela temática indígena tem a ver com questões de ordem teórica e metodológica tanto da História, como já foi mencionado, com também da Antropologia. Ela chama a atenção para o trabalho de Florestan Fernandes, sobre os Tupinambá, na medida em que ele não teria se atentado para os problemas etno-históricos desse grupo indígena ao estudar as mudanças socioculturais pelas quais passava esse povo. Para Almeida, a visão funcionalista do autor o

<sup>16</sup> GRUZINSKI, Serge. “História dos índios na América: abordagens interdisciplinares e comparativas”. Entrevista com Maria Regina Celestino de Almeida. *Revista Tempo*, nº. 23, p. 196-198.

<sup>17</sup> AXTELL James, *Natives and Newcomers: the cultural origins of North America*, Oxford: Oxford University Press, 2001, p. 5.

<sup>18</sup> CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). *História Indígena no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992a.

<sup>19</sup> OLIVEIRA, João Pacheco de (Org.). *A Presença Indígena no Nordeste: processos de territorialização, modos e reconhecimentos e regimes de memória*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011.



teria levado a pensar a perspectiva histórica tão somente pela ação dos colonizadores. Na perspectiva funcionalista, na época dominante na antropologia, os povos indígenas com bastante contato ou já integrados à sociedade colonial eram vistos como “aculturados”, ou seja, descaracterizados étnica e culturalmente não sendo mais interessantes para os historiadores <sup>20</sup> e, obviamente, nem também para os antropólogos que preferiam os índios ainda “puros” ou “autênticos”.

Para esta autora, dentro da perspectiva funcionalista, a “aculturação” significava o “esvaziamento progressivo de culturas originais” e em sua oposição, os estudos destacavam a ideia de “resistência”, que correspondia aos atos de bravura como as guerras e as rebeliões indígenas, mas que terminava na derrota dos índios, que passavam para a história como heróis, porém, vencidos, derrotados e assimilados pela sociedade majoritária. <sup>21</sup>

Essa perspectiva teórica associada a toda uma ideia estereotipada sobre os índios, construída pela literatura de orientação romântica e por um crescente interesse de setores da elite agrária brasileira nas terras, nas riquezas e na mão de obra dos índios, contribuiu sobremaneira para o desaparecimento étnico e físico de muitos grupos indígenas em todo o território nacional. Tal situação só foi repensada pela literatura especializada após vários processos de etnogêneses vividos pelos índios na segunda metade do século XX, especialmente, no contexto de surgimento do chamado “movimento indígena” nos anos de 1970 e 1980, processo, que teve o apoio de vários setores da sociedade civil brasileira, como sindicatos, igrejas, cientistas, etc. No âmbito dessas novas abordagens são notórios, Estado do Amazonas, os casos dos Kokama estudados por Marco Antônio Braga de Freitas, em 2002, e dos Kambeba por Benedito do Espírito Santo Pena Maciel, em 2003. Sobre as populações indígenas do Nordeste há, atualmente, vários trabalhos, entre os quais se destacam os estudos de João Pacheco de Oliveira. <sup>22</sup>

O conceito de “etnogênese” tem sido utilizado por historiadores no Brasil e na América Latina para pensar a história indígena fora da dualidade “dominação X resistência”,

<sup>20</sup> ALMEIDA, Regina Celestino de. *Metamorfoses Indígenas: Identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2013, p. 25.

<sup>21</sup> ALMEIDA, Regina Celestino de. *Op. cit.*, p. 26.

<sup>22</sup> Cf., entre outro: FREITAS, Marco Antônio de. *O Povo Kokama: um caso de reafirmação étnica*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia. Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2002; MACIEL, Benedito do Espírito Santo Pena. *Identidade como novas possibilidades: etno-história e afirmação étnica dos Kambeba na Amazônia brasileira*. Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia. Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2003 e; OLIVEIRA, João Pacheco de. *A Viagem da Volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2004.

sendo que a primeira seria própria dos “brancos” e da civilização ocidental e, a segunda, seria “natural” dos índios. Trata-se também de um olhar que vê o passado e a própria identidade indígena, além da perspectiva etnológica de “grupos étnicos”, culturalmente demarcados, mas como um processo histórico de conflitos e de alianças em que os povos e as populações indígenas criaram e recriaram a todo instante formas de se relacionar consigo e com os outros que alteraram constantemente suas organizações sociais e suas formas de se relacionar com “o outro”.<sup>23</sup>

Do ponto de vista metodológico, vale ressaltar as preocupações de John Manoel Monteiro, para quem os temas da história e da “resistência indígena”, como problemas de investigação, apresentam uma série de questionamentos tanto em relação ao papel do historiador, como em relação às imagens que se fez sobre os índios ao longo da história. A primeira questão diz respeito à dificuldade que o historiador encontra para realizar a tarefa de “identificar, documentar e interpretar os eventos, processos e percepções que marcaram as experiências das populações indígenas no passado”. Tarefa difícil, por causa das lacunas deixadas pela documentação, pela falta de organização e divulgação de acervos sobre o assunto tanto dentro como fora do Brasil. Por esta razão, para ele “o maior desafio que o historiador dos índios enfrenta não é a simples tarefa de preencher um vazio na historiografia, mas, antes, a necessidade de desconstruir as imagens e os pressupostos que se tornaram lugar-comum nas representações do passado brasileiro”.<sup>24</sup>

Outra questão colocada pelo autor diz respeito ao perigo de se destacar o “sujeito coletivo como móvel da resistência”. Isto é, a ideia de que os índios são “naturalmente resistentes”, e que, por isso, é própria deles a “rebeldia e a oposição obstinada”. Para Monteiro, essa noção “esvazia qualquer discussão sobre a política de atores nativos” que como se sabe, “nem sempre acontece no sentido da defesa dos interesses coletivos ‘tradicionais’”. E acrescenta que é dentro desta visão que “frequentemente se atribui aos índios certos valores supostamente intrínsecos que na verdade, são instrumentalizados pelas

---

<sup>23</sup> Para uma discussão desta questão nos estudos de história indígena, ver principalmente: MONTEIRO, John Manoel. “Entre etnocídio e etnogênese: identidades indígenas coloniais”. In: FAUSTO, Carlos & MONTEIRO, John Manoel (Orgs.). *Tempos Índios: histórias e narrativas do novo mundo*. Museu Nacional de Etnologia – Assírio & Alvim, 2007, p. 25-65; BARTOLOMÊ, Miguel Alberto. “As Etnogêneses: velhos atores e novos papéis no cenário cultural e político”. In: Revista *MANA*, N° 12, (1), 2006, p. 39-68 e; BOCCARA, Guillaume. “Colonización, resistencia e etnogêneses en las fronteras americanas”. In: BOCCARA, Guillaume (editor). *Colonización, Resistencia y Mestizaje en las Americas (siglos XVI-XX)*. Lima-Peru: IFEA; Quito-Ecuador: Abya-Yala, 2002, p. 47-82.

<sup>24</sup> MONTEIRO, John Manuel. “Armas e armadilhas: história e resistência dos índios”. In: NOVAES, Adalto (Org.). *A Outra Margem do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 239.

lideranças com a finalidade de abrir espaços de diálogo com interlocutores externos”.<sup>25</sup> Para ele a tarefa dos historiadores consiste em fazer uma “reinterpretação abrangente do processo histórico”, bem como uma avaliação de como os índios “criaram e construíram um espaço político pautado na rearticulação de identidades” que contemple não apenas as formas pré-coloniais, mas também a “sua inserção – ou não – nas estruturas envolventes que passaram a cercar cada vez mais as suas margens de manobra”.<sup>26</sup>

Ao tratar da história indígena e do indigenismo na Província do Amazonas, esta pesquisa se defronta e se confronta com estas questões. Nosso desafio é pensar os índios da segunda metade do século XIX para além da perspectiva evolucionista que os via como primitivos, selvagens e bárbaros, como também da perspectiva funcionalista, que os tratava como assimilados e aculturados. Pelo contrário, tomamos aqui os grupos indígenas como sujeitos históricos e sociais e que, mais ou menos inseridos nas relações com a sociedade imperial, propuseram, confrontaram, participaram e construíram não apenas a sua história étnica, mas também parte da própria história da sociedade e do Estado imperial na Amazônia.

A temática abordada nesta tese não é inédita para os estudos amazônicos, mas a sua área de abrangência, a Província do Amazonas, na segunda metade do século XIX até agora foi pouco explorada pelos estudiosos. Os trabalhos até agora realizados ou fazem recortes temáticos mais pontuais, geralmente, enfocando, temas como: educação, legislação, política indigenista, religião ou religiosidade, ou optam por recortes temporais menos abrangentes, deixando lacunas no que tange à história indígena dessa região nesse período. Ao optarmos por um recorte temporal mais dilatado (1850-1889) que cobre todo o período de existência da Província do Amazonas e, por uma área geográfica bastante expressiva, toda a extensão da Província do Amazonas, por isso, assumimos que se trata de um trabalho com características panorâmicas, mas que, por um lado, possibilita compreender um período importante da história do Império na Amazônia e, por outro lado, permite estabelecer comparações entre os projetos, as práticas e as ações, ou seja, desnudar as políticas indígenas e indigenistas, ocorridas nas diferentes áreas dessa extensa Província, a saber: o baixo Amazonas, o rio Negro, o Madeira-Purus e o Solimões, das quais daremos destaque às três últimas.

---

<sup>25</sup> MONTEIRO, John Manuel. *Op. cit.* 1999, p. 140.

<sup>26</sup> *Ibid.*, p. 241-242.

Nosso recorte cronológico se deu, principalmente, pela oportunidade de explorar a densidade de um dos conjuntos documentais mais importante do período – os Relatórios dos Presidentes da Província do Amazonas (RPPAM) – e, não por uma opção ou preocupação com recortes de uma história político-administrativa do tipo: história colonial, história imperial e história republicana, pois, sabemos que estes recortes não dão conta nem podem por limites à dinâmica social, cultural e econômica que movimentam os processos históricos e os sujeitos sociais. Este conjunto documental, embora possa ser considerado uma “fonte oficial”, por se constituir, em grande parte, de Falas, Relatórios e Exposições dos presidentes e vice presidentes da Província, contém também em seus numerosos anexos, relatos de campo de engenheiros, militares, médicos, intelectuais, religiosos, indigenistas e outras personagens que nem sempre podem ser consideradas como uma fonte oficial do Estado, até mesmo porque, às vezes, sequer se alinhavam ao discurso oficial da época, ou mesmo do governo de um presidente provincial em particular.

Em termos historiográficos, para o período e para a temática aqui estudada, no âmbito geral, destacam-se os estudos de Carlos Araújo Moreira Neto, principalmente, na obra *Os Índios e a Ordem Imperial*, resultado de sua tese de doutorado defendida na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras em de São Carlos, em 1971. Trata-se de um dos primeiros trabalhos de Antropologia no Brasil que utilizou fontes tradicionalmente da História. O estudo debruça-se, basicamente, sobre os Relatórios dos Presidentes de Província, conjunto documental à época pouco explorado. No trabalho de Moreira Neto, a situação histórica dos índios da Província do Amazonas e de mais outras sete províncias do Norte, do Centro-Oeste e do Nordeste, é tomada como pano de fundo para a análise sobre a política indigenista no Império. Porém, pela abrangência geográfica por ele estudada e pela amplitude das informações o trabalho não aprofunda a análise sobre a política indigenista na Província do Amazonas. Por outro lado, sua perspectiva teórica está marcada pela influência do pensamento antropológico da época, especialmente, pela ideia de “aculturação” e de “transfiguração étnica”.<sup>27</sup> Na sua análise, os índios de um modo geral são vistos inevitavelmente como frágeis “face à desproporcional e sempre crescente soma de recursos técnicos, materiais e humanos à disposição da sociedade nacional”.<sup>28</sup> Nesta perspectiva, os

---

<sup>27</sup> O debate sobre “transfiguração étnica” e “aculturação” é um dos mais relevantes da etnologia indígena brasileira da segunda metade do século XX, e envolve autores importantes como Herbert Baldus, Egon Schaden, Darcy Ribeiro e Roberto Cardoso de Oliveira. Uma síntese deste debate, articulado à temática da “identidade étnica”, foi formulada por Renato Athias. Cf. ATHIAS, Renato. *A Noção de Identidade Étnica na Antropologia brasileira – de Roquette Pinto à Roberto Cardosos de Oliveira*. Recife: Editora da UFPE, 2007.

<sup>28</sup> MOREIRA NETO, Carlos Araújo. *Os Índios e a Ordem Imperial*. Brasília: CGDOC/FUNAI, 2005, p. 281.

índios não apenas são pensados como incapazes de reagir ao projeto colonial, como vão desaparecendo e transfigurando-se em “tapuios”, ou seja, numa população genérica e sem qualificação étnica,<sup>29</sup> vítimas da sociedade majoritária.

Outro trabalho importante é o de Irma Rizzini que aborda a problemática da civilização e da educação nas províncias do Pará e do Amazonas a partir de um enfoque bastante diferente do que apresentamos acima. Rizzini toma como objeto de análise os “meninos desvalidos” que inclui, obviamente, os índios, porém, não exclusivamente. Sua análise articula o pensamento ocidental de um modo geral, as ideias sobre a educação da época e uma produção científica atualizada sobre o tema, produzindo um texto crítico e analítico sobre as instituições educacionais voltadas para a instrução elementar e para a formação profissional de meninas e meninos, índios e não índios na Amazônia Imperial. As instituições educacionais são tomadas em conjunto para pensar os problemas da inclusão e da exclusão dos “desvalidos” do sistema educacional do século XIX na Amazônia.

Embora não sendo um trabalho específico sobre a temática aqui abordada, por meio dele, é possível perceber como a política educacional na Província do Amazonas se articulava ideológica e estrategicamente com a política indigenista no âmbito do Estado nacional brasileiro. Muitos dos “meninos desvalidos” acolhidos ou recolhidos, principalmente, nas instituições de ensino da época eram, na verdade, crianças índias órfãs de seus pais vitimados pelos diversos instrumentos de violência da política e das práticas indigenistas do Amazonas imperial.<sup>30</sup>

Em pesquisas recentes sobre a problemática indígena no século XIX, Márcio Couto Henrique, tem publicado trabalhos importantes que dialogam de forma marcante com a Antropologia e que contribuem para recolocar os índios no cenário político, religioso e econômico da Amazônia imperial.<sup>31</sup> É de se destacar também os trabalhos de Claudia Maria

---

<sup>29</sup> A categoria sociocultural “tapuio” enquanto índios genéricos resultado da “aculturação” e da “destribilizado” foi, melhor explorada, por Carlos Araújo Moreira Neto no ensaio *Índios da Amazônia: de maioria à minoria (1750-1850)*, publicado em 1988 e constitui um marco para se pensar como a Antropologia brasileira da época influenciou os estudos sobre as populações indígenas da Amazônia.

<sup>30</sup> Cf.: RIZZINI, Irma. *O Cidadão Polido e o Selvagem Bruto: a educação dos meninos desvalidos na Amazônia Imperial*. Tese de Doutorado - Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ, 2004. Ver também: ALVES, Márcia Eliane. “Educação, trabalho e dominação: Casa dos Educandos Artífices: 1858-1877”. In: *Amazônia em Cadernos*. História em Novos Cenários. Manaus: Universidade do Amazonas/Museu Histórico, v. 2, n.º. 2-3, dezembro de 1993-94, 1995, p. 91-105 e; AMARAL, Josali do. *Ritmos e Dissonâncias: controle e disciplinarização dos desvalidos e indigentes nas políticas públicas do Amazonas 1852-1915*. Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-Graduação em História Social, UFAM, Manaus, 2011.

<sup>31</sup> Entre os trabalhos deste autor que se referem diretamente à esta pesquisa pode-se destacar: HENRIQUE, Márcio Couto. “Presente de branco: a perspectiva indígena dos brindes da civilização (Amazônia, século

Fuller (2008; 2011) sobre os Corpos de Trabalhadores no Pará, os quais nos serviram sobremaneira para pensarmos esta instituição também para a Província do Amazonas.

Dentro do marco de uma historiografia local, há, claramente, trabalhos de gerações diferentes de historiadores que apontam para duas perspectivas historiográficas divergentes. Uma primeira, de caráter mais tradicional em relação ao uso das fontes e de sua visão sobre o papel dos índios no processo histórico, encontra-se em dois autores que, embora trabalhem tangencialmente com a história indígena, deixam algumas pistas importantes de como esse tema foi trabalhado pela historiografia local na segunda metade do século XX. São eles: Antônio Loureiro e Arthur Cezar Ferreira Reis. O primeiro, na obra *O Amazonas na época Imperial*, trata da questão indígena na Província do Amazonas em seis dos vinte e quatro capítulos da obra. Contudo, sua abordagem é bastante descritiva, elencando dados dos RPPAM sem crítica historiográfica e sem uma análise mais profunda dessas fontes e do seu conteúdo. Em outras palavras, os “índios” de Loureiro emergem dos documentos da administração imperial com todos os termos, conceitos e até preconceitos do século XIX.

O segundo autor é um dos mais conhecidos estudiosos da história regional e representa bem uma perspectiva historiográfica que dominou boa parte dos estudos de história regional entre as décadas de 1960 e 1980 no Amazonas. Para ele, os índios da Província do Amazonas viviam em estado de selvageria, assaltando embarcações, atacando povoados, depredando e matando; vingando-se dos maus tratos e das afrontas dos civilizados; enfim, tomando atitudes e dando respostas violentas “a qualquer insídia, instinto comum à gente das épocas primitivas”.<sup>32</sup>

Em ambos os casos, há uma quase ausência de análise crítica ou de discussões historiográficas capazes de trazer à luz a perspectiva dos índios diante das políticas indigenistas do Estado, dos discursos das autoridades e dos diferentes agentes da sociedade imperial. Este tipo de postura historiográfica, além de não contribuir para se pensar os índios também enquanto agentes do processo histórico, acaba por reforçar velhos preconceitos existentes sobre eles no século XIX, tais como: a “preguiça”, a “ignorância” e a suposta “incapacidade” dessas populações de se relacionarem com a sociedade dita “civilizada”.

---

XIX)”. XXVII Simpósio Nacional de História, 2013, Natal. In: *Anais do XXVII Simpósio Nacional de História*. São Paulo: ANPUH, 2013a. v. 1; “A perspectiva indígena das missões religiosas na Amazônia (Século XIX)”. In: *Revista História Social*, v. I, p. 133-156, 2013b; HENRIQUE, Márcio Couto e MORAIS, L. T. “Estradas líquidas, comércio sólido: índios e regatões na Amazônia (século XIX)”. In: *Revista de História* (USP), v. 171, 2014, p. 49-82

<sup>32</sup> REIS, Arthur Cezar Ferreira. *História do Amazonas*. 2ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia; Manaus: Superintendência Cultural do Amazonas, 1989, p. 210. (Coleção reconquista do Brasil, 2ª série, v. 145).

Na verdade, o trabalho desses dois autores faz parte de uma tendência da historiografia regional anterior aos anos de 1980, marcada pela invisibilidade dos índios enquanto agentes de sua própria história e da história colonial da região. Nela, os índios são tomados ou como “selvagens” e “primitivos”, ou como vítimas indefesas diante das armas e das doenças oriundas do Velho Mundo. Os índios que sobreviveram são vistos como “vencidos” pela “civilização”, tendo apenas como alternativas de “resistência”: as fugas, as revoltas e as guerras sanguinárias, atitudes que, em última análise, são vistas por esse tipo de historiografia como demonstrativos de sua incapacidade de conviver e de se adaptar à civilização.

Para este modelo historiográfico, a solução para os problemas e para os conflitos dos índios com a sociedade imperial não passava por transformações nos princípios do projeto civilizador, mas por pequenas mudanças e adequações nas estruturas do Estado e/ou nas práticas políticas de alguns de seus agentes.

Na contramão dessa perspectiva de análise, porém fora do nosso recorte temporal e geográfico, têm surgido na historiografia local, principalmente, a partir dos anos de 1980-1890, trabalhos de historiadores dedicados ao estudo de diferentes aspectos da história indígena em que os índios saem da condição de vítimas ou de rebeldes por natureza, para a de agentes do processo histórico. Entre estes pesquisadores destacam-se: Almir Diniz de Carvalho Junior, Auxiliomar Silva Ugarte, Francisco Jorge dos Santos e Patrícia Melo Sampaio; todos, contudo, preocupados mais com o período colonial. A exceção está em alguns trabalhos de Patrícia Sampaio que têm discutido a transição do século XVIII para o XIX no que se refere, principalmente, à política e à legislação indigenista e um trabalho de Francisco Jorge dos Santos, que trata da relação entre “profetas indígenas” e militares no alto rio Negro na segunda metade do século XIX.<sup>33</sup> Mesmo assim, o reflexo dos trabalhos destes pesquisadores se observa não apenas em suas publicações, algumas delas citadas ao longo desta pesquisa, como também em teses e dissertações por eles orientadas tanto no PPGSCA como no Programa de Pós-Graduação em História Social (PPGHS), fato que tem contribuído para um crescimento do estudo da problemática indígena na produção historiográfica local.

---

<sup>33</sup> Cf. SANTOS, Francisco Jorge dos. “Profetas, militares e sacerdotes: resistência e repressão no alto rio Negro. In: *Amazônia em Cadernos – Diálogos Interdisciplinares*, nº 6, jan. e dez. 2000. Manaus: Editora de Universidade Federal do Amazonas, 2001, p. 127-158.

Um exemplo desta contribuição, embora de forma mais pontual, é a monografia de Nizete C. de Oliveira, apresentada ao Departamento de História da UFAM em 2002, sob a orientação de Patrícia Melo Sampaio. O trabalho tematiza a política indigenista da província tratando, especificamente, das Diretorias Parciais de índios entre 1852 a 1875, com enfoque especial a região do rio Negro. Entre outros méritos, está o de cobrir uma importante lacuna historiográfica detectada sobre o tema para a segunda metade do século XIX, embora, não discuta os últimos 14 anos da Província do Amazonas, bem como as ações e reações dos índios no período, ou seja, acaba deixando de fora a política indígena, importante componente para se compreender a própria política indigenista.<sup>34</sup>

Deste modo, pelo que demonstramos acima, em se tratando especificamente da história indígena e do indigenismo, não há trabalhos de maior fôlego que objetivem uma leitura de conjunto para esta temática na Província do Amazonas.

Tendo em vista, portanto, o conjunto destes trabalhos e as lacunas ainda existentes sobre a história indígena e do indigenismo na Província do Amazonas, é que apresentamos esta tese, cujo objetivo central é discutir a História Indígena e do Indigenismo na Província do Amazonas como um campo interdisciplinar e de disputas sociais que permite evidenciar os conflitos e as alianças entre os diferentes agentes da sociedade nacional (Estado, Igreja e particulares) e os povos e populações indígenas, buscando evidenciar as diferentes estratégias tanto dos índios como do Estado Imperial e de seus agentes. Os índios aqui, portanto, são tomados com agentes de sua história e da própria história da sociedade amazonense.

Além da pesquisa bibliográfica, esta tese está baseada em dois conjuntos documentais: o primeiro, são os Relatórios de Presidentes de Província (RPP) tanto do Pará, como e, principalmente, do Amazonas. De um modo geral os RPP são constituídos de um conjunto de documentos oficiais produzidos pela administração do Estado, tais como: *falas*, *exposições* e *relatórios* escritos pelos presidentes, vice-presidentes, secretários de governo, diretores de diversos cargos e que tratam de diversos assuntos do Estado (obras públicas, terras, índios, etc.) e também de relatórios técnico-científicos de pessoas nomeadas pelas autoridades para realizar atividades pontuais para o governo: médicos, engenheiros, missionários, cientistas e intelectuais de um modo geral.

---

<sup>34</sup> Cf. OLIVEIRA, Nizete C. *O Opróbrio da Civilização: diretorias parciais de índios na Província do Amazonas (1852-1875)*. Monografia (Licenciatura em História) - Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2002.



Desta forma, os RPP constituem um conjunto complexo de documentos, produzidos no âmbito do Estado, mas que não, necessariamente, reproduzem a visão oficial do Estado, menos ainda, de um governo provincial em particular. Mesmo constituindo um mesmo conjunto documental e podendo, *grosso modo*, ser identificado como uma *fonte oficial*, é possível encontrar discussões e discordâncias importantes a respeito da condução da política indigenista e de outros assuntos entre os diversos autores e personagens que os compõe.

Deste conjunto documental, RPP, documentação mais utilizada nesta tese, vem da administração da Província do Amazonas, que se estende de 1850 a 1989, quando o Brasil foi proclamado República. A localização e acesso foi relativamente simples, pois, embora os originais estejam na Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro, há uma cópia encadernada em bom estado no acervo do Museu Amazônico, órgão ligado à Universidade Federal do Amazonas, sediado em Manaus e, há também, uma cópia digitalizada em CD-ROM pela Secretaria de Estado e Cultura (SEC) do Amazonas e, outra ainda, disponível na internet, no site [www.crl.edu/brazil/provincia](http://www.crl.edu/brazil/provincia), de iniciativa do projeto *do Latin American Microform Project* do *Center for Research Libraries*, patrocinada pela Fundação Andrew W. Mellon.

Este material digital, foi fator decisivo na construção da tese, pois, mesmo depois e eu ter perdido uma cópia digitalizada dessa documentação contida no DC-ROM da SEC-AM, em função de um furto em minha residência quando estava já no terceiro ano da pesquisa, foi possível recuperá-lo e continuar o trabalho de pesquisa, no conforto de minha casa, sem ter que me deslocar diariamente para um local onde houvesse uma cópia física dos documentos. Contudo, as cópias digitais, se comparadas com as impressas, apresenta alguns problemas de organização, de digitalização que, às vezes, torna a leitura bastante difícil e a falta de alguns dados e/ou anexos. Contudo, estes problemas não interferiram no conteúdo pesquisado para a elaboração desta tese.

O segundo conjunto de fontes utilizado nesta pesquisa foram os “relatos dos viajantes” produzidos por cientistas, naturalistas, militares, religiosos e outros estudiosos e intelectuais que passaram pela Província do Amazonas e deixaram relatos sobre as populações locais, a economia, a política e os conflitos entre outros temas. Entre esses viajantes e cientistas destacamos: Henry Bates [1848-1859]; Avé-Lallemant [1859]; o casal Agassiz [1865-1866], entre outros, cuja discussão de cunho teórico-metodológica a respeito dos cuidados e preocupações sobre uso destes textos como fonte para a História e para a

Antropologia, já foi apontada por outros autores, por João Pacheco de Oliveira e Hideraldo Lima da Costa,<sup>35</sup> das quais aqui nos servimos.

#### b) Da organização da Tese

Esta tese está dividida em duas partes. A primeira, intitulada: *Ao “Modo dos Brancos”: discursos, instituições, ações e práticas indigenistas na Província do Amazonas*, contém três capítulos que discutem os diferentes projetos e ações do Estado para os povos e populações indígenas na Província. Discutem também a lógica e a organização do Estado e da sociedade imperial e seus impactos e conflitos com as populações indígenas. A segunda parte, intitulada: *Ao “Modos dos Índios”: diversidade e diferença, ações e reações indígenas na Província do Amazonas*, está composta também de três capítulos que tratam não apenas das formas e dos modos de reação dos índios à política e às práticas indigenistas do Estado e de seus agentes, como também, das ações próprias dos índios nas relações de alianças e conflitos entre si e com os agentes do Estado. Esta discussão será feita levando em consideração as especificidades e diferenças de três regiões da Província aqui estabelecidas: Negro, Madeira-Purus e Solimões.

Trata-se, contudo, de uma divisão didática e metodológica para exposição e argumentação das ideias, confrontando a perspectiva dos “brancos” e a dos “índios” no intuito de estabelecer campos de relações, disputas e interlocuções. Não significa, portanto, uma separação absoluta entre esses dois modos de ver o mundo, como algo naturalizado, uma vez que entendemos que o estudo da história indígena e do indigenismo aqui realizado é, resultado, justamente, desse encontro/confronto entre índios e brancos na Província do Amazonas e que as ações e reações de um estão relacionadas às ações e reações do outro.

No capítulo I, discutem-se as principais ideias sobre os índios no século XIX, tanto no nível científico como nos discursos e nas práticas de certos agentes da sociedade e do Estado Imperial na Amazônia com destaque para algumas instituições da sociedade imperial na região como: o Corpo de Trabalhadores e as Colônias Militares. Destacam-se, também, ações políticas dos presidentes de Província de Amazonas junto às populações indígenas por meio da distribuição de patentes e de brindes aos índios.

---

<sup>35</sup> Cf. OLIVEIRA, João Pacheco de. “Elementos para uma sociologia dos viajantes”. In: OLIVEIRA, João Pacheco (Org.). *Sociedades Indígena e Indigenismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Marco Zero; Editora da UERJ, 1987, p. 84-148; COSTA, Hideraldo Lima da. *Cultura, Trabalho e Luta Social na Amazônia: discursos dos viajantes – século XIX*. Manaus: Editora Valer; FAPEAM, 2013.

Deste modo, o capítulo não trata apenas das relações do Estado com os índios por meio da legislação vigente, mas, enfoca outras relações, outros caminhos traçados pela política institucional e pelas ações de caráter mais pontual das autoridades locais, por vezes, vistas até como destoantes em relação às orientações da política indigenista oficial, porém, no fundo, sempre complementares no que concerne à visão geral que se tinha sobre os índios e seu papel na sociedade imperial. Busca-se desta maneira fazer uma relação entre as ideias, os discursos e as práticas políticas do Estado e de seus agentes vinculados a um pensamento social e científico emergente no século XIX em relação às populações indígenas.

No segundo capítulo aborda-se os problemas e as questões para a execução do *Regulamento acerca das Missões de catequese e civilização dos Índios* na Província do Amazonas. O objetivo é discutir a aplicação do Regulamento das Missões na Província do Amazonas, não como uma lei isolada no campo histórico e sociológico, mas como parte das práticas indigenistas do Estado imperial brasileiro que se relacionaram, tencionaram e se completaram com outras iniciativas indigenistas tanto no nível local como nacional. A experiência de aplicação do *Regulamento das Missões* na Província do Amazonas se deu num campo de disputas, marcado por acordos e conflitos políticos e institucionais dos quais participaram não apenas as instituições do Estado propriamente ditas, como também a Igreja e os povos indígenas.

Destaca-se neste capítulo um aspecto importante da política indigenista na Província do Amazonas. Trata-se da política de aliança entre os presidentes da província e algumas lideranças indígenas. Nesta relação, as autoridades provinciais concediam “Cartas Patentes” a determinados tuxauas indígenas, que tinham ou que prometiam manter relações de cooperação com o Estado. Nesta discussão fica claro que, para além da estrutura da política indigenista já prevista no *Regulamento das Missões*, esta política de alianças, possibilitou aos presidentes da província, não apenas a oportunidade de estabelecer alianças com grupos e lideranças indígenas de regiões estratégicas e aumentar a presença de agentes do Estado no interior da província, como também, permitiu a certas lideranças indígenas concessões de alguns privilégios políticos, status e reconhecimentos individuais por parte das autoridades, assim como maior participação dos índios na política e na vida da Província do Amazonas, tornando-se, portanto, partícipes de sua história.

No terceiro capítulo, faz-se, basicamente, uma descrição histórica das diretorias parciais de índios da Província do Amazonas em dois momentos distintos: quando elas

foram comandadas pelos Diretores Parciais de Índios, tal como consta no *Regulamento das Missões* e quando o cargo de Diretor Parcial foi extinto em 1866, e a administração dos aldeamentos foi entregue aos religiosos capuchinhos.

Para além da descrição e localização de cada uma das diretorias criadas na Província do Amazonas, o objetivo principal do capítulo é caracterizar esses dois momentos e demonstrar as diferenças, similaridades, bem como, o significado para as populações indígenas. A localização e a distribuição geográfica das diretorias de índios da província podem ser vistas na (Mapa das Diretorias de Índios da Província do Amazonas - 1850-1889), Apêndice 01.

No capítulo quarto, procura-se demonstrar as principais ações e reações dos índios da região do rio Negro às incursões dos brancos em seus territórios. Neste contexto, enfatizam-se tanto as diferentes formas de organização indígenas que buscavam dar respostas tanto às ações dos brancos, como as relações de tensão e de aliança entre as diferentes etnias da região que deram origem a vários movimentos e organizações indígenas que articularam elementos do mundo cristão e das diferentes manifestações da religiosidade indígena.

Merecem destaque, os movimentos indígenas chamados pela literatura de “proféticos”, “messiânicos” ou “milénaristas”, ocorridos no alto rio Negro, que despertaram preocupação das autoridades da capital, mobilizaram tropas militares do Estado e um grande número de índios daquela região. No âmbito desta tese, abordam-se estes movimentos não apenas como de inspiração religiosa, mas, sobretudo, como movimentos políticos e sociais organizados pelos índios para responder aos problemas oriundos das relações com os brancos e que permitiam um diálogo entre elementos da cultura ocidental e das tradições indígenas.

No capítulo quinto, busca-se discutir as diferentes respostas e ações indígenas ocorridas na região do Madeira-Purus. Nesta região observou-se um grande movimento dos índios no sentido de responder belicamente as invasões de empresas, agentes do Estado, trabalhadores dos seringais e comerciantes em seus territórios nos rios Madeira e Purus. A abordagem sobre estes dois rios foi unificada neste capítulo por suas similaridades em relação a pelo menos dois aspectos: a intensidade com que as atividades ligadas à exploração da borracha se chocaram com os povos indígenas e a situação de contato recente dos muitos grupos étnicos com a sociedade nacional daquela região.

Esta situação fez com que alguns grupos indígenas, como os Parintintin e os Arara no Madeira e os Apurinã e outros grupos que ainda não haviam sido identificados no rio Purus, respondessem de forma violenta aos brancos. São comuns na documentação, tanto as “correrias” indígenas, atacando colocações de trabalhadores e comerciantes que passavam pelos rios, como os ataques violentos às aldeias e povoados indígenas praticados pelos brancos.

Isto contribuiu para que a região do Madeira-Purus aparecesse nos RPPAM, como a região onde ocorreu o maior número de conflitos envolvendo as populações indígenas, como pode ser visualizada no *Mapa de Conflitos envolvendo as populações indígenas da Província do Amazonas (1850-1889)*, Apêndice 02.

Finalmente, no capítulo sexto, discutem-se as respostas indígenas ao processo de colonização na região do rio Solimões. O capítulo faz um recuo histórico para o período colonial, no sentido de recuperar certos aspectos da colonização daquela região que marcaram as relações entre índios e brancos, onde se observa, muito claramente, uma continuidade dos conflitos entre índios e brancos, principalmente, por disputas territoriais e pela utilização da mão de obra indígena.

Na segunda metade do século XIX, grande parte dos grupos étnicos que habitavam o curso do rio Solimões no período colonial, havia sofrido uma intensa redução populacional e se organizava em pequenos grupos familiares nas aldeias, nos povoados, nas vilas e nas cidades. Porém, no final do século, com a intensificação da exploração da borracha, houve uma investida rápida do Estado e das frentes de atração da economia gumífera que fez “descer” dos igarapés e rios afluentes muitos grupos indígenas que, até então, tinham pouco ou nenhum contato com a sociedade nacional, como os Tikuna, os Miranha e os Mayoruna.<sup>36</sup>

---

<sup>36</sup> Finalmente cabe aqui um esclarecimento relativo a grafia dos nomes de pessoas, lugares e etnias. Para o primeiro caso, decidiu-se manter a grafia existente nas fontes documentais para preservar o vocabulário da época, realizando apenas uma padronização nos casos em que um mesmo nome apareceu escrito de forma diferente como em “Crihsostomo” e “Crisóstomo”, quando optou-se pela última grafia que foi a mais recorrente. No segundo caso, fez-se eventuais correções ortográficas nos nomes de lugares ou vilas que ainda preservam o mesmo topônimo e colocou-se entre parênteses o nome atual para aqueles casos em que houve mudança. Em relação aos nomes das etnias indígenas, grafou-se os nomes dos grupos que ainda mantêm o mesmo etnônimo da forma como são escritos hoje pela etnologia, e manteve-se a mesma grafia das fontes para aqueles grupos sobre os quais não se encontram mais referências na atualidade ou são considerados extintos. Com isso, buscando-se evitar qualquer interpretação ou aproximação apressada, na certeza de que estudos históricos mais profundos sobre os etnônimos indígenas na Amazônia ainda estão por serem feitos.

## **Parte I –**

### **“Ao Modo dos Brancos”: discursos, instituições, ações e práticas indigenistas na Província do Amazonas**

Nesta primeira parte da tese, apresenta-se uma discussão sobre as ideias, os projetos, os discursos e as práticas indigenistas na Província do Amazonas, articulada ao debate indigenista que ocorria no restante do Brasil, principalmente, na capital, Rio de Janeiro. O objetivo é compreender como certas ideias e projetos no campo indigenista ocorreram na Província do Amazonas, uma área geográfica, histórica e sociocultural bem diferente do restante do Brasil, principalmente, da capital do Império.

Enquanto na região Sudeste e parte do Nordeste a economia agrário-exportadora dominava as atenções políticas e os investimentos públicos e privados, mostrando-se resistente a qualquer ideia que pudesse trazer riscos para sua estrutura, principalmente, à utilização do trabalho escravo negro e ao acesso cada vez mais privado, individual e contínuo à terra, transformando-a em um bem de capital, na Província do Amazonas, uma parte importante da economia girava em torno das pequenas fazendas, dos sítios de produção familiar e da extração sazonal dos produtos da floresta e, da prática da pesca, da caça e da pequena agricultura. Não havia grandes proprietários rurais que investissem maciçamente na mão-de-obra escrava negra. Neste quadro geral, o trabalho e a mão de obra indígena ainda era a maior fonte de riqueza. Daí sua importância para todo e qualquer trabalho fosse público ou particular.

Neste sentido, a questão indígena é tema central no âmbito do Estado e objeto de disputa entre os diversos agentes da sociedade nacional, tais como os religiosos, os militares, as autoridades e os particulares (comerciantes, regatões, proprietários rurais, etc.). Por esta razão, busca-se compreender como o Estado se estruturou e se articulou para pôr em prática a sua política indigenista e, como os índios participaram desse processo não apenas como objetos dos interesses exógenos, mas também como sujeitos que podiam influir nos rumos, bem como nos resultados.

## Capítulo I – Ideias, discursos e práticas indigenistas na Província do Amazonas

### 1.1 – Definindo o debate

Lê-se, em discretas linhas do primeiro relatório da presidência da Província do Amazonas que, no decorrer do ano de 1852, 40 principais indígenas de diversas nações, acompanhados por cerca de 200 índios, estiveram na sede da província, para “felicitar” o seu primeiro presidente e para “prestar homenagens” à estátua de D. Pedro II. Uns foram a convite do governo provincial, outros por vontade própria. Consta também que o presidente distribuiu “brindes” e “patentes” aos “principais” com atribuições específicas e escritas para fundarem povoações, tirarem outros índios das matas e atraírem-nos aos trabalhos da agricultura e da pesca.<sup>37</sup>

Para além de uma suposta adesão imediata dos índios ao novo governo provincial, ou mesmo de uma aparente submissão destes às autoridades imperiais, é necessário se perguntar o que estava por trás dessa diplomacia que incluía, de um lado, homenagens e congratulações ao governo e às autoridades do Império, de outro, presentes e distribuições de patentes aos índios. Estas questões estão no cerne da política indigenista na Província do Amazonas e constituem o objetivo principal de análise deste capítulo.

Em primeiro lugar, é necessário assinalar que a política indigenista não pode ser analisada apenas como ações planejadas e executadas pelo Estado para as populações indígenas que a elas se submetem ou são submetidas. Pelo contrário, ao longo desta pesquisa observamos que mesmo sem ter assento nos ambientes formais de decisão, ou mesmo “sem vozes dissonantes” como sugere Manuela Carneiro da Cunha<sup>38</sup>, os índios da segunda metade do século XIX na Província do Amazonas não se conformaram com o binômio “revolta/fuga”, repisado pela historiografia como única forma de resposta indígena à política oficial, mas buscaram e lograram espaços de negociação e poder junto à administração provincial.

Em segundo lugar, em relação à questão acima levantada, busca compreender a lógica do pensamento indigenista da época de que os índios eram incapazes de se

---

<sup>37</sup> RPPAM, Relatório do presidente Tenreiro Aranha de 30 de abril de 1852, Anexos, p. 14-15.

<sup>38</sup> CUNHA, Manuela Carneiro da. “Pensar os índios: apontamentos sobre José Bonifácio”. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. *Cultura com Aspas e outros Ensaios*. São Paulo: Cosac Naify, 2009, p. 4.

autogovernarem e de manterem relações pacíficas e civilizadas com a sociedade nacional. Tal pensamento pode ser captado em diversas passagens dos relatórios provinciais onde eles aparecem qualificados como: “errantes”, “bravos”, “selvagens”, “desvalidos”, “filhos da natureza”, “hordas de bárbaros e errantes”, que viviam sem governo e que precisavam do Estado para saírem desse estágio de selvageria e barbárie. Essa possibilidade, contudo, não se daria no âmbito coletivo ou étnico, mas na dimensão individual, ou seja, a incorporação do índio enquanto indivíduo às estatísticas de fiéis catequizados e, conseqüentemente, ao mundo do trabalho colonial.

Essa visão estava arraigada no pensamento social e científico de longa data. Contudo, detenhamo-nos no século XIX, quando o debate sobre o futuro dos índios ganha especial importância, pois, trata-se de um contexto histórico em que as instituições e a intelectualidade brasileira buscavam construir um discurso em torno de uma história e de uma identidade nacional para a jovem nação; a construção de um Estado moderno, forte e centralizado, de modelo europeu, que fosse capaz de gestar uma nação “branca”, fruto da mescla de três raças: indígena, negra e branca.<sup>39</sup> Esta construção, no entanto, se deu em meio à discussão das chamadas “teorias raciais” que chegavam ao Brasil, sendo, por elas fortemente influenciada.

É na sutileza desse jogo político que pode estar uma chave importante para entendermos a política indigenista na Província do Amazonas, e é isso que vamos perseguir nas páginas seguintes. Para tanto levamos em conta não apenas o que aparece explicitamente nas fontes documentais consultadas, mas alguns “sinais” lidos nas entrelinhas dos Relatórios, Falas e Exposições escritas pelos administradores da província e nos relatos de viajantes naturalistas que percorreram a região na segunda metade do século XIX. Deste modo, nosso percurso metodológico tem vinculações e inspirações com o que propôs Carlos Ginzburg, historiador italiano que, na obra *Mitos, emblemas e sinais*, mais especificamente no capítulo “Sinais: raízes de um paradigma indiciário” cruza vários dados marginais, pistas e sinais de obras de vários autores para propor um método de interpretar os “fatos” históricos, conhecido como “método indiciário”.<sup>40</sup>

Neste sentido, o presente capítulo não trata apenas das relações do Estado com os índios por meio da legislação vigente à época, o que seria restringir a política indigenista ao

---

<sup>39</sup> DIEHL, Astor Antônio. *A Cultura historiográfica brasileira: do IHGB aos anos 1930*. Passo Fundo: Ediupf, 1998, p. 43-52.

<sup>40</sup> GINZBURG, Carlos. *Mitos, Emblemas e Sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.



estudo da sua legislação, mas enfoca outras relações, outros caminhos, por vezes, até opostos e marginais às normas estabelecidas. Busca-se, desta maneira, fazer uma relação entre as ideias, os discursos e as práticas políticas do Estado e de seus agentes vinculadas a um pensamento social e científico ocidental emergente no século XIX, com certas “normas e práticas costumeiras” <sup>41</sup> estabelecidas entre o Estado e as populações indígenas desde o período colonial.

Isto nos possibilita ver o período estudado como “campo de disputa”, em que diferentes grupos e indivíduos, ou seja, indígenas, religiosos, comerciantes e agentes do Estado imperial, principalmente, os presidentes da Província do Amazonas, estabelecem múltiplas relações econômicas, políticas e sociais mais ricas e complexas do que aquelas previstas nos códigos jurídicos como, por exemplo, o *Regulamento das Missões*, promulgado em 1845.

Na sua viagem à capital da província para visitar o presidente recém-empossado e reverenciar a estátua de D. Pedro, os Mawé traziam denúncias de maus tratos praticados por colonos, religiosos e diretores de aldeias. A visita é, na verdade, a busca de um outro espaço de debate e resolução de seus problemas fora do ambiente dos *aldeamentos* espalhados pelo interior da província e controlados pelos diretores parciais ou pelos encarregados. Ao receber esses chefes indígenas na sede administrativa provincial, fossem como visitantes ou convidados, os presidentes reconheceram o poder e a autoridade dos ditos “principais” e, dando-lhes brindes e patentes, buscaram estender as ações e os interesses do Estado para além do que seus agentes locais poderiam conseguir.

Guardadas as devidas diferenças em relação ao tempo histórico e aos contextos sociais específicos, é necessário considerar, no entanto, que essa prática política não era nova e nem restrita ao âmbito local. Abordagens recentes no campo da história indígena dão conta de que, desde os tempos coloniais, determinados grupos, lideranças ou chefes indígenas exerceram papel importante no processo de colonização fazendo parte, inclusive, da estrutura político-administrativa colonial, tendo recebido títulos e honrarias do Estado como foi o caso conhecido do índio Arariboia, batizado com o nome de Martin Afonso de Souza, que obteve o Hábito de Cavaleiro da Ordem de Cristo e foi também capitão-mor da

---

<sup>41</sup> Fazemos aqui referência às abordagens apresentadas nos estudos de Vânia Maria Losada. Cf. LOSADA, Vânia Maria Moreira: “Os Índios e o Império: história, direitos sociais e agenciamento indígena”, *XXV Simpósio Nacional de História – Simpósio Temático 36 – Os Índios na História*, 13 a 17 de julho de 2009 e; “Autogoverno e Economia Moral dos Índios: liberdade, territorialidade e trabalho (Espírito Santo, 1798-1845)”. In: *Revista de História*, SP: N.º. 166, jan./jun., 2012, p. 223-243.

aldeia de São Lourenço no Rio de Janeiro. Outros índios do século XVI, como Felipe Camarão e Piragiba também receberam honrarias, prática repetida também no XVIII.<sup>42</sup>

De acordo com Maria Regina Celestino de Almeida, durante o período colonial no Brasil e no Grão-Pará, chefes indígenas tradicionais eram mantidos em novos cargos coloniais, obtendo, inclusive, regalias e “privilégios econômicos”, tais como melhores salários e o direito de usar escravos e de não realizar trabalhos de menor prestígio como o de extrair as drogas dos sertões. Para essa mesma autora, processo similar ocorreu também no México colonial.<sup>43</sup>

Contudo, mesmo sendo prática de longa data, essa política de concessão de patentes a chefes indígenas não tinha ressonância no *Regulamento das Missões*, principal legislação indigenista da segunda metade do século XIX. Além do mais, é interessante refletir como esse duplo papel de “tuxaua da aldeia” e de “principal do presidente” com patente militar de “Capitão” e funções de agente do Estado, interferia nas relações entre os grupos indígenas, as lideranças e os chefes de uma determinada região, bem como no âmbito dos *aldeamentos*. Na prática, essa política colocava mais um agente do Estado, nesse caso os *capitães*, no já conflituoso ambiente das diretorias parciais de índios no interior da província.

Deste modo, fosse por estratégia política do Estado ou de determinados grupos ou agente da sociedade imperial, ou fosse ainda por meio de certos líderes indígenas, tal processo não se deu de mão única. Pois, se por um lado o Estado conseguiu estender seu poder e ação por meio dessa relação em determinados locais ou regiões estratégicas, por outro, os índios conseguiram se colocar ou se recolocar em certos espaços políticos de disputa e de poder no interior da estrutura político-administrativa da Província do Amazonas.

## 1.2 - Pelos caminhos das ideias e dos discursos sobre os índios no século XIX

Vários aspectos do pensamento ocidental entraram no Brasil por diversos caminhos, tanto pela religião, como pela literatura, pela política, como também pela ciência. Um desses aspectos que tem importância de primeira ordem para se entender as ideias que se criaram

<sup>42</sup> Cf. ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Op. cit.* 2013, p. 173-186, *passim*. Ver também: VAINFAS, Ronaldo. *A Heresia dos Índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. Para o caso específico da Amazônia na segunda metade do século XVIII, ver: COELHO, Mauro Cezar. “O Diretório dos Índios e as Chefias Indígenas: uma inflexão”. In: *CAMPOS – Revista de Antropologia Social*, UFPR, v. 7, n. 1, 2006, p. 117-134.

<sup>43</sup> ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Op. cit.* p. 182-187, *passim*.

no século XIX sobre os índios é a presença das teorias raciais no pensamento brasileiro. Aqui, buscaremos entender como essas teorias influenciaram os estudos e as ideias sobre os índios. John Manoel Monteiro assinala como “fatores condicionantes” das doutrinas raciais no Brasil a discussão de dois temas: o “*índio histórico*, matriz da nacionalidade, tupi por excelência, extinto de preferência e o *índio contemporâneo*, integrante das ‘hordas selvagens’”, personificados nos Tapuias. Tais temas adquiriam aos poucos “ares de ciência”, ou seja, passaram a ser abordados cientificamente à luz das teorias raciais. Deste modo, observa-se que o discurso científico e acadêmico do século XIX promoveu uma hierarquização da diferença, ou seja, os Tupi, já extintos, na visão da sociedade oitocentista foram tomados como uma das vertentes fundadoras da nação ao lado de outras duas raças, os negros africanos e os brancos europeus, enquanto que os Tapuias eram qualificados como inimigos, traiçoeiros e selvagens, exemplificados nos Botocudos, constituindo a negação dos primeiros.<sup>44</sup>

Para este autor, outros fatores também atuaram como condicionantes para a penetração das teorias raciais no Brasil e para sua relação com a problemática indígena. O primeiro está vinculado à visão “bipolar Tupi-Tapuia” que pode ser observada na política indigenista do Império, principalmente a partir da década de 1840, na tensão que se aflorou entre duas correntes distintas: uma que propunha a catequese e a assimilação e outra que pregava a repressão e o extermínio dos índios. O segundo fator está ligado à “lenta extinção da escravidão no Brasil” e, pontualmente, à proibição do tráfico negreiro em 1850 que instigou o debate em torno do uso da mão de obra indígena para a produção da riqueza nacional até mesmo em substituição da mão de obra negra escrava.<sup>45</sup>

Já para Lilia Moritz Schwarcz, a questão racial estava no fundo do debate entre o *monogenismo*, oriundo das doutrinas cristãs dominantes até a metade do século XIX que acreditava na origem una da humanidade, e o *poligenismo* que, a partir da segunda metade do século XIX, com o avanço da Biologia, passou a dominar o pensamento científico. Esta doutrina pressupunha a existência de vários centros de criação da humanidade, estando aí a explicação para as diferenças raciais observadas nas pesquisas biológicas.<sup>46</sup>

A segunda metade de século XIX conheceu com o postulado evolucionista, a radicalização das diferenças e hierarquização das raças. Nessa perspectiva, não havia lugar

<sup>44</sup> MONTEIRO, John Manuel. *Op. cit.*, 2001, p. 170, 172. Grifo nosso.

<sup>45</sup> *Ibid.*, p. 173.

<sup>46</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 47-48.

no futuro para as diferenças culturais. O caminho da humanidade estava traçado pela civilização ocidental e o destino das raças “degeneradas” era a extinção.

Para John Manoel Monteiro, foi mesmo no último quartel do século XIX, que “uma abordagem racial do Brasil indígena começa a fincar pé” no meio da intelectualidade. Para ele, “havia um consenso em torno de uma espécie de padrão evolucionista, onde os índios ‘remanescentes’ constituíam uma ‘raça’ – ou mesmo um conjunto de ‘raças’ – em vias de extinção”. Mas, “os usos e abusos” dos conceitos oriundos dessa teoria originavam diferentes interpretações para explicar o lugar do índio e a própria origem da nação brasileira. Uma, enfatizava os “atributos positivos” da “raça indígena” que através da mestiçagem dava um caráter específico à identidade nacional; outra via apenas os “atributos negativos”, tais como a suposta inferioridade moral, física e intelectual, que acabavam por justificar a “exclusão dos índios do futuro da nação, inclusive por meios violentos”.<sup>47</sup>

No âmbito internacional o marco dessa mudança foi a publicação de *A Origens das Espécies*, em 1859, por Charles Darwin. De acordo com Lilia Schwarcz “o impacto da publicação dessa obra foi tal que a teoria da Darwin passou a constituir uma espécie de paradigma de época, diluindo antigas disputas”. Observa a autora, que um dos postulados básicos dessa teoria, a ideia da “seleção do mais forte”, influenciou muitas áreas do conhecimento, entre elas, a política internacional, sendo uma justificativa, inclusive, para o imperialismo europeu.<sup>48</sup>

No campo mais restrito da Antropologia, uma corrente denominada: “evolucionismo social” ganhou força em obras preocupadas em explicar o desenvolvimento ou a “evolução” da humanidade a partir de estudos comparativos entre os povos e seus costumes ao redor do mundo. Entre elas destacam-se as seguintes: *A Liga dos Iroqueses* (1851), *Sistemas de Consanguinidade e de Afinidade da Família Humana* (1871) e *Sociedade Antiga* (1877) de Lewis Henry Morgan; *Investigação sobre a História dos Povos Primitivos* (1865) e a *Sociedade Primitiva* (1871) de Edward Burnett Tylor e; *O Ramo de Ouro* (1890) de James George Frazer.

Os estudos de Morgan, por exemplo, mostravam que a humanidade havia passado por três fases ou períodos: selvageria, barbárie e civilização. Essas fases, contudo, não ocorreram de forma cronológica uma vez que sociedades ditas primitivas ainda estavam

---

<sup>47</sup> MONTEIRO, John Manuel. *Op. cit.*, 2001, p. 174.

<sup>48</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Op. cit.*, 1993, p. 54 e 56.

presentes em grande número em pleno desenvolvimento material do capitalismo e da sociedade ocidental na segunda metade do século XIX, mas, de forma lógica, ou seja, mesmo as sociedades “primitivas” do presente também passariam por essas fases.<sup>49</sup> Dentro da mesma perspectiva, os estudos de Frazer acentuavam que o pensamento humano evoluiu de um estágio mágico para o religioso e que este último constituiria a forma mais avançada da vida religiosa.

Porém, mesmo antes da consolidação desse pensamento, o pessimismo sobre o futuro dos índios já estava posto. Em 1838, num texto intitulado: *O Estado de Direito entre os Autóctones dos Brasil*, Carl Friedrich Philippe Von Martius escreveu que a “raça vermelha”:

[...] traz já visível o gérmen do desaparecimento rápido, como se apenas estivesse destinada a representar um papel automático na grande engrenagem do mundo, mais importante que ativo, um simples degrau na escala evolutiva humana. E não há dúvida: o americano está prestes a desaparecer. Outros povos viverão quando aqueles infelizes do Novo Mundo já dormirem o sono eterno”<sup>50</sup>

Tanto pelos gabinetes, como pelos altares e pelas penas dos cientistas essa atmosfera intelectual frequentou o mundo amazônico e suas populações por todo o século XIX. As ideias de degeneração e de decadência estão bem representadas nos escritos de vários cientistas que por aqui passaram. A título de ilustração destacaremos dois exemplos. Nas primeiras décadas do século XIX esse pensamento aparece em Spix e Martius para quem:

Nem os sentimentos cristãos dos reis nem a bem intencionada disposição dos estadistas, nem a proteção do poder da igreja puderam levantar os índios do Grão-Pará do estado selvagem em que foram encontrados, para o benefício da civilização e do bem estar cívico; como dantes, permanece essa raça rebaixada, sofredora, sem significação no conjunto dos outros, joguete dos interesses e da cobiça de particulares, um peso morto para a comunidade, que de má vontade a suporta. Sim, de sua permanência no mais baixo grau de civilização e da circunstância de não se conservar quase em parte alguma entre as outras raças humanas uma família de índios puro, durante várias gerações, *a conclusão triste que se deve tirar é que o índio em vez de ser despertado e formado pela civilização européia ao contrário*

<sup>49</sup> Cf. DÍAZ-POLANCO, Héctor. “Morgan y el evolucionismo”. In: *Nueva Antropología*. Ano II, Núm. 7: México, Diciembre de 1977, p. 5-38 e MERCIER, Paul. *História da Antropologia*. São Paulo: Editora Moraes, s/d, p. 29-54.

<sup>50</sup> MARTIUS, Carl F. P. Von. *O Estado de Direito entre os Autóctones do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1982, p. 70.

*sofre dela como de veneno lento que acabará por dissolvê-lo e destruí-lo totalmente.*<sup>51</sup>

Na segunda metade do século XIX, esse pensamento reaparece nos escritos do inglês Henri Walter Bates que tratou da “inflexibilidade” e da “inadaptabilidade” do caráter e, portanto, da cultura indígena ao mundo moderno. Para ele:

[...] a inflexibilidade do caráter do indígena e sua total incapacidade de se adaptar a novas situações irão causar, infalivelmente, a sua extinção, à medida que foram aumentando as levas de migrantes – todos eles adotados de uma organização mais flexível – e a civilização for avançando pela região amazônica.<sup>52</sup>

No âmbito do Estado nacional brasileiro, estas ideias emergem em vários espaços do debate indigenista e, por conseguinte, no corpo legislativo dele decorrente. É assim que podemos ver as principais ideias dos *Apontamentos para a Civilização dos índios Bravos do Brasil Império* de José Bonifácio de Andrada e Silva, escrito em 1823. Rejeitado pelo imperador, como todo o texto constitucional e a própria Assembleia Constituinte daquele ano, foi publicado na Imprensa Régia posteriormente e serviu como um contraponto, ou uma “sombra” para a discussão das legislações indigenistas do Império, inclusive, para o *Regulamento das Missões* de 1845.<sup>53</sup>

Nos *Apontamentos para a Civilização dos Índios*, José Bonifácio recoloca a problemática secular da humanidade dos índios, especialmente, daqueles índios que se mostravam hostis às políticas de colonização, os “bravos”, a exemplo dos Botocudos. Diz o autor que, ainda no século XIX, muitos portugueses acreditavam que “o índio só tem figura humana, sem ser capaz de perfectibilidade”,<sup>54</sup> ou seja, de distinguir-se da natureza e de impor a si mesmo e à natureza suas próprias determinações. Em outras palavras, estava em xeque na sociedade oitocentista se os índios poderiam ou não se desenvolver sozinhos como

<sup>51</sup> SPIX & MARTIUS. *Viagem pelo Brasil (1817-1820)*. Tradução Lúcia Furquim Lahmeyer; anotação Basílico de Magalhães. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1981. (Reconquistando o Brasil, nova série, v. 46, 47, 48), p. 28. Grifo meu.

<sup>52</sup> BATES, Henry Walter. *Um Naturalista no Rio Amazonas*. Tradução Regina Junqueira. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1979, p. 40.

<sup>53</sup> Cf. CUNHA, Manuela Carneiro da. *Op. cit.* 2009, p. 157-159; MOREIRA, Vânia Maria Losada. “De índio a guarda nacional: cidadania e direitos indígenas no Império (Vila de Itaguaí, 1822-1836)”. In: *TOPOI*, v. 11, nº 21, jul-dez, 2010, p. 127-28.

<sup>54</sup> SILVA, José Bonifácio de Andrada e. “Apontamentos para a Civilização dos índios Bravos do Brasil Império”. In: DOLHNICKOLF, Miriam (Org.). *José Bonifácio de Andrada e Silva: projetos para o Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras; Publifolha, 2000, p. 50.

sociedades humanas. José Bonifácio acreditava na perfectibilidade dos índios, desde que fossem postos no caminho da civilização por meios brandos.

Essa questão suscitava muitas contradições. Mesmo se posicionando a favor da humanidade dos índios, incluindo os mais hostis, José Bonifácio os concebia como crianças que deveriam ser conduzidas à civilização pela ação benevolente de brancos bem intencionados. Por esta razão, cabia à sociedade ocidental e, no caso do século XIX, precisamente, ao Estado e suas instituições, entre elas a igreja e a escola, a tarefa de civilizá-los.

Desta maneira, no plano de Bonifácio os aldeamentos indígenas deveriam ser entregues a “missionários virtuosos”, o que não foi contemplado em parte no Regulamento de 1845. Nesta lei, a administração dos índios nos aldeamentos era tarefa do Estado por meio de seus Diretores Parciais, cabendo aos religiosos a tarefa da catequese e da civilização. Porém, o ideal pedagógico dos capuchinhos, a quem o Estado Imperial atribuiu essa tarefa, via também de forma pessimista a civilização para os índios. De acordo com Marta Amoroso, no que se refere à catequese empreendida pelos capuchinhos, três ideias estavam persentes:

[...] a premissa de que os índios não detinham capacidade intelectual para o aprendizado de valores externos e sua cultura original; a constatação de que os índios eram irredutíveis, não mudando nunca, mesmo vivendo a situação de aldeamento e; a avaliação de que o estágio de selvageria em que se encontravam não permitia o aprendizado, somente a imitação.<sup>55</sup>

Na verdade, os debates indigenistas que antecederam a criação do *Regulamento das Missões* não cessaram após a promulgação desta lei. Pelo contrário, permaneceram vivos, tanto no ambiente intelectual quanto nas disputas locais das diferentes realidades provinciais e tinham como pano de fundo científico as discussões de “raça”, “degenerescência” e nos campos ideológico e político as questões da “civilização” e da “identidade” na jovem nação. Ou seja, era um debate que juntava num mesmo ambiente intelectual e no mesmo palco político, o pensamento científico e a política indigenista, gerando distintas e conflituosas opiniões em torno da presença dos índios no cotidiano da sociedade e na história da nação.

---

<sup>55</sup> AMOROSO, Marta. “Mudança de Hábito: catequese e educação para os índios nos aldeamentos Capuchinhos”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 13, n.º. 37, 1998, p. 101-114.

Um excelente diagnóstico desse debate nas diferentes realidades regionais e visões divergentes em relação à problemática indígena foi realizado por John Manoel Monteiro. Para ele, principalmente, nos “gabinetes” intelectuais e políticos, mas também nos “sertões” essas diferentes visões estavam no centro do debate da questão indígena durante todo o século XIX.

Mapeando um pouco melhor essas “variações regionais” no âmbito do Império brasileiro apresentadas por Monteiro, podemos entender mais claramente o recorte geográfico e político-administrativo deste estudo – a Província do Amazonas – e tomá-lo não como um caso único e isolado dessa “variação”, mas como parte de um verdadeiro mosaico de diferentes questões, problemas e respostas tanto dos governos provinciais, quanto dos intelectuais e dos próprios índios em relação à política geral do Império.

De acordo com o diagnóstico de John Monteiro, na Província de Goiás, por exemplo, a recusa dos índios à civilização foi atribuída, pelos próprios administradores, ao passado marcado pela “violência das bandeiras” tanto de particulares quanto do Estado, portanto, a uma “política governamental, mal articulada e ineficaz”. Contudo, Monteiro assinala que apesar dessa “mea-culpa” do Estado, o presidente Caetano Maria Lopes Gama não via os índios de modo positivo e, embora propusesse meios “brandos e doces” em relação ao uso da força, admitia a necessidade das bandeiras “em casos específicos, repetindo a velha política colonial”.<sup>56</sup>

Na região que corresponde, hoje, ao Nordeste brasileiro, porém, o diagnóstico era diferente tanto em relação à forma como se pensava a história quanto em relação a uma suposta “ausência” de “povos independentes”. Na visão do presidente da Província da Paraíba, Alexandre Francisco de Seixas Machado, havia a ideia de que as populações indígenas daquela região já tinham sido aldeadas desde os primeiros tempos coloniais e, portanto, já não podiam ser vistas mais como “selvagem”; mesmo assim, afirma Monteiro, os índios dessa região “figuravam como desclassificados e excluídos deste discurso” e, ao mesmo tempo, eram vistos como incapazes de serem civilizados. Para estes índios não restava outra alternativa que não fosse a de se enquadrar à “massa comum” da população da província, cujas características gerais também não eram vistas como civilizadas. Na

---

<sup>56</sup> MONTEIRO, John Manuel. *Op. cit.*, 2001, p. 131-133. Para realizar esse diagnóstico, John Monteiro utilizou-se basicamente da coletânea organizada por Leda Maria Cardoso Naud, publicada na *Revista de Informação Legislativa*, janeiro a março de 1971, sob o título “Documentos sobre o índio brasileiro (1500 a 1822)”, 2ª parte. A primeira parte dessa coletânea foi publicada na mesma revista, no número correspondente a outubro e dezembro de 1970.



Província da Pernambuco, o presidente José Carlos da Silva Ferrão apresentava outra argumentação. Para ele, os efeitos da colonização tornaram os índios “corrompidos e selvagens”, sustentando a tese da “degeneração racial” e da “corrupção dos costumes” indígenas,<sup>57</sup> opinião que era compartilhada, como vimos anteriormente, por intelectuais da época como Bates e Martius.

Ainda de acordo com John Monteiro, a região que apresentou maior diversidade de opiniões divergentes em relação à catequese e civilização dos índios foi a Província de Minas Gerais. Entre elas, destaca-se a posição de Guido Marlière que, nas suas “Reflexões sobre os Índios de Minas Gerais”, enfatizou as “selvagerias” das práticas do Estado colonial e sua incapacidade de impor leis justas aos índios. Segundo Monteiro, o ponto de vista de Marlière destacou-se dos demais, principalmente, pela sua “rara sensibilidade” em relação às questões indígenas advindas de sua longa experiência de campo, que lhe dava condições de fazer argumentações, utilizando o ponto de vista dos nativos.<sup>58</sup> Destacou-se também por reconhecer a importância do estudo sobre os índios e da comunicação com eles nas suas línguas nativas, lembrando a importância do padre Anchieta. Sua opinião sobre a problemática das terras indígenas era inovadora e oposta às políticas de confinamento dos índios em territórios reduzidos, o que se opunha claramente à política praticada pelo Estado imperial. Sua proposta de trazer sacerdotes estrangeiros e não brasileiros para os aldeamentos foi acatada a partir da década de 1840, quando o Império passou a trazer os capuchinhos para o Brasil. Por fim, seu espírito de denúncia lhe fez lembrar ao governo as práticas dos “malvados brasileiros” que matavam índios pacificados, roubavam suas terras, excitavam-lhes a rebeliões, davam-lhes camisas envenenadas com bexiga, roubavam-lhes suas mulheres e filhos.

Para Monteiro, esta “voz destoante” que, em última análise, “reivindicava a humanidade dos índios” ganhou projeção em alguns espaços sociais da época, mas não agradava figuras como o presidente da Província de Minas, para quem os índios eram incapazes de civilizarem-se por sua própria natureza.<sup>59</sup>

Embora este diagnóstico tenha como marco histórico inicial o ano de 1826, quando o governo imperial buscava organizar um Plano Geral de Civilização dos Índios, suas ideias certamente se espalharam por todo o século XIX e pautaram debates e conflitos no campo

<sup>57</sup> MONTEIRO, John Manuel. *Op. cit.*, 2001, p. 133-136, *passim*.

<sup>58</sup> *Ibid.*, p. 134-138, *passim*.

<sup>59</sup> *Idem. Ibid.*, p. 140.

indigenista em todo o Império, inclusive, por ocasião da elaboração do *Regulamento das Missões*. E não desapareceu com a promulgação desta lei. Monteiro assinala que além destas ideias, continuou existindo também por longo tempo a “cisão entre aqueles que defendiam políticas filantrópicas e outros que subscreviam a práticas agressivas e intolerantes” contra as populações indígenas, ou seja, uma cisão que opunha “filantropos” e “exterminadores” tanto nos gabinetes quanto nos sertões do Império.<sup>60</sup>

Na Província do Amazonas, criada duas décadas e meia após este diagnóstico, se observa que, embora já houvesse uma legislação geral para mediar as relações do Estado com os índios, os moradores, os religiosos e a própria administração provincial, os índios discordaram, descumpriram, completaram e até mesmo conseguiram mudar parte da legislação. Ou seja, esses agentes tornaram vivo o debate sobre a política indigenista e sobre o indigenismo de um modo geral.

### 1.3- Entre a imensidão geográfica e a fragilidade dos números

A Província do Amazonas foi criada pela Lei Nº. 582, de 5 de setembro de 1850, mas só foi instalada em 1º de janeiro de 1852 quando tomou posse seu primeiro presidente, João Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha. Sua extensão geográfica correspondia à mesma área da antiga Capitania do Rio Negro, posteriormente, 1833, Comarca do Rio Negro.

Mesmo de dimensões geográficas gigantescas,<sup>61</sup> a então Comarca do Rio Negro era administrativamente reduzida. No ano de 1849, contava com a seguinte estrutura jurídico-política: uma vara criminal; dois termos judiciais; uma cidade; três vilas; vinte e quatro freguesias; quatro colégios eleitorais; 55 eleitores e 1.956 votantes qualificados, que representavam pouco mais de 10% do eleitorado da Província do Pará, que era de 16.282 eleitores.<sup>62</sup>

Conforme consta no *Auto de Instalação da Província do Amazonas*, sua população era de 29.798 indivíduos, assim distribuídos: a) livres: 7.815 homens, 8.772 mulheres, 6.772 menores do sexo masculino e 5.685 menores do sexo feminino; b) escravos: 225 homens,

<sup>60</sup> MONTEIRO, John Manuel. *Op. cit.*, 2001, p. 142.

<sup>61</sup> De acordo com a documentação, a Província do Amazonas tinha as seguintes delimitações: A Leste, com a Província do Pará, por uma linha que passava pela montanha de Parintins e a foz do rio Nhamundá, de lá ao Sul atravessado o Rio Tapajós até a Latitude de 9º, a partir deste ponto se estendia até a Cachoeira de Santo Antônio no Rio Madeira, fazendo divisa com a Província do Mato Grosso, de lá ao Sudoeste e a Leste fazia limite com o território da Bolívia, do Peru e da Venezuela. Cf. RPPAM, Relatório de 30 de abril de 1852.

<sup>62</sup> RPPA, Fala do presidente Jerônimo Francisco Coelho de 1º de outubro de 1849, p. 87.

272 mulheres, 117 meninos e 136 meninas. Estes números e outros detalhes a respeito da população que constam nos relatórios provinciais do ano de 1852 foram retirados de um levantamento populacional realizado pela Província do Pará no ano de 1849, cujos resultados aparecem também nos relatórios do ano de 1851. Contém muitas falhas, entre elas a de não ter contado as populações de Tabatinga no rio Solimões e de Moura, Carvoeiro, Santa Izabel e outras localidades do rio Negro.

Aliás, não apenas no Amazonas, mas em outras partes do Império, os dados censitários da população sofriam de imprecisão por diversos problemas. Kaori Kodama salienta que entre as dificuldades estava a própria resistência da população que se opunha aos registros censitários, chegando até a se amotinar e entrar em choque com o Estado, como ocorreu em 1851, nas províncias do Ceará, Alagoas, Sergipe e Pernambuco, quando foi discutido o projeto censitário do Império. Segundo esta autora, parte da população de Pernambuco chamava esse projeto de “lei do cativo”, ou seja, havia um receio de que os censos servissem para escravizar a população de cor, como mencionou José da Costa Carvalho, visconde de Monte Alegre, um dos autores do projeto. Ainda de acordo com Kodama, além desta dificuldade, havia o problema da “impossibilidade de se penetrar nas regiões habitadas pelos índios ‘bravios’ ou não aldeados”, problema, aliás, que se arrastava desde os primeiros censos do Império.<sup>63</sup> Podemos acrescentar ainda para o caso da província do Amazonas as distâncias geográficas entre as localidades, a dificuldade de comunicações e a falta de pessoal qualificado para realizar os censos.

Estas dificuldades eram, ao que parece, ainda maiores quando se falava das populações indígenas. Sobre elas os números são quase sempre genéricos e sem base estatística segura. Só para termos uma ideia, as estimativas sobre os índios da Província do Pará, dos anos de 1841, 1848 e 1849 apontavam uma população indígena em torno de 100.000 almas, para uma população geral estimada em 300.000 indivíduos no ano de 1841. Este mesmo número foi reiterado em 1852, pelo relatório do presidente da Província do Amazonas, Tenreiro Aranha, para quem a população de “naturais da Província” poderia ser maior que 100.000 indivíduos, “sem incluir as hordas bárbaras, errantes e ainda desconhecidas”.<sup>64</sup> Para Kodama, essas “estimativas imaginárias” constituíam a população indígena do Império num “vir a ser” que só se consolidaria à medida em que fosse abarcada

---

<sup>63</sup> KODAMA, Kaori. *Os Índios e o Império do Brasil: a etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; São Paulo: EDUSP, 2009, p. 195-196.

<sup>64</sup> RPPAM, Relatório de 30 de março de 1852, p. 47.

“pelos olhões da administração”,<sup>65</sup> em outras palavras, quando fosse aldeada e integrada à sociedade nacional.

Contudo, embora imprecisos, os números nos dão uma ideia geral da população. Por meio deles, podemos imaginar como os administradores provinciais pensavam a população e como esta era classificada. Pelo quadro abaixo podemos acompanhar os dados populacionais da Província do Amazonas. Incluímos aqui os dados de 1849, antes da sua criação, só para termos uma ideia da população dessa região, uma vez que a Província não fez censo logo após sua instalação e, também, para observarmos as contradições nos números.

**Quadro 01**  
**População da Província do Amazonas na sua primeira década**

Classificação	Faixa etária	1849			1851			1856		
		Sexo		Soma	Sexo		Soma	Sexo		Soma
		M	F		M	F		M	F	
Livres	Maiores	6.073	6.167	12.240	7.815	8.772	16.587	23.298	17.609	40.907
	Menores	4.956	4.786	9.742	6.776	5.682	12.461			
Escravos	Maiores	198	231	429	225	272	497	511	401	912
	Menores	140	131	271	117	136	253			
Estrangeiros		-	-	80	-	-	106	-	-	366
Soma		11.447	11.315		15.039	14.865		23.809	18.010	
<b>Total</b>		<b>22.762</b>			<b>29.904</b>			<b>42.185</b>		

Fonte: RPPAM, Relatório de 30 de março de 1852; RPP/AM, Relatório de 8 de julho de 1856, Quadro 9.

Pela legislação da época, os índios eram considerados livres, por isso devem estar relacionados nos censos entre a população livre, mas não se sabia quantos eram até 1856, quando houve o primeiro censo dos índios da Província do Amazonas. A tarefa de fazer o “arrolamento de todos os índios aldeados” era do diretor geral de índios de cada província, conforme o artigo 1º, parágrafo 6º do *Regulamento das Missões*; mas, para sua execução, ele teria que contar sempre com os diretores parciais, figuras centrais nos aldeamentos. Durante a existência dos Diretores Parciais, cargo criado pelo *Regulamento das Missões* em 1845, mas que foi implementado, como veremos com muitos problemas na província do Amazonas, entre eles a falta de pessoal qualificado, os censos sobre as populações indígenas aldeadas são mais constantes, porém, com a extinção deste cargo em 1866, os números sobre as populações indígenas na província passaram a ser praticamente inexistentes.<sup>66</sup>

<sup>65</sup> KODAMA, Kaori. *Op. cit.* 2009, p. 198.

<sup>66</sup> Na verdade, o que a documentação chama *grosso modo* de censo ou de mapas populacionais, tratava-se quase sempre de pequenos e parciais levantamentos populacionais realizados no interior nos aldeamentos pelos agentes que estavam *in loco*: missionários, diretores parciais e outros agentes do estado, oscilando muito de acordo com a realidade administrativa e de pessoal de cada diretoria parcial ou missão religiosa.

O levantamento divulgado no ano de 1856 mostra que os 6.583 índios da Província do Amazonas viviam em 102 aldeamentos e pertenciam a 24 etnias. No censo de 1861, foram contados 15.832 indígenas. É importante mencionar que este número e outros relativos à população indígena são referentes aos índios aldeados nas diretorias e nas missões. Ficavam fora das estatísticas, os índios dos “sertões”, chamados também nos relatórios provinciais de “hordas selvagens”, ou seja, aqueles índios que não faziam parte dos aldeamentos e que viviam livres pelas florestas. Estes são sempre mencionados na documentação consultada como muito numerosos. O presidente Tenreiro Aranha fala que se esses índios fossem incluídos na população da província, o total da população poderia chegar a cem mil.<sup>67</sup> Ficavam, também fora dos censos, obviamente, os índios tidos como assimilados pela sociedade como os *tapuios*<sup>68</sup> porque não eram considerados como tais.

Em 1854, o presidente Ferreira Pena admitiu a precariedade dos dados relativos às populações indígenas, pois, na sua própria lista feita no ano anterior faltavam etnias já conhecidas e apareciam nomes de outras inexistentes.<sup>69</sup>

---

<sup>67</sup> RPPAM, Relatório de 30 de abril de 1852, p. 46-47.

<sup>68</sup> Aqui é oportuno fazer uma distinção entre *tapuias* que no círculo científico e ideológico do século XIX representava os povos “bárbaros” e “selvagens” que habitavam os “sertões” hostis do Brasil, vistos como inimigos da sociedade nacional, exemplificados pelos Botocudos (Cf. MONTEIRO, John., *Op. cit.*, 2001, p. 172), e *tapuios*, que no âmbito das províncias do Pará e do Amazonas correspondem a uma denominação dada àqueles índios já “incorporados” à sociedade regional, representando o oposto dos índios “selvagens” e “arredios” habitantes das matas. Carlos Araújo Moreira Neto definiu *tapuios* como “índios genéricos”, fruto do processo de colonização e que agregaram à sua cultura outros traços de diferentes origens, principalmente, aqueles adquiridos nos aldeamentos missionários, mas que se diferenciavam dos “sertanejos da Amazônia”, cujos traços culturais vêm dos elementos indígenas, africanos e europeus. Cf. MOREIRA NETO, Carlos Araújo de. *Índios da Amazônia: de maioria à minoria (1750-1850)*. Petrópolis/RJ: Ed. Vozes, 1988, p. 83-84.

<sup>69</sup> RPPAM, Fala de 1º. de agosto de 1854, p. 60.

**Quadro 02**  
**População Indígena aldeada na Província do Amazonas entre 1852-1888**

Ano	1852	1856	1858a	1858b	1861	1864a	1864b	1866	1888
Etnias	-	38	60	-	66	-	-	21	-
Nº. de índios	-	6.583	9.985	4.458	15.823	13.676	17.480	17.385	7.128

Fonte: RPPAM, Relatório de 08 de julho de 1856, p. 12 e seu Anexo 11; RPPAM, Fala de 1º. de outubro de 1858, p. 24; RPPAM, Relatório de 7 de setembro de 1858, Anexo M (Relatório da Diretoria dos Índios, de 23 de agosto de 1858); RPPAM, Fala de 5 de maio de 1861, p. 27; RPPAM, Relatório do presidente Manoel Clementino Carneiro da Cunha, s/d, 1864, p. 15; RPPAM, Relatório de 1º de outubro de 1864, p. 38; RPPAM, Relatório de 24 de junho 1866, Anexo II (Relatório da Diretoria Geral dos Índios do Amazonas, de 27 de janeiro de 1866), p. 337; RPPAM, Relatório de 5 de setembro de 1888, p. 89.

O quadro acima sintetiza os dados populacionais referentes às populações indígenas que aparecem na documentação consultada. Nele observa-se uma inconstância relativa ao número de etnias, aldeamentos e malocas.<sup>70</sup> O total de índios por ano é bastante variável, não sendo observado um crescimento linear de um ano para outro, mas ao longo das décadas de 1850 e 1860 se verifica um crescimento importante no número de índios aldeados. Como vimos acima, esse crescimento está diretamente relacionado com a atuação das Diretorias Parciais que foram sendo criadas e estruturadas ao longo dessas duas primeiras décadas da Província do Amazonas e que eram responsáveis por grande parte dos dados apresentados ao governo provincial. Outra parte era remetida pelas Missões religiosas e, ocasionalmente, por funcionários públicos que percorriam os rios ou por comissões estatísticas nomeadas para realizar censos periódicos.

Aqui, é importante frisar que, em 7 de março de 1866, o governo central autorizou a Província do Amazonas a suprimir o cargo de Diretor Parcial, passando o trabalho nos aldeamentos para a responsabilidades dos missionários capuchinhos, mantendo apenas o cargo de Diretor Geral de Índios. Esta mudança teve implicações na política indigenista provincial e será discutida no próximo capítulo; porém, aqui importa assinalar que foi justamente no ano de 1866 a divulgação o último censo mais completo da população indígena da província.

Com esta mudança, que resultou na extinção do cargo de 38 diretores parciais existentes em 1866, as informações sobre as populações indígenas ficaram ainda mais

<sup>70</sup> Distinguímos os aldeamentos das malocas não apenas pelo seu caráter social e espacial, mas, sobretudo, pelo aspecto político que aqui nos interessa diretamente. Os aldeamentos eram formados pelos núcleos indígenas criados e gerenciados pela política indigenista do Estado, enquanto que as malocas eram habitações criadas e governadas pelos índios obedecendo aos padrões culturais de cada etnia. Diferentes das malocas e dos aldeamentos, porém, mais próxima destes, eram as missões administradas pelos religiosos.

escassas e pontuais, refletindo apenas a realidade das poucas Missões religiosas. Na década de 1870, por exemplo, havia apenas três Missões: uma no rio Madeira, outra no rio Branco e outra no rio Solimões, e não há dados sobre a população indígena. Os números referentes ao ano de 1888, mostrados no quadro, são correspondentes apenas à Missão do Alto Rio Negro. Enfim, findo o regime monárquico imperial na Amazônia e não se tem mais um censo geral da população indígena aldeada.

Por outro lado, observa-se na documentação que, na verdade, os índios foram sumindo das estatísticas a partir do final dos anos de 1860 e foram ganhando importância os dados referentes à migração nordestina, principalmente, a partir do final da década de 1870, quando a economia da borracha começou a ganhar mais vulto.

É importante destacar, também, que a discrepância dos números referentes ao total de índios mostrados acima, esteve vinculada a outros fatores, tais como: as relações nem sempre amistosas dos agentes do Estado junto aos índios, o que resultava em fugas e deserções dos índios dos aldeamentos e as epidemias de gripe, varíola e sarampo que varriam os aldeamentos, matando e dispersando a população. Mais adiante, trataremos destes fatores quando nos referirmos à política indigenista propriamente dita.

#### 1.4- Ideias, instrumentos e práticas indigenistas no Amazonas imperial

Ao longo de sua existência, o Estado provincial no Amazonas herdou, ratificou e/ou criou um conjunto de instituições e de legislações que tinha como finalidade mediar as relações com os povos e populações indígenas.<sup>71</sup> Para nossa análise, destacamos os seguintes instrumentos: o *Corpo de Trabalhadores*, as *ações políticas dos presidentes* junto às lideranças indígenas, as *colônias militares* e o *Regulamento das Missões acerca de Catequese e Civilização dos Índios*. Este último, por sua densidade e importância para esta pesquisa, analisaremos em capítulo à parte. Entre um e outro instrumento, existem importantes diferenças sejam de natureza, de origem, de estrutura ou mesmo de propósito; porém, todos fazem parte da ação do Estado com o propósito de catequizar, civilizar e utilizar os índios nas frentes de trabalho imediatas e nos projetos econômicos e militares de interesse do Estado.

---

<sup>71</sup> Distingo “povos” de “populações” indígenas, para assegurar a diferença entre os grupos indígenas que se auto definiam etnicamente distintos do resto da população e aquela parte dos índios, oriunda de diferentes etnias, mas que não vivia mais em suas malocas e já estava incorporada aos aldeamentos, vilas ou lugares.

A título de ilustração, o *Corpo de Trabalhadores* foi criado na Província do Pará, no contexto ainda de conflitos da Cabanagem (1835-1840), sendo visto por certos setores mais conservadores da historiografia como parte do interesse e necessidades do Estado em controlar a mão de obra e os potenciais focos de resistência cabana. Estudos mais atuais, no entanto, apresentam outras questões que o inserem no conflituoso mundo político, social e cultural de autoridades, proprietários e trabalhadores, no qual esses diferentes sujeitos o perceberam de modo diferente e lhe imprimiram ritmos e características próprias.<sup>72</sup>

Para Vânia Maria Losada Moreira, a partir da Independência e, principalmente, durante a segunda metade do século XIX, o projeto liberal tende a se fortalecer no Brasil o que vai culminar numa política indigenista voltada para uma rápida assimilação dos índios à sociedade nacional. Seja por meios violentos ou por negociações, o Estado tenta impor sobre os índios o estatuto de “brasileiros” e de “cidadão” numa negação às suas condições étnicas.<sup>73</sup>

Neste contexto, uma série de leis, decretos e avisos é promulgada, trazendo um rico debate em torno da questão indígena, já mencionado anteriormente. *O Regulamento das Missões* fez parte deste contexto e tinha exclusivamente os índios como foco, sendo resultado de um intenso debate político e intelectual na capital do Império entre aqueles que defendiam a utilização imediata dos índios como força de trabalho ou o seu inevitável extermínio físico e aqueles que propunham um tratamento mais humanitário, que consistia no aldeamento dos índios para fins de catequese e civilização e para, posteriormente, serem utilizados como mão de obra.

Diferenças à parte, na prática, contudo, esses instrumentos se complementavam no propósito principal da política indigenista imperial que era o de atrair os índios para os aldeamentos e utilizá-los como mão de obra nas diferentes frentes de trabalho, públicas e privadas, na floresta, nas vilas e lugares e nas capitais das províncias.

---

<sup>72</sup> Cf. FULLER, Claudia Maria. “Os Corpos de Trabalhadores: política de controle social no Grão-Pará”. In: *Revista de Estudos Amazônicos*, v. III, nº. 1, 2008.

<sup>73</sup> MOREIRA, Vânia Maria Losada. “Deslegitimação das diferenças étnicas, ‘cidanização’ e desamortização das terras de índios: notas sobre liberalismo, indigenismo e leis agrárias no México e no Brasil na década de 1850”. In: *Revista Mundo do Trabalho*. v. 4, nº. 8, junho-dezembro, 2012b, p. 68-69.



#### 1.4.1- O Corpo de Trabalhadores na Província do Amazonas

Criado em 1838, ainda no contexto da Cabanagem na Província do Pará, sua existência estendeu-se, na Província do Amazonas, até o ano de 1863.<sup>74</sup> Em 1848, dois anos antes da criação da Província do Amazonas, o *Corpo de Trabalhadores do Rio Negro* pertencente à, então, Comarca do Rio Negro, área geográfica que passou a ser a Província do Amazonas, era o mais numeroso e cobria a maior extensão geográfica da província paraense: contava com 8 oficiais, 9 oficiais inferiores e 1.688 trabalhadores alistados.<sup>75</sup>

Entre estes trabalhadores estavam índios, mestiços, pretos livres ou libertos que não possuíam propriedade ou estabelecimentos próprios. No caso da Comarca do Rio Negro, tendo em vista a menor presença histórica de negros nessa região em comparação com a região de Belém e vizinhanças, supõe-se que, entre os 1.688 trabalhadores alistados neste Corpo, a maioria era mesmo composta por indígenas e tapuios. Isso pode ser constatado se tomarmos como referência a estatística populacional do governo do Pará. No relatório daquela província de 20 de agosto de 1852, que traz o resultado de pesquisa de uma Comissão de Estatística, formada no ano de 1848, a população total da Província do Pará era de 209.213 indivíduos, dos quais 175.150 eram livres e 34.073 eram escravos negros, e entre eles apenas 750 pertenciam à Comarca do Alto Amazonas.<sup>76</sup>

Na condição de membros do Corpo de Trabalhadores, os índios, assim como os demais alistados, eram destinados aos trabalhos nas lavouras, no comércio, no transporte de mercadorias, nas obras públicas e a vários outros serviços de particulares.

Resumidamente, o texto da Lei nº 2 de 25 de abril de 1838, que criou Corpo de Trabalhadores, procurava organizar a força de trabalho não escrava composta por índios, mestiços e tapuios que não tinham propriedade ou algum serviço regular. Esses trabalhadores eram alistados compulsoriamente e não podiam sair das vilas ou lugares sem

---

<sup>74</sup> O Corpo de Trabalhadores foi criado em 27 de abril de 1838, pela Assembleia Legislativa Provincial do Pará e assinado pelo governador Francisco José de Souza Soares d'Andrea em 28 de abril do mesmo ano. Contudo, só entrou efetivamente em execução com a publicação das *Instruções para a Organização dos Trabalhadores* e do *Regimento dos mesmos Corpos*, de 8 de agosto de 1838. O texto da Lei Nº. 2, de 25 de abril que cria os Corpos de Trabalhadores aqui utilizado está transcrito. In: SAMPAIO, Patrícia M. & ERTAL, Regina de Carvalho (Orgs.). *Rastros da Memória: história e trajetória das populações indígenas na Amazônia*. Manaus: EDUA, 2006, p. 284-285 e as *Instruções* e o *Regulamento* se encontram na cópia fac-símile publicada. In: MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. *Op. cit.*, 1988, p. 273-277.

<sup>75</sup> No ano de 1848, outras Comarcas da Província do Pará tinham os seguintes números de trabalhadores alistados em seus respectivos Corpos: de Bragança, 328; de Cametá, 1.285; da Capital (Belém do Pará), 846; de Gurupá, 608; de Macapá, 240; de Marajó, 471; de Santarém, 1.590 e; de Vigia, com 312 alistados. Cf.: RPPPA, Fala de 1º de outubro de 1848, p. 31.

<sup>76</sup> RPPPA, Relatório de 20 de agosto de 1852, p. 87 e 88.

licença por escrito do comandante do Corpo no qual estavam alistados. Os que fossem pegos vagando sem licença eram presos e enviados a seus respectivos comandantes. Com isso, buscava-se evitar, entre outras coisas, as fugas de índios, mestiços e negros, que não eram raras, para as fronteiras com a Venezuela pelos rios Branco e Negro, para a Colômbia pelos rios Japurá, Içá e Solimões, para o Peru pelos rios Solimões e Javari e para a Bolívia pelos rios Juruá, Purus e Madeira.

A parte da lei relativa à *Organização* dos Corpos de Trabalhadores, publicada em 8 de agosto do mesmo ano, previa que estavam isentos desse serviço compulsório os indivíduos com idade entre 15 e 50 anos e que fossem capazes de pegar em armas, pois, estes deveriam servir à Guarda Policial e os homens de cor que tivessem algum estabelecimento próprio. Isentavam-se, também de acordo com os artigos 1º, 2º, 3º e 4º do *Regulamento* dos Corpos de Trabalhadores, os indivíduos que já estivessem empregados em trabalhos com contratos escritos, os mestres de ofício que efetivamente estivessem trabalhando, os feitores, administradores e vaqueiros de fazendas, os patrões de canoa e remeiros. Estes dois últimos deveriam provar que estavam trabalhando por mais de seis meses em seus respectivos serviços.

Deste modo, vê-se claramente que essa legislação fechava o cerco aos indivíduos pobres e de cor, e, obviamente, aos índios e tapuios, e a todos aqueles que fossem pegos em vadiagem ou que representassem algum perigo de revolta à ordem estabelecida. Na verdade, ela representa um dos mais importantes instrumentos de controle e de repressão de trabalhadores da Província do Pará no século XIX, estendendo-se, posteriormente, à Província do Amazonas. Contudo, tratava-se de uma lei que buscava, por assim dizer, controlar o incontrolável: uma formidável força de trabalho de centenas de grupos indígenas diferentes e em diferentes formas de contatos com o mundo ocidental, de tapuios e de negros diversos e de um grande grupo de “comandantes” e outros agentes do Estado ávidos por riquezas e poder, espalhados numa imensidão de rios, paranás, igarapés e florestas muito distantes não apenas da presença, mas também da lógica do Estado.

Logo após sua criação, o Corpo de Trabalhadores foi objeto de muitas críticas, dúvidas e distorções. Por conta disso, foi parcialmente reformulado em 24 de outubro de 1840 e em 12 de junho de 1841. Os problemas, contudo, continuaram. Os principais eram: a utilização indevida da mão de obra dos trabalhadores pelos comandantes, dificuldades para as autoridades locais fazerem cumprir a lei em suas localidades, resistência da população em

se alistar e cumprir as jornadas de trabalho e a falta de informação sobre um dos Corpos criados oriunda das distâncias geográficas e da falta de pessoal qualificado. Em 1849, uma avaliação feita pelo presidente paraense, Gerônimo Francisco de Coelho, considerava o número de nove Corpos insuficiente e que eles estavam em “quase total desorganização, pela falta de alistamentos regulares e ausência de grande número de alistados”.<sup>77</sup> Para este presidente, era a preguiça do tapuio (e por consequência dos índios) amparada numa região rica em alimentos naturais que dificultava seu alistamento para o trabalho, mesmo que ele fosse compulsório. De acordo com o presidente Coelho:

O nosso tapuio, que ergue sua barraca ou palheiro a margem de qualquer desses rios e lagos variadamente piscosos, rodeados de matas e florestas virgens, uberíssimas de frutos, drogas e especiarias abundantes, de uma infinda variedade de caças em quadrúpedes e voláteis [sic]; vive descansado e descuidado. No seio da abundância; e se estas circunstâncias o dispensam do trabalho voluntário, com que repugnância e odiosidade se não prestará ela ao trabalho obrigatório?<sup>78</sup>

Todavia, o presidente admite que não eram somente a “preguiça” do tapuio e a “abundância da natureza” as únicas causas para o fracasso dessa instituição: é que dela “tomou conta o abuso, que [a] converteu [em] meio de ganância e servidão”.<sup>79</sup>

Nesta mesma direção, aponta o *Relatório do Imperial Corpo de Engenheiros*, assinado por Marcos Pereira de Sales que, ao relatar a viagem do Vapor Marajó no trecho de Belém à Barra do Rio Negro em 1852, sustenta que havia muita escassez de lenha devido à falta de trabalhadores nas vilas e povoados. Ainda de acordo com esse relatório, a opressão com a qual eram tratados os trabalhadores pelos “Mandões do Interior”, levava os trabalhadores a terem aborrecimentos e, ao invés de adquirirem “amor pelo trabalho”, buscavam evitá-lo, pois, “com ele, nada lucram”.<sup>80</sup>

A escassez de mão de obra foi também uma tônica importante na viagem do cientista Alfred Russel Wallace nos rios Amazonas e Negro entre os anos de 1848 e 1852.<sup>81</sup> Percorrendo a Amazônia, desde Belém até o rio Negro por cerca de quatro anos, a expedição de Wallace contratou negros e índios, tanto pelo regulamento dos Corpos de Trabalhadores,

<sup>77</sup> RPPPA, Fala de 1º outubro de 1849, p. 21.

<sup>78</sup> PRRPA, Fala de 1º. outubro de 1849, p. 22.

<sup>79</sup> PRRPA, Fala de 1º. outubro de 1849, p. 78.

<sup>80</sup> BRASIL, Relatório da Repartição dos Negócios do Império, Rio de Janeiro, 1853, Anexo 5, p. 10.

<sup>81</sup> A edição da obra de Wallace aqui utilizada é a que foi publicada pela Editora Itatiaia em 1979, conforme consta nas referências bibliográficas.

quanto pelo Regulamento das Missões e por outros sistemas alternativos existentes, para serem seus guias, remeiros, cozinheiros, carregadores e coletores de insetos.

Aportando na Barra do Rio Negro a 31 de dezembro de 1849, a expedição de Wallace precisava de remeiros e guias, uma vez que os índios que havia conseguido em Monte Alegre, Óbidos e outras localidades só viajavam os trechos contratados e já tinham que retornar. Deste modo, uma das primeiras providências de Wallace, no final de cada trecho de viagem, era conseguir novos trabalhadores. Na cidade da Barra não foi diferente. Logo entrou em contato com as autoridades locais para que lhe arranjassem índios. Os primeiros, contudo, só foram adquiridos 3 dias depois; foi quando ele começou a explorar as vizinhanças da cidade.

Em outubro do ano seguinte, Wallace estava em Nossa Senhora da Guia, um pequeno povoado no alto rio Negro, onde permaneceu por vários dias na casa do Sr. João Antônio de Lima, famoso comerciante que realizava viagens entre a Barra do Rio Negro e o alto rio Negro, onde morava. Desse senhor, Wallace conseguiu índios para serem seus guias e caçadores de insetos. Contudo, em que pese o pagamento, parece que os índios só tinham uma razão para estarem ali: o respeito, ou melhor, o temor que tinham pelas ordens do Sr. Lima.

De acordo com Wallace, os índios não precisavam daquele trabalho, por isso:

Era comum retornarem da floresta de mãos vazias, dizendo que não haviam encontrado nenhuma ave, quando eu tinha boas razões para crer que seu dia fora passado ociosamente num sítio vizinho. Acontecia também de voltarem da mata com passarinho sem valor, que podia ser encontrado perto de qualquer cabana do povoado. Como eles tinham de ir muito longe em busca de melhores exemplares, eu não podia confrontá-los, sendo obrigado a aceitar o que quer que me trouxessem, e ficar contente.<sup>82</sup>

No primeiro semestre de 1851, a expedição de Wallace aportou à noite numa aldeia do rio Uaupés, agora na companhia de outro comerciante da região. A aldeia estava quase totalmente vazia. Wallace comentou que era comum os índios se ausentarem das aldeias quando avistavam um negociante porque temiam ser obrigados a acompanhá-lo; em virtude disto, afirmou o cientista: “alguns índios preferem manter-se ocultos”. E prossegue Wallace

---

<sup>82</sup> WALLACE, Alfred Russel. *Viagens pelos rios Amazonas e Negro*. Tradução de Eugênio Amado; apresentação de Mário Guimarães Ferri. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1979, p. 137.

relatando o caráter violento da relação dos comerciantes com os índios e a quase ausência do Estado em regiões tão distantes da sede do poder provincial, o que gerava impunidades aos transgressores e medo na população:

Muitos dos comerciantes deste rio são indivíduos da pior espécie. Ameaçando matá-los, obrigam os índios a seguir viagens com eles. Costumam até cumprir suas promessas, uma vez que se consideram fora do alcance daquela mínima fração da lei que mesmo no Rio Negro ainda luta para persistir.<sup>83</sup>

Escondendo-se nas matas, negociando jornadas de trabalhos menos intensas e em locais mais próximos do seu mundo cultural ou burlando, de certa forma, os contratos de trabalho como faziam os coletores de insetos de Wallace, os índios e outros trabalhadores ligados ao Corpo de Trabalhadores buscavam driblar o sistema de trabalho compulsório e, mesmo que de forma velada, impor o seu jeito de ser e seu ritmo de trabalho. Isso significa que eles tinham uma visão crítica do sistema de trabalho imposto pelo Estado e buscavam meios próprios para se esquivar dele ou pelo menos amenizar seus efeitos.

Para Claudia Maria Fuller, os trabalhadores (índios e não índios) tinham uma visão própria do trabalho compulsório e conhecendo-o bem, até podiam utilizá-lo em seu próprio benefício. Por isso, preferiam ir mais às coletas nos sertões, participar das atividades do comércio, da pesca e do preparo de peixes, ou seja, trabalhos sazonais. Nestas atividades se sentiam mais livres dos olhos das autoridades. Muitos trabalhadores utilizavam-se, inclusive, dos alistamentos para se livrarem dos serviços públicos obrigatórios supervisionados pelo Estado.<sup>84</sup>

Aproveitando a reflexão dessa autora sobre a importância da “sazonalidade” dos trabalhos extrativistas e da pesca para intercalar periodicamente diferentes tipos de atividades econômicas na Amazônia (coleta, agricultura, comércio, extração de produtos naturais etc.),<sup>85</sup> podemos considerar também que em trabalhos sazonais, como a pesca, a coleta ou a caça, assim como em trabalhos temporários de curta duração e no ambiente dos rios amazônicos, os trabalhadores índios e tapuios se sentiam mais livres, não apenas porque estavam menos pressionados pelas autoridades, mas também porque eles dominavam as

<sup>83</sup> WALLACE, Alfred Russel. *Op. cit.*, 1979, p. 178.

<sup>84</sup> FULLER, Claudia Maria, “Os Corpos de Trabalhadores e a organização do trabalho livre na província do Pará (1838-1859)”. In: *Revista Mundo do Trabalho*, v. 3, nº. 6, julho-dezembro de 2011, p. 60.

<sup>85</sup> *Ibid.*, p. 60-61.

técnicas, o ambiente em sua volta (rios, lagos e florestas) podendo, por isso, tirar maior proveito em relação à alimentação e bem estar. Neste ambiente, mesmo sob um regime de trabalho forçado e controlado, eles podiam exercer maior potencial de ação e de negociação, uma vez que em muitos casos, o bom desempenho da atividade que estavam fazendo dependia dos seus próprios conhecimentos do ambiente. Isto fazia com que os contratantes tivessem que flexibilizar as regras, fechar os olhos para algumas faltas dos trabalhadores ou até mesmo negociar benefícios e privilégios como fez o cientista Alfred Wallace com seus índios remeiros.<sup>86</sup>

No entanto, quando esses trabalhadores eram contratados para trabalhos na sede da província ou em vilas distantes do seu ambiente, tinham menor poder de barganha e estavam mais sujeitos a outros males como as doenças e a embriaguez. Por isso, fugiam ou evitavam mais desses trabalhos ou buscavam outras formas de relação e negociação como fizeram as lideranças Mawé com o governador Tenreiro Aranha.

Em Fala dirigida a Assembleia Provincial, em 5 de setembro de 1852, o vice-presidente Manoel Gomes Correa de Miranda informou que o *Corpo de Trabalhadores* da Província do Amazonas se achava organizado da mesma forma que recebera quando da criação da Província e sugeriu à Assembleia que se criasse em seu lugar um *Corpo de Pedestre*. Isto implicaria em transformar todos os trabalhadores alistados em policiais. Uma solução administrativa razoável se pensarmos que a Província do Amazonas tomou emprestados 229 militares do Pará para sua instalação e organização inicial. Não foi atendido.

No ano seguinte, o presidente Herculano Ferreira Penna, relatava à mesma Assembleia provincial que o *Corpo de Trabalhadores* se compunha de 12 companhias, uma na capital e outras 11 nas freguesias de: Moura, Thomar, São Gabriel, Serpa (Itacoatiara), Silves, Villa Bella (Parintins), Maués, Canumã, Borba, Alvellos Coari e Egas (Tefé). E observava que sua existência e funcionamento eram tão precários, que quase se podia falar que estavam apenas nominalmente como força pública.

---

<sup>86</sup> A participação dos índios nas atividades de coleta e extração das “drogas do sertão” é uma prática que advém do período colonial e estava arraigada na cultura da população amazônica. Estudando o período pombalino, Heather Flynn Roller, mostra que mesmo aqueles índios que tinham *status* na colônia ou que ocupavam cargo no âmbito do Estado e que, por isso, eram desobrigados pela lei de participar de tais atividades, o faziam de forma voluntária, pois viam nessas expedições ao sertão oportunidades de fugir dos espaços de controle do Estado, de se sociabilizar com outros grupos indígenas e, até mesmo, obter retorno financeiro. Cf. ROLLER, Heather Flynn. “Expedições coloniais de coleta e a busca por oportunidades no sertão amazônico, C. 1750-1800”. In: *Revista de História*. n.º. 168, jan./jun., São Paulo: USP, 2013, p. 201-243.

Na avaliação deste presidente, esta instituição já havia cumprido seu principal propósito, qual seja o de ocupar e colocar sob o controle das autoridades militares um número significativo de pessoas do sexo masculino pertencentes às classes pobres: índios, mestiços e negros que não estavam engajados nas forças armadas, tendo “poupado a sociedade de malfeitorias e agressões de uma grande parte da população mais grosseira e ignorante” no período da Cabanagem. Ele admitia que seu Regimento, de características militares, impunha pesadas obrigações aos trabalhadores, mas mesmo assim, pensava que sua severidade poderia ser equacionada aos interesses dos próprios alistados se houvesse administração adequada. Fato que não ocorreu devido aos desmandos e ambições particulares de seus executores que usufruíam daquela mão de obra para seus próprios interesses, contrariando a legislação e o interesse geral do Estado imperial.<sup>87</sup>

O que não consta na avaliação do presidente é aquilo que nos referimos acima, ou seja, as reações dos trabalhadores àquela forma de trabalho compulsório que, em muitas situações impôs limites e dificuldades às autoridades. O próprio presidente admite que “os índios fugiam dos trabalhos”.<sup>88</sup>

Concluindo sua avaliação, Ferreira Penna sugeria a imediata extinção do *Corpo de Trabalhadores* na Província; contudo, via ainda conveniente que se encontrasse uma outra forma de ocupar “em trabalho honesto” grande parte de indivíduos que, não podendo participar da Guarda Nacional, ficaria formada por indivíduos “inteiramente isentos dos ônus da sociedade e da imediata inspeção das autoridades locais”.<sup>89</sup> Isto mostra claramente a perspectiva ideologicamente moralizante e de controle social do Estado em relação aos trabalhadores e à população pobre de um modo geral, uma característica da política imperial brasileira do século XIX.

Em 1857, o presidente Pedro da Silva Dias relatava que o estado desta instituição em nada se alterou desde que assumiu o governo. Contudo, assim como outros presidentes que o antecederam, nada fez para alterar. Cinco anos depois, o presidente Manoel Clementino Carneiro da Cunha fez nova avaliação dos *Corpos de Trabalhadores*, reiterando em muitos pontos as avaliações anteriores, principalmente, no que diz respeito às razões históricas pelas quais foram criados, a falta de continuidade na política imperial da Província do Amazonas e a inadequação da lei aos novos tempos. Na verdade, segundo o presidente, a Lei N<sup>o</sup>. 36 de

<sup>87</sup> RPPAM, Fala de 1<sup>o</sup> de outubro de 1853, p. 23 e 24.

<sup>88</sup> RPPAM, Fala de 1<sup>o</sup> de outubro de 1853, p. 27.

<sup>89</sup> RPPAM, Fala de 1<sup>o</sup> de outubro de 1853, p. 24.

29 de setembro de 1854, que autorizou a reorganização dos Corpos de Trabalhadores na Província do Amazonas nunca foi executada. Para ele, a razão do seu abandono não foi somente a falta de atenção dos administradores, mas também o fato de que esta instituição:

Não acorda com os princípios cardeais de sistema liberal porque somos governadores. Fere demasiado a liberdade do trabalho (e) da indústria, criando restrições que não são fundadas na constituição do Império. Presta-se a abusos e vício, que a mais vigilante e escrupulosa inspeção não pode prevenir. [...] de fato está extinta. Existe apenas na lei.<sup>90</sup>

Na avaliação do presidente, cessadas as razões de sua criação, que na sua visão foi a “manutenção da ordem” no contexto das lutas cabanas na Província do Pará, ele opina pela extinção dos Corpos de Trabalhadores para que a Província voltasse ao regime da legalidade em termos do seu regime de trabalho.<sup>91</sup>

Finalmente, depois de inúmeras críticas, a última do presidente Manoel Clementino Carneiro da Cunha, de que os comandantes Corpos de Trabalhadores se aproveitavam desta lei em seu próprio benefício, e, mais, provado o seu descompasso com a contemporaneidade, esta instituição foi extinta na Província do Amazonas pela Lei Nº. 114 de 24 de maio de 1863. Na Província vizinha, a do Pará, que a criou, esta lei já havia sido extinta em 15 de novembro de 1859.

A extinção do Corpo de Trabalhadores, há pouco mais de uma década depois da criação da Província do Amazonas, mesmo sob o argumento de que ele era mais uma instituição ultrapassada filosoficamente, não é necessariamente uma demonstração de modernização das relações de trabalho na Província. Na verdade, ela foi vencida por uma série de fatores dentre os quais podemos destacar a incapacidade de gerar mão de obra de acordo com os interesses do Estado, má gestão pública que gerava muitos conflitos com os trabalhadores e a própria reação de setores da sociedade atingidos por essa forma de trabalho compulsório.

Deste modo, fosse por excesso de rigidez, fosse por complacência das autoridades com os desmandos dos agentes do Estado, como sugerem vários presidentes; fosse por rejeição e resistência da população, como querem certos setores da historiografia; ou, até mesmo por concorrer com um corpo legislativo mais atual, o Regulamento das Missões, e

---

<sup>90</sup> RPPAM, Relatório de 3 de maio de 1862, p. 12.

<sup>91</sup> RPPAM, Relatório de 3 de maio de 1862, p. 12.



com práticas políticas mais negociadas diretamente como os índios, como as ações políticas dos presidentes que consistiam na aliança com chefes indígenas, doações de brindes e concessões de patentes, o Corpo de Trabalhadores na Província do Amazonas sempre funcionou muito precariamente tendo sua extinção sugerida várias vezes pelos próprios administradores.

Claudia Maria Fuller, ao estudar essa instituição na Província do Pará, assinala que a historiografia a respeito desse tema priorizou a discussão dos Corpos de Trabalhadores na condição de “instrumento de controle social” e de “prevenção de novas ‘cabanagens’”, não se atentando para as diferentes formas de interpretações e de apropriações deste mecanismo pelos indivíduos e grupos sociais envolvidos. Para a autora, os estudos sobre esses Corpos, apontam para três perspectivas de leitura: como “dominação de classe”, como “dominação étnica/racial” ou como “aprisionamento de mão-de-obra”. Mas, ela chama a atenção também para a necessidade de se olhar esses Corpos de Trabalhadores, como uma “repressão” contra a “ociosidade” e a “vadiagem”, ou seja, como um mecanismo de civilização e de colonização em curso no século XIX.<sup>92</sup>

Neste contexto, para Fuller o “vadio passa a representar o perigo, a desordem, e precisaria então ser reconduzido ao caminho da ordem e do trabalho útil, garantidores do progresso da nação”, ideias que fizeram parte das estratégias e dos discursos políticos de proprietários e de intelectuais brasileiros preocupados em estabelecer o Brasil como uma nação moderna.<sup>93</sup>

#### *1.4.2- Segurança, fronteira e colonização: os índios e as colônias militares*

A lei provincial de 22 de novembro de 1842, que determinava a fundação de colônias militares na Província do Pará, propunha para a Comarca do Rio Negro a criação de oito colônias em rios estratégicos das regiões fronteiriças, assim localizadas: no Nhamundá, no Madeira, no Solimões, no Japurá, no Içá, no Uaupés, no Negro e no Branco. De acordo com o relatório provincial de João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha do ano de 1852, apenas a do Rio Branco foi projetada, mas ainda não havia sido fundada devido à falta de praças do Exército, condição necessária e determinada pelo regulamento da mesma.<sup>94</sup>

<sup>92</sup> FULLER, Claudia Maria. *Op. cit.*, 2008, p. 99-102, *passim*.

<sup>93</sup> *Ibid.*, p. 97.

<sup>94</sup> RPPAM, Relatório, de 30 de abril de 1852, p. 29.

As colônias militares tinham, evidentemente, um caráter de segurança, despertado na Constituição de 1824; por isso, espalhavam-se pelas fronteiras e pelos sertões remotos, mas não era este o único nem talvez o principal propósito. E, assim como observa Francivaldo Alves Nunes, a colonização militar estabelecida no Brasil, não tinha apenas, como em outros países, características especiais ligadas à agricultura, à indústria, às artes, à filantropia, nem mesmo o propósito único de combater a pobreza, aumentar a produção do solo e moralizar a mão de obra de “vagabundos e degradados” dos sertões. Aqui, esse tipo de colonização buscava estabelecer núcleos de povoação em lugares remotos do Brasil, buscando garantir a ocupação do espaço nacional, a segurança individual e dos bens econômicos, o comércio e a navegação.<sup>95</sup>

Sabendo das dificuldades de conseguir praças do Exército para uma região tão remota do Império, mas pensando na importância desse modelo de colonização para a Província do Amazonas, Tenreiro Aranha solicitou do governo central a fundação de, pelo menos, três colônias militares. Na sua proposta, elas seriam localizadas nos rios Madeira, Japurá e Branco para que fossem mais bem aproveitados os índios, o solo, a navegação, a comunicação e o comércio naqueles rios fronteiriços.<sup>96</sup>

O pedido do presidente foi fundamentado da seguinte forma:

a) a primeira colônia do rio Madeira, deveria localizar-se na Cachoeira de Santo Antônio e justificava-se por estarem ocorrendo ali “casos tão funestos e sucessivos”, fugas de escravos para o Mato Grosso e para a Bolívia e pela necessidade de apoiar a navegação naquela região e a construção de uma estrada que estava sendo planejada;

b) a segunda deveria localizar-se entre os rios Içá e Japurá, margem esquerda do rio Solimões, cuja jurisdição deveria alcançar a localidade de Tabatinga e de lá a foz do rio Apaporis. Sua necessidade encontrava respaldo na posição geográfica estratégica destacada nas cartas geográficas antigas. Aliás, a criação dessa colônia já havia sido ordenada em 10 de julho de 1846, mas nunca foi efetivada. O local escolhido era muito insalubre e levou à morte vários soldados por doenças bem como a fugas, inclusive, do comandante do destacamento militar que para lá foi enviado. Por isso, o presidente sugeriu outro lugar;

---

<sup>95</sup> NUNES, Francivaldo Alves. “Aspectos da colonização militar no Norte do Império: povoamento, segurança, defesa e conflitos”. In: *RBHM – Revista Brasileira de História Militar*, Ano II, nº 7, abril de 2012, p. 12.

<sup>96</sup> RPPAM, Relatório, de 30 de abril de 1852, p. 24.

c) a colônia do Rio Branco se fundamentava pela excelente qualidade do solo, pelas densas matas, vastas campinas e altas serras, próprias para a produção agrícola.<sup>97</sup>

Mas, de acordo com Tenreiro Aranha a força militar que para cá se deslocasse não poderia ser composta simplesmente de “soldados”. Estes agentes do Estado deveriam ter algumas habilidades específicas para trabalhos mecânicos, agrícolas e outros serviços rurais, que seriam aproveitadas de acordo com as características dos lugares para onde fossem. Por outro lado, não bastava que tivessem tais “características” ou habilidades, nem que fossem em número suficiente e com os meios necessários; precisava-se mais do que isso. Era imperioso que fossem

[...] escolhidos os mais susceptíveis de se acostumarem ao clima em um e outro lugar, devendo-se ter a maior atenção e de preferência de boa índole e conduta e essencialmente a cor para que, unidos por laços conjugares às belas amazonas, venham a ser seus filhos e descendentes, como já são muitos, brancos ou ao menos mamelucos estimados.<sup>98</sup>

Mais adiante, o presidente dá outros detalhes desse projeto de colonização ao propor a distribuição dos soldados nas áreas de colonização pelas suas características naturais, raciais e pelas suas qualidades profissionais. Para a colônia do Madeira deveriam ir alemães ou outros estrangeiros “de boa nota” e engajados na agricultura e outros serviços rurais; para a colônia do Içá-Japurá, deveriam ser deslocados soldados “de melhor costume”, já aclimatados na capital, em Tabatinga e no destacamento militar do Içá para trabalharem nas terras baixas e montanhosas; e para a do rio Branco, deveriam ir os naturais do Rio Grande do Sul e de Minas, para melhorarem as roças, trabalharem com o gado, “de sorte que os índios com eles adestrados teriam os proveitos destas vastas campinas e altas serranias (de) clima tão agradável, que lá poderiam viver e formar povoações”<sup>99</sup>

Deste modo vemos que o elemento indígena das colônias militares propostas pelo presidente Tenreiro Aranha, representado quase sexualmente pelas “belas amazonas” teria a função apenas de reproduzir biologicamente descendentes não indígenas, de preferência brancos, ou no limite “mamelucos estimados”. Vistos pelo presidente como “filhos da natureza” ou “hordas de bárbaros” que viviam de forma “errante” pelas selvas, os índios não

<sup>97</sup> RPPAM, Relatório, de 30 de abril de 1852, p. 26-28.

<sup>98</sup> RPPAM, Relatório, de 30 de abril de 1852, p. 29.

<sup>99</sup> RPPAM, Relatório, de 30 de abril de 1852, p. 30.

tinham “inclinação natural” para o trabalho agrícola ou para qualquer outra atividade sedentária. Por isso, as colônias deveriam “adestrá-los” e despertá-los para aproveitarem as riquezas do solo e nele se fixar para formar e morar em “povoações” coloniais e não em “aldeias primitivas” como era seu costume.

Trata-se, portanto, de um projeto que buscava aproveitar a mão de obra, a disciplina militar, bem como as características “mais civilizadas” de cada soldado para desbravar e colonizar os remotos sertões do Império e sua gente “primitiva”. Um projeto que deveria ser executado de acordo com o potencial econômico e a importância estratégica de cada lugar.

Para o presidente Francisco José Furtado, que governou a Província no final da década de 1850, as colônias militares seriam um meio para “criar” a agricultura na Província, facilitar o aldeamento dos índios e servir como proteção e escala para quem navegava os “perigosos” rios da Província. Desta forma, as colônias militares inseriam-se na política provincial no Amazonas, também, como uma das estratégias de aldeamento, de colonização e de civilização dos índios, não apenas porque eles eram parte de sua mão de obra, mas também porque podiam aprender a cultivar a terra com os colonos brancos advindos de outros lugares do país.

#### *1.4.3– Entre patentes, brindes, obrigações e exploração: a ação indigenista de Tenreiro Aranha*

Um dos problemas centrais da recém-criada Província do Amazonas era a mão de obra. E este problema continuou afetando diretamente a população indígena e as relações delas com o Estado nesta parte do Império. Na verdade, ele já se colocava como importante antes mesmo da criação da Província em 1850, mas ganhou relevância imediata com a elevação da Comarca do Alto Amazonas à categoria de Província.

Com esta medida político-administrativa, aumentou a demanda dos serviços públicos e particulares da Província do Amazonas, o que elevou as tensões e multiplicou as relações entre os agentes do Estado e as populações indígenas na fronteira mais ocidental do Império. Para suprir as necessidades mais imediatas foram utilizadas centenas de trabalhadores indígenas descidos de diversos rios, especialmente do rio Negro, pelos diferentes caminhos legais, mas também por meio e estratégias próprias dos governadores.

Uma dessas estratégias, aliás, merece registro não somente por sua repercussão junto aos índios e por sua longevidade na administração provincial, mas também por sua especificidade e sutileza que escapava não apenas à dinâmica administrativa dos *Corpos de Trabalhadores*, como também do próprio *Regulamento à cerca das Missões de Catequese e Civilização dos Índios*. Neste sentido, o primeiro presidente da Província do Amazonas, Tenreiro Aranha, num de seus primeiros atos administrativos relacionados aos índios, determinou que cada povo indígena mandasse quatro homens para trabalharem nos serviços públicos na capital, por um período de um mês ou até que chegasse outra leva de trabalhadores, e mais quatro homens e mulheres de cada nação indígena para aprenderem artes e manufaturas “próprias de cada sexo”.<sup>100</sup>

A prática de recrutamento de mão de obra indígena para os serviços públicos na capital tornou-se recorrente e foi registrada nos relatórios provinciais até pelo menos 1871, quando o então presidente José de Miranda da Silva Reis manteve nas obras públicas de Manaus uma turma de 40 trabalhadores de diferentes grupos indígenas da Província.

Em 1859, uma grande leva de índios Mura, primeiro 40 depois mais 155, foi remetida para a capital pelo diretor do aldeamento de Amatari, José Casemiro Ferreira de Prado. Numa outra ocasião, em 1874, o governador alegando problemas de despesas com transporte mandou sustar uma remessa de índios provenientes do rio Negro. Ao longo deste ano, contudo, foram enviados à capital muitos índios de diversas localidades: Abacaxis, Canumã e Alto Rio Negro, enviados pelo subdelegado de São Gabriel e pelo Diretor Geral dos Índios dessa região.

Contudo, para a administração provincial, o número de índios empregados nas obras públicas era insuficiente. No relatório de 1871, o governador José de Miranda da Silva Reis reclamava que esse número não era superior a 40 e que havia a necessidade de mais trabalhadores. Menciona, com alegria, que uma turma de índios do rio Uaupés ofereceu-se espontaneamente ao serviço público e que seu tuxaua foi empregado como “feitor de índios” nas obras públicas e com maior salário que os demais.<sup>101</sup>

O recrutamento, a organização e a forma de participação dos índios nas obras públicas e particulares na capital da Província do Amazonas ainda precisam ser melhor estudados pelos historiadores. Aqui não cabe uma análise profunda; contudo, as fontes não

<sup>100</sup> RPPAM, Relatório de 30 de abril de 1852, p. 22 e 23.

<sup>101</sup> RPPAM, Relatório de 25 de março de 1871, p. 9.

deixam dúvida de que a presença indígena nessas obras era grande, como relatou o governador Silva Reis. Esse recrutamento fazia parte dos propósitos dos *Corpos de Trabalhadores*, do *Regulamento das Missões* e de uma série de iniciativas das autoridades e de certas lideranças indígenas, compondo, assim, uma cadeia de relações econômicas, políticas e interpessoais que escapava às normas jurídicas vigentes. Antes, estavam amparadas em práticas coloniais antigas e que não se esgotaram com a Independência do Brasil.

É preciso considerar que a situação dos índios no interior da província em relação à prática política de muitos agentes do Estado era conflituosa, principalmente, porque os agentes locais do governo buscavam constantemente explorar o trabalho e a mão de obra dos índios em seu benefício próprio, fato que foi largamente denunciado tanto pelos padres, como pelos índios e pelas próprias autoridades provinciais. Apesar dessa prática ser repetidamente condenada pelas autoridades provinciais, pelo menos, nos espaços públicos, na verdade, pouco se fazia para impedi-la. Mesmo assim, houve afastamentos e substituições de agentes (missionários, encarregados e diretores parciais de índios), bem como advertências por escrito como fez o governador Silva Reis aos subdelegados e aos encarregados de quarteirões, por meio de ofício em 22 de setembro de 1871.<sup>102</sup>

Por isso, os índios sempre tiveram bons motivos para buscarem alternativas de sobrevivência fora dos ambientes dos aldeamentos, fugindo para as matas longínquas. Outros, contudo, adotavam uma política de maior proximidade com a sociedade ocidental, buscando se incorporar ao regime de trabalho provincial, fosse por pressão dos agentes externos, ou mesmo, por verem nela uma alternativa de melhoria de suas vidas. É o que parece ter ocorrido com o grupo de índios do rio Uaupés.

Deste modo, as atitudes de “fugir” ou de se “incorporar” forçadamente ao mundo ocidental, abordadas com muita força na historiografia é uma dualidade muito simplista para ler as realidades indígena e colonial na Amazônia. Na verdade, a história dessas relações é mais complexa e o caso dos índios do rio Uaupés pode dar algumas pistas para a sua compreensão.

Nas entrelinhas do próprio relatório provincial encontramos importantes indícios para elucidar a questão. O cargo de “feitor de índios” concedido ao tuxaua, inclusive com maior salário que dos demais, uma atitude que, inclusive, remonta ao período colonial, não

---

<sup>102</sup> RPPAM, Relatório de 25 de março de 1871, p. 9.

pode ter sido acidental nem está relacionado a uma gratificação de mão de obra mais qualificada para aquela função. Pelo contrário, indica, antes de tudo, o reconhecimento por parte do Estado da importância daquela liderança, seja como elemento político nas negociações ocorridas, seja para uma possibilidade de maior controle daqueles trabalhadores: tendo como superior o seu próprio tuxaua os índios poderiam trabalhar com mais afinho e presteza, evitando os conflitos com os superiores brancos, as fugas e as desobediências que não eram raras.

Por outro lado, tendo seu tuxaua como “feitor” os índios podiam ser melhor atendidos em suas necessidades mais imediatas, se comunicar melhor com seu chefe imediato, inclusive na sua língua nativa, o que já era um certo privilégio. Nessa perspectiva, observa-se que, mesmo sob um regime de trabalho rigoroso, controlado e fora do mundo étnico e político das aldeias e aldeamentos, os índios conseguiam certas regalias que lhes possibilitavam manter alguns elementos de sua vida social, como se comunicar ao menos parcialmente em sua língua e manter relações com o seu chefe tradicional.

Deste modo, vemos que a política de atração de índios para as obras públicas da capital não era uma via de mão única controlada pelos interesses do Estado e da economia imperial, mas um interessante campo de negociação do qual os índios participavam intensamente, fosse por motivação própria, fosse pela necessidade do sistema de trabalho da Província no qual estavam envolvidos.

Ainda que precariamente, no quadro a seguir, podemos visualizar numericamente o resultado dessa política nas obras da capital da Província do Amazonas. Entre os trabalhadores tidos como “qualificados”, estavam os pedreiros, mestre de obras, carpinteiros, oleiros, balconistas e outros, indígenas ou não.

**Quadro 03**  
**Trabalhadores nas obras na capital da Província**

Ano	Classificação			Total
	Índios	Negros	Trabalhadores qualificados	
1854	41	-	11	53
1855	19	6	5	30
1859	27	1	13	41
1871	40	-	-	40
1874	26	-	-	26

Fonte: RPPAM, dos anos de 1854, 1855, 1859, 1871 e 1874, respectivamente.

A utilização de índios em obras públicas, bem como a distribuição de brindes e de patentes a certas lideranças indígenas como forma de reconhecimento de sua autoridade e de negociação política não era algo novo na política indigenista. E isso não se dava apenas porque os índios eram a maioria da população no período colonial, mas também porque o Estado precisava fazer alianças com determinados grupos ou lideranças indígenas consideradas estratégicas para o desenvolvimento do projeto colonial e porque determinados grupos ou lideranças indígenas precisavam do Estado, ou pelo menos, de parte dele, para pôr em prática sua própria política no interior do mundo colonial. Sobre este assunto já mencionamos os exemplos dos índios Arariboia, Felipe Camarão e Piragiba citados por Maria Regina Celestino de Almeida. Por sua vez, Mauro Cezar Coelho dá outros tantos exemplos de índios que foram incorporados às ordens religiosas, às Câmaras das vilas e às forças militares durante a vigência do Diretório Pombalino no Grão-Pará. Para esse autor, inclusive, a constituição das chefias indígenas sofreu importante alteração nesse período, deixando de ser constituídas pelas tradições de cada grupo ou pelas relações estabelecidas entre os grupos indígenas para ser, fortemente, influenciada pela nova realidade colonial, ou seja, o índio deixa de ser um “guerreiro” para se tornar um “principal”.<sup>103</sup>

Desta forma, Tenreiro Aranha, reeditava, para a segunda metade do século XIX, uma prática política de longa data. Político experimentado com quase dez anos de mandato como deputado provincial, um funcionário público de espírito prático, tendo assumido por vários anos importantes cargos públicos, um deles o de Inspetor de Alfândega na Província do Pará, sua terra natal e, tendo participado intensamente dos debates em torno da criação da nova província, ele sabia que teria que contar com os índios para quase todos os tipos de trabalho na recém-criada Província do Amazonas.<sup>104</sup>

Na nova Província, tudo praticamente estava por fazer e os problemas administrativos e estruturais, no que se referia à política indigenista não eram pequenos. Só

<sup>103</sup> COELHO, Mauro Cezar. *Op. cit.*, 2006, *passim*.

<sup>104</sup> De acordo com a bibliografia de João Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha, escrita por Agnello Bittencourt, publicada em 1973, o governador Tenreiro Aranha nasceu em Belém do Pará, em 1798 e faleceu em 1861, no Rio de Janeiro. Era filho do poeta Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha, nascido na antiga vila de Mariuá (atual Barcelos), capitão-mor de Gurupá e provedor da Fazenda Real do Pará e de Rosalina Espinosa Solkman Tenreiro Aranha, neta do conhecido Bento Maciel Parente, nome ligado à conquista colonial do Maranhão e do Pará e, por conseguinte, à história dos índios da Amazônia. Exerceu entre outros cargos os de: professor de Contabilidade, Escritura Mercantil e Geometria no Liceu Paraense; Inspetor da Alfândega do Pará; deputado provincial ininterruptamente eleito entre 1840 1849; presidente da Província do Amazonas, de janeiro a junho de 1852 e; de deputado da Assembleia da Província do Pará entre 1856 e 1859. Cf. BITTENCOURT, Agnello. *Dicionário Amazonense de Biografia: vultos do passado*. Rio de Janeiro: Conquista, 1973.



estavam funcionando precariamente três Missões, o número de aldeamentos era pequeno, não havia gente capacitada para assumir os cargos de diretor das aldeias e os conflitos entre índios, missionários e diretores parciais eram constantes. Diante de tais dificuldades e aproveitando-se das visitas de vários líderes indígenas à sede da Província, por ocasião de sua posse e em outras oportunidades, inclusive, quando convidados pela presidência vinham reverenciar a estátua de D. Pedro II, o presidente aproveitava para tomar medidas práticas objetivando resolver queixas pontuais dos índios e administrar os conflitos destes com missionários e com os encarregados dos aldeamentos. Para tanto, Tenreiro Aranha teve que negociar diretamente com uma lista de “principais” para os quais distribuiu brindes, roupas, materiais agrícolas e também patentes militares com ordens diretas para “fundarem povoações”, descender índios das matas e para “fazerem aplicar a cultura das terras, à pesca e a outros trabalhos úteis a eles próprios, aos outros homens e ao Estado”.<sup>105</sup>

Um exemplo disso foi a visita dos índios Mawé dos rios Andirá e Mamurú à capital da Província logo depois da posse de Tenreiro Aranha. Nessa oportunidade, o governo reiterou ordens a seus subalternos para que não violentassem os índios e deu aos Maués: fardamento completo, miudezas e instrumentos fabris e agrícolas. Aliás, as visitas e as queixas dos índios Mawé às autoridades provinciais já ocorriam pelo menos desde 1846, quando um grupo desses índios se deslocou até Belém para se queixar ao presidente da Província do Pará de maus tratos e violências praticadas pelo então inspetor interino dos índios do Andirá, Manoel José Plácido. Na ocasião, também receberam fardamentos e matérias agrícolas.<sup>106</sup>

Desta maneira, observa-se que os índios tinham meios próprios de pressionar e de levar seus problemas ao conhecimento não apenas das autoridades locais, como também aos próprios presidentes, mesmo que tivessem que viajar milhares de quilômetros, como fizeram os Mawé, indo do rio Andirá a Belém do Pará em 1846.

É notório, na documentação, que uma das estratégias principais dessas medidas políticas da presidência da província era buscar resolver um dos mais importantes problemas da recém-província, o da mão de obra para as obras públicas, bem como reforçar a presença do Estado em regiões distantes da administração imperial. Por meio das “patentes”, os índios principais passavam, assim, a representar o próprio Estado no meio de seus iguais. Mas essa

<sup>105</sup> RPPAM, Relatório de 30 abril de 1852, p. 22.

<sup>106</sup> RPPPA, Discurso recitado pelo vice-presidente João Maria de Moraes à Assembleia Provincial do Pará em 15 de agosto de 1846, p. 10.

ação política não tinha necessariamente uma relação direta com a política oficial vigente, fosse nos *Corpos de Trabalhadores* - que como vimos nunca funcionou adequadamente nestas paragens -, fosse no *Regulamento das Missões* que, no governo de Tenreiro Aranha, ainda nem tinha sido implantado adequadamente na nova Província.

De acordo com a documentação aqui pesquisada, esta medida teve alguma aceitação por parte de determinados grupos indígenas como os Mundurucus, por exemplo, considerados pelo governo como “os mais civilizados de todos” por terem realizado acordos comerciais e prestado alguns serviços de interesse do Estado. Mesmo assim, foram necessárias negociações com parte desses índios. Algumas aldeias, que já tinham produção agrícola, obtiveram dispensa destes serviços públicos, desde que sua produção ultrapassasse anualmente a 20\$000 réis. Porém, tal medida obteve muita rejeição de outros grupos indígenas, principalmente, os do rio Japurá cujo encarregado, José Monteiro Crisóstomo, foi instruído por escrito a não desistir de persuadir os índios a tal fim, mostrando-lhes o “bom exemplo” dos Mundurucu.

A resistência dos índios do Japurá às medidas indigenistas da presidência tinha, no entanto, motivações locais reais marcadas pelas relações nada amistosas com Crisóstomo, o *encarregado* da Diretoria de Índios daquela localidade. Henry Walter Bates, cientista inglês, que residiu em Tefé entre os anos de 1850 e 1859, menciona em seus relatos de viagens que este dito Crisóstomo, “meio índio”, na sua própria expressão, possuía sob seu domínio cerca de 200 índios como escravos.<sup>107</sup>

No rio Negro, especialmente no alto curso e seus afluentes, a política da atração dos índios para os serviços públicos na capital provocou pânico entre os índios e foi certamente uma das causas de muitas rebeliões indígenas no Alto Rio Negro, sobre as quais trataremos mais adiante.

Na capital, os índios recebiam salários pagos pelos cofres provinciais e eram entregues aos cuidados do diretor de obras públicas, que prestava relatórios anuais à presidência. Num destes relatórios, o do ano de 1874, Joaquim Leovigildo de Souza Coelho, apresenta dois itens relacionados aos índios. Um que registra a construção de um barracão para moradia dos índios empregados nas obras públicas e outro que trata de como os índios

---

<sup>107</sup> BATES, Henry Walter. *Op. cit.*, 1979, p. 201.

foram distribuídos naquele ano nas diversas obras da capital e no interior. Relata também a situação de saúde desses índios.<sup>108</sup>

Seguindo esse relatório, podemos acompanhar a trajetória desses índios nas obras públicas e seu estado de saúde: dois índios foram trabalhar no Estabelecimento dos Educandos; quatro foram servir à presidência da Câmara Municipal; dois foram para a freguesia de Moura, em 30 de janeiro de 1874, retornando dias depois; outros dois entraram doentes na enfermaria militar, pois não haviam sido vacinados e morreram logo depois; doze fugiram do trabalho, sendo estes de aldeamentos do rio Negro. O relatório destaca, ainda, que a maioria dos trabalhadores foi empregada, principalmente, nas obras da Praça 28 de Setembro e que os salários pagos eram de 1\$000 por dia de trabalho. Ou seja, de 22 trabalhadores indígenas, 12 fugiram, 02 morreram e apenas 08 continuaram trabalhando. Pela tabela de salários do ano de 1870, o salário de 1\$000 era um dos mais baixos destinado aos aprendizes. Um pedreiro ou carpinteiro ganhava quatro vezes mais e seus ajudantes da 1ª até a 4ª classe ganhavam de 3\$500 a 1\$900. Alguns índios, contudo, eram mais bem pagos. Foi caso do tuxaua dos índios do rio Uaupés descrito acima.

Não é possível avaliar com muita precisão a eficácia das atribuições dadas aos índios “principais do presidente” no que concerne à criação de povoados e ao incentivo de seus pares ao trabalho agrícola, à pesca e outros trabalhos “úteis, aos outros homens e ao Estado”. Estas atribuições, na verdade, esbarravam nas várias funções dos diretores parciais de índios, cargo criado pelo Regulamento das Missões, que tinha a patente de tenente-coronel e, por isso, aqueles tinham maior amparo e respaldo legal para realizá-las. Com isso, é possível que esses “principais do presidente” com patentes especiais de “capitão” tenham virado auxiliares dos diretores parciais em alguns casos, mas, também rivais em outros, estimulando conflitos locais e aumentando as contradições da política indigenista do Estado e também as reclamações das lideranças indígenas que buscavam dela participar. No capítulo seguinte, mostraremos que, no organograma de funcionamento da Diretoria Geral dos Índios do Amazonas, estes “principais” ocupavam posição subalterna aos diretores parciais, mas, por terem sido nomeados pelo presidente em situação muitas vezes de contato pessoal e pressão política, tinham ou poderiam ter contato direto com os presidentes, o que lhes dava um certo *status* naquela estrutura.

---

<sup>108</sup> RPPAM, Relatório do Diretor de Obras Públicas da Província do Amazonas, Joaquim Leovigildo de Souza Coelho, apresentado ao presidente da província Domingos Monteiro Peixoto, 1874, p. 4, 9.

O fato importante é que nas primeiras décadas da Província do Amazonas, além do Corpo de Trabalhadores e do Regulamento das Missões, ou seja, dos corpos jurídicos já estabelecidos, havia uma ação dos presidentes da Província junto aos índios, que atuava como complementar à política indigenista oficial. Isto mostra, de um lado, a necessidade e o interesse do Estado provincial de obter a indispensável contribuição dos índios e, por outro lado, o poder dos índios em driblar as instâncias oficiais locais e buscar caminhos alternativos para fazer valer os seus interesses, sabendo que o Estado deles necessitava.

Como já vimos, uma das ações do governo provincial era a prática de nomeação de lideranças indígenas como “principais”, com o título de “capitães” para atuarem no interior das diretorias parciais; prática corriqueira em tempos coloniais e que se estendeu por todo o período provincial no Amazonas. A narrativa de Ermanno Stradelli, no ano de 1889, ocasião em que acompanhava a viagem do naturalista João Barbosa Rodrigues ao rio Branco, testemunha a morte de um desses “principais”, cuja causa não foi esclarecida, mas que, naquele contexto interétnico, ganha muitos significados e possibilidades explicativas, e abre uma chave de compreensão do contexto histórico em que a política e certas ações indigenistas do Estado ocorreram.<sup>109</sup>

Numa noite chuvosa de 27 de maio de 1889, morreu o tuxaua Wapixana conhecido como Roque, que estava doente. Seu corpo foi encontrado na manhã seguinte quase totalmente descarnado provavelmente por *piranhas* e *candirus*. Os marinheiros da expedição de Stradelli disseram que ele havia sido afogado, mas não apontaram quem havia praticado o ato. Mesmo que esse tipo de morte fosse uma prática entre os índios daquela região, especialmente, contra os seus inimigos tribais, Stradelli não acreditou nessa versão. Para ele, o índio morreu afogado porque havia sido abandonado doente naquela noite chuvosa e ao sair da canoa para beber ou por outra razão qualquer caiu na água e não conseguiu mais dela sair. Morreu, segundo o cronista, segurando um pequeno galho de árvore que não foi suficiente para salvar sua vida.

Para Stradelli, era uma verdadeira “morte selvagem”, porém, não uma “morte indiferente”. Para o viajante, ela teria, certamente, entre os índios muita repercussão, dadas as relações conflituosas entre os índios daquela região. Pois, como observa o próprio Stradelli, tratava-se não apenas de um “wapixana que morre na canoa de um macuxy”, mas de um “chefe que morre em uma embarcação inimiga”. Para os Wapixana, diz Stradelli, ele

---

<sup>109</sup> Cf.: STRADELLI, Ermanno. “Rio Branco”. In: *Lendas e Notas de Viagem: A Amazônia de Ermanno Stradelli*. Introdução, Seleção, Notas e Tradução de Aurora Fornoni Bernardini. São Paulo: Martins Fontes, 2009, p. 202-203.

“não morreu naturalmente, foi morto, e foi morto pelos inimigos, pelos macuxys, é preciso vingá-lo”. A vingança dessa morte, contudo, não pode ser acompanhada na descrição de Stradelli.

Porém, para objetivos de nossa análise, é interessante se perguntar: o que fazia um tuxaua Wapixana numa aldeia Macuxi, haja vista a rivalidade entre essas duas etnias naquele período? E quais os significados desse fato e do funeral de Roque para a análise das relações entre os índios e o Estado na segunda metade do século XIX, na província do Amazonas? É interessante considerar que Roque havia sido recentemente nomeado pelo presidente da Província “tuxaua geral” dos Wapixana e levava consigo sua “patente de capitão” e um uniforme de soldado da artilharia a pé, concedidos pelo presidente da Província. Tais objetos eram símbolos de poder e de prestígio junto aos “brancos” e os índios, mas não necessariamente junto a todos os índios e, principalmente, junto aos “índios inimigos” dos Wapixana, os Macuxi. Esse fato lhe dava distinção entre os demais índios, ou seja, suas ligações com o Estado rendeu-lhe um enterro pomposo e cercado de símbolos e significados naquele contexto. Foi enterrado com seu uniforme militar e com todas as “honrarias possíveis de modo a repercutir profundamente na imaginação dos outros dois tuxauas que nos acompanhavam”, escreveu Stradelli.

Neste contexto interétnico, a morte do tuxaua e “capitão geral” Roque, ao que parece, não pode ter uma única resposta. Há várias hipóteses: uma delas seria a causa natural, ou seja, doente, ele poderia ter caído no rio já morto; outra causa mais trágica, ele teria morrido afogado após ter caído na água sem que nada pudesse fazer para se salvar; outra causa lhe responsabiliza pessoalmente, ou seja, ele poderia ter cometido suicídio, ou ainda, mesmo doente ele teria se embriagado, caído no rio e morrido afogado. Há, ainda, uma quinta hipótese, a do assassinato, cometido por seus “inimigos” Macuxi que o teriam afogado, estando ele embriagado ou não.

De toda maneira, mesmo que aqui estejamos tratando de especulações, o contexto em que ocorreu o fato traz dois elementos importantes: um deles, o costume que tinham os Macuxi de matar afogado os seus inimigos como relata o viajante - e era um tuxaua Wapixana que estava em território inimigo; - outro, é que Roque acabava de adquirir um *status* a mais, era um “tuxaua geral” do governo imperial o que pode lhe ter conferido um “poder” mais amplo entre os índios daquela região, tendo despertado nos “índios inimigos” insatisfações, seja pela sua nomeação, seja por sua aparente aliança com o governo.

As prováveis explicações para a morte de Roque fizeram parte dos problemas e dos conflitos inerentes às questões interétnicas dos índios entre si e deles com o Estado imperial na região do rio Branco. Se para os Macuxi, o suicídio ou a morte por embriaguez poderia ter um significado de fracasso do chefe indígena inimigo; para os Wapixana, essa explicação não teria nenhum cabimento: um guerreiro jamais poderia ser visto desta maneira, ele teria, sim, sido assassinado pelos inimigos e isso pedia vingança, como mandava a tradição. Para o Estado, no entanto, o que importava era promover um enterro digno para seu “chefe aliado” com todas as honras de forma que pudesse “repercutir” junto a outros líderes indígenas que estavam presentes ali. Desta forma, ficaria claro que, para além dos conflitos locais entre os Macuxi e Wapixana, fossem eles tradicionais ou motivados pelas ações políticas dos presidentes, aliar-se ao Estado era bom e valioso e deveria ser considerado por todos os chefes indígenas daquela região.

Deste modo, as várias possibilidades de causa morte do índio Roque, bem como o seu ritual fúnebre informam os muitos sentidos e interesses que marcaram a complexa rede de relações políticas estabelecidas entre os grupos indígenas e deles com o Estado provincial.

\* \* \*

Afunilando a leitura, observa-se que, mesmo sob a vigência do Regulamento de 1845, cujo propósito era mediar as relações do Estado com os povos indígenas, a política indigenista provincial no Amazonas teve também importantes inflexões provocadas pelas ações administrativas locais. Neste aspecto, chama à atenção a política de aliança, feita diretamente, entre os governadores e certos líderes indígenas que significou, por parte do Estado, o recrutamento de mão de obra para as obras públicas e privadas principalmente na capital e, por parte dos grupos ou lideranças indígenas envolvidas, o atendimento de parte de suas reivindicações e/ou aquisição de *status* individuais e até de poder no âmbito de suas localidades. Essa prática política de longa data foi reimplantada pelo primeiro governador Tenreiro Aranha e se prolongou na administração de todos os outros presidentes da Província do Amazonas. Configurando-se numa prática que buscava resolver conflitos, tensões e interesses do Estado e dos índios e se dava à revelia da própria política indigenista oficial. De alguma maneira, fica claro um importante grau de flexibilidade das estruturas jurídico-políticas do Estado imperial. Assim como o Estado, os índios, ou pelo menos alguns deles, souberam tirar proveito dessa flexibilidade, utilizando-a como espaços de negociação

de suas demandas e interesses, tornando a política uma “arte do possível” e não o desdobramento, puro e simples, do aparato legal do Estado por meio de sua legislação e de seus agentes.

Esse campo de tensão e de negociação atingia também as relações da Igreja com o Estado, o que provocou mudanças na legislação indigenista. Destaca-se, aqui, a alteração do Regulamento das Missões feita em 1866, a pedido da Igreja local, notadamente do bispo do Pará, cuja administração eclesiástica atingia todo o território da Província do Amazonas. Essa alteração resultou na extinção do cargo de Diretor Parcial de índios, passando a gestão dos aldeamentos aos religiosos capuchinhos.

Estes fatos não ocorreram isoladamente, mas são frutos de intenso campo de debates, conflitos e alianças entre agentes do Estado, Igreja e grupos indígenas e mostram que, na Amazônia do século XIX, não cessaram as contradições e as “vozes dissonantes” no âmbito da política indigenista.

De um modo geral, porém, embora tais mudanças não tenham caracterizado modificações profundas e definitivas nas práticas dos agentes do Estado e da própria Igreja junto aos índios, nem mesmo na situação geral dos índios na Província. Do ponto de vista da legislação podemos distinguir dois momentos diferentes da atuação indigenista na Província do Amazonas, que não deixaram de ter alguma repercussão na realidade indígena.

O primeiro momento se estendeu da criação da Província em 1850 até 1866, data da alteração do Regulamento das Missões. Este período também foi marcado pela existência, mesmo que precária, do Corpo de Trabalhadores extinto na Província somente em 1863 e que, embora não fosse um instrumento jurídico específico para os índios, também os incluía na condição de trabalhadores pobres, junto com os tapuios e negros libertos. Coexistiu também naquele momento, uma política de relação direta entre os governadores e determinados grupos e lideranças indígenas. Foi, portanto, um período de variada prática política e legislativa nas relações do Estado Imperial e do governo provincial com os índios. Aquele período, coincidiu também com uma fraca presença missionária nas aldeias e, por outro lado, foi um período de denúncia e divergência da Igreja com a política oficial, principalmente, no que se refere às ações dos diretores parciais.

O segundo momento, ocorreu após a alteração do regulamento e se estendeu até o final do regime imperial, em 1889. Naquele período, os missionários em tese detiveram maior poder sobre a política indigenista, pois, além de atuarem como missionários nos

aldeamentos, receberam também a função de direção temporal pela mudança legislativa de 1866. Porém, como veremos no capítulo seguinte, a Igreja não conseguiu expandir significativamente suas Missões e sua presença na Província por falta de religiosos. Por um lado, com a mudança do Regulamento de 1845, os índios livraram-se das truculências dos diretores parciais, largamente denunciadas, mas, por outro, até pela ausência de missionários, ficaram mais sujeitos à exploração de outros agentes como os regatões, os delegados de polícia e os juizes das vilas e lugares que passaram a intervir mais nas relações do Estado com os índios.

Naquele período, principalmente, a partir do final dos anos de 1870, ganhou importância a exploração da borracha e, com isso, cresceram os interesses do Estado e de particulares pelo controle dos seringais e de sua mão de obra, colocando os índios no centro dos conflitos, ora como mão de obra direta ou indireta, ora como empecilhos à expansão dos seringais que avançavam desenfreadamente sobre os seus territórios. Observa-se também que a crescente onda migratória de nordestinos para a Província provocou um deslocamento dos interesses sociais do Estado, que passou a se preocupar mais com os problemas dela emergentes, diminuindo seu interesse pela questão indígena, a não ser quando ela representava algum obstáculo à expansão dos negócios nos seringais. Isso é visível nos relatórios provinciais que, a partir, principalmente, do final dos anos de 1870 trazem poucas informações sobre os índios, especialmente, no que se refere à catequese e civilização. O conteúdo que ocupava várias páginas nas décadas anteriores passava, naquele interim, a ter apenas alguns parágrafos.



## Capítulo II - Para além da letra de uma lei: conflitos, contradições e consensos na execução do Regulamento das Missões na Província do Amazonas

### 2.1 – Uma contextualização do Regulamento das Missões

A legislação indigenista da Província do Amazonas nasceu sob a vigência do *Regulamento das Missões* de 1845 que, por sua vez, ainda estava sendo implantado nesta parte do Império. Por isso, ela nascia ainda no calor do debate político e ideológico que dele aflorou em todo o Império entre aqueles que defendiam uma política mais branda baseada na catequese e outros que propunham métodos mais agressivos no trato com os índios, como apresentamos no primeiro capítulo. A aprovação do *Regulamento*, contudo, não pôs fim aos debates indigenistas no Império, mas, pelo menos em termos legais, orientou a política indigenista da segunda metade do século XIX para o uso de meios brandos e encarregou os missionários, especialmente, aos capuchinhos a tarefa de “civilização e catequese” dos índios.<sup>110</sup>

Para Patrícia Sampaio, no atual estado da historiografia ainda não existe um estudo “de fôlego” sobre o *Regulamento das Missões*, que tem sido tratado sempre como “pano de fundo”, mas não como objeto de análise. Para ela, “trata-se de uma legislação que ainda reclama uma história de sua construção”.<sup>111</sup> É bom que se diga que esta lacuna é, ainda, mais sentida no âmbito da historiografia amazonense, pois, os trabalhos de maior envergadura sobre história indígena e do indigenismo para esta parte do Brasil deram mais atenção ao período colonial, não contemplando, portanto, a segunda metade do século XIX.

<sup>112</sup> Mesmo reconhecendo esta lacuna, nosso propósito aqui não é preenchê-la na sua totalidade, mas, a partir das fontes selecionadas, levantar e propor questões que possam ajudar a discutir e compreender a política indigenista praticada na Província do Amazonas.

---

<sup>110</sup> Cf.: SAMPAIO, Patrícia Melo. “Política Indigenista no Brasil Imperial”. In: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (Orgs.). *O Brasil Imperial (1808-1889)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. I, 2009, p. 178; CUNHA, Manuela Carneiro. “Política indigenista no século XIX”. In: CUNHA, Manuela Carneiro (Org.) *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992c, p. 153.

<sup>111</sup> SAMPAIO, Patrícia Melo. *Op. cit.* 2009, p. 186.

<sup>112</sup> Citamos entre os principais trabalhos: SANTOS, Francisco Jorge. *Além da Conquista: guerras e rebeliões indígenas na Amazônia pombalina*. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1999; CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz de. *Índios Cristãos: a conversão dos gentios na Amazônia portuguesa (1653-1769)*. Tese de Doutorado em História Social. Unicamp, Campinas-SP, 2005; SAMPAIO, Patrícia Melo. *Espelhos Partidos: etnia, legislação e desigualdades na Colônia*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2012.

Neste sentido, o objetivo deste capítulo é estudar a aplicação do Regulamento das Missões na Província do Amazonas, não como uma lei isolada no campo histórico, político e social, mas como parte das práticas indigenistas do Estado nesta parte do Império brasileiro que se relacionam, tencionam e se completaram com outras iniciativas gerais e locais que tiveram reflexo no campo indigenista. Para tanto, incluiremos nesta discussão: a Lei de Terras de 1850 e seus reflexos regionais como a Lei de N.º. 86, que premiava plantadores de cacau e café que fizessem descer e mantivessem em suas plantações índios ainda não aldeados; a proposta indigenista de D. Macedo da Costa, que resultou na alteração do Regulamento das Missões em 1866; as ações indigenistas dos presidentes da Província do Amazonas que, com base em práticas coloniais anteriores, distribuíam brindes e patentes para determinados grupos e lideranças indígenas, já mencionadas no capítulo anterior, além de persistência da prática de recrutamento de trabalhadores, contida na legislação do Corpo de Trabalhadores que só foi extinto legalmente na Província do Amazonas em 1859.

Deste modo, concebemos o estudo da aplicação e os efeitos do Regulamento das Missões na Província do Amazonas não como uma ação isolada de outras práticas jurídicas e políticas do Estado na segunda metade do século XIX, mas como parte de um conjunto de medidas e de ações que, tomadas no seu conjunto, dão uma visão mais ampla dos problemas e dos conflitos estabelecidos no campo indigenista do qual fazem parte, também, as ações e reações dos índios na interação com o Estado e com seus diversos agentes. Estas relações foram mediadas por vários fatores, tais como a experiência histórica, os interesses em jogo e os problemas cotidianos tanto dos índios como do Estado.

Estes fatores tornaram a política indigenista da segunda metade do século XIX uma experiência não homogênea entre o Estado e os diversos grupos indígenas. Pois, como observa Renato Martins: “ela é fruto, também, de uma experiência (colonial) de um conhecimento (cumulativo) e, por isso, capaz de perceber de forma diversificada os grupos indígenas que se relacionavam com a esfera envolvente”.<sup>113</sup> Desta forma, as ações e reações tanto do Estado e de seus agentes quanto dos índios foram diferentes para cada situação ou conflito estabelecido.

\* \* \*

---

<sup>113</sup> MARTINS, Renato. “Em torno da catequese e civilização: agências Timbira nos aldeamentos e na política indigenista do Segundo Reinado do Império do Brasil (1840-1889).” In: *VII RAM*, GT 08: Violência Estatal, Indigenismo e Povos Indígenas. Porto Alegre: UFRGS, s/d, p. 4.

No âmbito do Brasil Império, o debate político e o contexto histórico, que culminaram na aprovação do *Regulamento das Missões* de 1845, fornecem importantes pistas para se entender o espírito e os problemas para a aplicação desta lei. A partir do estudo de Fernanda Sposito, pode-se apreender que a aprovação desta lei foi uma resposta do Estado imperial brasileiro a um problema que se arrastava, sem uma solução mais definitiva, desde a chegada de D. João VI em 1808, mas, principalmente após a Independência do Brasil.<sup>114</sup>

A historiografia especializada tem apontado que desde a Independência até o fim do período imperial, houve duas posições políticas e ideológicas que se chocavam nos debates em torno da questão indígena: uma que apostava nos meios brandos para a incorporação da população indígena à sociedade nacional e outra que propunha meios mais violentos como as guerras ofensivas.<sup>115</sup> Já fizemos menção a isso no capítulo anterior. Mas, de acordo com Sposito, mesmo que seja possível verificar certa predominância de uma ou outra dessas posições ao longo do período, não se pode pensar cada momento da história política e institucional do Império como tendo adotado uma ou outra posição, exclusivamente. Assim, argumenta a autora que não se pode caracterizar o 1º Reinado apenas como promotor de “práticas coloniais” ou como “mais sanguinário” em relação aos índios, porque houve projetos que divergiam dessa concepção como os que foram debatidos na constituinte de 1823 e o projeto de José Bonifácio de Andrada e Silva, mesmo que eles não tenham sido contemplados no texto constitucional. Também não é correto pensar a Regência, somente como um período de “aniquilamento” dos índios pelas autoridades provinciais que agiam sem muito controle do Império, pois, foi nesse período que as Cartas régias de D. João VI – promulgadas no 1º Reinado e que autorizavam as guerras ofensivas contra os “índios hostis” - foram anuladas. Do mesmo modo, não se pode ver o 2º Reinado apenas como o “mais protetor” dos índios pelo fato de nele ter se desenvolvido o movimento indianista e ter sido aprovado o *Regulamento das Missões*, única lei geral do Império. Para Sposito, foi justamente neste período que houve um “verdadeiro extermínio das populações indígenas, sem medidas apaziguadoras, com o suporte, inclusive, do capital inglês em áreas de expansão econômica”, como foi o caso do oeste paulista, apanhado pela expansão da cafeicultura e das ferrovias.<sup>116</sup>

<sup>114</sup> SPOSITO, Fernanda. *Nem cidadãos, nem brasileiros: Indígenas na formação do Estado nacional brasileiro e conflitos na província de São Paulo (1822-1845)*. São Paulo: Alameda, 2012.

<sup>115</sup> Cf.: especialmente: MONTEIRO, John Manuel. *Op. cit.*, 2001; SPOSITO, Fernanda. *Op. cit.*, KODAMA, Kaori. *Op. cit.*

<sup>116</sup> SPOSITO, Fernanda. *Op. cit.* 2012, p. 111.

O que queremos demarcar, aqui, é que para além da letra de uma lei ou do domínio de uma perceptiva política e ideológica num determinado período, as forças não hegemônicas e mesmo certas práticas sociais arraigadas na tradição continuaram a pressionar as posições oficiais e as estruturas sociais a ponto de desequilibrá-las, redefiní-las ou alterá-las. Deste modo, veremos mais adiante que, mesmo depois da aprovação do *Regulamento das Missões* as questões que permearam seu debate continuaram a ocorrer, conforme se infere na documentação analisada.

Retrocedendo um pouco, vê-se que, apesar dos debates e da apresentação de propostas e dos projetos divergentes durante as primeiras duas décadas do Império, somente na metade dos anos 1840 foi possível a aprovação de uma lei geral sobre os índios do Império do Brasil. Para Sposito, houve *grosso modo* o entendimento, embora não consensual, entre as forças envolvidas de que era necessário o Estado se posicionar “definitivamente sobre esse tema, sem mais adiamento”. Pois, havia, por um lado a crítica dos *liberais* de que os *conservadores* faziam uma política “de futuro”, ou seja, que deixavam sempre para depois as resoluções dos problemas atuais; contudo, por outro lado, estes últimos não chegaram a propor uma “outra política indigenista”, pois discordavam pontualmente, mas, não fundamentalmente. Segundo Sposito, o que estava em questão era o “espaço político” que cada um ocupava nos debates e não tanto uma “divergência de opinião e meios de tratar a questão indígena”.<sup>117</sup> Nesta direção, é sintomático o fato do projeto do *Regulamento* apresentado à Câmara não ter recebido nenhuma mudança. Mas, ainda, obter a deliberação do Conselho de Estado, onde foi aprovado sem longas discussões, e sem passar pela aprovação do parlamento.<sup>118</sup>

Contudo, conforme apontou o estudo de Patrícia Sampaio, mesmo que o texto do Regulamento tenha sido aprovado sem alterações pelos membros do Conselho de Estado, na sessão de 29 de maio de 1845, não faltaram críticas e dúvidas sobre diversos aspectos, dentre eles a autora destaca: as dificuldades para preencher os cargos de diretores; a falta de medidas para retirar os índios das matas; o conflito com o papel legislador das Assembleias Legislativas Provinciais; a questão dos arrendamentos das terras dos índios; a falta de definição da estrutura interna dos aldeamentos e; por não indicar os “mecanismos de compatibilização” com as legislações locais.<sup>119</sup>

<sup>117</sup> SPOSITO, Fernanda. *Op. cit.* 2012, p. 134-135.

<sup>118</sup> *Ibid.*, p. 140.

<sup>119</sup> SAMPAIO, Patrícia Melo. *Op. cit.*, 2009, p. 175-176.

De qualquer modo, a resposta do governo central levantava dúvidas a um problema que se arrastava há 23 anos. O *Regulamento das Missões* respondia, também, a problemas centrais da política e da economia imperiais, tais como: a disponibilidade da mão de obra num contexto de estreitamento do tráfico negreiro e da imigração estrangeira; a crescente valorização, disputa e necessidade de legalização das terras do Império, que vai culminar na Lei de Terras de 1850 e; as questões do controle das fronteiras nacionais, navegação e transportes. Ocorre que estas questões, assim como a questão indígena, tinham peso diferente e pediam soluções diversas em cada província. Sposito observa que o *Regulamento das Missões* deveria ser aplicado em todo o território nacional, “passando por cima, portanto, das particularidades regionais”,<sup>120</sup> de onde partiam, inclusive, as divergências e as críticas.

Publicado por meio do Decreto Imperial nº. 426, de 24 de maio de 1845, o *Regulamento das Missões* foi enviado para as províncias para ser colocado em prática. Contudo, logo nos primeiros anos de execução as críticas continuaram refletindo não apenas insatisfações regionais, como também a continuação das divergências políticas e ideológicas no campo indigenista. Em 1848, o presidente da Província do Pará, Gerônimo Francisco Coelho, afirmou que, nem no Pará nem em qualquer outra província, o *Regulamento* estava sendo “proveitosamente executado”, por falta de recursos financeiros que recaiam sobre as províncias, por falta de pessoal qualificado e por “suas disposições compassadas e sistêmicas” que o tornavam, em grande parte, “inexequível”. O tom crítico do discurso de Gerônimo Coelho não alcançava apenas a legislação e a política indigenista, ia mais longe: inseria nesse debate a própria estrutura social e a cultura indígena de um modo geral, argumentando que os índios acostumados desde criança com uma “vida livre”, obedecendo apenas aos seus tuxauas, não se sujeitariam a autoridades desconhecidas e a uma “vida fixa e inamovível”, bem como a trabalhos regulares e diários.<sup>121</sup>

Por estas razões, o prognóstico de Gerônimo Coelho era pessimista em relação ao futuro deste corpo jurídico. Para ele, esta lei serviria, quando muito, para formar uma nova geração de índios aldeados e não para fundar aldeamentos novos como queria o Estado. Na sua perspectiva, só havia um modo de salvar os propósitos do *Regulamento das Missões*: colocar missionários no lugar dos diretores de aldeia. Argumentando, disse ele:

---

<sup>120</sup> SPOSITO, Fernanda. *Op. cit.* 2012, p. 140.

<sup>121</sup> RPPPA, Relatório de 1º de outubro de 1848, p. 102.

A experiência é a mestra. Em todos os tempos tem sido a voz dos missionários, as suas pregações evangélicas, a sua perseverança, zelo a caridade que esses corações selvagens se têm comovido e tem vindo atraídos por palavras de persuasão e de brandura, reunir-se e prostrar-se humildemente diante do símbolo da redenção da Cruz do Senhor; e assim depois que esses corações e essas almas são conquistadas pelos Ministros de Evangelho para a religião e para a fé, é que a sociedade lhes conquista os corpos e os braços para a civilização e para a indústria.<sup>122</sup>

E, advertiu: “inverter esta marcha, que o bom senso indica e que a experiência confirma, é dificultar, ou neutralizar o fim que se procura”. Para Gerônimo Coelho, o trabalho de catequese era essencial e deveria ser feito, inclusive, pelos próprios tuxauas, cabendo aos missionários apenas a tarefa de instruí-los, guiá-los e de intermediar o relacionamento dos índios com a sociedade. De acordo com o pensamento deste presidente, se isto fosse feito, bastaria um diretor por Comarca para atender aos missionários em suas necessidades: ferramentas, brindes, roupas, etc.

E sua avaliação ainda vai mais longe. Para ele, o Diretor Geral não conseguia percorrer toda a extensão da província e os Diretores Parciais não faziam nada, a não ser “disfrutar das honras do cargo”, que segundo o próprio presidente, não era pago a dinheiro, mas em honras e graduações militares, o que os levava a usufruírem desses *status* em seu proveito, fazendo os índios trabalharem para eles e não para o Estado. Onde não havia diretores, eram nomeados Encarregados, sem salários e sem honras militares; por isso, de acordo com Gerônimo Coelho, estes eram ainda mais propensos a “indenizar-se” aproveitando-se do trabalho dos índios.<sup>123</sup>

De fato, um Relatório do Império de 1848 levantava a questão da “conveniência de investir os missionários das mais amplas atribuições para dirigirem as aldeias”, observando que entre os índios havia uma “tradição” de preferência aos religiosos e acrescentava que, por isso, o presidente da Província do Pará, dava prioridade aos missionários para dirigir os aldeamentos. Consta ainda no documento que esta medida tinha a “vantagem” de evitar conflitos entre esses dois “empregados distintos” do Estado, ou seja, o missionário e o diretor parcial, mas que isso não era suficiente. Era necessário assegurar “os meios pecuniários suficientes” para a formação dos missionários e dos aldeamentos dos índios até que estes se tornassem “produtivos”. O Relatório acrescenta, ainda, que o governo imperial

<sup>122</sup> RPPPA, Relatório de 1º de outubro de 1848, p. 103.

<sup>123</sup> RPPPA, Fala de 1º de outubro de 1849, p. 78.

estava buscando informações das províncias para “prover as alterações” se assim achasse necessário.<sup>124</sup>

Deste modo, como observa acertadamente Patrícia Sampaio,<sup>125</sup> a partir das críticas e sugestões dos membros do Conselho de Estado feitas durante a reunião de aprovação do *Regulamento das Missões*, esta lei já nasceu “sob o signo da reforma”. Além da Província do Pará, as da Paraíba e do Rio Grande do Norte, por razões diferentes, também já apontavam a inaplicabilidade e a necessidade de rever esta lei. Ou seja, a diversidade e as especificidades regionais observadas nas províncias não estavam – e talvez nem mesmo pudessem estar contempladas na única lei geral sobre os índios no Império, o que justifica não apenas as críticas, mas também as ações dos governos províncias do Amazonas, ainda que fossem de caráter complementar.

Contudo, a postura do governo do Pará precisa ser melhor discutida, pois, não apenas discordava da letra da lei, como também, ao colocar o missionário como diretor dos aldeamentos, ele estava claramente descumprido a legislação em vigor e, ao que parece, não era algo a ser condenado imediatamente pela administração central. Pelo contrário, levando em conta a argumentação apresentada pela província do Pará, era, como vimos até tolerada.

Estas questões remetem, em termos mais teóricos, ao estudo do modelo “centro-periferia” feito por Russel-Wood sobre o Brasil colonial. Nele, o autor demonstra que, mesmo sob uma forte centralização das deliberações em termos econômicos, políticos, jurídicos e administrativos, pensadas a partir de Lisboa, o sistema como um todo sofreu uma erosão por causa de uma “descentralização sistêmica” e uma prática de “autoridade negociada”, ou seja, a centralização deixava espaço para a negociação e para a flexibilidade.<sup>126</sup> Desse processo de flexibilização das estruturas políticas e jurídicas do Estado colonial participaram vários grupos de súditos de Sua Majestade: administradores, colonos, comerciantes, proprietários e, certamente, também os índios em diferentes situações e circunstâncias. É dentro desta perspectiva teórica, que foi lida a relação metrópole-colônia

<sup>124</sup> BRASIL, Relatório da Repartição dos Negócios do Império, apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 1ª sessão da 8ª legislatura pelo presidente e Ministro de Estado, José da Costa Carvalho (Visconde de Monte Alegre). Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1850, p. 37-38.

<sup>125</sup> SAMPAIO, Patrícia Melo. *Op. cit.*, 2009, p. 198.

<sup>126</sup> RUSSEL-WOOD. A. J. R. “Centros e Periferias no mundo luso-brasileiro – 1500-1808”. Tradução de Maria de Fátima Silva Gouvêa. In: *Revista Brasileira de História*. V. 18, nº. 36. São Paulo, 1998, p. 187-249. Disponível em: <http://dx.doi.org>. Acessado em 12 de junho de 2014.

na Capitania do Rio Negro no século XVIII por Francisco Jorge dos Santos, o qual mostra que o “mando metropolitano” buscava se adequar e sofreu inflexões do poder local.<sup>127</sup>

Estas questões não desapareceram com a Independência política do Brasil. Pelo contrário, ao que parece este quase “império das províncias”, como sugere Maria de Fátima Silva Gouvêa estudando a Província do Rio de Janeiro em relação ao poder central da Corte, os interesses e as questões locais tinham também grande peso nas decisões e na execução de políticas gerais no Império.<sup>128</sup> Em certa medida, essa relação tensa entre os interesses locais e as questões mais gerais do Império articuladas no âmbito da centralização político-administrativa, também se dava na geografia das províncias, principalmente, naquelas muito extensas territorialmente. Ou seja, podemos ver a sede administrativa da província do Amazonas, a cidade da Barra do Rio Negro e todo o seu aparato estatal, como um “centro” em relação a uma “periferia”: as vilas, povoados e aldeamentos espalhados pelos sertões da província. Isso colocava um grande desafio de gestão para os presidentes das províncias e, no caso da implementação do *Regulamento* de 1845 na Província do Amazonas, fica bem patente esse desafio e essa dificuldade para os quais serão buscadas respostas locais amparadas nas práticas coloniais de longa data, como: troca de brindes e presentes, distribuição de cartas patentes, petições, etc.

Voltando à avaliação do *Regulamento das Missões*, como bem assinala Patrícia Sampaio, há uma unanimidade na historiografia de que esta lei “foi um verdadeiro desastre para os povos indígenas” e, até mais do que isso, “consolidou o processo de exploração de suas terras”. Contudo, mesmo sem discordar dessa avaliação, a autora acrescenta a necessidade de “aprofundar a reflexão”, estudando a articulação entre “ideias, planos, visões e projetos” em disputa naquele momento.<sup>129</sup> Cabe também uma avaliação mais detalhada dos diversos agentes inseridos nesse campo de disputa (Estado, Igreja, missionários em particular, comerciantes, índios, etc.), suas práticas e seus instrumentos de ação nessa correlação de forças. A análise pura e simples dos dispositivos do Regulamento não dá conta dessa questão, até porque existe uma grande distância entre a letra da lei e aquilo que foi efetivamente colocado em prática na Província do Amazonas. Em outras palavras, a análise da *legislação indigenista* deve ser realizada concomitantemente com a da *política*

<sup>127</sup> SANTOS, Francisco Jorge dos. *Nos confins ocidentais da Amazônia portuguesa: mando metropolitano e prática do poder régio na Capitania do Rio Negro no século XVIII*. Tese de doutorado. PPGSCA/UFAM, 2012.

<sup>128</sup> GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. *O Império das Províncias: Rio de Janeiro, 1822-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

<sup>129</sup> SAMPAIO, Patrícia Melo. *Op. cit.*, 2009, p. 188.



*indigenista* que a idealizou, criou e executou. É essa perspectiva que vamos perseguir neste capítulo.

É neste clima de debate e crítica em torno da política indigenista que mal havia sido implantada nesta parte do Império, que entra em cena a administração da recém-criada Província do Amazonas. Seu primeiro presidente, Tenreiro Aranha, era homem experimentado na vida pública, como vimos no capítulo anterior e certamente acompanhava todas estas questões.

Em seu primeiro relatório administrativo, datado de 30 de abril de 1852, dirigido ao Ministro do Império, Visconde de Monte Alegre, Tenreiro Aranha defendeu o *Regulamento das Missões*, ou seja, o texto da lei e, inclusive, tratou os seus críticos, especialmente os de dentro da Província, como gente que queria “ter por exclusivo a si o comércio ilícito e de fraude, o trabalho e o predomínio dos desvalidos índios, arrastando até com seus sinistros preconceitos a funcionários que deveriam ser os primeiros em observar e fazer cumprir as benéficas disposições deste Ato...”.<sup>130</sup>

Não se poderia esperar outra atitude de um presidente recém-nomeado para uma nova província, que precisava se estabelecer como tal numa grande extensão do Império, e que para isto precisava, também, não apenas do apoio político, como financeiro do Império. Contudo, na verdade, era difícil colocar em prática o *Regulamento das Missões* numa província de grandes extensões geográficas, com dificuldade de comunicação, com falta de pessoal qualificado para assumir os cargos e com uma variedade muito grande de povos indígenas que se relacionavam com o Estado de forma muito diversa desde os tempos coloniais. Diante disso, Tenreiro Aranha diversificou a relação do Estado Imperial com os índios, por meio da política indigenista, trazendo de volta uma antiga prática colonial de nomeação de “índios principais”, discutida no capítulo anterior. Com isso, ele aumentou o quadro, por assim dizer, dos agentes do Estado nos aldeamentos e buscou fazer alianças com alguns grupos e lideranças indígenas, diminuindo as tensões e procurando atender certas reivindicações dos índios, atitudes que mostram que, sem a participação dos índios, seria inviável qualquer pretensão do Estado em relação à implementação deste Regulamento.

Mas, não era só isso. A administração provincial buscou também se relacionar diretamente com vários outros agentes espalhados no interior dos sertões da Província. Para tanto, se comunicava frequentemente, inclusive, por escrito com os diretores parciais e

---

<sup>130</sup> RPPAM, Relatório de 30 de abril de 1852, p. 17-18.

encarregados dos aldeamentos e com missionários e militares. Tal atitude, ao que parece, estava em consonância com práticas anteriores ao Regulamento, mas, nesse novo contexto, no mínimo, confundia o papel do Diretor Geral, a quem cabia a tarefa de centralizar a comunicação entre os diferentes agentes das diretorias parciais e ser o elo de comunicação entre a administração provincial e o governo central.

Na compilação intitulada “Documentos Indigenistas do Amazonas Provincial: manuscritos de 1852-1865”, apresentada, selecionada e transcrita por Márcia Eliane Alves de Souza e Mello há um conjunto de correspondências entre o governo da província do Amazonas com diversos agentes do Estado envolvidos direta ou indiretamente com a política indigenista no interior da Província, dentre os quais estão os *Livros de Correspondências*.<sup>131</sup>

Lendo as correspondências destes *Livros* (cartas, ofícios), vê-se que os presidentes e vice-presidentes da Província do Amazonas recebiam queixas, denúncias, relatos de campo, censos de aldeias, dúvidas e até sugestões dos diversos agentes do Estado, incluindo diretores de aldeia e missionários, sobre os problemas da política indigenista no interior da província. Em resposta, a presidência da Província esclarecia as dúvidas, dirimia conflitos pontuais e até mesmo dava ordens diretas para cada um dos seus agentes. Nota-se, contudo, que essa dinâmica administrativa e comunicacional feita por meio desses *Livros* fugia, de certo modo, dos trâmites administrativos previstos no *Regulamento das Missões*. E, ao que parece, em alguns casos, o Diretor Geral de Índios da Província, figura de primeiro escalão da política indigenista imperial, não era informado e parecia não opinar sobre determinados fatos e sobre as resoluções de alguns problemas. Em diversos ofícios ele sequer é mencionado tanto pelos diretores parciais, militares e religiosos quando se dirigiam à presidência, quanto por esta, quando enviava suas respostas.

Constata-se, deste modo, que para além do que apregoava o *Regulamento* havia, também por parte dos índios uma prática costumeira de discutir os problemas e buscar solução diretamente com as autoridades coloniais de maior escalão. Com esse comportamento, os índios buscavam não apenas agilizar as soluções dos problemas, mas

---

<sup>131</sup> As correspondências encontradas por Mello estão nos seguintes livros: *Livro de Correspondência dos Diretores de índios com o Governo, 1820-1855*; *Livro de correspondência dos Diretores de índios com o governo do Amazonas, 1853*; *Livro de Correspondência das diversas autoridades militares com a Presidência da Província do Amazonas, 1857*; *Livro de Ofícios das Vigarias, Missões e Diretorias de Índios ao Governo do Amazonas, 1858* e; *Livro de Ofícios do Diretor Geral de Índios com o Governo do Amazonas, 1865*. Cf. MELLO, Márcia Eliane Alves de Souza. “Documentos Indigenistas do Amazonas provincial: manuscritos de 1852-1865”. In: SAMPAIO, Patrícia Melo & ERTHAL, Regina de Carvalho (Orgs.). *Op. cit.* p. 429-483.

também ganhar a confiança e a atenção da principal autoridade da província, o presidente. O que era importante nas disputas locais entre os grupos indígenas, como também entre os agentes do Estado.

No entanto, estes e outros problemas a serem administrados pela política indigenista não estavam restritos à Província do Amazonas; eram mais amplos. Uma importante discussão historiográfica sobre o cenário político nacional e as ideias que circulavam em torno da questão indígena no século XIX, especialmente, por ocasião da criação do *Regulamento das Missões*, foi feita por Patrícia Sampaio e não cabe aqui repisá-la. Contudo, a partir desse estudo, vale a pena retomar algumas questões centrais que estão relacionadas diretamente com a discussão que ora apresentamos. Uma delas é a de que o *Regulamento das Missões* não pôs fim às disputas políticas, seja na capital do Império, seja nas províncias e, muito menos ainda, nas divergências entre aqueles que defendiam políticas filantrópicas e aqueles que propunham práticas agressivas aos índios, incluindo, a guerra aos “bárbaros”, prática, aliás, que vai persistir durante todo o século XIX.

Outra questão vinculada a este problema diz respeito à necessidade sentida nas províncias de reformar a dita lei, mesmo antes de ela ter sido colocada em prática em todo o Império. Sampaio aponta as províncias do Paraná e de Mato-Grasso como as primeiras em que essa questão logo se colocou,<sup>132</sup> mas como demonstramos acima, na Província do Pará este era também um tema em aberto. Ao que parece, nesse debate um dos pontos de maior tensão era se o governo dos índios deveria permanecer mesmo com os leigos, como determinava o Regulamento ou se ficaria com os missionários. Como vimos acima, o presidente do Pará, Gerônimo Coelho, era partidário de que a Igreja deveria assumir um papel mais preponderante nos aldeamentos como havia sido feito no passado colonial. E nesse jogo de força, os defensores da Igreja não sustentavam seus argumentos apenas por razões históricas, mas na denúncia cotidiana de abusos e atrocidades dos diretores de aldeia contra os índios. De fato, a documentação consultada é farta de denúncias dos missionários e dos índios sobre maus tratos praticados pelos diretores parciais e encarregados dos aldeamentos que, por sua vez, também denunciavam outros agentes como os regatões e os próprios missionários.

É bom lembrar que, no meio destes conflitos, de forma atuante estavam os povos e as populações indígenas que, por sua vez, também pressionavam as autoridades religiosas e políticas em torno de seus propósitos. Esta questão será explorada melhor nos capítulos

---

<sup>132</sup> SAMPAIO, Patrícia. *Op. cit.* 2009.

seguintes quando abordaremos as diferentes formas de ação e de reação dos índios em três regiões da província: rio Negro, vales do Madeira e do Purus e rio Solimões.

## 2. 2- Desvendando o Regulamento de 1845

O *Regulamento acerca das Missões de Catequese e Civilização dos Índios* foi promulgado pelo Decreto n. 426, de junho de 1845, assinado pelo Ministro de Estado dos Negócios do Império, José Carlos Pereira Torres, com a rubrica do jovem Imperador D. Pedro II. Criou vários cargos públicos desde a capital das províncias até os aldeamentos pelos confins do Império. Nele consta que em cada província deveria ter um *Diretor Geral de Índios* a ser nomeado pelo Imperador com graduação honorária de brigadeiro. Nas aldeias (ou nas diretorias parciais, melhor dizendo), deveria haver um *Diretor Parcial*, proposto pelo Diretor Geral e nomeado pelo presidente da província com graduação de tenente coronel; um *Tesoureiro* com honra militar de capitão. Os aldeamentos deveriam contar também com um *Almoxarife*, caso não se fizesse necessário o cargo de tesoureiro; um *Cirurgião* e um *Enfermeiro*, este último escolhido entre um dos *pedestres*, e um *Missionário*. O Regulamento previa, ainda, a criação dos cargos de *Pedestre* e de *Oficiais de ofício*, mas a quantidade, o salário e a natureza dos seus ofícios dependeriam das circunstâncias locais a serem informadas pelos diretores gerais aos presidentes das províncias.

De acordo com o *Regulamento das Missões*, as patentes militares distribuídas aos diretores (geral e parcial) e ao tesoureiro eram automaticamente extintas assim que o funcionário deixasse de ocupar o cargo. Na verdade, mesmo usando as patentes e os uniformes militares, estes funcionários do Estado não gozavam de todas as prerrogativas dos militares propriamente ditos. Para tirar qualquer dúvida, o Aviso n. 320, de 28 de outubro de 1864, do Ministério dos Negócios do Império, que aprovou a decisão do presidente da Província do Amazonas, Francisco José Furtado, de que os diretores de índios deveriam ser julgados em fóruns comuns, traz em seu texto o seguinte esclarecimento: “embora pelo art. 11 do Decreto n. 426 de 24 de Julho de 1845 lhes sejam conferidas graduações militares, não são militares as funções que exercem, e são coisas essencialmente distintas graduações

honorárias e postos militares”.<sup>133</sup> Aliás, para Antônio Carlos de Souza Lima, estamos diante de uma das características do período imperial, qual seja o “caráter militarizado da sociedade imperial”, que atribuía “patentes a funcionários civis responsáveis pelo ‘governo’ dos aldeamentos”, militarizando suas funções, num Estado que só passou a investir num Exército mais profissional, a partir da Guerra do Paraguai.<sup>134</sup>

Entre outras atribuições, cabia ao Diretor Geral examinar a situação geral dos índios em suas habitações e a localização territorial dos aldeamentos e malocas, bem como realizar censos periódicos da população indígena da província. Cabia-lhe também estudar a ocupação dos índios e suas inclinações aos “trabalhos industriais”,<sup>135</sup> assim como o seu desenvolvimento geral. O Diretor Geral tinha também, por incumbência, propor ao governo imperial a remoção, conservação ou reunião de aldeias e de grupos indígenas numa mesma localidade sem, contudo, violentar aos índios; bem como sugerir os limites territoriais dos aldeamentos e demarcar as terras pertencentes aos índios.

Em caso de remoção de índios ou abandono das terras por eles ocupadas, o Diretor Geral poderia propor ao Estado o uso dessas terras para fins públicos ou para uso de particulares. Este era um dos pontos mais importantes do Regulamento e, obviamente, o que gerou mais crítica dos historiadores modernos. Mas, em se tratando, ainda, das competências do Diretor Geral, cabia a ele conceder licença a quem quisesse ir negociar nas aldeias, bem como retirá-la assim que achasse conveniente; propor a criação de escolas primárias; promover o casamento dos índios entre si e com os brancos; zelar pelo trabalho de catequese e civilização e pela saúde dos índios, entre outras atribuições.

O Regulamento criou também o cargo de *Diretor das Aldeias*, indicado pelo Diretor Geral e nomeado pelos presidentes das províncias. Suas funções eram semelhantes aos do diretor geral, porém, no nível dos aldeamentos alocados no interior das províncias. Antes, contudo, de tratar de suas principais funções, cabe aqui fazer um esclarecimento entre a letra

---

<sup>133</sup> Esse Aviso tem como origem uma consulta do Juiz de Direito da Comarca do Solimões ao presidente da Província do Amazonas sobre sua decisão de apoiar a interpretação do referido juiz de que os diretores parciais deveriam ser julgados em foro comum. Esta consulta ocorreu num momento em que se multiplicavam as denúncias de maus tratos aos índios, praticados pelos diretores parciais e, que uma vez denunciados, queriam ser julgados em foros privilegiados por ocuparem cargos com graduação militar. É bom lembrar que dois anos depois, em 1866, o cargo de diretor parcial foi extinto na Província do Amazonas por pressão, principalmente, da Igreja uma das principais denunciante das violências cometidas pelos diretores. O Aviso está transcrito. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). *Op. cit.*, 1992b, p. 260-261.

<sup>134</sup> LIMA, Antônio Carlos de Souza. *Um Grande Cerco de Paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1995, p. 99.

<sup>135</sup> Neste contexto entende-se por “trabalhos industriais” aquelas atividades voltadas para o desenvolvimento econômico dos aldeamentos e da própria província, tais como: a agricultura, a manufatura; bem como, o exercício de certas profissões como a de mecânica e de carpintaria.

da lei e a organização estrutural da política indigenista criada pelo Regulamento de 1845. No seu Art. 2.º está escrito: “haverá em todas as aldeias um diretor...”. Na verdade, esse diretor de quem trata o artigo *supra*, era nomeado para responder pelo aldeamento e, administrativamente, pelas diretorias parciais de índios, que poderiam e geralmente englobavam mais de um aldeamento, mais de uma aldeia e quase sempre muitos grupos étnicos. Fazendo uma transposição do texto para o contexto do Regulamento, ao que parece, o termo “aldeia” equivale ao de “aldeamento”, ou seja, aquelas unidades territoriais e populacionais organizadas pelo Estado, para as quais os índios eram deslocados. No caso da Província do Amazonas, as diretorias parciais de índios foram colocadas estrategicamente, como veremos mais a frente, nas calhas dos principais rios da região, cuja finalidade era atingir os aldeamentos e as aldeias daquele determinado rio ou daquela região. No capítulo anterior já distinguimos os termos: aldeia, maloca e aldeamento.

Entre as muitas atribuições do “diretor da aldeia”, como trata o Regulamento, ou do “diretor parcial”, conforme inscrito na estrutura administrativa da Província, estavam as de informar ao diretor geral a necessidades de “trabalhos comuns”. Esta tarefa era fundamental para a manutenção e desenvolvimento dos aldeamentos e implicava em outras atribuições do diretor parcial, tais como: designar terras para os plantios, fiscalizar os trabalhos, designar a mão-de-obra necessária e administrar a produção dela resultante. A quantidade das terras para esta atividade era determinada pelo diretor geral, mas cabia ao diretor parcial a partir do seu conhecimento local, estabelecer quais terras e em quais locais essas atividades seriam desenvolvidas. Cabia-lhe também a tarefa de verificar quais as terras seriam reservadas para as plantações particulares dos índios e as que poderiam ser arrendadas ou alugadas para terceiros.

Constava, também, entre as funções do diretor parcial a nomeação do substituto do Tesoureiro ou do Almoxarife, nos seus impedimentos. De igual modo, cabia-lhe a tarefa de nomear os índios para as plantações e outros trabalhos comuns e para os serviços públicos de um modo geral. Para estas tarefas ele deveria, quando possível, entrar em acordo com o “maioral” dos índios, segundo recomendava o Regulamento. Ele era responsável também pela distribuição dos objetos ou “brindes” aos índios conforme o que determinasse o diretor geral. Podia também nomear, suspender e despedir Pedestres e Oficiais de ofício que estivessem a serviço do aldeamento.

Zelar pela segurança individual e pela tranquilidade pública dos aldeamentos também era sua função. Podia, inclusive, prender por até seis dias os índios que estivessem

perturbando a ordem; não sendo índios, poderia até expulsar do aldeamento e do distrito. Nos casos mais graves, podia encaminhar à justiça ordinária os infratores com a devida apuração dos fatos. Entre as tarefas, meio de justiça e meio de polícia, cabia-lhe também o comando das forças militares que estivessem a serviço do aldeamento, como também alistar os índios para o serviço militar com a incumbência de animar os que demonstrassem mais interesse pelo serviço, não permitindo, contudo, que os índios desgostassem desse serviço por “excesso de trabalho”.

No âmbito do seu aldeamento ou de seu distrito, o diretor parcial também exercia o poder de tutela sobre os índios, tendo a função de representá-los na condição de “procurador” e, em sua ausência, nomear quem o fizesse. Cabia-lhe também a tarefa de empenhar-se para que as festas civis e religiosas ocorressem “com a maior pompa”, diz o Regulamento, buscando induzir nos índios o gosto pela música instrumental.

Por fim, o diretor parcial, tinha que comunicar trimestralmente ao diretor geral os principais acontecimentos do aldeamento que dirigia e fazer um relatório anual apresentando a situação geral dos índios sob sua jurisdição, o que havia sido realizado naquele ano e o orçamento financeiro para o ano seguinte.

Outro cargo criado pelo Regulamento foi o de *Tesoureiro* (Art. 3º, § 1º ao 7º). Ele era a terceira autoridade das diretorias de índios das províncias, a segunda nos aldeamentos. Cabia-lhe substituir o diretor parcial nos seus impedimentos e em casos repentinos. Porém, suas tarefas específicas eram mais burocráticas e todas subordinadas às ordens do diretor parcial. Cabia-lhe, receber e guardar os valores em moeda advindos de diversas fontes, fazer a contabilidade e a escrituração do patrimônio de sua diretoria, realizar o pagamento e a entrega dos objetos destinados aos índios, ajudar o diretor parcial em suas correspondências e na elaboração dos mapas estatísticos, bem como escrever, nos autos dos processos enviados à justiça e nos “termos das demarcações das porções de terras”, os procedimentos tomados pelo diretor parcial.

Na ausência do tesoureiro, naquelas aldeias em que a administração imperial julgasse desnecessária a sua presença, um *Almoxarife* (Art. 4º) seria nomeado para receber e entregar os objetos destinados ao aldeamento. Nesta circunstância, o diretor parcial assumiria a função de contabilista.

Nos aldeamentos recém-criados ou naqueles estabelecidos em lugares distantes ou onde tivesse a presença de “índios errantes”, o Regulamento previa, no seu Art. 6º, a presença de um *Missionário*, cujas competências estavam relacionadas principalmente ao

campo religioso e educacional que eram basicamente as seguintes: instruir os índios nos princípios da religião católica e da doutrina cristã, por meio, obviamente da catequese; “servir de pároco na aldeia” até que ali fosse criada uma Paróquia; isto implicava, na prática, em realizar batizados, casamentos, missas, festas de santos e outros ritos católicos tanto no aldeamento como em todo o distrito a que ele pertencia; “fazer arrolamentos de todos os índios” de sua jurisdição, detalhando os que moravam no aldeamento, os que estavam fora dele, idade, profissão, nascimentos e óbitos em livros específicos fornecidos pela Diocese; informar ao bispo diocesano, por intermédio do diretor geral, a realidade espiritual do aldeamento, suas necessidades e as providências que poderiam ser tomadas; ensinar a ler, escrever e a contar a todos os meninos e, também os adultos que “sem violência” se disponibilizassem a adquirir tais instruções.

Cabia-lhe, ainda, excepcionalmente, substituir o diretor parcial quando o tesoureiro não pudesse substituí-lo. Deste modo, na hierarquia administrativa dos aldeamentos, o missionário ocupava o último lugar, sendo subordinado ao diretor parcial ou ao encarregado do aldeamento e à burocracia administrativa a cargo dos tesoueiros. Somente naqueles aldeamentos bem recentes, onde ainda não havia uma estrutura administrativa completa, ele tinha maior autonomia.

Além de criar os cargos acima mencionados e definir os papéis de cada um, o texto do Regulamento traz também outros temas importantes para nossa discussão, já familiares à bibliografia especializada sobre este tema em outros períodos históricos. Nele vê-se claramente uma grande preocupação com a catequese e civilização dos índios aldeados, a partir de instrumentos já conhecidos: criação de escolas para as crianças; construção de igrejas; promoção de trabalhos comunitários para produção de alimentos para o consumo do aldeamento e venda do excedente; controle da produção e de uso das bebidas indígenas; controle da entrada e saída de pessoas e do uso de armas por parte dos índios; bem como a atração dos “índios errantes” ou “bravos”, ou seja, aqueles que ainda não estavam aldeados ou sob o controle de algum agente do Estado.

A verticalização dos temas aqui apresentados daria sobre cada um deles um trabalho à parte. Nosso propósito, contudo, na primeira parte da tese, é mais amplo. Buscaremos fazer no próximo item uma exposição e uma análise da organização e do funcionamento do Regulamento das Missões na Província do Amazonas. Trataremos também de três questões centrais: terra, trabalho e mão de obra.



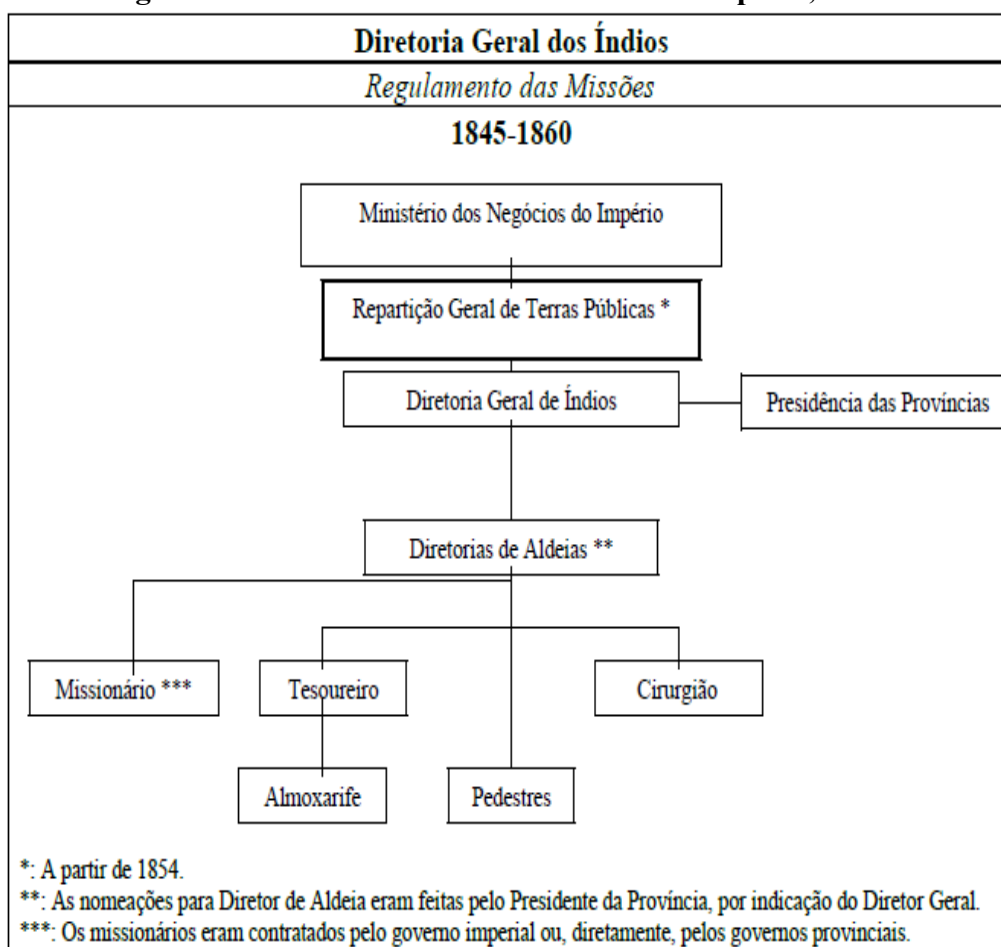
## 2.3 - Organização, temas e problemas do Regulamento das Missões

### *2.3.1- Entre a rigidez da lei e a flexibilidade da ação política*

Em termos estruturais, o Regulamento das Missões criou em cada província uma Diretoria Geral de Índios subordinada hierarquicamente à Diretoria Geral de Terras Públicas, pertencente ao Ministério dos Negócios do Império entre 1845 a 1860 e, a partir dessa data até o final do período imperial, vinculada ao Ministério dos Negócios, da Agricultura, Comércio e Obras Públicas em decorrência da extinção do ministério anterior. Nas diretorias deveriam ser lotados, de acordo com as circunstâncias locais, os oito cargos criados pelo Regulamento e hierarquicamente assim distribuídos: Diretor Geral de Índios, Diretor de Aldeia (ou diretor parcial), Tesoureiro, Almoхарife, Missionário, Cirurgião, Pedestre e ainda os Oficiais de Ofício.

O organograma construído por Patrícia Sampaio (Figura 01) apresenta esse modelo administrativo em termos ideais, ou seja, como estava previsto na lei, até pelo menos a década de 1860. Ele corresponde à distribuição dos cargos hierarquicamente estabelecidos pela lei, cujas funções foram descritas acima. No entanto, fazendo um confronto entre aquilo que previa o Regulamento para organizar as ações do Estado no campo indigenista e o que foi colocado em prática na província do Amazonas, observam-se importantes diferenças. Tais diferenças, em grande medida, deram-se por meio das ações políticas dos grupos envolvidos no campo indigenista: o governo provincial, parte da Igreja e os índios. Campo de disputa que não foi apenas marcado por posições antagônicas, mas também por alianças em que as partes envolvidas faziam certas concessões para conseguirem seus êxitos naquilo que pretendiam. Neste campo de disputa, destacamos a política de aliança praticada pela presidência junto a certas lideranças indígenas e que se constituía, entre outras coisas, na nomeação de líderes indígenas como “tuxauas” dando-lhes, inclusive, patentes militares e ordem para descer índios e formar povoados (Cf. Capítulo I).

**Figura 01 –  
Fluxograma das Diretorias de Índios do Brasil Império, 1845-1860**



Fonte: extraído de: SAMPAIO, Patrícia Melo. *Op. cit.*, 2009, p. 189.

Observa-se também na documentação, como já foi demonstrado, que a presidência da Província do Amazonas procurou manter uma comunicação direta com funcionários e agentes do campo indigenista nos aldeamentos através de ofícios registrados nos *livros de correspondência*.

Explorando mais essa documentação levantada e transcrita por Márcia Eliane Mello<sup>136</sup> podemos traçar um quadro das correspondências entre autoridades da província do Amazonas e funcionários que atuavam diretamente ou que tinham contato com os índios. Fica evidente pela relação remetente/destinatário, apresentada no quadro abaixo e pelo conteúdo destas correspondências que num determinado distrito, diretoria ou aldeamento havia mais agentes do Estado envolvidos com a política indigenista do que estava previsto no Regulamento das Missões de 1845.

<sup>136</sup> Cf. MELLO, Márcia Eliane A de Souza. *Op. cit.*, 2006, p. 429-483.

Para elucidar ainda mais esta questão é bom ter em conta que até 1859, embora precariamente, como vimos no capítulo anterior, ainda funcionava o Corpo de Trabalhadores, baseado numa organização militarizada e que recrutava trabalhadores índios de forma coercitiva, fato que era objeto de denúncia continuada tanto dos índios como de autoridades da província. Por essas mesmas razões, também eram denunciadas outras práticas de recrutamento de trabalhadores, baseadas numa longa tradição colonial de expropriação de mão de obra e de trabalho indígena, fossem para as obras públicas, fossem para o trabalho de particulares.

Detenhamo-nos, primeiramente, no conjunto documental acima referido. Ele traz 41 correspondências trocadas entre os encarregados, os diretores e os missionários e a presidência da província (presidente e vice-presidente). Surpreende o fato dessas correspondências não terem sido feitas entre o superior imediato (o Diretor Geral) e seus subordinados (diretores, encarregados, missionários e militares que faziam parte das diretorias), mas com a presidência da província. Postura essa que, aliás, como foi assinalado, contrariava o *Regulamento das Missões*, que determinava no seu Artigo 2º, § 18º, o seguinte: o Diretor de Aldeia, “em lugar do Presidente, ou Governo Imperial, deve dirigir-se ao Diretor Geral da província”.

#### Quadro 04

##### Correspondências da Diretoria de Índios do Amazonas – 1852-56

Remetente/destinatário	Total
Encarregados ou diretores de aldeia/presidência da Província	17 ofícios
Missionários/presidência da Província	7 ofícios
Diretor de aldeia/diretor geral	4 ofícios
Diretor geral/presidência da Província	3 ofícios
Diretor de aldeia/missionário	1 ofício
Diretor de aldeia/comandante miliar	1 ofício
Ajudante de aldeia/diretor de aldeia	1 carta
Presidência da Província/missionário	1 ofício
Presidência da Província /militares	1 ofício
Militares/presidência da Província	5 ofícios
Total de documentos	41

Fonte: MELLO, Márcia Eliane Alves de Souza. *Op. cit.* 2006. Organização do autor.

Nesse universo de correspondências, um caso interessante veio da diretoria de índios do rio Uaupés. No dia 19 de outubro de 1852, Jesuíno Cordeiro, diretor de índios do rio Negro, escreveu um ofício ao vice-presidente, Manuel Gomes Correa de Miranda, solicitando “dois missionários e estes que sejam brasileiros ou mandar engajar no Reino de

Portugal dois Missionários Portugueses” para que pudessem melhor se desenvolver no meio dos índios, pois, o missionário que lá residia era “Estrangeiro e não sabe se explicar no idioma geral”. Além disto, dizia o ofício que esse missionário não sabia lidar com os índios, era “um pouco áspero” e que os índios tinham medo dele.<sup>137</sup> Dos missionários solicitados, um iria trabalhar num novo aldeamento que Jesuíno Cordeiro pretendia formar e outro substituiria o missionário que lá estava. Jesuíno, ainda, pediu autorização para nomear “uma pessoa Nacional” para ajudar o tuxaua Masimiano José Xavier, para fazer uma povoação nova no rio Tiquié.

Este ofício de Jesuíno Cordeiro é apenas o primeiro de outros três ofícios que este diretor parcial fez à presidência da província apenas entre 19 de outubro e 20 de dezembro de 1852, tratando vários assuntos, entre eles, solicitação de brindes aos índios, ordem para impedir a entrada de regatões para comercializar com os índios, solicitação de Carta de Patente para tuxauas e envio de índios para o serviço público na capital. Porém, no ofício que citamos acima, Jesuíno não apenas fez pedido de dois missionários como indica suas características, qualidades e o lugar de sua atuação, mostrando que os diretores parciais eram, pelo menos, logo no início da administração da Província do Amazonas, figuras importantes e talvez até centrais da política indigenista. Por outro lado, mostra suas desavenças com o missionário daquela região, frei Gregório José Maria de Bene, que atuava nos rios Uaupés e Içana e que também já havia escrito ao presidente Tenreiro Aranha, em abril e em setembro do mesmo ano, relatando entre outras coisas a forma truculenta com que Jesuíno tratava os índios, inclusive, aproveitando-se de sua mão de obra.<sup>138</sup>

Até nove de janeiro de 1856 ainda não havia sido nomeado, de fato, um Diretor Geral de Índios para a Província do Amazonas. Isso explica em parte a centralidade das correspondências entre a presidência os diversos agentes da política indigenista espalhados nas diretorias. Mas as correspondências enviadas a eles tanto pelos diretores parciais, quanto

<sup>137</sup> Este Ofício do Sr. Jesuíno Cordeiro, diretor de índios do Rio Negro, para o Sr. Manoel Gomes Correa de Miranda, Vice-Presidente da Província do Amazonas, em 19/10/1852, está no *Livro de Correspondências dos Diretores de Índios com o Governo – 1820-1852*, fl. 409, e foi transcrito por MELLO, Márcia E de Souza e. “Documentos indigenistas do Amazonas provincial: Manuscritos de 1852-1865”, p. 434-35. In: SAMPAIO, Patrícia Melo & ERTHAL, Regina de Carvalho (Orgs.). *Op. cit.*, 2006, p. 429-483. Chama à atenção a data-limite deste *Livro de Correspondência* que é de 1820 a 1852, anterior à independência do Brasil e à criação da Província do Amazonas, o que sugere que este livro foi herdado pela Província do Amazonas da administração portuguesa do Estado do Grão-Pará. No ano de 1853, no entanto, já havia um desses *livros* da própria Província do Amazonas. Pelas informações de Mello (2006, p. 429) estes *livros* estão sob a guarda do Arquivo Público do Estado do Amazonas (APEA), mas durante o desenvolvimento desta pesquisa não foi possível consultá-lo, uma vez que o referido Arquivo se encontrava fechado para reforma.

<sup>138</sup> Os dois Ofícios do frei Gregório datam de 24/04 e 20/09 de 1852 e estão transcritos. In: MELLO, Márcia E de Souza. *Op. cit.*, 2006, p. 431-433.

pelos missionários e pelos militares continuaram, mesmo depois na nomeação do primeiro Diretor Geral, João Wilkens de Mattos. Um exemplo disto são as correspondências do capitão Joaquim Firmino Xavier, encarregado das obras do rio Cucuí, com o presidente Francisco José Furtado, em primeiro de abril de 1858 <sup>139</sup>, e do próprio presidente Furtado com o missionário do rio Içana, em 6 de junho do mesmo ano, <sup>140</sup> reclamando de descumprimento de suas ordens, quando já era Diretor Geral o cônego Joaquim Gonçalves de Azevedo.

Deste modo, levando em conta os diversos tipos de presença de agentes do Estado junto aos índios aldeados, fossem aquelas previstas no *Regulamento das Missões*, fossem outras advindas de práticas anteriores, vê-se que o campo de interlocução indigenista na Província do Amazonas contava com muito mais agentes e fluxos comunicacionais do que era estipulado no Regulamento. Além do Diretor Geral, do Diretor de Aldeia, do Tesoureiro, do Almoхарife, dos Pedestres, dos Oficiais de Ofício e dos Missionários, aparecem também no interior das diretorias: os tuxauas nomeados pelo presidente, ou seja, os Capitães; e os militares encarregados do Distrito, figura diferente da "força militar da aldeia" prevista no *Regulamento das Missões* e que subordinada ao diretor parcial. Poderíamos até acrescentar, ainda, outros agentes de interlocução que eram os produtores de cacau e café que, pela lei n.º 86, de 22 de outubro de 1858, receberam autorização para descer índios isolados, "gentios das matas" para suas plantações, tendo para isto apenas que declarar ao governo sua intenção de "convidar gentios", de qual grupo e de qual localidade e, no retorno, dizer quantos havia descido e em que condições os trouxe. <sup>141</sup>

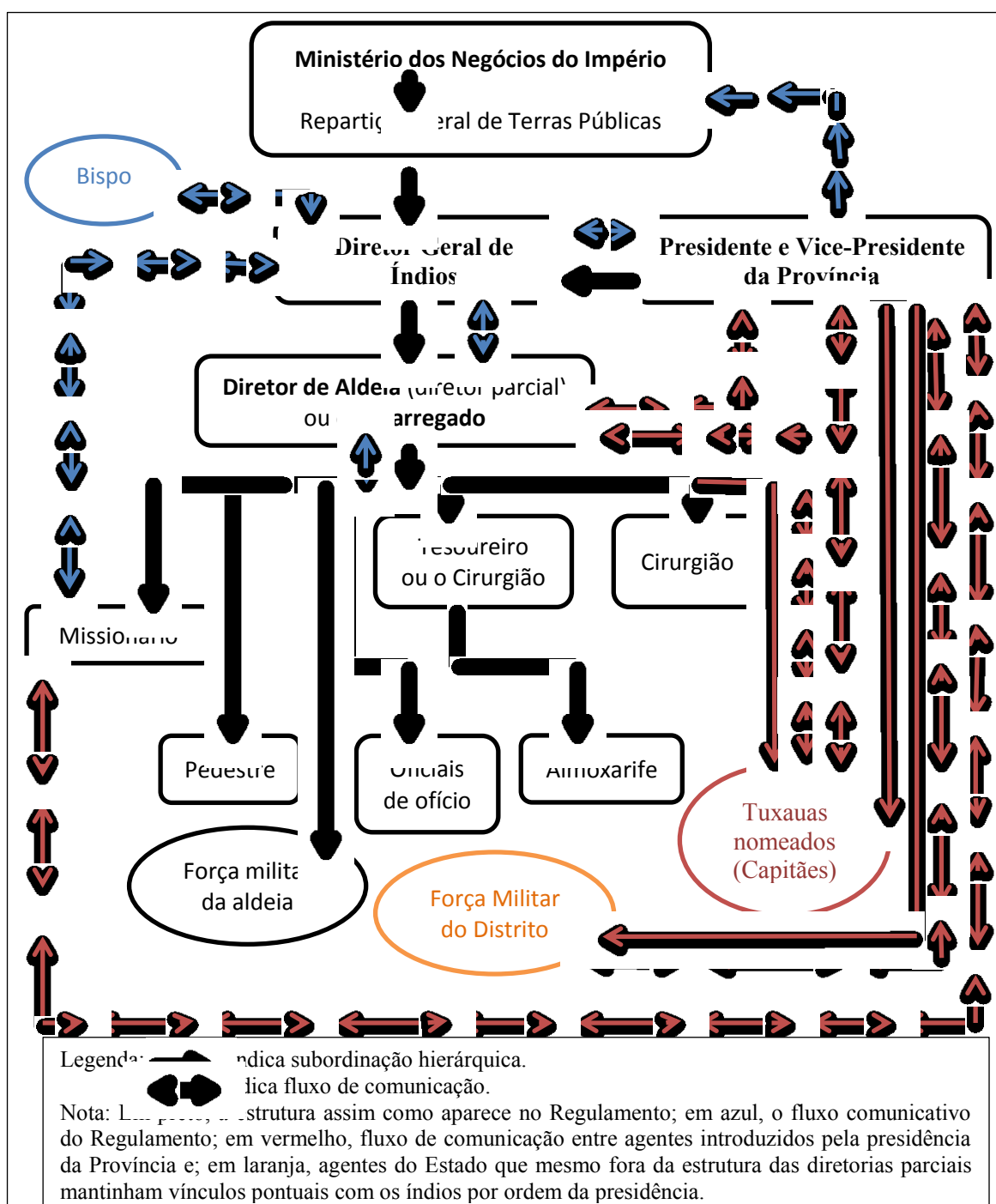
---

<sup>139</sup> Ofício do Capitão Joaquim Firmino Xavier, encarregado das obras de Cucuí, endereçado ao Sr. Francisco José Furtado, presidente da Província do Amazonas. Transcrito In: MELLO, Marcia E de Souza e. *Op. cit.*, 2006, p. 470.

<sup>140</sup> Ofício reservado do Sr. Francisco José Furtado, presidente da Província do Amazonas, para o reverendo missionário dos rios Uaupés e Içana, transcrito. In: MELLO, Marcia E de Souza e. *Op. cit.*, 2006, p. 471.

<sup>141</sup> Lei n.º 86, de 22 de outubro de 1858. Transcrita por SAMAPIO, Patricia Melo & SANTOS, Maycon Carmo dos. "Catálogo de Legislação Indigenista das Províncias do Pará e Amazonas: uma compilação (1838-1889)". In: SAMPAIO, Patricia Melo & ERTAL, Regina de Carvalho (Orgs.). *Op. cit.*, 2006, p. 330-331.

**Figura 02**  
**Posição Hierárquica e Fluxograma da Diretoria Geral de Índios**  
**da Província do Amazonas (1851-1866)**



Veja-se o fluxograma acima, da Diretoria de Índios do Amazonas. Nele se pode observar a multiplicidade de agentes e a complexidade da política indigenista na província.

Desta maneira, observa-se que, além dos elementos que estavam previstos no *Regulamento das Missões*, na prática, a política indigenista da Província do Amazonas,

operava com mais dois outros: os tuxauas nomeados pelos presidentes e os militares da Força Militar do Distrito onde estavam localizadas as diretorias parciais. Aliás, se bem observado, o esquema apresentado acima, na verdade, contém um terceiro elemento que é a própria presidência da Província, agindo a partir dos dois elementos novos por ela inseridos nesse sistema. A comunicação trocada entre esses três elementos (tuxauas, militares e a presidência) reconfigurava as relações de força no interior da Diretoria Geral de Índios da Província. Houve deste modo, no âmbito da comunicação no interior da Diretoria Geral, dois canais de informação que funcionavam de forma quase paralela. Um, que estava desenhado no Regulamento de 1845 e que se dava entre a presidência, o diretor geral, o diretor parcial e dele com os demais membros das diretorias parciais (missionário, tesoureiro, cirurgião, almoxarife, pedestre, oficiais de ofício e militares da força militar da aldeia), destacado em azul no esquema acima. Neste primeiro desenho apenas os missionários tinham a prerrogativa de se comunicar com o bispo e mesmo assim, por intermédio do Diretor Geral. Outro canal de comunicação, criado pela presidência da província, articulava a presidência com quatro agentes: os diretores parciais ou encarregados, os tuxauas nomeados, os militares do distrito em que estava a diretoria parcial de índios e os missionários. Deste modo, a presidência tinha acesso a informações diretas da base do sistema e não somente àquelas já filtradas pelos diretores parciais e pelo diretor geral em seus relatórios e outras formas de comunicações escritas.

Ao que parece, este esquema enfraqueceu o papel do Diretor Geral enquanto elo principal da cadeia de comunicação entre a base das diretorias parciais, a presidência da província e o governo imperial e, com isso, qualquer pretensão do legislador de promover, com um Regulamento Geral, uma maior presença e controle do governo central sobre a política indigenista do Império. Ao contrário, isto contribuiu para uma maior descentralização em relação ao poder central, potencializando o poder regional das províncias. Fazendo uma comparação da política indigenista do Império com a que foi estabelecida na República, Antônio Carlos de Souza Lima, destaca que a primeira tinha o “sistema todo de funções [...] pouco centralizado, servindo às províncias e a elas atendendo diretamente”<sup>142</sup> uma tendência, aliás, da própria prática política do Império como assinalamos no início deste capítulo.

Fazendo uma leitura das funções dos membros das diretorias e do fluxo comunicacional entre eles a partir do que estabelecia o *Regulamento das Missões*, constata-

---

<sup>142</sup> LIMA, Antônio Carlos de Souza. *Op. cit.* 1995, p. 98-99.

se uma tentativa de centralização ou de afunilamento por parte do governo imperial, principalmente, no que se refere às informações e às decisões atribuídas ao Diretor Geral. Este cargo, mesmo que fosse indicado pelo presidente da província, era nomeado pelo governo imperial, sendo o único cargo de menor escalão nas províncias que tinha esse tratamento, equiparando-se ao do presidente da província, que também era de nomeação do Imperador. Por essa razão, é que na estrutura da Diretoria de Índios, ele aparece na mesma posição hierárquica da presidência, embora dela dependesse sua indicação e por ela passassem as informações destinadas ao governo imperial.

Entende-se, desta maneira, que a dinâmica de funcionamento, que acabou se estabelecendo no interior da Diretoria Geral de Índios do Amazonas, não se deveu a uma suposta flexibilidade do *Regulamento das Missões* enquanto *corpus* jurídico nem a uma intenção de descentralização por parte do governo central do tratamento da questão indígena. Pelo contrário, foi uma maneira encontrada pelo *poder local* da província e, não apenas pela presidência da província, de driblar essa intenção de “centralização ou de afunilamento” da política indigenista imperial, visibilizada no organograma do *Regimento das Missões*. Exemplificando melhor essa centralização da legislação indigenista no âmbito do Império, vemos que dos 38 parágrafos do *Regulamento* que designam as funções do Diretor Geral, 21 se referem claramente à sua relação com as várias instâncias dos governos geral e provincial; destes, 14 (ou seja, 2/3) fazem menção direta de sua relação com o governo central, o restante com o governo provincial, assim distribuído: 6 com a figura dos presidentes de províncias, e apenas 1 com as assembleias provinciais. No que se refere às funções do Diretor da Aldeia, todas elas estão ligadas ao Diretor Geral. Deste modo, a participação da presidência da Província tendia a ser amenizada, o que pode não ter agradado aos presidentes das províncias e a outras forças políticas locais, incluindo, membros da Igreja e os próprios índios. A presidência teria apenas a função de indicar o ocupante do cargo de diretor geral, nomear os diretores parciais, indicados pelo diretor geral e “transmitir ao governo imperial” as informações e demandas da Diretoria de Índios de sua província acompanhadas das suas “convenientes observações”, conforme determinava o Art. 9º do Regulamento. Ao que parece, isso não era suficiente para as pretensões tanto do governo provincial quanto do poder local, que buscaram e implementaram “formas alternativas” de se inserir mais diretamente nessa dinâmica e dela tirar proveito.

Nesse verdadeiro campo de disputa que foi a política indigenista na Província do Amazonas, a participação dos índios na condição de “tuxauas nomeados”, figuras que não



podem ser vistas, em absoluto, apenas como mais um “agente do Estado” nessa teia de relações, mas como uma força atuante tanto para o equilíbrio quanto para o desequilíbrio dessas relações. A presença e a importância desses “tuxauas nomeados” nessa dinâmica política podem ser notadas em vários momentos nos ofícios constantes nos *Livros de Correspondências* e em várias partes dos Relatórios dos Presidentes da Província.

Citemos alguns exemplos. Uma das reivindicações feitas por Frei Gregório José Maria de Bene ao vice-presidente da Província Manuel Gomes Corrêa de Miranda, em vinte de setembro de 1852, era para que ele se dignasse a “dar as providências necessárias a fim de que *Tuxauas* e o Sargentos dos Trabalhadores, Sr. Simão de Freitas, cumpram com seus deveres, e façam mais caso do Ministro Evangélico”.<sup>143</sup> Em vinte de dezembro de 1852, Jesuíno Cordeiro, diretor do rio Uaupés, solicitou ao presidente da província uma nova Carta Patente para o tuxaua Calisto Barroso, da etnia indígena Detuanna, rio Apaporis que queria fundar uma povoação com seus parentes naquela região, pois, havia perdido a sua Carta em um naufrágio subindo o rio Japurá.<sup>144</sup> O mesmo Jesuíno Cordeiro relatou ao presidente Herculano Ferreira Penna, em setembro de 1853, que foi informado pelo Tuxaua Manoel Calisto que o também tuxaua João de Matos, da Aldeia São Jerônimo, “abusando das ordens”, havia descido o rio Papury com seus companheiros e “pegou” dez índios menores e os levou para sua aldeia.<sup>145</sup> Esse episódio foi objeto de atenção do governo que mandou o diretor investigar o fato. No final de agosto deste ano, Jesuíno informou ao presidente Ferreira Penna que nada havia apurado sobre o ocorrido, mas que se não descobrisse onde estavam as dez pessoas, remeteria o Tuxaua João Matos preso para a capital a fim de ser interrogado.<sup>146</sup>

Seguindo as correspondências não se sabe se os índios capturados foram encontrados e se o Tuxaua João Matos foi enviado para a capital como prisioneiro. Sabe-se, contudo, que a nomeação de tuxauas, por parte da presidência da Província do Amazonas, era uma estratégia de trazer para o seu campo de interlocução e de interesse certos líderes indígenas que tinham posição de destaque em algumas regiões e que, por sua vez, esses líderes,

<sup>143</sup> Ofício de Frei Gregório José Maria de Bene, missionário do Uaupés e Içana, endereçado ao Sr. Manuel Gomes Corrêa de Miranda, vice-presidente da Província do Amazonas, datado de 20/09/1852. Transcrito In: MELLO, Marcia E A de Souza e. *Op. cit.*, 2006, p. 433. Grifo nosso.

<sup>144</sup> Ofício de Jesuíno Cordeiro, Diretor do Rio Uaupés endereçado ao presidente da Província do Amazonas, em 20/12/1852. Transcrito In: MELLO, Marcia E A de Souza e. *Op. cit.*, 2006, p. 438.

<sup>145</sup> Ofício de Jesuíno Cordeiro, Diretor do Rio Uaupés endereçado ao o presidente da Província do Amazonas, Herculano Ferreira Penna, 05/07/1853. Transcrito In: MELLO, Marcia E A de Souza e. *Op. cit.*, 2006, p. 450.

<sup>146</sup> Ofício de Jesuíno Cordeiro, diretor do Rio Uaupés para o presidente da Província do Amazonas, Herculano Ferreira Penna, 28/08/1853. Transcrito In: MELLO, Marcia E A de Souza e. *Op. cit.*, 2006, p. 456.

utilizavam-se inclusive dessas “patentes” para ampliar e reforçar sua rede de ação e de relações junto a seus pares e aos brancos: comerciantes, religiosos, autoridades do Estado, que trabalhavam nas diretorias parciais e até estrangeiros que por lá passavam. Em cada um desses espaços de negociação, esses “tuxauas nomeados” eram vistos e interagiam de forma diferente.

Em junho de 1851, o Tuxaua Manoel Calisto, o mesmo que denunciou seu colega João Matos ao diretor Jesuíno, foi encontrado pelo cientista Alfred Wallace, quando este percorria o rio Negro, e foi descrito como um homem que não tinha boas relações com um comerciante português, conhecido por Lima, que o descreveu ao naturalista como um “velhaco, indigno de confiança”. Mas Wallace gostou de Calisto pela sua forma “serena e digna” com que o recebeu em sua aldeia. Wallace realçou que Calisto tinha em seu poder uma fortuna em ornatos de dentes de onça e penas de pássaros, que adquirira através dos seus contatos ou guerras com os Maku e outros índios da região. Segundo o cientista, Calisto guardava cuidadosamente aqueles adornos da cobiça dos brancos e para não ser obrigado vendê-los.<sup>147</sup>

De fato, como já foi assinalado, a prática de nomear lideranças indígenas para assumir cargos na política indigenista oficial, não foi uma prerrogativa dos presidentes da Província do Amazonas. Os presidentes paraenses também a ela recorreram. No quadro a seguir tem-se a lista dos “tuxauas” nomeados pela Província do Pará entre 1848 e 1851 para a região do rio Negro, onde, inclusive, consta a nomeação de Manoel Calisto, acima referido e, que continuou exercendo sua função no governo amazonense.

---

<sup>147</sup> WALLACE, Alfred Russel. *Op. cit.*, 1979, 182.

**Quadro 05**  
**Lista de “Tuxauas” nomeados no rio Negro pelo governo da Província do Pará (1848-1851)**

Rio/Localidade	Ano	Nome	Etnia	Aldeia	Obs.
Rio Içana	1850	Silveiro Antônio	--	Tunuky	
	1851	Alexandre Correia	--	São Bento	
Distrito de Marabitanas	1850	Antônio Mathias	--	São Francisco	
		João Bernardo	--	Tucurimachi	
		Ângelo José	--	Cuyari	
Rio Uaupés	1848	Alexandre	Ananá	Caruru Cachoeira	
		Domingos Dias dos Santos	Tukano	Curururapecuma	
		João de Mattos	Tukano	São Joaquim	Filho do tuxaua de São Jerônimo: Abalizado Raimundo José
		Calisto Antônio	Tariano	Iaurareté Cachoeira	
	1850	Manoel Calisto	Ananá	Caruru Cachoeira	Filho do tuxaua Alexandre da mesma aldeia, que fora nomeado em 1848.

Fonte: ESTADO DO AMAZONAS. *Revista Arquivo Amazonas*, ano I, v. I, nº. 2, Manaus: 23 de outubro de 1906, p. 29-30. De acordo esta mesma fonte os títulos de nomeações estão no *Livro de Correspondências dos Diretores de índios com o Governo – 1820-1852*, folhas 1 a 5 e 9 a 13.

Ao tratar do papel das lideranças indígenas no período colonial, Maria Regina Celestino de Almeida assinala que “a política de valorização das lideranças nativas foi parte do projeto de conquista e colonização das Américas”. Para esta autora, embora em menor escala que nas colônias espanholas, as autoridades portuguesas, civis e religiosas, também incentivaram a formação de uma “nobreza indígena”, para as quais davam títulos de nobreza, patentes militares e até nomes de prestígio. Ressalta ainda Almeida, que sem negar as diferentes formas de preconceito e discriminação despejados pela sociedade colonial contra os índios, as lideranças participaram em níveis, tempos e situações diversas de todo o processo, buscando dele se apropriar e tirar proveito.<sup>148</sup>

O papel e o significado da participação dos chefes indígenas nas estruturas políticas coloniais das Américas, bem como a repercussão disso nas sociedades indígenas a que pertenciam esses chefes, são tema susceptíveis a muitas interpretações na historiografia. Mas para o propósito deste capítulo, cabe apenas destacar, a partir do estudo de Almeida, duas visões distintas: uma que vê nesse processo uma “política de manipulação de chefias” por parte do Estado, que resultava no afastamento das lideranças de seus liderados; outra, que destaca a habilidade política dos índios para se apropriarem dos elementos exógenos e de

<sup>148</sup> ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Op. cit.* 2013, p. 137; 177-178.

adaptarem esses elementos ao novo mundo que os cercava.<sup>149</sup> De qualquer maneira, antes de pensarmos em qualificar a participação dessas lideranças no mundo colonial, é preciso levar em conta que os índios constituíam grupos étnicos diferentes entre si e que a convivência dessas diferenças com as múltiplas formas e fases da colonização produziu formas diferentes de os índios se relacionarem com o projeto colonial. Nessa direção, John Manoel Monteiro, adverte-nos para a perspectiva idealista que coloca o falso problema entre as lideranças autênticas e postiças, sem perceber as diferentes estratégias que os povos e as lideranças indígenas estabeleceram ou tiveram que assumir em determinados contextos históricos.<sup>150</sup>

Trazendo essa problemática tratada por Regina Almeida e John Monteiro para o objeto ora abordado, entendemos que o estudo da legislação indigenista não pode se dar separado do seu contexto histórico que inclui, obviamente, os problemas locais e globais da política indigenista e do indigenismo como um todo. No caso aqui estudado, foram as ações locais que acrescentaram características próprias à política indigenista no Amazonas. O que aconteceu na província não é nada excepcional na história indigenista, mas guarda fortes vínculos não como um suposto “vazio de legislação” entre o período pós Diretório Pombalino e o *Regulamento das Missões*, mas, de alguma maneira, com uma tradição ou experiência histórica do Império de legislar “a varejo” para resolver problemas pontuais marcados por interesses locais, algo que o Regulamento não apenas, não conseguiu contemplar, como não conseguiu evitar. Tal questão está ligada também às discussões e tensões, ocorridas no campo do indigenismo como um todo, que acompanharam o debate do Regulamento na década de 1840 e que não se esgotaram na formulação do *corpus* jurídico de 1845. Isto nos faz ver o *Regulamento das Missões*, não como um *corpus* jurídico pronto e acabado e, que por isso, teria a função de “corrigir” os problemas da relação dos índios com o Estado, mas como um instrumento inacabado, em construção e que serviu, algumas vezes mais outras menos, para “mediar” as relações políticas num campo social muito diversificado, tanto no Império de um modo geral, como nas províncias em particular.

Por sua vez, na Província do Amazonas existiam muitas diferenças, por região e por etnia, na forma de contato dos índios com a sociedade imperial, nas suas relações intra-étnicas e nas respostas ao Estado, aspectos que buscaremos mostrar nos capítulos seguintes.

<sup>149</sup> ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Op. cit.*, 2013, p. 187-188.

<sup>150</sup> MONTEIRO, John Manuel. “Raízes históricas das organizações indígenas no Brasil”. In: *Anais do Congresso Internacional da AHILA*, nº. 12: Liverpool, 1996, p. 6.

Este quadro exigia um amplo conjunto de ações e de reações tanto do Estado e da Igreja como dos índios que não cabiam na uniformidade do modelo proposto no *Regulamento das Missões*. Não apenas fora deste corpo jurídico, mas, também, a partir dele, estes agentes buscavam caminhos alternativos para fazer valer seus interesses.

### 2.3.2- Terra, trabalho e mão de obra indígena

Numa leitura mais ampla sobre a problemática das terras indígenas no século XIX, Manuela Carneiro da Cunha assinala que, nesse período, cresceu o interesse pelas terras indígenas e que a política de terra do Império não estava separada de uma “política de trabalho”, ou seja, de ocupação e de uso dos índios como mão de obra em setores estratégicos da economia, em obras públicas e em iniciativas de particulares. Segundo essa autora, nas regiões de fronteira que ainda estavam em expansão, o propósito da política indigenista era o de “alargar os espaços transitáveis e apropriáveis”, e naquelas regiões de povoamento mais antigo, a partir da metade do século XIX em diante, era o de “restringir o acesso à propriedade fundiária e converter em assalariados uma população independente”, formada por “libertos, índios, negros e brancos pobres”. Para Manuela Cunha, neste novo contexto, os índios estavam numa “posição singular”, uma vez que teriam de ser “legalmente, senão legitimamente, despossuídos de uma terra que sempre lhes foi, por direito, reconhecida”, numa referência ao “direito originário” amplamente reconhecido desde os tempos coloniais.<sup>151</sup>

Nesse quadro geral, a Província do Amazonas enquadra-se, *grosso modo*, naquelas áreas de expansão de fronteiras, onde o Estado buscava aumentar os “espaços transitáveis”, o que se traduzia na navegabilidade de rios importantes como o próprio Amazonas, mas também o Madeira, o Purus, o Juruá, o Branco e os espaços geográficos “apropriáveis”, nas regiões de fronteira com países limítrofes e nas áreas de maior interesse econômico, principalmente, para a exploração da borracha nas três últimas décadas do século XIX.

Buscaremos, aqui, entender como as questões da terra, do trabalho e da mão de obra indígena foram tratadas no *Regulamento das Missões* e, principalmente, quais seus efeitos para a política indigenista na Província do Amazonas. Sabe-se, contudo, que as ações do Estado Imperial em relação aos índios não estavam limitadas apenas pelos dispositivos desta lei, mas também, por outros dispositivos jurídicos como o Corpo de Trabalhadores, que

---

<sup>151</sup> CUNHA, Manuela Carneiro da. *Op. cit.*, 1992b, p, 141.

permaneceu até 1859, a Lei de Terras de 1850 e outras dela decorrentes. Para a nossa discussão, é particularmente interessante a lei provincial, n.º. 86, de 22 de outubro de 1858, que concedia prêmios em dinheiro a plantadores de café e cacau, para cada mil árvores produtivas que cultivassem, por índios isolados que conseguissem atrair das matas e para cada chefe de família indígena que fizessem residir em sua propriedade.

Começemos pelo Regulamento das Missões. Nele estava previsto no seu Artigo 1.º que, de acordo com as conveniências do governo, os índios poderiam ser mantidos em seus locais de origem ou removidos para outros locais ou, ainda, reunidos em aldeamentos com várias etnias, cuja prioridade era o trabalho agrícola.

Os terrenos, que os índios recebessem nos aldeamentos ou fora deles para cultivar a terra, poderiam ser mantidos em sua posse e até repassados para suas viúvas desde que tivessem “bom comportamento e desenvolvimento industrial”. Essas terras não eram de propriedade imediata dos índios. Somente depois de “doze anos, não interrompidos, de boa cultura”, mencionados nos relatórios administrativos anuais do governo, os índios poderiam ter a concessão dessas terras por meio de Cartas de Sesmaria. Se o índio “concessionário” dessas terras viesse a morrer antes de completar esse tempo, sua viúva ou seus filhos poderiam pleitear essa posse, mas teriam que continuar sendo merecedores, ou seja, trabalhando com igual empenho e obediência até completar o tempo e, no caso dos filhos, teriam ainda que trabalhar pelo duplo desse tempo restante, contanto que este [tempo] não passasse de oito e não fosse menor que quinze anos.

Deste modo, a concessão de terras por este Regulamento não era destinada aos índios aldeados de um modo geral e na condição de grupos sociais, mas a determinados índios como indivíduos, e que, na perspectiva do Estado, fizessem por merecê-la. Ou seja, a concessão não estava amparada em nenhum princípio do direito originário, como aparece em certos momentos da legislação do século XIX, mas, antes, tratava-se de um prêmio aos “índios bons” que assim se aliassem à política indigenista do Estado Imperial. Mesmo as terras demarcadas para os aldeamentos não eram destinadas aos índios que para lá fossem deslocados, mas àquela figura jurídico-administrativa: a aldeia ou o aldeamento. Até porque ao governo também cabia decidir sobre as terras “abandonadas” pelos índios e sobre aquelas “desocupadas” por conta de suas remoções para outros locais. Tais terras deveriam ser utilizadas pelo Estado e os “proveitos” delas decorrentes deveriam ser empregados “em benefícios dos índios da Província”, cuja guarda e administração de tais recursos cabia mais uma vez ao Estado.

De acordo com parágrafo 12.<sup>o</sup>, do artigo 1.<sup>o</sup> do *Regulamento das Missões*, cabia ao diretor geral arrendar por três anos parte das terras dos aldeamentos, como também, pelo parágrafo 13.<sup>o</sup>, ele tinha a prerrogativa de “aforar terras para casas de habitações” de não-índios, com o consentimento e de acordo com as orientações que recebesse do presidente da província. Torna-se interessante o fato de que, por não terem essas concessões de terras suas condições e circunstâncias previstas nesta lei, podemos dizer que se tratava de um caso em aberto a ser legislado isoladamente, o que foi logo resolvido com a Lei de Terras em 1850 e sua legislação complementar.

Deste modo, com base no *Regulamento das Missões*, fica claro que as terras dos aldeamentos tinham basicamente três finalidades: promover a sustentabilidade dos índios aldeados através de seus próprios cultivos; garantir o desenvolvimento dos aldeamentos tendo por base os “trabalhos comuns” realizados até compulsoriamente pelos índios; e atender aos interesses externos por meio dos arrendamentos e dos aluguéis promovidos pelo Estado.

Porém, a problemática das terras indígenas é mais complexa e vai muito além do que previa este Regulamento. A ele estava diretamente articulado um conjunto maior de leis, decretos e decisões que, por sua vez, estava vinculado aos interesses políticos, econômicos e aos conceitos que se forjavam sobre as populações indígenas. Para Vania Maria Losada Moreira, a Lei de Terras de 1850 e seus desdobramentos posteriores, como o Decreto n.<sup>o</sup> 1.368, de 30 de janeiro de 1854, não apenas simplificaram os direitos territoriais indígenas em relação ao período colonial, como foram direcionados aos índios classificados como “selvagens”, para os quais se destinavam terras para seu aldeamento em oposição aos índios já “ressocializados”, “remanescentes” ou “descendentes” <sup>152</sup> de quem se poderia tomar as terras.

A autora chama a atenção, também, para dois documentos imperiais: a Decisão n.<sup>o</sup> 92, de 21 de outubro de 1850 e a Lei n.<sup>o</sup> 1.114, de 27 de setembro de 1860, “cujo objetivo precípuo era o de desamortizar as terras indígenas”. <sup>153</sup> No primeiro caso, a Decisão n.<sup>o</sup> 92 determinava o sequestro e a incorporação ao patrimônio nacional das terras dos índios que não fossem mais considerados “selvagens”, como determinava o *Regulamento das Missões*, e dos índios que já estivessem “confundidos na massa da população civilizada”. <sup>154</sup> No

<sup>152</sup> MOREIRA, Vania Maria Losada. *Op. cit.*, 2012b, p. 76

<sup>153</sup> *Ibid.*, p. 76.

<sup>154</sup> Decisão n.<sup>o</sup> 92, de 21 de outubro de 1850 do Ministério do Império, transcrita: In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). *Op. cit.*, 1992b, p. 213-214.

segundo caso, a lei nº. 1.114, de 1860 que, curiosamente, versava sobre despesas e receitas dos dois anos seguintes, em seu capítulo 3º, artigo 11, autorizava o governo a “aforar ou vender” de acordo com a Lei de Terras, os terrenos das “antigas Missões e Aldeias dos Índios” que já estivessem sido abandonados, concedendo apenas a porção que as autoridades achassem necessária para os índios que ainda lá habitassem.<sup>155</sup>

Ainda de acordo com Vania Moreira, a manutenção das terras de forma individual e não mais coletiva pelos índios ficava na dependência de “avaliações subjetivas” do governo sobre o estado de “ressocialização” dos índios e das “circunstâncias” das relações dos índios com o poder local.<sup>156</sup> E neste caso, contava muito a história de contato, os conflitos e as alianças que os índios estabeleciam com a sociedade em geral e com os agentes do Estado imperial. E é, também, nessas circunstâncias que devem ser pensadas as alianças dos chefes indígenas com o governo por meio da concessão de patentes e de troca de presentes, anteriormente mencionadas.

Deste modo, fica evidente que o Regulamento das Missões não apenas não abarcava todas as questões referentes aos índios como não pode ser tomado isoladamente para o estudo de questões referentes à terra e à mão de obra. Fica evidente, também, que a problemática das terras indígenas no século XIX esteve fortemente vinculada não apenas ao que determinava a legislação, mas aos critérios de “indianidade”, que classificava e separava “índios bravos” e de “índios aldeados” ou mansos, como chamou a atenção Isabelle Peixoto da Silva, para o caso dos índios da Província do Ceará na década de 1860.<sup>157</sup>

Para Patrícia Sampaio, a principal novidade trazida pelo Regulamento das Missões à legislação indigenista era a “possibilidade de arrendamento e aforamento das terras indígenas”, o que não havia nas legislações anteriores.<sup>158</sup> De fato, principalmente, após a promulgação da Lei de Terras de 1850, esta questão ganhou muito interesse em todo o Império, especialmente, no Sudeste e no Nordeste. Como a política da formação dos aldeamentos consistia, principalmente, na remoção dos índios de seus territórios tradicionais para áreas definidas pela lógica do Estado, os índios, ao serem aldeados eram obrigados a deixar seus territórios tradicionais. Deste modo, fazendeiros, cafeicultores e outros

<sup>155</sup> Lei nº 1.114, de 27 de setembro de 1860. Transcrita: In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). *Legislação Indigenista do Século XIX: uma compilação*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1992b, p. 257.

<sup>156</sup> MOREIRA, Vania Maria Losada. *Op. cit.*, 2012b, p. 83.

<sup>157</sup> SILVA, Isabelle Braz Peixoto. “O Relatório Provincial de 1863 e a expropriação das terras indígenas”. In: OLIVEIRA, João Pacheco de (Org.). *A Presença Indígena no Nordeste*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011, p. 335.

<sup>158</sup> SAMPAIO, Patrícia Melo. *Op. cit.*, 2009.



proprietários rurais aproveitavam-se dessas “terras desocupadas” pelos índios para fazer avançar o latifúndio para o interior do Império.

No Amazonas, bem antes da corrida pelos “territórios das seringueiras” que, na verdade, estavam repletos de índios, muitos, inclusive, sem contato com a sociedade colonial, o governo provincial utilizou-se de muitos meios ou “subterfúgios” legais para fazer avançar a colonização das terras e aquisição de mão de obra para as propriedades rurais. Foi com esse propósito que a Assembleia Legislativa Provincial decretou e o presidente Francisco José Furtado sancionou a Lei N° 86, de 22 de outubro de 1858.<sup>159</sup>

Essa lei concedia, em seu artigo 1°, um prêmio de 200\$000 réis para cada pessoa que apresentasse, em terreno próprio, mil novos pés de cacau ou café frutíferos. Para tanto, o lavrador teria que residir na propriedade e indicar com antecedência ao governo qual planta ele iria cultivar. Mas a referida lei não era somente um desdobramento da Lei de Terras de 1850, nem tampouco, se tratava de um simples incentivo à agricultura e à expansão da propriedade rural legalizada na província; ela também incentivava ou, melhor dizendo, ela liberava o descimento e a colonização de índios por outros meios que não os que estavam previstos no *Regulamento das Missões*.

Em seu artigo 3°, a lei concedia ao mesmo produtor mais 50\$000 para cada indígena isolado que conseguisse, e 100\$000 para cada família indígena com mais de duas pessoas maiores de oito anos de idade que conseguisse descer das matas. Receberia o prêmio o proprietário que “colonizasse e fizesse residir” no seu estabelecimento um número maior que quinze indígenas. Contudo, para receber o prêmio, o artigo 4° da lei estabelecia que era necessário que os indígenas capturados fossem “reputados propriamente gentios, sem vislumbre de civilização e atraídos da mata”. Para adquirir a licença para a realização desta verdadeira “caçada” aos “índios bravos”, o artigo 5° rezava que bastava o proprietário rural apresentar ao governo uma declaração de que iria “convidar gentios”, a tribo e a localidade; comunicar seu retorno, o número e as condições em que foram apanhados os índios.

Com esta lei do “cacau e do café”, o governo provincial buscava dar mais uma resposta local a um velho problema que se arrastava desde os tempos coloniais, que era o da mão de obra para as propriedades particulares. Com os incentivos em moeda, previstos na lei, o governo, na verdade, estava ajudando a financiar as expedições de aprisionamento de índios e as guerras aos índios bravos, praticadas durante todo o século XIX na Amazônia.

---

<sup>159</sup> O texto dessa lei aqui utilizado foi transcrito por SAMPAIO, Patrícia Melo & SANTOS, Maycon (col.). “Catálogo de Legislação Indigenista das Províncias do Pará e Amazonas: uma compilação (1838-1889)”. In: SAMPAIO, Patrícia Melo & ERTHAL, Regina de Carvalho (Orgs.), *Op. cit.* 2006.

Esta lei abria uma série de possibilidades de negociação e acordos entre os proprietários rurais e os agentes do Estado encarregados dos índios, reforçando práticas antigas do lucrativo comércio de mão de obra indígena.

Não por outra razão é que a questão indígena no Império brasileiro esteve sempre muito fortemente vinculada à problemática da terra e da colonização não apenas em termos práticos, ou seja, no “campo de batalha”, como foi demonstrado acima, mas também na estrutura do próprio Estado imperial. Entre 1845 e 1860, as Diretorias Gerais de Índios das províncias eram vinculadas à Repartição Geral de Terras Públicas, que por sua vez, era subordinada ao Ministério dos Negócios do Império. Com a criação do Ministério da Agricultura em 1860, as diretorias gerais passaram a integrar esse novo ministério por meio da Diretoria Geral de Terras Públicas, extinta em 1876, quando foi criada a Inspetoria Geral de Terras Públicas, vinculada ao mesmo ministério.

Para Kaori Kodama esta alteração marca, também, uma mudança dos “significados, das hierarquias ou das prioridades” em relação à política indigenista naquele momento. Mesmo assim, observa-se uma continuidade no que tange à preocupação de continuar atrelando a política indigenista às questões da colonização e da civilização.<sup>160</sup>

Manuela Carneiro de Cunha chegou a dizer que, no século XIX, a questão indígena deixa de ser essencialmente um problema de aquisição de mão de obra, como fora no século XVIII, para se transformar numa questão de acesso à terra.<sup>161</sup> Esta questão pode servir para dar um quadro geral da problemática indígena no Brasil do século XIX, mas não se aplica para todas as províncias. Na província do Amazonas, por exemplo, o interesse econômico pelas terras dos índios se dará um pouco mais tarde que no Nordeste e no Sudeste e, mesmo assim, nunca se tornou único. Como vimos tanto no capítulo anterior como no exemplo acima mencionado, a exploração da mão de obra e do trabalho indígena continuou também importante por todo o século XIX, assim como ofensivas armadas aos grupos indígenas que, de algum modo, mantinham-se autônomos nas florestas e opunham-se vez ou outra às iniciativas diversas de contato ou de aldeamento organizadas pelo Estado ou por particulares. Neste último aspecto, vale a pena mencionar os conflitos envolvendo os Wamiri-Atroari no rio Negro e os Arara e Parintintin no rio Madeira, a serem tratados nos capítulos seguintes.

Nesta parte do Império, a política de terras só se tornou de fato importante com a valorização da borracha no mercado internacional a partir da década de 1870, período em

---

<sup>160</sup> KODAMA, Kaori. *Op. cit.* 2009, p. 214.

<sup>161</sup> CUNHA, Manuela Carneiro da. *Op. cit.*, 1992c, p. 132-154.

que começa uma verdadeira “correria” dos seringalistas para demarcar áreas de seringais nativos.<sup>162</sup> A leitura da documentação demonstra isso. Na Exposição do vice-presidente Romualdo de Souza Paes de Andrade, feita em 15 de novembro de 1879, fica claro como a Lei de Terras não era cumprida no Amazonas e como os seringalistas se apropriavam e demarcavam as áreas onde desejavam formar seus seringais.

Souza Paes reconhece que o “povo” ignorava vários aspectos da legislação sobre as terras. O primeiro é que, a partir de 1854, as “terras incultas” eram de “propriedade nacional” e o segundo é que, pela Lei Nº 601, de 1850, ninguém poderia adquirir terras a não ser pela compra. Segundo ele, ignorando as penalidades do descumprimento da referida lei, todos os dias os agricultores iam “ingenuamente confessar a presidência” que estavam “infringido a lei cultivando e plantando em terrenos” ainda não adquiridos legalmente. Porém, o que mais impressionava o presidente não eram esses pequenos crimes, mas a forma como se demarcavam os seringais pelo interior da província. Comparando a atitude dos pequenos produtores com a dos seringalistas, disse o presidente:

[...] o abuso dos pequenos agricultores não é tão grande como dos extratores de produtos naturais. Estes chegam à margem de um rio ou lago e tomam posse dos seringais em seu próprio nome, fazem estradas e desfrutam como se não tivessem cometendo um crime e até vendem os ditos seringais por muitos contos de réis.<sup>163</sup>

De acordo com Souza Paes, o seu governo proibiu que os tabeliões expedissem qualquer documentação de terra sem antes se certificarem de que os proprietários tinham os documentos definitivos dos terrenos de acordo com o artigo 11 de Lei de Terras. Outra providência tomada foi a promulgação de uma portaria, em 23 de outubro de 1879, que

<sup>162</sup> Sobre o sistema econômico da exploração da borracha, a vida nos seringais e as relações entre os seringueiros e os seringalistas há estudos clássicos, tais como os de: WEINSTEIN, Barbara. *A Borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. São Paulo: Hucitec-Edusp, 1993; REIS, Artur César Ferreira. *O Seringal e o Seringueiro*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1953; PRADO, Maria Lígia C. & CAPELATO, Maria Helena R. “A Borracha na Economia Brasileira da Primeira República”. In: Boris Fausto (Coord.). *História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III – O Brasil Republicano (1889-1930)*, 1979. Contudo, nenhum deles menciona como os índios se relacionaram com esse sistema e quais os problemas dele decorrentes. Este estudo ainda está por ser feito. Não iremos aqui, tratar dessa questão com profundidade, mas a partir da documentação, tentaremos perceber, inserir e relacionar os índios nesse sistema de exploração econômica e outras formas de exploração de sua mão de obra, na Província do Amazonas. Esta questão está relacionada diretamente ao problema das terras dos índios que eram frequentemente invadidas e ocupadas pelos seringalistas, ocasionando inúmeros conflitos entre os índios e os seringueiros, bem como, com a problemática da mão de obra dos seringais em que os índios, direta ou indiretamente, estavam envolvidos.

<sup>163</sup> RPPAM, Exposição de 15 de novembro de 1879, com a qual Romualdo de Souza Paes de Andrade, primeiro vice-presidente da Província do Amazonas, entregou a administração a José Clarindo de Queiroz. Manaós: impresso na Typographia do “Amazonas”, 1879, p. 18-19.

determinava prazos e procedimentos para a legalização da propriedade particular na Província. Em outubro de 1880, esta portaria foi reformulada e o prazo para a demarcação das terras foi prorrogado. No ano seguinte, o presidente Satyro de Oliveira Dias argumentou que o maior problema para a regulamentação territorial na Província era a falta de pessoal qualificado para fazer as demarcações. Mesmo assim, pela primeira vez foram apresentados dados sobre a questão fundiária no Amazonas. Entre outubro de 1880 e abril de 1881, foram lavrados 56 termos de concessão de terras; expedidos 49 títulos, e entre agosto de 1880 e setembro de 1881, foram expedidas 200 petições.<sup>164</sup>

A partir de então, o problema da legalização das terras dos seringais na Província ganhou a cada ano mais importância. Em 1884, o então vice-presidente Guilherme José Moreira advertia para a necessidade de se facilitar os meios para a regulamentação das terras dos seringais, cuja importância era essencial para a riqueza da Província.<sup>165</sup> No mesmo ano, o Relatório da administração provincial destacava que, de março de 1883 a fevereiro de 1884, foram lavrados mais 68 termos de concessão de terras, dos quais: 50 na capital e no rio Purus, 7 no rio Madeira, 3 em Tefé, 3 em Itacoatiara, 2 em Borba, 1 em Parintins, 1 em Codajás e outro em Coari. Foram julgados 37 processos de demarcação, 28 na capital (que incluía administrativamente o rio Purus) e 9 no rio Madeira.<sup>166</sup>

Para se entender melhor a questão das terras dos seringais e a mão de obra indígena nas três últimas décadas do século XIX nesta parte do Império, é necessário considerar as reflexões feitas por Davi Avelino Leal. Para ele, a historiografia clássica sobre a questão agrária de inspiração marxista deu muita ênfase ao problema da economia agrário-exportadora, para a qual a propriedade da terra é primordial como mercadoria e como meio de produção. Já para o caso dos seringais amazônicos, o que estava em jogo não era a terra em si, mas as riquezas nelas existentes, tais como: os seringais e os castanhais. Ou seja, tratava-se de uma economia agrário-extrativista, à qual, em certa medida os pequenos produtores e extratores, índios e não-índios, tinham acesso, dominavam as técnicas de

---

<sup>164</sup> RPPAM, Fala de 04 de abril de 1881, do presidente Satyro de Oliveira Dias na abertura da 2ª sessão de 5ª legislatura da Assembleia Provincial do Amazonas. Manaós: impresso na Typographia “Amazonas”, 1881, p. 41.

<sup>165</sup> RPPAM, Exposição de 11 de março de 1884, em que o 1º Vice-presidente, Guilherme José Moreira, passa a administração da Província ao titular, Theodoro Carlos de Faria Souto. Manaós: impresso na Typographia “Amazonas”, 1884, p. 9.

<sup>166</sup> RPPAM, Relatório de 16 de fevereiro de 1884, em que o presidente da Província do Amazonas, José Lustosa da Cunha Paranaguá, passa a presidência da mesma ao primeiro vice-presidente coronel, Guilherme José Moreira. Manaós: impresso na Typographia “Amazonas”, 1884, p. 44.

extração e tinham uma relativa autonomia na produção de áreas que pudessem controlar.<sup>167</sup> Por tratar-se de produtos naturais e não de terras propriamente ditas, assim que foi aumentando o interesse do mercado mundial pela borracha, o que estava em jogo em primeiro lugar eram os preços, o crédito e o controle da mão de obra. É claro que o acesso às terras ricas de árvores nativas passava a ser importante, mas como observa Leal, os valores das terras eram relativamente baixos, sendo mais dispendiosas as despesas com a regularização, tributação<sup>168</sup> e com a aquisição e manutenção da mão de obra e da estrutura do seringal.

Neste caso, o que se tornava importante para o seringalista era a “posse legal” do seringal que, como vimos acima, era feita de forma quase sempre sem muito controle por parte do Estado<sup>169</sup> e, principalmente, a “posse efetiva” das áreas de exploração, cujo problema principal era o conflito com os índios, habitantes seculares das terras, dos rios, dos igarapés e dos lagos, incorporados aos seringais ou às áreas em suas proximidades.

Para os seringalistas, o controle dessas áreas, tradicionalmente ocupadas pelos índios por meio de suas moradias e atividades de subsistência, era importante não apenas para a extração e escoamento da produção, como para o abastecimento de mercadorias e para as atividades de pesca e caça para o sustento dos trabalhadores.

Desse cenário de conflitos e disputas, faziam parte também: comerciantes fixos ou regatões, migrantes de outras províncias do Norte e do Nordeste do Império, agentes do Estado, moradores, e trabalhadores de um modo geral, ligados à empresa extrativista.

A partir da década de 1870, principalmente, foram inúmeros os conflitos envolvendo índios e não-índios, especialmente, nas regiões dos rios: Negro, Purus e Madeira. As fontes consultadas tratam as ações ou reações dos índios à invasão de seus territórios tradicionais de *correrias de índios* ou *correrias de selvagens*, sempre com a perspectiva de criminalização das atitudes dos índios. Aqui é interessante destacar que, na visão do Estado, as “terras dos índios” estavam circunscritas aos aldeamentos demarcados pelo governo, enquanto que os territórios ocupados pelos índios não aldeados em princípio não tinham

<sup>167</sup> LEAL, Davi Avelino. *Direitos e Processos diferenciados de Territorialização: os conflitos pelo uso dos recursos naturais no rio Madeira (1861-1932)*. Tese de Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia. Manaus: UFAM/PPGSCA, 2013, p. 72.

<sup>168</sup> De acordo com Fernanda Sposito a Lei de Terras não resolveu o problema da regulamentação das terras porque o mecanismo de legalização da posse e aquisição dos títulos das terras passava pelo pagamento de onerosos tributos o que levada aos proprietários a buscarem formas de burlar a lei. Cf. SPOSITO, Fernanda. *Op. cit.*, 2012, p. 131.

<sup>169</sup> No ano de 1874 é apresentado um relatório sobre a regulamentação dos seringais do rio Madeira no qual fica claro que a maioria dessas áreas estava irregular e que havia um comércio de terras não regularizadas a preços aviltantes. Cf. RPPAM, Relatório do ano de 1874, anexo, p. 156.

proteção legal e podiam ser vendidos como terras públicas. Deste modo, mesmo as áreas adquiridas legalmente pelos seringalistas não estavam isentas de incorporarem terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, fator determinante para contínuos conflitos com mortes para ambos os lados.

Em todos os relatórios provinciais analisados nesta pesquisa, no item chamado “tranquilidade pública”, os administradores discorriam sobre os fatos de maior notoriedade que afetavam a tranquilidade da população. A paz foi sempre atribuída à suposta “índole pacífica da população” amazonense, enquanto que os conflitos resultantes em morte ou não eram atribuídos à “selvageria dos índios” ou à ausência de um grau maior de civilização causado pela falta de catequese e de educação entre a população pobre e de cor.

Porém, a partir dos anos de 1880, os relatórios provinciais trazem um novo elemento “perturbador da ordem”: os nordestinos, que participavam de muitas “desordens”, brigando em locais públicos da capital, promovendo, inclusive, saques aos estoques de borracha e outros delitos nos altos rios.

No ano de 1883, por exemplo, o presidente da província José da Cunha Paranaguá atribuiu a violência à “gente de fora”, que migrara para a província influenciada pela extração da borracha. Entre casos e acontecimentos, Paranaguá fala que “avultam as perseguições cruéis” por motivos não determinados contra os índios do Purus e que tais conflitos já haviam destruído cinco aldeias e cerca de 200 pessoas naquela região. A violência contra os “infelizes índios” não era atribuída à empresa extrativista, mas às pessoas individualmente, principalmente, aos trabalhadores dos seringais.

Estabelecidos os seringais, fosse por meios legais, fosse por meios ilícitos e pela força de seus trabalhadores armados ou, ainda, pela conjugação desses três elementos, as ações e reações dos índios para reconquistar seus territórios e áreas de caça, pesca, coleta de ovos e de outras atividades de subsistência, passavam a ser vistas pelo Estado como invasão de propriedade particular. Neste sentido, os índios começam a serem vistos como “invasores” e “destruidores” dos seringais, engrossando a lista dos crimes contra a “segurança individual”, destacados nos relatórios provinciais das duas últimas décadas da província. Para o caso do rio Madeira, tal processo culminaria, de acordo com Leal: num “grande fechamento” deste rio às pessoas comuns no início da década de 1890,<sup>170</sup> quando aumentou ainda mais o interesse da empresa extrativista pelas áreas de seringais nativos.

---

<sup>170</sup> LEAL, Davi Avelino. *Op. cit.*, 2013, p. 75, 78 e 79.

Contudo, torna-se pertinente considerar que a relação dos índios com a economia da borracha, não se deu de uma única maneira, não apenas porque os seringais não tinham a mesma tipologia, mas também porque os índios não tinham os mesmos interesses. Segundo João Pacheco de Oliveira, é possível identificar duas formas de incorporação dos índios do alto Amazonas nessa atividade econômica. A primeira representaria a *escravidão direta* que se caracteriza pela retirada completa da população do seu modo de vida para utilização exclusiva de sua mão de obra de forma superexplorada e sem qualquer intenção de preservação da vida, o que teria ocorrido nas frentes de exploração caucheiros (seringueira) no rio Putumayo, onde a produção tinha um caráter itinerante e predatório e os trabalhadores (em geral índios Huitoto) foram aprisionados em cercados, acorrentados e posto para trabalhar até a morte. A segunda forma ocorreu nos seringais do Acre, quando os preços da borracha caíram no mercado internacional a partir da década de 1910 e os seringalistas não podiam mais obter seringueiros brancos vindos de distantes regiões do país. Para suprir a necessidade de mão de obra, eles adotaram a estratégia de *amansar os índios* através da violência, da intimidação ou, do aliciamento, objetivando transformá-los em coletores de seringa e dependentes do “regime do barracão”.<sup>171</sup>

Ainda de acordo com esse autor, mesmo que próximos geograficamente dessas duas regiões, os Tikuna se relacionaram de forma diferente e específica na economia da borracha. No início foram violentados e amedrontados militarmente pelos patrões, mas depois foram aos poucos sendo incorporados como *fregueses* de um patrão, ou melhor, de um comerciante seringalista.<sup>172</sup> Contudo, embora a situação de *freguês* não seja a de aprisionamento ou de escravidão propriamente dita, não quer dizer que não representasse um tipo de dominação, na qual o patrão - por diversos mecanismos, tais como a exigência da lealdade e de pagamento das dívidas, prestações de favores e ameaças de represálias morais - acabava tendo um grande poder de pressão sobre os índios.

Esse modelo de seringal foi chamado por Oliveira de *modelo caboclo*, pois era diferente dos seringais clássicos cuja preocupação principal era produzir borracha para a exportação. Os seringais de modelo caboclo tinham como características fundamentais: menor produção de borracha que nos seringais tradicionais; complementação da renda

---

<sup>171</sup> OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. “O Nosso Governo”: Os Tikuna e o regime tutelar. São Paulo: Marco Zero; Brasília: MCT-CNPq, 1988, p. 69.

<sup>172</sup> *Ibid.*, *Idem.*

através da venda de mercadorias aos índios e; transformação da produção excedente dos índios em propriedade do patrão para ser comercializada.<sup>173</sup>

Mesmo que a atividade de extração da borracha tenha sido importante em termos econômicos e políticos, principalmente a partir dos anos de 1870, com grande impacto populacional e social,<sup>174</sup> não era única e convivia com outras atividades produtivas em que a mão de obra indígena e o trabalho indígena também estavam presentes. Patrícia Sampaio, no livro *Os Fios de Ariadne*, faz um estudo da diversidade produtiva da Amazônia entre 1840 e 1880 e estabelece a seguinte estrutura econômica e práticas produtivas: a) comunidades indígenas aldeadas nas Diretorias Parciais de Índios, que produziam de forma tradicional, mas com algumas diferenças das aldeias antigas; b) pequenas unidades de produção (sítios e chácaras), com exploração do trabalho indígena, familiar e de imigrantes e c) unidades de produção ampliadas (fazendas), que utilizavam a mão-de-obra de indígena, de escravos negros, de moradores e/ou de agregados. A autora deixa de fora, por precaução metodológica, as aldeias indígenas autônomas ou livres que viviam de forma autossustentável, com pouco ou sem nenhum contato com a economia regional, situadas longe das margens do Solimões,<sup>175</sup> nos igarapés e rios com menor circulação, como: Javari, Juruá e Purus.

Esse quadro socioeconômico nos impele a pensar a problemática da mão de obra e do trabalho indígena de forma mais complexa que seu mero atrelamento ao espaço dos aldeamentos ou dos seringais. Esse processo de uso e exploração de mão de obra indígena não ocorreu de forma linear, do primeiro para o segundo, como às vezes pode parecer. Mesmo com o domínio de um ou outro espaço, ou de um acento ora na agricultura, ora na extração do látex, outras formas de produção econômica coexistiram como a pesca e a salga de peixes, a caça, a coleta de ovos de quelônios e de frutos silvestres, a extração de óleos vegetais, cipós e fibras vegetais, bem como as atividades ligadas ao comércio e à navegação

<sup>173</sup> OLIVEIRA, João Pacheco. *Op. Cit.*, 1988, p. 77-82. Caso similar também foi descrito por Leal (2013) no rio Madeira na comunidade Democracia, onde os trabalhadores reivindicaram e conseguiram forma diferenciada de trabalho mais coletivo no interior do seringal, embora este fosse propriedade particular e tivesse mudado de dono várias vezes. (Cf.: LEAL, Davi Avelino. *Op. cit.*, 2013, p. 71-73).

<sup>174</sup> De acordo com Celso Furtado vieram para a Amazônia entre o final do século XIX e início do século XX mais de 500 mil nordestinos, o que causou modificações definitivas nos aspectos social e cultural da Amazônia. Para ver o peso desse impacto, basta verificar o censo da população da Amazônia brasileira do período de produção da borracha. Vê-se que, em 1870, tinha-se uma população de 322.909 habitantes enquanto que em 1910, esse número cresceu para 1.217.024. Cf. FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Funda de Cultura, 1964, p. 157-158, e SANTOS, Roberto. *História Econômica da Amazônia (1800-1920)*. São Paulo: TAQ Editora LTDA, 1980, p. 317. (BBCS, 1ª Série – Estudos Brasileiros, V. 3).

<sup>175</sup> SAMPAIO, Patrícia Melo. *Os Fios de Ariadne: tipologias de fortunas e hierarquias sociais em Manaus (1840-1880)*. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1997, p. 86-87.



que se davam dentro e fora dos espaços territoriais dos aldeamentos ou dos seringais. É necessário considerar também que todas essas atividades eram, direta ou indiretamente, influenciadas pelo regime da cheia e da vazante dos rios, cujo ponto máximo de uma e de outra, oscilava de região para região da extensa província, articulando diferentes tipos de trabalho e de modo de vida em ecossistemas diferentes: várzea, terra firme, lagos, igapós e rios espalhados no altos e baixos cursos dos rios amazônicos.

Deste modo, a questão da disputa pela terra entre índios e proprietários rurais na província do Amazonas, não era apenas a luta para obter um solo para plantar ou criar como se dava em algumas regiões do Império, mas a conquista de um espaço muito mais complexo que incluía um rico ecossistema aquático e fluvial capaz de sustentar as atividades econômicas e produtivas sazonais ligadas ao mercado e à autossustentação das populações indígenas e não-indígenas. E, deste modo, as atividades da empresa seringalista significou não apenas a invasão dos territórios tradicionais dos índios e a exploração de um produto natural, mas também a luta pelo controle de áreas estratégicas de riquezas naturais.

#### 2.4- A Política Indigenista na Província do Amazonas após a mudança do Regulamento das Missões em 1866

A discussão foi proposta principalmente por D. Antônio Macedo da Costa que colocava em pauta, mais uma vez, velhas questões da política indigenista. A questão central, no entanto, dizia respeito ao governo dos índios, se ele iria continuar sob o comando dos leigos - como proposto no Regulamento das Missões - ou se retornaria ao poder dos religiosos, como foi nos primeiros séculos de colonização e como ainda era vontade de parte de Igreja. Este tema, aparentemente, já havia sido resolvido na ocasião da promulgação do *Regulamento das Missões* em 1845, quando a balança tendeu para o lado do poder civil. Mas, não estava.

Cabe aqui lembrar que, desde a expulsão dos jesuítas pela política pombalina em meados do século XVIII, a Igreja não tinha ainda alcançado importância no processo de civilização dos índios nesta parte do continente americano. Deste modo, a atribuição da catequese e da educação dos índios aos missionários no âmbito dos aldeamentos, determinada pelo *Regulamento das Missões*, mesmo sob o controle do Estado por meio dos diretores parciais leigos foi um ganho importante para as pretensões da Igreja no século XIX. Tal processo, aliás, foi visto como uma “total identificação” do Estado com a missão

católica,<sup>176</sup> representada pela Ordem Menor dos Frades Capuchinhos Italianos. Mas como vimos anteriormente, a entrega desta missão aos capuchinhos foi muito questionada por quem defendia uma solução mais local, ou seja, a participação do clero nacional, cujas vantagens podiam ser, entre outras: a de já estar aqui, não sendo necessárias volumosas despesas com deslocamento; de “ser daqui”, o que significaria já estar aclimatado ao país; e de falar o idioma nacional, fator importante na política de “civilização” dos índios. Aliás, conforme assinala Sposito, o IHGB já havia proposto uma política de formação de padres brasileiros, mas isso demandaria mais tempo e, ao que parece, a vinda dos capuchinhos era a “solução mais imediata” e de “resultado presumivelmente mais eficiente”.<sup>177</sup>

Porém, a vinda dos capuchinhos italianos para o Brasil pode ter sido influenciada por fatores exógenos aos interesses locais, tais como: o fato de a Ordem Menor dos Capuchinhos ter, naquele momento, um papel destacado diante de Roma no que se referia às missões de catequese ao redor do mundo,<sup>178</sup> ou ainda, o casamento do Imperador D. Pedro II com a princesa católica, Teresa Cristina, com incentivo do Papa, fato que teria selado os laços entre o Brasil e a Itália.<sup>179</sup> De qualquer modo, ela não iniciou com o Regulamento das Missões, mas em 1840, quando a pedido do regente Araújo Lima, chegaram ao Brasil em 14 de setembro, seis missionários capuchinhos. Em 1842, mais onze sacerdotes e dois leigos<sup>180</sup> e, assim, sucessivamente.

Em segundo lugar, a proposta de D. Macedo da Costa recolocava à mesa o problema da exequibilidade do *Regulamento das Missões*, fato que já era questionado pelo menos em parte pelo governo do Pará desde 1849 e em vários relatos dos presidentes de Província do Amazonas. Porém, D. Macedo da Costa não queria reformas pequenas, troca ou substituição de diretores, mudanças administrativas no âmbito dos aldeamentos como ocorria com certa frequência. Ele queria mais. Pretendia o controle administrativo dos aldeamentos, ou seja, o trabalho de catequese e de civilização, e também, o governo dos índios.

E, em terceiro lugar, e no fundo da questão, o projeto do bispo Macedo da Costa buscava recolocar, ao menos em parte, o papel e o poder da Igreja na sociedade moderna, numa disputa aberta com as ideias liberais e com certas práticas do capitalismo. Muitas de

<sup>176</sup> AMOROSO, Marta Rosa. “Mudança de Hábito: catequese e educação para índios nos aldeamentos capuchinhos”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 13, nº. 37, 1998, pp. 101-114; p. 102.

<sup>177</sup> SPOSITO, Fernanda. *Op. cit.*, 2012, p. 138.

<sup>178</sup> AMOROSO, Marta. *Catequese e Evasão: etnografia do aldeamento indígena de São Pedro de Alcântara, Paraná (1855-1895)*. Tese de Doutorado em Antropologia Social. São Paulo: FFLCH/USP, 1998, p. 28-29, *apud*, SPOSITO, Fernanda, *Op. cit.*, 2012, p. 138, em nota.

<sup>179</sup> AMOROSO, Marta. *Op. cit.*, 2006, p. 128-129.

<sup>180</sup> PRIMERIO, Frei Fidelis de. *Capuchinhos em Terras de Santa Cruz: nos séculos XVII, XVIII e XIX*. São Paulo: Livraria Martins, 1940, p. 240-241.

suas ideias eram divulgadas na imprensa paraense, principalmente, nos periódicos da Igreja, como em *A Estrela do Norte* que ele mesmo dirigia e que circulou em Belém entre 1863 e 1869. De acordo com Karla Denise Martins,<sup>181</sup> do seu jornal, o bispo em nome da Igreja atacava o liberalismo, demonstrava uma forte preocupação com a entrada de protestantes na Amazônia, tratava da catequese e da civilização dos índios e já denunciava a exploração dos nordestinos e indígenas nos seringais que começavam a ganhar vulto naquela região.<sup>182</sup> O que mostra segundo Martins que o bispo já se envolvia com questões políticas e econômicas e até partidárias na Amazônia,<sup>183</sup> antes mesmo de eclodir a chamada *questão religiosa* no Brasil.

Dentro desta perspectiva, o religioso propôs assumir a catequese e civilização dos índios no Amazonas, um trabalho estratégico para a colonização da região e que, no caso da Província do Amazonas, ainda era muito necessário para as pretensões econômicas e políticas do Estado imperial. No entanto, era um risco para o bispado de Belém, pois, continuaria necessitando do financiamento do Estado e da vinda de mais missionários estrangeiros para estas paragens tropicais de difícil locomoção e permanência de missionários.

Porém, o bispo mostrava-se convencido do que estava propondo. Em carta ao presidente da Província do Amazonas, escrita em outubro de 1865, na Vila de Ourém no Pará, Macedo da Costa relatava que a “maior necessidade religiosa” da Província era a catequese desde os centros urbanos até as aldeias. Para ele, a catequese era a base de tudo, e era por meio dela que se devia começar “qualquer trabalho de civilização no vale do Amazonas”. Mais adiante, convocava o presidente da província, dizendo: “unamos nossos esforços e essa espécie de mito [...] tornará a ser realidade”. Para tanto, era necessário

<sup>181</sup> MARTINS, Carla Denise. “Civilização Católica: D. Macedo Costa e o Desenvolvimento da Amazônia na segunda metade do século XIX”. In: *Revista de História Regional*. V. 7, nº. 1. Departamento de História-UEPG, Ponta Grossa: Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2002, *passim*. Endereço: [www.revistas2.uepg.br/index](http://www.revistas2.uepg.br/index). Acesso, em 20 de fevereiro de 2014.

<sup>182</sup> A atuação política de Dom Macedo da Costa ficou mais conhecida na literatura especializada pelo seu envolvimento com chamada *questão religiosa* ocorrida entre 1872 e 1876, na qual parte do clero considerado conservador liderada, por assim dizer, por Dom Macedo e por Dom Vital Maria Gonçalves de Oliveira, bispo de Olinda, entrou em disputa com o Império, principalmente por causa da participação dos maçons na direção das irmandades católicas. No decorrer dos conflitos os bispos do Pará e de Olinda acabaram sendo processados, condenados e presos por desobediência a autoridade imperial e a constituições do Império. Dom Antônio Macedo da Costa foi preso em Belém, em 28 de abril de 1874, levado para o Arsenal da Marinha e depois para o Rio de Janeiro onde foi recolhido à Fortaleza da Ilha das Cobras. Pouco tempo depois, contudo, foi perdoado pelo Imperador e reassumiu seu bispado no Pará. Como uma espécie de reparação pelo que sofrera, em 1888, foi não apenas agraciado pelo governo imperial com o título de Conde de Belém, como transferido para o Arcebispado da Bahia, sua terra natal. (Cf. MARTINS, Carla Denise, *Op. cit.*, 2002; BITTENCOURT, Agnello. *Op. cit.*, 1973 e; LUSTOSA, Antônio de Almeida. *Dom Macedo Costa: Bispo do Pará*. 2ª. ed. Belém: SECULT, 1992).

<sup>183</sup> MARTINS, Carla Denise. *Op. cit.* 2014, p. 74.

“desatar” a catequese que, na sua visão, o governo havia matado “sem pensar e sem querer” nas “talas de um Regulamento impossível”, e que já era tempo de “acabar com essa vergonha”. E conclui a sua carta, prestando um juramento “diante de Deus”, disse: “se não se realizar esta santa obra com mil vantagens para a província, eu não desejo que Deus me conserve, nem um dia a mais, sobre a sede episcopal”.<sup>184</sup>

Dom Macedo era um homem determinado e, após ir pessoalmente à Corte, de quem teve aceno positivo às suas ideias, expôs seu plano detalhadamente ao Ministro do Império. Resumindo pode-se dizer que o projeto do bispo buscava basicamente o seguinte: a) abolir o Regulamento das Missões e extinguir as diretorias parciais de índios; b) colocar a catequese sob a responsabilidade imediata dos bispos diocesanos; c) promover a vinda de “bons missionários”; d) fundar em locais convenientes “colônias-missões”, com pelos menos dois missionários, cuja base seria o ensino religioso e trabalho agrícola; e) inspecionar as transações comerciais dos índios com os regatões, através dos missionários ou por alguém de sua confiança; f) dar aos missionários uma subvenção anual para suas despesas e proibir-lhes qualquer tráfico ou negócio em seu favor; g) visita, se possível, anual do bispo às missões e o envio de um relatório circunstanciado ao governo anualmente; h) conceder ao presidente da província a nomeação de índios entre os “mais cordatos e de maior respeito entre eles” para os cargos civis das missões, sob a proposta feita pelo missionário responsável e; i) elaborar um regulamento especial de acordo com as “atitudes de cada tribo” para regular os trabalhos e a política da aldeia.<sup>185</sup>

Este documento de Dom Macedo e um relatório do diretor geral dos índios da Província, Gabriel Antônio Ribeiro Guimarães, sobre a situação dos índios, foram enviados juntamente com um ofício da presidenta da província, datado de 9 de abril de 1866 ao Ministério dos Negócios da Agricultura e Obras Públicas, cuja resposta, emitida no dia 7 de março do mesmo ano, foi a seguinte:

[...] autorizo essa Província a suprimir as diretorias parciais de índios, cuja improficuidade se acha demonstrada pela experiência. O Governo Imperial, convencido da alta conveniência de ser aquele serviço única e especialmente dirigido por Missionários, determina que nos aldeamentos

<sup>184</sup> Carta de D. Antônio Macedo da Costa (Confidencial), Ourém, 1º de outubro de 1865. Transcrita In: SAMPAIO, Patrícia Melo (Org.) & SANTOS, Maycon (col.). *Op. cit.*, 2006, p. 353-356. In: SAMPAIO, Patrícia Melo & ERTAL, Regina de Carvalho. *Op. cit.* 2006, p. 281-428.

<sup>185</sup> Extrato de um ofício do Excl. Sr. D. Macedo da Costa ao Excl. Sr. Ministro do Império (cópia reservada). RPPAM – Relatório do presidente da Província do Amazonas, Antônio Epaminondas de Mello por ocasião da entrega da administração ao vice-presidente, Gustavo Adolpho Ramos Ferreira, em 24 de junho de 1866, p. 354-360.

tenham eles exclusiva direção de tudo o quanto se referir a seu desenvolvimento intelectual, material e moral, sendo independentes da intervenção das autoridades civis e eclesiásticas, as quais, entretanto, são obrigadas a lhes prestar toda a sorte de auxílios por eles reclamados, não podendo distraí-los em outro diferente mister, posto que espiritual seja. Assim ficarão sem razão de ser outros quaisquer empregados de tais estabelecimentos, sendo os seus vencimentos, se os tiverem, aplicados já as gratificações dos auxiliares, que os referidos missionários requisitarem, já as despesas dos materiais, que forem indispensáveis.<sup>186</sup>

No dia 11 de setembro de 1866, a presidência da Província do Amazonas emitiu uma portaria na qual tornou pública a decisão ministerial. Após 21 anos do governo civil sobre os índios, agora a balança pendera para o lado religioso, embora, ainda, não como queria o bispo, pois, ficou com os missionários e não com os prelados diocesanos o governo dos aldeamentos.<sup>187</sup> Porém, esta parece ter sido a única restrição do governo imperial às proposições do Dom Macedo.

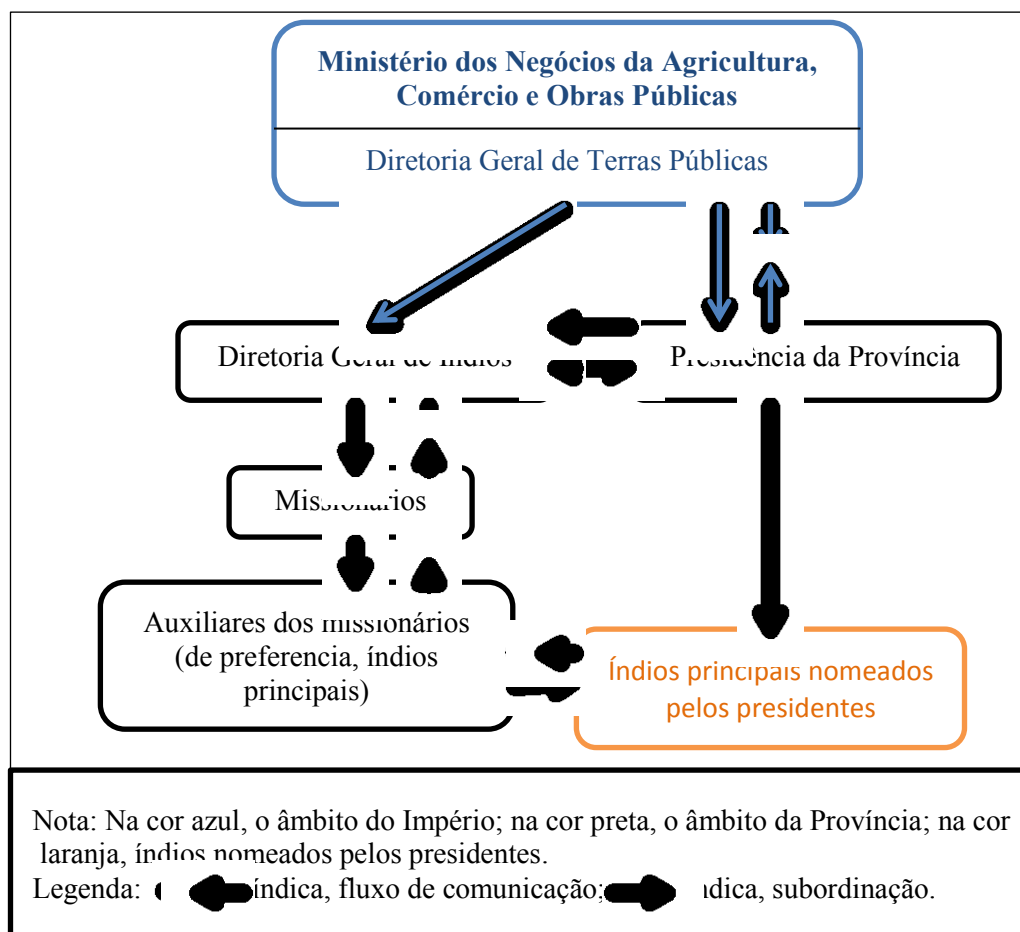
Com a supressão das diretorias parciais, a estrutura da Diretoria Geral de Índios do Amazonas ficou bem diferente da anterior, sendo composta pelo Diretor Geral, pelos missionários e por seus ajudantes. Outros cargos, como diretor parcial, tesoureiro, almoxarife, pedestres, oficiais e cirurgião, que atuavam no âmbito das diretorias, foram automaticamente extintos e seus vencimentos destinados a pagar os ajudantes dos missionários que, pela proposta de Dom Macedo, seriam os próprios índios, escolhidos entre os principais de “mais cordatos e de maior respeito”.

---

<sup>186</sup> Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas – Autorização para supressão das Diretorias parciais dos Índios. Transcrita: In. SAMPAIO, Patrícia Melo (org.) & SANTOS, Maycon (col.), *Op. cit.*, 2006, p. 352-353.

<sup>187</sup> A Província do Amazonas não foi a primeira a fazer esta mudança. Em 1857, um Decreto do governo Imperial, datado de 25 de abril, fez alteração semelhante para a vizinha Província de Goiás. Lá, embora a Igreja tivesse um papel decisivo na administração das aldeias, na prática, por falta de missionários e de recursos financeiros continuava sendo submetida aos diretores leigos e militares, como ao conhecido general José Vieira Couto de Magalhães. Cf. KARASCH, Mary. “Catequese e Cativo: política indigenista em Goiás (1780-1889)”. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 404.

**Figura 03 –  
Organograma e funcionalidade da Diretoria de Índios do Amazonas  
a partir da mudança do Regulamento das Missões em 1866**



É preciso acrescentar, no entanto, que a partir de 1876, foi criada, no Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, a Inspetoria Geral de Terras Públicas e nas províncias, as Inspetorias Especiais de Terras e Colonização. No Amazonas, esta nova Inspetoria passou a se dedicar mais às questões relativas aos problemas de demarcação e legalização das terras pertencentes aos seringais, deixando a questão indígena em segundo lugar ou mesmo, como era de se esperar, subordinada aos interesses da empresa seringalista. Este fato ajuda a explicar em parte, certo desaparecimento da questão indígena dos Relatórios dos Presidentes da Província do Amazonas, principalmente, a partir da década de 1870. O último grande censo das Diretorias foi feito justamente em 1865, onde aparecem 38 diretorias parciais, 45 etnias contatadas e uma população indígena aldeada de 17.385

pessoas.<sup>188</sup> Depois dessa data, não há mais censos gerais da população indígena da província, apenas relatos das Missões que nunca chegaram a ocupar todas as áreas das extintas diretorias parciais.

Deste modo, na Província do Amazonas, a mais extensa geograficamente e a que tinha o maior número de aldeamentos no Império, os missionários assumiram a direção dos trabalhos espiritual e temporal dos índios.

Foi uma vitória inequívoca de D. Macedo da Costa, mas não necessariamente da Igreja em relação ao trabalho com os índios e muito menos, ainda, dos índios, no que diz respeito às suas relações com a sociedade ocidental. Veremos na segunda parte desta tese, que a administração da Igreja nos aldeamentos ou nas “missões-colônias”, como queria o projeto de D. Macedo, não conseguiu conter a violência praticada pelo Estado e por particulares aos índios, tanto durante os alistamentos para a guerra do Paraguai, quanto durante todo o período de formação e expansão dos seringais. Contudo, com essa mudança havia de se supor que a Igreja passasse a ter o controle total do trabalho junto aos índios nesta região, aumentando seu poder e seu prestígio junto aos índios e ao Estado. Contudo, por várias razões isso não ocorreu, principalmente, por falta de missionários.

Porém, essa mudança na governança dos aldeamentos na província do Amazonas não pode ser confundida com uma mudança de princípios da política indigenista do Império, muito menos com um retorno aos tempos do chamado “período missionário”, quando os jesuítas tinham sob seu controle as Missões de forma muita mais intensa que agora. Com a alteração feita em 1866, os missionários assumiram a direção dos aldeamentos, porém, não da política indigenista, que continuava sendo determinação do Estado e não da Igreja e, mesmo o cargo de diretor geral que não foi extinto até pelo menos o início da década de 1870, no período de 1866 a 1872, aparece nos relatórios do governo, sob o comando do major Gabriel Antônio Ribeiro Guimarães. Mesmo assim, tal mudança sinalizava maior abertura do governo em relação ao papel dos missionários, fato que passou a ocorrer já a partir 1862, quando o Imperador, D. Pedro II assinou um acordo com a Santa Sé, dando maior autonomia para o trabalho dos missionários. Até esta data, a Santa Sé e os superiores da Ordem dos Capuchinhos mostravam-se muito descontentes com a política de controle dos missionários levada a cabo pelo Império, principalmente, pelo que estabelecia os decretos de 30 de maio de 1844, que tratava não apenas da distribuição dos capuchinhos como,

---

<sup>188</sup> RPPAM, Relatório de 24 de junho de 1866. Anexo II, *Relatório da Diretoria Geral dos índios do Amazonas*, feito pelo Diretor Geral de Índios do Amazonas, Gabriel Antônio Ribeiro Guimarães, 1866, p. 331-336.

especialmente, do controle do governo sobre o trabalho dos mesmos e; de 24 de julho de 1845, que tratava do Regulamento das Missões.<sup>189</sup>

No capítulo seguinte, sobre as diretorias parciais, discutiremos com mais detalhes como essa mudança impactou a política indigenista da província e a vida dos índios aldeados.

---

<sup>189</sup> Cf. PRIMIERO, Frei Fidelis de. *Op. cit.* p. 242



### **Capítulo III – Entre o poder temporal e o espiritual: diretores, índios e missionários nas diretorias de índios e nas missões religiosas**

Este capítulo apresenta uma radiografia, dos aldeamentos indígenas da Província do Amazonas diferenciando dois momentos distintos: primeiro, quando eles foram comandados pelos diretores parciais a partir da estrutura das diretorias parciais de índios, tal como constava no Regulamento das Missões de 1845, segundo, quando essas diretorias foram extintas em 1866 e a administração dos aldeamentos foi entregue aos religiosos capuchinhos. O objetivo principal do capítulo é caracterizar cada um desses momentos, descrever os aldeamentos do ponto de vista histórico e etnológico e apontar as principais mudanças e continuidades que a alteração do Regulamento trouxe para a política indigenista e para as populações indígenas da Província.

A documentação demonstra que o ponto nevrálgico da política indigenista no Amazonas, não eram as diretrizes gerais do Regulamento das Missões, mas o funcionamento das diretorias parciais de índios. Era ali que ocorriam os principais conflitos envolvendo os agentes do Estado, da Igreja, os colonos, os comerciantes e os índios. Era de lá que saíam as principais denúncias endereçadas às autoridades e, era para lá que iam as decisões dos administradores provinciais. Era nas diretorias parciais, ou mais precisamente, nos aldeamentos e nas aldeias indígenas que faziam parte do território das diretorias que convergiam os conflitos, os interesses e as discordâncias entre os índios e os agentes da política indigenista do Estado. Com a mudança do Regulamento realizada em 1866, o palco dos conflitos (os aldeamentos e as aldeias indígenas) permanece o mesmo, porém, a mudança na gestão resignificou o cenário político. Agora não eram mais os diretores parciais leigos, mas os missionários capuchinhos quem tinham o papel de dirigir os aldeamentos. Agora, eram eles que tinham que se relacionar diretamente com os índios e responder pelos problemas junto aos índios e junto ao governo provincial.

### 3.1 – População e distribuição geográfica das diretorias indígenas da Província do Amazonas.

Em seu primeiro relatório administrativo de 1852, o presidente Tenreiro Aranha disse que quando assumiu o cargo encontrou a Província do Amazonas sem diretores parciais e que as diretorias de índios existentes eram administradas por encarregados. Um quadro que teria se modificado para pior, pois, no ano de 1849 um relatório do presidente da Província do Pará, Gerônimo Francisco Coelho mostra que havia na então Comarca do Rio Negro em 1849: 20 diretorias parciais, das quais 8 tinham diretores e 12 eram administradas por encarregados. Entre as diretorias providas havia até 1850, três Missões Religiosas, nos rios Andirá, Branco e Içá cujos missionários: Pedro de Ciriana, Antônio Felipe Pereira e João Martins de Nina acumulavam também o papel de diretores dos índios.<sup>190</sup>

Entre 5 setembro de 1850, data da criação da Província do Amazonas e 30 de abril de 1852, data do primeiro relatório administrativo do governo provincial, poucas mudanças em relação à questão indígenas são observadas. No ano de 1853, uma lista das diretorias e seus responsáveis foi publicada pelo governo amazonense e nela constam 19 diretorias de índios. (Cf. Quadro 07). Foi somente em 1856 que a Província do Amazonas deu passos mais firmes para organizar a sua política em relação aos povos indígenas. Neste ano foi nomeado o seu primeiro diretor geral dos índios e feito o primeiro levantamento mais completo da população indígena da província.

Deste modo, buscando acompanhar os primeiros passos da recém-criada Província do Amazonas em relação ao principal instrumento de sua política indigenista, as diretorias parciais de índios, mostraremos a seguir os dados relativos ao ano de 1849, que corresponde *grosso modo* à realidade das diretorias encontrada pelo primeiro presidente da província Tenreiro Aranha e os dados de 1853, quando a Província já dava seus primeiros passos.

---

<sup>190</sup> RPPPA, Fala de 1º de outubro de 1849, Anexo 15 [Relação nominal das parciais e encarregados das Missões Indígenas da Província do Pará] e Anexo 16 [Mapa das Missões da Província do Pará].

**Quadro 06**  
**Diretores e diretorias indígenas da Comarca do Rio Negro em 1849**

<b>Nome do responsável</b>	<b>Cargo</b>	<b>Localização</b>
Antônio de Barros Cardoso	Encarregado	Índios Torá – rio Madeira
Antônio José Brandão	Encarregado	Lago Manaquiri
Antônio Lobo de Machado	Diretor	Lagos Uanacu e Paratari
Caetano Luiz Simpson	Diretor	Rio Juruá
Estevão Reis da Penha de França	Diretor	Rio Jutai
Felipe Joaquim Batalha	Diretor	Rio Tonantins
Francisco de Paula	Diretor	Rio Içá
Francisco Gonçalves Pinheiro	Diretor	Rio Uaupés
João Rodrigues Cametá	Diretor	Lagos Abufari e Parauá
José Antônio Verçosa	Encarregado	Rio Maturá
José Ferreira Guimarães	Diretor	Lagos Mamiá e Juçara
José Maria da Conceição	Encarregado	Rio Madeira
José Monteiro Crisóstomo	Encarregado	Rio Japurá
Luiz Pereira Brasil	Diretor	Rio Canumã
Manoel de Souza Marques	Encarregado	Lago Manacapuru
Manoel Vicente Barbosa de Oliveira	Diretor	Rio Purus
Padre Antônio Felipe Ferreira	Missionário-diretor	Rio Branco
Padre João Martins de Nina	Missionário-diretor	Rio Içá
Padre Pedro de Ciriana	Missionário-diretor	Rio Andirá
Thomaz José Pereira Guimarães	Encarregado	Lagos Codajás e Paratari

Fonte: Elaborado a partir das informações do RPPPA, Fala de 1º de outubro de 1849, Anexo 15 [Relação nominal das parciais e encarregados das Missões Indígenas da Província do Pará] e Anexo 16 [Mapa das Missões da Província do Pará].

O relatório de abril de 1852 traz dois fatos sobre os quais a administração provincial lamentava: o falecimento do missionário do Içá, cuja área de abrangência atingia também os rios Japurá e Tonantins e a retirada, por motivo de doença, do missionário-diretor do rio Branco.<sup>191</sup> A perda ou a retirada de um missionário era um problema importante para a gestão da política indigenista, uma vez que não era fácil encontrar novos missionários para repor. Tanto é que a missão do rio Içá não recebeu mais missionários. Aquela região só teve a presença de um religioso na década de 1870, quando foi criada a missão do Caldeirão em frente à Ilha do mesmo nome, acima da foz do Içá, alto Solimões.

A partir da posse do primeiro presidente da Província do Amazonas, João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha, nota-se um esforço do novo governo provincial para reorganizar as diretorias parciais de índios no Amazonas. Contudo, as dificuldades financeiras e de pessoal qualificado eram os principais empecilhos. Tanto é que o primeiro Diretor Geral de Índios da Província, coronel João Wilkens de Mattos só foi nomeado pelo imperador em 9 de janeiro de 1856. Neste mesmo ano, o presidente da Província, João Pedro Dias Vieira, removeu da Missão do rio Madeira para a do rio Branco, o frei Joaquim do

<sup>191</sup> RPPAM, Relatório de 30 de abril de 1852, p. 18.

Espírito Santo Dias e Silva, nomeando-o também Diretor dos índios daquela região e demitiu, por denúncias de conflitos com índios e outros moradores locais, o missionário Pedro de Ciriana da direção dos índios do rio Purus.<sup>192</sup>

Em 1853 o governo provincial divulgou uma lista das diretorias de índios da Província e seus respectivos diretores e encarregados (Cf. Quadro 07). Nesta relação aparecem 19 diretorias parciais de índios, uma a menos em relação ao ano de 1849. Destas 19 diretorias, 14 tinham diretor e 5 eram comandadas por encarregados. Como se pode observar, em relação às diretorias de índios da província, esse quadro ainda é muito parecido com aquele encontrado por Tenreiro Aranha por ocasião de sua posse em 1851, exemplificado no Quadro 06.

**Quadro 07**  
**Diretorias parciais de índios da Província do Amazonas, 1853**

<b>Diretoria</b>	<b>Diretor</b>	<b>Encarregado</b>	<b>Etnias</b>
Abacaxis	Francisco Rodrigues	-	Mundurucu
Camumã	Lino Pereira Brasil	-	Mawé
Codajás	Thomaz José Pereira Guimarães	-	Mura
Japurá	José Monteiro Chrisóstomo	-	Diversas
Juma	Morais José de Oliveira	-	Diversas
Jutaí	Justo José Domingues	-	Diversas
Içá	Francisco de Paula Bittencourt	-	Passé
Madeira (1ª.)	José Maria da Conceição	-	Diversas
Madeira (2ª.)	Francisco Portilho Bentes	-	Diversas
Manacapuru	-	José Lourenço	Mura
Manaquiri	-	Estanislau Joaquim dos Santos Barreto	Mura
Maraujá	Carlos Batista Mardel	-	Diversas
Paranapixuna	-	Joaquim Bruno da Silva	Mura
Paratary	-	Manoel Feliz Gomes	Mura
Purus	-	Manoel Urbano da Encarnação	Mura
São Paulo	Antônio José Ribeiro	-	Diversos
Tonantins	Felippe Joaquim Batalha	-	Diversos
Uatumã	João Cardoso de Araújo Roso	-	Pariqui
Uaupés e Içana	Jesuino Cordeiro	-	Diversas

Fonte: ESTADO DO AMAZONAS, Revista do *Arquivo do Amazonas*, ano II, v. II, nº. 7, Manaus: Imprensa Oficial, 23 de outubro de 1907, p. 92. (Acervo do Museu Amazônico).

Os dados acima mostram duas diretorias no rio Madeira entregues a dois diretores diferentes. Cruzando as informações desse Quadro como as do Quadro 8, adiante, podemos verificar que a primeira diretoria, dirigida por José Maria da Conceição é correspondente à diretoria de Sapucaia-oroca, enquanto que a segunda, que tem como diretor Francisco Portilho Bentes, pode ser a diretoria do Crato que aparece no levantamento de 1856. Deste Quadro de 1853, três diretorias não constam nem na relação de 1849, nem nas seguintes. São

<sup>192</sup> RPPAM, Relatório de 8 de julho de 1856, p.12-13.

as diretorias de: Codajás, Juma e Paranapixuna. As outras continuaram a existir nos levantamentos posteriores.<sup>193</sup>

Em 1856 foi divulgado o primeiro mapa estatístico mais completo das diretorias parciais de índios da nova província, onde se observa um aumento no número de diretorias, caracterizando as primeiras ações do governo do Amazonas no sentido de estruturar a sua política indigenista no interior da província. Nele aparecem 24 diretorias, das quais 20 tinham diretores e 4 estavam vagas. A população total de índios das diretorias foi estimada em 6.748 indivíduos pertencentes a 38 etnias que habitavam 510 casas e 104 aldeamentos, conforme pode-se observar a seguir.

---

<sup>193</sup> A diretoria de Codajás muito provavelmente foi incorporada posteriormente à diretoria de Paratary por sua proximidade. A diretoria de Paranapixuna, estava localizada no rio no mesmo nome (hoje, rio Ipixuna, Paraná ou Paraná-Ipixuna), afluente da margem direita do rio Purus, próximo da atual cidade de Tapauá. A diretoria de Juma não foi possível localizá-la geograficamente.

**Quadro 08**  
**Diretorias Parciais de Índios da Província do Amazonas, 1856**

Diretoria	Nº de Aldeamentos	Nº de Casas	Nº de Igrejas	Nº de Habitantes			Diretores ou encarregados
				Maiores	Menores	Soma	
Abacaxis	--	--	--	--	--	--	Francisco Antônio Rodrigues
Amatary	--	--	1	--	--	--	Paulo Pinto da Silva
Anibi	--	--	--	--	--	200	Joaquim Félix de Machado
Canumã	24	--	--	491	304	795	Idem
Crato	--	--	--	--	--	--	Francisco Portilho Bentes
Içá	9	17	1	188	93	283	Francisco de Paula Bitencourt
Içana	11	110	2	178	193	371	Vaga
Japurá	9	61	--	154	142	296	José Monteiro Crisóstomo
Juruá	--	--	--	--	--	--	João da Cunha Corrêa
Jurupari-Tapera	1	20	1	69	48	117	Manoel Jezuino de Azevedo Gomes
Jutaí	--	--	--	--	--	--	Justo José Domingues
Manacapuru	--	--	--	--	--	--	José Lourenço de Encarnação
Manaquiri	--	--	--	--	--	--	Estanislao Joaquim dos Santos Barreto
Marauíá	2	11	--	53	33	88	Carlos Baptista Mardel
Porto Alegre	--	--	1	--	--	--	Fr. Joaquim do Espírito Santo Dias e Silva
Purus	--	--	--	--	--	--	Vaga
Sapucaia-oroca	3	--	--	292	165	457	José Maria da Conceição
São Paulo de Olivença	16	40	--	221	108	329	José Patrício de Sant'Ana
Tabatinga	--	--	--	--	--	--	Vaga
Tyucumurutinga	1	22	1	139	62	201	Manoel Porfírio Delgado
Tonantins	5	--	1	291	80	371	Felipe Joaquim Batalha
Uatumã	2	30	1	--	--	300	Antônio Ferreira das Neves
Uaupés	17	168	3	1215	1136	2351	Vaga
Uautás	4	31	1	385	204	589	Manoel Joaquim da Cunha Costella
<b>Total</b>	<b>104</b>	<b>510</b>	<b>13</b>	<b>3.676</b>	<b>2.568</b>	<b>6.244</b>	

Fonte: Quadro adaptado do “Mapa das Diretorias de Índios da Província do Amazonas”. In: RPPAM, Relatório de 8 de julho de 1856, Anexo nº 11, p. 33. O Anexo Nº 01, deste relatório traz o mesmo quadro com as respectivas etnias e localização geográfica das diretorias.

Observa-se também que das 24 diretorias, apenas 13 tinham uma igreja, das quais 5 se concentravam nos rios Uaupés e Içana. Diretorias importantes como as dos rios Purus, Madeira, Juruá e Japurá não tinham igreja o que era apontado como um problema pelas autoridades provinciais.<sup>194</sup> Quatro delas não tinham diretor, nem encarregados. Comparando com os dados do ano de 1849 que correspondem *grossa modo* à situação em que foi entregue a administração da província pelo governo paraense, a Província do Amazonas criou entre 1851 e 1856 apenas mais 4 diretorias parciais. Por outro lado, houve uma reorganização das diretorias por região e a troca de quase todos os diretores ou encarregados, permanecendo apenas três: José Monteiro Crisóstomo no Japurá, Felipe

<sup>194</sup> RPPAM, Relatório de 8 de julho de 1856, Anexo 11, p. 33.

Joaquim Batalha no Tonantins e Francisco de Paula Bitencourt no Içá. Vê-se também que a região do Içá e Tonantins agora estava sob a jurisdição de uma diretoria parcial, comandada por um diretor leigo, não sendo mais uma missão religiosa sob o comando de um missionário.

Em 1857 foi divulgado outro levantamento que complementa o anterior trazendo dados da região do rio Madeira, mas, ainda, não incluiu com detalhes os índios dos rios Purus e Juruá que, na verdade, ainda eram rios quase desconhecidos das autoridades provinciais e pouco navegados. Neste novo mapa o total de índios se eleva para 9.985. As diretorias mantiveram-se em 24, o número de aldeamentos subiu para 139 e, nota-se que foram fundadas mais duas igrejas ou capelas, uma no rio Abacaxis e outra no rio Autaz.<sup>195</sup>

Um ano mais tarde, novos dados foram divulgados pelo Diretor Geral de índios da Província do Amazonas, João Wilkens de Mattos, que incluíam não apenas informações das diretorias parciais, como também das Missões. Estes dados foram recolhidos por ocasião de sua visita há algumas aldeias do baixo Amazonas e por meio de informações enviadas pelos diretores parciais. De acordo com o relatório de Wilkens de Mattos, havia na Província do Amazonas no ano de 1858: 28 diretorias, das quais 18 tinham diretores e outras 10 estavam vagas, conforme se pode observar no Quadro a seguir.

---

<sup>195</sup> RPPAM, Fala de 1º. de outubro de 1857, p. 24. Cf. Anexo 02 – Diretorias parciais de índios da Província do Amazonas – 1857.

**Quadro 09**  
**Diretorias e diretores de índios da Província do Amazonas, 1858.**

Diretoria	Diretor	Data da nomeação
Abacaxis	Francisco Antônio Rodrigues	4 de fevereiro de 1852
Andirá	Pe. Manoel Justiniano de Seixas	28 de maio de 1857
Autá (Autaz)	Hermenegildo Lopes Braga	23 de abril de 1857
Autá-assu	-	-
Canumã	Francisco Portilho Bentes	4 de setembro de 1856
Crato	-	-
Içá	Marcos José de Oliveira	6 de agosto de 1857
Içana	Cap. Joaquim Firmino Xavier	11 de setembro de 1857
Itá	Manoel Joaquim Alves Maquiné	16 de outubro de 1857
Japurá	José Monteiro Crisóstomo	19 de junho de 1852
Juruá	João da Cunha Corrêa	24 de junho de 1855
Jutahy	Joaquim José Felix	30 de abril de 1857
Manaquiri	-	-
Manacapuru	-	-
Marauiá	-	-
Maués	-	-
Curumurutuba	-	-
Matary	Francisco dos Santos Guimarães	20 de abril de 1857
Paratary	-	-
Purus	Manoel Nicolau de Mello	17 de agosto de 1858
Ramos	Manoel Dias F. Proença	21 de maio de 1858
Rio Branco	-	-
São Paulo	Pe. Manoel Ferreira Barreto	30 de abril de 1857
Sapucaia-oroca	José Maria da Conceição	17 de fevereiro de 1852
Tonantins	-	-
Tabatinga	Fr. Bernardo de Nossa Senhora de Nazareth Ferreira	27 de fevereiro de 1856
Uatumã	Joaquim Félix Machado	13 de dezembro de 1856
Uaupés	Dr. Marcos Antônio Roiz de Souza	14 de junho de 1858

Fonte: Quadro montado pelo autor com base nos dados contidos no: RPPAM, Relatório do presidente José Francisco Furtado, de 7 de setembro de 1858, Anexo M, [Relatório de João Wilkens de Mattos, Diretor Geral de Índios da Província do Amazonas, datado de 25 de agosto de 1858], p. 12.

As datas de nomeação dos diretores parciais mostram que a maioria das diretorias teve seus dirigentes nomeados a partir de janeiro de 1856, quando tomou posse o primeiro diretor geral de índios da província. Das 18 diretorias parciais apenas 4 tiveram seus diretores nomeados antes desta data.

Outra questão importante é que o número de índios das diretorias e dos aldeamentos nos levantamentos oficiais tem muitas oscilações (Cf. Quadro 10). Isso, ao que parece, está diretamente relacionado com a existência ou não de diretores ou encarregados e com a qualidade das informações que eles passavam ao diretor geral. No ano de 1858, por exemplo, esse número teve um registro muito abaixo em relação ao ano anterior. Os dados mostram que existiam 3.911 índios vivendo em 18 diretorias cobertas por diretores, mas



havia 10 diretorias sem diretores ou responsáveis, o que deve ter contribuído para a queda desse número de índios no levantamento, pela ausência de informações atualizadas.<sup>196</sup> Já em 1861, o número de diretorias elevou-se para 49, a maior quantidade de diretorias registrada na documentação para um só ano e, a população indígena foi contabilizada em 15.823.<sup>197</sup> Em 1863, há uma queda para 13.676 indígenas distribuídos em 40 diretorias<sup>198</sup> e, em 1864, esse número cresce para 17.480 índios, a maior população registrada nos levantamentos sobre os índios da Província do Amazonas, enquanto que o número de diretorias ficou em 39, das quais 3 estavam vagas.<sup>199</sup> No ano seguinte, foram exonerados, a pedido, os diretores de Tabatinga e do Japurá e foi extinta a diretoria do rio Anibi pois os índios Mura abandonaram aquele aldeamento, resultando na queda do número de diretorias para 38 em 1866 para um total de 17.385 índios.<sup>200</sup>

### Quadro 10

#### Situação geral da população indígena nos levantamentos realizados entre 1849 a 1888.

Descrição \ Ano	1849-1851	1852	1853	1856	1857	1858	1861	1863	1864	1866	1888
Aldeamentos		-		104	139	-	-	33	-	-	-
Etnias		-		38	60	-	66	-	-	21	-
Diretorias	18	17	19	24	24	18	49	40	39	38	-
Malocas		-		-	-	-	-	127	-	767	-
Nº de índios		-		6.748	9.985	3.911	15.823	13.676	17.480	17.385	7.128

Fontes: RPPAM, Relatório de 8 de julho de 1856, Anexo 11, p. 33; RPPAM, Fala de 1º de outubro de 1857, p. 24; RPPAM, Relatório de 7 de setembro de 1858, Anexo M, p.12; RPPAM, Fala de 5 de maio de 1861; RPPAM, Relatório de 25 de março de 1863, p. 15; RPPAM, Relatório de 1º de outubro de 1864, p. 38; RPPAM, Relatório de 24 de junho de 1866, Anexo II [Relatório da Diretoria Geral de índios da Província do Amazonas, de 27 de janeiro de 1866], p. 331-336; RPPAM, Relatório de 5 de setembro de 1888, p. 89; ESTADDO DO AMAZONAS. Revista do *Arquivo do Amazonas*, Ano II, v. II, nº. 7, Manaus: Imprensa Oficial, 23 de outubro de 1907, p. 92.

No Quadro seguinte mostraremos o número de diretorias e de índios nos anos de 1856 e 1866, período em que foram realizados os levantamentos mais completos acerca da população indígena da Província do Amazonas. Identificamos com a sigla (DI) as diretorias inexistentes nos levantamentos consultados e com linhas pontilhadas (--) a ausência de informações no levantamento do respectivo ano.

<sup>196</sup> RPPAM, Relatório de 7 de setembro de 1858, Anexo M, p.12.

<sup>197</sup> RPPAM, Fala de 5 de maio de 1861.

<sup>198</sup> RPPAM, Relatório de 25 de março de 1863, p. 15.

<sup>199</sup> RPPAM, Relatório de 1º de outubro de 1864, p. 38.

<sup>200</sup> RPPAM, Relatório de 8 de maio de 1865, p. 13 e RPPAM, Relatório de 24 de junho de 1866, Anexo II [Relatório da Diretoria Geral de índios da Província do Amazonas, de 27 de janeiro de 1866], p-331-336.

**Quadro 11**  
**Mapa Geral das Diretorias Parciais de Índios da Província do Amazonas (1856-1866)**

Região (rio)/Diretoria	Ano do censo/N <sup>o</sup> de habitantes				Etnias
	1856	1857	1858	1866	
Amazonas/Andirá	DI	--	--	312	Mawé e Mura
Amazonas/Aníbi	200	DI	DI	DI	Mura
Amazonas/Iurubá	DI	DI	DI	588	Marauá e Arau
Amazonas/São José do Amaraty	--	80	--	166	Mura
Amazonas/Uatumã	300	191	336	DI	Pariqui, Aroaqui, Moura
Madeira/Abacaxis	--	437	--	399	Mundurucu
Madeira/Canumá	795	795	--	148	Mundurucu
Madeira/Crato	--	--	--	725	Mundurucu, Mura e Torá
Madeira/Manicoré	DI	DI	DI	147	Mura
Madeira/Itá (no Purupuru)	DI	DI	79	DI	Mura
Madeira/Maués	DI	--	--	512	Mawé e Mundurucu
Madeira/Mamuru	DI	DI	DI	372	Mawé
Madeira/Murumurutuba	DI	DI	--	76	Mundurucu
Madeira/Paraná-Miri do Ramos	DI	DI	111	DI	Mura
Madeira/ S. Paio	DI	DI	DI	93	Mura
Madeira/Sapucaia-Oroca	457	457	326	409	Mundurucu e Mura
Madeira/Tyuco-Murutinga	201	DI	DI	DI	Mura
Madeira/Uautás	589	983	132	155	Mura
Negro/Içana	371	371	--	DI	Pions, Cadamapuritana, Muriuaswane, Ciciondó, Coatá, Ipeca, Taphiira e Kubeo
Negro/Marauíá	88	101	--	87	Jabahana e Mandanacá
Negro/Rio Branco ou Port. Alegre	--	469	--	1.171	Macuxi, Wapixana, Pauxiana, Sapará
Negro/Uaupés. Obs.: Em 1866 as diretorias do Uaupés e Içana foram unificadas.	2.351	2.286	--	1.301	Uaupés, Amanã, Catariana, Tukano, Itariano, Paixe, Juruá, Maku, Kubeo, Beiju e Comatario
Solimões/Acará	DI	DI	DI	15	Mura
Solimões/Anamã	DI	DI	DI	31	Mura
Amazonas/Caldeirão	DI	DI	DI	96	--
Solimões/Catuá	DI	DI	DI	28	Passé e Juri
Solimões/Fonte Boa	DI	DI	DI	91	Mura
Solimões/Jandiutuba	DI	DI	DI	54	Mura
Solimões/ Japurá	296	296	--	66	Miranha, Carapanã, Curetú, Jacuna, Jahuma, Jury, Kaixana e Passé.
Solimões/Juruá	--	--	426	558	Araná, Maraua, Narauê, Kanamari, Nêua, Kacire, Katukina e Catauixi
Solimões/Jurupari-Tapera	117	DI	DI	DI	Kokama
Solimões/Jutai	--	1.908	--	509	Katukina, Kaixana, Maracá, Mura e Aricoá
Solimões/Içá	283	210	--	69	Tikuna, Mariatê, Xomana, Jury e Passé
Solimões/Mamiá e Juçara	DI	DI	DI	27	Mura
Solimões/Manacapuru	--	70	103	206	Mura
Solimões/Manaquiri	--	394	--	--	Mura
Solimões/Paratary ou Paritary	DI	--	--	--	Aricoá
Solimões/São Paulo de Olivença	329	399	--	112	Tikuna, Jury, Kaixana e Kokama
Solimões/Tabatinga	--	169	419	429	Tikuna e Mangerona
Solimões Tefé	DI	DI	DI	--	--
Solimões/Tonantins	371	376	--	102	Kaixana
Purus/Purus	--	--	--	DI	Muras e outras etnias
Purus/Alto Purus	DI	DI	DI	7.500	Diversas etnias
Purus/Ituxi	DI	DI	DI	246	Diversas etnias
Purus/Tupaam (ou Tupã)	DI	DI	DI	295	Diversas etnias
Purus/Arumã	DI	DI	DI	331	Diversas etnias
Purus/Aiapuã	DI	DI	DI	--	--

Fonte: RPPAM, Relatório de 8 de julho de 1856, Anexo n<sup>o</sup> 11, p. 33; RPPAM, Fala de 1<sup>o</sup> de outubro de 1857, p.24; RPPAM, Relatório de 7 de setembro de 1858, Anexo M, p. 9-11 e RPPAM, Relatório de 24 de junho de 1866, Anexo II [Relatório da Diretoria Geral de índios da Província do Amazonas, de 27 de janeiro de 1866], p. 332.

Nota-se claramente que a localização das diretorias parciais de índios na Província do Amazonas obedecia à geografia dos rios, lagos ou paranás e, geralmente, recebia os seus respectivos nomes. Deste modo, ainda que sem precisão de limites físicos, pode-se localizar as diretorias de índios a partir do mapa geográfico dos rios amazônicos, conforme mostramos no Mapa, Apêndice 01.

No entanto, no Quadro 11, reagrupamos as diretorias em cinco regiões, juntando o rio Branco e o rio Negro e dividindo o rio Amazonas, em Amazonas, de Manaus para baixo e Solimões, de Manaus até a fronteira em Tabatinga, como o concebemos hoje. Deste modo a geografia das diretorias parciais de índios no período de 1856 a 1866 ficou assim distribuída:

a) a região do rio Amazonas correspondia aos aldeamentos localizados nos afluentes do Amazonas, desde Manaus até a fronteira oeste com a Província do Pará, excluindo a sua margem esquerda que vai até o rio Andirá pertencente à região do rio Madeira. Esta região aparece ao longo do período com 6 diretorias parciais;

b) região do rio Madeira que reunia as diretorias de ambas as suas margens e aquelas localizadas nos afluentes do furo do Urariá (parte de é o atual paraná do Ramos) que liga o baixo rio Madeira à Vila Bela de Imperatriz (atual Parintins) no baixo Amazonas. Esta região contava com um total de 13 diretorias e uma concentração muito grande de índios Mura e Mundurucu;

c) região do rio Negro que incluía os aldeamentos das margens deste rio e de seus afluentes, como o rio Branco, até a fronteira com a Colômbia, as Guianas e a Venezuela. Em que pesa a sua grande extensão geográfica a região do rio Negro tinha apenas 4 diretorias;

d) região do rio Solimões que agregava os aldeamentos localizados nas margens deste rio e de alguns dos seus principais afluentes tais como os rios Japurá, Içá e Juruá, teve um total de 18 diretorias e;

e) região do rio Purus que reunia as diretorias de suas margens e dos seus principais afluentes, chegou a ter um total de 6 diretorias.

Portanto, entre os anos de 1856 e 1866, existiram na Província do Amazonas 47 diretorias parciais. No entanto, essas diretorias nunca funcionaram simultaneamente. Se observarmos os dados anuais ou cada levantamento realizado pelos administradores provinciais, teremos a seguinte situação: em 1853, aparecem 19 diretorias; em 1856 e 1857,

25 diretorias; em 1858, 28 diretorias e em 1866, 38 diretorias. Algumas delas como as de Tefé, do Purus e do Paratary não apresentam dados nos levantamentos do período em questão. Ou seja, por várias razões, é provável que elas tenham sido criadas, mas nunca tenham funcionado efetivamente. Porém, a diretoria do Purus mencionada nos levantamentos de 1856, 1856 e 1858 foi, posteriormente, dividida em 5 diretorias sendo que a de Aiapuã é a única que não apresenta dados relativos ao número de índios no levantamento realizado no ano de 1866 (Cf. Quadro 11).

Tomando essas cinco regiões como referência, podemos quantificar as diretorias e os índios aldeados até o ano de 1866, ano em que o governo imperial altera o Regulamento das Missões para o Amazonas, extinguindo o cargo de diretor parcial de índios e entregando a direção dos índios aldeados nas mãos dos missionários capuchinhos, inaugurando, assim, um novo campo de dinâmicas e conflitos que será tratado na última parte deste capítulo. A partir dessa data, não foram encontrados nas fontes consultadas novos levantamentos que contassem de um modo geral os índios e as de diretorias de índios da Província do Amazonas. Os dados encontrados são relativos às missões estabelecidas principalmente no rio Negro.

Na pesquisa documental foi possível localizar 42, das 47 Diretorias Parciais de Índios criadas na Província do Amazonas (Ver Mapa, Apêndice 01). Do total de 47, 6 foram criadas na região do rio Amazonas, 4 na do rio Negro, 13 na do rio Madeira, 18 na do Solimões e 6 na região do rio Purus.

### 3.2 – Descrição das Diretorias e aldeamentos indígenas na Província do Amazonas

Para traçarmos um perfil histórico das diretorias e de seus aldeamentos, bem como a localização geográfica e os grupos indígenas neles existentes, lançamos mão de várias fontes que vão desde os relatos dos administradores provinciais, passando pelo dos viajantes, dos naturalistas e de outros autores do século XIX. Desse conjunto documental, figuram como fonte mais importante os relatos da primeira viagem aos aldeamentos indígenas do Amazonas, realizada pelo primeiro Diretor Geral de Índios do Amazonas Wilkens de Mattos em 1858;<sup>201</sup> o *Roteiro de Viagem do Vapor “Momarcha” desde a cidade da Barra do Rio*

---

<sup>201</sup> RPPAM, Relatório de 7 de setembro de 1858, Anexo M, [Relatório de João Wilkens de Mattos, Diretor Geral de Índios da Província do Amazonas, datado de 25 de agosto de 1858].

*Negro até o rio Nauta no Peru*, escrito também por João Wilkens de Mattos em 1854;<sup>202</sup> o *Relatório sobre o estado das povoações do rio Negro*<sup>203</sup> de 1862; bem como, o *Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará* de 1833, de autoria de Antônio Ladislau Monteiro Baena, que mesmo tendo sido escrito num período anterior traz importantes informações a respeito dos rios, lagos, lugares e povoações onde habitavam os índios e onde posteriormente foram localizadas as diretorias. Utilizamos também as informações de três mapas do período imperial: a *Nova Carta Corográfica do Império do Brasil*, confeccionada pelo engenheiro Conrado Jacob Niemeier e seus ajudantes José Joaquim de Lima e Silva e Antônio Augusto Monteiro de Barros de 1857; o mapa denominado de *Primeiros Traços Gerais da Carta Particular do Rio Amazonas no curso brasileiro*, confeccionado pelo capitão tenente João Soares Pinto e feito com base nas informações da Comissões de Limites Brasil/Peru entre os anos de 1862 e 1864 e, o *Mapa Geográfico do Estado do Amazonas* de 1901 do Conde Ermanno Stradelli.<sup>204</sup>

Passamos agora a expor cada uma das cinco regiões e suas respectivas diretorias:

3.2.1- *Região do rio Amazonas*. Nesta região foram criadas seis diretorias parciais, das quais foi possível descrever as seguintes: Andirá, Anibi, Iurubá, São José do Amataré e Uatumã. A diretoria de Acará não foi possível descrever.

a) Diretoria de índios do Andirá. Estava localizada no rio Andirá, afluente do paraná do Ramos, margem direita do rio Amazonas e compunha-se de índios Mawé e Mura. Aparece nos levantamentos provinciais dos anos 1857 e 1858, mas somente em 1866 teve sua população estimada em 312 índios. Um dos seus diretores foi o padre Manoel Justiniano de Seixas, nomeado em maio de 1857.<sup>205</sup> Foi uma das diretorias mais longevas e já constava

<sup>202</sup> RPPAM, Fala de 3 de maio de 1855, Anexo, p. 17-105.

<sup>203</sup> RPPAM, Relatório de 3 de maio de 1862, Anexos [Documento 04].

<sup>204</sup> Cf. BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. *Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará*. Brasília: Senado Federal, 2004 (Edições do Senado Federal, v. 30); NIEMEYER, Conrado Jacob. *Nova Carta Corográfica do Império do Brasil*. Ministério das Relações Exteriores, Rio de Janeiro, 1857 e; STRADELLI, Ermanno. *Mapa Geográfico do Estado do Amazonas*. In: FONTANA, Ricardo. *A Amazônia de Ermanno Stradelli*. Brasília; Amazonas: Secretaria de Cultura, 2006. [Italianos no Brasil]. (Encarte). Este mapa e outro referente ao rio Uaupés, ambos de Ermanno Stradelli foram considerados, com certo exagero, problemáticos pelo governo do Amazonas, para quem a referida obra de Stradelli não passava de um “*croqui colorido*” de parede, principalmente, em relação às áreas fronteiriças do Brasil com os países vizinhos (Cf. ESTADO DO AMAZONAS. *Revista Arquivo do Amazonas*, ano I, v. 1, n.º. 2, Manaus: Imprensa Oficial, 1906, p. 26). No entanto, ele registra com detalhe a localização de rios, lagos e lugares em vários trechos do rio Amazonas e afluentes que estão de acordo com outros mapas que consultamos.

<sup>205</sup> RPPAM, Relatório de 7 de setembro de 1858, Anexo M, [Relatório de João Wilkens de Mattos, Diretor Geral de Índios da Província do Amazonas, datado de 25 de agosto de 1858].

nos dados do governo paraense do ano de 1849, quando tinha como diretor o padre Pedro de Ciriana.<sup>206</sup>

b) Diretoria de índios do Anibi. Situava-se no rio Anibi que desemboca no lago Saracá, entre os rios Uatumã e Urubu, margem esquerda do rio Amazonas.<sup>207</sup> Formada por índios Mura, esta diretoria consta no levantamento de 1856 com uma população de 200 índios, mas nos levantamentos posteriores não foi mais mencionada (Cf. Quadro 11).

c) Diretoria de índios do Iurubá. Formada por índios Arau e Marauá, esta diretoria apareceu somente no levantamento do ano de 1866 com uma população expressiva de 588 índios.<sup>208</sup> Na documentação consultada não foi possível precisar com exatidão sua localização, mas é provável que o nome “Iurubá” seja uma corruptela de Urubu podendo ser, portanto, a diretoria do rio Urubu, uma vez que “Iurubá” não aparece nos censos de 1856, 1857 e 1858, anos em que os relatórios trazem os dados da diretoria do rio Uatumã, rio localizado nas proximidades do rio Urubu. Outra evidência é o fato de a diretoria do rio Anibi só aparecer no levantamento de 1856 e a do rio Uatumã desaparecer no censo de 1866, justamente, quando aparece a de Iurubá (Cf. Quadro 11). Trata-se de rios vizinhos e, por isso, é possível que no ano de 1866 o governo tenha criado a diretoria do rio Urubá (ou Urubu), juntando as populações desses três rios vizinhos: Anibi, Uatumã e Urubu.

d) Diretoria de índios de São José do Matary. Composta de índios Mura, esta diretoria ficava a 14 léguas (ou 84 km) acima da Vila de Serpa e foi uma das Missões fundadas pelo frei José das Chagas em meados do século XVII onde foi construída uma capela. O fundador da aldeia de Matary ou Amatary foi o índio Juma, Manoel João, que ainda criança foi aprisionado pelos índios Mura com quem foi criado e por sua “vivacidade” teria chegado a ser o “principal” desta localidade.<sup>209</sup> De acordo com os dados do Quadro 11, Matary tinha uma população de 80 índios Mura em 1857 e de 166, em 1866. Nos levantamentos do governo provincial dos anos de 1856 e 1858 não foi contabilizada sua população. Contudo, o relato da viagem do primeiro diretor geral dos índios da província do Amazonas João Wilkens de Mattos realizada em 1858 à região, mostra que somente o

<sup>206</sup> RPPPA, Fala de 1º de outubro de 1849, Anexo 15 [Relação nominal das parciais e encarregados das Missões Indígenas da Província do Pará] e Anexo 16.

<sup>207</sup> Cf. NIEMEYER, Conrado Jacob. *Op. cit.*, 1857.

<sup>208</sup> RPPAM, Relatório de 24 de junho de 1866, Anexo II [Relatório da Diretoria Geral de índios da Província do Amazonas, de 27 de janeiro de 1866], p. 332.

<sup>209</sup> RPPAM, Relatório de 7 de setembro de 1858, Anexo M, [Relatório de João Wilkens de Mattos, Diretor Geral de Índios da Província do Amazonas, datado de 25 de agosto de 1858, p. 8].

aldeamento de Matary contava com 17 casas rudimentares e já em ruínas e uma população de 90 índios dos quais: 57 eram adultos e 33 eram crianças.<sup>210</sup>

Wilkens de Mattos atribuiu a decadência deste aldeamento à “índole errante” dos Mura que viviam “dispersos, sem empregarem-se em coisa alguma útil, praticando atos reprovados, vivendo à lei da natureza”. Na visão do diretor geral, esses Mura eram “aptos para a vida no mar, bons pescadores, mas inconstantes em tudo quanto exige assiduidade”. Na jurisdição desta diretoria moravam também mais 82 índios, 57 adultos e 25 menores, no lago Uarumã, perfazendo um total de 172 indivíduos,<sup>211</sup> bem superior, portanto, aos 80 índios que constam no levantamento feito que consta no RPPAM de 1857.

e) Diretoria de índios de Uatumã. Esta diretoria situava-se no rio Uatumã, margem esquerda do rio Amazonas entre o paraná de Carauaçu e o rio Urubu.<sup>212</sup> Uma das mais antigas diretorias de índios encontradas na documentação, era formada por índios Aroaqui, Mura e Pariqui.<sup>213</sup> Os levantamentos do governo imperial sempre lhe deram uma expressiva população: 300 índios em 1856; 191, no ano seguinte e; 336, no ano de 1858 (Cf. Quadro 11). Em 13 de dezembro de 1852 o governo do presidente João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha nomeou Joaquim Félix Machado para o cargo de diretor dos índios de Uatumã.<sup>214</sup> Mas, já no ano seguinte, foi trocado por João Cardoso de Araújo Roso.<sup>215</sup> Como já havíamos mencionado, nos dados populacionais de 1866 essa diretoria não consta mais.

Como já assinalamos, ela pode ter sido alocada na diretoria do rio Iurubá ou Urubu a partir de 1866. Pois, a documentação deixa muitas evidências de que as dificuldades de conseguir diretor ou as mudanças desses diretores faziam com que o governo fechasse, removesse ou transferisse a administração das diretorias muito em função de quem assumia o cargo de diretor ou de encarregado. Lembremos de que esses funcionários não tinham remuneração do Estado, apenas patentes e que, portanto, assumiam tais funções pelo *status*, privilégio ou interesse econômico que elas despertavam, pois, possibilitavam administrar a

<sup>210</sup> RPPAM, Relatório de 7 de setembro de 1858, Anexo M, [Relatório de João Wilkens de Mattos, Diretor Geral de índios da Província do Amazonas, datado de 25 de agosto de 1858, p. 8].

<sup>211</sup> *Ibid.*

<sup>212</sup> NIEMEYER, Conrado Jacob. *Op. cit.*

<sup>213</sup> RPPAM, Relatório de 7 de setembro de 1858, Anexo M, [Relatório de João Wilkens de Mattos, Diretor Geral de índios da Província do Amazonas, datado de 25 de agosto de 1858, p. 8].

<sup>214</sup> RPPAM, Relatório de 7 de setembro de 1858, Anexo M, p. 12.

<sup>215</sup> ESTADO DO AMAZONAS. Revista do *Arquivo do Amazonas*, ano II, v. II, n. 7, Manaus: Imprensa Oficial, 23 de outubro de 1907, p. 92.

mão de obra indígena, um importante componente econômico e de extração de riqueza na província do Amazonas.

Dessa forma, dirigir uma diretoria, não era o único trabalho ou atividade econômica de um diretor ou encarregado, era mais uma de suas tarefas que deveria ser realizada concomitantemente à sua atividade principal (comerciante, fazendeiro, regatão, funcionário público, etc.), o que nos faz sugerir que a administração das diretorias indígenas no Amazonas, em muitos casos, situava-se onde estava a residência ou a atividade econômica principal de seu diretor ou encarregado. Desta maneira, a dinâmica geográfica das diretorias é também marcada pela dinâmica econômica e política, pelos interesses e pelas alianças do Estado e com seus agentes e, naturalmente, destes com os índios.

3.2.2 – *Região do rio Madeira*: O rio Madeira e alguns de seus principais afluentes foram navegados pelos “brancos” desde o período colonial. Mas, em meado do século XIX uma parte dessa região ainda era oficialmente desconhecida. Consta na *Nova Carta Corográfica do Império do Brasil* de 1857 que uma parte do curso do alto rio Madeira num trecho que passava pelas cabeceiras dos rios Canumã e Marmelos, tanto no sentido leste na direção da fronteira com a Província do Pará (rio Tapajós) quanto no sentido sul, rumo à fronteira com a Província do Matogrosso, havia uma grande área tratada no *Carta* como “sertão desconhecido”.<sup>216</sup> Não apenas por isso, mas, por se tratar de uma região que dava acesso à fronteira do Brasil com a Bolívia, era vista como estratégica pelo Estado tanto do ponto de vista militar, como político e econômico. Tratava-se também de uma região que tinha muitos grupos indígenas sem contato com a sociedade nacional. Ou seja, de certa maneira a região do rio Madeira ainda era um “sertão” a ser explorado na Província do Amazonas.

Nessa região foram criadas 13 diretorias indígenas entre os anos de 1856 e 1866. Nesse período havia a predominância dos grupos indígenas Mundurucu e Mura, mas havia também os grupos Mawé, Torá e outros grupos que viviam nos “sertões desconhecidos” do rio Madeira. Vejamos agora por ordem alfabética as diretorias indígenas criadas entre 1856 e 1866 nesta região:

a) Diretoria indígena de Abacaxis: uma das mais importantes diretorias indígenas da Província do Amazonas. Em 4 de fevereiro de 1852, o primeiro presidente da província do

---

<sup>216</sup> NIEMEYER, Conrado Jacob. *Op. cit.*



Amazonas Tenreiro Aranha nomeou Francisco Antônio Rodrigues como diretor de Abacaxis. Sua população foi registrada em apenas dois levantamentos: o de 1857, com 437 pessoas e o de 1866 no qual ela aparece com 399 índios Mundurucu (Cf. Quadro 11).

Na visão do então diretor geral de índios do Amazonas Wilkens de Mattos, que visitou Abacaxis em agosto de 1855, este aldeamento era o “melhor” da Província.<sup>217</sup> A história deste aldeamento é um bom exemplo não apenas das dificuldades que o Estado encontrava para fundar povoações indígenas na Amazônia, como também da complexidade demográfica e histórica que muitos aldeamentos apresentavam. Não era apenas a vontade política dos governantes e/ou de líderes indígenas articulados ou não com a política indigenista do Estado que determinava a formação e prosperidade de um aldeamento indígena. Muitos fatores históricos, sociais e conjunturais – sobre os quais a historiografia especializada ainda é devedora – influenciavam nesta demografia social.

Abacaxis situava-se à margem direta do rio do mesmo nome e seu primeiro povoamento foi fundado por um “índio principal” designado na documentação pelo nome de Abacaxis, no início do século XIX. Ainda no período de formação deste povoamento foi morar entre os índios desta localidade o Dr. José Eugênio, refugiado de Belém do Pará por perseguições do governo de D. Francisco de Souza Coutinho, lá ficando por quatro anos. Cessadas as perseguições, Eugênio retornou a Belém e o tuxaua conhecido por Abacaxis, desgostoso com o ocorrido, teria abandonado o aldeamento que ficou aos cuidados dos índios Manoel Vicente e Alberto Magno. Mais tarde, um “branco” por nome José Machado passou a viver no aldeamento até o ano de 1835, quando os acontecimentos da Cabanagem, levaram Manoel Vicente e José Machado a se mudarem para Maués e se envolverem com os cabanos. O índio Alberto Magno, no entanto, permaneceu em Abacaxis.<sup>218</sup>

Tempos depois, foi fundado um posto militar nesta localidade e, em 1840 o principal, Joaquim José Pereira que, juntamente com seus parentes lutou contra os cabanos, passando provavelmente a ser, também, por isso, bem visto pelas autoridades civis e religiosas locais assumiu a direção do aldeamento. Este índio, com a ajuda do Cônego Antônio Manoel de Sanches Brito e do regatão Antônio Gonçalves Marques, fundou uma capela devotada a Nossa Senhora da Conceição da Rocha. A imagem veio de Lisboa, Portugal, com a iniciativa e despesas pagas pelo próprio regatão que, atuava segundo Wilkens de Mattos como se fosse “diretor” dos índios daquela localidade.

---

<sup>217</sup> RPPAM, Relatório de 7 de setembro de 1858, Anexo M, p. 4.

<sup>218</sup> *Ibid. Idem.*

Em 1852, Francisco Antônio Rodrigues, que residia em Abacaxis desde 1844, substituiu a Antônio Gonçalves Marques sendo nomeado diretor dos índios desse aldeamento. Antônio Gonçalves Marques retirou-se para a localidade de Canumá, outra diretoria de índios descrita adiante.<sup>219</sup>

No ano de 1858, quando Wilkens de Mattos visitou a diretoria de Abacaxis, o aldeamento principal continha uma capela bem conservada e 17 casas de madeira cobertas com palha. O distrito onde se localizava esta diretoria compreendia os rios Abacaxis e Pracony, além dos lagos de Curupira e Jurupary e o Paraná-Miri Urariá. De acordo com o relatório de Wilkens de Mattos, os índios desta diretoria falavam bem o Português e residiam em 134 casas com uma população estimada em 1.072 indivíduos, distribuídos conforme mostra o quadro abaixo:

**Quadro 12**  
**Localização e população da Diretoria de Índios do rio Abacaxis - 1858**

Rio ou Lago	Lugar ou Maloca	Sítios	População
Rio Abacaxis: margem direita	Enseada Tombira	7	236
	Castanha	12	
	Itatuba	2	
Rio Abacaxis: margem esquerda	Uaxiuí	10	
	Jutahy	7	
	Lago Grande	4	
Rio Pracony	1ª Maloca	8	192
	2ª Maloca	5	
	3ª Maloca	6	
	4ª Maloca	5	
Paraná-Miri Urariá	Margem direita	6	272
	Margem esquerda	19	
	Lago Sucurijú	3	
	Lago Caiaué	5	
Lago Curupira	--	18	144
Lago Jurupari	--	16	128

Fonte: Adaptado do “Relatório de João Wilkens de Mattos, Diretor Geral de Índios da Província do Amazonas, datado de 25 de agosto de 1858”, p. 5. In: RPPAM, Relatório do presidente José Francisco Furtado, datado de 7 de setembro de 1858, Anexo M.

Este número, como se vê, é bem superior aos 437 índios anotados no levantamento do governo provincial do ano de 1858.<sup>220</sup>

<sup>219</sup> RPPAM, Relatório de 7 de setembro de 1858, Anexo M, p. 4-5.

<sup>220</sup> Mais uma vez, chamamos a atenção para este fato. Os dados estatísticos oficiais sobre as populações indígenas da Província do Amazonas oferecidos nos relatórios do governo não correspondem a dados obtidos em campo, seja por viajantes, cientistas ou mesmo por agentes do próprio governo como foi o caso aqui ilustrado. Desta forma temos que ver esses números apenas como um demonstrativo da população indígena, mas nunca como dados reais. O número de índios era bem superior aos apresentados nos censos oficiais, principalmente, se tivermos em mente as populações indígenas que não estavam aldeadas e aquelas que

Embora o regatão Antônio Gonçalves Marques gozasse de um grande prestígio junto às autoridades e junto aos índios por sua influência econômica, política e religiosa naquela localidade, era visto com reserva pelo Diretor Geral João Wilkens de Mattos. De acordo com esta autoridade indigenista os índios de Abacaxis deveriam ser entregues aos cuidados de um missionário que zelasse por sua educação e destruísse os “preconceitos que o astucioso Regatão” tinha lhes “incutido”.<sup>221</sup> Mais uma vez, aqui estava posta a discussão sobre o governo dos índios na Província do Amazonas. E como se pode observar em várias passagens nesta tese, em que pesam as disputas e os interesses distintos e antes da mudança na direção das diretorias parciais em 1866, muitas autoridades civis viam os missionários como os mais preparados para dirigirem os aldeamentos indígenas.<sup>222</sup>

b) Diretoria de índios de Canumã: Outra diretoria criada antes do Amazonas ser elevado à categoria de Província. Dados do governo da Província do Pará do ano de 1849 aponta como diretor de Canumã Luiz Pereira Brasil.<sup>223</sup> Já no governo amazonense foi nomeado em 4 de setembro de 1856 pelo governo de Tenreiro Aranha, Francisco Portilho Bentes.<sup>224</sup> Na lista das diretorias do ano seguinte, aparece como diretor de Canumã Lino Pereira Brasil.<sup>225</sup> Essa diretoria tinha uma população de 795 índios Mundurucu nos levantamentos de 1856 e 1857. No ano seguinte não foi contada sua população e, em 1866 ela aparece com um total de 148 índios, bem abaixo dos levantamentos anteriores (Cf. Quadro 11).

Porém, mais uma vez, os dados referentes à população indígena obtidos em campo por João Wilkens de Mattos são mais expressivos que aqueles computados nos quadros e tabelas contidos nos relatórios ordinários da administração provincial. De acordo com o relato do diretor geral de índios da província o aldeamento de Canumã tinha em 1858 uma população de 375 pessoas, sendo: 185 homens e 190 mulheres que plantavam mandioca, tabaco de boa qualidade e extraíam óleo de copaíba. Ainda de acordo com o Wilkens de

---

estando já residindo em vilas e povoados dos “brancos” não eram mais contabilizadas como indígenas nos parâmetros conceituais da época.

<sup>221</sup> RPPAM, Relatório de 7 de setembro de 1858, Anexo M, p. 6

<sup>222</sup> Apesar da semelhança do nome, a *diretoria de Abacaxis* do século XIX é diferente da *Aldeia Abacaxis* e da *Missão dos Abacaxis*, esta última, fundada pelos Jesuítas em 1696 nessa mesma região e, que durante os séculos XVII e XVIII, “errou por cinco lugares” até se estabelecer onde é hoje a cidade de Itacoatiara. Cf. SANTOS, Francos Jorge dos. *Op. cit.*, 2012, p. 25.

<sup>223</sup> RPPPA, Fala de 1º de outubro de 1849, Anexo, p. 158-259.

<sup>224</sup> RPPAM, Relatório de 7 de setembro de 1858, Anexo M [Relatório de João Wilkens de Mattos, de 25 de agosto de 1858], p. 12.

<sup>225</sup> ESTADO DO AMAZONAS. *Revista Arquivo do Amazonas*, ano II, v. II, nº. 7, Manaus: Imprensa Oficial, 23 de outubro de 1907, p. 92.

Mattos, a população total da diretoria de Canumã era bem maior, podendo chegar a 888 pessoas que habitavam 111 sítios.<sup>226</sup> No quadro abaixo se pode observar a distribuição dessa população nas localidades e sítios ao longo dos rios Canumã e Marimary.

**Quadro 13**  
**Localização e população da diretoria de Canumã - 1858**

Rio ou Lago	Lugar ou Maloca	Sítios	População
Rio Marimary	-	19	888
Rio Canumã: margem direita	Santo Antônio	3	
	Castanhal	21	
	Tabocal	2	
	Pacova	10	
	Jaquiri	5	
	Biribá	6	
Rio Canumã: margem esquerda	Cauiaé	6	
	Mapiá	5	
	Aracú	3	
	Mayri-coia	5	
	Castanhalzinho	5	
	Periquitos	4	
	Campinarãna	3	
	Guajará	3	
	Terra Vermelha	11	
Soma		111	888

Fonte: Adaptado do “Relatório de João Wilkens de Mattos, Diretor Geral de Índios da Província do Amazonas, datado de 25 de agosto de 1858”, p. 7. *In*: RPPAM, Relatório do presidente José Francisco Furtado, datado de 7 de setembro de 1858, Anexo M.

Havia nesta localidade uma igreja já em ruínas, construída pelo frei José das Chagas no início do século XIX. As casas, contudo, estavam sendo reconstruídas pelos índios com a ajuda do diretor parcial. Em 1833, Canumã foi elevada à categoria de Paróquia, mas depois foi aos poucos decaindo. Na avaliação do Diretor Geral dos índios da Província, entre outras dificuldades estavam as “rivalidades” entre os “homens civilizados” e deles com os índios, pois, estes eram “doutrinados” ora por um, ora por outro branco e, por isso, tinham muitas e até justas queixas contra as autoridades locais.<sup>227</sup> Tratava-se ali obviamente das disputas entre os diretores, os regatões e os religiosos pelo controle da mão de obra indígena, ou nas palavras de João Wilkens de Mattos: do desejo que “toda e qualquer autoridade” tinha de exercer poder junto aos índios.<sup>228</sup>

<sup>226</sup> RPPAM, Relatório de 7 de setembro de 1858, Anexo M [Relatório de João Wilkens de Mattos, de 25 de agosto de 1858], p. 6.

<sup>227</sup> *Ibid.*, p. 6.

<sup>228</sup> RPPAM, Relatório de 7 de setembro de 1858, Anexo M [Relatório de João Wilkens de Mattos, de 25 de agosto de 1858], p. 6.

Ainda de acordo com Wilkens de Mattos, a decadência desse aldeamento tinha também outros ingredientes: a falta de recursos financeiros para o diretor parcial realizar seu trabalho e a cobiça dos “homens brancos” que os levavam a incutir no “ânimo fraco dos índios, doutrinas errôneas e muitas vezes subversivas à ordem pública”. A ideia de que os índios tinham um “ânimo fraco”, ou seja, de que eles eram facilmente manipulados e direcionados pelos brancos fossem os “bons” fossem os “maus” brancos, informa bem a concepção de que o Estado e mesmo a sociedade em geral do século XIX tinham sobre os índios, aspecto que já analisamos no capítulo I. Contudo, vale a pena destacar que esta suposta “fragilidade natural” dos índios não lhes tirava a força política, fato que o Estado reconhecia e buscava canalizar para seus propósitos políticos.<sup>229</sup>

Isto pode ser observado numa das soluções apontadas pelo Diretor Geral dos índios do Amazonas para o progresso desta localidade: a articulação com as lideranças indígenas. Dentro desta perspectiva política, proposta por Wilkens de Mattos, muito convinha “agradar” o índio principal da aldeia Terra Vermelha, conhecido por Belchior que mantinha intenso e amistoso contato com os índios da maloca Campinas, pertencente aos Mundurucu e que viviam em conflito com os Arara e outros grupos considerados “antropófagos” dos rios Aripuanã e Machado, ambos afluentes do rio Madeira. Para Wilkens de Mattos, a articulação com Belchior poderia facilitar o descimento de milhares de Mundurucu para os aldeamentos de Terra Vermelha e de Canumã<sup>230</sup> cumprindo, assim, um dos objetivos da política indigenista do governo imperial para as diretorias parciais.

Outra solução era ouvir as reivindicações das lideranças indígenas que aproveitavam a presença das autoridades em sua região para apresentar seus problemas e encaminhar soluções. Durante essa viagem do Diretor Geral à diretoria de Canumã, muitos líderes indígenas propuseram mudar suas moradias para a aldeia Castanhal onde já moravam cerca de 70 indígenas com o Principal conhecido por Daniel. Para o Diretor Geral, era digno considerar esse interesse dos índios, pois, “eles, melhor que as autoridades superiores, conhecem as causas de seus sofrimentos, muitas das quais à força de promessas ou ameaças calam porque receiam falar toda a verdade”.<sup>231</sup>

---

<sup>229</sup> *Ibid.*, p. 6

<sup>230</sup> *Ibid.*, p. 7.

<sup>231</sup> RPPAM, Relatório de 7 de setembro de 1858, Anexo M [Relatório de João Wilkens de Mattos, de 25 de agosto de 1858], p. 7.

Deste modo, neste exemplo, mais uma vez, vê-se claramente que os índios tinham ou criavam espaços próprios de negociação com o governo imperial e que suas proposições eram levadas em conta pelas autoridades indigenistas.

c) Diretoria de índios do Crato. Esta diretoria situava-se no rio Madeira e aparece nos levantamentos do governo da Província do Amazonas em 1866, sendo, portanto, uma das últimas a ser criada na Província. Sua população era composta por 725 índios Mundurucu, Mura e Torá.<sup>232</sup>

d) Diretoria indígena de Manicoré: Localizada no rio Manicoré, este aldeamento foi composto de 147 índios Mura de acordo com os dados do ano de 1866.<sup>233</sup>

e) Diretoria de índios de Itá (no Purupuru): Esta diretoria era formada de índios Mura. Sua população de 79 índios só foi mencionada no levantamento do ano de 1858, mas a diretoria foi criada em 1857 e teve como diretor Manoel Joaquim Alves Maniqué, nomeado em 16 de agosto daquele ano.<sup>234</sup> Nas fontes utilizadas não foi possível localizar precisamente esta diretoria, mas a expressão “no Purupuru” indicando local e, o fato dessa diretoria ser composta por índios Mura, são fortes indícios de se tratar de algum lugar na, ou próximo a foz do rio Purus. Nesta direção, informações geográficas de um mapa da época nos fazem sugerir que ela se localizava na foz deste rio, onde não apenas era moradia conhecida dos índios Mura, mas também, porque lá havia no século XIX vários locais associados à palavra Purus, a saber: “Costa dos Purus margem baixa”, situada na margem direita do Solimões em frente à desembocadura do rio Purus; “Costa dos Purus, margem alta”, que se estendia por alguns quilômetros desde a desembocadura do Purus rio abaixo seguindo a margem direita do Solimões; e uma chamada “Ilha dos Purus”, situada em frente à foz do rio Purus.<sup>235</sup> Por outro lado, o mapa de Curt Nimuendajú de 1944, aponta a presença dos índios Purupuru no baixo rio Purus em 1846.<sup>236</sup>

<sup>232</sup> RPPAM, Relatório de 24 de junho de 1866, Anexo II [Relatório da Diretoria Geral de índios da Província do Amazonas, de 27 de janeiro de 1866], p. 332.

<sup>233</sup> *Ibid.*, *Idem*.

<sup>234</sup> RPPAM, Fala de 1º de outubro de 1857, p.24 e RPP-AM, Relatório de 7 de setembro de 1858, Anexo M, p. 9-11.

<sup>235</sup> Cf. O Mapa Hidrográfico do Norte do Brasil de João Soares Pinto, intitulado “Primeiros traços gerais da Carta Particular do Rio Amazonas no curso brasileiro”, confeccionado entre 1862 e 1864. In: AVENVEDO, José da Costa (Direção). *Trabalhos Hidrográficos ao Brasil: primeiros traços gerais da carta particular do rio Amazonas no curso brasileiro, anos de 1862 a 1864*. p. 6. Acervo digital da Biblioteca Nacional-RJ. Acessado em 21 de 03 de 2014.

<sup>236</sup> Cf. IBGE. *Mapa Etno-Histórico de Curt Nimuendajú*. Edição fac-similar. Rio de Janeiro: IBGE/Brasília; Ministério da Educação, 2002.

f) Diretoria de índios de Maués: Embora esta diretoria já constasse nos levantamentos desde 1857, sua população só foi informada em 1866 (Cf. Quadro 11). Faziam parte desta diretoria os índios das etnias Mawé e Mundurucu. Nos mapas da época, o rio Maués era um afluente importantes do furo do Uraraí,<sup>237</sup> que ligava o baixo Madeira, a altura da atual cidade de Urucurituba, à Parintins no baixo Amazonas. Este paraná era o melhor caminho a partir de Manaus para acessar os rios Canumã, Abacaxis e Maués, entre outros, livrando os navegadores das correntezas do rio Amazonas. Pode-se imaginar que esse era um dos motivos principais para que muitas diretorias indígenas desta região pertencessem, na classificação do governo imperial apresentada no mapa estatístico das diretorias de 1866, à região do rio Madeira e não à do rio Amazonas, o que torna a região do rio Madeira ainda mais importante no contexto do governo provincial do Amazonas.

Nesta diretoria, em 1858, Mattos encontrou vários aldeamentos indígenas espalhados ao longo do rio Maués-açu e seus afluentes, entre os quais se destacavam os seguintes:

- Aldeamento de Paricatuba: Este aldeamento também foi visitado por Wilkens de Mattos em janeiro de 1858. Situava-se na margem esquerda do rio Guaranatuba, afluente do rio Maués-açu, a cerca de 10 léguas ou 60 km da Vila de Maués (antiga Vila de Lusea). Era um local “vistoso”, mas “insalubre” de acordo com aquela autoridade indigenista. Continha 22 casas de palha “mal acabadas” e uma capela não concluída. Era habitado por índios Mawé, cujo principal Ezequiel Antônio Francisco, recebeu o Diretor Geral de Índios da Província na tarde de 13 de janeiro de 1858, informando sobre a situação geral da localidade e relatando, principalmente, problemas na saúde da população, particularmente, as febres intermitentes.<sup>238</sup>

Ainda de acordo com Wilkens de Mattos, os índios Mawé daquela localidade só frequentavam mais intensamente o aldeamento duas vezes ao ano: uma em junho ou julho e outra em dezembro ou janeiro ocasiões em que o vigário da Vila de Maués, frei João da Santa Cruz, ia ao local para celebrar as festividades religiosas. No restante do ano, a maioria dos índios vivia em seus sítios nas regiões circunvizinhas, onde cultivava o guaraná, o “principal ramo de sua indústria”. Nas proximidades de Paricatuba, ficavam outros 50 sítios,

<sup>237</sup> Cf. principalmente: NIEMEYER, Conrado Jacob. *Op. cit.* Atualmente, contudo, um trecho deste antigo furo Urariá, a partir das proximidades de Boa Vista do Ramos em direção leste até abaixo de Parintins chama-se Paraná do Ramos, que segue a sudoeste até próximo da cidade de Nova Olinda do Norte, num trecho diferente daquele registrado no século XIX no Mapa de Conrado Jacob Niemeyer.

<sup>238</sup> RPPAM, Relatório do presidente José Francisco Furtado, datado de 7 de setembro de 1858, Anexo M, [Relatório de João Wilkens de Mattos, Diretor Geral de Índios da Província do Amazonas, datado de 25 de agosto de 1858], p. 1-2.

assim distribuídos: rio Guaranatuba, margem direita, 25 sítios; margem esquerda, 17 sítios; rio Mirity, 7 sítios e; no rio Amajurú, mais 1 sítio. Em alguns desses sítios, a produção de guaraná era superior a 20 arrobas anuais, negociadas com os regatões que transitavam livremente por aqueles rios.<sup>239</sup>

A população total de índios Mawé dessas localidades foi estimada por Wilkens de Mattos em 300 índios, mas não incluía os “índios boçais” comandados pelo Principal conhecido por Simeão e que habitavam o rio Uambetui, bem como outros índios dos rios Curuai e Japiim que frequentemente iam a Paricatuba participar das festas religiosas ali realizadas.<sup>240</sup>

O aldeamento de Paricatuba foi visto por Wilkens de Mattos como um local em decadência ou quase abandonado devido à insalubridade, às doenças e ao abandono das casas pelos moradores em boa parte do ano. Mas, a menção à participação dos índios nas festas religiosas semestrais e a intensa produtividade de guaraná, bem como a ausência de autoridades civis e religiosas no local, cujo papel era o de atuar como impositoras de uma certa “ordem produtiva” exógena ao modo tradicional da economia indígena, pode sugerir que os índios Mawé dessa região, mais livres da presença do Estado ou dos “brancos”, podiam imprimir um outro ritmo de vida às suas aldeias, relacionando-se apenas pontualmente com os “brancos” por meio das festas religiosas, oportunidade em que podiam batizar e casar seus filhos e se reunir enquanto grupo étnico para discutir seus próprios assuntos. Mantinham, contudo, um comércio intenso com os regatões, figuras, aliás, mal vistas pelo Diretor Geral por levar, junto com seu comércio, “más doutrinas” aos índios, o que colaborava na visão de Wilkens de Mattos para o “atraso da civilização dos indígenas em geral”.<sup>241</sup>

- Aldeamento de Mucajatuba. Este aldeamento era formado por índio Mundurucu e situava-se à margem direita do rio Maués-açu à distância de 6 léguas de sua desembocadura no rio Guaranatuba e, a 15 léguas da Vila de Maués. De acordo com Wilkens de Mattos Mucajatuba tinha uma “excelente capela”, 18 casas “bem cobertas” e com “paredes de barro”, o que juntamente com uma melhor salubridade e localização geográfica o tornava melhor que Paricatuba, habitado pelos Mawé. Aliás, para aquela autoridade indigenista, os

<sup>239</sup> RPPAM, Relatório do presidente José Francisco Furtado, datado de 7 de setembro de 1858, Anexo M, [Relatório de João Wilkens de Mattos, Diretor Geral de Índios da Província do Amazonas, datado de 25 de agosto de 1858], p. 2.

<sup>240</sup> *Ibid. Idem.*

<sup>241</sup> *Ibid. Idem.*



Mundurucu eram “mais industriais” que os Mawé, pois, além de cultivarem o guaraná, plantavam também mandioca, milho, tabaco e café.<sup>242</sup>

Assim como os habitantes de Paricatuba, os Mundurucu de Mucajatuba passavam grande parte do tempo em seus 75 sítios no rio Maués-açu, cuja extensão geográfica era de cerca de 30 léguas, rio acima, até alcançar a localidade denominada Terra Alta. Ao longo dessa extensão viviam cerca de 600 índios comandados por dois principais: Manoel Simeão dos Santos e Manoel Francisco da Gama, descendentes dos primeiros fundadores daquela localidade. Essa população era assim distribuída: margem direita do rio Maués-açu, 36 sítios ou aldeias; margem esquerda, 28 sítios; rio Namby, 5 sítios e no rio Amanã mais 6 sítios.

De acordo com as informações prestadas ao Diretor Geral pelo índio Puxutaka, os Mundurucu de Paricatuba teriam vindo das campinas de “Tiacoron”, acima do rio Namby, fugindo de uma peste que quase matou a todos. Em cinco dias de viagem, eles teriam seguido das margens do rio Tapajós até as cachoeiras de Maués-açu e de lá desceram para o rio Mucajatuba.<sup>243</sup>

g) Diretoria de índios de Mamuru: Esta diretoria situava-se no rio Mamuru (antigo rio Tupinambarana) o último rio mais importante antes da fronteira leste com a província do Pará. Formada de índios Mawé, ela só aparece no levantamento do ano de 1866, com uma população de 372 índios.<sup>244</sup>

h) Diretoria de índios de Murumurutuba: Esta diretoria situava-se no rio do mesmo nome, margem esquerda do médio curso do rio Madeira, próximo ao rio Manicoré.<sup>245</sup> Conforme mostra nosso Quadro 11, ela foi anotada no levantamento das diretorias do ano de 1958, mas sua população só foi mencionada no ano de 1866, quando tinha uma população de 76 índios Mundurucu.<sup>246</sup>

i) Diretoria de índios do Paraná do Ramos: Esta diretoria era formada em 1858 por três malocas, onde habitavam 111 índios Mura: 64 adultos e 47 crianças. Seu diretor era

<sup>242</sup> RPPAM, Relatório do presidente José Francisco Furtado, datado de 7 de setembro de 1858, Anexo M, [Relatório de João Wilkens de Mattos, Diretor Geral de Índios da Província do Amazonas, datado de 25 de agosto de 1858], p. 2.

<sup>243</sup> *Ibid.*, p. 3. De acordo com Wilkens de Mattos, “Tuxutaka” significa Japiim, na língua Mundurucu. *Ibid. Idem.*

<sup>244</sup> RPPAM, Relatório de 24 de junho de 1866, Anexo II [Relatório da Diretoria Geral de índios da Província do Amazonas, de 27 de janeiro de 1866], p. 332.

<sup>245</sup> NIEMEYER, Conrado Jacob. *Op. cit.*

<sup>246</sup> Cf. também: RPPAM, Relatório de 24 de junho de 1866, Anexo II [Relatório da Diretoria Geral de índios da Província do Amazonas, de 27 de janeiro de 1866], p. 332.

Manoel Dias F Proença, nomeado em 21 de maio de 1858.<sup>247</sup> Como já havíamos anotado antes, o paraná do Ramos (parte do antigo furo Urariá) circunda a costa sul da histórica Ilha de Tupinambarana, ligando o baixo curso do Madeira  Parintins (antiga Vila Bela da Imperatriz)<sup>248</sup> e era o principal canal de comunicação fluvial entre as diversas diretorias indígenas da região do baixo rio Madeira.

j) Diretoria de índios de São Paio: Esta diretoria situava-se no lago São Paio, margem direita do baixo curso do rio Madeira.<sup>249</sup> No levantamento realizado no ano de 1866 (Cf. Quadro 11), São Paio aparece com uma população de 93 índios da etnia Mura.

k) Diretoria de índios de Sapucaia-Oroca: Situava-se no médio curso do rio Madeira esta diretoria teve uma população bastante expressiva de ndios Mundurucu e Mura. Consta na documentação consultada que em 17 de fevereiro de 1852, José Maria da Encarnação foi nomeado para o cargo de diretor de Sapucaia-Oroca. No Quadro 11 vemos que sua população era de 457 índios nos levantamentos de 1856 e 1857; de 326 em 1858 e; de 409, no levantamento do ano de 1866. João Wilkens de Mattos quando a visitou em agosto de 1858, escreveu que ela era composta de dois aldeamentos: um que se chamava São Sebastião e que ficava localizado há 14 léguas da Vila de Borba, com 277 ndios Mura e, outro na foz do rio Aripuanã, cuja população era de 49 ndios Mundurucu. Ambos os aldeamentos situavam-se na margem direita do rio Madeira.<sup>250</sup>

l) Diretoria de ndios Tyuco-Murutinga: Esta diretoria foi mencionada apenas no levantamento populacional de 1856, o qual aponta uma população de 201 ndios Mura. Nos documentos consultados não foi possível localizá-la com precisão.

m) Diretoria de índios do Uautás (atualmente, Autaz): Situada no rio Autaz, compreendia o rio Autaz-açu e o Autaz-miri. Era uma das mais importantes diretorias de índios da província formada por ndios Mura. Nos dados populacionais de 1866, esta diretoria apareceu com o nome de Uautás-Miri, depois, simplesmente Auts. Nos dados relativos ao levantamento realizado no ano de 1858 (ver Quadro 09), apareceu tmbm a diretoria de Aut-assu, sem diretor e sem data de criação, desaparecendo nos levantamentos

<sup>247</sup> RPPAM, Relatório do presidente José Francisco Furtado, datado de 7 de setembro de 1858, Anexo M, [Relatório de João Wilkens de Mattos, Diretor Geral de índios da Província do Amazonas, datado de 25 de agosto de 1858], p. 9.

<sup>248</sup> NIEMEYER, Conrado Jacob. *Op. cit.*

<sup>249</sup> *Ibid.*

<sup>250</sup> RPPAM, Relatório do presidente José Francisco Furtado, datado de 7 de setembro de 1858, Anexo M, [Relatório de João Wilkens de Mattos, Diretor Geral de índios da Província do Amazonas, datado de 25 de agosto de 1858], p. 9-10.

seguintes. Deste modo, tudo indica que houve efetivamente apenas uma diretoria nesse lugar, cujo primeiro diretor foi Hermenegildo Lopes Braga, nomeado em 23 de abril de 1857. Sua população nos dois primeiros levantamentos sobre a população indígena da província era bem expressiva: passou de 589 em 1856 para 983 no ano seguinte. Nos dois últimos levantamentos, no entanto, caiu significativamente ficando com 132 em 1858 e com 155 no ano de 1866 (Cf. Quadro 11).

- 3.2.3 – *Região do rio Negro*: Em que pese a sua grande extensão geográfica e diversidade étnica, a região do rio Negro contava com um número pequeno de diretorias indígenas comparativamente aos rios Madeira e Solimões. Isso significa que as diretorias tinham uma vasta extensão geográfica e um número grande de aldeamentos, mas poucos foram registrados nas fontes consultadas. A jurisdição das diretorias indígenas da região do rio Negro era baseada nas áreas de abrangência das Missões e aldeamentos estabelecidos no século anterior, principalmente, nos rios Uaupés e Branco.

No século XIX, com a criação da Província do Amazonas, os frades capuchinhos passaram a assumir as missões nos rios Negro e Branco: frei Gregório Maria de Bene foi enviado em 1852 para rios Uaupés e Içana no lugar do padre carmelita José Maria dos Inocentes que estava doente. Em 1856, o frei Joaquim do Espírito Santo Dias da Silva foi removido do Purus para o rio Branco. Durante a administração da Província do Amazonas foram criadas nesta região quatro diretorias indígenas do rio Negro, a saber:

a) Diretoria de índios do Içana: Esta diretoria situava-se no rio do mesmo nome, afluente da margem direita do alto curso do rio Negro. Quando o rio Içana foi separado administrativamente no âmbito da política indigenista do Uaupés, a diretoria do Içana teve como seu primeiro diretor o capitão Joaquim Firmino Xavier, nomeado em 11 de setembro de 1857.<sup>251</sup> Antes disso, os rios Içana e Uaupés tinham como diretor Jesuíno Cordeiro. (Cf. Quadro 06). Nos Relatórios dos Presidentes da Província do Amazonas são mencionadas para o rio Içana oito etnias: Cadamapuritana, Ciciondó, Coatá, Kubeo, Ipeca, Muriuaswane, Pion, Taphiira. Na *Nova Carta Corográfica do Império do Brasil*, aparecem também os índios Caniari e Baniba (hoje, Baniwa). Constam também nesta *Carta*, três localidades ou aldeamentos: São Francisco, no seu médio curso; São Miguel, na margem direita e São Felipe, margem esquerda, ambas na confluência do Içana com o rio Negro. A localização

---

<sup>251</sup> RPPAM, Relatório de 7 de setembro de 1858, Anexo M, p. 12.

desta última, contudo, parece estar equivocada no referido mapa, uma vez que tanto no *Ensaio Corográfico* de 1833, de Antônio Ladislau Monteiro Baena como no *Relatório sobre o estado das povoações do Rio Negro* de 1862, ela aparece situada na desembocadura do rio Içana, porém, já na margem direita do rio Negro.<sup>252</sup>

Baena estima a população de São Felipe em 62 pessoas: 16 mamelucos e 46 índios. Para este autor, São Felipe estava em decadência em 1833, pois, contava com apenas com 4 fogos.<sup>253</sup> Num levantamento das populações do rio Negro feito em 1861, São Felipe aparece com os seguintes dados: 1833, 4 casas; 1854, 11 casas e 1861, 8 casas.<sup>254</sup> De fato, comparativamente com outras povoações do rio Negro no mesmo período, tratava-se de um aldeamento pequeno, longe do que fora no século anterior, quando foi fundado pelos carmelitas e contava com 320 fogos.<sup>255</sup>

O número total de índios da diretoria indígena do rio Içana foi de 371 nos dados relativos aos anos de 1856 e 1857. No levantamento de 1858, não aparece sua população e no ano de 1866, esta diretoria não foi mencionada, pois, conforme anotamos no Quadro 11, naquele ano, os rios Içana e Uaupés, que são geograficamente próximos, foram reunidos numa mesma diretoria.

b) Diretoria de índios do Marauaiá: situada no rio Marauaiá, margem esquerda do médio curso do rio Negro era formada por índios Jabahana e Mandanacá. Nos dados relativos a esta diretoria dos anos de 1853 e 1856, Carlos Baptista Mardel aparece como diretor de Marauaiá. No ano de 1856, havia 88 índios Jabahana habitando em dois aldeamentos.<sup>256</sup> No levantamento de 1857, havia cerca de 101 índios da mesma etnia. Já no ano seguinte não foi contada sua população e em 1866, Marauaiá continha 87 índios Jabahana e Mandanacá aldeados.<sup>257</sup>

c) Diretoria de índios do rio Branco ou Porto Alegre: Esta diretoria estendia-se geograficamente por todo o curso do rio Branco e afluentes, indo desde a sua desembocadura no rio Negro até as fronteiras com a Venezuela e com a Guiana Inglesa, uma região ainda pouco conhecida, mas estratégica tanto, militar como demograficamente para a

<sup>252</sup> RPPAM, Relatório de 3 de maio de 1862, Anexos, Documento 4 (Relatório sobre o estado das povoações do Rio Negro), p. 9.

<sup>253</sup> BAENA, Antônio Ladislau Monteiro, *Op. cit.*, 2004, p. 323.

<sup>254</sup> RPPAM, Relatório de 3 de maio de 1862, Anexos, Documento 4 (Relatório sobre o estado das povoações do Rio Negro), p. 20.

<sup>255</sup> BAENA, Antônio Ladislau Monteiro, *Op. cit.*, 2004, p. 323.

<sup>256</sup> RPPAM, Relatório de 8 de julho de 1856, Anexo 11, p. 33.

<sup>257</sup> RPPAM, Relatório de 24 de junho de 1866, Anexo II [Relatório da Diretoria Geral de Índios do Amazonas, de 27 de janeiro de 1866 de autoria do diretor geral Gabriel Antônio Ribeiro Guimarães], p. 336.

Província do Amazonas. A documentação consultada referente à segunda metade do século XIX faz referência às seguintes etnias nesta região: Macuxi, Wapixana, Pauxiana e Sapará.

<sup>258</sup> Mesmo sendo uma diretoria existente desde os primeiros levantamentos da população indígena realizados pelo governo provincial do Amazonas em 1856, quando o frei Joaquim do Espírito Santo Dias da Silva era seu missionário-diretor, sua população só foi contada em dois levantamentos posteriores. No censo de 1857, a diretoria do rio Branco contava com 469 índios aldeados e, em 1866, esse número subiu para 1.171 índios. <sup>259</sup>

Quanto ao uso da mão de obra dos índios aldeados, a região do rio Branco tem uma particularidade importante em relação a outras regiões da província. Ali, além dos trabalhos agrícolas, do transporte de mercadorias e de pessoas, da coleta de produtos naturais entre outras atividades, a introdução da criação de gado e de porco no final do século XVIII, acarretaria uma outra forma de exploração do trabalho indígena. Farage acentua que, principalmente, a partir da segunda metade do século XIX, com a chegada de colonos civis nesta região, a criação de gado, especialmente, no seu alto curso, atuou como fator impactante da vida das populações indígenas não apenas em relação ao uso de sua mão de obra, como também em relação aos conflitos com os “brancos” pelos seus territórios. <sup>260</sup>

d) Diretoria de índios do Uaupés: O rio Uaupés é o mais extenso da margem direita do alto curso do rio Negro e comunicava-se com as fronteiras do Império do Brasil e com a Colômbia. Do ponto de vista da organização eclesiástica, essa área fazia parte da Missão do Uaupés e Içana, cujo missionário responsável tinha também a função de diretor dos índios. No levantamento da província do Pará de 1849, era diretor do rio Uaupés Francisco Gonçalves Pinheiro (Cf. Quadro 06). Neste levantamento não aparece o rio Içana. Mas, já em 1853, Jesuíno Cordeiro aparece como diretor do Uaupés e Içana (Cf. Quadro 07). Jesuíno, aliás, juntamente com o frei Gregório Maria Bene, serão protagonistas de um intenso debate e conflito de ideias e de práticas indigenistas no rio Negro, discutidos no Capítulo II desta tese.

<sup>258</sup> Cf. RPPAM, Fala de 1º. de outubro de 1857, p. 24; RPPAM, Relatório de 7 de setembro de 1858, Anexo M, p. 9-11; RPPAM, Relatório de 24 de junho de 1866, Anexo II [Relatório da Diretoria Geral de índios da Província do Amazonas, de 27 de janeiro de 1866], p. 332. Estudo mais específicos sobre esta região apontam também a existência de outras etnias em diferentes períodos de sua história. Cf. FARAGE, Nádia & SANTILLI, Paulo. “Estado de Sítio: território e identidade no vale do rio Branco”. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). *Op. cit.*, 1992a, p. 267-278.

<sup>259</sup> RPPAM, Fala de 1º. de outubro de 1857, p. 24; RPP-AM, Relatório de 24 de junho de 1866, Anexo II [Relatório da Diretoria Geral de índios da Província do Amazonas, de 27 de janeiro de 1866], p. 332.

<sup>260</sup> FARAGE, Nádia & SANTILLI, Paulo. *Op. Cit.* p. 267-268.

Um dos resultados deste conflito foi a nomeação do Dr. Marcos Antônio Roiz de Souza em 14 de junho de 1858 para o cargo de diretor dos índios do rio Uaupés,<sup>261</sup> A esta altura os rios Uaupés e Içana já eram duas diretorias diferentes. Essa divisão durou pouco, cerca de dez anos, pois, como já dissemos anteriormente, no censo de 1866 os dois rios foram unificados novamente numa mesma diretoria, agora, mais uma vez sob a direção dos religiosos.

Faziam parte desta diretoria vários grupos indígenas, entre os quais as fontes consultadas relacionam os seguintes: Amanã, Beiju, Catariana, Comatario, Itariano (Tariano?), Juruá, Kubeo Maku, Peixe, Tukano e Uaupés.<sup>262</sup> A população de índios aldeada nesta diretoria sempre foi uma das maiores entre as diretorias parciais da Província do Amazonas, alcançando os seguintes números: 2.351 em 1856; 2.286 no ano seguinte e; 1.301 no ano de 1866, conforme apresentamos no Quadro 11.

- 3.2.4 – *Região do rio Solimões*: Nesta região foram criadas 18 diretorias no período de 1856 a 1866, das quais seis foram criadas na metade da década de 1860; uma, a de Jurupari-Tapera só aparece no levantamento de 1856 e; duas, as de Paratary e de Tefé provavelmente, nunca funcionaram, mesmo constando nos levantamentos: a primeira consta nos levantamentos de 1857, 1858 e 1866 e a segunda apenas no de 1866 (Cf. Quadro 11). Apresentamos a seguir as diretorias da região do rio Solimões por ordem alfabética:

a) Diretoria de índios do Acará. Situava-se muito provavelmente no paraná do mesmo nome, margem esquerda do Solimões, em frente à vila de Coari (antiga Alvelos), acima da confluência do rio Mamiá com o rio Solimões. Esta diretoria só apareceu no levantamento de 1866, com uma população de 15 índios Mura.

b) Diretoria de índios do Anamã. Esta diretoria situava-se no lago do Anamã, margem esquerda do Solimões, entre os rios Manacapuru e Codajás. Inexistente nos dados sobre as populações indígenas anteriores ao ano de 1866, neste ano Anamã aparece com uma população de 31 índios Mura aldeados.

<sup>261</sup> RPPAM, Relatório de 7 de setembro de 1858, p. 12.

<sup>262</sup> RPPAM, Relatório de 8 de julho de 1856, Anexo nº 11 [Mapa das Diretorias de índios da Província do Amazonas], p. 33; RPP/AM, Fala de 1º de outubro de 1857, p. 24.

c) Diretoria de índios do Caldeirão. Esta diretoria situava-se no alto curso do rio Solimões, entre Tabatinga e São Paulo de Olivença.<sup>263</sup> Foi mencionada somente no censo de 1866 com uma população de 96 índios não identificados etnicamente (Cf. Quadro 11).

d) Diretoria de índios do Catuá: Situava-se na margem esquerda do Solimões, no lago Catuá na desembocadura do paraná do Copeá, considerado por alguns como uma das bocas do Japurá que se liga ao Solimões, abaixo de Tefé, local “abundante de salsaparrilha” no século XIX.<sup>264</sup> Formada por índios das etnias Passé e Jury, esta diretoria só consta no levantamento populacional das diretorias de índios da Província do Amazonas do ano de 1866, com 28 índios aldeados.<sup>265</sup>

e) Diretoria de índios de Fonte Boa: Situava-se no lugar de Fonte Boa, povoado localizado na margem direita do Solimões, na boca do paraná do Cajari, acima da desembocadura do rio Juruá. O censo de 1866 aponta uma população de 91 índios Mura aldeados nesta diretoria.<sup>266</sup> Em tempos anteriores, no entanto, de acordo com o naturalista Henry Walter Bates, Fonte Boa era conhecida pela presença dos índios Kambeba, Xumana e Passé, mas no período em que este cientista esteve no local, dezembro de 1856 e janeiro de 1857, não havia nenhum “índio genuíno” de Fonte Boa, como também nenhum “branco legítimo”, sua população era quase toda formada de mamelucos, descrito por Bates como “um bando de gente ignorante, rústica, de moral precária”.<sup>267</sup> Preconceitos à parte, o que chama a atenção no relato de Bates em relação à composição da população de Fonte Boa é ausência da população indígena historicamente tradicional dessa área do Solimões o que levou os administradores provinciais e aldear os índios Mura, que na verdade já frequentavam a região do Solimões desde o século XVIII.<sup>268</sup>

Em dezembro de 1847, três anos antes da elevação do Amazonas à categoria de Província, Fonte Boa foi palco de um encontro inesperado e revelador da história desse lugar, entre o bispo do Pará, Dom Afonso de Moraes Torres que estava na companhia dos freis capuchinhos Fidelis, Pietro e Egídio de Garessio e o naturalista italiano Gaetano de Osculati.

<sup>263</sup> A localização foi feita com base em: AZEVEDO, José da Costa (dir.). *Op. cit.*, p. 2.

<sup>264</sup> Cf. BAENA, *Op. cit.* p. 365. Para este autor Catuá é um rio, mas, tratava-se, na verdade, de um lago conforme aparece no Mapa de Ermanno Etradelli de 1901, cópia reproduzida. In: FONTANA, Ricardo. *Op. cit.*

<sup>265</sup> RPPAM, Relatório de 24 de junho de 1866, [Quadro das Diretorias Parciais], p. 332.

<sup>266</sup> *Ibid.*, p. 332.

<sup>267</sup> BATES, Henry Walter. *Op. cit.*, p. 286-287.

<sup>268</sup> Sobre a presença dos Mura no Solimões Cf.: SANTOS, Francisco Jorge dos. “A guerra e a redução dos Mura”. In: SANTOS, Francisco Jorge dos. *Op. cit.*, 1999, p. 67-92.

Consta no relato de Osculati que o bispo celebrou uma missa para a população de Fonte Boa reunida na praça em frente à Igreja de Nossa Senhora de Guadalupe, onde lamentou a privação pela qual passava aquela população da presença de padres que por lá não iam há muitos anos. No final da missa, Dom Afonso distribuiu livrinhos de conteúdo devocional, medalhas, coroas e recomendou aos mais velhos que continuassem os trabalhos religiosos. Ao despedir-se de Osculati, o bispo lhe entregou uma carta endereçada à Propaganda de Lione, cujo conteúdo era uma solicitação de padres para trabalharem naquela região.<sup>269</sup> Este fato retrata não apenas as dificuldades que a Igreja encontrava para realizar o trabalho de aldeamento, conversão e de civilização dos índios, mas também, da própria administração da província paraense nestas paragens tão distantes da capital, Belém.

Em suas anotações, Osculati retrata Fonte Boa como uma “pequena aldeia” que não tinha mais de 200 habitantes, entre índios e mestiços.<sup>270</sup> Em 1853, o tenente da Marinha norte americana William Lewis Herndon e seu companheiro de viagem Lardner Gibbon estiveram em Fonte Boa e confirmaram que se tratava de um pequeno vilarejo com 250 habitantes, dos quais 50 eram “brancos”. Mas, por sua localização, à margem do Solimões, era muito conhecida e procurada por comerciantes que passavam por aquele rio. Herndon encontrou um desses comerciantes chamado Guerreiro que vinha da vila de Óbidos com um barco de cerca de 35 toneladas que, segundo o próprio comerciante, carregava uma carga no valor de 20 contos de réis ou um milhão de réis, um valor considerado alto pelo viajante norte-americano,<sup>271</sup> mas que dá uma ideia da importância e da força dos comerciantes “regatões” que circulavam pelo rio Solimões no século XIX.

Sete anos mais tarde, o cientista inglês Henry Walter Bates descreve Fonte Boa como um “lugar miséravel, lamacento e semi-arruinado”.<sup>272</sup> Também na descrição de Robert Avé-Lallemant, em 1859, Fonte Boa era uma “localidade sem importância”, uma “pequena e modesta povoação” que lhe recebeu com uma nuvem de caparanãs.<sup>273</sup> A decadência de Fonte Boa, em relação a uma certa prosperidade do início do século XIX, de acordo o ponto

<sup>269</sup> OSCULATI, Gaetano. “Esplorazione delle regioni equatoriali lungo il Napo ed il fiume delle Amazzoni negli anni 1846-1848”, p. 153-154. In: ISENBURG, Teresa (Org.). *Naturalistas Italianos no Brasil*. Cap. IV De Tabatinga a Belém – Gaetano Osculati 1847, p. 139-202. Tradução de Norberto de Paula Lima. São Paulo: Editora Ícone; Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 1990.

<sup>270</sup> OSCULATI, Gaetano. *Op. cit.* p. 154.

<sup>271</sup> HERNDON, W. M. Lewis & GIBBON, Lardner. *Exploracion del Valle del Amazonas*. Tomo I – W. L. Herndon. Quito/Equador: ABYA-YALA; Iquitos/Peru: CETA, 1991, p. 312. Cf. nota 4 do tradutor, p. 317.

<sup>272</sup> BATES, Henry Walter. *Op. Cit.* p. 285.

<sup>273</sup> AVÉ-LALLEMANT, Robert. *No Rio Amazonas*. Tradução de Eduardo de Lima Castro. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980, p. 169. [Reconquistando o Brasil, nova série, V. 20].



de vista do comerciante Guerreiro, anotada por Bates, teria se dado a partir da chegada de outros comerciantes portugueses e brasileiros “de classe baixa” que, de acordo com Guerreiro, na sua “ambição de comerciar haviam ensinado aos pacatos índios todo tipo de trapaça e imoralidade.” O regatão reclamava ainda que esses novos agentes haviam atraído os índios para os seus interesses, “roubando-os dos seus antigos patrões”, desorganizando o trabalho das grandes propriedades e fazendo com que estes proprietários empregassem seu capital noutros locais.<sup>274</sup>

f) Diretoria de índios de Jandiatuba: Esta diretoria aparece somente no mapa das diretorias de índios da província do Amazonas no ano de 1866, com uma população de 54 índios Mura aldeados.<sup>275</sup> Sua localização era a foz do rio Jandiatuba, margem direita do Solimões, abaixo de São Paulo de Olivença. Contudo, em 1854, João Wilkens de Mattos afirmou que lá habitavam os índios: Marauá, Mayuruna e Uaraicu.<sup>276</sup> É importante mencionar que Jandiatuba e Fonte Boa foram provavelmente os últimos refúgios dos Mura no alto Solimões, já na segunda metade do século XIX.

g) Diretoria de índios do Japurá: Localizada no rio do mesmo nome, margem esquerda do Solimões, esta é uma das mais antigas diretorias de índios da província do Amazonas. Já era uma diretoria desde a administração paraense e aparece no mapa das diretorias de índios da Província do Pará do ano de 1849 tendo como diretor o negociante José Monteiro Crisóstomo<sup>277</sup> que foi confirmado no cargo com sua nomeação, em 15 de junho de 1852, pelo presidente da Província do Amazonas José Francisco Furtado.<sup>278</sup>

O rio Japurá é um dos afluentes mais importantes do Solimões, nasce em território colombiano, onde é chamado de Caquetá e, de lá, desce até sua desembocadura na margem esquerda do médio curso do rio Solimões, próximo à cidade de Tefé. É conhecido dos especialistas desde o período pré-colonial pela comunicação e pelo comércio que proporcionava entre os índios do rio Solimões e os do rio Negro que se dava por um dos

<sup>274</sup> BATES, Henry Walter. *Op. cit.* p. 286.

<sup>275</sup> RPPAM, Relatório de 24 de junho de 1866, Anexo II [Relatório da Diretoria Geral de índios da Província do Amazonas, de 27 de janeiro de 1866], p. 332.

<sup>276</sup> RPPAM, Fala de 3 de maio de 1855, Anexo [Roteiro de Viagem do Vapor Monarca da cidade de Barra até Nauta, no Peru – por João Wilkens de Mattos, p. 39], p. 52.

<sup>277</sup> RPPPA, Fala de 1º de outubro de 1849, Anexo 15 [Relação nominal das parciais e encarregados das Missões Indígenas da Província do Pará] e Anexo 16 [Mapa das Missões da Província do Pará].

<sup>278</sup> RPPAM, Relatório de 7 de setembro de 1858, Anexo M, [Relatório de João Wilkens de Mattos, Diretor Geral de Índios da Província do Amazonas, datado de 25 de agosto de 1858], p. 12.

afluentes do médio Japurá (hoje conhecido como paraná do Bo-Bo) por onde se chegava  margens do rio Uneixi e, de l, ao médio rio Negro nas proximidades de Barcelos.<sup>279</sup>

Tratava-se também de um rio pouco navegado e do qual se tem poucos registros durante o século XIX. Antes de Karl F. von Martius, que percorreu o Japurá no final de 1819 e início de 1820,<sup>280</sup> poucos se aventuraram pelo Japurá, além das equipes de demarcação de limites do governo português. Foi somente com a exploração da borracha no final do século XIX e início do século XX que este rio passou a ser explorado pelos “brancos”. Por isso, durante o período provincial presume-se que se tratava de uma região ainda repleta de índios, muitos ainda não conhecidos e/ou contatados e vistos como “selvagens”, a exemplo dos Maku.

Mas as referências sobre a população de índios do Japurá no século XIX são escassas e contraditórias. Embora sem quantificar a população, Martius refere-se a uma diversidade étnica considerável composta pelos Kaixana, Coeruna, Coreto, Jumana, Juri, Miranha, Passé, Uamana entre outros povos que eram constantemente descidos para o Solimões. Nos dados relativos à população da diretoria do Japurá relacionados nos levantamentos de 1856 a 1866, foram mencionados os Carapan, Kaixana, Curetú, Jacuna, Jahuma, Jury, Miranha e Pass (Cf. Quadro 11).

Já para o engenheiro Silva Coutinho, que percorreu o Japurá entre março e maio de 1864, o rio Japurá era um “deserto”, uma vez que de sua foz até o rio Apaporis havia apenas “12 choupanas com 70 habitantes, entre eles muitos Miranhas resgatados”.<sup>281</sup>

No entanto a partir dos relatos de Silva Coutinho,  possível localizar vários desses grupos índigenas ao longo do rio Japurá e seus afluentes. Segundo ele, os Kaixana viviam nas cachoeiras do rio Moc-Mirim, a cinco dias da foz do Japurá e apareciam vez ou outra nas margens do Japurá  procura de cacau. Os ndios Curetú habitavam duas malocas e foram vistos na margem esquerda do rio Cupaty, mas habitavam também o rio Mirity-Paraná. Já os Maku que ainda se encontravam em “estado nômade”, tinham suas malocas entre os rios Japurá e Negro. Os Miranha estavam localizados entre o rio Cainari e a

<sup>279</sup> Cf. PORRO, Antônio. “Antigo comércio ndigena”. In: *Povo das águas: ensaios de etno-história amazônica*. Rio de Janeiro: Vozes, 1995, p. 125-134; FAULHABER, Priscila. *O Lago dos Espelhos: etnografia do saber a fronteira em Tefé/Amazonas*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1998, p. 80.

<sup>280</sup> Cf. “A viagem do Dr. Martius, de Egas pelo Japurá acima, até a catarata de Araraquara e, de regresso, até a Barra do Rio Negro”. In: SPIX E MARTIUS. *Viagem pelo Brasil (1817-1820)*. Tradução de Lúcia Furquim Lahmeyer. Belo Horizonte; Itiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1981, p. 205-260.

<sup>281</sup> Após viajar pelo Madeira e Purus, Silva Coutinho viajou também pelo Japurá até o Apaporis, em 1864, cujo relato foi transcrito pelo presidente da Província do Amazonas. Cf. RPPAM, Relatório do presidente, Adolfo de Barros Cavalcante de Albuquerque Lacerda, de 1 de outubro de 1864, p. 30.

cachoeira Maracanau-coára, margem direita, e no rio Cuemaui seguindo sua margem esquerda. E, finalmente, os Passé ou Xomana não foram mais encontrados por Silva Coutinho.<sup>282</sup>

h) Diretoria de índios do Juruá. Situava-se no rio Juruá, um dos principais afluentes da margem direita do Solimões, desemboca abaixo de Fonte Boa. Quando a província do Amazonas separou-se do Pará, Caetano Luiz Simpson, era diretor dos índios do Juruá.<sup>283</sup> Já sob o governo amazonense, foi nomeado para o cargo João da Cunha Corrêa em 24 de junho de 1855.<sup>284</sup> A população indígena da diretoria do Juruá, no entanto, só foi contada pelo governo provincial em 1858, quando aparece com 426 índios aldeados. Em 1866, esse número subiu para 558 índios das seguintes etnias: Araná, Catauixi, Kacire, Canamare (Kanamari), Katukina, Maraua, Narauê e Nêua,<sup>285</sup>

Assim como o Japurá, o Juruá era também um rio pouco explorado até o *boom* da borracha no final do século XIX. Por isso, sua exploração com objetivo de descimento de índios era um dos objetivos da política indigenista do governo provincial para esta região. Em 1858 o diretor João da Cunha Correa, recebeu 600\$000 réis para fazer uma viagem de exploração ao território de sua diretoria. Segundo João Wilkens de Mattos, então diretor geral de índios da Província, o relatório apresentado por João da Cunha Corrêa não continha informações relevantes a não ser a de que os índios daquela diretoria eram pacíficos.<sup>286</sup>

Contudo, um levantamento feito por este diretor parcial antes dessa viagem mostra a quantidade de índios e as etnias por maloca na diretoria do Juruá. Nele, vemos os 426 índios aldeados nesta diretoria, divididos em nove malocas ao longo do curso do Juruá e afluentes.

---

<sup>282</sup> RPPAM, Relatório do presidente, Adolfo de Barros Cavalcante de Albuquerque Lacerda, de 1º de outubro de 1864, p. 30.

<sup>283</sup> RPPPA, Fala de 1º de outubro de 1849, Anexo 15 [Relação nominal das parciais e encarregados das Missões Indígenas da Província do Pará] e Anexo 16 [Mapa das Missões da Província do Pará].

<sup>284</sup> RPPAM, Relatório de 7 de setembro de 1858, Anexo M, [Relatório de João Wilkens de Mattos, Diretor Geral de Índios da Província do Amazonas, datado de 25 de agosto de 1858], p. 12.

<sup>285</sup> RPPAM, Relatório de 7 de setembro de 1858, Anexo M, p. 9-11 e RPP-AM, Relatório de 24 de junho de 1866, Anexo II [Relatório da Diretoria Geral de índios da Província do Amazonas, de 27 de janeiro de 1866], p. 332.

<sup>286</sup> RPPAM, Relatório de 7 de setembro de 1858, Anexo M, [Relatório de João Wilkens de Mattos, Diretor Geral de Índios da Província do Amazonas, datado de 25 de agosto de 1858], p. 11-12.

**Quadro 14**  
**Mapa das malocas e etnias indígenas da diretoria de índios do Juruá - 1858**

Maloca	Nº de índios	Etnia	Nº de casas
Abacaxi	16	Maraua	4
Andirá	48	Catauixi	7
Araçary	30	Catauixi	4
Beréo	17	Maraua	3
Meaerua	80	Maraua	13
Parauá	61	Araná	3
Pupunha	39	Canamare	3
Tucuna	29	Catauixi	4
Xué	106	Araná	4
Totais: 9 malocas	426	7	45

Fonte: RPPAM, Relatório de 7 de setembro de 1858, Anexo M, [Relatório de João Wilkens de Mattos, Diretor Geral de Índios da Província do Amazonas, datado de 25 de agosto de 1858], p. 11.

i) Diretoria de índios de Jurupari-Tapera. Situada na margem direita do alto curso do Solimões no rio Jurupari-Tapera, abaixo do igarapé Capacete. Formada por índios Kokama esta diretoria teve vida curta. Aparece apenas no censo de 1856, com um total de 117 índios. Foi seu encarregado Manoel Jezuino de Azevedo Gomes.<sup>287</sup> O conde Rozwadowski passando por essa diretoria em 1853 disse que ela era formada por índios Tikuna,<sup>288</sup> o que é muito provável, uma vez que essa área era habitat tradicional desses índios. Os levantamentos posteriores a 1856 não se referem mais a essa diretoria que por sua proximidade geográfica deve ter se juntado posteriormente à diretoria de Tabatinga.

Em 1847, Jurupari-Tapera era uma aldeia e foi visitada por Paul Marcoy na ocasião de sua passagem pelo Solimões. Embora o nome sugira um lugar abandonado, Marcoy fala dessa aldeia com admiração. Nela havia cerca de 12 casas “tão bancas, limpas e bem ordenadas”, cercadas por uma “fileira de laranjeiras” que surpreendeu o viajante. Ainda de acordo com este viajante, esse povoado teria sido fundado cerca de 11 anos antes de sua visita, portanto, em 1836, por índios Kokama e Omágua.<sup>289</sup>

j) Diretoria de índios do Jutai: Esta diretoria localizava-se na margem direita do alto curso do rio Solimões, no rio que lhe deu o nome. Quando o Amazonas foi elevado à

<sup>287</sup> RPPAM, Relatório de 8 de julho de 1856, Anexo nº 11, p. 33.

<sup>288</sup> RPPAM, Fala de 1º de agosto de 1854, p. 43-44.

<sup>289</sup> MARCOY, Paul. *Viagem pelo Rio Amazonas*. Tradução e notas de Antônio Porro. Manaus: Governo do Estado do Amazonas, Secretaria de Cultura, Turismo e Desporto; Editora da Universidade do Amazonas, 2001, p. 54-55. Os Omágua são os mesmos Kambeba e são chamados assim pelo hábito que tinham de achatar a cabeça dos recém-nascidos em tábuas. Cf. MACIEL, Benedito. *Op. cit.* 2013.

categoria de província, era diretor dos índios do Jutai, Estevão Reis da Penha de França.<sup>290</sup> Já em 1853 era diretor dos índios do Jutai, Justo José Domingues que, ao que tudo indica, ficou no cargo até 1858,<sup>291</sup> quando foi nomeado Joaquim José Félix pelo presidente José Furtado.<sup>292</sup> O rio Jutai faz parte também da lista de rios pouco navegados e explorados economicamente pelo menos até a alta da exploração da borracha no final do século XIX.

De acordo com censos das diretorias de índios, faziam parte da diretoria parcial de Jutai os índios Aricoá, Kaixana, Katukina, Maracá e Mura. A população de índios dessa diretoria foi informada em duas oportunidades: no levantamento de 1857, quando aparece com 1.908 e no de 1866, quando se observa uma queda acentuada da população para 509 índios.<sup>293</sup>

k) Diretoria de índios do Içá: Esta diretoria localizava-se no rio Içá, um importante afluente da margem esquerda do alto Solimões e que dava acesso ao território colombiano, onde é chamada de Putumayo, palco de muitos conflitos e exploração do trabalho e da mão de obra indígena por seringalistas no final do século XIX e início do XX. As fontes do governo provincial apontam uma população de índios Jury, Mariaté, Passé, Tikuna e Xomana que foi diminuindo ao longo das décadas de 50 e 60 do século XIX: 283 indivíduos em 1856; 210 no ano seguinte e; apenas 69 em 1866.<sup>294</sup> Foram diretores de índios no rio Içá: Francisco de Paula Bitencourt, nomeado ainda no governo paraense<sup>295</sup> e que permaneceu no cargo até 1858, quando assumiu Marcos José de Oliveira.<sup>296</sup>

l) Diretoria de índios do Mimiá e Juçara. Esta diretoria tinha uma geografia muito particular. Cobria o rio Mimiá, um afluente da margem direita do médio Solimões que desemboca abaixo do rio Coari e, o furo Juçara que liga o paraná Acará à margem esquerda

<sup>290</sup> RPPPA, Fala de 1º de outubro de 1849, Anexo 15 [Relação nominal das parciais e encarregados das Missões Indígenas da Província do Pará] e Anexo 16 [Mapa das Missões da Província do Pará].

<sup>291</sup> RPPAM, Relatório de 8 de julho de 1856, Anexo nº 11, p. 33.

<sup>292</sup> Cf. ESTADO DO AMAZONAS. *Revista do Arquivo do Amazonas*, Ano II, Vol. II, Nº. 7, Manaus: Imprensa Oficial, 23 de outubro de 1907, p. 92 e RPPAM, Relatório de 7 de setembro de 1858, p. 12.

<sup>293</sup> RPPAM, Relatório de 8 de julho de 1856, Anexo nº 11, p. 33; RPPAM, Fala de 1º de outubro de 1857, p. 24; RPPAM, Relatório de 7 de setembro de 1858, Anexo M, p. 9-11 e RPPAM, Relatório de 24 de junho de 1866, Anexo II [Relatório da Diretoria Geral de índios da Província do Amazonas, de 27 de janeiro de 1866], p. 332.

<sup>294</sup> *Ibid.*, p. 332.

<sup>295</sup> RPPPA, Fala de 1º de outubro de 1849, Anexo 15 [Relação nominal das parciais e encarregados das Missões Indígenas da Província do Pará] e Anexo 16 [Mapa das Missões da Província do Pará].

<sup>296</sup> RPPAM, Relatório de 7 de setembro de 1858, Anexo M, p. 12.

do Solimões, em frente à então vila de Coari <sup>297</sup>, onde ficava a diretoria de índio do Acará. A diretoria de Mamiá e Juçara só foi mencionada no levantamento de 1866 com uma população de 27 índios Mura. <sup>298</sup>

m) Diretoria de índios de Manacapuru. Foi criada antes da elevação do Amazonas à categoria de província e teve como último encarregado na administração paraense, Manoel de Souza Marques. <sup>299</sup> Já no governo amazonense, teve como encarregado José Lourenço de Encarnação, nomeado provavelmente em 1853, ocupando o cargo até 1856. Dois anos depois o cargo de diretor dos índios Manacapuru estava vago. Em novembro de 1854, João Wilkens de Mattos, a bordo do vapor “Monarcha”, numa viagem que fez da cidade da Barra a Nauta no Peru, encontrou 80 índios Mura em Manacapuru trabalhando na pesca, na extração de óleo de copaíba e na coleta de castanha. <sup>300</sup>

Formada por índios Mura, a população desta diretoria foi estimada em 70 índios em 1857, 103 no ano seguinte e em 206 no ano de 1866. <sup>301</sup> Sua área geográfica abrangia o lago e o rio Manacapuru, afluente da margem esquerda do Solimões, já próximo da sua junção com o rio Negro.

n) Diretoria de índios de Manaquiri. Diretoria situada no paraná de Manaquiri, uma região de muitos lagos grandes como os de Manaquiri e de Janauacá, margem direita do Solimões, abaixo da desembocadura do rio Purus. Uma antiga diretoria que teve como último encarregado no governo paraense Antônio José Brandão. <sup>302</sup> Já no governo amazonense teve como encarregado a partir de 1853, Estanislau Joaquim dos Santos Barreto. Sua população só foi contada no levantamento das diretorias de índios de 1857, quando aparece com 394 índios Mura. <sup>303</sup> Um número bem menor daquele apontado pelo conde Rozwadowski em 1853, quando percorreu o Solimões a mando do presidente da

<sup>297</sup> Localização feita a partir da *Carta Coreográfica do Império do Brasil* de Conrado Jacob Niemeyer, 1857 e do *Mapa Geográfico do Estado do Amazonas* de Ermanno Stradelli, 1901. (Cf. NIEMEYER, *Op. cit.* 1857; STRADELLI, *Op. cit.* In: FONTANA, *Op. cit.*, 2006.

<sup>298</sup> RPPAM, Relatório de 24 de junho de 1866, Anexo II [Relatório da Diretoria Geral de índios da Província do Amazonas, de 27 de janeiro de 1866], p. 332.

<sup>299</sup> RPPA, Fala de 1º de outubro de 1849, Anexo 15 [Relação nominal das parciais e encarregados das Missões Indígenas da Província do Pará] e Anexo 16 [Mapa das Missões da Província do Pará].

<sup>300</sup> RPPAM, Fala de 3 de maio de 1855, Anexo [Roteiro de Viagem do Vapor Monarca da cidade de Barra até Nauta, no Peru – por João Wilkens de Mattos, p. 8], p. 21.

<sup>301</sup> RPPAM, Relatório de 8 de julho de 1856, Anexo nº 11, p. 33; RPP-AM, Fala de 1º de outubro de 1857, p. 24; RPPAM, Relatório de 7 de setembro de 1858, Anexo M, p. 9-11; RPPAM, Relatório de 24 de junho de 1866, Anexo II [Relatório da Diretoria Geral de índios da Província do Amazonas, de 27 de janeiro de 1866], p. 332.

<sup>302</sup> RPPA, Fala de 1º de outubro de 1849, Anexo 15 [Relação nominal das parciais e encarregados das Missões Indígenas da Província do Pará] e Anexo 16 [Mapa das Missões da Província do Pará].

<sup>303</sup> RPPAM, Fala de 1º de outubro de 1857, p. 24.

Província do Amazonas, Ferreira Penna. Naquela ocasião, Manaquiri tinha uma população de 500 índios Mura.<sup>304</sup>

o) Diretoria de índios de Paratary. Esta diretoria situava-se no lago do mesmo nome que desemboca no Solimões, um pouco abaixo do rio Purus e era composta de índios Mura e Aricoá, mas sua população não apareceu nas fontes consultadas (Cf. Quadro 11), embora seu nome tenha sido citado nos levantamentos da população indígena de 1857, 1858 e 1866. Ainda no governo paraense, esta diretoria reunia os índios do Lago de Codajás e de Paratary (o primeiro na margem esquerda e o segundo na margem direita do Solimões) e teve com encarregado no ano de 1849, Thomaz José Pereira Guimarães (Cf. Quadro 06). Em 1853, já no governo amazonense, Paratary teve como encarregado Manoel Feliz Gomes. (Cf. Quadro 07).

p) Diretoria de índios de São Paulo de Olivença. Uma das mais importantes diretorias de índios do Solimões era formada pelos índios Jury, Kaixana, Kokama e Tikuna (Cf. Quadro 11) e situava-se na vila de São Paulo de Olivença, margem direita do Solimões, próximo do rio Jandiatuba. Em 1854, João Wilkens de Mattos passando por São Paulo de Olivença mencionou também os índios Kambeba, Passé e Xumana.<sup>305</sup> De fato, essa região é historicamente conhecida pela presença dos Kambeba, mas estes índios não aparecem nos levantamentos das diretorias de índios do governo provincial. Viajantes e naturalistas da primeira metade do século XIX, mencionam os Kambeba vivendo em pequenos grupos familiares nessa região, já bastante misturados com a população tida na época como não indígena.<sup>306</sup>

A diretoria parcial de São Paulo de Olivença foi criada após a elevação do Amazonas à categoria de Província e teve como primeiro diretor em 1853 Antônio José Ribeiro (Cf. Quadro 07). Entre 1856 e 1857, era diretor José Patrício de Sant'Ana.<sup>307</sup> Em 30 de abril de 1857, no entanto, foi nomeado o padre Manoel Ferreira Barreto como diretor dos índios de

<sup>304</sup> RPPAM, Fala de 1º de agosto de 1854, p. 39.

<sup>305</sup> RPPAM, Fala de 3 de maio de 1855, Anexo [Roteiro de Viagem do Vapor Monarca da cidade de Barra até Nauta, no Peru – por João Wilkens de Mattos, p. 39-41], p. 50-52

<sup>306</sup> Cf. MACIEL, Benedito do Espírito Santo Pena. *Op. cit.* 2003, p. 59-64.

<sup>307</sup> RPPAM, Relatório de 8 de julho de 1856, Anexo n.º 11, p. 33 e RPP-AM, Relatório de 7 de setembro de 1858, Anexo M, p. 12.

São Paulo de Olivença.<sup>308</sup> A população de índios dessa diretoria foi estimada em: 329 no levantamento de 1856; 399 no ano seguinte e; 112 no ano de 1866.<sup>309</sup>

q) Diretoria de índios de Tabatinga. A sede administrativa desta diretoria situava-se na vila do mesmo nome, na fronteira do Império do Brasil com a Colômbia e o Peru, margem direita do Solimões, onde também ficava o Forte de Tabatinga. Fundado em 1766, o Forte de Tabatinga foi descrito por Paul Marcoy em 1847 como um lugar decadente que se constituía de “uma escada rústica cavada no barranco” que dava acesso ao rio, “duas casas de madeira coberta de palha” que serviam de residência para os militares, um “edifício estreito e longo” aonde funcionava a caserna, uma pequena construção onde ficava o mastro da bandeira do Brasil e, quatro peças de artilharia de bronze, já esverdeada pelo tempo. Atrás do povoado ficava uma dúzia de “cabanas onde vivem as parceiras morenas dos defensores do posto junto com alguns casais Ticuna”.<sup>310</sup>

O território da diretoria de Tabatinga, contudo, abrangia ambas as margens do alto rio Solimões, atingindo oito localidades ou aldeamentos. Seu primeiro diretor foi o frei Bernardo de Nossa Senhora de Nazareth Ferreira, nomeado em 27 de fevereiro de 1856 pelo presidente da província José Francisco Furtado.<sup>311</sup>

A diretoria de Tabatinga era formada por índios Tikuna e Mayoruna (grafado como Mangerona nas fontes do período) e aparece nos levantamentos populacionais da província com os seguintes dados: 1856, já havia sido criada, mas não tinha diretor e nem foi apresentada sua população; 1857, 169 índios; 1858, 419 índios e; 1866, 429 índios.<sup>312</sup> Fazendo a viagem de retorno a cidade da Barra em 1854, Wilkens de Mattos estimou a população de Tabatinga em 80 índios das etnias Mayoruna e Tikuna para quem distribuiu ferramentas agrícolas, fazendas, espelhos, missangas e agulhas.<sup>313</sup>

<sup>308</sup> RPPAM, Relatório de 7 de setembro de 1858, Anexo M, p. 12.

<sup>309</sup> RPPAM, Relatório de 8 de julho de 1856, Anexo nº 11, p. 33; RPP-AM, Fala de 1º de outubro de 1857, p. 24; RPPAM, Relatório de 24 de junho de 1866, Anexo II [Relatório da Diretoria Geral de índios da Província do Amazonas, de 27 de janeiro de 1866], p. 332.

<sup>310</sup> MARCOY, Paulo. *Op. cit.* p. 48-50.

<sup>311</sup> RPPAM, Relatório de 7 setembro de 1858, Anexo M [Relatório de João Wilkens de Mattos, Diretor Geral de índios da Província do Amazonas, datado de 25 de agosto de 1858], p. 12.

<sup>312</sup> RPPAM, Relatório de 8 de julho de 1856, Anexo nº 11, p. 33; RPPAM, Fala de 1º de outubro de 1857, p. 24; RPPAM, Relatório de 7 de setembro de 1858, Anexo M, p. 9-11 e RPPAM, Relatório de 24 de junho de 1866, Anexo II [Relatório da Diretoria Geral de índios da Província do Amazonas, de 27 de janeiro de 1866], p. 332.

<sup>313</sup> RPPAM, Fala de 3 de maio de 1855, Anexo [Roteiro de Viagem do Vapor Monarca da cidade de Barra até Nauta, no Peru – por João Wilkens de Mattos, p. 76], p. 89.



De acordo com as informações repassadas pelo seu diretor parcial frei Bernardo de Nossa Senhora de Nazareth Ferreira ao Diretor Geral de Índios da Província, João Wilkens de Mattos, a população de índios da diretoria de Tabatinga em 1858 estava assim distribuída:

**Quadro 15**  
**Diretoria de Índios de Tabatinga no censo de 1858**

<b>Maloca ou localidade</b>	<b>Nº de índios</b>	<b>Etnia</b>	<b>Nº de casas</b>
Araçatuba	20	Mayoruna	5
Capacete	61	Tikuna	6
Jauary (1ª maloca)	61	Tikuna	7
Jauary (2ª maloca)	58	Tikuna	5
Javacica	62	Tikuna	4
Mariaçu	52	Tikuna	6
Mística ao Forte	40	Tikuna	6
Surara	55	Tikuna	2
Totais (8 localidades)	419	02	41

Fonte: RPPAM, Relatório de 7 de setembro de 1858, Anexo M [Relatório da Diretoria Geral de índios do Amazonas, datado de 23 de agosto de 1858], p. 10.

r) Diretoria de índios de Tefé. Esta diretoria aparece somente nos dados das diretorias de índios de 1866, mas não foi informada sua população, nem os índios nela aldeados, muito menos ainda seu diretor. Contudo, em 1854 João Wilkens de Mattos diz que encontrou em Tefé os índios Katukina.<sup>314</sup> Porém, ao que parece, esta diretoria nunca funcionou, pois, justamente no ano de 1866 quando foi criada, o governo imperial modificou o Regulamento das Missões de 1845, extinguindo o cargo de diretor parcial e os demais cargos existentes nas diretorias e passou o cargo de direção dos aldeamentos e do governo local dos índios aos religiosos capuchinhos.

s) Diretoria de índios de Tonantins. Situava-se no rio Tonantins, um afluente da margem esquerda do alto rio Solimões. Criada ainda no governo paraense, tinha como diretor no ano de 1849 Francisco de Paula. Nos levantamentos das diretorias de índios de 1853 e 1856, aparece como diretor dos índios de Tonantins Felipe Joaquim Batalha, que administrava em 1856 uma população de 317 índios Kaixana.<sup>315</sup> No ano seguinte, era 367 o número de índios aldeados em Tonantins e, em 1866, esse número desceu para 102.<sup>316</sup>

<sup>314</sup> RPPAM, Fala de 3 de maio de 1855, Anexo [Roteiro de Viagem do Vapor Monarca da cidade de Barra até Nauta, no Peru – por João Wilkens de Mattos, p. 20], p. 33.

<sup>315</sup> RPPAM, Relatório de 8 de julho de 1856, Anexo nº 11, p. 33.

<sup>316</sup> RPPAM, Fala de 1º de outubro de 1857, p.24 e, RPPAM, Relatório de 24 de junho de 1866, Anexo II [Relatório da Diretoria Geral de índios da Província do Amazonas, de 27 de janeiro de 1866], p. 332

<sup>316</sup> RPPAM, Relatório de 8 de julho de 1856, Anexo nº 11, p. 33.

- 3.2.5 – *Região do rio Purus*. No rio Purus foram criadas cinco diretorias de índios: a do Purus, foi criada antes da elevação do Amazonas à categoria de província em 1850. Consta na documentação da Província do Pará que era diretor dos índios do rio Purus em 1849, Manoel Vicente Barbosa de Oliveira.<sup>317</sup> No ano de 1853 era encarregado dos índios dessa região, Manoel Urbano da Encarnação (Cf. Quadro 07) e em 1858 foi nomeado Manoel Nicolau de Mello.<sup>318</sup> (Cf. também Quadro 09).

A população de índios Mura e de outras etnias que compunham essa diretoria, contudo, não foi publicada nos levantamentos populacionais da província. João Wilkens de Mattos ao passar pela foz do Purus em abril de 1854, fez uma lista da diversidade de etnias que habitava aquela região: Apolina, Caripuna, Catauixi, Corocati, Iutana, Jamamadi, Katukina, Kokama, Mamuru, Mura, Purupuru, Sipó e Taranha.<sup>319</sup>

No levantamento de 1866, a diretoria de índios do rio Purus não aparece mais. Contudo, tudo leva a crer que neste mesmo ano, o governo criou outras cinco diretorias de índios neste rio: a) diretoria de índios do alto Purus, que aparece com uma população expressiva de 7.500 índios de diversas etnias; b) a diretoria de índios do rio Ituxi, com população de 246 índios aldeados; c) a diretoria de índios de Tupaam (ou Tupã), com uma população de 295 índios; c) a diretoria de índios de Arumã, onde residiam 331 índios aldeados e; d) a diretoria de índios de Aiapuã, cujo número de habitantes não foi divulgado.<sup>320</sup> (Cf. também Quadro 11).

A multiplicação do número de diretorias de índios em meados da década de 1860, no rio Purus chama a atenção por duas razões: uma se refere ao fato de ser nesta década que o rio Purus começa a aparecer nos RPPAM fortemente vinculado aos altos índices de conflitos e de violência envolvendo as populações indígenas e, ao mesmo tempo, uma série de respostas dos índios a essa violência, como veremos na segunda parte desta tese e; outra, pelo fato de ser justamente no ano de 1866 que o governo imperial passou a administração das aldeias aos missionários capuchinhos, extinguindo o cargo de diretor parcial.

<sup>317</sup> RPPPA, Fala de 1º de outubro de 1849, Anexo 15 [Relação nominal das parciais e encarregados das Missões Indígenas da Província do Pará] e Anexo 16 [Mapa das Missões da Província do Pará].

<sup>318</sup> RPPAM, Relatório de 7 de setembro de 1858, Anexo M, p. 12.

<sup>319</sup> RPPAM, Fala de 3 de maio de 1855, Anexo [Roteiro de Viagem do Vapor Monarca da cidade de Barra até Nauta, no Peru – por João Wilkens de Mattos, p. 12], p. 25.

<sup>320</sup> RPPAM, Relatório de 24 de junho de 1866, Anexo II [Relatório da Diretoria Geral de índios da Província do Amazonas, de 27 de janeiro de 1866], p. 332.

Os levantamentos populacionais e as informações dos RPPAM sobre as diretorias de índios da Província do Amazonas não dão maiores informações sobre as diretorias de índios do rio Purus. Entretanto, o relato da viagem de Manoel Urbano feito por João Martins da Silva Coutinho em 1861, traz informações não apenas sobre as diversas etnias e suas localizações, como também sobre seu modo de vida. Consta neste relatório que Manoel Urbano estimou a população de índios do rio Purus, no ano de 1861, em 5.000 pessoas, um número bem superior ao que foi divulgado pelo governo cinco anos depois. Ele teria passado por 26 malocas de índios de várias etnias, coletando dados históricos, geográficos e culturais. Tais informações podem ser resumidas da seguinte maneira:

- 18 malocas dos índios Ipurinã (ou Apurinã). Estes índios habitavam uma grande extensão geográfica do alto rio Purus, andavam nus, não trabalhavam na agricultura com regularidade e eram guerreiros. Passavam boa parte do tempo preparando enfeites e utensílios para fins de guerra e, por isso, eram temidos e respeitados por outros grupos da região.<sup>321</sup>

- 02 malocas dos índios Jamamady. Consta que estes índios eram numerosos e trabalhavam na agricultura e na caça. Os homens andavam nus e as mulheres com uma tanga.

- 02 malocas dos índios Jubery. Estes índios viviam nas várzeas e sofriam de muitas doenças de pele como impigens. Talvez, por isso, os Jubery são citados por Manoel Urbano como “feios e asquerosos”. Eram grandes pescadores, faziam pequenas roças e eram inclinados à música. Diz o relatório que estes índios acreditavam que “sofrendo e cantando abrandam a ferocidade dos inimigos”.<sup>322</sup>

- 01 maloca dos índios Kanamary que viviam da agricultura e plantavam algodão, com o qual as mulheres faziam “redes de boa qualidade”. As mulheres andavam com uma tanga e os homens nus.

- 03 malocas dos índios Meneteneri. Estes índios situavam-se na fronteira do Brasil com a Bolívia e eram os “mais numerosos” de acordo com Manoel Urbano. Plantavam algodão, fiavam e teciam grandes redes e vestidos para as mulheres. Viviam às margens dos rios. Segundo o relatório eram “bem feitos e bonitos”. Manoel Urbano acreditava que eles

---

<sup>321</sup> RPPAM, Relatório de 30 de março de 1862, Anexo [Documento N° 3, p. 1], p. 92.

<sup>322</sup> *Ibid.*, p. 4; p. 95.

não eram índios do Brasil, não apenas pela distância que estavam do Amazonas, mas por seus costumes.<sup>323</sup>

Embora não tenha quantificado as aldeias, o relatório sobre a viagem de Manoel Urbano informa também a existência dos índios Pamana que habitavam o rio Ituxi e que se dedicavam a agricultura. Eram de pele clara, “bem feitos e bonitos” e fabricavam seus próprios utensílios de trabalho e, segundo o relatório, não tinham conhecimento das ferramentas dos “brancos”.<sup>324</sup> Eram, portanto, índios sem contato com a sociedade nacional.

### 3.3 – As Missões, os aldeamentos e os índios sob a administração eclesiástica de 1866 a 1889.

Quando tratamos dos aspectos gerais da política indigenista na Província do Amazonas, no capítulo anterior, já havíamos mencionado que em 11 de setembro de 1866, o presidente da Província do Amazonas emitiu uma portaria publicando a decisão do Ministério dos Negócios da Agricultura e Obras Públicas, de 7 de março do mesmo ano, que suprimia as diretorias parciais de índios da província e, como consequência extinguiu os cargos públicos para elas designados pelo Regulamento de 1845, tais como os de: diretor parcial, tesoureiro e cirurgião, passando aos missionários a direção dos aldeamentos na Província do Amazonas.

A decisão ministerial coroou um esforço extraordinário de Dom Macedo da Costa e de outros líderes da Igreja Católica que estavam descontentes com a submissão dos missionários aos diretores leigos, estes fortemente denunciados por abusos de poder, por uso indevido da mão de obra indígena e por outros desmandos no interior dos aldeamentos. Havia, de acordo com os relatórios administrativos do governo provincial, uma ideia geral da truculência e da ineficácia do trabalho dos diretores, como também de que eles deveriam ser substituídos pelos religiosos sobre quem, aliás, a maioria das autoridades depositava esperança de sucesso do processo de civilização dos índios.

Mas havia quem justificasse as atitudes dos diretores parciais, fossem por problemas da própria política indigenista do governo, fossem por questões mais gerais do sistema econômico e social. Em seu relatório de junho de 1866, o presidente Antônio Epaminondas

---

<sup>323</sup> RPPAM, Relatório de 30 de março de 1862, Anexo [Documento N° 3, p. 3], p. 94.

<sup>324</sup> *Ibid.*, p. 4; p. 95.

de Mello admitiu a ineficácia do sistema de trabalho no qual os índios estavam inseridos, dizendo que:

[...] por haver na Província poucos escravos e pouca gente ou nenhuma apta aos diferentes serviços da sociedade, quer públicos, quer particulares, os Diretores parciais, se não todos, a maior parte, sempre auxiliaram com os braços dos índios alguns trabalhos e [de] melhoramentos materiais, principalmente no fornecimento de tripulantes para as canoas, guias expressos, etc.<sup>325</sup>

Em setembro de 1866, já sabendo da decisão do governo imperial, o vice-presidente Gustavo Adolfo Ramos Ferreira discordou do alarde que se fazia contra os diretores. Para ele, a culpa pelo insucesso deste aspecto da política indigenista estava no abandono, na falta de fiscalização, de apoio e de remuneração aos diretores que, na verdade, teriam sido vítimas dos que tentavam usufruir dos seus cargos. E acrescenta que recebeu na capital as visitas dos tuxauas de Abacaxis e dos índios de Canumã que foram lhe pedir um diretor, ameaçando se embrenhar na mata, caso não fossem atendidos.<sup>326</sup>

Ao evocar esta demanda dos índios de Abacaxis e Canumã, Ramos Ferreira não estava sublinhando, obviamente, o poder de pressão e a intensa participação dos índios na execução da política indigenista da província o que já foi apontado no capítulo anterior desta tese, mas ele estava saindo em defesa dos diretores leigos que haviam sido, para ele, vítimas dos que queriam explorar os índios, aproveitando-se do isolamento, da falta de apoio e de fiscalização a que os índios naquela momento estariam submetidos. O vice-presidente, contudo, não negava a importância da “utilidade” da catequese dos índios ser entregue aos missionários, mas, para missionários “bons e verdadeiramente dedicados”.<sup>327</sup>

Deste modo, mesmo contando com o amparo legal e com o apoio de várias autoridades, os missionários, agora no cargo de diretores dos aldeamentos, não iriam ter vida fácil.

Já sob o controle legal dos religiosos nos aldeamentos, observa-se uma série de medidas concretas e de crítica dos presidentes da Província do Amazonas à nova forma de gestão dos aldeamentos e do próprio trabalho dos missionários. Em 1868, o presidente da província João Wilkens de Mattos, ex-diretor geral dos índios, ressaltou a ineficácia do

<sup>325</sup> RPPAM, Relatório de 24 de junho de 1866, p. 308.

<sup>326</sup> RPPAM, Relatório de 5 de setembro de 1866, p. 25-26.

<sup>327</sup> *Ibid.*, p. 25.

“inaplicável” e “absurdo” Regulamento das Missões e que ele estava empenhado em “fazer sair das matas” os índios Assahy, cuja população chegava naquele ano a 1.200 pessoas e que estava providenciando a doação de brindes ao principal daquele povo, João de Lima, que naquele ano lhe visitara na capital.<sup>328</sup> Entretanto, essa política de descimento de índios das matas era a continuação de uma velha estratégia repisada desde os tempos coloniais e, muito utilizada pelos missionários.

Em 1870, o mesmo João Wilkens de Mattos, voltou a criticar os resultados da política indigenista praticada pelos missionários nas missões e aldeamentos. Segundo ele, mesmo em rios com muita população indígena “desejando a civilização”, como no Purus, nada havia alterado para melhorar o trabalho de civilização dos índios desde a mudança do Regulamento e, isso estava se dando principalmente por causa da falta de padres. Na oportunidade, o presidente disse que esperava que Dom Macedo da Costa conseguisse cinco padres para o Purus. Esses cinco padres, solicitados pelo presidente não eram apenas e, muito menos prioritariamente, para a catequese dos índios, mas para administrar as cinco diretorias parciais que o governo havia criado em 1866. Todavia, ao que parece, a urgência das ações indigenistas no Purus não podia esperar uma resposta da Igreja, que na verdade nunca ocorreu, pelo menos nos termos que esperava Wilkens de Mattos. Por isso, o presidente cuidou de tratar com o conhecido cidadão Manoel Urbano, ex-diretor parcial do Purus, os “meios práticos e eficientes” para aldear os índios daquele rio.<sup>329</sup>

Nos relatórios dos anos de 1877 e 1881, o governo provincial fez um rápido balanço das “colônias-missões” existentes na Província. A partir desses dados pode-se tecer um rápido diagnóstico dessas Missões-colônias:

a) *Missão do Caldeirão*. Situava-se no alto rio Solimões, nas proximidades da atual aldeia de Belém do Solimões habitada por índios Tikuna, no município de Tabatinga. Esta Missão foi fundada em 1872 e entregue ao comando do frei Angelo Fratteggini de Perugia e mais cinco frades Menores Observantes.<sup>330</sup> De acordo com o relatório de 1877, do governo da Província de Amazonas, já constava, no entanto, que a Missão do Caldeirão era a mais precária de todas. Suas casas somavam 19 e estavam em ruínas. Sem paredes, não davam ideia de “civilização”, mas de “barbárie”. Neste ano houve uma recomendação do

<sup>328</sup> RPPAM, Relatório de 4 de abril de 1869, p. 474.

<sup>329</sup> RPPAM, Relatório de 25 de março de 1870, p. 1.3.

<sup>330</sup> Fontes da Igreja, no entanto, apontam que esta Missão foi criada em 1870 e perdurou por nove anos. Cf. HÜTTRNER, Edison. *A Igreja Católica e os Povos Indígenas do Brasil: os Tikuna da Amazônia*. EDIPUCRS, 2009, p. 78-79.

governo de fechar esta missão e instalar em seu lugar uma povoação, porque os índios não consideravam mais aquela como “sua moradia”.<sup>331</sup>

b) *Missão Conceição do Purus*. Trabalharam nesta missão os freis Matheus Caniani e Venancio Zilocchi. No início, fizeram várias tentativas de aldear os índios Hiamamady (ou Jamamady), mas sofreram a oposição dos índios Ipuruinã (ou Apurinã). Após várias tentativas acabaram estabelecendo a Missão no rio Mamuriá-Miri, um afluente do rio Purus.<sup>332</sup>

c) *Missão de São Francisco*. Localizava-se à margem esquerda do rio Machado, afluente do alto rio Madeira, estava sob a administração do frei Theodoro Maia Protararo. Suas casas eram construídas com certa “regularidade” e os índios trabalhavam na agricultura e na fabricação de canoas. O estado sanitário era bom, na avaliação do governo. A Missão tinha 46 fogos e contava com 146 almas, pertencentes aos índios Arara e Torá.

Para o governo era a mais próspera de todas, uma vez que já tinha alguns meninos que sabiam ler, escrever e contar.<sup>333</sup> Isso acabou se confirmando, pois, em 1881, ela já contava com 400 moradores e um comércio que rendia de 15 a 16 contos de réis anualmente. A agricultura havia crescido, haja vista que além da produção para o sustento, os índios vendiam cerca de 1.000 *paneiros* de farinha por ano. As casas, mesmo sendo cobertas com palha, um símbolo de atraso, eram todas “barreadas” e tinham portas e janelas “a gostos dos brancos”. Na escola havia aulas diariamente e eram frequentadas por 70 meninos.<sup>334</sup>

d) *Missão de São José de Maracujá*. Fundada pelos freis José Villa e Venancio Zilocchi, reunia os índios dos rios Içana e Uaupés, afluentes do rio Negro. Nesta missão frei Villa teria realizado cerca de 600 batizados e 100 casamentos em maio de 1878.<sup>335</sup> Em 1881, esta Missão recebeu os índios da *Missão do rio Ituxi* que não chegou a prosperar, devido à falta de pessoal.

e) *Missão de São Pedro*. Situada à margem direita do rio Madeira, era habitada, basicamente, por índios Mura que se dedicavam à pesca e à extração de óleo de copaíba. Tinha 11 casas e cerca de 90 pessoas. O presidente culpou o missionário responsável pela decadência desta Missão.<sup>336</sup> Em 1879, a Missão de São Pedro foi fechada por conta de uma

<sup>331</sup> RPPAM, Relatório de 26 de maio de 1977, p. 38.

<sup>332</sup> RPPAM, Fala de 29 de março de 1879, p. 34.

<sup>333</sup> RPPAM, Relatório de 25 de março de 1872, p. 20 e RPPAM, Relatório rio de 26 de maio de 1977, p. 37.

<sup>334</sup> RPPAM, Fala de 4 de abril de 1881, p. 38-39.

<sup>335</sup> RPPAM, Fala de 29 de março de 1879, p. 34.

<sup>336</sup> *Ibid. Ibidem.*

violenta epidemia de varíola que matou grande número de índios e afugentou os sobreviventes.

f) *Missão do rio Uaupés*. Esta Missão ficava situada no rio do mesmo nome, afluente do rio Negro e foi confiada ao frei Venâncio Zilocchi que percorria todo os afluentes do rio Negro e, principalmente, do rio Uaupés batizando, casando e estudando os melhores locais para estabelecer missões. Esta Missão era formada por cinco missões menores e oito capelas espalhadas ao longo do rio Uaupés. Ao todo reunia cerca de 400 índios.<sup>337</sup>

Seguindo as trilhas deixadas nos RPPAM a respeito do trabalho das missões, principalmente no rio Negro, é possível visualizar os aldeamentos, as etnias e o número de índios que fizeram parte dos aldeamentos missionários após 1866. No relatório do presidente Joaquim Cardoso de Andrade, de setembro de 1888, há uma lista dos aldeamentos da região do rio Negro, no qual se pode ver a existência de 16 aldeamentos nos rios Papury, Tiquié e Uaupés com uma população de 3.357 índios aldeados. Veja o quadro seguinte.

**Quadro 16**  
**População indígena das missões do alto rio Negro, 1888.**

Rio	Aldeamento	Etnia	Nº de índios
Papury	Santa Lúcia	Maku	318
Tiquié	São José de Maracujá	Tukano	266
	São Padre de Alcântara	Tukano	188
	Santa Izabel do Tucano	Tukano	189
	Santa Maria de Nazareth	Tukano	266
Uaupés	Conceição	Tariano	40
	La Rapecuma	Tariano	70
	Nossa Senhora da Trindade	Tariano	86
	Santo Antônio de Javarite	Tariano	404
	São Bernardino	Tariano	130
	São Francisco de Taraquá	Tariano	318
	São Leonardo	Tariano	162
	São Miguel	Tariano	166
	São Pedro Apóstolo	Tariano	80
	Umary	Tariano	86

Fonte: Organizado pelo autor a partir dos dados do RPPAM, Relatório de 5 de setembro de 1888, p. 89.

Constam também nessa lista mais 3.771 índios de diferentes etnias ainda não aldeados, mas que eram visitados pelos missionários do alto rio Negro. Estes índios estavam distribuídos da seguinte maneira: a) rio Cadoyari, 986 índios Curera; b) rio Içana, 892 índios Carapanã; c) rio Papury, 669 índios Maku e 324 índios Itumiri (Piratapuya); d) rio Queirary,

<sup>337</sup> RPPAM, Fala de 4 de abril de 1881, p. 38-39



900 índios Manioas (?).<sup>338</sup> Juntando essa população aos índios aldeados e que aparecem no Quadro acima, temos uma população de 7.128 índios aldeados ou que tinham contato com os missionários e, portanto, com a política indigenista, no alto rio Negro no ano de 1888.

\* \* \*

Ao que parece, mesmo com pequenas oscilações, estas foram as principais Missões mantidas pelos capuchinhos na Província do Amazonas. Um número, como se vê, bastante inferior em relação às diretorias parciais comandadas pelos diretores leigos até 1866.

Sem o número necessário de religiosos para estas Missões e seus aldeamentos espalhados pelo interior da Província, outros agentes do Estado começaram a participar mais intensamente do trabalho com os índios, provocando novos problemas. Em 1879, por exemplo, o juiz de direito do Solimões foi advertido para não “encomendar” os trabalhos dos índios Miranha do rio Japurá porque a Colômbia reclamava o pertencimento desses índios que vieram do território daquele país no início do século XIX.<sup>339</sup> Na verdade, no final da década de 1870 e início dos anos de 1880, a extração da borracha começava a ganhar grandes proporções naquela região e a mão de obra dos Miranha era importante não apenas para as pretensões dos extratores brasileiros, como também dos colombianos.

Ao que tudo indica, a importância da mão de obra indígena era também a razão para as ações do governo do Amazonas no sentido de continuar o aldeamento dos índios em outras regiões da província, mesmo naquelas onde tinha poucos padres. As cobranças e as críticas do governo provincial passaram a ser cada vez mais frequentes à Ordem dos Capuchinhos, não apenas para o envio de novos padres para as Missões, mas também por resultados mais concretos.

Em resposta, a Igreja anunciou em 1871 a chegada de seis padres capuchinhos observantes à Província do Amazonas, mas o governo logo advertiu que esse número era insuficiente. Como consequência, neste mesmo ano o frei Samuel Mancini fundou uma Missão no rio Madeira, próximo à freguesia de Santo Antônio. Para esta Missão foram designados os freis Jesualdo Machotti e Theodoro Marsafra.<sup>340</sup>

---

<sup>338</sup> RPPAM, Fala de 4 de abril de 1881, p. 38.

<sup>339</sup> RPPAM, Exposição de 15 de outubro de 1879, p.12

<sup>340</sup> RPPAM, Relatório de 25 de março de 1871, p. 9.

Em 1884, uma comissão comandada pelo botânico João Barbosa Rodrigues esteve entre os Crichaná no rio Jauapery (ou Yauapery), afluente da margem esquerda do baixo rio Negro com o objetivo de pacificação destes índios. Dois anos depois, o governo provincial já aguardava o envio de um capuchinho para fundar uma Missão entre os Crichaná do rio Jauapery.<sup>341</sup> Em junho daquele ano de 1866, chegaram da Europa mais dois padres capuchinhos. Um morreu de febre amarela, logo depois de entrar no Brasil, outro, foi designado para esta nova Missão. Contudo, pelas dificuldades de iniciar os trabalhos daquela nova Missão o padre ficou na vila de Moura, em frente à boca do rio Jauapery aguardando providências do governo e de seus superiores para enfim iniciar seu trabalho junto aos índios.<sup>342</sup> No ano seguinte, mais dois religiosos vindos da Itália chegaram à Província do Amazonas, eram os freis: Iluminato Coppi e Pedro Antônio Petrilli.

A necessidade de formar novas Missões era uma demanda constante do governo provincial para retomar ou até melhorar o trabalho nas antigas diretorias parciais, muitas já extintas ou desestruturadas por falta de pessoal. Mas, a formação de uma nova Missão junto aos índios não era algo fácil de ser realizado. Muitos fatores, desde aqueles relacionados às dificuldades de conseguir trazer missionários do exterior, alocação de recursos, aquisição de materiais e de infraestrutura, até a aclimação dos missionários e a aquisição de pessoal auxiliar qualificado, como os imprescindíveis “índios intérpretes”, constituíam variáveis difíceis de serem conjugadas em curto espaço de tempo.

Um exemplo disso, foi registrado pelo frei capuchinho Jesualdo Machetti, prefeito das Missões no Amazonas. Em relatório enviado ao presidente da província, datado de 18 de agosto de 1888, frei Jesualdo menciona a resposta que deu ao presidente da província em relação à urgente demanda de fundar a Missão do rio Jauapery. Ao responder ao governo sobre tal demanda o missionário ponderou que não poderia enviar os padres recém chegados da Europa, pois não tinham experiência. Logo depois, o próprio frei Jesualdo se propôs ir à região da nova Missão, na companhia de dois outros padres, mas a viagem não ocorreu por falta de uma lancha para realizar o transporte.<sup>343</sup>

Sabendo que precisava de pessoal de apoio para a Missão, frei Jesualdo combinou com as autoridades da capital para enviar o frei Venancio Zilocchi às missões do rio Uaupés com a finalidade de trazer gente para ajudar na nova empreitada. Essa viagem durou de

---

<sup>341</sup> RPPAM, Relatório de 25 de março de 1886, p. 24.

<sup>342</sup> *Ibid.*, p. 23.

<sup>343</sup> RPPAM, Relatório de 25 de setembro de 1888, Anexo 13, p. 1.

agosto a dezembro de 1886. Frei Venancio retornou à capital da província com várias famílias de índios daquele rio. Agora já tinha gente suficiente para dar início aos trabalhos práticos de estruturação da Missão com os Crichaná. Todavia, faltavam intérpretes. Para resolver este outro problema, frei Jesualdo acertou com frei Venancio, que este fosse com seu pessoal até às cabeceiras do rio Branco e trouxesse alguns índios que por aquele rio se comunicavam com o Juaupery e que, portanto, falavam as línguas dos índios do rio Juaupery. Consta no relatório do frei Jesualdo que depois de “tantas dificuldades e oposição da parte dos brancos”, frei Venancio e seu pessoal conseguiram trazer dois índios intérpretes que se estabeleceram na vila de Moura e passaram a aguardar autorização para entrar no Juaupery, o que só ocorreu em maio de 1887, quando a equipe do frei Venancio entrou naquele rio e fez um roçado.<sup>344</sup> Enfim, a Missão do Juaupery teve início.

Entretanto, as dificuldades financeiras, a falta de pessoal e as mudanças de prioridades dos governos provinciais colocara desde o início empecilhos para aquela Missão. Em julho de 1887, o presidente da província Conrado Jacob de Niemeyer chamou mais uma vez frei Jesualdo à capital, para dar novas ordens. A prioridade agora era a formação de uma outra Missão no alto rio Branco, vista como estratégica pelo governo provincial. O prefeito apostólico, argumentou que não tinha missionários suficientes para esta nova empreitada, a não ser que fechasse alguma Missão já em andamento. A solução convergente foi paralisar os trabalhos no rio Uaupés. Os missionários deste rio, freis Estanislau Falcó e Pedro Batista Pieroni, foram chamados à capital para se colocar à disposição da nova empreitada no rio Branco.

A primeira providência foi enviar o frei Illuminato Coppi ao rio Branco para visitar a área. No seu relatório frei Illuminato Coppi sugeriu a criação de duas missões naquele rio. Porém, a troca de governo na província naquele ano, interrompeu esse processo e os missionários retornaram ao rio Uaupés. Os índios intérpretes que já estavam designados para o rio Branco ficaram na localidade de Moura.<sup>345</sup>

Esses dois episódios acima mencionados demonstram algumas características da política indigenista na Província do Amazonas após a mudança realizada no ano de 1866. De certo modo, elas marcam esse novo momento da política indigenista com participação mais intensa dos missionários, mas, por outro lado, demonstram uma continuidade do momento anterior, quando os diretores leigos eram encarregados dos aldeamentos.

---

<sup>344</sup> RPPAM, *Ibid. Idem.*

<sup>345</sup> RPPAM, Relatório de 25 de setembro de 1888, Anexo 13, p. 2-3.

Em primeiro lugar, observou-se que o governo provincial continuava comandando as ações mais amplas e de caráter mais estratégicos, cabendo aos missionários capuchinhos a administração dos trabalhos internos nas missões ou aldeamentos. As evidências disto, são as constantes interferências do governo no destino dos missionários, nas alocações das missões e na manutenção do cargo de diretor geral nas mãos dos leigos, até pelo menos o ano de 1872, quando ainda aparece como ocupante deste cargo o major Gabriel Antônio Ribeiro Guimarães. Em segundo lugar, essas idas e voltas nas decisões em relação à política indigenista, ilustradas no caso da Missão do rio Branco e, que no fundo dependiam da composição do governo na capital, dificultavam o trabalho continuado das missões e, até mesmo, a execução dos poucos recursos destinados à catequese e civilização dos índios. Só para se ter uma ideia, no ano de 1888, dos 11.200\$000 orçados para este fim apenas 1.804\$239 foram executados. E esse orçamento era um dos mais baixos da administração provincial, inferior até mesmo ao orçamento destinado ao Seminário São José e ao Museu Botânico.<sup>346</sup>

Por outro lado, ficam evidentes também as dificuldades da Igreja para conseguir novos missionários no exterior, aclimatá-los nos sertões da província e até mesmo conseguir ajudantes como os intérpretes e os trabalhadores para construir uma nova Missão entre os índios.

Por fim, verificou-se claramente que sem os índios, ou mais especificamente, sem a mão de obra indígena, fosse na condição de ajudantes qualificados, “intérpretes”, fosse para realizar trabalhos em geral na limpeza do local, na agricultura familiar, na construção da estrutura necessária às novas instalações, na atividade de remeiros e guias, bem como na participação efetiva na vida social e religiosa dessas missões, não era possível criar novos aldeamentos missionários ou continuar os já existentes.

Deste modo, os índios continuavam tendo papel importante e, por causa disto, podiam ser decisivos no sucesso ou no fracasso do trabalho missionário e, por conseguinte, da política indigenista como um todo. Portanto, a forma como eles agiam e reagiam aos projetos e às práticas indigenistas dos missionários e de outras agentes foi, também nesse momento, um elemento importante, se não central, na execução e nos resultados da política indigenista na Província do Amazonas. Na segunda parte desta tese, examinaremos mais detalhadamente como os índios reagiram nas diferentes regiões da província.

---

<sup>346</sup> RPPAM, Relatório de 5 de setembro de 1888, p. 78.

Finalmente, fazendo um balanço geral a partir da documentação consultada a respeito das Missões que levaram a cabo a política indigenista na Província do Amazonas após a mudança do Regulamento de 1845, as do rio Negro foram tidas pelo governo como as mais “promissoras” porque, reuniam o maior número de índios aldeados. Porém, é necessário considerar também que elas são as mais bem documentadas nos relatórios provinciais. Outras aparecem bem menos nas fontes oficiais do governo e só uma pesquisa em outras fontes, como nos documentos da Igreja pode elucidar melhor esta questão.<sup>347</sup> Tarefa que pode ser feita em trabalho específico no futuro.

De um modo geral, e isso já apontamos no capítulo anterior, após o fim das diretorias parciais comandadas pelos diretores leigos, a nova estrutura, baseada nas “missões/colônias” sob a direção dos religiosos, não conseguiu responder aos desejos e aos interesses do governo imperial no Amazonas.

Em 1873 o governo provincial fez pesadas críticas ao trabalho dos missionários junto aos índios. De acordo com a visão oficial, a catequese nada tinha produzido em relação à “civilização” dos índios. E uma das razões mais evidentes apontada pelo governo era que o padre do século XIX “não se dedica à civilização dos índios com aquela abnegação e sacrifício de que a história, em outras épocas, registra exemplos edificantes e eloquentes”. Segundo o governo, os missionários não penetravam mais as florestas “com a cruz e a palavra de Deus” para “arrancá-los a ignorância”. Mas contentavam-se em se estabelecer nas margens dos rios, nas bocas dos igarapés e ali erguiam uma capela fora do povoado para agrupar e batizar os índios, que uma vez batizados, recebiam também “os vícios e os maus hábitos” da civilização. Outro fator era a “independência” que a nova legislação – referindo-se à mudança do Regulamento em 1866 - dava aos missionários. Para o governo isto não permitia que aquele ramo de serviço público tivesse a “conveniente direção”. Contudo, o governo negava a necessidade de voltar a submeter o trabalho dos missionários às autoridades civis, mas propôs a criação de uma “repartição especial” dirigida por “profissionais” para propor a localização das Missões e fiscalizar as despesas e a aplicação dos recursos.<sup>348</sup>

---

<sup>347</sup> Registra-se que no âmbito desta pesquisa não foi possível consultar a documentação de uso restrito da Igreja tanto pela dificuldade de localização, quanto pela falta de disponibilidade e de acesso ao público em geral. Por essa razão e pela abrangência temporal do tema aqui estudado, a história indígena e do indigenismo na Província do Amazonas, optou-se pelas informações das fontes mais disponíveis nos RPPAM que de certa forma ainda são pouco exploradas.

<sup>348</sup> RPPAM, Fala de 25 de março de 1873, p. 44.

Entretanto, o próprio governo provincial admitia que não eram os missionários os únicos culpados por esse insucesso, pois, eles sofriam com as dificuldades de transporte, alimentação, aclimação, doenças e até a falta de segurança individual. E mais, que a Província do Amazonas não poderia sanar estas dificuldades com os recursos de que dispunha.<sup>349</sup> Ou seja, o próprio governo não conseguiu estruturar a sua política indigenista para alcançar os resultados que ele mesmo esperava.

Na verdade, o que o governo queria eram “resultados práticos”, ou seja, o aldeamento do maior número possível de índios e sua “civilização”, que significava, em outras palavras, a incorporação deles à sociedade regional como força de trabalho. Aliás, diga-se de passagem, aqui “civilização” tem um sentido muito particular. Não se tratava de incorporar os índios por meio da catequese e da educação ao espaço dos cidadãos, com direito políticos e com acesso à educação e a outros direitos civis, mas como uma massa de população aldeada, capaz de fornecer mão de obra para os diferentes tipos de serviços públicos e privados. Para tanto, assinalou o presidente José Lustosa da Cunha Paranaguá em 1883, era necessária uma educação “profissional” e não puramente “mental e religiosa” como vinha sendo realizada.<sup>350</sup>

De acordo com Paranaguá, em 15 anos de governo dos missionários nos aldeamentos, a “civilização” do índio era um fracasso, fosse pelo fato de o novo sistema ter sido ensaiado em pequena escala ou por outro motivo qualquer. Para o presidente Paranaguá, os índios aldeados nesse período estavam apenas “domesticados”, mas não “civilizados”, mesmo nos aldeamentos da Missão do Uaupés, tidos pelo próprio presidente como dos mais promissores, os missionários não tinham conseguido firmar em nenhum deles “um gênero de trabalho regular”. Porém, para o presidente, concorria para isto não apenas o fracasso do trabalho dos missionários, mas o próprio “caráter do índio”, que preferia sua vida “nômade e aventureira” ao “trabalho regular” e ao “conforto do lar”.<sup>351</sup>

Aqui, mais uma vez, como já apontamos em nota anterior, é necessário dizer que por razões de diversas ordens optamos por utilizar apenas as informações sobre a atuação da Igreja neste período a partir dos RPPAM o que de certa forma nos impede de “ouvir” os missionários nesse debate o que certamente levantaria outras questões. Contudo, isso não torna nossa empreitada vã. Pelo contrário, revela com mais clareza a necessidade de

---

<sup>349</sup> RPPAM, Fala de 25 de março de 1873, p. 45.

<sup>350</sup> RPPAM, Relatório de 25 de março de 1883, p. 44-45.

<sup>351</sup> RPPAM, Relatório de 25 de março de 1883, p. 44.

pesquisas específicas e de maior fôlego sobre a presença e o trabalho dos capuchinhos na Amazônia na segunda metade do século XIX, bem como suas relações com os índios e com o Estado; um trabalho que, em grande medida, ainda está por ser feito.

Desta forma, embora sem a “voz” dos capuchinhos, é possível ponderar o discurso de Paranaguá em relação ao “fracasso” do trabalho dos missionários considerando que ele acena tanto para uma discordância com certas ideias e práticas da política indigenista do governo imperial, inclusive, com algumas práticas que o Estado imprimia junto aos índios no período em que os diretores leigos estavam na direção dos aldeamentos e que afinal foram objetos de discordância, denúncias da Igreja, culminando com a mudança do Regulamento de 1845 no Amazonas, como também com a forma como os índios reagiram ao trabalho dos missionários. Assim, é levar considerar o papel dos índios nesse “insucesso” da política indigenista sob a gerência dos capuchinhos na direção das “missões/colônias” não pelo seu “caráter nômade e aventureiro”, mas pela capacidade política dos diferentes grupos indígenas mostrarem sua reação e imprimirem ritmos e sentidos diferentes aos projetos e às ações dos agentes indigenistas.

Por fim, é bom que se diga que essa “resistência” indígena ao processo de “civilização” extraída do discurso do presidente Paranaguá, não corresponde exatamente a uma suposta incapacidade nata ou cultural do índio de se adaptar ou de se relacionar com a cultura ocidental, como sugere o discurso oficial do século XIX, mas às relações que os diversos grupos indígenas estabeleceram com os “brancos” e às diferentes respostas que eles mesmos deram ao processo de colonização. Contudo, não resta dúvida de que uma das faces mais nítidas desse processo foi a violência. Em resposta, os grupos indígenas agiram, reagiram e interagiram de forma diferente com os “brancos”. Por isso, não é possível obter uma única resposta indígena a esse processo. São essas diferentes respostas que vamos ver na próxima parte desta tese.

## Galeria de Imagens<sup>352</sup>

---

<sup>352</sup> Optou-se por colocar algumas imagens encontradas em relatos de viagens do período estudado nesta “galeria”, entre a primeira e a segunda parte da tese, para não comprimi-las entre os parágrafos e não alongar os capítulos. Ressalta-se que sua utilização tem um caráter apenas ilustrativo a respeito de certas paisagens ribeirinhas, das vilas, dos lugares e da população indígena e que, por isso, não entramos na rica, necessária e estimulante discussão teórica e metodológica sobre a produção, utilização e significado das imagens iconográficas nos campos da etnografia e da história social para o século XIX. Ressalta-se, contudo, que era comum que se fizesse nas viagens apenas croquis que, posteriormente, eram retrabalhados para produzir as pranchas que ilustravam os livros, atribuindo-lhes força explicativa ao texto e reiterando certas ideias e imagens reinantes à época. Foi o que ocorreu na viagem de Paul Marcoy (1847) e de Auguste François Biard (1858-59). Os croquis de ambas as viagens foram posteriormente trabalhados por E. Riou, levando sua assinatura e de outros seus ajudantes. No caso da viagem de François Biard os croquis foram feitos por M. Biard durante a viagem. Desta forma não podemos ver essas iconografias como uma “fotografia” da realidade, uma vez que eram feitas a mais de uma mão e em tempos diferentes (no campo e no gabinete). Mas, assim como a fotografia, guardam também certas escolhas temáticas, cenários, organização estrutural e composição, muito de acordo com os interesses tanto dos autores quanto dos editores. Registra-se aqui o caso do cacique Arara, desenhado pela expedição de Biard com toda a sua indumentária, depois de muita negociação. É, portanto, a partir dessas questões e do próprio imaginário do século XIX sobre as populações indígenas que devemos ver o “nu”, o “selvagem” e o “antropofágico” nas imagens das obras aqui utilizadas.



*Posto militar de Tabatinga*



Fonte: MARCOY, Paul, [1847]. Op. cit., 2001, p. 49.

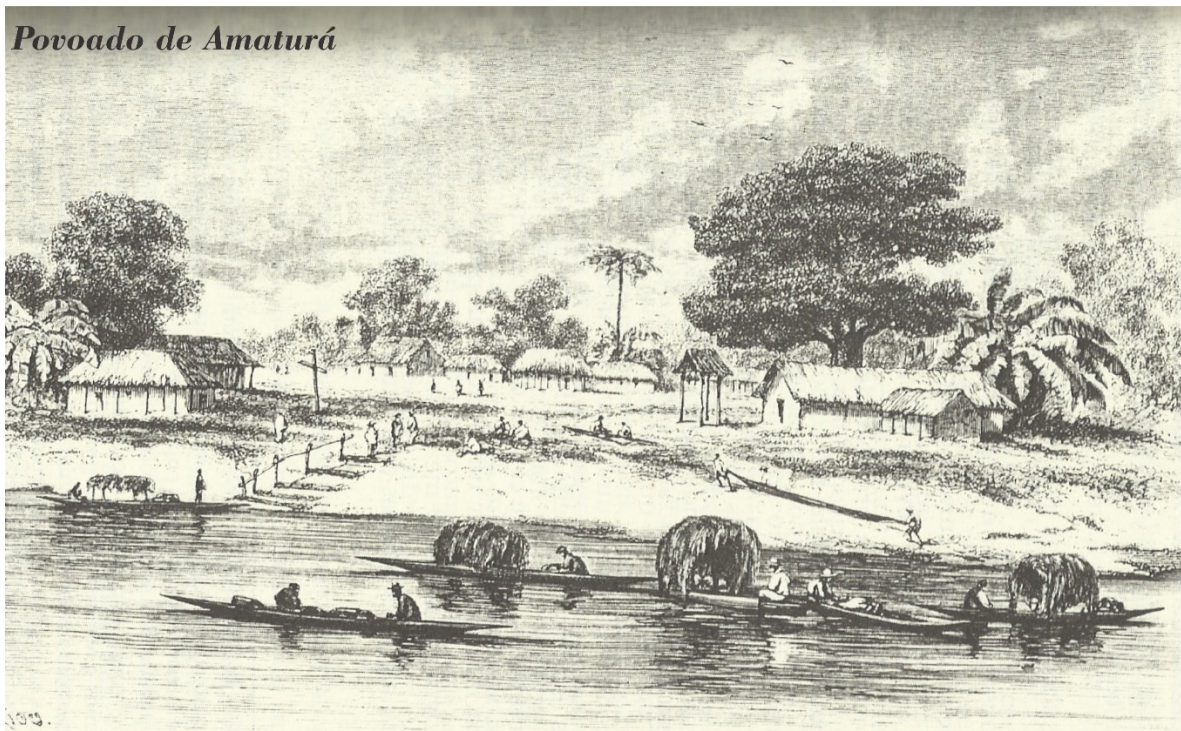
*São Paulo de Olivença*



Fonte: MARCOY, Paul, [1847]. Op. cit., 2001, p. 63.



### *Povoado de Amaturá*



Fonte: MARCOY, Paul, [1847]. Op. cit., 2001, p. 75.

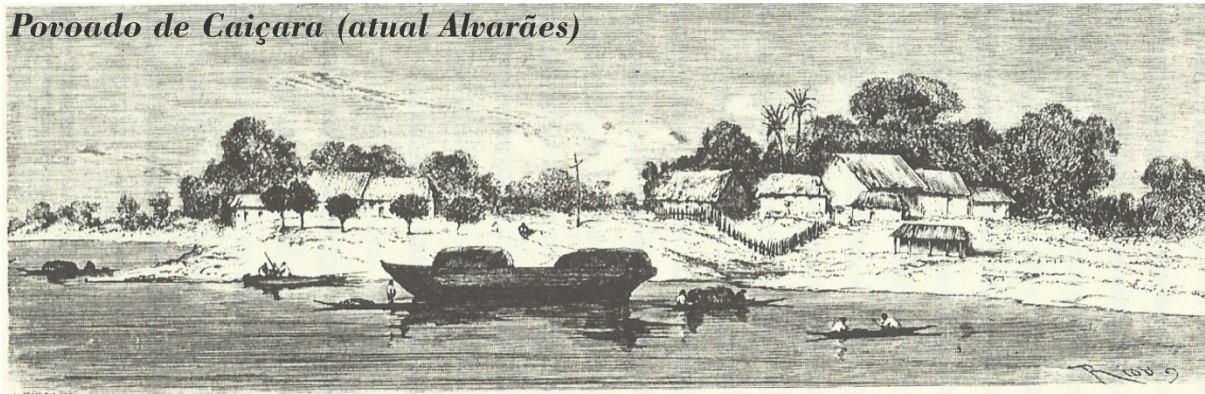
### *Povoado de Santo Antônio do Içá*



Fonte: MARCOY, Paul, [1847]. Op. cit., 2001, p. 79.

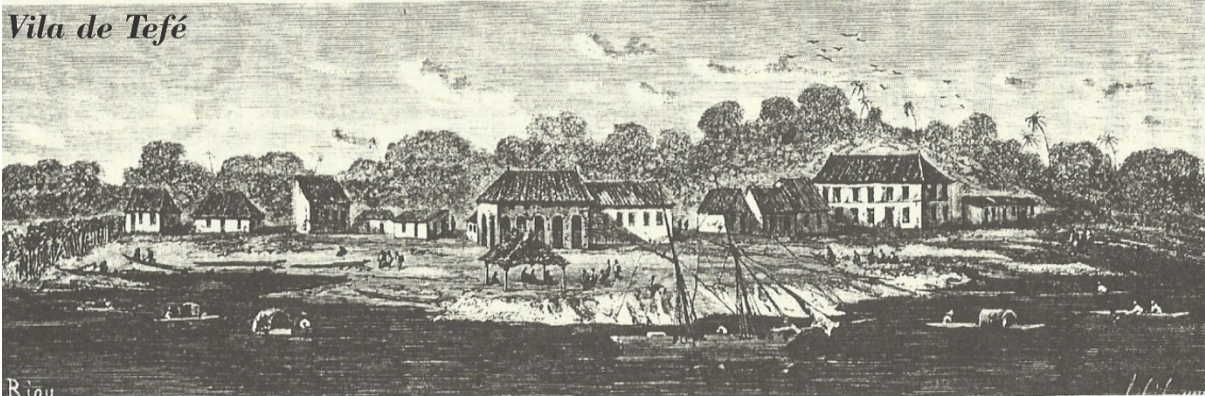


### *Povoado de Caiçara (atual Alvarães)*



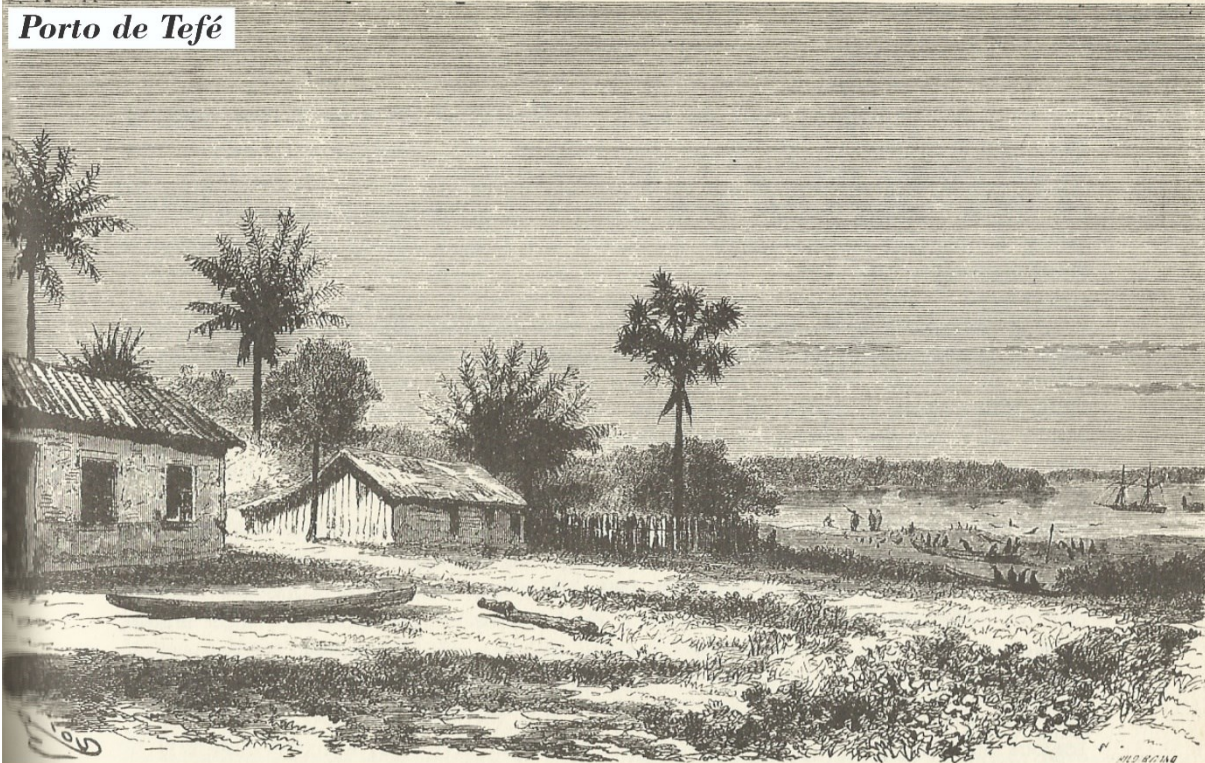
Fonte: MARCOY, Paul, [1847]. Op. cit., 2001, p.104.

### *Vila de Tefé*



Fonte: MARCOY, Paul, [1847]. Op. cit., 2001, p. 108.

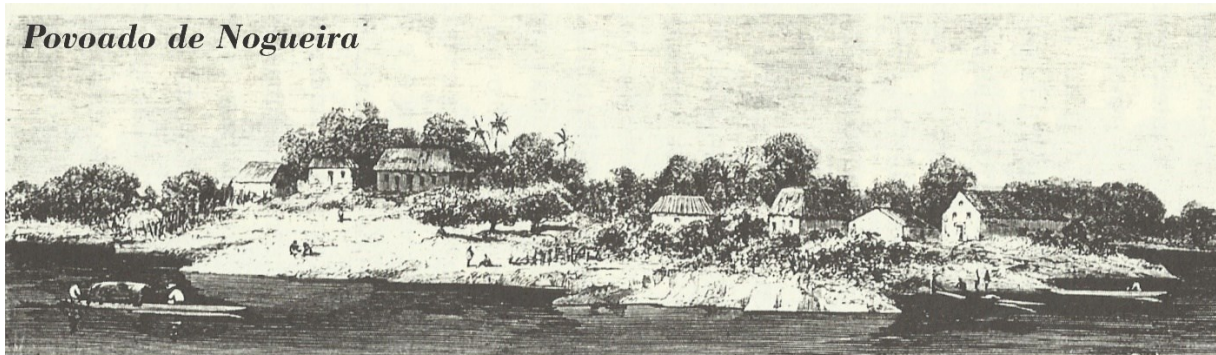
### *Porto de Tefé*



Fonte: AGASSIZ, Luiz e AGASSIZ, Elizabeth C. Op. cit.[1865-1866], 1975, p.141.



### *Povoado de Nogueira*



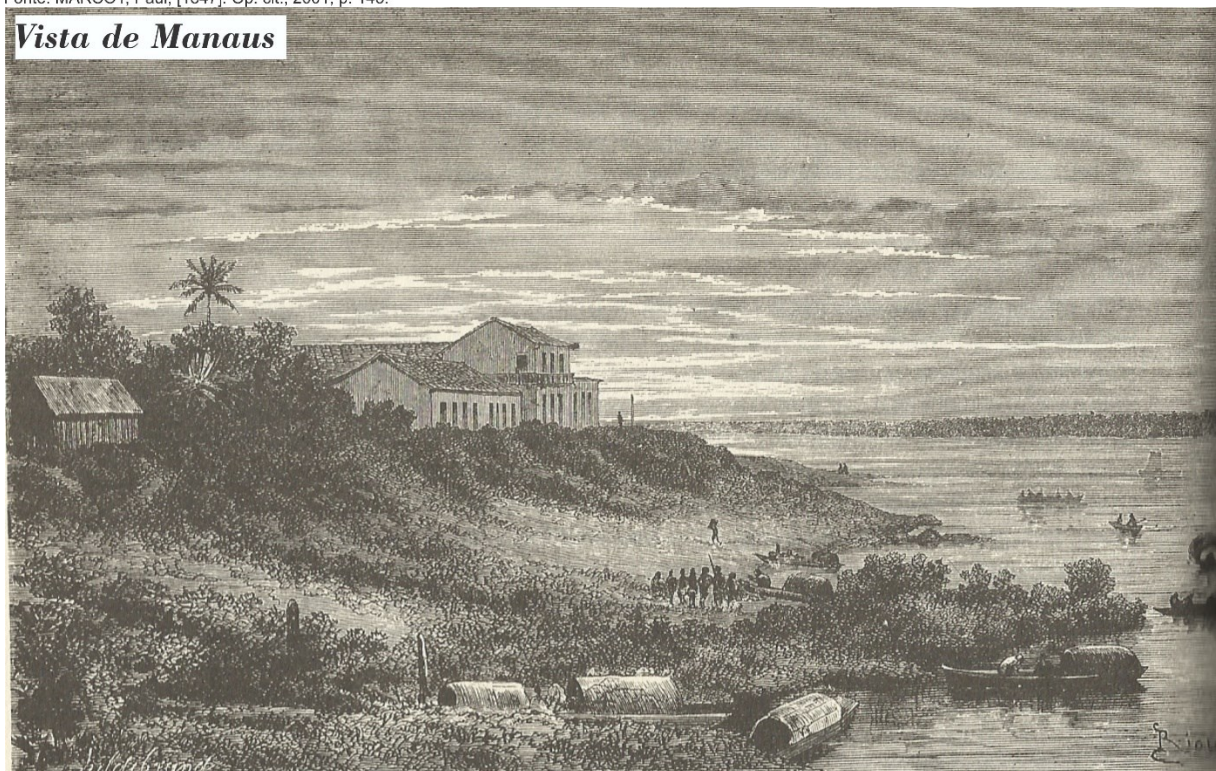
Fonte: MARCOY, Paul, [1847]. Op. cit., 2001, p. 110.

### *Vila de Coari*



Fonte: MARCOY, Paul, [1847]. Op. cit., 2001, p. 145.

### *Vista de Manaus*



Fonte: AGASSIZ, Luiz e AGASSIZ, Elizabeth C. Op. cit. [1865-1866], 1975, p. 170.

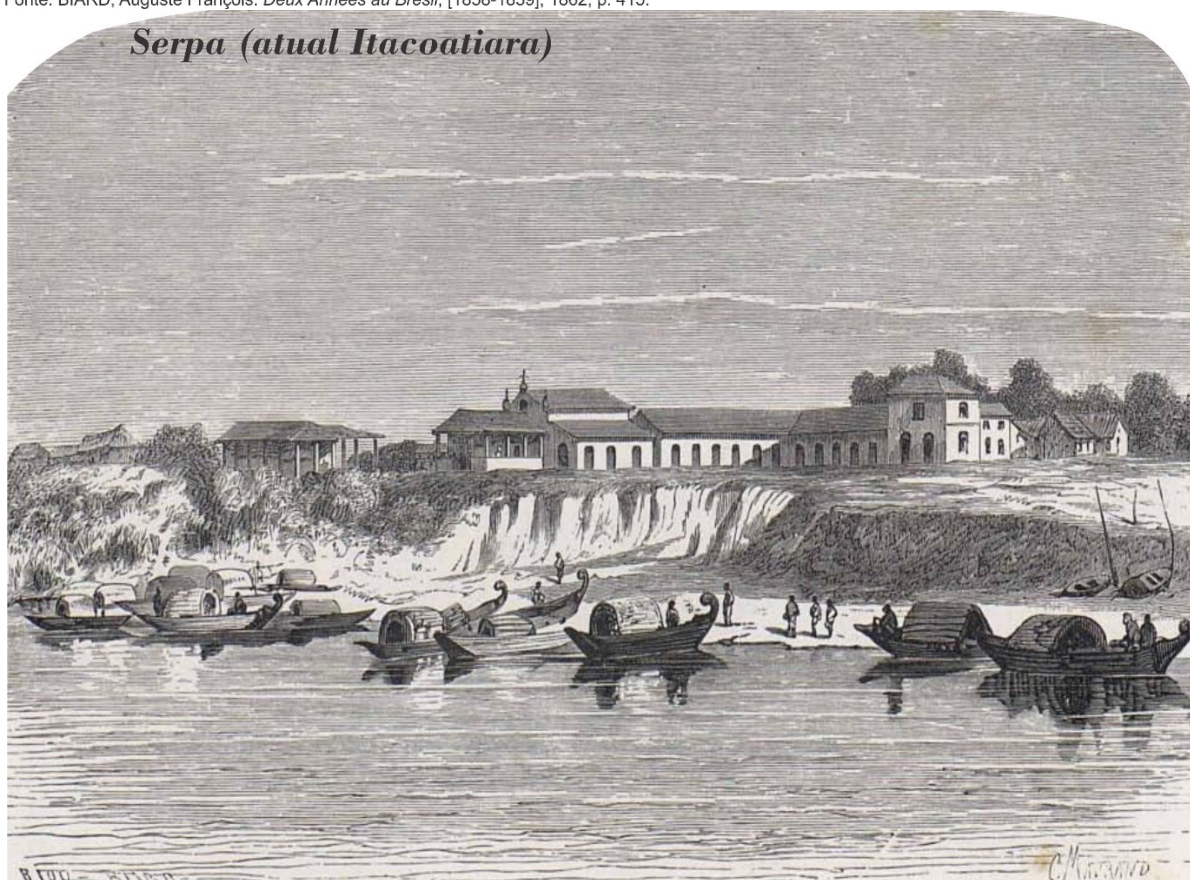


*Palácio da presidência da Província*



Fonte: BIARD, Auguste François. *Deux Années au Brésil*, [1858-1859], 1862, p. 415.

*Serpa (atual Itacoatiara)*



Fonte: BIARD, Auguste François. *Deux Années au Brésil*, [1858-1859], 1862, p. 407.



*Vista de uma fazenda no Rio Maués*



Fonte: BIARD, Auguste François. *Deux Années au Brésil*, [1858-1859], 1862, p. 601.

*Villabella (atual Parintins)*



Fonte: BIARD, Auguste François. *Deux Années au Brésil*, [1858-1859], 1862, p. 403.

*Povoado de Abacaxi, Rio Madeira*



Fonte: BIARD, Auguste François. *Deux Années au Brésil*, [1858-1859], 1862, p. 591.



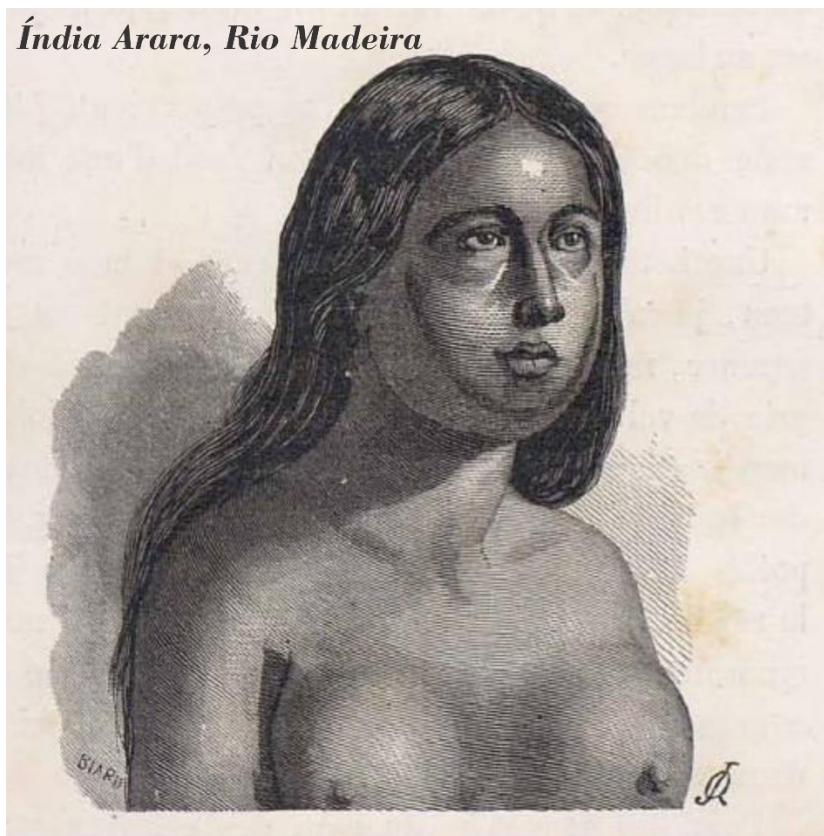
***Cacique Arara, Rio Madeira***



Fonte: BIARD, Auguste François. *Deux Années au Brésil*, [1858-1859], 1862, p. 549.

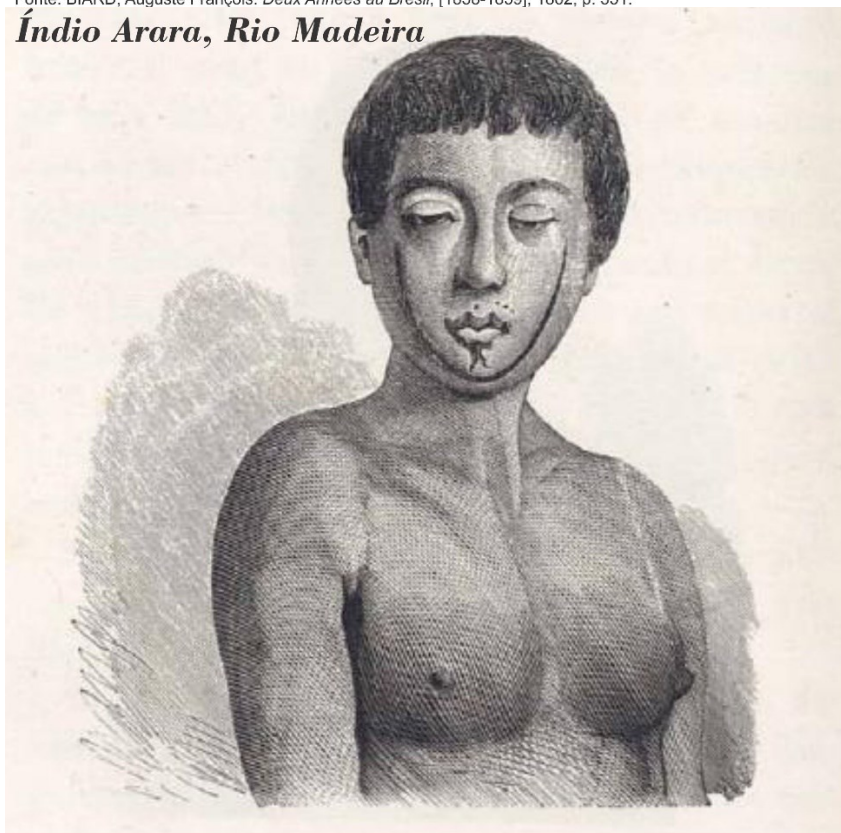


**Índia Arara, Rio Madeira**



Fonte: BIARD, Auguste François. *Deux Années au Brésil*, [1858-1859], 1862, p. 551.

**Índio Arara, Rio Madeira**



Fonte: BIARD, Auguste François. *Deux Années au Brésil*, [1858-1859], 1862, p. 548.

***Cacique dos Mundurucu, Rio Madeira***



Fonte: BIARD, Auguste François. *Deux Années au Brésil*, [1858-1859], 1862, p. 567.

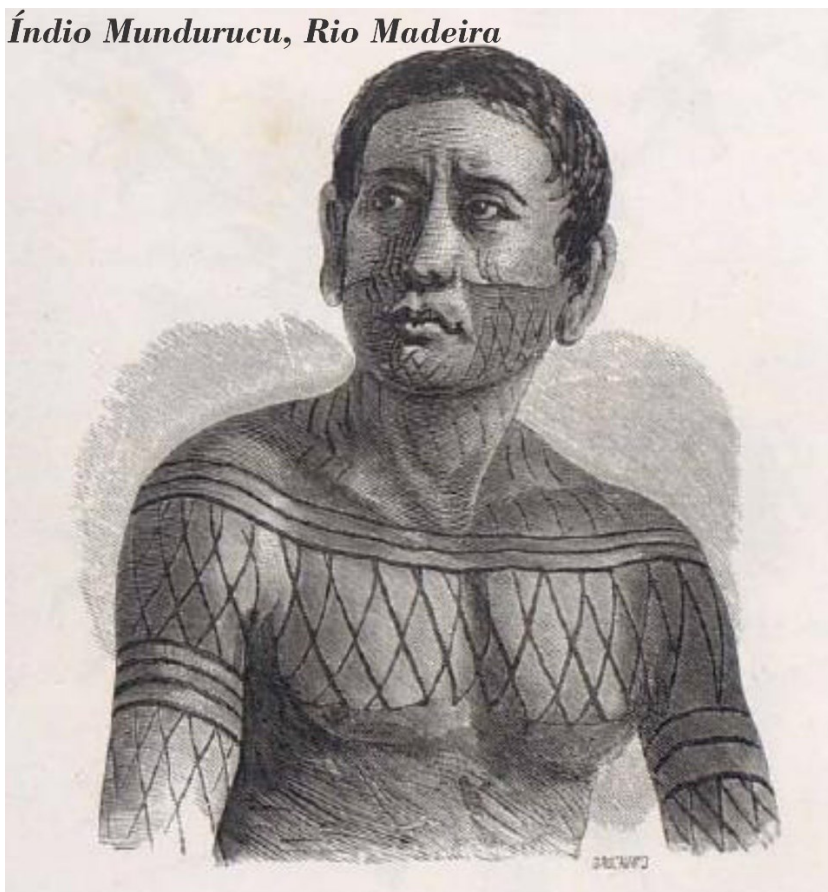
***Índia Mundurucu, Rio Madeira***



Fonte: BIARD, Auguste François. *Deux Années au Brésil*, [1858-1859], 1862, p. 547.

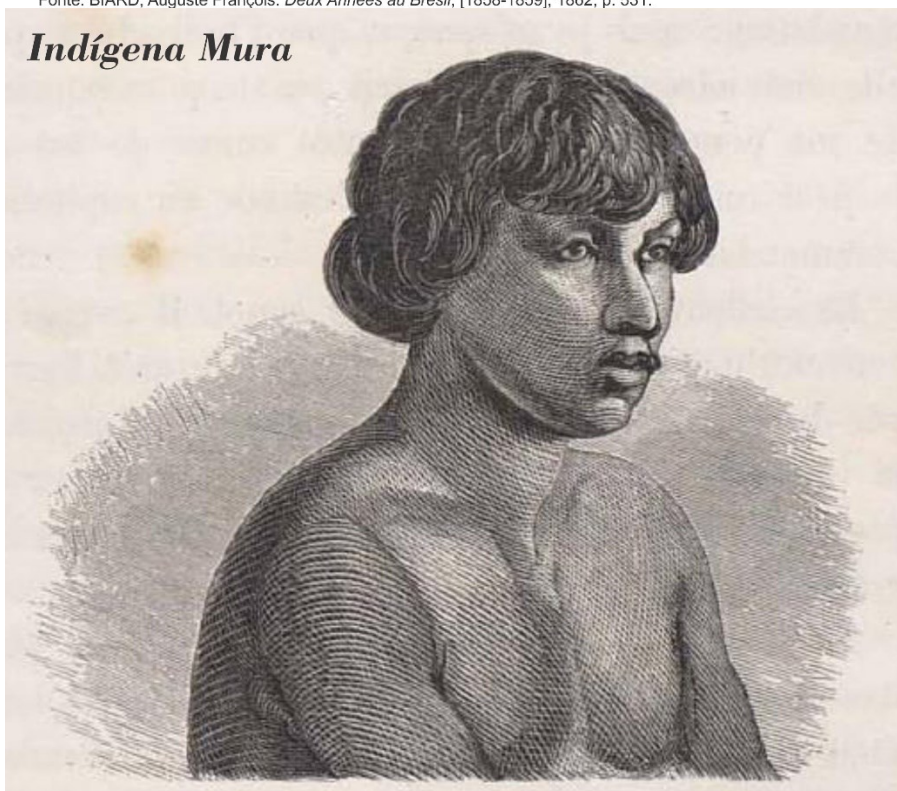


***Índio Mundurucu, Rio Madeira***



Fonte: BIARD, Auguste François. *Deux Années au Brésil*, [1858-1859], 1862, p. 531.

***Indígena Mura***



Fonte: BIARD, Auguste François. *Deux Années au Brésil*, [1858-1859], 1862, p. 663.

*Indía Antropófaga*



Fonte: BIARD, Auguste François. *Deux Années au Brésil*, [1858-1859], 1862, p. 612.

## **PARTE II – “Ao Modo dos Índios”: diversidade e diferença, ações e reações indígenas na Província do Amazonas**

Nesta parte da tese discutem-se as ações e reações dos índios às várias formas de contato, relação, intervenção e imposição que o Estado e a sociedade imperial imprimiram aos índios, por meio dos seus múltiplos agentes: missionários, comerciantes, regatões, viajantes, cientistas, seringueiros e seringalistas, diretores de índios, governantes e outros agentes exógenos ao mundo dos índios.

As formas de enfrentamento dos índios às políticas do Estado imperial e às práticas indigenistas na Província do Amazonas eram muito diversas e isso não era apenas por conta dos diferentes tipos de intervenção do Estado, de seus agentes e instituições junto aos índios. Na verdade, as ações e reações indígenas se diferenciavam, basicamente, por duas razões distintas: primeiro, porque os índios constituíam grupos étnicos social, histórica e culturalmente diversos formados ao longo do tempo, antes e depois da presença dos europeus, num processo que vem sendo chamado de *etnogênese*.<sup>353</sup> De outro modo, vê-se que a palavra “índios” e suas correlatas “primitivos”, “selvagens” etc. forjadas no contexto colonial, não representam apenas uma intenção classificatória de uniformização das diferenças com fins de dominação colonial, como não dão conta dos processos históricos e das relações interétnicas que se constituíram historicamente, inclusive, o próprio processo de colonização.<sup>354</sup> Segundo, porque seus interesses eram distintos, suas formas de ver e de ler o mundo à sua volta eram diferentes e, por vezes contraditórias, pois, estavam assentadas no mundo cultural deles e nas suas diferentes experiências de contato com a colonização.

---

<sup>353</sup> Para Miguel Alberto Bartolomé a etnogênese é: “[...] um processo histórico constante que reflete a dinâmica cultural e política das sociedades anteriores ou exteriores ao desenvolvimento dos Estados nacionais da atualidade. É o processo básico de configuração e estruturação da diversidade cultural humana. Suas raízes fundem-se nos milênios e projetam-se até o presente. Há centenas de milhares de anos, quando alguns dos membros de uma tradição caçadora, falantes de uma língua comum, migravam buscando novos horizontes, separavam-se tanto cultural quanto linguisticamente do grupo inicial a que pertenciam, dando lugar ao desenvolvimento de um novo tipo de coletividade social, lingüística e cultural. Em muitas ocasiões, os novos âmbitos ecológicos a que chegavam condicionavam suas respostas culturais ao meio ambiente, levando a maiores especializações e, conseqüentemente, a diferenciações”. BARTOLOMÉ, Miguel A. “As Etnogêneses: velhos atores e novos papeis no cenário cultural e político”. In. *MANA*, Ano 12 (1), 2006, pp. 39-68; p. 40. Cf. também: BOCCARA, Guillaume. “Colonización, Resistencia y etnogeneses em las fronteras americanas”. In. BOCCARA, Guillaume. *Colonización, Resistencia y Mestizaje en las Américas (siglos XVI-XIX)*. Quito/Equador: Abya-Yala, 2002, p. 47-82.

<sup>354</sup> Para uma discussão dessas questões na América Espanhola Cf. MARTÍNEZ, José Luis; GALLARDO, Viviana & MARTÍNEZ, Nelson. “Construyendo identidades desde el poder: los índios em los discursos republicanos de inicio del siglo XIX”. In. BOCCARA, Guillaume. *Op. cit.*, 2002, p. 27-46.

Deste modo, os índios se opuseram ou se aliaram de forma pontual ou mais permanentemente com os agentes do Estado colonial de acordo com os seus interesses. Isso não excluía, obviamente, relações de aliança imediatas ou mais duradouras entre os grupos e mudanças de estratégia de contato com os brancos, como veremos nos capítulos seguintes.

Numa rápida olhada no mapa geográfico da Província do Amazonas, é possível perceber não apenas a sua imensidão territorial, mas também regiões diferenciadas e suas populações, que se relacionavam de forma diferente com os interesses geopolíticos da administração provincial centralizada na capital. Essas regiões demarcadas, grosso modo, pelas calhas dos principais rios, cujas populações foram inseridas ou se inseriram diferentemente no cenário religioso, econômico e social da Província. Considerando a diversidade de situações e, ao mesmo tempo, buscando agrupar os problemas por áreas em que os índios estabeleciam maior contatos entre si e com os agentes do Estado, apresentamos no Quadro 17, os principais conflitos que envolveram as populações indígenas.

Esses conflitos foram distribuídos em quatro grandes regiões: baixo Amazonas, Madeira-Purus, rio Negro e rio Solimões. Com exceção da região do baixo Amazonas, para cada uma das regiões será dedicado um capítulo nesta parte da tese. Com isso, cobre-se praticamente toda área geográfica da Província do Amazonas, o que nos possibilitará tecer um quadro geral das ações e das reações dos índios às políticas indigenistas e às práticas dos diferentes agentes envolvidos com as populações indígenas. Permitirá também fazer algumas considerações sobre a história indígena nesse período, articulando essa leitura com as práticas e as políticas indigenistas.

Não incluímos no Quadro 17 as mortes de índios por epidemias nem os conflitos que não puderam ser localizados espacialmente, mesmo aqueles que ocasionaram mortes de índios ou brancos.<sup>355</sup>

Contudo, os dados aqui apresentados são significativos e servem como uma referência importante para se pensar a situação e as relações dos índios com a sociedade nacional brasileira nesta parte do Império; eles nos ajudam a esclarecer certas características importantes das relações entre índios e brancos na província do Amazonas.

---

<sup>355</sup> As epidemias tinham efeitos devastadores entre os índios porque se alastravam pelas florestas matando aos milhares sem que, muitas vezes, se tivesse se quer notícias delas. E, mesmo nas cidades, onde os recursos e as condições de tratamento médico eram melhores, as mortes também eram corriqueiras. Só para se ter uma ideia no ano de 1853, na capital da província, uma epidemia matou 12 índios num curto espaço de tempo. Este é um tema, aliás, que ainda aguarda estudos de maior fôlego para o período.

Antes, é preciso considerar um aspecto relacionado às próprias fontes aqui utilizadas, para o qual já chamamos atenção no capítulo I. Trata-se do fato de que as notícias e os espaços dedicados aos índios nos RPPAM foram diminuindo ao longo das quatro décadas à medida que os assuntos ligados à economia da borracha, tais como o problema das terras dos seringais, a extração e comercialização da borracha, bem como a da mão de obra nordestina, vão ganhando cada vez mais importância nos relatórios do governo. Essa conjuntura pode ter influência decisiva para um quase desaparecimento dos problemas indígenas na documentação oficial aqui consultada. É uma hipótese que os estudos futuros com outras fontes podem elucidar.

**Quadro 17**  
**Conflitos envolvendo as populações indígenas da**  
**Província do Amazonas – 1850-1889**<sup>356</sup>

Década	Região				Tipo de conflito		Vítimas fatais	
	Baixo Amazonas	Rios Madeira-Purus	Rio Negro-Capital	Rio Solimões	Índios X Índios	Índios X Brancos	Índios	Brancos
1850	2	18	11	2	11	22	24	33
1860	1	14	11	4	8	22	22	32
1870	--	12	6	1	2	17	3	29
1880	--	5	5	2	2	10	9	3
Total	3	49	33	9	23	71	58	97

Fonte: Quadro elaborado pelo autor, a partir dos dados de conflito extraídos dos RPPAM do período, demonstrados no Apêndice 03.

Este Quadro mostra a predominância de conflitos nas regiões do Madeira/Purus e do rio Negro, enquanto que a região do Solimões, a mais extensa de todas, ficou em terceiro lugar, atrás da menor região, a do baixo Amazonas. Mostra também um maior número de vítimas do “lado dos brancos” nas décadas de 1850, 60 e, principalmente, na de 70, número invertido apenas na década seguinte.

O “lado dos índios” nestes conflitos com vítimas fatais, contudo, é difícil de precisar, uma vez que raramente seus corpos eram procurados, achados e recolhidos pelo Estado. Feridos, seguiam para suas aldeias ou para as florestas sem que se tivessem notícias deles nos RPPAM.

<sup>356</sup> Esse quadro foi montado a partir dos dados relacionados na “Cronologia dos conflitos envolvendo as populações indígenas na Província do Amazonas -1850-1889” que apresentamos no Apêndice 03.

Todavia, um estudo específico sobre este tema – o que não é o nosso caso aqui – ainda teria que levar em conta outros fatores. Entre eles, a inferioridade bélica dos índios em relação aos “brancos” de um modo geral (ou seja, os pescadores, extratores de produtos naturais, moradores locais) e, não apenas em relação aos militares, tratava-se de pessoas ou de grupos sociais que não dispunham de armas sofisticadas em abundância e que, na maioria das vezes, enfrentavam os índios em desvantagem numérica e, às vezes, com as mesmas armas que estes.

Verifica-se também uma queda acentuada dos conflitos e no número de vítimas fatais na última década. Essa queda, contudo, não pode ser atribuída diretamente a uma suposta diminuição drástica dos conflitos por um melhor desempenho da política indigenista na proteção dos índios, nem mesmo por um maior controle do Estado nessas regiões em relação aos assuntos dos índios. Até porque, como já foi mencionado, com a mudança do Regulamento de 1845, realizada no ano de 1866, os aldeamentos que formavam as diretorias parciais ficaram mais abandonados pelo Estado, uma vez que os missionários que passaram a ter a responsabilidades pelo governo local dos índios não conseguiram se fazer presentes no mesmo número de aldeamentos cobertos pelos antigos diretores parciais por falta de pessoal e/ou por mudança de prioridade. Deste modo, as informações sobre tais conflitos também se tornaram mais escassas.

Outra questão importante a ser considerada nos dados aqui levantados é o número bem maior de conflitos envolvendo índios e brancos do que aquele que envolvia os índios entre si. Levando-se em consideração a diversidade de grupos étnicos e mesmo as rivalidades de diferentes origens que sempre houve entre eles, isso mostra que as tensões eram de fato maiores entre índios e os brancos.

As especificidades por região serão tratadas em capítulos específicos. Com isso, busca-se nesta parte da tese, caracterizar as diferentes formas de enfrentamento dos índios aos projetos e às ações externas, seja do Estado, da Igreja ou de particulares. Ao longo da discussão daremos destaque a um ou outro grupo étnico, situação histórica ou conflito com intuito de exemplificar a realidade estudada sempre a partir dos dados disponibilizados pela documentação consultada.

O Quadro 18 mostra as etnias e os agentes locais que foram responsabilizados por esses conflitos na Província do Amazonas. Outros 12 conflitos, verificados nesse período, de um total de 97 (Cf. Quadro 17), não tiveram uma etnia ou um agente responsabilizado nos



RPPAM. Há, como se pode verificar, no Quadro 18, uma maior responsabilidade sobre os índios, que aparecem responsabilizados por 70, das 85 ocorrências. Entre os grupos indígenas mais responsabilizados estão os Parintintin, com 15 e os Mura com 11, estes habitantes da região do Madeira/Purus; e os Waimiri, com 10, além dos Jauaperi com 8, estes pertencentes a região do rio Negro.

**Quadro 18**  
**Índios e agentes responsabilizados pelos conflitos na**  
**Província do Amazonas – 1850-1889**<sup>357</sup>

Índios/ Outros gentes	1850	1860	1870	1880	Total
Acanga-Piranga			2		2
Arara	3				3
Aripuanã		2	1		3
Arimã			1		1
Apuruiã		2			2
Escravos		1	1		2
Estrangeiro	1				1
Extrativista	1				1
Jauaperi		3	4	1	8
Juma			2		2
Kaixana				1	1
Karipuna	1				1
Karapanã	1				1
Kulina		1			1
Maroni		1			1
Mayoruna	1	2			3
Maku	2				2
Militar	2	2			4
Moradores	1			2	3
Mura	10		1		11
Parintintin	3	7	4	1	15
Regatão	2	1			3
Tripulante	1				1
Torá	1				1
Waimiri	2	5	1	2	10
Waupês	1	1			2
Total	33	28	17	7	85

Quadro elaborado pelo autor, a partir dos dados de conflito extraídos dos RPPAM do período, demonstrados no Apêndice 03.

Por fim, é preciso considerar que as formas e os meios utilizados pelos índios para se relacionar com os agentes da sociedade ocidental não seguiram a uma classificação dualista presente no pensamento ocidental que via os índios ora como “bons” ou “amigos” ora como “maus” ou “inimigos”, sendo que os primeiros representam aqueles que se submetiam ou

<sup>357</sup> Quadro montado pelo autor, a partir dos dados relacionados na “Cronologia dos conflitos envolvendo as populações indígenas na Província do Amazonas -1850-1889”, Apêndice 03.

eram submetidos às formas estabelecidas pelos brancos, enquanto que os outros exemplificavam a “selvageria”, a “brutalidade” e a “irredutibilidade” da “cultura” ou do “caráter” do índio. Ou seja, entendemos que as formas pelas quais os índios se relacionaram com os chamados “brancos” não podem ser vistas como uma representação de um suposto “caráter natural” dos índios tidos por uns como naturalmente bom ou pacífico e por outros, como naturalmente mau ou violento. Tais ações e reações, como se verá nos capítulos que seguem, são resultados de diferentes estratégias dos índios e dos brancos, definidas num campo de relações sociais que levava em conta, principalmente, os interesses e disputas políticas e econômicas em determinado momento histórico.

## **Capítulo IV – Lidando com os brancos: guerras, revoltas e religiosidades como formas de resistência indígena na região do rio Negro**

O objetivo deste capítulo é apresentar e discutir algumas ações e reações dos índios da região do rio Negro às incursões dos brancos aos seus territórios na segunda metade do século XIX. Busca-se enfatizar as diferentes respostas e formas de organização dos índios dessa região, não apenas para fazer frente às ações do Estado e às práticas indigenistas dos brancos como um todo, mas também para se articular ou para se opor tanto aos brancos como aos próprios índios. Nestas circunstâncias, não se trata de demonstrar apenas a oposição dos índios em relação aos brancos, como se isso fosse algo “natural” ou “essencial” nessas relações interétnicas, mas de contextualizar histórica e culturalmente essas respostas na documentação consultada no intuito de perceber sua diversidade e complexidade.

Para este propósito serão apresentados alguns aspectos gerais da história indígena e indigenista do rio Negro que tiveram impacto importante na vida daquelas populações, como as guerras contra os Manau e Mayapena na primeira metade do século XVIII e o recrutamento forçado de índios para a Guerra do Paraguai na década de 1860. Em seguida, serão discutidas duas dimensões da resistência indígena naquela região: uma exemplificada pela resistência dos Uaimiri-Atroari no baixo rio Negro e outra pelas manifestações messiânicas do alto rio Negro.

O principal fator de tensão entre os índios e os brancos na região do rio Negro foi sem dúvida o processo de aldeamento dos índios desde os tempos coloniais, que teve, a partir do século XVIII, maior intensidade, fossem naqueles aldeamentos levados a cabo pelos missionários carmelitas, fossem naqueles implementados por agentes ligados diretamente ao governo, ou por ambos. De qualquer forma, os índios do rio Negro chegaram até a metade do século XIX com uma vasta e intensa experiência de contato com diferentes agentes do Estado, Igreja; comerciantes; viajantes e cientistas. Esta experiência pautou de certo modo as formas pelas quais os índios dessa região responderam aos problemas advindos das relações com os brancos e das relações com as diversas etnias na região do rio Negro.

#### 4.1 – Antecedentes históricos, povoamento e recrutamento forçado de índios do rio Negro

O vale do rio Negro e seus principais afluentes foi palco de muitos conflitos, disputas e alianças entre índios e colonizadores desde o século XVII. Os interesses geopolíticos e econômicos de holandeses e portugueses transformaram a região numa área de intensas disputas e de negócios na qual os índios, mesmo estando em relativa desvantagem bélica e geopolítica, tiveram papel importante e, às vezes, até, decisivo. Já foram demonstradas em capítulo anterior algumas estratégias do Estado em se aliar com povos e lideranças indígenas e que, essas alianças, embora não necessariamente constassem em acordos formais, eram imprescindíveis para implementação de qualquer ação indigenista nos sertões da colônia portuguesa.

No centro dessa disputa, na região do rio Negro, estavam não apenas as questões territoriais entre as potências europeias, mas também o comércio de produtos naturais com os índios e a utilização de sua mão de obra. Este último item, particularmente, era objeto de maior tensão e conflito entre os colonizadores, entre os colonizadores e os índios e, entre os próprios índios.

A historiografia especializada coloca os Manau no centro destes conflitos na segunda década do século XVIII. Estes índios ficaram conhecidos como um dos grupos que teria se especializado no tráfico de escravos, no comércio de produtos naturais, principalmente, com os holandeses pelo rio Branco. Fato, aliás, que teria despertado a ira dos portugueses que lhes combateram impiedosamente e lhes derrotaram militarmente com uma *guerra justa* de grande repercussão na região.<sup>358</sup> A utilização do trabalho indígena de forma compulsória era, de fato, uma questão central no século XVIII em toda a Amazônia portuguesa e atingiu em cheio todo o vale do rio Negro. Ao estudar o alto curso deste rio, Robin M. Wright tratou este século como um “tempo de escravidão”.<sup>359</sup>

A guerra contra os Manau na década de 1720 demonstra duas fases desse processo de colonização da região: de um lado os interesses coloniais nos territórios, no comércio e na mão de obra dos índios e, de outro lado, os interesses e a participação dos índios nesse

<sup>358</sup> Sobre a guerra contra os Manau e seu contexto histórico e etnográfico na região do rio Negro, Cf., principalmente: GUZMÁN, Décio Marcos Antônio de Alencar. *Op. cit.*; SWEET, David. *A Rich Realm of Nature Destroyed: the middle Amazon Valley, 1640-1750*. Ph. D. Thesis, Univ. of Wisconsin, 1974 e; SANTOS, Francisco Jorge dos. *Op. cit.* 1999, principalmente, o capítulo IV “Rebeliões nos rios Negro e Branco”, p. 93-122.

<sup>359</sup> WRIGHT Robin M. “Uma História de Resistência: os heróis Baniwas e suas lutas”. In. *Revista de Antropologia*, São Paulo, 1987, 88,89, nº. 30/31/32, p. 355-381.

processo que, diga-se de passagem, não se dava de um mesmo lado. De outra maneira, o caso das relações comerciais dos Manau com os holandeses e de sua guerra com os portugueses é um bom exemplo para se pensar os diferentes papéis dos grupos étnicos nas guerras e nos processos de conquistas coloniais. Neste sentido, antes de se atribuir uma espécie de “natureza bélica” a certos grupos étnicos, é interessante considerar aquilo que Neil Whitehead chamou de “fenômenos” de “*ethnic soldiering*”, ou seja, o estudo de certas características ou especialidades bélicas de determinados grupos étnicos ou mesmo a sua inserção e participação em tropas coloniais, como as que ocorreram na região do Karib,<sup>360</sup> bem como o comércio de escravos entre as diferentes etnias e com os brancos, estudados por Nádia Farage naquela região.<sup>361</sup>

Encerrado os conflitos armados com os Manau, da parte da administração colonial portuguesa, principalmente, a partir de década de 1750, intensificou-se a estratégia de ocupação e domínio territorial na região. Com essas finalidades, multiplicaram-se os núcleos, lugares e aldeamentos. De acordo com Francisco Jorge dos Santos, no período de 1758-9 a 1797, os núcleos coloniais passaram de 27 para 57; os lugares, de 10 para 43; as fortalezas, de 01 para 04 e; os aldeamentos, de 01 para 29, em 1786.<sup>362</sup>

Esse processo tomou força, principalmente, a partir de criação da Capitania de São José do Rio Negro em 1755 que, de acordo com historiografia especializada, tornou-se:

[...] um dos mais importantes elementos institucionais da *virada* dos meados do século XVIII, pois, através dela se estabeleceram os primeiros parâmetros legais e duradouros para o início do processo de desenvolvimento de um *modus vivendi* a moda europeia sobre outro culturalmente indígena, o qual provocou o surgimento de uma sociedade rio-negrina assim como contribuiu para a formação da base da cultura amazônica; consolidando assim a presença do Estado português nesta parte da Amazônia.<sup>363</sup>

Diante desse processo de ocupação territorial e de povoamento ao modelo ocidental no rio Negro, os índios dessa região agiram e reagiram de diferentes maneiras. Os Manau,

<sup>360</sup> WHITEHEAD, Neil. “Carib Ethnic Soldiering in Venezuela, the Guianas, and the Antilles, 1492-1820”. In. *Ethnohistory*, v. 37, n.º. 4, 1990, p. 357-385. Disponível em: [http://links.jstor.org/sici?sici=0014-1801\(199004\)37:4:1-0](http://links.jstor.org/sici?sici=0014-1801(199004)37:4:1-0). Para o caso da fronteira sudoeste da Amazônia da colonial, no que é hoje o território de Rondônia, é recomendável do livro de Denise Mald: *Os Guardiões da Fronteira – rio Guaperé – século XVIII*. Petrópolis: Vozes, 1989.

<sup>361</sup> FARAGE, Nádia. *As Muralhas do Sertão: os povos indígenas no rio Branco e a colonização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; ANPOCS, 1991, p. 85-119.

<sup>362</sup> SANTOS, F. Jorge. *Op. cit.*, 2012, p. 189-199.

<sup>363</sup> *Ibid.*, p. 110.

por exemplo, que já haviam sofrido tentativas de aldeamentos e já tinham enfrentado os portugueses na primeira metade do século XVIII, outra vez, agora sob o comando de Dari, iniciaram mais uma rebelião em 1775, que foi relativamente controlada pelo Estado para que não se espalhasse pelo rio Negro como temiam as autoridades.<sup>364</sup> No início da década de 1780, mais duas revoltas indígenas importantes contra a política colonial abalaram o rio Branco e a região do rio Negro como um todo. Estava em jogo neste período não apenas a conquista militar da região, mas, como consequência, o aldeamento dos povos indígenas e sua utilização como mão de obra nos diversos ramos do trabalho colonial. Fato que resultou em diversas reações indígenas, tais como revoltas, fugas e alianças entre determinados grupos ou lideranças indígenas e os colonizadores.<sup>365</sup>

No caso do rio Branco, antes mesmo dos carmelitas se estabelecerem na região, muitos aldeamentos já haviam sido fundados pelos colonizadores portugueses e entregues aos militares. Fato que segundo Nádia Farage contraria a lógica da historiografia tradicional sobre a região que sempre atribuiu a estes religiosos o início da formação dos aldeamentos nesta parte da colônia<sup>366</sup>, mas que, por outro lado, confirma a região como uma fronteira estratégico-militar para Portugal, marcada pela construção do Forte de São Joaquim, na margem direita do rio Tacutu, na junção com o rio Uraricoera e pelos aldeamentos de Nossa Senhora da Conceição, São Felipe, Santa Bárbara e Nossa Senhora do Carmo, fundados no século XVIII, e que ainda aparecem nos mapas do século XIX.<sup>367</sup>

Desta maneira, a segunda metade do XVIII também foi agitada por lutas e rebeliões indígenas na região do rio Negro.

Na terceira década do século XIX, as lutas da Cabanagem atingiram a região, envolvendo as populações indígenas e deixando como uma das consequências a desarticulação da economia regional, que era baseada na coleta das drogas do sertão, na construção de canoas, na pesca e salga de peixes, no comércio entre outras atividades. Um testemunho sobre esse quadro na região do rio Negro foi deixado por João Henrique de Matos, quando visitou o rio Branco em 1845. Segundo Matos, das cinco povoações existentes em 1787, apenas duas estavam habitadas. Eram as de Santa Maria, com 25 índios e de Nossa Senhora do Carmo, com 95 índios. De uma população de 931 índios aldeados das etnias Macuxi e Uapixana, havia, portanto, apenas 120 índios. Diz, ainda, o relatório de

<sup>364</sup> SANTOS, F. Jorge. *Op. cit.*, 2012, p. 122.

<sup>365</sup> Cf. FARAGE, Nádia. *Op. cit.*, 1991, p. 121-168.

<sup>366</sup> *Ibid.*, p. 129.

<sup>367</sup> Cf. NIEMEYER, Conrado Jacob. *Op. cit.*

Matos que no rio Branco não era possível encontrar índios, “porque tudo anda disperso e fugitivo”. Além das povoações, as fazendas de gado, um símbolo do progresso econômico dessa região na visão ocidental, também apresentavam vertiginosa queda. Das cinco mil cabeças de gado registradas em 1838, restavam algo em torno de quinhentas ou seiscentas cabeças.<sup>368</sup>

Mais uma vez aqui é necessário chamar a atenção para a ideia de “decadência” recorrente no discurso oficial sobre certas partes da Amazônia do século XIX. O exemplo aqui ilustrado veio do rio Branco no período pós Cabanagem. O abandono das povoações coloniais (vilas, aldeamentos, missões) e a queda da produção pastoril, bem como a fuga de índios, na visão do Estado, caracterizavam essa decadência no rio Branco e preocupava as autoridades. Para os índios, no entanto, isso não era necessariamente um sinônimo de ruína de sua vida econômica e social. Mesmo que para alguns grupos ou populações indígenas já incorporadas e mais dependentes da economia e das relações comerciais e de trabalho com os brancos isso, de fato, significasse problemas reais, para outros grupos a ausência do Estado e de seus aparatos administrativo e econômico, poderia significar maior liberdade para a reorganização de sua economia e para livre circulação em seus territórios tradicionais.

Assim, o que era “fuga de mão de obra” e “decadência econômica” na visão do Estado imperial, pelo menos para certos grupos indígenas era a liberdade de ir e vir em seu território e de estabelecer relações de diferente natureza com outros povos, de dentro e de fora dos limites físicos do Estado nacional brasileiro. E, como se viu nas páginas anteriores deste capítulo, a região do rio Negro está repleta de exemplos de quanto os índios dessa região prezavam pela liberdade de circular em seu território e de estabelecer distintas relações de negócios com outros índios e com os brancos, o que acrescentou nas páginas da história indígena do rio Negro muitos exemplos de lutas, rebeliões e guerras contra os brancos.

Prosseguindo seu relato, João Henrique de Matos sugere ao governo um número variado de localidades estratégicas onde o Estado do Grão-Pará deveria estabelecer Missões e povoações, tanto no rio Negro como em outros rios da então Comarca do Alto Amazonas.

---

<sup>368</sup> MATOS, João Henrique de. “Relatório do estado atual de decadência em que se acha o alto Amazonas”, datado de 25 de outubro de 1845. In: MOREIRA NETO, Carlos Araújo. *Op. cit.* 2005, p. 393, 400. Para Matos, era “conveniente e proveitoso” que o governo incentivasse a criação de gado em todo o alto Amazonas por duas razões: a primeira era pela “limpeza dos pastos” e; a segunda, pelo fato de “ter a Nação um pronto provimento para os mantimentos exigidos quando se fizerem mister a bem do serviço nacional e do Estado...”. (*Ibid.*, p. 406).

Neste processo, os índios “principais” teriam especial destaque. Contudo, a elevação desta região à categoria de província alguns anos depois, colocou outras prioridades político-administrativas para o alto Amazonas. Por outro lado, as dificuldades da política indigenista em relação ao aldeamento dos índios, à administração dos diretores de aldeias e à aquisição de missionários, além dos problemas advindos das relações com as populações indígenas, já discutidos anteriormente, reordenaram as ações estratégicas do Estado voltadas às populações indígenas.

Treze anos depois do relatório de Matos, já sob a administração amazonense, verifica-se um crescente número de povoações e aldeamentos indígenas na região do rio Negro, mostrado no Quadro 19. Observam-se algumas localidades e aldeias indígenas do alto rio Negro, conforme um levantamento feito em 1858. Nele constam 20 localidades com uma população de 1.135 pessoas, uma parte, obviamente, formada por índios.

Chama a atenção o fato de que quase todas as localidades elencadas pelo capitão Joaquim Firmino Xavier têm nomes de santos católicos o que nos remete diretamente ao processo de cristianização e de ocidentalização, ainda em curso na região. Desta forma, a distinção entre “povoação” e “aldeias” feita por Joaquim Firmino Xavier não demarca uma diferença definitiva entre localidades indígenas e não-indígenas, pois os índios eram mesmo a maioria dos habitantes do rio Negro, ainda que não fosse nas aldeias. Na verdade, certas denominações cristãs ou portuguesas para aldeias e mesmo para aldeamentos indígenas, escondem processos contínuos de descimentos e de aldeamentos indígenas também no século XIX. Deste modo, quando os historiadores saem à procura dos índios na documentação oficial novecentista, devem procurá-los também fora das aldeias e dos aldeamentos, devem fazê-lo também nas vilas, lugares e cidades.



**Quadro 19**  
**Localidades e aldeias indígenas do Alto Rio Negro em 1858**

Localidade/Aldeia	Nº de Casas	Nº de habitantes	Povos
Povoação de Marabitanas	45	260	Bambos, Baris (Baré) e Aeroquenas
Povoação do forte do Cucuí	15	51 (20 índios, 01 sargentos, 11 soldados e 20 familiares)	---
Povoação de São Marcelino	6	26	Aeroquenas
Povoação de Nossa Senhora da Guia	14	119	Baré, Aeroquenas, e Banibas (Baniwa)
Povoação de São Felipe	9	6	Quase todos mamelucos
Povoação de Santa Ana <sup>369</sup>	2	6	---
Aldeia do Carmo	2	5	Banibá (Baniwa)
Aldeia Nazaré	5	29	Mutuns
Aldeia de Santo Antônio de Tunui <sup>370</sup>	4	45	Acriacas
Aldeia de Santa Ana de Coari	13	48	Sisucis
Aldeia São Luís	6	59	Mutuns <sup>371</sup>
Aldeia São José	--	--	Sisucis
Aldeia São Lourenço	8	31	Iandu
Aldeia São Francisco	14	80	---
Aldeia Santa Rita	6	69	Ipecas
Aldeia São Roque	12	91	Suaçus
Aldeia São Pedro	7	73	Ipecas
Aldeia São Joaquim	5	56	Tatus <sup>372</sup>
Aldeia São João Batista	7	81	Tapiíras
Aldeia São Firmino	--	--	Acaris
Total	180	1.135	

Fonte: Relatório do capitão de artilharia Joaquim Firmino Xavier. Fortaleza do Cucuí, 31 de dezembro de 1859. Transcrito por: AVE-LALLEMANT, Robert [1859]. *Op. cit.*, 1980, pp. 124-137. Neste Quadro, a escrita dos nomes dos grupos indígenas foi mantida na forma como aparece na fonte.

Cinco anos antes deste levantamento geral das povoações do rio Negro, Jesuíno Cordeiro, então diretor de índios do rio Uaupés, fez um levantamento mais detalhado das aldeias e aldeamentos dos índios do rio Uaupés e seus afluentes principais. O quadro 20 oferece uma ideia mais aproximada no número de aldeias, povos e populações indígenas da região do rio Negro, na década de 1850. Os dados de Jesuíno Cordeiro mostram 17 aldeias, 13 etnias e uma população de 2.978 índios no rio Uaupés e afluentes.

<sup>369</sup> Abandona em 17 de outubro de 1958.

<sup>370</sup> Destruída pelo fogo em dezembro de 1857. Os dados aqui apresentados são de sua reconstrução.

<sup>371</sup> Falantes da língua espanhola.

<sup>372</sup> Até então considerados como isolados.

**Quadro 20**  
**Aldeias e população indígena do rio Uaupés e afluentes em 1853**

<b>Aldeia</b>	<b>Rio</b>	<b>Etnia</b>	<b>População</b>
Ambaúba Ipana	Tiquié	Tukano	151
Aracapa Caxoeira	Papury	Piratapuia	114
Aracapury Caxoeira	Uaupés	Ananaz (Uanano)	251
Bacati Paraná	--	Mirity Tapuya	398
Caruru Caxoeira	Uaupés	Arana (Uanano)	207
Cubio Paraná	--	Bejú	187
Jabuty Rapecuma	Uaupés	Tukano	54
Jauarethe Caxoeira	Uaupés	Tariana	263
Mandihy Caxoeira	--	Maku	78
Mucura Garapan	Uaupés	Kubeo	58
Pacu Caxoeira	Uaupés	Cainátary	174
Santa Cruz dos Cubeos	Mutum Caixoeira	Kubeo	261
Santo Antônio do Naná Repecuma	Uaupés	Tukano	124
São Domingos	Uaupés	Júrua	168
São Jerônimo (=Itanoré)	Uaupés	Tariana	147
São Joaquim	Uaupés	Chuéquana (=Kueuána)	108
Tracuhá Tuía (=Taraquá)	Tiquié	Tukana Taúia	71

Fonte: Adaptado pelo autor da: “Relação das povoações e aldeias e seus habitantes no rio Uaupés” de autoria de Jesuíno Cordeiro. Livro de Correspondência dos Diretores das aldeias do rio Uaupés, 1853, folha 104 – Arquivo Público do Amazonas. Transcrito In: WRIGHT, Robin M. *História Indígena e do Indigenismo no alto rio Negro*. Campinas, São Paulo: Mercado das Letras; São Paulo: Instituto Socioambiental, 2005, p. 117.

Para fechar esse quadro histórico vale mencionar um elemento conjuntural, de origem externa, porém, que teve um desdobramento na Amazônia desastroso para os índios, que foi a Guerra do Paraguai. A participação indígena nesse conflito ainda precisa ser melhor estudada para o caso da Província do Amazonas. Entretanto, as escassas referências encontradas na documentação consultada a respeito trazem importantes informações sobre os efeitos desse conflito bélico para os índios do rio Negro.

Na verdade, toda a década de 1860, especialmente a sua segunda metade, foi terrível para os índios do Amazonas. Como se não bastasse a epidemia de varíola que matava e afugentava os índios das aldeias, os recrutamentos para a Guerra do Paraguai voltaram a espalhar o medo e o terror entre a população indígena e tapuia. O Decreto Imperial N<sup>o</sup> 3371 de 7 de janeiro de 1865, criou o Corpo de Voluntários da Pátria. Na Província do Amazonas, o “alistamento voluntário” ficou a cargo dos majores Francisco Antônio Monteiro Tapajós e João José de Freitas Guimarães, com o auxílio e o apoio das Câmaras Municipais. Mesmo muito distante geograficamente da região dos conflitos, a participação da Província do

Amazonas nesta guerra não foi desprezível. Antes de um alistamento em massa, foram enviados para a Corte 63 voluntários amazonenses.<sup>373</sup>

Mas foi no governo do presidente Antônio Epaminondas de Melo, entre agosto de 1865 e abril de 1867, que esses “alistamentos voluntários” se tornaram uma verdadeira caçada aos índios e tapuios no Amazonas. Num esforço desmedido de dar destaque ao espírito de “patriotismo” da Província no cenário nacional, o presidente Epaminondas de Melo, já nos primeiros três meses de seu governo “animou o espírito patriótico da população” e enviou mais de 500 “voluntários da pátria”, segundo ele, sem utilizar “meios radicais” e sem que os “transtornos” afugentassem a população para fora do país.<sup>374</sup>

No Quadro 21, pode-se conferir a participação da província do Amazonas na formação das forças armadas brasileiras para a Guerra do Paraguai.

**Quadro 21**  
**Participação da Província do Amazonas na Guerra do Paraguai**

Ano	Voluntários da Pátria	Guardas Nacionais	Recrutados para o Exército	Recrutados para a Marinha	Total
1865	147	330	105	266	848
1866	--	--	1	21	22
1867	--	--	4	15	19
1868	4	10	57	24	95
Soma	151	340	167	326	984

Fonte: RPPAM, Relatório de 4 de abril de 1869, p. 41. Adaptação do autor. De acordo com o então presidente da província do Amazonas João Wilkens de Mattos, a província teria participado com 2,2% com contingente brasileiro na Guerra do Paraguai. (RPPAM, *Ibid. Ibidem*).

Na documentação consultada não dá para se saber qual o número de índios foi recrutado e enviado para essa guerra. Porém, para a nossa discussão, o que mais interessa é a forma como esses “voluntários” foram recrutados, os efeitos dessa intervenção do Estado na vida das populações indígenas e as respostas indígenas que esse processo suscitou.

No caso específico do rio Negro, há um importante registro de campo do cientista Luiz Agassiz e de sua esposa Elizabeth Cary Agassiz. O casal Agassiz esteve na Província do Amazonas nesse período e registrou em seu diário de viagem, no dia 29 de dezembro de 1865, na Vila de Pedreiras, rio Negro, a forma nada voluntária de recrutamento de índios para a guerra. Diz o registro:

Tivemos esta manhã uma triste prova da brutalidade com que aqui se precede ao recrutamento. Bem nos haviam dito! Três índios, que foram

<sup>373</sup> RPPAM, Relatório de 8 de maio de 1865, p. 4

<sup>374</sup> RPPAM, Relatório de 24 de junho de 1866, p. 296.

presos em Pedreira, e que desde alguns dias guardavam ocasião de ser enviados para Manaus foram trazidos para bordo do nosso navio. Esses infelizes tinham as pernas presas num grosso barrote de madeira com orifício que mal davam para deixar passar os tornozelos. [tem uma nota] Só se mexiam por necessidade e com grande dificuldade. Vieram meio empurrados e meio içados para bordo e um deles, presa de febre, tinha tais calafrios que, quando o quiseram deixar andar, eu o vi tremer de onde me achava, embora entre mim e ele houvesse a metade do comprimento de um tombadilho. Esses índios não pronunciam uma única palavra de português; não podem compreender por que os forçam a partir; só sabem uma coisa: é que são pegados na floresta e tratados como os últimos dos criminosos, punidos barbaramente sem que nada tenham feito, e mandados para lutar pelo governo que os trata desse modo. [...] Aí está, porém, como se faz o recrutamento nos distritos indígenas! E o argumento daqueles que pretendem justificar tal barbaridade é que os índios, como todos os demais cidadãos, têm obrigações de combater em defesa das leis que os protegem; que o Estado necessita de seus serviços, que aquele meio é o único de os conseguir, que a má vontade deles é patente, sendo sem igual a sua habilidade de fugir.<sup>375</sup>

A descrição do encontro do casal Agassiz com esses três índios aprisionados para a guerra mostra não apenas a face violenta desse recrutamento,<sup>376</sup> como revela também que ele atingia índios ainda não aldeados e que não pronunciavam “uma única palavra em português”. Ou seja, o recrutamento chegava também a uma parte da população que não poderia entender suas razões, nem mesmo porque estava sendo retirada à força de suas aldeias e do meio de sua gente. Na verdade, ao que parece, esse “alistamento voluntário” na Província do Amazonas deve ter servido mais como um “meio legal” de descer índios não somente para os fins da guerra, mas também, para outros fins no âmbito local. Em outras palavras, um índio que não falava nada do Português talvez nem servisse para compor as tropas, pois, poderia levar algum tempo para se engajar de forma eficiente num destacamento de guerra, entretanto, serviria como mão de obra nos diversos ramos de trabalho na Província do Amazonas.

A prática de prender índios e não-índios para trabalharem em várias atividades econômicas de interesse do Estado, contudo, não era nova como já foi demonstrado em capítulo anterior. Mesmo em 1862, antes do alistamento para a Guerra do Paraguai, quando o engenheiro Joaquim Leovigildo de Souza Coelho passou na localidade de São José,

<sup>375</sup> AGASSIZ, Luiz & AGASSIZ, Elizabeth Cary. Viagem ao Brasil: 1865-1866. Tradução de João Etienne Filho. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1975, p. 204.

<sup>376</sup> Só para se ter uma ideia de como esse procedimento de recrutamento atingiu um alto grau de violência no ano de 1865, no governo do presidente Epaminondas de Melo, foram registradas 1.264 prisões, contra 107 em 1863, das quais 633 foram para o recrutamento. Cf. RPPAM - Relatório de 24 de junho de 1866 e; RPPAM-Relatório de 5 de setembro de 1867.

margem esquerda do rio Negro, por ocasião de sua viagem de exploração das fronteiras até o Cucuí, só encontrou uma família nessa localidade que tinha 33 casas. As demais haviam se retirado para as matas porque ouviram dizer que o governo mandara “resgatar e prender” todos os que fossem encontrados.<sup>377</sup>

De qualquer forma, esses recrutamentos agitaram ainda mais as relações entre os índios e os brancos e atuaram de diferentes maneiras nas relações das populações indígenas com agentes do Estado e com a sociedade regional. E, ainda que não seja este o capítulo dedicado ao rio Solimões, vale a pena mencionar dois registros de povos daquele rio em que se pode observar a influência desse alistamento forçado na vida dos índios da Província do Amazonas. O primeiro trata-se do registro de Nimunendajú, de que os Tikuna reagiram contra as tropas brasileiras de recrutamento chamadas por eles de *varaváyu* (ou paraguaios) numa referência às tropas brasileiras de recrutamento para esta guerra. Consta que os Tikuna reagiam às tropas e os que retornaram teriam trazido uma nova epidemia de varíola que causou grandes perdas entre estes índios.<sup>378</sup> O segundo vem da memória social de um grupo dos Kambeba que nessa época habitava o alto Solimões, localidade de Copeçu. Consta que esse grupo de Kambeba passou a utilizar o sobrenome “Cruz” com intuito de não ser pego pelas tropas de alistamento do governo como índios “vagabundos” e “sem patrão”. Sobre esse fato, assim se expressou o tuxaua Kambeba Valdomiro Cruz, já falecido:

[...] naquele tempo estava acontecendo o recrutamento da guerra, chamado Guerra do Paraguai. Foi aí que o Polungú que era coronel, dono de seringal, chamou meu pai, meus tios todos para ele registrar para Reculuto não pegar. Aí no Javari, eles aceitaram porque eram índios direito, trabalhador, freguês bom mesmo. Foi aí que nós pegamos o sobrenome Cruz, mas o nome do meu pai mesmo era Manuel Tanaquiri Coelho. Aí (os Kambeba) foram carimbados por causa do Polungú que se chamava João Polungú da Cruz, para escapar da guerra. Tinha um navio de guerra na boca do Cupeçú, outro na boca do Jutáí. Aí lá do Mapana (os Kambeba) foram baixando para o Cupeçú, ficaram no Sardinha, mas todos com chapéu e canoa carimbado, mas, tudo isso, para (a) polícia não pegar os Kambeba. Assim que escaparam os Kambeba. Daí desse Cupeçú e Sardinha (os Kambeba) vieram para ilha do Capote, eu ainda não existia nesse tempo. E ao adotar meus pais, eles (os Kambeba) deixavam de ser índio e passava a ser caboco.<sup>379</sup>

<sup>377</sup> Cf. “Relatório sobre o Estado das Povoações do Rio Negro” do engenheiro Joaquim Leovigildo de Souza Coelho. In: PRRAM, Relatório de 3 de maio de 1862, Anexo 4.

<sup>378</sup> NIMUENDAJU, Curt. *The Tukuna*. Berkeley e Los Angeles: University of California Press, 1952, p. 9. (Publications in American Archeology and Ethnology, 45).

<sup>379</sup> Depoimento registrado por: SILVA, Márcia Vieira da. *Reterritorialização e Identidade do povo Omágua-Kambeba na aldeia Tururucari-uka*. Dissertação de Mestrado – PPGG/ICHL/UFAMM, 2012, p. 95. Foram

Esses dois exemplos do Solimões mostram formas diferentes de reação dos índios às políticas do Estado. Ou seja, além das reações bélicas, fugas, etc., houve grupos, como os Cambeba, que acabaram por intensificar ao menos momentaneamente suas relações com os padrões mesmo que isso significasse um reordenamento e uma nova roupagem de sua identidade étnica.

#### 4.2 - Baixo rio Negro: Caçada, guerra e tentativa de aldeamento dos Waimiri-Atroari

Devido aos constantes conflitos entre os Waimiri-Atroari e colonos, comerciantes e extratores de produtos naturais que invadiam seus territórios, e que no ano de 1852 resultou na morte de duas pessoas, cuja autoria foi atribuída aos índios, o presidente da Província, João Pedro Dias Vieira, designou o major Manoel Ribeiro de Vasconcellos para uma expedição ao território dos Waimiri,<sup>380</sup> situado no rio Uatucurá, um dos tributários do rio Jauapery, que por sua vez deságua na margem esquerda do baixo curso do rio Negro, abaixo da desembocadura do rio Branco. A viagem do major Vasconcellos durou cerca de dois meses e produziu importantes informações da política indigenista da recém-criada Província do Amazonas e da própria situação indígena do rio Negro.

O documento que ordenou a expedição, datado de 15 de março de 1856, determinava expressamente ao major que entrasse nas matas habitadas pelos índios e os retirasse de lá, levando-os para a freguesia de Moura ou de Carvoeiro onde seriam aldeados provisoriamente.<sup>381</sup> Como veremos adiante, este objetivo não foi alcançado, nem desta vez, nem em outras tantas que se sucederam. Os índios do rio Jauapery e entre eles os Uaimiri não estavam dispostos a retroceder em sua política e se tornariam um dos maiores enalços da política indigenista no período imperial no baixo rio Negro.

O mesmo documento recomendava ao major, no entanto, para só utilizar a força contra os índios ou qualquer outro que tentasse impedir o trabalho, se fosse extremamente necessário. Para a missão, o militar teve um orçamento de 300\$000 réis e foi autorizado a

---

inseridas palavras entre colchetes [...] e correções ao texto original citado para tornar sua leitura mais compreensível.

<sup>380</sup> Os Waimiri-Atroari são também conhecidos pelos nomes de: Kina, Kinã, Uaimiry e Chichaná. Sua população em 2011 foi estimada pelo Programa Uaimiri-Atroari (PWA) em 1.515, pessoas falantes da língua Karib. Cf. <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/waimiri-atroari>. Acesso em 20 de abril de 2015.

<sup>381</sup> RPPAM, Relatório de 1856, Anexo 5, p. 1.

reunir 50 praças da Guarda Nacional, armamentos e quantos trabalhadores fossem necessários para a tripulação das canoas. Antes de seu retorno, o major deveria construir uma acomodação próxima à confluência do rio Campina, para lá permanecer com um cabo e dez praças a fim de dar segurança à navegação naquela região.

Tratava-se, portanto, não apenas de uma expedição para averiguação de conflitos entre índios e não-índios no rio Jauapery, mas de uma clara tentativa de aldeamento dos índios e, ao mesmo tempo, de fixação mais permanente do Estado naquela parte da Província, o que permitiria, de uma só vez, a abertura dos rios daquela região à navegação e à exploração econômica, bem como a utilização da mão de obra indígena nas vilas, freguesias da região e na capital da província. Desta forma, tratava-se de uma nova etapa de colonização da região do rio Negro, mais precisamente de seu tributário Jauapery, mas que tinha como alvo principal os Waimiri-Atroari, cujo histórico de contato com os brancos mostrava que eles eram “inacessíveis a todo trato e de comunicação com a gente civilizada”.<sup>382</sup>

No dia 10 de julho de 1856, conforme havia sido solicitado pelo governador, o major Vasconcellos entregou seu relatório de viagem ao território dos Waimiri-Atroari. De acordo com a narrativa deste militar, o primeiro encontro com os índios ocorreu no dia 11 de maio daquele ano, após dois dias de buscas aos Uamiri pelas “trilhas dos índios” à margem meridional do rio Uatucurá. Consta que neste dia, os militares foram vistos por um índio que logo que foi avistado retornou às suas habitações e foi avisar outros da presença de gente estranha em seu território. Os militares seguiram no encalço dos índios o que não durou mais de uma hora. Logo, a tropa foi cercada por uns 100 índios que “denodados” atacaram, “lançando sobre a tropa um chuveiro de flechas”. O comandante, no entanto, seguindo as instruções superiores mandou fazer-lhes fogo com pólvora seca. Assim, os militares chegaram até as malocas dos Uaimiri, onde ficaram cercados por dois dias pelos índios. No relatório de Vasconcellos, não se tem mais detalhes sobre o que se sucedeu nesses dias, mas é mencionado que no dia 12, os índios teriam se retirados para a floresta, porém, não sem antes ferir a flecha, sem gravidade, um militar,<sup>383</sup> o que indica que teve algum tipo de enfrentamento entre as tropas de Vasconcellos e os Uaimiri-Atroari.

Assim foi narrado pelo comandante da expedição, o primeiro encontro entre os militares do Império e os “inacessíveis” Wamiri-Atroari. Na versão de Vasconcellos, um

---

<sup>382</sup> RPPAM, Relatório de 1856, Anexo 5, p. 1.

<sup>383</sup> *Ibid.*, Anexo 6.

encontro quase pacífico, não fosse o “espírito denodado” dos índios. De acordo com este militar, não houve baixa de nenhum lado, até porque, os militares não atiraram com balas para matar os índios. Apenas deram tiros com pólvora seca para afugentar, amedrontar e mostrar sua superioridade bélica.

Contudo, mesmo que assim tivesse ocorrido para os Wamiri esse detalhe, provavelmente, não fazia muita diferença. Pois, muito provavelmente eles não sabiam distinguir tiros com usos de balas mortais, de tiros que utilizasse apenas pólvora seca, uma vez que, ao que tudo indica esse grupo de índio não tinha muito contato com o homem branco, pois, nas suas malocas, invadidas, vasculhadas e saqueadas, pelos militares, não havia nenhum utensílio que simbolizasse contatos anteriores mais permanentes com a sociedade branca. Nas duas malocas invadidas, de cerca de 50 palmos de diâmetro cada uma, só foram encontrados objetos confeccionados pelos índios: maqueiras de miriti, arco, flechas, machados de pedra, bem como pão de massa de mandioca. Exceto as maqueiras, de cada um dos objetos encontrados foi levado uma amostra para o presidente da província.

Em relação ao saque cometido pelos brancos nas aldeias Waimiri, é bom que se diga que, paradoxalmente, os objetos roubados e enviados à sede da província não encerraram aquela ação militar entre os índios, mas criou um elo ainda mais forte e longo entre os Waimiri-Atroari e os brancos. Levados indevidamente de seus donos e retirados de seus espaços sociais próprios, aqueles objetos deixavam de representar meios fundamentais de que os índios dispunham para melhor administrar sua vida cotidiana, para serem vistos como símbolos do atraso tecnológico e do estágio de selvageria dos Waimiri pela sociedade nacional. Além deste aspecto ideológico, tais objetos eram, de um lado, a prova concreta de que a expedição de Vasconcellos estivera de fato entre aqueles índios e de certa forma também representava a vitória da tropa que regressou sem baixa daquela “fronteira selvagem” e do meio daquela gente “inacessível”. Mas, por outro lado, para os índios a ausência daquele patrimônio material era a certeza de que aquela invasão de suas aldeias, seguida de roubo de seus objetos, seria vingada na forma de suas próprias leis.

Entretanto, outras fontes dão conta de que os miliares comandados por Vasconcellos não fizeram um “contato” propriamente dito, com sinais de comunicação e de interação social, como, por exemplo, a tradicional “troca de presentes”, mas invadiram o território dos índios, seguiram o informante indígena até as malocas e, tendo sidos cercados pelos índios, realizaram uma verdadeira selvageria.



De acordo com João Barbosa Rodrigues, diretor do Jardim Botânico de Manaus e encarregado pelo governo imperial do Amazonas para fazer a pacificação do Waimiri-Atroari, que ele chamou de Chichanás, em 1884, os militares, ou melhor:

Os invasores queriam prezas, pelo que se ouviu a voz de fogo. Rebentou pela floresta o estampido da fuzilaria. As balas sibilavam cruzando-se com as flechas, no espaço. Os índios fugiram espavoridos, deixando no campo grande número de mortos. Os brancos tiveram um homem levemente ferido. Aos gritos de vingança e de dor entraram precipitadamente os vencidos nas malocas, de onde depois fugiram com as famílias. No dia 12 chegaram os civilizados à maloca. Depois de um grande saque, lançaram fogo às casas, morrendo em uma delas uma velha e uma criança que não tiveram forças para fugir.<sup>384</sup>

Como se viu nesta outra versão, tratou-se de um massacre e não de uma advertência aos índios. Para os Waimiri-Atroari, a guerra contra os brancos agora ganhava contornos mais dramáticos. Não se tratava mais de pequenos grupos de regatões ou exploradores de produtos naturais que passavam pelo rio comercializando ou coletando em determinadas épocas do ano, mas de um grupo de homens fortemente armados e treinados para a guerra que lhes ofereceram resistência e lhes fizeram recuar: os brancos atiraram e queimaram suas casas. Para os “brancos” essa ação representava a força militar do Estado imperial brasileiro abrindo suas fronteiras na Amazônia e demolindo os maiores empecilhos: os “índios bravos”. Para os “índios”, tratava-se, claramente, de uma declaração de guerra feita pelos brancos.

Consta-se nas fontes que, depois desse ataque, os Waimiri ficaram ainda mais arredios. Na verdade, eles se recolheram temporariamente para avaliar aquela batalha e se preparar para outras que certamente viriam. Como de fato vieram. Entre os anos de 1862 e 1888, pelo menos 10 ataques a moradores das vilas próximas, a caçadores e a navegantes dos rios da margem direita do baixo rio Negro e seus afluentes, entre os rios Branco e Curiaú, foram atribuídos aos Waimiri-Atroari.<sup>385</sup> No entanto, Barbosa Rodrigues, utilizando-se de fontes oficiais e de fontes orais coletadas na sua expedição, elenca um número maior e muitos detalhes dos conflitos entre os Waimiri-Atroari e os brancos.

<sup>384</sup> RODRIGUES, João Barbosa. *Rio Jauapery: Pacificação dos Chichanás*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1885, p. 10.

<sup>385</sup> Cf. Cronologia de conflitos envolvendo as Populações Indígenas do rio Negro, Apêndice 03.

Um fato, contudo, é inegável. Todas as vezes que os Waimiri-Atroari aparecem na documentação consultada estão relacionados a conflitos com os brancos ou com outros índios. Ou seja, a documentação oficial lhes atribuiu uma imagem de índios bélicos, violentos e ferozes,<sup>386</sup> imagem que serviu como justificativa para uma série de ações contra esses índios durante a segunda metade do século XIX e, inclusive, no século XX. Contudo, isso pode ser apenas um lado do problema. A falta de informações etnográficas sobre alguns afluentes do rio Negro, ainda pouco navegados e com pouca ou nenhuma presença do Estado, pode ter levado as autoridades a enganos e exageros em relação ao comportamento dos Waimiri-Atroari. Muitos conflitos ocorridos no rio Jauaperi foram atribuídos genericamente nos RPPAM aos “índios do Jauaperi”, podendo ser, entre outras opções, os Jauaperi ou os Waimiri-Atroari.

Entretanto, é, deste rio, a maior quantidade de informações sobre conflitos envolvendo as populações indígenas no rio Negro no período estudado. E, neste caso, os Waimiri-Atroari aparecem como responsáveis não apenas pela maior parte dos casos, mas também por aqueles que tiveram maior gravidade e que, por isso, obtiveram respostas mais enérgicas do Estado. O quadro a seguir apresenta os principais conflitos nos quais os Waimiri aparecem nominalmente citados nos relatórios dos presidentes da província do Amazonas.

---

<sup>386</sup> PRRAM, Relatório de 5 de julho de 1856, p. 7.

**Quadro 22**  
**Principais conflitos envolvendo os índios Uaimiri-Atroari nos RPPAM**

<b>Data</b>	<b>Local</b>	<b>Descrição do conflito</b>
1856	Rio Jauaperi	Índios Uaimiri mataram duas pessoas.
Fevereiro de 1865	Rio Jauaperi	Índios Uaimiri atacaram um grupo de caçadores, resultando na morte de um caçador. Em resposta, o governo da Província do Amazonas mandou 15 praças e um oficial para o local.
Fevereiro de 1866	Rio Negro	Índios Uaimiri atacaram com flechas envenenadas os moradores do lago Curiuaku matando um menino e ferindo seu irmão.
Março de 1866	Rio Jauaperi	Índios Uaimiri mataram a flechadas João Sebastião de Castro e Eduardo Pereira Reis que pescavam no rio Jauaperi.
Outubro de 1868	Rio Jauaperi	Índios Uaimiri atacaram uma família que pescava tartaruga, resultando na morte de 12 ou 13 pessoas.
1873	Rio Negro	Índios Uaimiri fizeram várias incursões armadas e provocaram terror nas povoações de Airão e nas freguesias de Tarapesassu e Moura. Em resposta, o governo provincial enviou um oficial das forças armadas ao rio Madeira para fazer reunião da Guarda Nacional e recrutamento em Vila Bela, Serpa e no rio Solimões objetivando reforçar sua tropa. Mandou também uma lancha de flotilha da Vila da Barra para o rio Negro para aumentar a sensação de segurança dos moradores.
1980	Rio Jauaperi	O presidente da província encarregou alguns moradores do distrito de Moura a distribuir brindes aos índios Uaimiri. No lugar denominado Curé-curé dois índios se aproximaram para receber os brindes em sinal de paz por cerca de três horas. Contudo, após esse tempo, apareceu na mata outro índio dando sinal de alarme e juntando-se aos dois outros índios, passaram a atirar flechas nos distribuidores de brindes, um foi ferido e morreu em seguida.
Janeiro de 1881	Rio Jauaperi	Os índios Uaimiri voltaram a atacar o povoado de Moura. Flecharam um pescador por nome Manoel Marques. Foram repelidos pelo comandante do destacamento militar e fugiram para as matas. Na perseguição aos índios, a tropa encontrou o cadáver de Felipe José, com final de 25 flechadas.

Fonte: Extraído da Cronologia dos conflitos envolvendo as populações indígenas da Província do Amazonas, Apêndice 03.

Dentre essas ações e reações dos Uaimiri-Atroari, algumas afrontaram as autoridades e as instituições do Estado Imperial e receberam como resposta o uso da força militar do Estado. Uma dessas ações indígenas ocorreu no ano de 1865, oportunidade em que morreu uma pessoa e, houve a tentativa destes índios de invadir a localidade de Airão. Esta ação indígena recebeu como resposta do governo provincial, o envio de um destacamento de 15 praças para esse local e do frei Samuel Luciani, vigário de Moura, com pessoal, dinheiro e brindes a fim de contatar e missionar entre esses índios.<sup>387</sup> Dez anos antes, os Waimiri já haviam sido acusados de cometerem outros dois assassinatos.

Tal reação do Estado, em que pesem os investimentos e deslocamento de pessoal, não passou apenas de uma tentativa de intimidar os índios e transmitir uma sensação de segurança aos habitantes de Airão. Mas, devido a conflitos anteriores com os brancos e com as constantes invasões destes aos territórios dos Waimiri, especialmente, nos períodos da

<sup>387</sup> RPPAM, Relatório de 8 de maio de 1865, p. 5.

pesca de quelônios e de coleta de produtos extrativistas, estes índios estavam assustados, porém, dispostos a defender belicamente seus territórios. Ao que parece, eles haviam estabelecido como estratégia, ataques pontuais de defesa de seus territórios, principalmente, de áreas de pesca, caça e coleta, incluindo ações bélicas para vingar delitos cometidos por brancos. Em seguida, retiravam-se para locais mais distantes e até então inacessíveis aos agentes do Estado e aos brancos de um modo geral, tornando sem sucesso tanto as táticas de descimentos feitos por expedições militares quanto os contatos realizados por missionários com intuito de aldeá-los.

Outra ação bélica dos Wamiri-Atroari ocorreu nos anos de 1866, quando feriram uma pessoa e mataram outra entre os moradores de Curiaú. Dois anos depois, foram acusados de chacinar 13 pescadores de tartaruga e em 1872, de deixarem as localidades de Airão, Tauapeçaçu e Moura sobressaltadas com seus moradores amedrontados e, naturalmente, revoltados. Esta última ação dos índios foi assim narrada no ano seguinte à Assembleia Legislativa do Amazonas pelo presidente da província, Domingos Monteiro Peixoto:

[...] os Uaimiris que se abrigam no Jauapery, confluente do Rio Negro, puseram em sobressalto a povoação de Ayrão, e freguesias de Tauapessassu e Moura, praticando, na última, senas que com pesar aqui registro.

Ocupando as margens do Rio Negro, por ocasião de sua vazante, como o fazem há alguns anos, começaram por assaltar as canoas que transitavam, e por último atacaram a Freguesia de Moura, obrigando seus habitantes a se refugiarem em uma ilha vizinha. De posse da povoação, roubaram e destruíram todos os objetos encontrados nas habitações, e flecharam uma criança, por seus pais esquecida em uma rede.<sup>388</sup>

Por causa deste último fato, o presidente mandou convocar a Guarda Nacional para essa região e recrutou pessoas em várias localidades da Província: rio Madeira, Vila Bela, Serpa e também em diversos pontos do rio Solimões. Em 16 de janeiro de 1873, duas lanchas de flotilha saíram da sede da província, para o rio Jauapery patrulhando a região, sem incidentes, diz o relatório. Contudo, por precaução, o governo deixou uma lancha e um destacamento em Moura para dar segurança à população e para vigiar as ações dos Uaimiri-Atroari.<sup>389</sup>

<sup>388</sup> RPPAM, Fala de 25 de março de 1873, p. 5.

<sup>389</sup> *Ibid.*, *Idem.*

A situação foi aparentemente controlada e os moradores retornaram para suas casas. Porém, no final do ano, novas incursões dos Wamiri voltaram a ocorrer nas proximidades de Moura. Três mulheres foram mortas a flechadas e uma criança ficou ferida. Mais uma vez, o governo imperial reagiu. Em 09 de janeiro de 1874, uma lancha de guerra com 10 praças e 08 marinheiros sob o comando do tenente Joaquim Thomaz da Silva Coelho foi enviada para a região. Além da segurança em Moura, a expedição militar fez o reconhecimento dos rios da região, regressando à capital em fevereiro do mesmo ano. De acordo com relato da expedição, o rio Jauapery era frequentado por mais de 1.000 índios Waimiri, mas não foram incluídas informações detalhadas sobre as tensas relações dos moradores do distrito de Moura com os índios. De fato, nos RPPAM há poucas informações sobre conflitos armados entre os índios e os militares, mas na documentação das expedições militares à região há dados que indicam a ocorrência de conflitos intensos e permanentes.

De acordo com Barbosa Rodrigues, em 29 de outubro de 1874, mais uma matança de Uaimiri-Atroari foi praticada pelos brancos. Desta vez, a proeza foi realizada a mando do comandante do destacamento militar daquela região, Antônio de Oliveira Horta, quando foram mortos cerca de 200 índios, inclusive o chefe. Neste confronto apenas um militar teria ficado ferido. Cessado o conflito, Horta solicitou ao comandante das armas, no dia 31 de outubro, mais munições: 100 cartuchos embalados e 1.000 espoletas fulminantes,<sup>390</sup> o que indica a eminência de que aquele comandante objetivava continuar a guerra contra os Uaimiri.<sup>391</sup>

E foi o que aconteceu. No dia 21 de novembro, tendo ouvido o alarde de um soldado da sentinela que, ao ver um índio nas proximidades, o matou e correu para pedir socorro, imediatamente o comandante reuniu a força militar e foi para o local. Lá encontrou um grupo de índios e avançou contra eles, atirando-lhes. Posteriormente, juntou mais 34 soldados, embrenhou-se nas matas à caça dos índios que haviam fugido. Não tardou a encontrar outro grupo, que foi encurralado numa lagoa, onde houve grande tiroteio e muitas baixas da parte dos índios. Ao retornar à Moura, no dia seguinte, a tropa militar encontrou 23 índios feridos escondidos entre as folhagens. Em tom dramático, Barbosa Rodrigues relata que aí:

<sup>390</sup> RODRIGUES, João Barbosa. *Op. cit.* p. 16.

<sup>391</sup> Na documentação anexada por Barbosa Rodrigues na obra já referida, há uma série de documentos, 35 ao todo, entre os quais há pelo menos 4 em que as autoridades militares locais solicitam armas para combater os Waimiri-Atroari, totalizado 3.500 cartuchos embalados e 4.000 espoletas fulminantes, um montante que chegava a ser quatro vezes maior que as populações desses índios, estimada pelo próprio governo em 1.000 indivíduos.

[...] começou uma cena de canibalismo! Eram caçadores entusiasmados ante um bando de guaribas! Cada um quis sua parte na caçada. Apontavam a arma, descarregavam e o pobre índio caía no meio de gargalhadas gerais! Assim caíram todos, à exceção de um que ficou preso a um galho. Depois desta matança, retiraram-se satisfeitos os civilizados, mas não tanto como parecia, porque, ainda a 23, voltaram para empilhar os corpos e lançar-lhes fogo, “escapando muitos outros que já estavam em estado de putrefação dentro da lagoa” Os corvos acabaram a obra civilizadora e ainda por muito tempo alvejavam pelas praias as ossadas dos infelizes Crichanás!<sup>392</sup>

Assim foi realizada mais uma matança de índios pelas forças armadas do Amazonas, fato que foi conhecido pelas autoridades da capital, uma vez que foi detalhadamente descrito pelo comandante Horta, em 24 de novembro de 1874, e enviado ao comandante das armas da Província, Joaquim da Costa Rego Monteiro.<sup>393</sup> Este não foi o último conflito desses índios com os brancos, mas talvez tenha sido o mais dramático e o que levou os Waimiri a reavaliar suas relações com os brancos. Pois, dez anos mais tarde, quando o governo da província encarregou o cientista João Barbosa Rodrigues de realizar uma missão de pacificação desses índios, eles, de acordo com a descrição do próprio Barbosa Rodrigues, reagiram pacificamente demonstrando para os brancos que não eram “inacessíveis”, mas que tinham capacidade de reorientar suas atitudes e suas ações.

É claro que os relatos de Barbosa Rodrigues sobre sua própria experiência de “pacificação” dos Uaimiri, que ele chama de *Chrichinás* – argumentando que estas não eram mais os “terríveis e traiçoeiros” Waimiri-Atroari -<sup>394</sup>, merecem estudos mais aprofundados em relação ao significado dessa missão para ele como diretor do Museu Botânico do

<sup>392</sup> RODRIGUES, João Barbosa. *Op. cit.* p. 17.

<sup>393</sup> Cf. RODRIGUES, João Barbosa. *Op. cit.*, Anexo nº 3, p. 189-194.

<sup>394</sup> Ao tentar convencer seus leitores sobre o triunfo de sua missão pacificadora junto aos Chrichaná, Barbosa Rodrigues procura descolar estes índios das imagens negativas que receberam os Waimiri-Atroari. Diz o autor de *a Pacificação dos Chrichaná*: “Entre as datas celebres da província do Amazonas deve figurar esta que simboliza paz entre os Chrichaná e os civilizados, paz que restituiu à província um grande rio piscoso, extensas florestas ricas de produtos vegetais, um solo ubérrimo e a tranquilidade de um povo. Os terríveis Jauaperys, os traiçoeiros Uaimirys já não existem. Desaparecendo, deram lugar aos Chrichaná que se chegam ao civilizado com a taça da hospitalidade, a oferecer o banquete da paz na ilha que, para perpetuar esse facto, denominei do Triunfo. Não são mais aqueles que, emboscados na mata, esperavam a vítima imprevidente que o deixava arrastar pelo boiar da tartaruga. Não são mais aqueles que assaltavam vilas e matavam crianças inocentes. Não são aqueles que queriam beber o sangue dos brancos, que fizeram também correr o seu em mil feridas. São os homens de brio e de coração generoso que trazem seus anciões, suas mulheres, seus filhos de peito, e alegres festejam a presença do branco de quem recebem a benção! Respeitai-os vós agora, brancos; não lhes leveis às malocas a corrupção, a desonra e a escravidão. Respeitai-os para que sejais respeitados. O coração do índio é um tesouro. Deixai-o virgem, como virgens são as florestas, à sombra dos quais se forma. Educai-o, mas não o profaneis!”. Cf. RODRIGUES, Barbosa. *Op. cit.*, p. 59. Atualização ortográfica nossa.

Amazonas e o papel estratégico dessa empreitada para a política indigenista do Amazonas no final do período imperial, o que não foi possível realizar no âmbito desta tese.<sup>395</sup>

Todavia, neste capítulo, o que interessa é chamar a atenção para o fato de que essa “missão” foi mais uma tentativa de intervenção dos brancos no temido rio Jauapery, mas que, ao contrário do que esperavam as autoridades, os Waimiri-Atroari reagiam diferentemente do que se falava sobre eles. Essa “mudança brusca” de comportamento dos Waimiri, por um lado pode estar associada a um discurso humanista e idealista de Barbosa Rodrigues em prol de seus próprios objetivos junto ao governo provincial, mas também à forma pacífica com que foi conduzida a “missão” pelo naturalista, cuja postura, é bem verdade, foi bastante diferente da forma agressiva com que eram tratados os índios pelos moradores da região de Moura e pelos próprios militares e agentes do governo imperial.

De qualquer modo, constata-se que os Waimiri-Atroari não eram “inacessíveis” ao contato com o homem branco, ou “indômitos selvagens” como eram tratados pelos militares, mas que dependendo do contexto sabiam avaliar a melhor estratégia a ser adotada nas relações com os brancos. Deste modo, o triunfo da “missão pacificadora” de Barbosa Rodrigues não está associado apenas à “brandura” de suas ações, mas também às estratégias dos índios que, ao que parece, estabeleceram uma trégua com os brancos ou, pelos menos, com certos brancos no final do século XIX, o que não pode ser visto como uma vitória definitiva dos brancos, muito menos como uma rendição total dos Waimiri-Atroari.

E, assim, entre uma ação dos índios e uma reação do Estado ou uma ação do Estado e de seus vários agentes e uma resposta dos índios se passaram as décadas de 1870 e 1880. Mortes e feridos foram noticiados nos RPPAM somente do lado dos brancos. Na documentação oficial não se tem informações das baixas entre os Waimiri-Atroari. Mas certamente ocorreram, como se pode verificar na obra de Barbosa Rodrigues e nos documentos dos próprios militares que estavam em campo. Tais baixas, contudo, não ocorriam apenas pelos conflitos armados, mas também pelas doenças adquiridas por meio do contato com roupas e outros objetos contaminados. Mesmo com essas perdas humanas e com o estreitamento das relações com os brancos, os Waimiri-Atroari, ou pelo menos parte

---

<sup>395</sup> Um primeiro esforço neste sentido foi realizado por Maria Helena Ortolan Matos no artigo intitulado: “Barbosa Rodrigues e o indigenismo brasileiro: quando o naturalista viajante faz mais que olhar e anotar, ele incomoda”. In. CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz de & NORONHA, Nelson Matos de. (Orgs.). *A Amazônia dos Viajantes – História e Ciência*. Manaus: EDUA/FAPEAM/CNPq, 2011, p. 167-189. Cf. também as discussões feitas por Stephen Baines no artigo: “Conflitos Interétnicos no rio Jauapery”. In. ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de & FARIAS JÚNIOR, Emmanuel de Almeida. *Mobilizações Étnicas e Transformações Sociais no rio Negro*. Manaus: EUA Edições, 2010, p. 105-126.

deles, se manteve como os dos grupos indígenas de pouco contato com a sociedade regional do rio Negro até a segunda metade do século XX, quando foram quase exterminados pelos militares na década de 1970.<sup>396</sup> Ao que parece, mesmo com as investidas bélicas, indigenistas, religiosas e econômicas dos brancos, a tática de guerra e as estratégias de defesa territorial dos Uaimiri-Atroari de certa forma deram certo, pois uma grande parte de seu território permanecerá sob seu controle por quase um século.

#### 4.2.1- As “perigosas reuniões” dos índios do alto rio Negro

A grande diversidade étnica do rio Negro representa também uma grande quantidade de respostas dos índios aos diferentes tipos de contato e de ações realizadas pelos brancos. Certamente, não foram somente de fugas ou de guerras que os índios se valeram para expressar sua alteridade e se contrapor a determinados valores e interesses dos brancos. Outras formas de “resistência indígena”, mais veladas, também podem ser observadas entre os índios do rio Negro na segunda metade do século XIX. Uma delas está associada a certas práticas político-religiosas que reuniam elementos do mundo cristão ocidental e do mundo indígena, às quais a literatura especializada tem chamado de *messianismo*, *profetismo*, *santidades*, *rebeliões proféticas indígenas*, cuja amplitude conceitual envolve não apenas as questões religiosas e culturais, mas também políticas e econômicas, acentuadas de forma diferente de acordo com o contexto histórico e social em que ocorreram esses movimentos, ou ainda, de acordo com as preferências teóricas dos estudiosos.<sup>397</sup>

<sup>396</sup> Na década de 1970, com a abertura da estrada BR-174, a construção da Hidrelétrica de Balbina e o processo de extração mineral na região, o Estado brasileiro sob o comando dos militares empreendeu uma nova guerra aos Waimiri impondo-lhes uma derrota militar importante e reduzindo sua população de cerca de 3.550 indivíduos para pouco mais de 300. A respeito da história de contato, dos conflitos e do genocídio, a que estes índios foram submetidos na década de 1970 pelas forças armadas brasileiras, Cf. especialmente: BAINES, Stephen Grant. “Censuras e memórias da pacificação Waimiri-Atroari”. Brasília: UnB, 1993. (Série Antropologia, 148); “*É a Funai que sabe*”: a Frente de Atração Waimiri-Atroari. Belém: MPEG, 1991. (Originalmente Tese de Doutorado defendida em 1988 na UnB); BAINES, Stephen Grant. “A usina hidrelétrica de Balbina e o deslocamento compulsório dos Waimiri-Atroari”. Brasília: UnB, 1994. 14 p. (Série Antropologia, 166); MONTE, Paulo Pinto. *Etno-história Waimiri-Atroari (1663-1962)*. Dissertação de Mestrado – PUC. Paulo: 1992; BANDEIRA, Alípio. Jauapery. 2ª ed. Manaus: Edua, 2009 (Séries Grandes Temas em Pequenos Formatos) e; RODRIGUES, João Barbosa. *Op. cit.*

<sup>397</sup> Há uma vasta bibliografia sobre este tema no Brasil, as reflexões aqui utilizadas dialogam com os estudos que já se tornaram referências, como os de: VAIFAS, Ronaldo. *A Heresia dos índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995; QUEIROZ, Maria Isaura de. *O Messianismo no Brasil e no mundo*. 2ª ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977 e; CASTRO, Eduardo Viveiros de. “O Mármore e a Murta: sobre a inconstância da alma selvagem”. In. CASTRO, Eduardo Viveiros de. *A Inconstância da Alma Selvagem* e outros ensaios antropológicos. São Paulo: Cosac & Naify, 2002, p. 181-264; WRIGHT, Robin M. *Op. cit.* 2005 e; CARVALHO JUNIOR, Almir Diniz de. *Op. cit.*, 2005.



Para o caso dos índios do rio Negro aqui discutido, toma-se como fonte a documentação encontrada nos RPPAM, dialogando, principalmente com os estudos de Robin M. Wright reunidos na obra *História Indígena e do Indigenismo no alto rio negro*, a partir de uma perspectiva que toma essas ações como um “movimento indígena” de cunho fortemente político, pautado nos problemas do passado e do presente das relações interétnicas naquela região. Este viés político da alteridade indígena e da mobilização étnica dos índios em resposta à política indigenista do Estado na região foi, ao que parece, a razão para uma reação militar imediata do governo provincial que, em seu discurso, buscava desqualificar e criminalizar as mobilizações indígenas do alto rio Negro.

No ano de 1857, as autoridades provinciais da capital abalaram-se com notícias de que líderes indígenas do rio Negro, já cristianizados se intitulavam como “santos” e mesmo como “Cristo” e percorriam o alto rio Negro e seus afluentes, principalmente o rio Içana, realizando atos religiosos contrários aos ditames da Igreja. No relatório provincial de 1858, o presidente Francisco José Furtado chama estes líderes de “charlatões” porque “iludiam” os “pobres indígenas” e “extorquiam” bens de seus seguidores, bem como realizavam e desfaziam casamentos em meio a “continuadas danças e orgias”.<sup>398</sup>

O fenômeno teria se iniciado com o índio venezuelano da etnia Baniwa, Venâncio Anizeto Kamiko, sua mulher e mais dois outros índios do rio Içana e, se espalhado, posteriormente, para outros rios da região do alto rio Negro. Os índios envolvidos no episódio do rio Içana utilizavam codinomes cristãos, respectivamente, Cristo, Santa Maria, São Lourenço e Padre Santo o que certamente irritava ainda mais as autoridades religiosas da província. Entretanto, essas “reuniões indígenas” têm vínculos históricos mais antigos na região da fronteira entre os territórios do Brasil e da Venezuela, um espaço geográfico habitado por muitas etnias e marcado por tensas e intensas relações interétnicas entre índios e não-índios e entre os próprios índios.

Uma leitura atenta na documentação e na bibliografia especializada, contudo, revela que não se tratava apenas de uma questão religiosa, mas de vários movimentos dos índios do alto rio Negro de cunho fortemente político em protesto e oposição a certos aspectos e práticas indigenistas do passado e do presente. Como veremos adiante, em algumas ocasiões esses movimentos utilizaram até mesmo armas para enfrentar as tropas policiais de repressão enviadas pelo governo provincial.

---

<sup>398</sup> RPPAM, Relatório de 1858, p. 3.

Um dos maiores especialistas deste tema no rio Negro, Robin M Wright, chama esse fenômeno de “rebeliões proféticas”, cuja origem teria sido fortemente influenciada pelos descendentes de negros e índios do lado venezuelano, conhecidos como “Zambos”, que tinham desde o século XVI, uma tradição de se rebelar contra os brancos colonizadores. Um dos descendentes destes “Zambos”, conhecido como Padre Arnaoud teria criado e ensinado o índio Venâncio Anizeto Kamiko. Wright observa a partir do relato do botânico inglês Richard Spruce do ano de 1853, que, neste ano, os Baré de San Carlos, povoado indígena do lado venezuelano, estavam organizando um massacre geral aos brancos, marcado para o dia de São João, quando acertariam “velhas dívidas”.<sup>399</sup>

A resposta do estado provincial às “reuniões indígenas” do rio Negro foi mais uma vez rápida, confusa e desastrosa para os índios e exemplifica bem uma das facetas da política indigenista do período na Amazônia. Assim que soube de tais fatos, o presidente Furtado ordenou, em novembro de 1857, como missionário daqueles índios frei Romualdo Gonçalves de Azevedo para que, na companhia do capitão Joaquim Firmino Xavier, encarregado das obras do rio Cucuí, cuidasse de “acquietar os ânimos” dos índios e chamá-los às suas malocas e ocupações.

A viagem, contudo, foi parcialmente frustrada se não desnecessária. Pois, antes que o missionário chegasse ao local, uma escolta armada enviada pelo comandante militar do Forte de São Gabriel, com aproximadamente 20 canoas de soldados foi ao baixo Içana. Essa escolta saqueou uma aldeia matando porcos e galinhas, roubou artesanatos, acabou com uma festa que os índios estavam realizando, dispersou o movimento e prendeu três índios idosos: Santa Maria, São Lourenço e Padre Santo, remetendo-os à capital. Além de interrogatórios e vexações, como de costume, estes líderes indígenas foram empregados nas obras públicas, sendo que um deles faleceu logo depois.<sup>400</sup>

Consta nos documentos provinciais que o líder, Venâncio “o Cristo”, escapou fugindo para as matas até alcançar o território da Venezuela, onde foi capturado e preso pelas autoridades locais e enviado para Caracas. Porém, segundo Wright, após esse ataque, Venâncio teria fugido para San Carlos, onde um de seus credores, provavelmente com quem ele havia contraído uma de suas dívidas, o prendeu e o enviou a San Fernando, de onde Venâncio teria fugido para o Rio Acque. Em 1861, Gonçalves Dias em visita à região

<sup>399</sup> WRIGHT, Robin M. *Op. cit.* 2005, p. 110-111. Este autor faz um levantamento de 15 destas “tradições proféticas” no rio Negro, entre 1857 e 1970, das quais oito se deram no século XIX. Cf. *Op. cit.* p. 157-158.

<sup>400</sup> RPPAM, Relatório de 7 de setembro de 1858, p. 3-4.

relatou sua presença neste rio e que ele continuava suas pregações. Depois desta data ele teria vivido ainda cerca de 40 anos, sendo noticiado por Koch-Grünberg como “um vagabundo, um hermafrodita”.<sup>401</sup>

Ainda de acordo com Wright, Venâncio Anizeto Kamiko nasceu na aldeia de Tsipiani, no baixo curso do rio Guainia, em território venezuelano. Foi criado por um famoso religioso de San Carlos, de nome Don Arnao, um *zambo*, cujo talento para cantar missas e liturgias, bem como sua intensa prática religiosa lhe rendeu o título de “Padre Arnaoud”. Nas narrativas orais dos Baniwa atuais e de outros índios do rio Negro, Venâncio aparece como um grande pajé com extraordinários poderes, entre eles o de se transformar para enganar e escapar de seus inimigos.

Na obra coletiva denominada *Livro dos Antigos Desana*, publicada em 2004 pela Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN), encontramos uma longa referência sobre Venâncio Anizeto Kamiko, como criador do Canto da Cruz, uma tradição de alguns grupos indígenas do alto rio Negro. Mas o que chama a atenção são as qualidades atribuídas a Kamiko: um profeta, um operador de milagre, um herói que se transformava para fugir dos inimigos e que era reconhecido como um sábio pelos brancos. A narrativa diz:

O Kamiko da tribo Baniwa foi quem começou a cantar o Canto da Cruz. [...] Ele morava no rio Orinoco. Ou outros o respeitavam muito porque ele era um profeta antigo. Por isso que eles o procuravam sempre. Os doutores dos brancos ouviram falar de Kamiko. Ouviram dizer que ele profetizava, que trabalhava com as coisas de Deus, que ele fazia milagres. Decidiram então averiguar se ele era mesmo um profeta.

Tiraram todas as coisas da casa dele. No entanto, mesmo assim, ele tinha tudo. Quando chegava a noite, ele iluminava a casa, mesmo sem ter nada para fazer isso. [...] Três dias depois, os brancos abriram a casa dele. Lá, havia tudo tipo de comida: abacaxi, banana, beiju, farinha, café, arroz etc. Havia também sanfona, violão etc. Era o Deus dos cristãos que tinha dado isso a ele.

É aquele mesmo que fala coisas de Deus, que faz milagres, começaram a dizer os brancos.

Mas eles ainda duvidavam. Eles fabricaram então uma caixa com tábuas, que pregaram. Depois, colocaram então Kamiko dentro da caixa, que eles afundaram no rio. Não deixaram nenhuma comida. Quando a noite chegou, Kamiko transformou a caixa, por meio de seu pensamento, numa canoa grande, e ficou bubuiando (flutuando) em cima da água. Ele passou a noite toda tocando música com violão e sanfona. A canoa grande ficou iluminada com lâmpadas. Quando amanheceu, a caixa afundou de novo no rio. Na noite seguinte, a caixa ficou de novo bubuiando em cima da água como uma lancha. Era o Deus dos cristãos que o alimentava quando ele estava preso dentro da caixa. [...].

-Ele é um verdadeiro sábio, disseram os brancos ao ver isso.

<sup>401</sup> Cf. WRIGHT, Robin M. *Op. cit.* 2005, p. 129-131.

[...]

- Ele é mesmo aquele homem que fala coisas de Deus, disseram de novo esses doutores dos brancos. Ele é mesmo um profeta!

Começaram a acreditar nele. Deram-lhe vestes, colares e fitas para se enfeitar.

Kamiko começou a ensinar os outros. [...]

[...] Quando ele estava prestes a morrer de velhice, ele avisou:

- Depois de minha morte eu vou voltar na forma de um menino. Vocês enterrem o meu corpo somente após a minha volta.

Assim fizeram. [...].<sup>402</sup>

Em abril de 1858, outro movimento messiânico se levantou na região do alto rio Negro, agora no rio Uaupés, nas localidades de Sant'Ana e São Marcelino, sob a liderança de índio Alexandre. Desta vez, por doença do reverendo Romualdo, frei Manoel de Santana Salgado assumiu a tarefa de “dissuadir” os índios. Sem experiência, sem espírito diplomático e enfrentando a oposição indígena comandada por Alexandre, frei Salgado cometeu um erro político e diplomático imperdoável para os índios: forçou um dos índios “principais” e dois de seus filhos a embarcarem como remeiros em sua canoa. Este fato ganhou repercussão rapidamente entre os índios, que lhe armaram uma emboscada na cachoeira do rio São Gerônimo, cujo resultado foi o ferimento do frei, de um seminarista e de um soldado.<sup>403</sup>

Posteriormente, o movimento foi aparentemente controlado pelas autoridades da capital, em outra expedição realizada em junho do mesmo ano. O “falso cristo” como foi chamada a liderança do movimento pelo presidente Furtado, refugiou-se nas matas juntamente com um de seus filhos e um enteado, não sendo preso. Porém, terminantes ordens de prisão lhes foram ordenadas às autoridades locais.

Em função desses fatos houve mudança da principal autoridade local responsável pelos índios. No final de junho, o presidente Furtado nomeou o capitão Francisco Gonçalves Pinheiro, nos dizeres do presidente “homem prudente e conhecedor das causas da Província”, como comandante do Forte de São Gabriel, subdelegado de polícia e Diretor Parcial dos Índios do rio Uaupés.<sup>404</sup>

<sup>402</sup> BAYARU, Tõrãmu; Ye Ñi, Guahari (Narradores). *Livro dos Antigos Desana* – Guahari Diputiro Porã. São Gabriel da Cachoeira, AM: FOIRN; ONIMRP, 2004, p. 656-7. (Coleção: Narradores Indígenas do Rio Negro, v. 7).

<sup>403</sup> RPPAM, Relatório de 7 de setembro de 1858, p. 4.

<sup>404</sup> *Ibid. Idem.*

Como causas do messianismo indígena, o governador mencionou a miséria e a ignorância dos índios, bem como o desmando, a avidez e o relaxamento de certas autoridades. Desta forma, transferiu a responsabilidade dos fatos à falha de algumas autoridades, inclusive religiosas, por terem a tarefa primeira de catequizar e civilizar os índios e à falta de capacidade dos índios de adaptarem-se ao mundo dos brancos.

Certamente, naquele momento, algo de muito grave estava acontecendo entre os índios do rio Negro, que lhes exigia respostas rápidas e definitivas de reordenação de seu mundo cosmológico e social e de sua existência material. Deste modo, as causas não estavam unicamente em eventuais falhas dos agentes do Estado ou na inadaptabilidade indígena, mas no continuado e agressivo processo de colonização que forçou os índios a dar respostas rápidas no intuito de reestabelecer suas vidas e o sentido de sua existência.

Além dos aspectos religiosos e culturais presentes no mundo indígena, outros fatores que envolveram as dimensões histórica e religiosa da presença dos colonizadores na região devem ser evocados para uma tentativa de compreensão do problema. Como se sabe, desde os primeiros tempos da colonização da região, os índios foram forçados a aceitar e confessar crença em ritos e práticas religiosas de tradição cristã católica. Tal prática apareceu entre os índios, muito ligada (para não dizer inseparável) do processo de invasão de seus territórios e de utilização quase sempre compulsória das suas riquezas e de sua força de trabalho. Descimentos, resgates e guerras justas faziam parte de mesmo processo de colonização em que padres, militares, moradores e até grupos indígenas inimigos invadiam o território do rio Negro dispersando, matando e aldeando os diferentes grupos indígenas daquela região. Dentro desse processo, símbolos religiosos e práticas de extermínio se misturavam e se complementavam: cruz e espada, fogo e fogueira, dízimos e impostos. Enfim, tudo era muito estranho e confuso para o mundo dos índios que teve de elaborar respostas culturais dentro desse novo contexto histórico.

Consta na documentação provincial que, por falta de missionários no alto rio Negro, índios e lavradores estavam passando para o lado venezuelano da fronteira, onde tinha padres.<sup>405</sup> As razões, contudo, deviam ser outras e estavam associadas às pressões sobre a força de trabalho indígena, às relações interétnicas com outros grupos fora dos limites geográficos do Império. Mas, de qualquer maneira, isso preocupava as autoridades brasileiras. Para dar uma resposta a esse problema, o presidente enviou em 1852, o frei

---

<sup>405</sup> RPPAM, Relatório de 30 de abril de 1852, p. 20.

Gregório José Maria de Bene, já com idade avançada, para missionar entre os índios do alto rio Negro. A documentação apresenta que, no decorrer de aproximadamente um ano, no afã de recuperar o trabalho da Igreja, frei Bene batizou aproximadamente 914 índios e fez 26 casamentos.<sup>406</sup>

Na documentação consultada encontra-se um mapa com 31 casamentos interétnicos e intraétnicos realizados por frei Bene, somente no segundo semestre de 1853.

---

<sup>406</sup> RPPAM, Relatório de 9 de maio de 1853, p. 11.

**Quadro 23**  
**Relação dos casamentos realizados por frei Gregório José Maria de Bene,**  
**missão do rio Uaupés e Içana, 1º trimestre de 1853.**

Nome dos casados		Idade		Etnia		Aldeia	
Homem (H)	Mulher (M)	H	M	H	M	H	M
Faustino (tuxaua)	Izabel	25	18	Kubeo	Tariano	Mutuncachoeira	Mutuncachoeira
Gavino	Joana	25	20	Kubeo	Tariano	Idem	Idem
Macano	Gregorina	35	30	Kubeo	Kubeo	Idem	Idem
José (principal dos Ananá)	Victória	50	55	Ananá	Ananá	Aracapury	Aracapury
Gregório Dias (filho do principal José)	Domiciana	30	38	Ananá	Ananá	Idem	Idem
Jesuino (irmão do principal José)	Michaela	24	30	Ananá	Tariano	Caruru Cachoeira	Caruru Cachoeira
Gregório Mirelli (tuxaua dos Piratapuia)	Maria Catharina	25	30	Piratapuia	Tukano	Papury	Papury
Miguel (tuxaua dos Tucano)	Cecilia	40	35	Tukano	Tariano	Pacúcachoeira	Pacúcachoeira
Frutuoso	Bernarda	25	20	Tariano	Tariano	Iauariticachoeira	Iuquirara-pecona
Manoel	Nazarina	40	38	Piratapuia	Piratapuia	Iaquirara-pecona	Idem
José	Eugênia	30	20	Juruá	Dessana	Idem	Idem
Marcos	Joaquina	38	36	Juruá	Dessana	Idem	Idem
Joaquim	Veronica	48	40	Tariano	Tariano	São Joaquim	São Joaquim
José	Páscoa	25	20	Dessano	Dessano	Idem	Idem
Manoel do Carmo	Luzia Maria	30	25	Tariano	Tariano	Idem	Idem
Lorentino	Margarida	20	25	Dessano	Ananá	Idem	Idem
Joaquim	Rita	30	28	Tariano	Tariano	Idem	Idem
Justo	Cecilia	28	24	Piratapuia	Dessano	Idem	Idem
Joaquim	Anna	30	20	Tukano	Dessano	Idem	Idem
Jose	Firmina	25	30	Tukano	Tukano	Idem	Idem
Angelo	Joana	28	23	Tariano	Dessano	Idem	Idem
Miguel	Sabina	25	18	Tariano	Dessano	Narnarara-pecona	Narnarara-pecona
Gregório	Perpétua	35	30	Dessano	Tukano	Idem	Idem
Lucas	Delfhina	25	20	Tariano	Tukano	Idem	Idem
Silvestre	Joaquina	24	25	Dessano	Dessano	Idem	Idem
João	Hallena	28	25	Tukano	Arapasso	Idem	Idem
Joaquim	Anna	30	28	Tukano	Dessano	Idem	Idem
Caropim	Veneranda	26	20	Iravassú	Tariano	Idem	Idem
José	Hellena	16	11	Baniwa	Baniwa	São Joaquim	São Joaquim
Gaiotão	Claudina Maria	20	18	Baniwa	Baniwa	Idem	Idem
Manoel Rodrigues	Maria	25	20	Tariano	Tariano	Idem	Idem

Fonte: Quadro organizado pelo autor a partir do “Mapa demonstrativo dos neófitos da nova Missão do rio Uaupés e Içana, unidos em matrimônio no 1º trimestre do corrente ano de 1853”. In. ESTADO DO AMAZONAS. *Revista do Arquivo do Amazonas*, ano I, v. I, nº 2, 23 de outubro de 1906, p. 32-33.

Chama a atenção no mapa de frei Bene, que dos 31 casamentos apenas 5 homens e 14 mulheres tinham menos de 25 anos, uma faixa etária alta para matrimônios indígenas. Estes números podem sugerir que a ausência contínua de padres naquela região ocasionou

uma demanda reprimida de casamentos entre casais que já viviam juntos há algum tempo. Mas há outros aspectos a serem considerados. Um deles diz respeito à presença sempre atrativa do padre e de todo o aparato humano e material que ele mobilizava no meio dos índios. Sua presença na região, fosse como uma simples oportunidade de celebrar cultos e festividades religiosas, fosse como atração comercial que oportunizasse troca e/ou aquisição de objetos e mercadorias novas ou, fosse, ainda, como força repressiva que estabelecia castigos e ameaças aos que se negassem a participar daqueles ritos religiosos ou, força aliada, na luta de certos grupos indígenas contra posturas e comportamentos de agentes do Estado, colonos ou comerciantes locais que lhes exploravam ou maltratavam, era de fato um acontecimento e, sua permanência representava um agente importante nas relações interétnicas. Já foram mencionados em capítulos anteriores, relatos de religiosos nos quais os índios denunciavam agentes locais (regatões, diretores de aldeias etc.) como também, relatos dos índios por meio dos diretores de maus tratos praticados pelos padres.

Os sacramentos administrados por frei Bene, especialmente, os casamentos certamente seguiam as regras gerais da Igreja Católica, mas tudo indica que feriam as relações sociais de parentesco estabelecidas entre os grupos étnicos daquela região. Robin Wright observa que este frei “casou pessoas da mesma fratria, o que é uma violação de costumes para os Tukano e Baniwa”.<sup>407</sup> Tais casamentos, aliás, serão objetos de críticas e de ações dos próprios índios que, em suas “rebeliões proféticas”, acabaram por reordenar certas práticas religiosas na perspectiva dos índios.

O messianismo indígena do rio Negro não pode ser visto como um fenômeno que só existiu pela ausência da Igreja ou dos trabalhos dos padres na região como aparece nos documentos provinciais e em parte da historiografia tradicional. É mais do que isso. Parece-nos uma tentativa de diálogo do mundo indígena com o mundo ocidental, marcando o caráter transitório e adaptativo das identidades indígenas expressas em símbolos e práticas reelaboradas a partir da experiência de contato e de acordo com o contexto histórico no qual estavam inseridos. O índio Alexandre, por exemplo, pregava que o mundo todo arderia em chamas no dia de São João e que só subiria aos céus, quem melhor dançasse e pagasse suas obrigações.<sup>408</sup>

Num esforço analítico podemos aproximar elementos da tradição indígena e ocidental presentes no mundo indígena no alto rio Negro. Termos aparentemente opostos

<sup>407</sup> WRIGTH, Robin. *Op. cit.* 2005, p. 113.

<sup>408</sup> RPPAM, Relatório de 7 de setembro de 1858, p. 5.



emergentes no discurso indígena podem ser ligados a outros constantes na prática colonial. Assim, a imagem da “fogueira” utilizada simbolicamente no dia de São João pelos cristãos católicos para queimar os pecados e selar novos laços e relações sociais na terra entre compadres e comadres que dançam em torno da “fogueira-de-são-joão”, associada à imagem do “fogo” representando uma espécie de castigo final do fim dos tempos no discurso do índio Alexandre. Em termos da história do contato, não se pode esquecer que nas guerras contra os índios o “fogo” era utilizado para queimar e destruir as aldeias atacadas marcando a ideia de “fim”, sendo, por isso, uma constante ameaça para os “índios rebeldes”. Deste modo, “fogo” e “fogueira” constituem exemplos de símbolos complementares retirados no mundo ocidental e reelaborados pelos índios num contexto de reelaboração simbólica e identitária lida, paradoxalmente, pelos administradores do Estado como uma ameaça à própria Igreja e à sociedade colonial.

Vemos aqui uma relação tensa e dialógica entre símbolos, imagens e normas do mundo ocidental sendo relidos pelo mundo indígena em transformação na Amazônia imperial. Essa metamorfose indígena, contudo, não poderia ser compreendida no século XIX em que a ideia de identidade indígena assumiu um caráter fixo e estanque oriundo da ideia do índio como um ser “primitivo”.

Por outro lado, essas práticas milenaristas se colocavam como uma ofensa frontal às normas e às autoridades da Igreja porque se opunham às doutrinas, a certos ritos e à própria hierarquia eclesial. Mais que isso, constituía-se num “perigo real” à ideia de “tranquilidade pública” preconizada pelos dirigentes da Província sempre atentos a qualquer tentativa de “reunião” ou “movimento” por parte dos índios que pudessem trazer perigo às formas de controle social, impostas pelo Estado.

Assim, as “reuniões” dos índios do rio Negro, foram logo reprimidas e controladas ao menos em termos formais pelas autoridades e, suas lideranças foram tratadas como “perigosos charlatões”. Aqueles que foram aprisionados foram condenados a trabalhos compulsórios na capital da Província; os que escaparam foram considerados fugitivos.

A título de considerações finais deste capítulo, é interessante constatar que as reações indígenas às ações dos brancos de um modo geral na região do rio Negro, na segunda metade do século XIX, têm marcadores históricos de longa data, os quais mostram a necessidade de superar certa posição historiográfica que vê a intransponível dicotomia entre “índios” e “brancos”. Ou seja, embora se possa fazer esta polarização em termos didáticos no sentido de se obter uma estratégia de abordagem temática que estabeleça a demarcação, de traços gerais dessas relações, como se faz nesta tese, à diversidade de sujeitos sociais, de respostas e às contradições internas, tanto do “mundo dos brancos” como do “mundo dos índios”, sinalizam cada vez mais para a atenção que se deve dar à complexidade dessas relações.

Por outro lado, partindo-se do princípio de se tomar as ações e reações indígenas enquanto atitudes políticas pensadas estrategicamente por estes sujeitos sociais, as alianças e as rivalidades, incluindo as guerras e as rebeliões envolvendo “índios e brancos” devem ser pensadas ao mesmo tempo como produto e como fonte dessas relações. O caso dos Waimiri-Atroari, aqui exemplificado, corrobora com essa perspectiva ao demonstrar estes índios não apenas como “guerreiros indomáveis”, imagem cunhada pelo discurso oficial tendo por base seus primeiros contatos com os brancos, mas também como “gente de paz”, à medida que estabeleciam relações pacíficas com os brancos, quando isto, de algum modo, lhes interessava, ou quando não havia outra opção.

Em suas relações com os “brancos” estes índios, grosso modo, utilizaram três tipos de estratégia de contato: respondendo belicamente suas agressões, promovendo ações preventivas e de defesa de seus territórios, e estabelecendo períodos de paz mais ou menos duradouros. Cronologicamente, podem-se verificar ações bélicas em meados do século XIX, com incursões pontuais pelo seu território e enfrentamentos bélicos às tropas do governo imperial; um “momento de paz” no final do século, com ações indigenistas de Barbosa Rodrigues, e um novo confronto na segunda metade do século XX com as forças armadas do regime militar brasileiro. Não cabe aqui um aprofundamento do sentido da “guerra Waimiri-Atriari”, mas seu estudo poderia revelar informações importantes da etnogênese indígena. Aliás, no tocante à guerra indígena, John Monteiro, inspirado nos estudos de Boccara sobre a etnogênese e a guerra entre os Mapuche, adverte que em relação aos Tupi, há numerosos

estudos que enfatizam a guerra, mas poucos os que tratam de sua “transformação”, que esta pode ser também uma chave importante para a história indígena.<sup>409</sup>

Neste contexto, não se pode pensar a chamada “resistência indígena” como uma oposição obstinada dos índios contra os brancos, nem tampouco, o binômio guerra/fuga como sua chave explicativa, muito menos ainda como a única opção dos índios. Ao contrário do que pode sugerir a frase de Joaquim Nabuco, os povos e populações indígenas do rio Branco não podem ser vistos apenas como as “muralhas do sertão” no sentido de ser algo intransponível, duro, fixo, mas como um fator essencial, sem o qual não poderia haver a colonização. Dito de outra maneira, fosse como “aliado” ou como “inimigo”, os “brancos” tinham que levar em conta os índios em qualquer ação do projeto de colonização.

Por sua vez, as “rebeliões proféticas” enfatizam outras formas de resistência indígena no rio Negro. Aqui, “índios cristãos”, para utilizar a expressão de Almir Diniz de Carvalho Júnior e não índios “selvagens” e/ou “pagãos” protagonizam ações e reações indígenas que mobilizam, principalmente, mas não exclusivamente, elementos religiosos e políticos do “mundo dos brancos” e do “mundo dos índios”, apontando muito claramente, a necessidade de se pensar a história indígena do indigenismo como algo definitivamente imbricado.

---

<sup>409</sup> MONTEIRO, John. *Op. cit.* 2017. In: FAUSTO, Calos & MONTEIRO, John. *Tempos Índios: história e narrativas do Novo Mundo*. 2007, p. 25-65; p. 39. Disponível em: [www.ifch.unicamp.br/ihb/HS18-09textos/JMMEtnocidio](http://www.ifch.unicamp.br/ihb/HS18-09textos/JMMEtnocidio). Acesso em 28/04/2015.

## **Capítulo V – Outras faces da resistência: “incursões”, “assaltos” e “correrias” indígenas na região Madeira-Purus**

Este capítulo procura abordar as diferentes formas de resistência dos índios habitantes dos rios Madeira e Purus às incursões dos brancos aos seus territórios, bem como alguns conflitos entre os próprios grupos indígenas. Busca-se com isto elucidar as diversas estratégias dos índios de defender seus interesses, o que – embora fosse preponderante - não se dava somente num confronto bipolar entre “índios” e “brancos”, mas num complicado quadro de relações interétnicas que incluía rivalidades, conflitos e alianças entre os grupos indígenas e destes com os brancos.

O palco desses conflitos é a região aqui chamada de Madeira-Purus que, por um lado, agrupa diferentes povos indígenas e múltiplas formas de relações entre si e com os brancos, e por outro lado, guarda certa similaridade em termos das respostas dadas pelos índios dessa região à penetração dos brancos nesses dois rios. Esta similaridade é caracterizada pelas formas de enfrentamento às invasões e à exploração de seus territórios, feita por meio de táticas de guerrilha, ou seja, de ações bélicas pontuais, em pequenos grupos em pontos diferentes do território. A estas formas de resistência indígena as fontes oficiais chamam de “incursões”, “assaltos” e “correrias”.

Antes de se discutir mais detalhadamente estes conflitos, é preciso acentuar que no âmbito da política indigenista da província do Amazonas para esta região, o período é marcado por um crescente interesse de tornar viável e segura a penetração de pessoas, empresas e agentes do Estado nos cursos dos rios Madeira e Purus, principalmente, a partir da década de 1870, quando a borracha começa a ganhar importância econômica no mercado internacional, atraindo para esta região grandes investimentos e interesses nacionais e internacionais. Neste contexto, o Estado dará grande atenção aos problemas políticos e diplomáticos relativos à abertura dos portos do Amazonas, à navegação internacional e também às “questões de fronteira”, com a vizinha Bolívia.<sup>410</sup>

Do ponto de vista da história dos povos indígenas desta região, este período será uma “segunda fase” de maior e mais contínuo contato com os brancos. Agora, não mais com os

---

<sup>410</sup> As relações diplomáticas do Brasil com a Bolívia sobre estas questões naquele momento, tinham como pano de fundo a importância da borracha no mercado internacional, fato que fez emergir três assuntos que dominaram as discussões diplomáticas entre estes dois países: a construção de uma estrada de ferro (conhecida como Madeira Mamoré), a migração de nordestinos para aquela fronteira e, a chamada “questão do Acre”, cujo desdobramento resultou na anexação daquele território ao Brasil no início do século XX.

jesuítas e suas missões, ou simplesmente com os mercadores de “drogas do sertão”, mas com agentes ou de funcionários do Estado (leigos ou missionários) na condição de diretores de aldeamentos indígenas e com empresas e grupos especializados na exploração de recursos naturais.

Esta nova fase de ocupação e de exploração da região e, por conseguinte, de contato com os índios terá um elemento novo e, de certo modo, determinante para a demografia regional para as relações entre “índios e brancos”. Trata-se da grande leva de migrantes nordestinos, determinados (ou forçados) a invadir os territórios dos índios para identificar, localizar e extrair o látex das seringueiras nativas. Este seguimento de trabalhadores, conhecido como “seringueiros” não será apenas o principal agente da empresa seringalista no interior da selva, mas, talvez o seu principal braço armado. Abrindo estradas dos seringais, extraindo o látex das árvores ou carregando o produto nos comboios pelas florestas e rios, os seringueiros eram o ponto mais avançado (floresta adentro) do sistema de extração da borracha e isso lhes colocavam diretamente na frente da batalha com os índios, quase sempre, dentro dos territórios tradicionais destes últimos.

Estes novos agentes não levaram para o meio dos índios apenas uma “estranha obstinação” para o trabalho na selva, impulsionada, obviamente, por sonhos de riquezas e/ou por dívidas intermináveis com seus “patrões”, mas a intensificação dos contatos e dos conflitos interétnicos entre índios e brancos nesta região. Outro resultado foi o aumento da proliferação das doenças e epidemias mortais para os índios; bem como a disputa por áreas de caça e de pesca e, também, por mulheres. Como se verá adiante, muitos dos confrontos entre seringueiros e índios, resultará no “rapto de mulheres” de ambos os lados.

#### 4.1 – Desbravando os “sertões”: notícias e memórias dos rios Madeira e Purus

Durante o século XVIII, mas, sobretudo, na sua segunda metade, o rio Madeira passou a ser considerado estratégico pela Coroa portuguesa tanto pela sua localização geográfica, uma vez que representava uma importante rota entre o Grão-Pará e o Mato Grosso rumo à fronteira com a Espanha, no que vai ser depois a Bolívia, quanto pelas suas riquezas naturais, as chamadas “drogas do sertão”. Marta Rosa Amoroso destaca que a abertura oficial do rio Madeira se deu em 1753, atendendo ao “tráfico das monções” e, que essa liberdade de navegação coincidiu também com as notícias da expansão dos Mura para

os rios Negro, Solimões e Japurá, período em que começaram a correr notícias de muitos “saques” e “correrias” praticados por esses índios.<sup>411</sup>

Ao mesmo tempo, o potencial agrícola do rio Madeira voltado para a produção de cacau e tabaco, assim como a possibilidade de controle da mão de obra indígena ali existente, caracterizava este rio como uma fronteira a ser desbravada e conquistada pela Coroa portuguesa. Estas preocupações foram salientadas muito claramente pelo naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira quando esteve na região entre 1788 e 1790.<sup>412</sup> Tais preocupações e interesses, aliás, davam-se também em relação a toda a região sul do Grão-Pará, muito distante de sua capital, Belém.

Um dos produtos que mais despertou o interesse dos portugueses no período colonial foi o cacau que, nas décadas de 20 e 30 do século XVIII, proporcionou um crescente número de entrada de canoas de comerciantes à região. Só para se ter uma ideia, Décio Marcos A. A. Guzmán acentua que em 1729 o número de canoas que subiam o rio Amazonas para explorar esse produto subiu de 80 para 110 e, em 1736, alcançou um total de 320.<sup>413</sup> Um dos principais destinos destas canoas era o rio Madeira.

Contudo, o comércio de cacau e de outros produtos não se fazia, obviamente, sem a participação intensa da mão de obra dos índios que, por sua vez, era objeto de disputa entre os colonizadores e deles, com os índios, gerando outro item concorrido do comércio no rio Madeira setecentista: a mão de obra indígena. A cruz e o cacau parecem ter sido os dois primeiros elementos a impulsionar a colonização dessa região. No ano de 1749, já existiam duas feitorias portuguesas neste rio dedicadas ao cultivo do cacau.<sup>414</sup> Concomitantemente, os jesuítas subiam os rios Tapajós e Madeira espalhando missões e aldeamento entre os índios, ou conforme destaca Amoroso: “semeando aldeias e colhendo cacau”.<sup>415</sup> As

<sup>411</sup> AMOROSO, Marta Rosa. *Guerra Mura no século XVIII: versos e versões. Representações dos Mura no Imaginário Colonial*. Dissertação de Mestrado. Campinas: IFCH-Unicamp, 1991, p. 5. A “guerra” e a “redução” dos Mura na segunda metade XVIII foram estudadas também por Francisco Jorge dos Santos. Cf. SANTOS, Francisco Jorge dos. *Op. cit.*, 1999, especialmente, o capítulo III, p. 67-92. Sobre o “tráfico das monções” e suas implicações para o trabalho e para a mão de obra indígena, ver: GODIY, Silvana Alves de. “Pilotos, remeiros, proeiros e guias na Rota das Monções (Séculos XVIII – XIX).” Curitiba: 4º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. 2009. Disponível no site. [www.escravidaoeliberdade.com.br](http://www.escravidaoeliberdade.com.br). Acesso, em 23 de maio de 2015.

<sup>412</sup> Cf. AMOROSO, Marta Rosa. *Op. cit.* 1991.

<sup>413</sup> Cf. GUZMÁN, Décio Marcos Antônio de Alencar. *Histórias de Brancos: memória, história e etno-história dos índios Manao do rio Negro (Séculos XVIII–XX)*. Dissertação de Mestrado – IFCH, Unicamp: Campinas-SP, 1997, p. 26.

<sup>414</sup> MENÉNDEZ, Miguel A. “A Área Madeira Tapajós: situação de contato e relações entre colonizador e indígenas”. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p.281-296; p. 288.

<sup>415</sup> AMOROSO, Marta Rosa. *Op. cit.*, 1991.

plantações de cacau faziam parte da paisagem deste rio. Em 1831, de passagem pelo rio Amazonas, Henrique Lister Maw, avistou na desembocadura do rio Madeira uma “chacra de cacau”, com uma boa casa e cujas árvores “distinguiam-se das demais folhagens por ser de uma cor mais amarelada do que o mato próximo”.<sup>416</sup>

Havia, contudo, outros interesses da economia colonial que interferiram na história do rio Madeira e de seus habitantes. Um deles era a preocupação com a fuga de escravos negros e com o tráfico de ouro pelo curso do rio Madeira. Por conta disto, conforme Miguel Menéndez, este rio ficou fechado oficialmente à navegação do final do século XVIII até 1852, uma vez que havia uma reconhecida rota de fuga de escravos que iam de Belém para trabalhar na exploração de ouro em Cuiabá e de comércio ilícito de ouro, entre a província de Mato Grosso e a do Grão-Pará.<sup>417</sup>

De fato, a abundância de “riquezas naturais” e a posição geográfica estratégica para o comércio e navegação, colocou o rio Madeira no centro das preocupações da Coroa nesta parte da colônia. Segundo Alfredo Wagner Bueno de Almeida, desde o século XVIII e, principalmente, durante o século XIX, a documentação sobre o Madeira (relatos, mapas, representações iconográficas etc.) destaca as riquezas naturais, como os recursos hídricos e com os povos indígenas. No século XIX, houve uma preocupação especial com a geopolítica e com as potencialidades econômicas, que incluía, claramente, o uso da mão de obra indígena, bem como a utilização de outras riquezas da floresta, tais como: a borracha e a castanha.<sup>418</sup>

Em meado do século XIX, de acordo com Henry Walter Bates, o rio Madeira era navegado numa extensão de 700 km até às cachoeiras do seu alto curso. A partir daí, estendia-se por mais 240 km que intercalavam de trechos de correntezas e cachoeiras e trechos de águas tranquilas. Ainda de acordo com esse cientista, desciam e subiam muitas canoas por este rio, no entanto, “o número não era tão grande como em outros tempos”. Bates destacou ainda que foi informado que já eram poucas as “pessoas que se aventuraram a subir o rio até aquele ponto, nos últimos anos”.<sup>419</sup>

---

<sup>416</sup> MAW, Henrique Lister. *Narrativa da passagem do Pacífico ao Atlântico, através dos Andes nas províncias do norte do Peru, e descendo pelo rio Amazonas, até ao Pará*. Manaus: Associação Comercial do Amazonas/Fundo Editorial, 1989, p. 218-219.

<sup>417</sup> MENÉNDEZ, Miguel A. *Op. cit.*, p. 288.

<sup>418</sup> ALMEIDA, Alfredo Wagner B de (Org.) *Op. cit.*, 2009, p. 16.

<sup>419</sup> BATES, Henry Walter. *Op. cit.* p. 124.

Na segunda metade do século XIX, três fatores vão colocar o rio Madeira ainda mais no centro das preocupações do governo e dos projetos econômicos de grande vulto. O primeiro foi a criação da Província do Amazonas, com a sede em Manaus, não muito distante da desembocadura deste rio, o que facilitará uma maior presença do Estado e de seus agentes nessa região. Essa presença começou a se dar, não apenas por meio de viagens de agentes do Estado pelo curso do rio Madeira e de seus principais afluentes, mas, também e principalmente pela instalação de várias diretorias parciais indígenas, tanto na calha deste rio, como no curso do Paraná do Ramos, que o liga com o baixo Amazonas. O segundo, foi a abertura dos portos do rio Amazonas ao comércio exterior em 1866, que acabou por colocar também o rio Madeira como uma das rotas mais estratégias para o comércio e para a exploração de riquezas naturais.<sup>420</sup> O terceiro, por sua vez, foi a exploração econômica da borracha deslanchada, principalmente, a partir das duas últimas décadas do século XIX.

O rio Madeira, por sua vez, era também um rio de comunicação, migração, perambulação e comércio entre os diferentes grupos indígenas da Província do Amazonas e os da Província de Mato Grosso. Esta dinâmica populacional incluía também as populações indígenas para além das fronteiras do Império brasileiro. O casal Agassiz encontrou em 1866, na vila de Maués, um grupo de “ndios bolivianos” que traziam para vender no Brasil “mantos”, ou seja, roupas longas de algodão coloridas, que foram logo consumidas pela população local e, inclusive, por membros da expedição de Agassiz.<sup>421</sup>

Este conjunto de fatores e, especialmente, a exploração da borracha, aumentar a pressão sobre os territórios e a mão de obra dos índios da região o que resultará em várias ações e reações indígenas contra os “brancos”. Um testemunho de Henry Bates d conta de que, no ano de 1853, muitos coletores de borracha começaram a subir este rio, mas foram impedidos pelos ndios Arara que “atacaram diversas embarcações e trucidaram todos a bordo, não são os mercadores brancos quanto os tripulantes indígenas”. Ainda segundo Bates, em represália, os comerciantes de Borba passaram a persuadir os Mundurucu, que “tinham rinchas antigas com a Arara” a combatê-los. Estes conflitos teriam tornado as viagens rio Madeira acima “uma arriscada aventura”.<sup>422</sup> Estava assim marcado, o que seria uma

<sup>420</sup> A chamada “abertura dos portos” no rio Amazonas foi cercada de um intenso debate diplomático e político interno e externo, com clara pressão dos EUA, mas também de países limítrofes com o Brasil, como o Peru e a Bolívia. Cf. PALM, Paulo Roberto. *A abertura do rio Amazonas  navegação internacional e o parlamento brasileiro*. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2009.

<sup>421</sup> AGASSIZ, Luiz e AGASSIZ, Elizabeth Cary. *Op. cit.* p. 190.

<sup>422</sup> BATES, Henry. *Op. cit.*, p. 125.



constante por toda a segunda metade do século XIX: os conflitos entre índios e brancos na região do rio Madeira.

É justamente neste contexto socioeconômico que o rio Purus,<sup>423</sup> vizinho ao Madeira, ganha maior importância no cenário econômico, político e indigenista da Província do Amazonas. Contudo, embora em menor escala, este rio também já fazia parte de atividades econômicas de extração e coleta de produtos naturais desde pelo menos o início do XIX. Na década de 1820, os cientistas Spix e Martius estiveram na região e encontraram na desembocadura do rio Purus uma importante atividade de coleta de ovos de tartaruga e fabricação da manteiga a partir de óleo extraído dos ovos desse quelônio. Relataram os cientistas que trabalhavam nessa atividade cerca de 350 homens, na qual havia, inclusive, um oficial da Vila da Barra nomeado pelo governo como “capitão” daquelas paragens. Os cientistas observaram o envolvimento de grande número de índios Purupuru que “ofereciam seus serviços como serventes durante o período da colheita dos ovos, em troca de um machado ou de um côvado de tecido de algodão”.<sup>424</sup>

Mas foi com a valorização da borracha no mercado internacional que os rios Madeira e Purus entraram definitivamente para a agenda de prioridade do governo e das empresas seringueiras. De acordo com Barbara Weinstein: “a penetração em novas zonas produtoras de borracha tornou-se preocupação especial das casas aviadoras na década de 1860”, mas

[...] enquanto, durante os primeiros anos, apenas uns poucos municípios paraenses (Breves, Anajás, Melgaço e Gurupá) haviam respondido pela maior parte da borracha produzida, na década de 70 a extração da borracha havia se espalhado para o oeste, no baixo Xingu e no Baixo Tapajós, no Pará, e, de maneira mais impressionante, no Amazonas, nas zonas ricas em seringueiras dos rios Solimões, Madeira, Purus e Juruá.<sup>425</sup>

Por conta desses diversos interesses, uma série de viagens de reconhecimento territorial e de identificação dos povos indígenas e das riquezas naturais da região começou a

<sup>423</sup> No período colonial, o rio Purus foi conhecido como Cuchiguara (ou Kuxiuara, grafia atual) como era chamado pelos índios que lá habitavam e que tinham o mesmo nome. Padre Cristobal de Acuña o chamou também de “rio de los Gigantes” numa referência às notícias de que lá foram vistos índios de até 16 palmos de altura. Cf. ACUÑA, Cristoval de. *Nuevo descubrimiento del Gran rio de las Amazonas*. Madri: Imprensa Real, 1641, p. 30. (Acervo digital da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro). O nome Purus foi dado posteriormente a este rio e origina-se dos índios Purupuru que habitavam as ilhas e várzea da sua foz.

<sup>424</sup> SPIX e MARTIUS. *Op. cit.* p. 168. Os índios Purupuru encontrados por Spix e Martius, ficaram conhecidos na literatura por apresentarem várias manchas na pele. Tais “anomalia” acometiam também os índios Catauixi e Amamadi (Jamamadi) e outros do rio Japurá e de outras partes do Brasil, conforme esta mesma fonte.

<sup>425</sup> WEINSTEIN, Barbara. *Op. cit.*, 1993, p. 71.

ser realizada com o fito de dar suporte às ações de colonização e de exploração econômica dessa região. O governo imperial estava interessado também em confirmar informações sobre uma ligação entre os rios Madeira e Purus através do rio Ituxi, o que facilitaria a trafegabilidade e o transporte de mercadorias na região.

As viagens de reconhecimento dos rios Madeira e Purus na segunda metade do século XIX são de especial relevância para a história social desses dois rios, mereciam até um capítulo à parte nesta tese, não fosse nossa opção metodológica por uma leitura mais ampla da história indígena e do indigenismo que abrangesse a província como um todo. Entretanto, vale ressaltar que, para Davi Avelino Leal, a partir da década de 1860, o rio Madeira passou a ser “esquadrinhado por cientistas, viajantes naturalistas e principalmente por engenheiros” e até por homens da literatura, como Gonçalves Dias.<sup>426</sup> Esse “esquadrinhamento” tinha a clara intenção de estudar para conhecer e explorar as potencialidades econômicas da região. Ressalte-se, ainda, que em certa medida isso se aplica também ao rio Purus. Neste momento se observa um grande empenho do governo provincial no intuito de aproveitar todo o conhecimento existente na época, técnico e prático, para pô-lo a serviço dos interesses econômicos e da própria política indigenista.

Do conjunto de viagens e de personalidades vale a pena destacar aquelas realizadas pelo engenheiro ferroviário João Martins da Silva Coutinho e por Manoel Urbano da Encarnação. Este último, um homem sem diploma universitário, mas que se destacou por seus conhecimentos práticos de extrema utilidade para a política indigenista da época. Tais viagens foram feitas, ora em conjunto ora em separado, mas tinham basicamente as mesmas finalidades: fazer o reconhecimento das riquezas naturais; realizar estudos das características geográficas da região; e realizar levantamentos sobre a localização e o modo de vida dos índios.<sup>427</sup>

Estes dois homens de origens distintas, completaram-se no campo indigenista. Um oferecendo seus conhecimentos técnicos; outro, seus conhecimentos práticos. Deste modo, parte das informações prestadas pelo engenheiro Coutinho ao governo imperial e que serviram de base para as ações do governo naquela área, foi dada pelo prático, Manoel Urbano, figura emblemática do indigenismo nos rios Purus e Madeira. De regatão e informante sobre os índios dessa região a viajantes, cientistas e ao próprio governo, passou a

---

<sup>426</sup> LEAL, Davi Avelino. *Op. cit.* 2003, p. 32.

<sup>427</sup> Cf. O conteúdo de tais viagens são encontradas nos RPPAM de 3 de março de 1861; de 1º de outubro de 1864 e; de 8 de maio de 1865.

assumir cargos de confiança no governo, sendo nomeado encarregado dos trabalhos de reconhecimento do Purus em 1854 e diretor parcial de índios, em 1861.<sup>428</sup>

Manoel Urbano é um dos exemplos de como o governo imperial utilizou-se de vários agentes locais - índios e não índios – para tentar pôr em prática sua política indigenista e de colonização de áreas ainda não exploradas da província. No caso do Purus, particularmente, esse tipo de “agente” teve papel fundamental, pois, usando de seu poder e influência de regatão e de seu conhecimento prático sobre a região e, principalmente, sobre as populações indígenas, ele se colocava como um “interlocutor” imprescindível no contato entre os índios e os agentes do Estado, viajantes, missionários e demais “brancos” que pretendessem se comunicar ou trabalhar com os índios.

Desta forma, a partir da segunda metade do século XIX, os interesses do governo provincial pela região aumentaram consideravelmente. Fosse para fins de interesse estratégico do Estado, fosse por pressão internacional em relação à navegação dos rios amazônicos, fosse, ainda, pelos interesses do mercado da borracha que se tornava cada vez mais importante nas últimas décadas do século, os rios Madeira e Purus ganhavam cada vez mais as páginas da imprensa oficial, particularmente, dos RPPAM.

Este processo, contudo, teve consequências importantes para as relações interétnicas dessa região. As pressões, geralmente agressivas, de regatões, pescadores, caçadores, agentes indigenistas, missionários, coletores de castanha e extratores de látex sobre o território e sobre os recursos naturais desta região da Província, teve respostas firmes e, por vezes, igualmente agressivas das populações indígenas que ali habitavam.

#### 4.2 – Vidas “errantes”: “ataques” e “correrias” indígenas nos rios Madeira e Purus

Logo nos primeiros anos da administração provincial no Amazonas, as páginas dos relatórios administrativos do governo noticiaram a reação dos índios dos rios Madeira e Purus às invasões de seus territórios e, principalmente, de suas áreas de caça e de pesca. Em setembro de 1852, em Fala dirigida à Assembleia Legislativa da Província do Amazonas, o vice-presidente Manoel Correa de Miranda, retrata o que seria uma tônica da documentação

---

<sup>428</sup> Cf. Sobre este personagem confira o instigante artigo de Antônio Alexandre Isidio Cardoso, intitulado: “O mundo de Manoel Urbano da Encarnação: indígenas, regatões, migrantes e fugitivos no avanço rumo ao oeste amazônico no século XIX”. In. *XXVII Simpósio Nacional de História* - ANPUH, Natal-RN, 2013. GT: Conhecimentos Históricos e Diálogo Social. Disponível do site [www.snh2013.anpuh.org](http://www.snh2013.anpuh.org). Acesso em 09/05/2015.

oficial a partir de então: a contradição entre um suposto espírito “pacífico e ordeiro” do amazonense e a índole traiçoeira e vingativa do “selvagem errante”. Reportando-se a dois fatos ocorridos no rio Madeira assim se expressou Correa de Miranda:

A profunda paz e o sossego de que gozam esta Província têm-se conservados inalteráveis.

Dois fatos, porém, notáveis ocorreram. No entanto, não afetaram a pública tranquilidade. O primeiro com dois negociantes, que navegando para o Mato Grosso, foram assaltados pelos gentios da tribo Caripuna. Achando-se obrigados a desampararem suas canoas com todas as mercadorias, fugiram em uma montaria com o piloto que, tendo desembarcado, foi recebido com quatro flechadas, chegando a Borba em perigo de vida.

[...] o segundo, foi um assalto que os índios Arara que habitam o rio Aripuanã deram em um sítio, roubando o que encontraram.<sup>429</sup>

A mensagem do presidente à Assembleia, relativa a estes episódios, foi complementada com a informação prestada por um índio Mundurucu aldeado e que teria escapado ao ataque dos Arara, que ele teria avisado as autoridades de Borba que os Arara ameaçaram retornar com seu tuxaua e mais outros índios para matar a todos que ali fossem encontrados.

Assim, os temíveis Arara passaram nas páginas dos RPPAM, como um dos grupos mais violentos e agressivos da região do Madeira-Purus, juntamente com os Mura, Parintintin, Apurinã e outros grupos ainda não aldeados ou contatados. Tais grupos eram vistos como aqueles que se negavam a manter contatos permanentes com os brancos e, que respondiam belicamente às agressões que recebiam. Eram os “índios errantes”, sem moradia fixa conhecida e que apareciam, aqui e ali, “assaltando” e “atacando” moradores, navegantes e comerciantes. A estes índios o Estado planejava “repelir fortemente os seus ataques”. Em contraposição estava o “ordeiro” povo amazonense, aqui representado não apenas pelas autoridades e a população local das vilas e lugares, mas também por aqueles índios que mostravam “desejos de se reunirem à vida social e pacífica”. Estes índios contariam com a “brandura e a docilidade” das ações do governo.<sup>430</sup>

Desta maneira, estava traçado para esta região o palco de batalhas e conflitos envolvendo índios e brancos ou índios a serviço dos brancos, contra aqueles grupos que se

<sup>429</sup> RPPAM, Fala de 5 de setembro de 1852, p. 5. A grafia do texto foi adaptada para o Português atual.

<sup>430</sup> *Ibid.*, p. 5-6.

negavam ao contato com os brancos ou àqueles que respondiam belicamente às agressões que sofriam. A política do Estado estava clara, e seria de: ameaças, castigos e punições para uns; brandura, presentes e até patentes militares para outros.

Ao que parece, os índios desta região ou, pelo menos, boa parte deles, não cederam às tentativas de contato por parte dos brancos, fosse porque isso não lhes interessava, ou porque grande parte desses contatos era feito de forma agressiva à vida e ao modo de vida dos índios. Tudo leva a crer que os “indígenas errantes” não entendiam por que “brancos errantes” penetravam seus territórios, roubavam-lhes seus bens, saqueavam seus meios de vida, agrediam suas aldeias e roubavam suas mulheres.

A região Madeira-Purus será, pois, a de maior ocorrência de conflitos envolvendo as populações indígenas entre as décadas de 1850 e 1880. Dos 121 conflitos relacionados nos RPPAM para este período, esta região aparece com 49 ocorrências.<sup>431</sup>

As expressões “ataques” e “correrias” com as quais é denominada a resistência indígena desta região nos RPPAM, por um lado, podem sugerir a ideia de inferioridade bélica desses índios em relação a outros casos clássicos de resistência indígena, como aquela oferecida pelos Manau e pelos Mura, para ficar com exemplos locais do século XVIII, quando estes índios ofereceram uma grande resistência armada. Pode-se sugerir, também, que os índios da segunda metade do século XIX, de um modo geral, não chegaram a fazer guerras propriamente ditas contra a política imperial. Mas que a resistência indígena, ou, pelo menos, de certos grupos de índios desse período não alcançou o *status* de uma guerra, ou seja, de uma resistência clássica, em que a luta armada é o ponto central, como aborda a já consolidada historiografia sobre guerras e rebeliões indígenas do período colonial.<sup>432</sup>

<sup>431</sup> Cf.: Quadro 16, capítulo 4 e; Cronologia dos Conflitos, em Apêndice 03.

<sup>432</sup> Francisco Jorge dos Santos classificou os conflitos entre indígenas e os colonizadores na Amazônia do século XVIII, como “mecanismos de resistência aos espaços territoriais indígenas”. Para ele, de um modo geral, as “guerras ou guerrilhas” constituíam-se em “confrontos armados” entre índios e colonizadores. Já os “levantes ou rebeliões indígenas, e suas conseqüentes fugas das povoações ou deserções dos serviços reais, são entendidas como reações de ‘índios aldeados’ à disciplina colonial européia, imposta nos aldeamentos, e também, como uma reação na ‘quebra de acordo’ firmados entre os protagonistas durante as operações de descimentos.” (SANTOS, *Op. cit.*, 1999, 3). No contexto histórico estudado nesta tese os “ataques” ou “assaltos” indígenas eram ações pontuais e isoladas dos índios contra moradores, viajantes, comerciantes ou pessoas que exploravam suas áreas de caça e pesca, com o objetivo de demarcar seus territórios ou para vingar ações violentas praticados pelos brancos; enquanto que as “correrias” eram um conjunto de ações de caráter mais bélico, realizado pelos índios numa determinada região ou época do ano. Na segunda metade do século XIX, tem-se uma descrição relativamente bem detalhada das “correrias” indígenas dos Coroados do Rio Grande do Sul, feita pelo engenheiro belga naturalizado brasileiro, Pierre François Alphonse Booth Mabilde, escrita entre os anos de 1836 a 1866. Cf. MABILDE, Pierre F A Booth. *Sobre os índios Selvagens da Nação Coroados dos matos da Província do Rio Grande do Sul*. São Paulo: IBRASA – Instituto Nacional do Livro, 1983. No século XX, entretanto, a literatura especializada classifica também como “correrias” aquelas

Mas, por outro lado, tais expressões, podem indicar também que os índios não utilizaram enfrentamentos bélicos de maior duração, porém, ações pontuais em grupos menores, para vigiar seus territórios, demonstrando que agiam ou reagiam conforme cada situação e não por um suposto “espírito guerreiro”, fruto de uma “natureza violenta” como acreditava uma parte do pensamento indigenista do século XIX. De certa maneira, para além dos aspectos semântico, ideológico e até teórico, essas formas de ações e reações dos índios da área Madeira-Purus constituíram estratégias próprias de resistência que são diferentes das de outros conflitos ocorridos. De outro lado, eles podem estar relacionados também a determinadas características culturais destes povos, às circunstâncias locais ou aos tipos de conflitos. Em outras palavras, pode tratar-se de uma estratégia de guerra e, portanto, de resistência indígena baseada em ações rápidas e pontuais para facilitar a mobilidade de um exército relativamente pequeno de guerreiros e dificultar a própria reação dos inimigos.

Para John Manoel Monteiro, a resistência indígena se configura mais do que como um “instinto de resposta violenta a qualquer insídia”. Para este autor, este ponto de vista empobrece e obscurece não apenas a percepção dos projetos políticos dos índios, mas também os contextos a que estão subtendidos. Deste modo, para Monteiro,

[...] cabe aos estudiosos dos índios romper com as abordagens que enxergam na resistência apenas a reação anônima, coletiva e estruturalmente limitada. Novas leituras do espaço intermediário poderão revelar os sinuosos caminhos por onde passou - e passa - a resistência.<sup>433</sup>

Estas questões podem ser objeto de estudos futuros para esta região. Pela nossa opção de enfoque mais geral, sobre a resistência indígena na Província do Amazonas nesta tese, não cabe aqui aprofundá-la. Por hora, importa destacar que era, de fato, mais difícil para as tropas do Estado ou de particulares, combater essa forma de “guerra” ou de “resistência” indígena, do que aquelas em que os índios lutavam em grupos maiores e concentrados numa pequena região geográfica. O Mapa de Conflitos, Apêndice 03, mostra a incidência desses conflitos e a espacialidade deles na geografia da Província do Amazonas. Ele pode ajudar a pensar, certamente, como poderia ser difícil simplesmente combatê-los.

---

expedições armadas, financiadas e coordenadas por patrões e/ou seringalistas contra os índios e que gerou muitas mortes e violência, como as que ocorreram no rio Juruá e foram estudadas por, Marcelo Manuel Piedrafita Iglesias, na tese: *Os Kaxinawá de Felizardo: correrias, trabalho e civilização no Alto Juruá*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ/MN/PPGAS, 2008.

<sup>433</sup> MONTEIRO, John. *Op. cit.*, 1999, p. 243.

Todavia, por outro lado, como já apontamos no Capítulo II, a política indigenista do governo imperial no Amazonas articulou uma intensa rede de possibilidades de alianças e de outras relações não conflituosas como grupos e lideranças indígenas, que, ao que parece, não apenas reconhecia a necessidade da participação dos índios para o desenvolvimento de sua política, como buscava evitar o confronto direto ao menos com certos grupos indígenas, demonstrando que a guerra declarada não era a principal nem a melhor estratégia a ser usada. Mesmo em situações mais críticas, como o caso dos Waimiri-Atroari, não houve “declaração de guerra” oficial por parte do Estado contra os índios. Isso, contudo, não quer dizer que não houve violência, o que já foi demonstrado no Capítulo 4, nem diminui o impacto das ações violentas sofridas e respondidas pelos índios. Bem ao contrário. Os conflitos e a violência contra os índios vinham de várias pessoas, agentes e setores da sociedade e, por não ter o Estado meios suficientes para combatê-la, acabava ocorrendo fora de qualquer controle do Estado.

Há, de fato, outros fatores limitantes para uma resposta mais contundente do Estado às denúncias e às reclamações que chegavam às autoridades sobre a violência entre índios e brancos no Madeira e no Purus. Ao que parece, não havia meios suficientes e disponíveis, nem vontade política de certos governantes, para uma ação mais enérgica, fosse para combater efetivamente os “índios violentos” que não queriam cooperar com a política imperial, fosse para controlar e coibir os que lhes faziam violência, isto é, os regatões, missionários, comerciantes e os próprios agentes do governo, tais como: diretores e encarregados dos aldeamentos indígenas e autoridades policiais.

Nessas condições, a violência não era fruto nem de uma suposta “natureza violenta” do selvagem, ou pelo menos, de certos selvagens, nem mesmo de uma “violência natural” do Estado, de seus agentes ou dos “brancos” contra os índios. Nem tão pouco, pode ser atribuída a uma ação violenta “da natureza” sobre os homens que habitam ou se relacionam em determinados ambientes tidos na época como “hostis” à vida civilizada como: as “fronteiras”, os “sertões” e a “selva”. Pelo contrário, ela está inserida num contexto histórico e social de interação, de relação, de lutas e de disputas entre pessoas e coletividades. Porém, não se pode negar que em tais disputas havia uma desigualdade e um desequilíbrio de força bélica e de poder político e econômico, pendendo assimetricamente contra os índios.

Buscando penetrar mais no ambiente, na lógica e no contexto histórico desses conflitos, seguimos as trilhas de pequenos relatos e indícios deixados nos RPPAM. Por meio

deles, busca-se tecer uma rede desses conflitos envolvendo os grupos indígenas da região Madeira-Purus e explicitar algumas de suas contradições em relação ao discurso oficial.

#### *4.2.1- Conflitos entre índios e brancos no rio Madeira*

Após o ataque dos Arara que deu abertura a esta sessão de capítulo, outros eventos considerados violentos pelas autoridades se sucederam envolvendo, também, os demais grupos indígenas da região do rio Madeira. Em 1852, por exemplo, os índios Parintintin foram acusados de matar, no rio Marmelos, três indivíduos que extraíam óleo de copaíba e de queimar suas moradias e seus objetos.<sup>434</sup>

No ano seguinte, foi a vez dos Mura entrarem para estatísticas dos “índios violentos” da Província do Amazonas por terem sido acusados de matar um cidadão por nome Valério, na foz do rio Aripuanã e um comerciante no rio Madeira. Para os Mura, no entanto, isto não seria nenhuma novidade. Esta fama, já lhes havia sido atribuída pelas páginas da história colonial, que os definia como “gentio do corsário”, ou seja, como uma constante ameaça às embarcações e, de um modo geral, aos empreendimentos coloniais no rio Madeira.<sup>435</sup>

Em 1853, os Arara voltaram a agir. De acordo com relatos do governo provincial, eles teriam assassinado a flechadas, em 13 de junho do mesmo ano, o inspetor de quartelão de Borba, Belizário Sandy de Souza, e mais quatro homens que extraíam “drogas do sertão”. O diretor da aldeia Sapucaia-oroca, José Mario da Conceição, temendo que estes índios voltassem a atacar aquela localidade, pediu socorro militar às autoridades situadas em Borba. Sabendo, contudo, das dificuldades de conseguir arregimentar tropas e de deslocá-las para o local dos conflitos, tomou outra providência no âmbito local: reuniu índios Mura e Mundurucu daquele aldeamento para vigiar a movimentação dos Arara.<sup>436</sup>

O conflito entre os Arara e os brancos estava iminente. O diretor do aldeamento, pressionado por moradores locais a responder ao ataque dos Arara, o fez, armando os índios aldeados sob seu comando para responder, vingando o ataque. Em agosto daquele ano, um grupo de índios Arara, embarcado em 10 canoas apareceu no lago Arauá e foi imediatamente atacado pelos índios Mura a mando de Inácio Antônio, ajudante do Diretor de Índios da Diretoria Parcial de Sapucaia-oroca. De acordo com as fontes oficiais, neste

<sup>434</sup> RPPAM, Fala de 1º de outubro de 1853, p. 9.

<sup>435</sup> AMOROSO, Marta Rosa. “Corsários no Caminho Fluvial: os Mura do rio Madeira”. In. CUNHA, Manuela Carneira da (Org.). *Op. cit.* 1992a, p. 297.

<sup>436</sup> RPPAM, Fala de 1º de outubro de 1853, p. 11.



conflito morreram cinco índios Arara e foi aprisionada e enviada à capital da província uma mulher desta etnia.

Relatando este fato à Assembleia Legislativa e ao governo imperial, o presidente da Província do Amazonas, Herculano Ferreira Pena, não mencionou nenhuma palavra a respeito da forma pela qual as autoridades indigenistas locais trataram o caso, o que somado a outros fatos semelhantes arrolados na documentação, demonstra que se esta prática de respostas bélicas dos brancos, incluindo, os agentes do próprio Estado não era oficialmente e legalmente reconhecida, mas, era comum, embora velada. Pelo contrário, o que chamou a atenção do presidente e o deixou inconformado foi o silêncio daquela mulher Arara no interrogatório que lhe foi impetrado pelas autoridades provinciais. Para ele, a índia Arara aprisionada e levada para prestar esclarecimentos às autoridades do Estado, não passava de uma “pobre criatura, imagem viva do idiotismo e da imbecialidade”, pois, não respondeu a nenhuma dos questionamentos: “por ser incapaz de compreender qualquer pergunta que se fizesse por palavras na língua geral, ou por gestos”. Continuando seu descontentamento, Ferreira Pena dispara:

Sua presença só serviu para convencer-me de que não podiam ser de igual temperas as ironias que há três séculos ligava o seu nome ao maior dos rios do Universo como recordação da intrepidez com que disputaram o passo ao aventureiro Orellana na famosa jornada da foz do Nhamundá.<sup>437</sup>

Pelas fontes consultadas, não se sabe o que aconteceu com aquela índia Arara capturada e aprisionada pelas autoridades, após seus cinco companheiros terem sido mortos, num ataque fulminante realizado pelos Mura a mando dos brancos. Entretanto, a julgar por outros casos semelhantes em que índios aprisionados em diversas circunstâncias eram levados para a capital e lá acabavam indo trabalhar nas obras públicas ou em outros serviços de particulares, aquela índia não deve ter tido destino diferente, tendo ido parar, provavelmente, em alguma casa de família para realizar serviços domésticos.

Mas este episódio não traz apenas uma história trágica de um grupo de índios que circulavam tranquilamente por seu território quando foram apanhados e castigados por vingança dos brancos e seus “índios aliados”. Ele apresenta uma séria de possibilidades de análise que permite compreender melhor não apenas as circunstâncias trágicas em que

---

<sup>437</sup> RPPAM, Fala de 1º de outubro de 1853, p. 11-12.

ocorreu este conflito, como o comportamento e a atitude das autoridades provinciais e, mesmo, algumas questões da própria história indígena e do indigenismo na Amazônia.

A narrativa apresentada por Ferreira Pena demonstra, em primeiro lugar, que aquele grupo de índios Arara não estava preparado para a guerra, pois, não consta sequer que ele tenha reagido o que, provavelmente, não deixaria de ser registrado. Mesmo assim, foi atacado por uma simples represália ao episódio anterior cometidos por outros índios Arara. Talvez, este subgrupo Arara não soubesse dos acontecimentos anteriores. De qualquer forma, as autoridades indigenistas locais tinham armado os índios Mura aldeados em Sapucaia-oroca para vingar a morte de um branco e para impor medo e pavor aos Arara. Pavor e medo que, para além da barreira linguística, pode ter levado aquela mulher Arara a não responder às perguntas das autoridades, mesmo aquelas feitas por gestos. Até porque, os gestos não têm o mesmo significado linguísticos ou nos usos e costumes entre povos diferentes.

É necessário salientar que, não apenas o ataque, mas a captura e a prisão da índia sobrevivente demonstram procedimentos presumivelmente equivocados das autoridades locais, repetidos pelo próprio presidente da Província. Em silêncio e, provavelmente, amedrontada e por não falar uma língua conhecida das autoridades a mulher Arara passou a representar na visão daquela autoridade, a imagem da “idiotice” e da “imbecilidade” dos “selvagens”, não podendo ser comparada a qualquer ato de bravura digno das lendárias “guerreiras amazonas” descritas por Gaspar de Carvajal na expedição de Francisco de Orellana. O silêncio daquela mulher frente à opulência e ao poder do Estado, foi lido pelas autoridades como a fraqueza, ignorância e a derrota dos índios diante dos brancos. Por fim, as circunstâncias do conflito não ficaram esclarecidas, mas a “ferocidade” e a suposta “antropofagia” dos Arara foram arrolados pelo presidente como as prováveis causas daquele episódio,<sup>438</sup> o que os tornava, em potencial, “naturalmente” culpados pelos demais conflitos entre índios e brancos na região

Por outro lado, é oportuno indagar a repercussão desse episódio para os índios Arara. Ao que parece, para além das representações da ferocidade dos Arara no imaginário dos brancos, o que ficou provavelmente na memória dos Arara daquele episódio foi a morte dos cinco homens e o rapto de uma mulher do seu grupo, realizados num ataque surpresa e sem chance de defesa aos índios. Algo que certamente para os Arara não ficaria impune, como

---

<sup>438</sup> RPPAM, Fala de 1º de outubro de 1853, p. 12.

não ficou. E a vingança dos Arara atingiria também os Mura, uma vez que haviam sido colocados na frente da batalha, do lado dos “brancos”.

E a reação dos Arara não tardou. Em julho de 1858, na mesma jurisdição de Sapucaia-oroca, lago Uaraná, cerca de 60 índios Arara teriam assassinado e devorado sete índios Mura, incluindo, mulheres e crianças. Diz ainda o relatório provincial que entre os Mura mortos no conflito estava o “célebre assassino”, Pedro, conhecido como “Cachaça”. Em seguida, os Arara teriam descido o rio Aripuanã, saqueando os sítios dos índios Mundurucu e de outros moradores, porém, foram logo rechaçados pelos moradores e pelo subdelegado de Borba, Augusto Cesar Bitencourt que, com 18 praças, os combateu, apreendeu objetos, entre eles sete ubás conduzidas pelos índios, e, mais uma vez, algumas mulheres.<sup>439</sup>

A fama da antropofagia dos Arara se espalhava cada vez mais pelos “sertões” do Madeira e servia não apenas para justificar atos de agressão de moradores e de autoridades locais, como também para arregimentar “índios inimigos” dos Arara com a finalidade de combatê-los. Nesta categoria de “índios inimigos” dos Arara estavam ou, foram levados a assumir esta identidade os Mura e os Mundurucu aldeados em Sapucaia-oroca, que passaram a fazer parte das forças de repressão e combate aos Arara.

Este fato aponta para a necessidade de se repensar certas imagens cristalizadas nas fontes e na historiografia a respeito das guerras e da resistência indígena na Amazônia. Os Mura, considerados inimigos históricos dos brancos e das autoridades coloniais portuguesas no século XVIII<sup>440</sup> e que, na verdade, ainda ofereciam resistência na segunda metade do século XIX às políticas e às ações indigenistas de diferentes agentes do Estado em vários pontos da área do Madeira, neste contexto, passaram a ser o braço armado das autoridades provinciais no combate aos “novos inimigos”: os Arara.

Desta forma, nota-se que em determinados contextos da história da Amazônia, os conflitos ou as guerras entre “índios e brancos” eram também conflitos e guerras entre os próprios grupos indígenas, colocados em lados opostos dos interesses e da luta pelos meios de vida. Serviram também para reificar ou criar certas características bélicas ou políticas atribuídas a certos grupos indígenas. Quer dizer, estes exemplos sugerem a necessidade de

<sup>439</sup> RPPAM, Fala de 1º de outubro de 1858, p. 14.

<sup>440</sup> Cf. principalmente: AMAROSO, Marta Rosa. *Op. cit.* 1992; 1991 e; SANTOS, Francisco Jorge dos. *Op. cit.*, 1999, p. 67-92.

se repensar em estudos futuros certas características belicosas ou pacíficas atribuídas a determinados grupos indígenas.

Da mesma forma como ocorreu com a imagem construída sobre os índios Waimiri-Atroari, discutida no capítulo anterior, os antropófagos e cruéis Arara dos RPPAM parece não ter nenhuma relação com os que deixaram-se pintar em 1859, pelo pintor francês, Augusto François Biard. Assim como procedeu com os Mundurucu, Biard trocou o serviço de modelo prestados pelos índios Arara com fumo e miçangas trazidos em suas bagagens. Um dos chefes Arara deixou-se pintar, embora outros índios tivessem fugido para as matas, deixando o pintor sem mais modelos.<sup>441</sup> O que mostra que os Arara poderiam reagir pacificamente, se fossem assim contatados pelos brancos.

Além dos Arara, os Mura também entraram para os anais da Província do Amazonas, como responsáveis por “ataques” e “correrias” na região do Madeira. Logo nos primeiros relatórios do governo provincial do Amazonas do ano 1853, estes índios foram noticiados por terem assassinado com três flechadas um comerciante no rio Madeira. Em 1855, eles teriam matado mais três pessoas, na Ilha das Onças e, no alto Madeira, um soldado do exército e dois escravos do missionário frei Joaquim do Espírito Santo Dias e Silva.<sup>442</sup>

Porém, foram os Parintintin que receberam o maior número de registros de envolvimento em conflitos com outros índios e com brancos na região do Madeira. Em 1857, eles aparecem na documentação por causa de conflitos com os Torá, já aldeados. Os relatórios provinciais da primeira metade dos anos de 1860 registram os Parintintin atacando e assassinando outros índios e moradores brancos no rio Madeira, no Paraná-Pixuna, no distrito do Crato e no rio Machado.<sup>443</sup>

Na década de 1870, outros ataques serão atribuídos a estes índios. No distrito de Santo Antônio, foz do rio Machado, eles teriam atacado uma canoa que levava três pessoas, matando duas e levando seus corpos para suas “festanças de costume”.<sup>444</sup> No ano seguinte, eles teriam atacado a casa de Manoel do Nascimento, que foi morto juntamente com outro homem conhecido como Jacinto. Nesse episódio, os índios Parintintin teriam cortado as cabeças das vítimas e ateado fogo em suas casas. No início de 1878, eles teriam realizado duas “correrias” no rio Madeira, ocasião em que morreram 11 pessoas. Este episódio levou o

<sup>441</sup> BIARD, Augusto François. *Dois anos no Brasil*. Brasília: Senado Federal/Conselho Editorial, 2004, p. 210-211.

<sup>442</sup> RPPAM, Relatório de 8 de junho de 1856, p. 5.

<sup>443</sup> Confira no Quadro 17, o número de conflitos em que os Parintintin foram tidos como responsáveis.

<sup>444</sup> RPPAM, Relatório de 25 de março de 1870, p. 8.

governo da província a enviar uma força militar com 20 homens e um comandante ao local, com a finalidade de fazer com que os Parintintin deixassem de levar o “desassossego aos habitantes das margens do Madeira”.<sup>445</sup> No ano de 1884, outra “correria” destes índios resultou no ataque à moradia de um seringueiro, com o ferimento de um trabalhador.

As informações destes “ataques”, no entanto, não trazem maiores detalhes das circunstâncias, das motivações e dos procedimentos adotados pelo Estado.

Os textos dos RPPAM, contudo, tratam estes índios geralmente como “antropófagos” e “violentos”, o que nos faz crer que, tendo em vista estas supostas características dos Parintintin, associadas às dificuldades de informações e de comunicação entre os locais das ocorrências e os gabinetes da capital, bem como os interesses em jogo no campo indigenista, tanto no âmbito local como na capital da província, não se pode ter certeza se, de fato, eram mesmo estes índios que cometeram tantos horrores, “tornando inabitável parte do rio Madeira”.<sup>446</sup>

De qualquer forma, seja por conflitos envolvendo os diferentes grupos indígenas entre si, seja por aqueles envolvendo índios e brancos, a região do Madeira foi, durante toda a segunda metade do século XIX, um dos maiores palcos de conflitos e de violência envolvendo as populações indígenas na história do Amazonas.

E, diferentemente do que ocorreu no rio Negro, onde o governo imperial deu maior atenção aos conflitos e, embora tenha reprimido fortemente as ações indígenas, também atuou buscando informações, apurando e agindo preventivamente em alguns casos. Como se viu no capítulo IV, deu especial atenção àqueles conflitos que envolviam os índios do rio Jauapery, entre eles os Uaimiri-Atroari e, àqueles movimentos de caráter messiânicos ocorridos nos rios Uaupés e Içana. No Madeira não interveio com a mesma intensidade. Ao que parece, nesta região, a resolução dos problemas ficou mais a cargo das autoridades locais ou foram “resolvidos” pelos próprios envolvidos o que pode ter contribuído para o aumento dos casos de violência.

Na documentação consultada, consta que, em apenas três ocasiões, o governo imperial no Amazonas fez movimentos de tropas para áreas de conflitos no rio Madeira. Uma delas já foi mencionada anteriormente e trata-se do episódio de 1857 em que 60 Arara teriam matado sete índios Mura. Como resposta, o governo enviou uma força policial de 18

---

<sup>445</sup> RPPAM, Fala de 25 de agosto de 1878, p. 4.

<sup>446</sup> RPPAM, Fala de 25 de março de 1873, p. 5.

praças e um comandante. Outra correu em 1866 e, aliás, foi desastrosa. Para apurar o episódio em que os Parintintin teriam matado três índios Torá no rio Madeira, a ação da força policial comandada pelo subdelegado de Borba acabou resultando em mais duas mortes: um membro da escolta e um índio Parintintin. A terceira vez ocorreu em 1878, quando duas “correrias” dos índios Parintintin provocaram 11 mortes no rio Machado, afluente do rio Madeira. Em reposta, o governo provincial enviou ao rio Machado uma força de vinte praças e um comandante.

A pouca atenção dada aos conflitos no rio Madeira nas décadas de 1850 e 1860, será modificada na década seguinte. Para Davi Avelino Leal, a partir desta década, “pelo menos para o rio Madeira, marca o começo de um processo de vigilância e controle até então desconhecido”. As autoridades policiais da capital começaram a demonstrar a falta de infraestrutura de segurança: faltavam presídios, cadeias, delegacias e pessoal qualificado e solicitar a construção de novas cadeias e de mais pessoal para o policiamento, inclusive, do interior da província.<sup>447</sup>

#### 4.2.2- Crimes e criminalizados: índios, regatões e seringueiros no rio Purus

Os conflitos entre índios e brancos no rio Purus começaram a ser noticiados nos RPPAM a partir de 1858. Neste mesmo ano, foi nomeado e enviado para a região o primeiro diretor de índios do rio Purus, Manoel Nicolau de Mello. Consta na documentação consultada, que os índios do Purus sofriam constantemente agressões por parte dos regatões que viajavam anualmente àquele rio.

O relatório do ano de 1858 mostra que os índios Katauixi e Katukina sofreram violências por parte de alguns regatões. Não há melhores informações sobre estes fatos, mas um dos regatões chegou a ser preso e foi aberto um processo pelas autoridades para apurar o ocorrido. Este episódio ocorreu no ano de 1857, mas só foi noticiado no ano seguinte quando começaram os trabalhos do Diretor Parcial de Índios do Purus. O processo aberto resultou na prisão do regatão Izidoro José Elias, que foi acusado de ter encurralado, coagido e assassinado nove índios Kutauixi. Consta na documentação que os índios capturados pelo regatão foram colocados para correr enquanto Izidoro lhes fuzilava “como um passatempo”. No final da chacina, sobrou ainda um recém-nascido que foi morto e esquartejado pelo

<sup>447</sup> LEAL, Davi Avelino. “Cotidiano e conflito nos seringais do rio Madeira (1880-1930)”. *Fronteiras do Tempo: Revista de Estudos Amazônicos*, v. 1, nº 1, junho de 2011, p. 127-137. Disponível em: [www.files.fronteirasdotempo.webnode.com.br](http://www.files.fronteirasdotempo.webnode.com.br). Acesso em 29 de maio de 2015.

regatão.<sup>448</sup> O requinte de crueldade deste caso não é isolado. Violências semelhantes foram muitas vezes relatadas nos próprios RPPAM, que marcaram, sem dúvida, uma das facetas da relação índios e brancos no Purus.

Entretanto, não eram só os regatões que acarretavam problemas para os índios do Purus. Outros “brancos”, inclusive, estrangeiros que passavam ou viajavam pela região, também traziam problemas de diferentes origens para os índios. Em 1863, os índios Apurinã assassinaram, por vingança, um italiano por nome Carlos que fazia parte da expedição do cientista inglês Mr. William Chandless.<sup>449</sup> Carlos teria tido uma relação amorosa com uma índia jovem, mulher de um dos principais dos Apurinã, o que era imperdoável para estes índios.<sup>450</sup> Embora este fato possa parecer irrelevante, por ter uma origem passional, não é. Tratava-se de um branco, estrangeiro e membro de uma expedição científica o que, certamente, fez com que o governo provincial tivesse que fazer apuração rigorosa e dar explicações a seus familiares e ao seu país de origem.

Mais do que isso, fato como este, e outros que ocorreram envolvendo assassinato de estrangeiros, como a ataque feito pelos Mayoruna do rio Javari à Comissão Mista Brasil-Peru em 1866, que resultou na morte de um membro e no ferimento do secretário da Comissão peruana,<sup>451</sup> contribuía negativamente para a imagem do Brasil no exterior, o que não era positivo para uma Nação que buscava construir uma imagem de civilização e de modernidade. Muito menos ainda para os índios. Sobre estes, não apenas recaíam os velhos estereótipos de selvagens e bárbaros, como também reações práticas de hostilidades por parte dos brancos.

As tensões entre índios e brancos no Purus foram acentuadas, ora por um certo grau de imprudência, ora por uma violência gratuita por parte dos agentes brancos nas relações de contato com os índios. No ano de 1870, um grupo de índios Juma teria atacado a propriedade de um português por nome Cesariano José de Mesquita, matando ele, sua esposa e outra mulher por nome Emiliana. Os mortos teriam tido suas cabeças decapitadas e

<sup>448</sup> RPPAM, Fala de 3 de novembro de 1860, p. 7.

<sup>449</sup> William Chandless era geógrafo e foi enviado para a Amazônia na década de 1860 pela Royal Geographical Society of London, com intuito de tratar, entre outros assuntos, da ligação fluvial entre os rios Purus e Madeira num trecho que escapasse das cachoeiras e, esclarecer sobre o nascimento do rio Purus e sua relação com o rio Madre de Dóis. Durante sua estada na Província do Amazonas, residiu em Manaus, de onde realizava suas viagens sempre na companhia de Manoel Urbano da Encarnação, conhecido viajante, regatão e diretor de índios da Província do Amazonas. Cf. CARDOSO, Antonio Alexandre. *Op. cit.* p. 1; CHANDLESS, William. “Ascent of the River Purus”. In. *Journal of the Royal Geographical Society of London*, v. 36, 1866, p. 86-118. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/1798493>. Acesso em 30/05/2015.

<sup>450</sup> RPPAM, Relatório de 25 de março de 1870, p.11.

<sup>451</sup> *Ibid.*, *Ibidem*.

levadas para a maloca dos índios. A causa deste episódio foi atribuída pelas autoridades à “imprudência” de um velho por nome Caridade, que há três anos havia entrado em contato com o grupo de índios Ximaniry e respondido com um tiro de espingarda acenos amistosos dos índios. Contudo, a vingança praticada pelos índios Juma foi duramente reprimida pelo subdelegado do alto Purus, Manoel Francisco da Rocha, que juntou todos os “cidadãos” do lugar, nacionais e estrangeiros e foi à maloca desses índios para “atraí-los”. Ao chegar ao local, teriam sido recebidos pelos índios com flechadas. O subdelegado, porém, estava disposto a efetuar também sua vingança. Invadiu as casas dos índios, e nesta ocasião teria encontrado mercadorias roubadas e os crâneos das vítimas.<sup>452</sup>

Este fato teve grande repercussão na região e fez com que a população, especialmente, os extratores de seringa ficassem receosos de entrarem para as matas. A reação dos seringueiros levou o presidente da província a enviar ao Purus o vapor Pará com armamentos e força policial. A preocupação do governo era tranquilizar os seringalistas e os seringueiros e evitar a interrupção das atividades de extração da seringa, cuja produção já estava comprometida com o comércio da Província do Pará.

Principalmente, por esta razão, a partir do início da década de 1870, a presença de forças policiais da capital passou a ser mais constante no rio Purus devido a várias denúncias de incidentes e conflitos envolvendo as populações indígenas e os brancos. Em 1876, por exemplo, os índios do rio Arimã, afluente do Purus, atacaram a família de um comerciante ferindo gravemente um de seus filhos com flechadas. O governo da província do Amazonas, mais uma vez, enviou um destacamento militar da capital com 12 praças para levar sensação de segurança à população, ou mais precisamente aos seringalistas que já começavam a enviar trabalhadores nordestinos e indígenas para os confins do Purus.

Na verdade, embora os dados apresentados no Quadro 17 mostrem uma queda da violência na região Purus-Madeira envolvendo os índios, a partir da década de 1870, o que se verificou nos RPPAM, foi uma grande preocupação do governo com o aumento da violência, sobretudo, no rio Purus. Ao que tudo indica, longe de terem diminuído os conflitos envolvendo as populações indígenas, o que ocorreu foi que os índios saíram do foco dos relatórios do governo, lugar que passou a ser ocupado pelos seringueiros nordestinos, como já foi apontado anteriormente.

---

<sup>452</sup> RPPAM, Relatório de 25 de março de 1870, p. 7.



As preocupações com o aumento da violência por parte do governo, inclusive, com a instalação de delegacias e pelotões militares nos rios Madeira e Purus, já na década de 1870, só mostra que a exploração da borracha na região aumentou os conflitos. O Estado, ao que parece, não conseguiu levar segurança às populações tanto de índios quanto de não-índios. Aliás, neste contexto, os migrantes nordestinos e os índios serão responsabilizados pelas autoridades pelo aumento da insegurança e dos crimes na Província do Amazonas.

Em 1883, o presidente José Lustosa da Cunha Paranaguá atribuiu o aumento da violência e dos furtos na Província às “gentes de fora” que chegavam cada vez mais à Província, influenciada pela extração do látex. A maioria dessa gente “brigava nos espaços públicos da capital e promovia saques de borracha nos altos rios”. A maior parte dela se deslocava para o rio Purus, onde os índices de violência e de impunidade eram também maiores. Para este governante, a violência no Purus já havia destruído mais de cinco aldeias e cerca de 200 pessoas. Também para ele, a distância da capital onde se davam os julgamentos e a demora, de meses ou anos, para a conclusão dos processos, além da facilidade que os acusados tinham para ficarem livres por meios dos *habeas corpus* e da dificuldade de conseguir arrolar testemunhas, eram as causas das impunidades. Paranaguá chegou a propor a instalação de um destacamento militar permanente na localidade Boca do Acre, rio Purus, com 30 praças e com uma lancha da marinha para dar suporte à força militar a ser destacada.<sup>453</sup>

Já próximo ao final do período imperial, a violência na província, especialmente no rio Purus continuava sendo assunto de destaque nos relatórios do governo. Em 1886, o presidente Ernesto Adolpho de Vasconcellos Chaves justificou a continuação dos altos índices de violência, mais uma vez, à presença de “gente de fora”. Para ele, o amazonense tinha naturalmente uma “índole pacífica”, pois, “o homem que nasce n’esta zona tropical é ordinariamente calmo, refletido em suas ações e pouco sujeito às paixões vivas”. Mas, argumenta que o mesmo não se poderia falar da índole e dos hábitos das muitas “levas de homens” que atraídos pelo “natural” desejo da riqueza embrenharam-se nas selvas. E, embora, tivessem eles, com o seu trabalho, trazido “grande incremento das rendas públicas e relações comerciais”, seu contato com os “naturais” teria sido responsável por “grandíssimos

---

<sup>453</sup> RPPAM, Relatório de 25 de março de 1883, p. 4-6.

atentados contra a segurança individual” e crimes bárbaros. Para ele, o rio Purus era um lugar onde especialmente “os homens civilizados barbarizam-se dia para dia”.<sup>454</sup>

A criminalização do migrante nordestino, no discurso oficial cria um paradoxo importante para compreendermos o discurso do Estado e das elites locais, em relação às populações pobres e analfabetas no século XIX. Como parte fundamental da mão de obra dos seringais, os nordestinos ou essa “gente de fora”, chegavam à província como uma solução para tornar viável um processo econômico de grande envergadura, visto pela elite local e pelo Estado como uma das soluções para o desenvolvimento e para o progresso econômico e, portanto, para a “civilização” desta parte do Império do Brasil. Porém, sua condição de trabalhador pobre, com pouca ou nenhuma instrução e, mais ainda, inserido num ambiente “rústico” e no meio de “gente não civilizada”, lhes faziam responsáveis pela violência gerada pelo próprio sistema que lhes explorava economicamente.

Enviados para os seringais tinham como responsabilidade desbravar aqueles “sertões desconhecidos”, vencendo a natureza e seus “habitantes selvagens” com quem, paradoxalmente, tinham que se encontrar, se relacionar, trabalhar e lutar pela sobrevivência. Em outras palavras, suas vidas nos seringais passaram a ser inevitavelmente junto com os índios (seus mestres da vida na floresta, seus colegas de trabalho e, não raro, seus conjugues, etc.) e, ao mesmo tempo, contra eles (seus inimigos na luta pela conquista do território onde havia as seringueiras e o alimento do dia a dia). Junto com eles, foram criminalizados pelas mazelas de um sistema de trabalho e de uso de mão de obra que era, em sua natureza, compulsório e violento.

Deste modo, a omissão, a ineficiência ou mesmo a complacência do Estado em relação à violência no Purus, transformaram seringueiros e regatões em “inimigos naturais” dos índios e vice-versa. Ou seja, mesmo que se possa considerar determinadas ações indígenas belicosas como “próprias” de seu modo de vida e da sua cultura, não há dúvida de que foi a intensificação da presença dos brancos na região, envolvida por um contexto de intensa disputa de território e de riquezas nele existentes, no caso específico a borracha, que impulsionou os conflitos entre índios e brancos nessa região.

Por outro lado, o discurso oficial, quando responsabilizava os índios pela violência nessa região, oscilava de duas maneiras. Ora eles aparecem como responsáveis por atos de violência por causa de seus “hábitos canibais”, como costumavam ser tratados os Arara e os

---

<sup>454</sup> RPPAM, Relatório de 25 de março de 1886, p. 11-12.

Parintintin; ora porque eram facilmente influenciados pelos maus hábitos dos “brancos”, especialmente, pelos regatões e pelos migrantes nordestinos. Inocentes ou culpados, em qualquer uma das hipóteses, era-lhes negada a condição de sujeitos e de atores sociais.

Por fim, verificou-se nas fontes consultadas que as ações e reações indígenas na região do Madeira-Purus se deram muito em função de suas relações com os brancos que entravam em seus territórios, fosse para fazer aldeamentos, missionar, comercializar, extrair riquezas naturais ou guerrear. Assim, neste contexto, a história indígena é também parte integrante da história indigenista e vice-versa. Isto é, assim como os agentes do Estado pautavam suas ações e reações não apenas nas suas ideias e interesses, mas baseado na forma como os índios reagiam às suas demandas, muitas vezes abrindo espaços, inclusive, nas esferas do Estado e das relações políticas como se viu na primeira parte desta tese, os índios, por sua vez, empreendiam suas atitudes e suas respostas, pautados na forma como os brancos se relacionavam com eles. Isso nos faz concluir que a história indígena e do indigenismo estão intrinsicamente relacionadas: são mesmo duas faces de uma mesma moeda, que não podem ser estudadas separadamente. Por isso mesmo, ela se dá de forma diferente em cada tempo e em cada contexto.

## **Capítulo VI – Quebrando silêncios: invisibilidades e resistências indígenas na calha do Solimões**

### **6.1 – Índios e questão indígena no Solimões colonial**

O objetivo deste capítulo é apresentar o processo histórico que levou a certas invisibilidades de grupos indígenas no Solimões e discutir as diferentes formas de resistência que os povos dessa região realizaram para enfrentar ou para se relacionar com os diferentes agentes da sociedade nacional brasileira da segunda metade do século XIX.

Entretanto, com importantes exceções, algumas aqui referenciadas observam-se ainda algumas lacunas na historiografia recente no que diz respeito a trabalhos mais sistemáticos sobre o Solimões no período colonial, principalmente para o século XVIII e início do XIX. Por esta razão, mas sem pretender fechar qualquer lacuna da historiográfica, este capítulo inicia-se com um rápido recuo histórico para o início do período colonial, para trazer à luz do debate algumas questões que fazem ponte com os problemas da história indígena do século XIX aqui abordados, tais como: a problemática do trabalho, da mão de obra indígena e da resistência indígena.

Diferentemente das regiões dos rios Negro e Madeira-Purus e seus afluentes que eram pouco navegadas ou conhecidas pelos brancos até os séculos XVIII e XIX, a região do rio Solimões foi a mais conhecida, navegada e explorada de todas. Pelo curso deste rio, passaram desde o século XVI, as principais expedições de reconhecimento territorial, de exploração econômica e científica, de interesses religiosos ou militares.<sup>455</sup> Deste modo, desde as viagens de Diogo Nunes em (1538) de Francisco de Orellana em (1542) ou a de Pedro Teixeira (1637-39), as populações indígenas desta região passaram a ter intensos e contínuos contatos com os brancos.

Para os expedicionários, a serviço de Espanha ou de Portugal, os índios do Solimões forneceram hospedagem, abrigo e alimento; informações linguísticas, geográficas, climáticas e de navegabilidade do rio e de seus afluentes e; sobre a rica fauna e a flora,

---

<sup>455</sup> Dentre as expedições que marcaram o período colonial e recolheram material importante sobre a história indígena desta região, estão as de: Francisco de Orellana (1542), narrada por frei Gaspar de Carvajal; Pedro Teixeira (1637-1639), anotada no seu trecho de retorno à Belém por Cristobal de Acuña; as anotação do Diário de Samuel Fritz de sua viagem de ida e volta de São Joaquim dos Omágua (Peru) à Belém do Grão Pará (1689-1891); Charles Marie de La Condamine (1743); Ouvidor Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio (1774-1775); Alexandre Rodrigues Ferreira (1783-1792) e; Spix & Martius (1819-1820).

objetos de espanto e de desejo dos europeus. Frei Gaspar de Carvajal, cronista da expedição de Orellana, descreveu que a *província* de Apária tinha cerca de 80 léguas, um governo indígena centralizado e reconhecido em toda a sua extensão. Lá os viajantes encontraram grande quantidade de alimentos e boa recepção por parte dos índios que os apoiaram na construção um novo *bergantim*.<sup>456</sup> Consta que a mesma hospitalidade, contudo, não ocorreu rio abaixo, na *província* de Machiparo, onde os europeus foram recebidos com hostilidades e, para conseguir alimentos, tiveram que invadir as aldeias e enfrentar os índios.

A descrição referente às *províncias* do alto Amazonas feitas por Carvajal e por Cristóbal de Acuña, este último, cronista da viagem de retorno de Pedro Teixeira de Quito à Belém do Pará (1639) traz a dimensão da grande densidade populacional, da espacialidade entre essas *províncias*, bem como da complexa organização social dos povos indígenas que habitavam as margens do Solimões nestes primeiros dois séculos de contato com os europeus.<sup>457</sup>

As chamadas *crônicas*, como ficaram conhecidas as narrativas de viagens como as de Carvajal e Acuña, relatam que os índios dessa região tinham uma organização política com poder centralizado na figura de um chefe maior, cujo poder a influência se espalhava por toda a *província*; linhagens com rígidas hierarquias de poder; sacrifícios cerimoniais; cultos a antepassados com preservação do corpo por meio de técnicas de conservação de cadáveres; produção agrícola; técnicas de conservação de alimentos e de fabricação de cerâmicas que indicavam vida sedentária. Enfim, uma organização social muito diferente do padrão de aldeias ou malocas comunais da tradição etnológica que vem sendo chamada pelos os estudiosos modernos de *cacicados amazônicos*.<sup>458</sup> Um desses cacicados seria a

<sup>456</sup> CARVAJAL, de Gaspar; ROJAS, de Alonso; ACUÑA, de Cristóbal. *Descobrimento do Rio das Amazonas*. Traduzidos e anotados por C. de Melo Leitão. Rio de Janeiro: Companhia Ed. Nacional, 1941.

<sup>457</sup> As palavras *província*, assim como *rei* e *senhor* encontradas nas crônicas quinhentistas e seiscentistas são uma clara referência à organização político-administrativa do mundo espanhol do período colonial, não podendo ser tomadas na mesma dimensão e significado para o mundo indígena amazônico. Contudo, o seu conteúdo descrito nas próprias crônicas sugere uma organização social e política complexa, diferente do que foi posteriormente conhecido ou daquele modelo de aldeias circulares ou de malocas comunais típicas dos estudos etnológicos modernos. As versões das crônicas de Carvajal e de Acuña, aqui utilizadas são as que foram traduzidas, organizadas e anotadas por C. Mello-Leitão. Cf. MELO-LEITÃO, C. *Descobrimento do Rio das Amazonas*. Traduzidos e anotados por C. de Melo Leitão. Rio de Janeiro: Companhia Ed. Nacional, 1941.

<sup>458</sup> Em termos sintéticos, pode-se definir um cacicado indígena na Amazônia como uma organização social e política complexa, centralizada no poder de um cacique ou de um grupo de *principais*, pertencentes a uma família, grupo étnico ou clã, que exerciam o poder político e militar sobre muitos outros povos, subordinados por guerras de conquistas territoriais ou por acordos temporais e alianças políticas, dentro de uma complexa organização social que incluía aspectos políticos, religiosos e econômicos e cuja influência político-militar se estendia por uma grande extensão geográfica. Para uma discussão histórica-arqueológica dos cacicados da Amazônia, de suas principais características sociais, econômicas e políticas, bem como das interpretações e discussões teóricas, principalmente, com o a corrente teórica do determinismo ambiental ver, principalmente:

provincia de Apária, pertencente aos Omágua, descrita por Carvajal, como se pode ver mapa a seguir.

**Figura 04**

**Distribuição geográfica dos principais povoados indígenas da calha do rio Amazonas, à chegada dos europeus**



Fonte: Mapa organizado pelo autor, a partir das informações de: CARVAJAL, Gaspar. *Op. cit.* e PORRO, Antônio. *Op. cit.*, 1995. Publicado por BENTES, Dorinethe dos Santos & ROLIM, Amarildo R. *O Amazonas no Brasil e no Mundo*. Manaus: Mens'ana, 2005. (História do Amazonas – 3ª Série – Ensino Médio), p. 38.

Para o etno-historiador Antônio Porro, um dos maiores estudiosos sobre essa região para o período colonial, esse padrão demográfico e cultural, será totalmente modificado no século XVIII, quando ocorreu o “desaparecimento das nações que viviam ao longo do rio Amazonas” e a “substituição por novos contingentes indígenas que foram sendo *descidos* dos afluentes para a calha amazônica pelos agentes da colonização”.<sup>459</sup> Para este autor, foi o avanço dos missionários espanhóis e portugueses, as investidas dos cabos de tropa de

PORRO, Antônio. “Os povos indígenas à chegada dos europeus”. In. PORRO, Antônio. *Op. cit.*, p. 9-36; ROOSEVELT, Anna Curtenius. “Arqueologia Amazônica”. In. CUNHA, Manuela Carneiro da. *Op. cit.*, 1992a, p. 53-86 e; ROOSEVELT, Anna C. “Determinismo ecológico na interpretação do desenvolvimento social indígena da Amazônia”. In.: NEVES, Walter A. (Org.) *Origens, adaptações e diversidade biológica do homem nativo da Amazônia*. Belém: MPEG/CNPQ/SCT/PR, 1991, p. 103-141.

<sup>459</sup> PORRO, Antônio. “História Indígena do alto e médio Amazonas, séculos XVI a XVIII”. In. CUNHA, Manuela (Org.). *Op. cit.* 1992a, p. 175-196; p. 175.

resgates e de coletores de drogas do sertão, os principais responsáveis pelo quase despovoamento da região no século XVIII.<sup>460</sup>

De fato, para o caso particular do alto Solimões, além das epidemias que eram responsáveis não apenas por mortes em grande escala, como também por migração, fugas e deserções de índios para fora da região, podem-se colocar como fatores principais de desintegração dessa antiga forma de organização social indígena, a formação das missões religiosas e seus aldeamentos, que contribuíram para desarticular os padrões de povoamento e territorialidade indígena além, é claro, da expansão portuguesa para esta região no século XVII.<sup>461</sup>

Tal processo culminou com a expulsão dos jesuítas no XVIII e com a imposição de outro modelo de ocupação territorial, de organização social e de trabalho bastante diferente dos anteriores, tanto dos índios, quanto dos missionários. Trata-se, pois, do modelo pombalino, que entre outras medidas em relação aos índios: proibiu o uso da língua materna e da língua geral; determinou a mudança dos sobrenomes dos índios para nomes portugueses; obrigou a construção de moradias aos estilos dos brancos; determinou o uso de roupas “decorosas” e decentes, principalmente, para as mulheres e; instituiu escolas separadas para meninos e meninas e a cobrança de dízimo sobre a produção e a aquisição de produtos por parte dos índios.<sup>462</sup>

Mas, no que se refere ao alto Solimões, na prática, a colonização da região começou com a presença dos religiosos sob o comando da Espanha. Primeiro com os franciscanos, que entre 1647 a 1650, comandados por Laureano de la Cruz, colocaram algumas missões entre os indígenas. Esse missionário fez várias tentativas de catequizar os Abixira e os Encabelado, em 1637; os Jivaro, em 1645 e, finalmente, os Omágua, em 1647, com os quais estabeleceu uma missão na ilha de *Piromota*, batizada com o nome de São Pedro de

<sup>460</sup> PORRO, Antônio. “História Indígena do alto e médio Amazonas, séculos XVI a XVIII”. In. CUNHA, Manuela (Org.). *Op. cit.* 1992a, p. 176.

<sup>461</sup> Sob a proteção da União Ibérica (1580-1640) os portugueses aproveitaram para avançar, desde a Bahia, São Luís e Belém, com sua presença e seus domínios para além do Tratado de Tordesilhas, chegando ao alto Amazonas na terceira década do século XVII, com a grandiosa e polêmica expedição de Pedro Teixeira. Para Auxiliomar Ugarte, esta foi a “maior aventura portuguesa na Amazônia nesta fase da implantação colonial... Foi o derradeiro e decisivo empreendimento antes da ruptura da União Ibérica, a partir do qual, depois de 1640, vieram à tona os litígios fronteiriços entre os domínios espanhóis e os novos domínios portugueses”. Cf. UGARTE, Auxiliomar Silva. “Filhos de São Francisco no país das Amazonas: catequese e colonização na Amazônia do século XVII”. In. *Amazônia em Cadernos – diálogos interdisciplinares*. Nº 6, jan./dez. Manaus: UFAM/Museu Amazônico, 2000, p. 201-228; p. 206.

<sup>462</sup> Cf. uma síntese sobre esta política In.: SANTOS, Francisco Jorge. *Op. cit.* 1999, p. 51-55.

Alcântara. A partir dessa missão contatou mais 34 aldeias Omágua, entre as quais: Sacayey, Mayti e Caraúte.<sup>463</sup>

Mas foi a ordem dos padres da Companhia de Jesus que realizou o trabalho mais longo e consistente, entrando pela primeira vez na região no período de 1600 a 1612. De acordo com Auxiliomar Ugarte, isto ocorreu quando o padre Rafael Ferrer adentrou e conseguiu se estabelecer nos rios Napo e Coca em território dos índios Cofane e Abixira, atingindo a partir daí a província dos Encabellado, situada, acima do território dos Omágua.

464

Com a morte do padre Ferrer, em 1612, os jesuítas abandonaram a região por 9 anos. Voltaram somente em 1621 com os padres Simon de Roxas, Umberto Coronado e o irmão leigo Limon, chegando até os Omágua, mas sem estabelecer missões fixas. Foi, então, a partir de 1636 com o estabelecimento de uma missão entre os índios Mayna – Missão Maynas - que os jesuítas organizaram toda uma estratégia de atração e de catequização indígena que resultou na conquista efetiva do território espanhol na Amazônia.<sup>465</sup>

Em 1680, os jesuítas já haviam iniciado o trabalho de redução dos Kokama, Muniche, Mayurona, Aguano, Roamayna e Coronado. A partir da Missão de Maynas esses religiosos fundaram 152 povoados indígenas, que serviam como fontes de mão de obra para as atividades missionárias e para o estado espanhol. Porém, o ápice do trabalho jesuíta no alto Amazonas só veio com a chegada do padre Samuel Fritz à região, em 1686. A partir daí os jesuítas chefiados por Fritz expandiram a Missão de Maynas até próximo ao rio Negro e tentaram catequizar os Aisuare, os Omágua, os Yurimágua e os Ibanoma formando cerca de 38 *reduções* ou aldeamentos indígenas até o ano de 1723, quando foram expulsos pelos portugueses.

Não obstante, o estabelecimento das missões espanholas no alto Amazonas era um problema para as pretensões portuguesas. Um dos registros mais importantes das disputas entre portugueses e espanhóis pela posse da região e, sobretudo, pelo controle da mão de obra indígena está no *Diário* do padre Samuel Fritz. Ao relatar sua vigem de volta, de Belém do Grão-Pará ao alto Amazonas, em 1691, após ter ficado 19 meses preso em poder dos

<sup>463</sup> Cf. UGARTE, Auxiliomar Silva. *Op. cit.*, 2000, *passim*.

<sup>464</sup> UGARTE, Auxiliomar Silva. “Os jesuítas de Francisco de Figueroa e Samuel Fritz como cronistas da missão de Maynas (1642-1666/1686-1723).” In.: *Amazônia em Cadernos: narrativas, arte e cultura*. Nº 7/8, 2001/2002 – Organização de Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007, p. 59-83, *passim*.

<sup>465</sup> *Ibid.*, *Idem*.



portugueses em Belém, Fritz relata dramaticamente a situação de abandono dos aldeamentos e a fuga da população indígena, amedrontada por causa dos ataques dos portugueses.

Fritz saiu de Belém no dia 8 de julho de 1691, na companhia de um cabo, sete soldados, um cirurgião e trinta e cinco índios remeiros de várias aldeias e etnias. Após percorrer o Tocantins e o baixo Amazonas, passou pela foz do rio Negro, na noite de 7 de setembro. Dois dias depois, partiu do rio Negro na companhia de 12 índios Tamomase e, por mais nove dias de viagem, não encontrou nenhuma aldeia até o território dos Kuxiuara, na foz do Purus.<sup>466</sup>

No dia 6 de outubro, chegou ao território dos Aisuare, próximo de Tefé. A partir deste ponto, o jesuíta narra um verdadeiro estado de terror: abandono dos aldeamentos, medo e fuga dos índios para o alto curso do rio Solimões. Num aldeamento mais adiante, os Jurimágua estavam alvoraçados e, em fuga, disseram a Fritz que um índio Ibanoma lhes havia dito que o missionário não voltaria mais e que, em lugar dele, viriam os portugueses “queimando, cativando e matando”.<sup>467</sup>

Decidido permanecer entre os Jurimágua por alguns dias, Fritz foi surpreendido pelo cabo português Antônio Miranda que o acompanhava desde Belém, quando manifestou interesse de ir aos aldeamentos dos Omágua para “tomar posse daquelas terras” por ordem do governo do Pará, passando em seguida a intimidar o padre, mandando que se “retirasse daquelas províncias por pertencerem à Coroa de Portugal”. Diante da firmeza do missionário em permanecer ali, o cabo e os soldados “embarcaram e entre tiros de espingardas se foram água abaixo”.<sup>468</sup>

Deste modo, fica claro o interesse dos portugueses no alto Amazonas, mesmo que este pertencesse à Espanha pelo Trado de Tordesilhas. O resultado dessa disputa foi uma série de conflitos envolvendo não apenas os agentes dessas duas Coroas, mas, como consequência os índios. As intenções portuguesas explicam, pelos menos em parte, a detenção de Fritz em Belém e o envio do cabo Miranda e de mais sete soldados com ele, numa missão secreta de intimidar o padre e de tomar posse das terras em nome de Portugal.

469

<sup>466</sup> Utilizamos nesta pesquisa a versão o *Diário* de Fritz publicada In: PINTO, Freitas Renan (Org.). *O Diário de Samuel Fritz*. Manaus: Edua/Faculdade Salesiana Bom Bosco, 2006, p. 64-122.

<sup>467</sup> FRITZ, Samuel. *Diário*. In: PINTO, Freitas Renan (Org.). *Op. cit.*, p. 110.

<sup>468</sup> *Ibid.*, p. 111.

<sup>469</sup> A detenção de Samuel Fritz em Belém, foi também originada pela desconfiança dos portugueses de que aquele missionário, além de doente, estivesse espionando a colônia portuguesa. Por isso, o detiveram até que o

Tal conflito, só foi resolvido em 1750 com o Tratado de Madri, mas, de fato, os portugueses já haviam se apossado da região desde o fim das missões de Samuel Fritz, no início do século XVIII. Contudo, até meados do século XVIII a região viveu tempos de instabilidade política, conflitos e guerras, cujos mais afetados foram os povos indígenas, sobretudo, aqueles que ocupavam as margens dos principais rios, como os Aisuire, Ibanoma, Jurimágua, Kokama e Omágua. Simbolizando o controle português sobre esse território, em 1766, foi instalado um Forte em Tabatinga com objetivo de controlar a fronteira e o comércio na região.

A disputa entre os colonizadores e deles com os índios causou o desaparecimento do modo de vida indígena pré-colonial nessa região, com a extinção de vários grupos indígenas, mas não um total “despovoamento indígena” da calha do Solimões. Na verdade, esse processo abriu caminho para a penetração de colonos, tropas militares e religiosos *descerem* outros grupos indígenas que nos primeiros dois ou três séculos de colonização, ficaram “resguardados” em seus territórios nas terras firmes, nos rios e nos igarapés mais afastados do curso principal do Solimões, provocando outro tipo de povoamento, baseado nos aldeamentos indígenas comandados por missionários e por outros agentes leigos do Estado.

Neste novo povoamento, grupos indígenas como os Kulina, Tikuna e os Mayoruna do alto Solimões, por exemplo, passaram a ser descidos para se misturarem com uma população indígena de origem étnica diversa, habitantes das vilas, lugares e missões, mas já sem seus padrões culturais anteriores à colonização. Esses outros grupos indígenas tinham outra forma de organização social e se inseriram ou, foram inseridos, de forma diferente e em outro contexto na sociedade colonial. Neste novo quadro, uns eram vistos como mais “colaboradores” com os brancos, enquanto que outros eram “inimigos” e “selvagens”.

Quando o cientista Charles Marie de La Condamine esteve em São Paulo de Olivença, em 1743, anotou que não havia mais “nenhuma nação guerreira inimiga dos europeus nas margens do Maranhão: todas foram submetidas, ou se retiraram para longe”.

---

rei de Portugal fosse consultado e ordenasse sua volta às missões do alto Amazonas. Mesmo depois da autorização da Coroa portuguesa, as autoridades de Belém ainda levaram mais três meses para concluir os preparativos da viagem de Fritz, colocando estrategicamente em sua companhia um grupo de militares que, ao que tudo indica, não era apenas para sua segurança pessoal. Este episódio lembra as desconfianças e precauções da Coroa espanhola quando recebeu, em Quito no ano de 1639, o militar português Pedro Teixeira. De fato, não apenas durante, mas, principalmente, depois da União Ibérica, embora não tenha havido oficialmente conflitos armados entre Espanha e Portugal pela disputa do alto Amazonas, no campo diplomático não cessaram disputas, provocações e preocupações de ambas as partes. Mas, no campo prático, ou seja, nos sertões do alto Amazonas, esses acontecimentos envolveram os índios numa série de conflitos e de disputas, fosse contra ou a favor dos missionários, dos colonos ou das tropas de resgates.

Mas acrescentou que havia ainda “lugares onde seria perigoso de dormir”, referindo-se aos “selvagens das terras do interior” que há alguns anos haviam atacado o filho de um governador espanhol que subia para Quito.<sup>470</sup>

Entretanto, uma certa prosperidade econômica, provocada pelo comércio com a praça do Pará, impressionou o viajante. Diferente do que ocorria com as missões espanholas do Marañon em que, segundo La Condamine, havia muita privação em relação ao comércio com Quito, os carmelitas daquele “deserto” surpreenderam o cientista, que disse:

Em São Paulo começamos a ver, em lugar de casas e igrejas de bambu, capelas e presbitérios de pedra, de terra e tijolo, e muros alvejados com asseio. Fomos ainda agradavelmente surpreendidos por ver, no meio daqueles desertos, camisas de pano de Bretanha sobre todas as mulheres índias, malas com fechaduras e chaves de ferro em suas casas, e por achar aí agulhas e pequenos espelhos, facas, tesouras, pentes, e diversos outros utensílios da Europa, que os índios obtêm todos os anos no Pará, nas viagens que fazem até lá para levar o “cacau”, que eles colhem sem nenhuma cultura pelas margens do rio [...]

[...] As canoas de que se servem os portugueses, e de que nos valem desde São Paulo, são muito maiores e mais confortáveis que as dos índios, nas quais navegáramos nas missões espanholas<sup>471</sup>

Com a implementação da política pombalina em meados do século XVIII ocorreu, de fato, um maior incentivo ao comércio entre as povoações e a capital da colônia, mas, por outro lado, um maior controle dos povoados e, principalmente, da mão de obra indígena. Na década de 1770, Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio, intendente geral da Capitania de São José do rio Negro, fez várias viagens de correção na Capitania, tendo realizado importantes levantamentos sobre a população indígena e sua utilização nos serviços do Estado e de particulares.

---

<sup>470</sup> LA CONDAMINE, C. Maria de. *Viagem à América Meridional desde o rio Amazonas*. Brasília: Senado Federal, 2000, p. 76.

<sup>471</sup> *Ibid.*, p. 67-77.

**Quadro 24**  
**População indígena e suas ocupações**  
**nas vilas e lugares do rio Solimões, década de 1770.** <sup>472</sup>

Vilas e lugares	Total de índios	Índios ocupados em seus lugares	Homens				Mulheres		
			Ausentes	No serviço real	No serviço dos moradores	Nas canoas de negócios	Ausentes	No serviço real	No serviço dos moradores
Alvarães	327	65	3	6	6	21	--	--	2
Alvelos	378	20	8	8	2	25	8	--	5
Castro de Avelães	164	15	5	9	1	7	2	--	--
Ega	449	77	--	38	4	25	--	--	--
Fonte Boa	363	59	6	12	2	34	--	--	--
Javari	120	11	8	1	--	9	6	40	2
Nogueira	404	60	3	18	6	24	6	--	2
Olivença	503	77	11	15	--	44	--	--	--
S. Antônio	141	24	--	--	6	13	--	--	1
S. Fernando	46	10	1	--	--	--	--	--	--
S. Joaquim	224	9	--	--	--	--	--	--	--
S. Matias	116	33	--	--	--	4	--	--	--
Tabatinga	72	10	11	--	--	4	12	30	--
Soma	3.307	467	56	107	24	210	34	70	12

No Quadro em tela, tem-se a população indígena das principais vilas e lugares do Solimões na década de 1770. Chama a atenção a preocupação da política pombalina ao destacar as “ocupações” indígenas nos diversos serviços designados e comandados pelos brancos. Assim, verifica-se que dos 3.307 índios, 467 trabalhavam em seus próprios locais de moradia, outros 423, sendo 331 homens e 82 mulheres, ocupavam-se nos trabalhos da Coroa, dos moradores e dos “negócios das canoas”, este último, exclusivo dos homens. Ao que parece, o governo colonial queria identificar não apenas as ocupações, mas também o número de índios não-ocupados, ou potencialmente “vadios” que poderiam ser requisitados para o trabalho. Ou seja, tratava-se efetivamente do controle da mão de obra indígena, objeto de extremo valor na colônia.

<sup>472</sup> Quadro montado pelo autor a partir dos dados sobre o rio Solimões constantes no “Mapa dos índios, fogos e de todas as mais circunstâncias a respeito de cada vila, e lugar de índios na Capitania do rio Negro observou o intendente Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio na correção que fez no ano de 177...”. Os diários das viagens do Ouvidor Sampaio pelos rios Negro, Branco e Solimões, foram publicados integralmente pela Associação Comercial do Amazonas, publicação utilizada nesta pesquisa. Cf. SAMPAIO, Francisco Xavier de Ribeiro. *As Viagens do Ouvidor Sampaio (1774-1775)*. Manaus: ACA-Fundo Editorial, 1985. (Coleção Hileia Amazônia, N° 4) Não apenas os levantamentos populacionais, mas também os textos dos relatórios de viagem do Ouvidor Sampaio constituem material de grande valor histórico e etnográfico sobre os índios da Amazônia no século XVIII. A eles se referiram, cientistas do século XVIII e do XIX, como Alexandre Rodrigues Ferreira, Spix e Martius, além de Henri Bates, cerca de cem anos depois. Uma parte do Mapa de Sampaio foi publicada no livro: *Índios da Amazônia: de maioria à minoria* de Carlos Araújo Moreira Neto, p. 214-215.

Entre as ocupações destacam-se os “serviços locais” que eram a prática de atividades de subsistência familiar, principalmente, pesca, caça e agricultura. Outro trabalho que demandava um número significativo de mão de obra era o “serviço das canoas”, cuja função dos índios nesta atividade era, certamente, as de guias e de remeiros. Neste ramo de serviço, o indivíduo ficava dias e até meses fora de casa, o que sempre encontrava resistência por parte dos índios. Embora esse não fosse um dos trabalhos sobre o qual a população apresentasse maior resistência, não era fácil conseguir remeiros, mesmo sob força da lei e sob a pressão das autoridades. Os índios protestavam, abandonavam as expedições ao longo do curso, desertavam ou mesmo fugiam com suas famílias para longe das vilas ou dos locais onde poderiam ser “pegos para o serviço”.

Já foram demonstrados muitos exemplos disso nos capítulos anteriores desta tese. Mas a nossa literatura é farta neste aspecto. Basta lembrar, que quando Spix e Martius estiveram em Tefé, em 1819, registraram que aquela vila, que no momento tinha uma população de cerca de 600 almas, já havia sido mais próspera economicamente e, com pelos menos, o dobro da população. Porém, com o estabelecimento do “quartel general” da Comissão de Limites luso-ibérica entre 1782 e 1788, a população sofreu uma acentuada queda, pois os índios eram “chamados à vila para o serviço da Comissão” e ficavam anos fora de suas moradias. Desta forma, argumentam os cientistas que a Comissão de Limites atuou para o “despovoamento das colônias cristãs”, tornando-se, assim, muito “impopular entre todos os patriotas”.<sup>473</sup>

Não é exagero dizer que tanto no período colonial, quanto no século XIX e, mesmo depois da navegação a vapor percorrer o Amazonas, os remeiros e os guias indígenas eram a “bússola” e o “combustível” das atividades econômicas, religiosas, científicas e das missões oficiais do Estado, ou de qualquer outra atividade que se valesse dos rios, igarapés e matas amazônicas. Por isso mesmo, o controle da mão de obra indígena em diferentes situações sempre foi uma tarefa de primeira ordem da política colonial, como também, um dos maiores motivos de conflitos entre índios e brancos. E esse controle, era feito nas missões, nas vilas e nos lugares, ou seja, nos núcleos coloniais controlados pelos brancos.

Contudo, entendendo que os índios, via de regra, fugiam das “ocupações” determinadas pelos brancos, abandonando as vilas e povoados para não serem pegos em “vadiagem”, o despovoamento dos núcleos coloniais deve ser visto também como uma

---

<sup>473</sup> SPIX & MARTIUS. *Op. cit.*, 1981, p. 178.

forma de resistência indígena e não, necessariamente, como decadência como querem as fontes oficiais; nem unicamente como o resultado unilateral da violenta política indigenista ou das doenças devastadoras. Resistência indígena, portanto, não é apenas as guerras, rebeliões, motins ou qualquer outro tipo de luta armada, mas também uma série de outras ações realizadas em grupo ou individualmente pelos índios.

6.2 – Pelas margens do Solimões: conflitos, trabalho, mão de obra e resistência indígena na segunda metade do século XIX.

Dentre as três regiões selecionadas para este estudo, a do rio Solimões é a que aparece com o menor número de conflitos entre índios e brancos nos RPPAM. Foram apenas nove, entre as décadas de 1850 e 1880, conforme pode ser visto na Cronologia dos Conflitos (Apêndice 03). Isto, obviamente, não quer dizer que se tratava de uma região onde índios e brancos conviviam pacificamente ou que os índios fossem tratados de forma diferente em relação às outras áreas da província. Ao que parece dois fatores concorreram para isto.

O primeiro tem a ver com a história de contato entre índios e brancos que, nesta região, se deu desde os primeiros séculos da colonização e que, como vimos no item anterior, foi também muito violento e que, mais de três séculos depois, apresentava um quadro diferente em relação à sua população. Ou seja, na segunda metade do século XIX, os grupos indígenas mais numerosos do período colonial, principalmente, os da calha do Solimões, já haviam sido extintos ou reduzidos a pequenos grupos e viviam misturados aos outros e à população regional que se formou ao longo do tempo, tendo perdido seus territórios, sua força bélica e transformando intensamente seu modo de vida. Na maioria das vilas e povoados do curso do rio Solimões, a população era composta de mistura de muitos grupos étnicos, resultado do trabalho secular de aldeamento realizado pelas missões carmelitas e jesuítas e pelo Estado, principalmente, a partir de meados do século XVIII com a política pombalina.

Tratava-se, portanto, de uma população genérica chamada na época de “tapuia”, quer dizer, sem atributos ou identidade étnica específica e, já, de certa maneira, acostumada às formas de trabalho e à vida numa relação mais próxima e intensa com os brancos. E é, justamente, no fato da sociedade do século XIX não mais reconhecer como indígena a população tapuia das vilas e povoados que pode estar a razão do menor índice de violência na relação entre índios e brancos na região do Solimões registrado nos RPPAM. Portanto, é

possível que os números da violência envolvendo os indígenas dessa região relacionados nos RPPAM estejam escamoteados nos critérios de indianidade e na noção de identidade indígena do século XIX, já discutidas no capítulo I desta tese.

O segundo fator traz à tona, em termos comparativos, um grande silêncio: trata-se da quase ausência de informações nos RPPAM relativas à situação indígena dos rios Javari, Juruá e, principalmente, do Japurá.<sup>474</sup> Ou seja, comparativamente a outras regiões aqui abordadas, quase nada foi mencionado nos RPPAM a respeito desses rios da região do Solimões, cujos índios tinham menor tempo de contato com os brancos e eram a maioria da população. Nunca é demais lembrar, no entanto, mais uma vez, que esses rios só se tornaram conhecidos e importantes para o Estado no final do século XIX e no início do XX, com a exploração da borracha.

Mesmo sendo quase desconhecidos e, mesmo “esquecidos” nos RPPAM, esses rios forneceram os dados dos principais conflitos dessa região mostrados na Cronologia de Conflitos no Apêndice 03. E, embora em número sejam relativamente pequenos, em relação às outras regiões, os conflitos registrados nos RPPAM referentes à região do rio Solimões são importantes porque nos fazem entender certos aspectos da resistência indígena nessa região e algumas imagens equivocadas criadas sobre determinados grupos indígenas, tais como: os Kulina do Juruá e os Mayuruna do Javari, vistos como agressores e selvagens, e os Tikuna dos igarapés e das terras firmes do Solimões, tratados como mansos e amigos dos brancos.

O primeiro registro desses conflitos nos RPPAM sobre essa região é do ano de 1852 e vem do rio Javari. Em uma rápida passagem, o presidente da província Tenreiro Aranha relata que os índios Mayoruna mataram o subdelegado de São Paulo de Olivença, Lourenço Antônio da Gama e mais um dos seus companheiros policiais. Onze anos depois, 1863, estes índios voltaram a frequentar as páginas dos relatórios do governo do Amazonas, desta vez acusados de atacar a aldeia Capacete dos índios Tikuna, ocasião em que um índio ficou ferido.

---

<sup>474</sup> Esta “ausência” talvez pudesse ser pelo menos parcialmente resolvida com uma pesquisa detalhada em outras fontes como o “Livro de Correspondência dos diretores com o governo”, ao qual não foi possível ter acesso. Utilizamos nesta tese apenas os documentos deste Livro transcritos e publicados por Márcia Elaine de S. Mello, mas do conjunto de 41 documentos transcritos não consta nenhum sobre os índios dos rios Javari, Juruá e Japurá. Cf. MELLO, Márcia Elaine de S. *Op. cit.* 2006. Diante dessa dificuldade recorreu-se aos viajantes e naturalistas do século XIX, nos quais constam informações relevantes sobre conflitos, correias e tráfico de índios nesses rios, principalmente no Japurá.

Mas a ação dos Mayoruna que teve maior repercussão e que lhes rendeu a fama de agressores e traiçoeiros ocorreu em 1866. Naquela ocasião, atacaram duas canoas que conduziam os membros da Comissão Mista Brasil-Peru que estudava os limites entre estes dois países. O ataque resultou na morte do capitão tenente João Soares Pinto, no ferimento grave do secretário da Comissão peruana, D. Manoel Raode y Paz Soldan e de mais oito pessoas da Comissão. Por causa disto, os trabalhos foram interrompidos e, obviamente, os ataques indígenas dos Mayoruna tornaram-se um tema de segurança na fronteira a ser tratado pelos dois países. Nas fontes consultadas não foi possível acompanhar o desfecho dessa história em relação aos índios, mas certamente, eles tiveram que conviver com as consequências de fama de “índios agressores” e de agressores em potencial. Ou seja, quem entrasse no Javari a partir de então, de algum modo, tinha que ir preparado para enfrentar possíveis ataques dos Mayoruna.

Estavam também na lista de “índios agressores” os Kulina e os Kaxinawá do Juruá. Os primeiros por aparecem no relatório do governo provincial do ano de 1860, em que foram responsabilizados pelo ataque à canoa de um regatão por nome Inocêncio Alves de Farias. No ataque feriram o regatão e mais três pessoas que estavam com ele. Já os Kaxinawá, aparecem por terem atacado a embarcação da empresa S. A. Zany & Ca., matando uma mulher e um homem e levando o que encontraram.

A imagem dos Mayoruna “errantes” e “violentos” com os brancos e como um grupo que vivia em constante guerra com os Tikuna, é também compartilhada por Gaetano Osculati, que passou pelo Solimões no ano de 1847. Porém, o próprio Osculati revela um outro lado dos Mayoruna que contradiz a imagem anteriormente referida. Passando por Loreto e Tabatinga, ele encontrou um grupo desses índios comercializando, juntamente com os Tikuna, diversos produtos da floresta e grande quantidade de farinha de mandioca.<sup>475</sup> Ou seja, os Mayoruna não podem ser vistos apenas como aqueles índios que faziam “correrias” e “ataques” pelas margens do Javari, mas também como agricultores e comerciantes de produtos regionais nos principais portos da região.

Deste modo, ou as relações dos Mayorunas com seus vizinhos (Tikunas e brancos), por diversas razões recrudesceram muito nos vinte anos seguintes posteriores a viagem de Osculati, ou, o que é mais provável, estes índios não eram tão “arredios” e “violentos” a ponto de não se relacionarem amistosamente com seus vizinhos. Pois, como se viu,

---

<sup>475</sup> OSCULATI, Gaetano. *Op. cit.* p. 144-145.



mantinham relações de comércio nessa região. Desta maneira, as ações bélicas ou os “assaltos” desses índios, como tratam as fontes oficiais, eram respostas às agressões sofridas ou estratégias de controle ou de expansão de seus domínios territoriais na região do alto Solimões.

O cientista Henry Walter Bates, que residiu por quatro anos e meio em Tefé e que passou pelo alto Solimões em 1857, também se refere à suposta hostilidade dos Mayoruna em relação aos brancos, como também sua antropofagia. Segundo ele, estes índios que habitavam um vasto território, de “várias centenas de quilômetros” na margem oriental do rio Javari, era um povo “feroz, hostil e indomável”, além de “antropófago” como os Arara do rio Madeira. Para Bates, por causa das “emboscadas” dos Mayoruna, a navegação do Javari havia se tornado “impraticável”. Ele relata que, quando esteve em São Paulo de Olivença, ouviu dizer que a quatro meses de sua chegada, dois jovens mestiços que tinham subido o Javari para negociar, foram mortos a flechadas e devorados pelos Mayoruna.<sup>476</sup>

Este episódio provocou reação das autoridades de São Paulo de Olivença. O Diretor de Índios desta localidade, José Patrício de Sant’Ana, nas palavras de Bates, “sempre pronto para defender a lei e a ordem”, enviou para o rio Javari um grupo da Guarda Nacional com objetivo de “investigar o fato e reagir à altura, caso o duplo assassinato tivesse ocorrido sem provocação”. Chegando ao local os militares não encontraram mais os índios, que haviam “comido os dois rapazes” e fugido. Havia no local do conflito apenas uma moça indígena, que foi presa e conduzida a São Paulo de Olivença, permanecendo lá aos cuidados do Diretor de Índios. Esta moça que depois foi batizada com o nome de Maria e não retornou mais ao Javari, ficou trabalhando nas casas dos brancos, inclusive para Bates, quando este por lá passou. Seus depoimentos às autoridades ajudaram a evitar uma vingança dos brancos contra os Mayoruna. Ela informou às autoridades, corroborando com outros depoimentos colhidos no Javari, que os dois rapazes foram mortos e devorados pelos índios porque se “comportaram de maneira condenável com as mulheres da tribo”.<sup>477</sup> Como já se viu em outros capítulos desta tese, a disputa, o rapto ou o abuso das mulheres indígenas por parte dos brancos, sempre foi um dos motivos de muitos conflitos entre índios e brancos.

Não constam na documentação consultada medidas de represália por parte do governo da capital aos “antropófagos” e “selvagens” do Javari ou de outros rios dessa região, ou mesmo ações de prevenção e de reforço da segurança em função deste e de outros

---

<sup>476</sup> BARES, Henry. *Op. cit.* p. 294-295.

<sup>477</sup> *Ibid.*, p. 295.

fatos. Mas é aí que talvez resida uma das características dos conflitos entre índios e brancos na região do Solimões: uma maior ausência de respostas do Estado que pode ser explicada pelo menor número de conflitos registrados, ou ainda, porque tais conflitos, com exceção do ataque dos Mayorunas à Comissão Mista Brasil-Peru, não colocavam em risco as atividades econômicas desenvolvidas na região, ou ainda, porque muitos conflitos, geralmente entre regatões e índios, ocorriam fora do curso do Solimões, nos afluentes periféricos, cujas notícias sequer chegavam às autoridades da capital. Veremos isto mais adiante, principalmente, em relação aos índios Miranha do Japurá que, segundo as fontes, “caçavam” crianças ou tinham suas crianças caçadas para serem vendidas na praça de Tefé.

Outra característica das reações e, portanto, da resistência indígena nesta região, principalmente para o caso do curso do Solimões, é que ela era mais individual ou praticada por pequenos grupos de trabalhadores índios e tapuias (soldados, remeiros, pescadores, etc.) e, menos coletiva ou étnica, como foi o caso de outras regiões da província.

Para quebrar o quase silêncio dos RPPAM em relação às ações e reações indígenas no Solimões, utilizou-se as narrativas dos viajantes e cronistas do século XIX que passaram na região. Por meio delas, pode-se penetrar mais no universo indígena do rio Solimões e seus afluentes; entretanto, a partir de uma visão “de fora”, ou seja, dos estrangeiros cujos interesses e vinculações estavam mais voltados para o mundo de onde vieram e para os objetivos de suas viagens e menos para os problemas ou para a política local. Não se trata, obviamente, de uma visão neutra, uma vez que eles também representavam os interesses e as perspectivas político-ideológicas do “mundo dos brancos”.<sup>478</sup> Contudo, constituem fonte indispensável não apenas para “cobrir um vazio”, mas para fazer um contraponto à documentação oficial aqui consultada.

Às vésperas da elevação do Amazonas à categoria de província, o rio Solimões foi percorrido pelo viajante Paul Marcoy, no ano de 1847. Tabatinga foi o primeiro povoado visitado por Marcoy em território brasileiro. Quase cem anos depois de ser fundado, o Forte de São Francisco Xavier de Tabatinga, na descrição do viajante, era um lugar sem muita importância, formado por duas casas de madeira cobertas de palha, uma caserna alojada num edifício estreito e longo, à distância de “um tiro de espingarda” das duas casas principais.

---

<sup>478</sup> Para uma análise crítica aos textos dos chamados “viajantes” do século XIX Cf.: OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. “A Sociologia dos Viajantes.” In. OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de (Org.). *Op. cit.* 1987, p. 84-148; COSTA, Hideraldo Lima da. “Amazônia: paraíso dos naturalistas”. In. SANTOS, Francisco Jorge dos (Org.). *Amazônia em Cadernos – diálogos interdisciplinares*. Nº 6, jan./dez. Manaus: EDUA, 2000, p. 229-270.

Mas, um outro detalhe das anotações do autor revela que o Posto de Tabatinga não era só isso. O lugar compunha-se também de plantas comestíveis e um caminho que levava a “uma dúzia de cabanas”, onde residiam, na companhia de alguns casais Tikuna, as “parceiras morenas dos defensores do Posto”.<sup>479</sup> Deste modo, Tabatinga também era um povoado formado por indígenas, principalmente Tikuna, porém, comandado pelos brancos, cujas atividades, ao que parece iam bem além da defesa e da vigilância das fronteiras do Império.

O comandante do Posto recebeu Marcoy ainda sob o impacto de um grande susto. Cerca de onze dias antes da chegada do viajante, foi descoberto “um complô” que teria sido organizado pelos soldados e que objetivava assassinar o comandante e sua mulher. O comandante relatou ao visitante que três dos acusados já haviam embarcado para a Barra do Rio Negro para serem julgados e, os outros, após sofrerem “severa reprimenda” do casal, foram colocados na prisão “à dieta de farinha de mandioca e água”, mas haviam fugido há uma semana. Aliás, até mesmo pela deterioração física das cadeias e presídios do Amazonas neste período, mas, também pela facilidade que os presos ou condenados tinham de ganhar as matas ou outros locais bem conhecidos destes soldados-índios, as fugas de prisioneiros ou de pessoas que cometiam qualquer crime eram constantes. O próprio Marcoy lembra que os assassinos do antecessor do comandante do Posto de Tabatinga, morto pelos seus próprios soldados numa rebelião, fugiram para os rios Itacoaí, o Huallaga e para o Napo.<sup>480</sup>

Contudo, o problema não estava apenas na insubordinação militar ou numa suposta “índole feroz” dos soldados-índios, mas em gestos e ações concretas, por vezes até extremas, de descontentamento dos índios e da população tapuia em relação ao modo como as autoridades do Estado lhes tratavam. Isto pode ser apreendido nas próprias palavras de Marcoy:

Sou obrigado a reconhecer que esses atos, que poderiam ser atribuídos à índole feroz e insubordinada desses soldados (índios Tapuia alistados à força pelo governo nos povoados do Amazonas) não são outra coisa senão a consequência natural do tratamento a que são submetidos pelos comandantes dos postos de fronteiras. Mantidos como escravos, como tais são explorados. Alguns caçam e pescam para manter a mesa do patrão; outros buscam salsaparrilha, recolhem as tartarugas e seus ovos nas praias do rio ou vão aos lagos para pescar e salgar o peixe-boi e o pirarucu que o chefe do posto irá despachar aos povoados vizinhos numa igarité de sua

<sup>479</sup> MARCOY, Paul. *Op. cit.* p. 48; 50.

<sup>480</sup> *Ibid.*, p. 51-52. O também viajante Gaetano Osculati, que passou por essa região no mesmo ano, afirma que o assassinato do comandante do Porto de Tabatinga ocorre em 1846 e que, aquele Posto, era formado por 30 soldados “a maioria dos homens insubordinados, de má fama, truculentos e ladrões, enviados para lá como castigos, das diversas partes do Império”. Cf.: OSCULATI, Gaetano. *Op. cit.* p. 141.

propriedade. Desnecessário é dizer que só ele lucra com o trabalho coletivo dos seus subordinados. Desgostosos com a vida que levam e com o trabalho a que são obrigados, esses escravos-soldados acabam por se rebelar. As punições corporais costumam ser a gota que faz transbordar o vaso. Os mais tímidos simplesmente fogem e os mais exaltados se vingam.

<sup>481</sup>

Marcoy não deixa dúvida de que a reação dos soldados era resultado dos maus tratos que recebiam dos seus superiores, homens que utilizavam de seus cargos para controlar uma parte importante da mão de obra indígena, não apenas para o sustento de suas famílias, como para o comércio. Além dos chefes do policiamento, autoridades indigenistas e judiciais, de algum modo, usufruíam do trabalho e da mão de obra indígena.

É de Bates a referência já utilizada em outra passagem desta tese, de que o diretor de índios do rio Japurá, José Crisóstomo que residia em Tefé, controlava cerca de 200 índios para seus serviços. Outro morador de Tefé, por nome Romão de Oliveira, que desde a juventude havia construído casas e armazéns na região que, segundo Bates tinha o “respeito” dos índios e, “consequentemente, um grande número deles estava a seu serviço em diferentes pontos do rio, sendo suas embarcações sempre carregadas mais rapidamente [...] que os dos vizinhos”. Na verdade, de acordo com Bates, em cada rio das redondezas de Tefé, havia um “chefe” ou “déspota” que controlava grande número de índios e os usava “em seu proveito particular”.<sup>482</sup>

Mas voltemos à participação dos índios nas forças armadas do Império, pois, ela constitui-se tema importante para se pensar não apenas a forma como os índios eram inseridos e tratados nas corporações militares, mas o seu “lugar” no Estado e na sociedade imperial como todo. Parafraseando, uma passagem da obra *História Militar do Brasil* de Nelson Werneck Sodré, Vera Alarcón Medeiros salienta que devido à herança colonial, a partir da qual se recrutavam soldados entre indivíduos que representassem alguma ameaça à ordem social, alistavam-se para as forças armadas vagabundos, negros libertos e escravos cedidos por seus donos em troca de gratificação, o que pressupunha que servir como soldado era, na verdade, mais uma “punição” e uma forma de controle dos indivíduos que não “desempenhavam uma função social e econômica reconhecida”. A autora chama a atenção, ainda, para o caráter violento e forçado dos recrutamentos, mas acrescenta que, se era assim

---

<sup>481</sup> MARCOY, Paul. *Op. cit.*, p. 52.

<sup>482</sup> BATES, Henry. *Op. cit.*, p. 201-202.

para os soldados, não se pode afirmar o mesmo para os oficiais que eram “oriundos de famílias militares e se alistavam espontaneamente”.<sup>483</sup>

Em que pese o estudo de Medeiros enfocar o recrutamento para a Marinha Imperial, em termos gerais ele ajuda a compreender as razões mais profundas das rebeliões no Posto de Tabatinga. Ou seja, além do recrutamento forçado e dos serviços particulares que tinham que realizar para seus superiores, os soldados oriundos de índios e tapuias do Solimões não poderiam sonhar com qualquer promoção para o status de oficial, pois, como soldados, já estavam cumprindo o seu serviço e, portanto, a função que lhe cabia na estrutura social. Talvez, por isso mesmo, a única forma de inverter parte dessa “ordem” era rebelar-se, desertar ou fugir.<sup>484</sup> Dito de outra maneira e, como já foi assinalado em outras passagens desta tese, a ideia de “resistência indígena” não pode ser vista como uma condição natural do índio ou uma característica de determinados grupos indígenas, mas como uma situação que se apresentava no contexto histórico concreto e de forma diferente para os grupos e para os indivíduos.

De fato, não resta dúvida de que o fator principal que estava diretamente relacionado aos conflitos entre índios e branco no Solimões era o problema da aquisição da mão de obra indígena para os serviços do Estado e de particulares. Fosse ela feita por meio do alistamento militar ou dos diversos contratos de trabalho previstos pelas legislações vigentes, todos acarretavam algum modo de violência, mas também reações e participações indígenas distintas. Contudo, para cada uma dessas formas de aquisição havia um mecanismo próprio, que nem sempre encontrava apoio na legislação.

Um desses mecanismos ilegais era o que alguns autores chamam de “extração”, “caça” ou de “agarramento” de índios.<sup>485</sup> Deste mecanismo faziam parte as autoridades locais, principalmente, os diretores de índios, mas também os próprios grupos indígenas. De acordo com os textos dos viajantes, tratava-se de um meio de abastecer um mercado que, embora fosse ilegal e condenado oficialmente pelas autoridades do Estado, era uma das

<sup>483</sup> MEDEIROS, Vera B. Alarcón. “El recrutamento de indígenas de la Amazonia para la Marinha Imperial (1840-1850).” In.: *Boletim Americanista*. Ano LVIII, nº 58, Barcelona, 2008, p. 97-113; p. 101.

<sup>484</sup> O próprio governo imperial reconhecia também certos exageros, e pela dificuldade mesmo que tinha para alistar soldados entre os índios, chegou a propor em 1845 ao governo do Pará que pagasse prêmios aos índios que se alistassem voluntariamente. Cf. MEDEROS, Vera. *Op. cit.* p. 106.

<sup>485</sup> Estes termos aparecem principalmente em: ARAÚJO E AMAZONAS, Lourenço da Silva. *Dicionário topográfico, histórico, descritivo da Comarca do Alto Amazonas*. Recife: Typographia Commercial de Meire Henrique, 1852; BATES, Henry. *Op. cit.*; NORONHA, José Monteiro de. *Roteiro da viagem da Cidade do Pará até as últimas colônias do sertão da Província. Escrito na Villa da Barcellos pelo vigário geral do rio Negro (...) ano de 1768*. Pará: Typographia Santos & Irmãos.

bases da sustentação de muitas atividades econômicas, principalmente, àquelas ligadas ao transporte, ao comércio e aos serviços domésticos.

Referindo-se aos índios Miranha do Japurá, Marcoy destaca que desde os séculos XVII e XVIII estes índios eram uma das etnias mais caçadas pelos portugueses e seus descendentes “devido à estranha docilidade desses indivíduos, que os fazia objeto ideal da escravidão”. O método da caçada aos Miranha foi descrito pelo autor da seguinte maneira:

Alguns homens resolutos saíam de Caiçara, Ega ou Coari num grande barco levando como armas somente alguns rolos de corda de palmeira. [...] numa noite escura entravam por um dos afluentes desse rio [Japurá], desembarcavam em silêncio e marchavam pela mata até uma maloca ou aldeia dos Miranhas. Alcançando o sítio, cada um escolhia uma cabana e lhe ateava fogo postando-se à porta. Acordados pelo fogo, os Miranha tentavam escapar, mas eram agarrados na saída e, sem uma palavra, tinham as mãos amarradas atrás das costas. [...] Não raro que uma dúzia desses singulares sargentos conseguiam recrutar trinta ou mais Miranhas.<sup>486</sup>

Esta passagem do texto Marcoy não é apenas um exemplo claro de um dos mecanismos de caça e apreensão de índios da região do Solimões no período colonial, mas também ajuda a entender melhor a relação destes índios com os brancos e a própria memória indígena desta região em meado do século XIX. Pois, ao que tudo indica, Marcoy escreveu este texto a partir de relatos de um casal de tapuios com quem encontrou e conviveu por dois dias no povoado São Matias e, de um índio Miranha, seu remeiro e piloto da viagem que fez ao entorno de Tefé. Enquanto parte dos relatos desses personagens índios, o texto de Marcoy é também parte da própria memória indígena sobre sua própria história no período colonial.

Mas a caça e o comércio de índios Miranha não foi objeto apenas do período colonial. Marcoy diz que a população destes índios encontrada por ele em Caiçara, Ega, Nogueira e Coari não era fruto somente dos “sequestros” de outrora, mas do “espírito mercantil” que se afluorou no meio dos próprios índios e que os moradores locais, não mais capturava esses índios como antigamente, mas, agora, lhes compravam os filhos. Este viajante diz que não tinha informações sobre o que havia tornado essa “transação” numa “mera questão de conveniência mútua”. Segundo ele, “entre os Miranha, um pai nunca se recusa a negociar o seu filho por dois ou três machados, ou uma mãe a ceder sua filha por cinco metros de pano de algodão, um colar e uns berloques dourados”.<sup>487</sup>

<sup>486</sup> MARCOY, Paul. *Op. cit.* p. 125. Caiçara, hoje é Alvarães e Ega ou Egas é a atual Tefé, ambas no médio rio Solimões.

<sup>487</sup> MARCOY, Paul. *Op. cit.*, p. 128.

Aqui é interessante chamar a atenção para o fato de que o texto de Marcoy faz um movimento continuado de troca de identidade dos Miranha que, no fundo, traduz a própria ideia de índio do século XIX. De um povo “selvagem” que vivia em guerra com outros grupos e trocando rituais de canibalismo com seus inimigos mortais, os Umauas-Mesayas do rio Japurá, passara para uma “nação” perseguida e escravizada por sua “estranha docilidade”, ou seja, como apáticos selvagem que nunca reagiam às incursões dos brancos para captura de gente em suas malocas ou, ainda, para os índios que “por conveniência” vendiam seus próprios filhos. De qualquer forma, estas ideias sobre a identidade Miranha se completavam no pensamento indigenista do século XIX, afinal, o selvagem não era apenas o “terrível canibal”, mas também o “dócil escravo primitivo”, sem astúcia ou sem meios para reagir às ofensivas dos brancos, ou no limite, um homem desalmado, sem moral e sem princípios civilizados que vendia ou trocava seus próprios filhos por atraentes quinquilharias do mundo dos brancos como fazia os Miranha.

Apesar disso, é preciso entender as atitudes dos “Miranha de Marcoy” sob outro ponto de vista. E isto se pode fazer a partir do próprio texto deste viajante. Em outras passagens de seu relato, Marcoy se refere a esses índios como um grupo que, perseguido pelos brancos e por outros índios seus vizinhos, ficaram encurralados em um território com escassos recursos de subsistência de tal maneira que “compelidos pela fome extrema” comiam “os velhos e os doentes.” A escassez de alimentos os levava também a caçar e a comer cobras e insetos, pois, em seu território não havia mais antas, porcos do mato, macacos e os grandes roedores da floresta, tradicionais fontes de proteína dos índios da Amazônia. Marcoy conclui sua descrição sobre a fome entre os Miranha de forma dramática: “Quando os Miranhas não têm o que comer, coisa que acontece cinco dias por semana, atacam as árvores e comem a casca”.<sup>488</sup>

Em conflitos constantes com outros grupos indígenas, seus inimigos históricos ao norte e noroeste do seu território e atacados pelos brancos a partir do sudoeste, ou seja, pelo rio Japurá vindos de Tefé e região vizinha, os Miranha ficaram confinados num território pequeno e sem recursos alimentares. Nessas circunstâncias e, ainda, coagidos pelos traficantes de Tefé a caçar e/ou a vender crianças e jovens fossem do seu ou de outros grupos, os Miranha foram levados a tomar decisões extremas: vender seus próprios filhos aos traficantes e aos moradores de Tefé. Todavia, esta atitude pode não ter sido influenciada apenas pela pressão dos traficantes, ou menos ainda por uma mera “conveniência

---

<sup>488</sup> MARCOY, Paul. *Op. cit.*, p. 127.

comercial”, como aponta Marcoy, mas pela necessidade extrema de proteger as crianças da fome e dos ataques violentos dos traficantes e de outros índios. Deste modo, “vender os filhos” pode ter sido, nessas condições, o único meio de sobrevivência e de resistência que os Miranha encontraram para conviver com o mundo dos brancos.

Ao que se nota, o tráfico de meninos e meninas na região do Solimões abastecia um mercado importante nos povoados, vilas e cidades e não atingia apenas os Miranha, mas também os Passé, os Juri e outros grupos. No final da década de 1850, Henry Bates ressaltou que, em Tefé, muitos índios e todos os empregados desta localidade “eram selvagens que antes viviam na beira dos rios vizinhos, Japurá, Içá e o Solimões”. De acordo com esse autor, essa população indígena era formada por indivíduos de diferentes grupos étnicos, pelo menos dezesseis, cuja maioria “havia sido vendida quando ainda criança pelos próprios caciques”. Quando cresciam, os homens normalmente fugiam nos barcos dos comerciantes, mas as meninas permaneciam nas casas de suas patroas, onde eram maltratadas. Bates observa, ainda, que grande parte dos “atritos”, que ocorriam em Tefé e em lugares semelhantes era causada por “desentendimentos relacionados com os criados indígenas”.<sup>489</sup> Isto quer dizer que o estudo dos processos de resistência indígena nesta região tem que levar em conta não apenas as guerras, as rebeliões ou outras formas mais coletivas de resistência, mas também estas formas mais veladas, sutis e mais esquecidas pela própria historiografia.

De acordo com Bates, as crianças capturadas em “sangrentas incursões” entre os subgrupos dos Miranha e vendidas em Tefé, morriam em grande número e outras eram colocadas para trabalhar em serviços domésticos (encher os potes de águas, apanhar lenha na floresta, cozinhas) e nas atividades das canoas, remando-as e guiando-as. Bates teve contato direto com esse mercado de crianças indígenas e seu relato ajuda a entender melhor não apenas como elas eram “resgatadas”,<sup>490</sup> mas as dificuldades de adaptação, o sofrimento pelo qual passavam e o trabalho que realizavam para seus patrões.

Consta no texto de Henry Bates que seu ajudante José, “resgatou” por meio de um traficante do Japurá, duas crianças indígenas, um menino que passou a se chamar Sebastião e uma menina que se chamava Oria, na sua língua nativa. Essas duas crianças chegaram a Tefé doentes de malária e passaram a morar com o cientista. Acamada, a menina Miranha foi tratada por uma velha indígena da mesma etnia que lhe servia também de intérprete. Oria pedia frequentemente que lhe levasse à beira do rio para se banhar; pedia frutas e

---

<sup>489</sup> BATES, Henry. *Op. cit.* p. 207.

<sup>490</sup> De acordo com Henry Bates, naquele contexto, a palavra “resgatar” era um eufemismo local que queria dizer, “comprar”. *Op. cit.* p. 209.



brinquedos. Mas não suportando a enfermidade, faleceu. Seu enterro, segundo Bates, foi realizado com o mesmo ritual das crianças brancas; vestida de “anjinho” conforme os costumes da igreja. Oria foi levada ao cemitério, fato que teria contrariado as “pessoas graúdas” de Tefé. O menino, por sua vez, sobreviveu e depois de vencer as barreiras epidemiológica e linguística passou a acompanhar Bates nas suas expedições ao redor de Tefé, caçando pássaros nas árvores e pegando lagartos, para o que tinha grande habilidade.<sup>491</sup>

Além da absorção pelo mercado local, essas crianças, assim como as de outras regiões da província, poderiam ir parar na capital. Lá encontravam o mesmo destino: as casas das famílias mais abastardas. Algumas delas iam parar no orfanato da província, criado pelo governo para atender e educar as “crianças desvalidas”. Passando por Manaus em 1865, o casal Luiz e Elizabeth Agassiz registrou que esta instituição, sob o pretexto de educar, retinha crianças que ainda tinham pais e mães e que tinham sido “subtraídas às tribos selvagens”.<sup>492</sup>

Este mesmo casal estando em Tefé, também em 1865, confirma a intensa exploração da mão de obra e do trabalho indígena no Solimões, alertando que apesar das leis imperiais proibirem a escravidão indígena, na prática isso era burlado. Pois, as relações de trabalho colocavam a população indígena numa grande dependência do seu patrão como se tivesse sido “comprada ou vendida”. As dívidas dos índios eram sempre maiores do que o que tinham para receber. Havia também, de acordo com esse casal, uma espécie de conversão do valor das dívidas em dinheiro para dívidas em trabalho, ou seja, mesmo que os índios tivessem moedas para pagar suas dívidas, não poderiam. Endividados, tinham que continuar trabalhando para o mesmo patrão. Mas ainda, de acordo com Agassiz, “além dessa escravidão virtual”, existia em Tefé um “positivo mercado de índios”, em cujo combate as autoridades se mostravam impotentes.<sup>493</sup>

Ao se refletir sobre as relações entre índios e brancos no Solimões, vê-se que as crianças indígenas Miranha “resgatadas” pelo ajudante de Bates servem para mostrar uma face oculta da política indigenista na Província do Amazonas que, ao que parece, era, no mínimo, conivente com o tráfico de índios na província. Viu-se que, em Tefé, era fácil para um morador local e, mesmo para um estrangeiro, como foi o caso de Bates, adquirir um indiozinho para ser seu criado, sem ter sido importunado por nenhuma autoridade. Isto só

<sup>491</sup> BATES, Henry. *Op. cit.*, p. 207-209, *passim*.

<sup>492</sup> AGASSIZ, Luiz & AGASSIZ, Elizabeth. *Op. cit.* p. 128.

<sup>493</sup> *Ibid.*, p. 154.

reforça a ideia de que se tratava de uma prática corriqueira e espalhada por toda a sociedade local.

Por outro lado, este caso, mostra também as precárias condições de saúde dessas “crianças resgatadas”, agravadas, certamente, pelas condições a que eram submetidas essas crianças na hora da “pega” e no transporte para os locais de distribuição e venda. Mostra também o preconceito e a discriminação social que os índios sofriam nas vilas e lugares dessa região. Sebastião e Oria chegaram muito doentes a Tefé. O menino conseguiu curar-se e passou a servir a Bates, como todo o criado serve a seu senhor, porém, a menina não suportou a moléstia e morreu. Por um capricho de Bates, foi velada e enterrada “ao modo dos brancos”, sob protesto dos “graúdos de Tefé”, assinalou o cientista.

Deste modo, pensar a resistência indígena na região do Solimões na segunda metade do século XIX é estender o olhar não apenas para aquilo que pode chamar mais a atenção do pesquisador: guerras, revoltas ou fugas, mas é mergulhar profundamente nas relações entre índios e brancos das localidades, onde a resistência indígena ganha os tons de cotidianidade.

## CONCLUSÕES

Ao chegar ao final de uma pesquisa como esta, as conclusões a que se chega não representam apenas uma articulação e/ou uma síntese das discussões realizadas ao longo dos capítulos, que indique com clareza o que se quer defender, ou seja, na tese, mas elas trazem também as marcas do percurso realizado durante a pesquisa e escrita da tese. Elas sempre representam uma escolha, ou escolhas, que se fez entre muitos caminhos, possibilidades e alternativas que se abriram durante a execução da mesma. Deste modo, as conclusões não geram um “produto” imóvel e definitivo. Antes, elas representam um elo entre o passado (o percurso realizado), o presente (a tese) e o futuro (as repercussões, as novas pesquisas). Por isso, as conclusões são sempre parciais, revisitáveis e redirecionáveis, cujo olhar está sempre voltado para o futuro. Isto torna a tese uma “luz passageira”, às vezes tão rápida como um raio que cruza o horizonte. Esta centelha de luz traz uma única certeza: o ponto de chegada é sempre um ponto de partida e de novas possibilidades. É pensando desta maneira que apresentamos a seguir as considerações finais desta tese. Por isso, todos os comentários, as críticas e as sugestões são sempre necessárias e bem-vindas.

Tendo em vista este movimento dialético do trabalho intelectual, começam-se as conclusões desta tese pelo seu “ponto de partida”. O projeto que a originou chamava-se “Fronteiras da Civilização: história indígena e do indigenismo no alto Solimões -1850-1910” e tinha por objetivo estudar as relações entre “índios e brancos” na fronteira do Brasil com a Colômbia e o Peru. Tratava-se, portanto, de um trabalho interdisciplinar entre história social e antropologia da fronteira, tendo como recorte geográfico o alto rio Solimões. Se assim fosse feito, as conclusões que ora se iniciam seriam outras, pois estariam baseadas em um recorte temporal e geográfico diferente, como também problemas, fontes e questões de outra natureza e perspectiva teórica. Mas o trabalho do historiador é como navegar num rio sinuoso, no qual as curvas, os atalhos, as ilhas e os barrancos de areia trazem sempre a possibilidade de redirecionar o percurso, fazer e seguir outro caminho. Assim como navegar num rio, pesquisar é encontrar e vencer obstáculos, surpreender-se com o inesperado, aprender com o novo e, por fim, se for necessário, reorientar o tema, o problema e os objetivos.

Na pesquisa histórica, há um fator que exerce um peso importante na consolidação do trabalho que são, sem dúvida, as fontes. O que elas nos dizem e as perguntas que fazemos

a elas, são como o leme e a bússola que conduzem o “barco” da pesquisa nesse rio de possibilidades aberto pelas fontes.

E foi o mergulho nas fontes aqui utilizadas que acabou por redimensionar o trajeto desta pesquisa, chegar a este destino, a este ponto, fazendo um percurso diferente daquele pensado no exame de seleção. As leituras dos RPPAM e a revisão da literatura especializada sobre o tema aqui estudado revelaram a necessidade de redirecionar a pesquisa inicial, com dois movimentos: um, que deslocou o foco geográfico da pesquisa da fronteira do alto rio Solimões para toda a área de abrangência da Província do Amazonas e outro, que buscou centralizar a discussão no campo da história indígena e do indigenismo, saindo do campo da antropologia da fronteira, mudando, portanto, o campo de diálogo e de interlocução teórica.

No que se refere à historiografia regional, esta mudança buscou cobrir uma lacuna em relação à história indígena e do indigenismo na Província do Amazonas, explorando uma fonte documental, já conhecida dos historiadores, mas ainda pouco utilizada, especialmente, para este tema. Em termos estratégicos, esta mudança levou a uma maior abrangência da área geográfica pesquisada e, conseqüentemente, a uma menor possibilidade de profundidade. Contudo, não tirou a característica interdisciplinar do trabalho uma vez que a história indígena e do indigenismo é, por excelência, uma área interdisciplinar, como já foi demonstrada na introdução desta tese.

A questão central perseguida ao longo desta tese é a relação entre os índios e a sociedade imperial no Amazonas, por meio das várias faces e dos diferentes agentes da política indigenista e da política indígena. Para demarcar este confronto, mas nunca para separar radicalmente essas duas faces, a tese foi dividida em duas partes: uma, que tratou das ideias, dos planos, das ações e das práticas realizadas “ao modo dos brancos”, por vários agentes do governo, da Igreja e da sociedade regional, e outra, que enfocou as ações e reações realizadas “ao modo dos índios” pelos diferentes movimentos, grupos, lideranças e sujeitos indígenas.

Ao examinar esta relação, ficou claro que embora a sociedade nacional brasileira, principalmente, o aparato estatal tivesse vários meios coercitivos nos âmbitos legal, econômico e militar para estabelecer uma relação de dominação em relação aos índios, estes, por sua vez, encontraram meios de se relacionar, de se fazer ouvir, de resistir e, até mesmo de participar da política indigenista e da vida da sociedade nacional. Assim, tanto a política indigenista como a indígena, gestadas e executadas neste campo de confronto, não podem

ser vistas como fruto do resultado unilateral de suas ações, mas como um produto desta mesma relação gerado no campo de disputa.

Deste modo, diferentemente do que tem sido mostrado por um certo setor da historiografia de inspiração marxista, o Estado e seus agentes, inclusive, o próprio governo imperial, tinham consciência de que sem a participação dos índios, fosse como “principais” designados pelas Cartas Patentes, fosse, principalmente, como mão de obra nas diversas atividades econômicas, seus interesses e objetivos teriam muitas dificuldades de serem realizados ou mesmo não lograriam êxito. Por outro lado, muitos grupos indígenas também conseguiram avaliar que, para fazer valer os seus interesses, não teriam apenas que fazer guerras ou outros movimentos armados, mas teriam que se relacionar e, às vezes, até se aliar com setores ou com diferentes agentes da sociedade regional.

Em outras palavras, tanto a política indigenista como a política indígena eram pensadas e colocadas em prática na interlocução e no conflito das ideias e das relações entre índios e brancos. No caso da política indigenista, mesmo que os índios não estivessem presentes fisicamente nos debates políticos e ideológicos, nos parlamentos e nos espaços formais de elaboração de leis e dos projetos, as ideias e as concepções forjadas sobre eles por vários grupos sociais, agentes do Estado e autoridades imperiais se chocavam e se conflitavam. E quando estas leis, projetos ou ideias eram colocadas em prática, logo se deparavam com a força política das lideranças, das aldeias, dos povos e das populações indígenas no interior da província. O resultado disso foi que os vários agentes do Estado, os governos, os religiosos e os agentes particulares tinham que estabelecer alianças com as lideranças ou grupos indígenas em particular para realizar seus projetos. Foi isso que se viu na política de aliança dos presidentes da Província do Amazonas que, em síntese, acabou reeditando uma velha prática colonial que concedia patentes e honrarias a líderes indígenas em troca de diferentes formas de apoio. Com a patente de “capitão” um principal indígena poderia “descer” outros índios de seu povo e formar aldeamentos, além do *status* de poder se relacionar com os Diretores Parciais e outras autoridades locais e, até mesmo, com o próprio presidente da província.

Como se pode ver no capítulo II, essa prática, embora usual em todo o período estudado, e também no período colonial, não se enquadrava na estrutura formal da política indigenista posposta pelo Regulamento das Missões de 1845, mas foi usado por todos os presidentes da província. E é interessante notar que, com raríssimas exceções, não se

encontrou nos RPPAM queixas dos agentes indigenistas contra estes tuxauas nomeados, diferentemente do que se observa em relação aos Diretores Parciais das aldeias. Estes são o centro das queixas e denúncias de abusos e maus tratos aos índios. Mas, paradoxalmente, seu papel era central para o sucesso dos aldeamentos na perspectiva da política indigenista imperial.

A interpretação desse processo coloca em disputa na historiografia duas visões diferentes: uma que acentua o forte caráter de “manipulação das chefias” indígenas por parte do Estado; e outra que enfoca a habilidade das lideranças indígenas para lidar com os novos problemas e de se apropriar desse “novo” para negociar com o “mundo dos brancos”.<sup>494</sup> Neste debate, John Monteiro chamou a atenção para o “falso problema” que passou a fazer parte da discussão historiográfica e política que acabou por classificar as lideranças, ora como “autênticas”, ora como “falsas”.<sup>495</sup> Na verdade, esta tese procurou mostrar esse aspecto em várias passagens. Os povos e as lideranças indígenas na Província do Amazonas agiram e reagiram de diferentes maneiras, sempre de acordo com cada contexto histórico e social ao qual estavam inseridos e, por isso, em cada região da província, deram respostas diferentes aos agentes do Estado e a particulares.

Por outro lado, mesmo que no âmbito do Estado houvesse leis e normas gerais que visassem a estabelecer um padrão das ações do Estado e de seus agentes, na prática, prevaleciam as ações e as reações de quem estava no “campo de disputa”, nos “sertões da província”. Portanto, de todo aparato ideológico, político e jurídico que o Estado dispunha para sua relação com os índios, o que se tornava mais visível e concreto para os índios eram as práticas dos diferentes agentes tais como os religiosos, os Diretores de Aldeia, os militares, ou mesmo aqueles agentes que de algum modo representavam “os brancos”: os comerciantes, os regatões, os seringueiros, etc. Era, principalmente, com estes agentes com quem os índios se relacionavam e era em resposta às suas práticas que eles agiam ou reagiam.

Deste modo, tanto a política indigenista como a política indígena eram mediadas por esse campo de relação, de interação e de disputa. E era a partir desse “campo” e visando as relações e as práticas nele desenvolvidas, que o Estado e os índios estabeleciam suas estratégias, tomavam suas decisões e realizavam suas ações. Em termos mais gerais, estas considerações guardam vínculos com aquilo que Russel-Wood chamou de “potencial de

---

<sup>494</sup> Cf. ALMEIDA, Maria Regina Celestino. *Op. cit.*, p. 187-188.

<sup>495</sup> MONTEIRO, John Manuel. *Op. cit.*, 2006, p. 6.

negociação colônia-metrópole”, quando tratou da relação “centro-periferia” em relação a Portugal e ao Brasil, na qual havia claramente um espaço para “flexibilidade e negociação”.

<sup>496</sup> Obviamente que aqui, nesta tese, não se trata de relações “colônia-metrópole”, como as que foram estudadas por este autor, mas de relações “centro-periferia” no marco do Estado Nacional brasileiro, ou mais precisamente na Província do Amazonas, que neste caso representa o “centro” e as populações indígenas, a “periferia”. Contudo, esta relação não se dá, como já foi demonstrado, necessariamente, do centro para a periferia, como se fosse uma via de mão única, mas num “campo de tensão”, no qual os índios também participaram efetivamente e de forma diversa.

Examinemos agora mais detidamente como cada uma dessas duas perspectivas, a dos “brancos” e a dos “índios”, foram construídas e suas contradições internas. No primeiro caso, tomando como referência a política indigenista na forma como se apresentava no Regulamento das Missões de 1845, a figura central era mesmo o Diretor Parcial. Era ele quem fazia o contato direto com os índios, quem informava ao Diretor Geral e às demais autoridades provinciais sobre a situação dos aldeamentos e das diretorias de índios, e quem comandava seu pessoal auxiliar: o missionário, o tesoureiro, a força militar, etc. Seu cargo não era remunerado, mas seu poder na estrutura da política indigenista e sua influência política e econômica na região onde atuava lhe garantia usufruir dos serviços de muitas vantagens, inclusive, da utilização do trabalho e da mão de obra dos índios em benefício próprio. Esse era o motivo principal de muitas queixas e denúncias tanto dos índios como de missionários e de autoridades provinciais. Até mesmo os presidentes e vice-presidentes da província, em várias de suas Falas, Exposições e Relatórios reconheceram esses abusos, embora não tenham tomado providências drásticas; a não ser algumas transferências ou demissões. Isso mostra que as autoridades do Estado sabiam ou ficaram sabendo, em diversos momentos, dos desmandos cometidos por esses agentes, mas, ao mesmo tempo, tinham consciência de que sem eles seria ainda mais difícil colocar em prática a própria política indigenista.

Tratava-se, assim, de uma clara negociação de poder entre as autoridades do Estado e pessoas que tinham alguma influência econômica e/ou política no âmbito local. Ao longo da tese, demonstrou-se que a escolha e a nomeação de um Diretor Parcial passavam por critérios econômicos, políticos e determinadas habilidades administrativas. Por essa razão, os Diretores, ou ganhavam esse cargo por já haverem demonstrado seu sucesso econômico

---

<sup>496</sup> RUSSEL-WOOD. A. J. *Op. cit.*, 1998, p. 188; 206.

numa determinada região ao lidar com o comércio de produtos industrializados e das drogas do sertão, ou pela habilidade de trabalhar com os índios, utilizando-se de sua mão de obra. Embora não se tenha investigado este aspecto a fundo, há três exemplos que demonstram essa forma de negociação: são os casos de Jesuíno Cordeiro, na região do rio Negro; de Manoel Urbano da Encarnação, na região do Purus-Madeira e; de José Monteiro Crisóstomo, no Japurá-Tefé.

Por diferentes razões, a participação na estrutura da política indigenista na Província do Amazonas gerava disputa entre os agentes do Estado. Insatisfeita com o papel secundário do missionário no âmbito das diretorias de índios, a Igreja, principalmente através de Dom Macedo da Costa, conseguia pressionar as autoridades imperiais e mudar a legislação indigenista, subtraindo o cargo de Diretor Parcial confiado aos leigos e colocando o missionário na direção dos aldeamentos indígenas na Província do Amazonas, a partir de 1866. Esta mudança não teve tanto impacto político na prática indigenista, pois, não alterou a perspectiva nem a forma de agir dos agentes do Estado, mas em termos práticos, provocou alterações importantes na vida dos aldeamentos e no peso menor que a questão indígena passou a ter no âmbito do Estado.

Nota-se claramente, na documentação consultada, que a retirada dos Diretores Parciais da cena política coincide com uma quase ausência de informações sobre as populações indígenas nos relatórios do governo imperial no Amazonas. Obviamente que esse quase silêncio das fontes oficiais em relação aos índios, a partir de 1866, não pode ser atribuído, unicamente, à supressão dos Diretores Parciais. Colaboraram também para este fato outros fatores, como uma maior atenção do governo aos problemas relativos à economia da borracha e às dificuldades que tiveram os capuchinhos de conseguir religiosos para atuarem em todos os aldeamentos que existiam na província. Todavia, a ausência dos Diretores Parciais das 56 diretorias indígenas existentes em meado da década de 1860 tornam muitos aldeamentos sem representantes oficiais do Estado e, também, sem notícias regulares sobre a situação dos índios da província.

Outro aspecto caro à política indigenista foi a relação com os povos, com as comunidades e com as lideranças indígenas. Neste ponto, a estratégia política oficial tinha dois eixos básicos: um que girava em torno da distribuição de “brindes” às lideranças e às aldeias indígenas; outro, que se tratava da concessão de Cartas Patentes às lideranças



índigenas para atuarem no interior das diretorias, com a atribuição, entre outras coisas, de descer índios e fundar povoados.

Em relação à distribuição de “brindes”, isto era feito de duas maneiras: distribuição às aldeias e grupos indígenas com quem o Estado tinha interesse em estabelecer contato, manter uma relação específica ou incentivar a prática de determinadas atividades econômicas como, por exemplo, a agricultura. No primeiro caso, eram distribuídos espelhos e outros objetos que pudessem atrair a atenção e o interesses dos índios para o contato. No segundo, poderia se dar a partir de solicitações que os próprios índios apresentavam aos Diretores Parciais ou às autoridades da capital. No último caso, eram distribuídas ferramentas agrícolas para os índios plantarem e cultivarem visando o sustento dos aldeamentos e os interesses econômicos do Estado. Em muitas ocasiões, as lideranças indígenas que iam à capital foram presenteadas pelo presidente da província com “brindes” e “agrados”, como também suas aldeias.

Em várias passagens dos RPPAM encontramos menções a presentes que eram distribuídos nas aldeias; há listas inteiras destes presentes destinados aos índios. Inclusive uma parte do orçamento destinado à catequese e civilização dos índios era empregada na aquisição desses presentes, o que mostra que não era um assunto eventual, mas fazia parte da sistemática da própria política indigenista. Tais agrados eram distribuídos não apenas aos índios, cujos chefes tinham boas relações com os presidentes da província, como também aos chamados “índios selvagens”. Neste caso, os brindes eram claramente utilizados como forma de fazer contato com aqueles grupos considerados arredios e de “atraí-los à civilização”. Mas, também, em muitos casos, os índios davam sentidos próprios a estes “brindes” apropriando-se deles sem “abandonar seus costumes tradicionais.”<sup>497</sup>

O outro lado deste debate apresentado nesta tese é a forma como os índios se organizavam e respondiam às ações dos brancos. As respostas dos índios variavam muito de acordo com cada etnia, situação de contato e contexto em que se davam os contatos ou os conflitos. Desta forma, pode-se dizer que assim como a política indigenista tinha vários

---

<sup>497</sup> Cf. HENRIQUE, Márcio Couto. “Presente de brancos: a perspectiva indígena dos “brindes” da civilização (Amazônia, século XIX)”. In. *XXVII Simpósio Nacional de História – GT Conhecimento histórico e diálogo social*. Natal: junho de 2013, p. 2. Sobre esta discussão, veja também: HOWARD, Catherine V. “A domesticação das mercadorias: estratégias Waiwai”. In. ALBERT, Bruce e RAMOS, Alcida Rita (Orgs.). *Pacificando o branco: cosmologias do contato no norte-amazônico*. São Paulo: UNESP; Imprensa Oficial do Estado, 2002, p. 25-55; WELTHEM, Lúcia H van. “Feito por inimigos: os brancos e seus bens nas representações Wayana do contato”. In. ALBERT, Bruce e RAMOS, Alcida Rita (Orgs.). *Op. cit.* p. 61-84.

agentes e muitas faces, também a política indígena tinha vários atores (diferentes lideranças e povos indígenas) e muitas formas de responder e de se relacionar com o “mundo dos brancos”.

Essa diversidade de ações e de reações indígenas fica clara quando se olha para as diferentes realidades das regiões da província aqui estudadas. No rio Negro, por exemplo, a memória histórica de contato com as tropas de resgates e a experiência com os missionários católicos, associada à religiosidade que se desenvolveu entre os índios daquela região, fizeram com que determinados grupos indígenas como os Baniwa e os Tariano desenvolvessem um tipo de resposta e de reação aos brancos, muito diferente do resto da província. Lá, grande parte das ações e reações indígenas esteve associada a fenômenos que a etnologia tem chamado de “messianismo indígena”, que agrega ritos e práticas do catolicismo popular da Amazônia com a tradição cultural e religiosa dos povos indígenas. Nesta mesma região, no entanto, grupos indígenas como os Uaimiri estavam em outra situação histórica. Suas reações aos brancos mostraram claramente sua capacidade de articular respostas belicosas ou pacíficas de acordo com a situação que enfrentavam. Inicialmente, protegeram seus territórios, respondendo belicamente às invasões dos brancos, mas também demonstraram que eram capazes de estabelecer reações pacíficas, quando assim foram tratados. Um exemplo disso foi sua boa receptividade à expedição coordenada pelo cientista Barbosa Rodrigues.

Nos rios Madeira e Purus, especialmente, neste último onde o contato entre índios e brancos se intensificou mais no período da exploração econômica da borracha, já no segundo quartel do século XIX, as formas de resistência indígena seguiram *grosso modo* ações bélicas e punitivas dos índios aos invasores de seus territórios e ou àqueles que praticavam algum tipo de violência. Aparecem com mais evidência nos RPPAM os Arara e os Parintintin, realizando as chamadas “correrias indígenas”. Em muitas destas “correrias” os índios tomavam de assalto colocações de trabalhadores (seringueiros, coletores, extratores de madeira, etc.) ao longo do médio e alto rio Madeira e no Purus, causando mortes e praticando roubo de mulheres. Tais ações eram geralmente respostas dos índios às agressões, mortes e ao roubo de mulheres e crianças praticado pelos brancos. Estes conflitos fizeram da região Madeira-Purus aquela que teve o maior número de conflitos na província. (Cf. Mapa dos Conflitos, Apêndice 02).

Na região do rio Solimões tem-se um índice menor de número de conflitos entre índios e brancos, registrados nos RPPAM. Isto, por um lado, deve-se principalmente ao fato dessa região ter uma história muito mais longa de contato entre índios e brancos, inclusive com memoriosos conflitos nos séculos XVI, XVII e XVIII, mas que no século XIX já tinha uma população indígena mais reduzida numericamente e com muito contato com os brancos, especialmente, comerciantes e regatões que ali negociavam. Diferente do rio Purus, por exemplo, que foi aberto à navegação e à exploração econômica e comercial no segundo quartel do século XIX. No mapa de conflitos, o Solimões aparece com apenas quatro ocorrências, envolvendo os Mura do seu médio curso e os Mayoruna do alto curso.

Contudo, foi demonstrado no capítulo VI que esse baixo índice de conflitos registrados nos RPPAM para o rio Solimões, não pressupõe a inexistência de conflitos entre índios e brancos naquela região. A leitura realizada dos relatos dos principais cientistas e viajantes, que percorreram essa região na segunda metade do século XIX, revelou uma situação bem diferente. Não apenas houve um maior número de conflitos, como formas distintas de resistência indígena. Por um lado, grupos indígenas como os Mayoruna, Miranha, Passé e Kulina aparecem nessas outras fontes, ou como vítimas de brancos “caçadores de índios”, especialmente, no Japurá, ora como protagonistas de processos e de ações de resistência muito diferente das formas clássicas de lutas, rebeliões e fugas. Por outro lado, índios e/ou tapuios, individualmente, na condição de trabalhadores domésticos, soldados e remeiros empreenderam diferentes formas de resistência às condições de trabalho e aos excessos praticados por seus patrões ou superiores hierárquicos.

A discussão sobre a resistência indígena no Solimões oitocentista sugere fortemente que não se pode discutir esse tema, sem levar em conta os critérios de indianidade e a noção de identidade indígena do século XIX. Pois, tidos como “não índios”, os tapuios, que eram a grande parte da população das vilas e povoados do Solimões nesse período, não entraram nos levantamentos populacionais oficiais e nos relatos dos viajantes. Pela mesma razão, os conflitos dos quais participaram não aparecem nos RPPAM como ações sofridas ou praticadas pelos índios. Deste modo, este quase silêncio nos RPPAM, em relação aos conflitos e à resistência indígena no rio Solimões, representa um processo ideológico contínuo de desindianização e de embranquecimento promovido desde o período colonial.

Finalmente, tomando como referência as ideias, os projetos e as práticas indígenas e indigenistas aqui estudadas, conclui-se que a história indígena e do indigenismo na

Província do Amazonas só pode ser compreendida como resultado de um intenso campo de disputas, conflitos e alianças entre grupos, lideranças e populações indígenas de um lado e, agentes do Estado, igreja e particulares de outro.

## Referências

### a) Bibliografia

- ALMEIDA, Alfredo Wagner B de (Org.) *Conflitos sociais no “Complexo Madeira”*. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia/UEA Edições, 2009.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de & FARIAS JÚNIOR, Emmanuel de Almeida (Orgs.). *Mobilizações Étnicas e Transformações Sociais no rio Negro*. Manaus: EUA Edições, 2010.
- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses Indígenas: identidade e cultura nas aldeias indígenas do Rio de Janeiro*. 2a ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2013.
- ALVES, Márcia Eliane. “Educação, trabalho e dominação: Casa dos Educandos Artífices: 1858-1877”. In: *Amazônia em Cadernos*. História em Novos Cenários. Manaus: Universidade do Amazonas/Museu Histórico, v. 2, n. 2/3, dezembro de 1993/94, 1995, p. 91-105.
- AMARAL, Josali do. *Ritmos e Dissonâncias: controle e disciplinarização dos desvalidos e indigentes nas políticas públicas do Amazonas 1852-1915*. Dissertação de Mestrado em História Social. UFAM/PPGHS. Manaus: 2011.
- AMOROSO, Marta Rosa. “Corsários no Caminho Fluvial: os Mura do rio Madeira”. In: CUNHA, Manuela Carneira da. (Org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras Secretaria Municipal de Cultura, 1992, p. 297-310.
- AMOROSO, Marta. “Crânio e cachaça: coleções ameríndias e exposições no século XIX”. In: *Revista de História*. Nº. 154, 1º. semestre. São Paulo: Departamento de História/FFLCH/USP, 2006.
- AMOROSO, Marta Rosa. *Guerra Mura no século XVIII: versos e versões. Representações dos Mura no Imaginário Colonial*. Dissertação de Mestrado. Campinas: IFCH-Unicamp, 1991.
- AMOROSO, Marta. “Mudança de Hábito: catequese e educação para os índios nos aldeamentos Capuchinhos”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 13, nº. 37, 1998, p. 101-114.
- ANDERSON, Gary Clayton. “The Indian Southwest, 1580-1830: Ethnogenesis and Reinvention”. University of Oklahoma Press, 1999.
- ARAÚJO E AMAZONAS, Lourenço da Silva. *Dicionário topográfico, histórico, descritivo da Comarca do Alto Amazonas*. Recife: Typographia Commercial de Meire Henrique, 1852.
- ATHIAS, Renato. *A Noção de Identidade Étnica na Antropologia brasileira – de Roquette Pinto à Roberto Cardosos de Oliveira*. Recife: Editora da UFPE, 2007.
- AVENVEDO, José da Costa (Direção). *Trabalhos Hidrográficos ao Brasil: primeiros traços gerais da carta particular do rio Amazonas no curso brasileiro, anos de 1862 a 1864*. Acervo digital da Biblioteca Nacional-RJ. Acessado em 21 de 03 de 2014.
- AXTELL James. “Natives and Newcomers: the cultural origins of North America”. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. *Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará*. Brasília: Senado Federal, 2004 (Edições do Senado Federal, v. 30).

BAINES, Stephen Grant. “Censuras e memórias da pacificação Waimiri-Atroari”. Brasília: UnB, 1993. (Série Antropologia, 148).

BAINES, Stephen. “Conflitos Interétnicos no rio Jauaperí”. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de & FARIAS JÚNIOR, Emmanuel de Almeida (Orgs.). *Mobilizações Étnicas e Transformações Sociais no rio Negro*. Manaus: EUA Edições, 2010, p. 105-126.

BAYARU, Tõrãmu; Ye Ñi, Guahari (Narradores). *Livro dos Antigos Desana – Guahari Diputiro Porã*. São Gabriel da Cachoeira, AM: FOIRN; ONIMRP, 2004, p. 656-7. (Coleção: Narradores Indígenas do Rio Negro, v. 7).

BANDEIRA, Alípio. *Jauapery*. 2ª ed. Manaus: Edua, 2009 (Séries Grandes Temas em Pequenos Formatos).

BARTOLOMÉ, Miguel A. “As Etnogêneses: velhos atores e novos papéis no cenário cultural e político”. In: *MANA*, ano 12 (1), 2006, p. 39-68.

BENTES, Dorinethe dos Santos & ROLIM, Amarildo R. *O Amazonas no Brasil e no Mundo*. Manaus: Mens’ana, 2005. (História do Amazonas – 3ª Série – Ensino Médio).

BITTENCOURT, Agnello. *Dicionário Amazonense de Biografia: vultos do passado*. Rio de Janeiro: Conquista, 1973.

BITTENCOURT, Agnello. “Macedo da Costa (Dom)”. In: *Dicionário Amazonense de Biografia: vultos do passado*. Rio de Janeiro: Editora Conquista, 1973.

BOCCARA, Guillaume. “Colonización, Resistencia y etnogeneses em las fronteras americanas”. In: BOCCARA, Guillaume. *Colonización, Resistencia y Mestizaje en las Américas (siglos XVI-XIX)*. Quito/Equador: Abya-Yala, 2002, p. 47-82.

BURKE, Peter. “Abertura: a Nova História, seu passado e seu futuro”. In: BURKE, Peter (Org.). *A Escrita da História: novas perspectivas*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1992, p. 7-37.

BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989): A revolução francesa da historiografia*. 3ª edição. São Paulo: Editora da Universidade Paulista, 1991.

BURKE, Peter. *O Que é História Cultural*. Tradução de Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

CARDOSO, Antônio Alexandre Isidio. “O mundo de Manoel Urbano da Encarnação: indígenas, regatões, migrantes e fugitivos no avanço rumo ao oeste amazônico no século XIX”. In: *XXVII Simpósio Nacional de História - ANPUH*, Natal-RN, 2013. GT: Conhecimentos Históricos e Diálogo Social. Disponível do site: [www.snh2013.anpuh.org](http://www.snh2013.anpuh.org). Acesso em 09/05/2015.

CARDOSO, C. Flamarion. “História e Paradigmas Rivals”. In: CARDOSO C. Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. (Orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 1-23.

CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz de. *Índios Cristãos: a conversão dos gentios na Amazônia portuguesa (1653-1769)*. Tese de Doutorado em História Social. Unicamp, Campinas-SP, 2005.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. *A Inconstância da Alma Selvagem e outros ensaios antropológicos*. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

CHANDLESS, William. "Ascent of the River Purus". In: *Journal of the Royal Geographical Society of London*, v. 36, 1866, p. 86-118. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/1798493>. Acesso em 30/05/2015.

COELHO, Mauro Cezar. "O Diretório dos Índios e as Chefias Indígenas: uma inflexão". In: *CAMPOS – Revista de Antropologia Social*, UFPR, v. 7, nº. 1, 2006, p. 117-134.

COSTA, Hideraldo Lima da. "Amazônia: paraíso dos naturalistas". In: SANTOS, Francisco Jorge dos (Orgs.). *Amazônia em Cadernos – diálogos interdisciplinares*. Nº 6, jan./dez. Manaus: EDUA, 2000, p. 229-270.

COSTA, Hideraldo Lima da. *Cultura, Trabalho e Luta Social na Amazônia: discursos dos viajantes – século XIX*. Manaus: Editora Valer; FAPEAM, 2013.

CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). *História indígena no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992a.

CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.) *Legislação Indigenista no Século XIX: uma compilação*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Comissão Pró-índio de São Paulo, 1992b.

CUNHA, Manuela Carneiro. "Política indigenista no século XIX". In: CUNHA, Manuela Carneiro (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992c.

CUNHA, Manuela Carneiro da. "Prólogo". In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.) *Legislação Indigenista no Século XIX: uma compilação*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Comissão Pró-índio de São Paulo, 1992d.

CUNHA, Manuela Carneiro da. "Pensar os índios: apontamentos sobre José Bonifácio" In: CUNHA, Manuela Carneiro da. *Cultura com Aspas e outros Ensaio*s. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

DÍAZ-POLANCO, Héctor. "Morgan y el evolucionismo". In: *Nueva Antropología*. Ano II, nº. 7: México, Diciembre de 1977.

DIEHL, Astor Antônio. *A Cultura Historiográfica Brasileira: do IHGB aos anos 1930*. Passo Fundo: Ediupf, 1998.

FARAGE, Nádia. *As Muralhas do Sertão: os povos indígenas no rio Branco e a colonização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; ANPOCS, 1991.

FARAGE, Nádia & SANTILLI, Paulo. "Estado de Sítio: território e identidade no vale do rio Branco". In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). *História Indígena no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992a, p. 267-278.

FAULHABER, Priscila. *O Lago dos Espelhos: etnografia do saber a fronteira em Tefé/Amazonas*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1998.

FREITAS, Marco Antônio de. *O Povo Kokama: um caso de reafirmação étnica*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia. Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2003.

FULLER, Claudia Maria. "Os Corpos de Trabalhadores: política de controle social no Grão-Pará". In: *Revista de Estudos Amazônicos*, v. III, nº. 1, 2008.

FULLER, Claudia Maria. "Os Corpos de Trabalhadores e a organização do trabalho livre na província do Pará (1838-1859)." In: *Revista Mundo do Trabalho*, v. 3, nº. 6, julho-dezembro de 2011, p. 52-66.

- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Funda de Cultura, 1964.
- GINZBURG, Carlos. *Mitos, Emblemas e Sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- GODIY, Silvana Alves de. “Pilotos, remeiros, proeiros e guias na Rota das Monções (Séculos XVIII – XIX).” In: *4º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Curitiba, 2009. Disponível no site. [www.escravidaoliberdade.com.br](http://www.escravidaoliberdade.com.br). Acesso, em 23 de maio de 2015.
- GONÇALVES, Regina Célia, CARDOSO, Halisson Seabra e PEREIRA, João Paulo Costa Rolim. “Povos Indígenas no período do domínio holandês: uma análise dos documentos tupis (1630-1656)”. In: OLIVEIRA, Carla Mary S. et. alii, (Orgs.). *Ensaio sobre a América Portuguesa*. João Pessoa: Editora Universitária, 2009, p. 39-51.
- GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. *O Império das Províncias: Rio de Janeiro, 1822-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- GRUZINSKI, Serge. “História dos índios na América: abordagens interdisciplinares e comparativas”. Entrevista com Maria Regina Celestino de Almeida. In: *Revista Tempo*, n.º. 23, s/d. p. 196-198.
- GUZMÁN, Décio Marcos Antônio de Alencar. *Histórias de Brancos: memória, história e etno-história dos índios Manao do rio Negro (Séculos XVIII–XX)*. Dissertação de Mestrado – IFCH, Unicamp: Campinas-SP, 1997.
- JOHNSON, Valter. “On Agency”. In: *Journal of Social History*, ano 31, n.º. 1, 2003, p. 113-124.
- HENRIQUE, Márcio Couto e MORAIS, L. T. “Estradas líquidas, comércio sólido: índios e regatões na Amazônia (século XIX)”. In: *Revista de História (USP)*, v. 171, 2014, p. 49-82.
- HENRIQUE, Márcio Couto. “A perspectiva indígena das missões religiosas na Amazônia (Século XIX)”. In: *Revista de História Social*, v. I, p. 133-156, 2013b.
- HENRIQUE, Márcio Couto. “Presente de brancos: a perspectiva indígena dos “brindes” da civilização (Amazônia, século XIX)”. In: *XXVII Simpósio Nacional de História – GT Conhecimento histórico e diálogo social*. Natal: junho de 2013a, 16 págs. Disponível em: [www.snh2013.anpuh.org](http://www.snh2013.anpuh.org). Acesso em 30 de janeiro de 2015.
- HOWARD, Catherine V. “A domesticação das mercadorias: estratégias Waiwai”. In: ALBERT, Bruce e RAMOS, Alcida Rita (Orgs.). *Pacificando o branco: cosmologias do contato no norte-amazônico*. São Paulo: UNESP; Imprensa Oficial do Estado, 2002, p. 25-55.
- HÜTTRNER, Édison. *A Igreja Católica e os Povos Indígenas do Brasil: os Ticuna da Amazônia*. EDIPUCRS, 2009.
- IGLESIAS, Marcelo Manuel Piedrafita. *Os Kaxinawá de Felizardo: correrias, trabalho e civilização no Alto Juruá*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ/MN/PPGAS, 2008.
- KARASCH, Mary. “Catequese e Cativo: política indigenista em Goiás (1780-1889)”. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 396-412.
- KODAMA, Kaori. *Os Índios e o Império do Brasil: a etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; São Paulo: EDUSP, 2009. (Coleção História e Saúde).



KUHN, Thomas. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. 9ª ed., 1ª reimpressão. Tradução de Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. São Paulo: Perspectiva, 2009, p. 13. (Debates; 115).

LEAL, Davi Avelino. “Cotidiano e conflito nos seringais do rio Madeira (1880-1930)”. *Fronteiras do Tempo: Revista de Estudos Amazônicos*, v. 1, nº 1, junho de 2011, p. 127-137. Disponível em: [www.files.fronteirasdotempo.webnode.com.br](http://www.files.fronteirasdotempo.webnode.com.br). Acesso em 29 de maio de 2015.

LEAL, Davi Avelino. *Direitos e Processos diferenciados de Territorialização: os conflitos pelo uso dos recursos naturais no rio Madeira (1861-1932)*. Tese de Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia. Manaus: UFAM/PPGSCA, 2013.

LE GOFF, Jacques (Dir.). *A História Nova*. (Tradução: Eduardo Brandão). 5ª Edição. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

LIMA, Antônio Carlos de Souza. *Um Grande Cerco de Paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1995.

LOSADA, Vânia Maria Moreira. “Autogoverno e Economia Moral dos Índios: liberdade, territorialidade e trabalho (Espírito Santo, 1798-1845)”. In: *Revista de História*, SP: nº. 166, jan./jun., 2012, p. 223-243.

LOSADA, Vânia Maria Moreira. “Os Índios e o Império: história, direitos sociais e agenciamento indígena”. In: *XXV Simpósio Nacional de História – Simpósio Temático 36 – Os Índios na História*, 13 a 17 de julho de 2009.

LOUREIRO, Antônio. *O Amazonas na Época Imperial*. 2ª ed. revisada. Manaus: Editora Valer, 2007.

LUSTOSA, Antônio de Almeida. *Dom Macedo Costa: Bispo do Pará*. 2ª. ed. Belém: SECULT, 1992.

MABILDE, Pierre F A Booth. *Sobre os índios Selvagens da Nação Coroados dos matos da Província do Rio Grande do Sul*. São Paulo: IBRASA – Instituto Nacional do Livro, 1983.

MACIEL, Benedito. “Entre os rios da Memória: história e resistência dos Cambéba na Amazônia brasileira”. In: SAMPAIO, Patrícia Melo & ERTHAL, Regina de Carvalho (Orgs.). *Rastro da Memória: histórias e trajetórias das populações indígenas na Amazônia*. Manaus: EDUA, 2006, p. 195-217.

MACIEL, Benedito do Espírito Santo Pena. *Identidade como novas possibilidades: etno-história e afirmação étnica dos Cambéba na Amazônia brasileira*. Dissertação Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia. Manaus: Universidade Feral do Amazonas, 2003.

MALDI, Denise. *Os Guardiões da Fronteira – rio Guaperé – século XVIII*. Petrópolis: Vozes, 1989.

MAGALHÃES, José Vieira Couto de. *O Selvagem*. Edição comemorativa do centenário da 1ª edição. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1975.

MARTINS, Carla Denise. “Civilização Católica: D. Macedo Costa e o Desenvolvimento da Amazônia na segunda metade do século XIX”. In: *Revista de História Regional*, v. 7, nº 1. Departamento de História/UEPG, Ponta Grossa: Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2002. Endereço: [www.revistas2.uepg.br/index](http://www.revistas2.uepg.br/index). Acesso, em 20 de fevereiro de 2014.

MARTINS, Renato. “Em torno da catequese e civilização: agências Timbira nos aldeamentos e na política indigenista do Segundo Reinado do Império do Brasil (1840-1889)”. In: *VII RAM*, GT 08: Violência Estatal, Indigenismo e Povos Indígenas. Porto Alegre:/UFRGS, s/d.

MARTÍNEZ, José Luís; GALLARDO, Viviana & MARTÍNEZ, Nelson. “Construyendo identidades desde el poder: los indios em los discursos republicanos de inicio del siglo XIX”. In: BOCCARA, Guillaume. *Colonización, Resistencia y Mestizaje em las Américas (siglos XVI-XIX)*. Quito/Equador: Abya-Yala, 2002, p. 27-46.

MATOS, Maria Helena Ortolan. “Barbosa Rodrigues e o indigenismo brasileiro: quando o naturalista viajante faz mais que olhar e anotar, ele incomoda”. In: CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz de & NORONHA, Nelson Matos de. (Orgs.). *A Amazônia dos Viajantes – História e Ciência*. Manaus: EDUA/FAPEAM/CNPq, 2011, p. 167-189.

MEDEIROS, Vera B. Alarcón. “El recrutamento de indígenas de la Amazonia para la Marinha Imperial (1840-1850).” In: *Boletim Americanista*, ano LVIII, nº 58, Barcelona, 2008, p. 97-113.

MELLO, Márcia Eliane Alves de Souza. “Documentos Indigenistas do Amazonas provincial: manuscritos de 1852-1865”. In: SAMPAIO, Patrícia Melo & ERTHAL, Regina de Carvalho (Orgs.). *Rastros da Memória: história e trajetória das populações indígenas na Amazônia*. Manaus: EDUA, 2006, p. 429-483.

MENÉNDEZ, Miguel A. “A Área Madeira Tapajós: situação de contato e relações entre colonizador e indígenas”. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p.281-296.

MERCIER, Paul. *História da Antropologia*. São Paulo: Editora Moraes, s/d.

MONTE, Paulo Pinto. *Etno-história Waimiri-Atroari (1663-1962)*. Dissertação de Mestrado – PUC. Paulo, 1992.

MONTEIRO, John Manuel. “Armas e armadilhas: história e resistência dos índios”. In: NOVAES, Adalto (Org.). *A Outra Margem do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 237-249.

MONTEIRO, John Manuel. “Entre o Etnocídio e a Etnogênese: identidades indígenas coloniais”. In: FAUSTO, Calos & MONTEIRO, John. *Tempos Índios: história e narrativas do Novo Mundo*. 2007, p. 25-65. Disponível em: [www.ifch.unicamp.br/ihb/HS18-09textos/JMMEtnocidio](http://www.ifch.unicamp.br/ihb/HS18-09textos/JMMEtnocidio). Acesso em 28/04/2015.

MONTEIRO, John Manuel. “O desafio da História Indígena no Brasil”. In: SILVA, Aracy Lopes da & GRUPIONI, Luís D. Benzi (Orgs.). *A temática Indígena na sala de aula: novos subsídios para professores de 1º e 2º Graus*. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995, p. 221-236.

MONTEIRO, John Manuel. “Raízes históricas das organizações indígenas no Brasil”. In: *Anais do Congresso Internacional da AHILA*, no. 12, Liverpool, 1996.

MONTEIRO, John Manuel. *Tupis, Tapuias e Historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo*. Tese de livre docência – Etnologia/História Indígena e do Indigenismo. São Paulo: Unicamp, 2001.

MOREIRA NETO, Carlos Araújo. *Índios da Amazônia: de maioria à minoria (1750-1850)*. Petrópolis/RJ: Ed. Vozes, 1988.

MOREIRA NETO, Carlos Araújo. *Os índios e a Ordem Imperial*. Brasília: CGDOC/FUNAI, 2005.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. “Autogoverno e Economia Moral dos Índios: liberdade, territorialidade e trabalho (Espírito Santo, 1798-1845)”. In: *Revista de História*, n.º. 166, jan./jun., SP, 2012a, p. 223-243.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. “Deslegitimação das diferenças étnicas, ‘cidanização’ e desamortização das terras de índios: notas sobre liberalismo, indigenismo e leis agrárias no México e no Brasil na década de 1850”. In: *Revista Mundo do Trabalho*, v. 4, n.º. 8, junho-dezembro, 2012b, p. 68-85.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. “De índio a guarda nacional: cidadania e direitos indígenas no Império (Vila de Itajaí, 1822-1836)”. In: *TOPOI*, v. 11, n.º. 21, jul.-dez. de 2010, p. 127-142.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. “Os índios e o Império: história, direitos sociais e agenciamento indígena”. In: *XXV Simpósio Nacional de História – Simpósio Temático 36 – Os Índios na História*, 13 a 17 de julho de 2009, s/p.

NAUD, Leda Maria Cardoso. “Documentos sobre o índio brasileiro (1500 a 1822)”, 2ª parte. In: *Revista de Informação Legislativa*, janeiro a março de 1971.

NIEMEYER, Conrado Jacob. *Nova Carta Corográfica do Império do Brasil*. Ministério das Relações Exteriores, Rio de Janeiro, 1857.

NETO, Edgard F. “História e Etnia”. In: CARDOSO C. Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. (Orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 313-328.

NEUMANN, Eduardo Santos. “A Lança e as Cartas: escrita indígena e conflito nas reduções do Paraguai – século XVIII”. In: *História Unisinos*, v. 11, n.º. 2, 2007, p. 160-172.

NIMUENDAJU, Curt. *The Tukuna*. Berkeley e Los Angeles: University of California Press, 1952. (Publications in American Archeology and Ethnology, 45).

NUNES, Francivaldo Alves. “Aspectos da colonização militar no Norte do Império: povoamento, segurança, defesa e conflitos”. In: *RBHM – Revista Brasileira de História Militar*, ano II, n.º. 7, abril de 2012.

OLIVEIRA, João Pacheco de (Org.). *A Presença Indígena no Nordeste: processos de territorialização, modos e reconhecimentos e regimes de memória*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011.

OLIVEIRA, João Pacheco de. *A Viagem da Volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2004.

OLIVEIRA, João Pacheco de, “Elementos para uma sociologia dos viajantes”. In: OLIVEIRA, João Pacheco (Org.). In: *Sociedades Indígena e Indigenismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Marco Zero; Editora da UERJ, 1987, p. 84-148.

OLIVEIRA, João Pacheco. “O Nosso Governo”: *Os Ticuna e o Regime Tutelar*. São Paulo: Marco Zero; Brasília: MCT/CNPq, 1988.

OLIVEIRA, Nizete C. *O Opróbrio da Civilização: diretorias parciais de índios na Província do Amazonas (1852-1875)*. Monografia de final de Curso, apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2002.

PALM, Paulo Roberto. *A abertura do rio Amazonas à navegação internacional e o parlamento brasileiro*. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2009.

PORRO, Antônio. “Antigo comércio Indígena”. In: *Povo das Águas: ensaios de etno-história amazônica*. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

PORRO, Antônio. “História Indígena do alto e médio Amazonas, séculos XVI a XVIII”. In: CUNHA, Manuela (Org.). *História indígena no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992a, p. 175-196.

PORRO, Antônio. *Povo das Águas: ensaios de etno-história amazônica*. Rio de Janeiro: Vozes, 1995b.

PRIMERIO, Frei Fidelis de. *Capuchinhos em Terras de Santa Cruz: nos séculos XVII, XVIII e XIX*. São Paulo: Livraria Martins, 1940.

PRADO, Maria Lígia C. & CAPELATO, Maria Helena R. “A Borracha na Economia Brasileira da Primeira República”. In: Boris Fausto (Coord.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III – O Brasil Republicano (1889-1930), São Paulo: Civilização Brasileira, 1979.

QUEIROZ, Maria Isaura de. *O Messianismo no Brasil e no mundo*. 2ª ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977.

RIZZINI, Irma. *O Cidadão Polido e o Selvagem Bruto: a educação dos meninos desvalidos na Amazônia Imperial*. Tese doutorado - IFCS/PPGHIS/Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. *História do Amazonas*. 2ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia; Manaus: Superintendência Cultural do Amazonas, 1989, p. 210. (Coleção reconquistando o Brasil, v. 145).

REIS, Artur César Ferreira. *O Seringal e o Seringueiro*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1953.

REVEL, Jacques. “História e Ciências Sociais: uma confrontação instável”. In: BOUTIER, Jean e JULIA Dominique (Orgs.). *Passados Recompuestos: campos e canteiros da história*. Rio de Janeiro; UERJ/FGV, 1998.

RODRIGUES, João Barbosa. *Rio Jauapery: Pacificação dos Chichanás*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1885.

ROLLER, Heather Flynn. “Expedições coloniais de coleta e a busca por oportunidades no sertão amazônico, C. 1750-1800”. In: *Revista de História*, nº 168, jan./jun., São Paulo: USP, 2013, p. 201-243.

ROOSEVELT, Anna Curtenius. “Arqueologia Amazônica”. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). *História indígena no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992a, p. 53-86.

ROOSEVELT, Anna C. “Determinismo ecológico na interpretação do desenvolvimento social indígena da Amazônia”. In: NEVES, Walter A. (Org.). *Origens, adaptações e diversidade biológica do homem nativo da Amazônia*. Belém: MPEG/CNPQ/SCT/PR, 1991, p. 103-141.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. “Centros e Periferias no mundo luso-brasileiro – 1500-1808”. Tradução de Maria de Fátima Silva Gouvêa. In: *Revista Brasileira de História*, v. 18, nº. 36. São Paulo, 1998, p. 187-249. (versão on-line disponível em: <http://dx.doi.org>). Acessado em 12 de junho de 2014.

SAMPAIO, Patrícia Melo. *Espelhos Partidos: etnia, legislação e desigualdades na Colônia*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2012.

SAMPAIO, Patrícia Melo. *Os Fios de Ariadne: tipologias de fortunas e hierarquias sócias em Manaus (1840-1880)*. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1997.

SAMPAIO, Patrícia Melo. “Política Indigenista no Brasil Imperial”. In: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (Orgs.). *O Brasil Imperial (1808-1889)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. I, 2009.

SAMPAIO, Patrícia Melo & ERTHAL, Regina de Carvalho. *Rastros da Memória: história e trajetória das populações indígenas na Amazônia*. Manaus: EDUA, 2006.

SAMPAIO, Patrícia Melo & SANTOS, Maycon Carmo dos. “Catálogo de Legislação Indigenista das Províncias do Pará e Amazonas: uma compilação (1838-1889)”. Transcrita. In: SAMPAIO, Patrícia Melo & ERTHAL, Regina de Carvalho (Orgs.). *Rastros da Memória: histórias e trajetórias das populações indígenas na Amazônia*. Manaus: EDUA, 2006, p. 281-428.

SANTOS, Francisco Jorge. *Além da Conquista: guerras e rebeliões indígenas na Amazônia pombalina*. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1999.

SANTOS, Francisco Jorge dos. *Nos confins ocidentais da Amazônia portuguesa: mando metropolitano e prática do poder régio na Capitania do Rio Negro no século XVIII*. Tese de doutorado. PPGSCA/UFAM, 2012.

SANTOS, Francisco Jorge dos. “Profetas, militares e sacerdotes: resistência e repressão no alto rio Negro”. In: *Amazônia em Cadernos – Diálogos Interdisciplinares*, nº 6, jan. e dez. 2000. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2001, p. 127-158.

SANTOS, Roberto. *História Econômica da Amazônia (1800-1920)*. São Paulo: TAQ Editora LTDA, 1980. (BBCS, 1ª Série – Estudos Brasileiros, v. 3).

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Isabelle Braz Peixoto. “O Relatório Provincial de 1863 e a expropriação das terras indígenas”. In: OLIVEIRA, João Pacheco de (Org.). *A Presença Indígena no Nordeste*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011, p. 327-346.

SILVA, Márcia Vieira da. *Reterritorialização e Identidade do povo Omágua-Kambebe na aldeia Tururucari-uka*. Dissertação de Mestrado – PPGG/ICHL/UFAMM, 2012.

SPOSITO, Fernanda. *Nem cidadãos, nem brasileiros: Indígenas na formação do Estado nacional brasileiro e conflitos na província de São Paulo (1822-1845)*. São Paulo: Alameda, 2012.

STRADELLI, Ermanno. “Mapa Geográfico do Estado do Amazonas”. In: FONTANA, Ricardo. *A Amazônia de Ermanno Stradelli*. Brasília; Amazonas: Secretaria de Cultura, 2006. [Italianos no Brasil]. (Encarte).

SWEET, David. *A Rich Realm of Nature Destroyed: the middle Amazon Valley, 1640-1750*. Ph. D. Thesis, Univ. of Wisconsin, 1974.

UGARTE, Auxiliomar Silva. “Filhos de São Francisco no país das Amazonas: catequese e colonização na Amazônia do século XVII”. In: *Amazônia em Cadernos – diálogos interdisciplinares*, nº 6, jan./dez. Manaus: UFAM/Museu Amazônico, 2000, p. 201-228.

UGARTE, Auxiliomar Silva. “Os jesuítas de Francisco de Figueroa e Samuel Fritz como cronistas da missão de Maynas (1642-1666/1686-1723)” *In: Amazônia em Cadernos: narrativas, arte e cultura*, nº 7/8, 2001/2002 – Organização de Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007, p. 59-83.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *História Geral do Brasil*. Revisão e notas de Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia. V. 1, Tomos I e II, 10ª ed. Integral. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981. (Reconquistando o Brasil, nova série ed. especial).

WEINSTEIN, Barbara. *A Borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. São Paulo: Hucitec-Edusp, 1993.

WELTHEM, Lúcia H van. “Feito por inimigos: os brancos e seus bens nas representações Wayana do contato”. *In: ALBERT, Bruce e RAMOS, Alcida Rita (Orgs.). Pacificando o branco: cosmologias do contato no norte-amazônico*. São Paulo: UNESP; Imprensa Oficial do Estado, 2002, p. 61-84.

WHITEHEAD, Neil. “Carib Ethnic Soldiering in Venezuela, the Guianas, and the Antilles, 1492-1820”. *In: Ethnohistory*, v. 37, nº. 4, 1990, p. 357-385. Disponível em: <http://links.jstor.org/sici?sici>.

WRIGHT, Robin M. *História Indígena e do Indigenismo no alto rio Negro*. Campinas, São Paulo: Mercado das Letras; São Paulo: Instituto Socioambiental, 2005.

WRIGHT Robin M. “Uma História de Resistência: os heróis Baniwas e suas lutas”. *In: Revista de Antropologia*. São Paulo, 1987, 88,89, nºs. 30/31/32, p. 355-381.

VAINFAS, Ronaldo. *A Heresia dos Índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

VAINFAS, Ronaldo. “História das Mentalidades e História cultural”, *In: CARDOSO C. Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). Domínios da História: ensaios de teoria metodológica*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 127-162.

#### b) Fontes impressas do governo imperial

BRASIL, Relatório da Repartição dos Negócios do Império, apresentado à Assembleia Geral Legislativa, na 1ª sessão da 8ª legislatura, pelo presidente e Ministro de Estado, José da Costa Carvalho (Visconde de Monte Alegre). Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1850.

BRASIL, Relatório da Repartição dos Negócios do Império, Rio de Janeiro, 1853.

\* \* \*

RPPAM, Relatório do Presidente da Província do Amazonas, João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha de 30 de abril de 1852. Amazonas: Typografia de M. da S. Ramos, 1852.

RPPAM, Fala do presidente da Província Herculano Ferreira Penna dirigida à Assembleia Legislativa da Província do Amazonas de 1º de outubro de 1853. Amazonas: Typographia de M. S. Ramos, 1853.

RPPAM, Fala do Presidente da Província Herculano Ferreira Penna dirigida à Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas de 1o de agosto de 1854. Cidade da Barra do Rio Negro: Typographia de M. S. Ramos, 1854.

RPPAM, Fala do vice-presidente da Província do Amazonas Manuel Correa de Miranda de 3 de maio de 1855. Cidade da Barra: Typographia de Manuel da Silva Ramos, 1855.

RPPAM, Relatório do presidente da Província do Amazonas Dr. João Pedro Dias Vieira apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de 8 de julho de 1856. Cidade da Barra do Rio Negro. Typographia de F. J. S. Ramos, 1856.

RPPAM, Fala de presidente Ângelo Thomaz do Amaral de 1º. de outubro de 1857. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1857.

RPPAM, Fala do Presidente Ângelo Thomaz do Amaral de 1º. de outubro. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1858.

RPPAM, Relatório do presidente José Francisco Furtado de 7 de setembro de 1858. Manaus: Typographia de Francisco José da Silva Ramos, 1858.

RPPAM, Fala do vice-presidente da província Manoel Gomes Corrêa de Miranda de 3 de novembro de 1860. Manaós: Typographia de Francisco José da Silva Ramos, 1860.

RPPAM, Fala do presidente Manoel Clementino Carneiro da Cunha de 5 de maio de 1861. Manaós: Typographia Manoel da Silva Ramos, 1861.

RPPAM, Relatório do Manoel Clementino Carneiro da Cunha à Assembleia Legislativa da Província do Amazonas de 3 de março de 1862. Pará: Typographia de Frederico Rhossard, 1862.

RPPAM, Relatório de presidente Sinval Odorico de Moura de 25 de março de 1863.

RPPAM, Relatório do presidente Manoel Gomes Correa de Miranda, s/d, impresso no Maranhã, 1864.

RPPAM, Relatório do presidente Adolfo de Barros Cavalcante de Albuquerque Lacerda, apresentado à Assembleia Legislativa da Província do Amazonas de 1º de outubro de 1864. Pernambuco: Typ. Manoel F. de Farias & Filhos, 1864.

RPPAM, Relatório do Dr. Adolpho Calvalcanti de Albuquerque Lacerda de 8 de maio de 1865. Recife: Typographia do Jornal do Recife, 1865.

RPPAM, Relatório do presidente Antônio Epaminondas de Mello, de 24 de junho de 1866. Manaus, 1866.

RPPAM, Relatório do presidente da província Gustavo Adolpho Ramos Ferreira de 5 de setembro de 1866. Manaós: Typographia do Amazonas de A da C Mendes, 1867.

RPPAM, Relatório do presidente João Wilkens de Mattos de 4 de abril de 1869. Manaus: Typographia do Amazonas, 1869.

RPPAM, Relatório do presidente João Wilkens de Mattos de 25 de março de 1870. Manaus: Typographia do Amazonas, 1870.

RPPAM, Relatório do presidente José de Miranda da Silva Reis de 25 de março de 1871. Manaus: Typographia do “Amazonas” de Antonio Cunha Mendes, 1871.

RPPAM, Relatório do presidente da província José Miranda da Silva Reis de 25 de março de 1872. Manaus: Typographia do Amazonas de Antônio Cunha Mendes, 1872.

RPPAM, Fala do presidente da província Domingos Monteiro Peixoto de 25 de março de 1873. Manaós: Typographia de Gregório José de Moraes, 1873.

RPPAM, Relatório do Diretor de Obras Públicas da Província do Amazonas, Joaquim Leovigildo de Souza Coelho, apresenta ao presidente da província Domingos Monteiro Peixoto, 1874.

RPPAM, Relatório do presidente Dr. Domingos Jacy Monteiro de 26 de maio de 1877. Manaus: Typographia do Amazonas de José Carneiro dos Santos, 1878.

RPPAM, Fala do presidente da província Sr. Barão de Maracaju de 25 de março de 1878. Manaós: Typographia do Amazonas, 1878.

RPPAM, Fala do presidente Sr. Barão de Maracaju de 29 de março de 1879. Manaus: Typographia do Amazonas, 1879.

RPPAM, Exposição de 15 de novembro de 1879, com a qual Romualdo de Souza Paes de Andrade, primeiro vice-presidente da Província do Amazonas, entregou a administração a José Clarindo de Queiroz. Manaós: impresso na Typographia do “Amazonas”, 1879.

RPPAM, Fala de 04 de abril de 1881, do presidente Satyro de Oliveira Dias na abertura da 2a sessão de 5a legislatura da Assembleia Provincial do Amazonas. Manaós: impresso na Typographia “Amazonas”, 1881.

RPPAM, Relatório do presidente da província José Lustosa da Cunha Paranaguá de 25 de março de 1883. Manaós, 1883.

RPPAM, Relatório de 16 de fevereiro de 1884, em que o presidente da Província do Amazonas, José Lustosa da Cunha Paranaguá, passa a presidência da mesma ao primeiro vice-presidente coronel, Guilherme José Moreira. Manaós: impresso na Typographia “Amazonas”, 1884.

RPPAM, Exposição de 11 de março de 1884, em que o 1º. Vice-presidente, Guilherme José Moreira, passa a administração da Província ao titular, Theodoreto Carlos de Faria Souto. Manaós: impresso na Typographia “Amazonas”, 1884.

RPPAM, Relatório do presidente da província Ernesto Adolpho de Vasconcelos Chaves de 25 de março de 1886. Manaós: 1886.

RPPAM, Relatório do presidente Joaquim Cardoso de Andrade de 5 de setembro de 1888. Manaós: Typographia do Comércio do Amazonas, 1888.

\* \* \*

RPPPA, Discurso recitado pelo vice-presidente João Maria de Moraes à Assembleia Provincial do Pará em 15 de agosto de 1846. Pará: Typographia de Santos e Filhos, 1846.

RPPPA, Fala do presidente Jerônimo Francisco Coelho à Assembleia Legislativa do Pará de 1º de outubro de 1848. Pará: Typografia Santos & Filhos, 1848.

RPPPA, Fala do presidente Jerônimo Francisco Coelho à Assembleia Legislativa do Pará de 1º de outubro de 1849. Pará: Typografia Santos & Filhos, 1849.

RPPPA, Relatório de Fausto Augusto Aguiar ao presidente José Joaquim da Cunha por ocasião da passagem do cargo de presidente da província, em 20 de agosto de 1852. Pará: Typographia de Santos e Filhos, 1852.



c) Documentos impressos (ofícios, catas, discursos, leis e decretos)

[21-10-1850] - Decisão nº. 92, de 21 de outubro de 1850 do Ministério do Império. Transcrita: *In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). Legislação Indigenista do Século XIX: uma compilação.* São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1992.

[24-04-1852] – Ofício do Frei Gregório José Maria Bene para o Sr. João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha, presidente da Província do Amazonas. Transcrito por: MELLO, Marcia E de Souza e. “Documentos indigenistas do Amazonas provincial: Manuscritos de 1852-1865”. *In: SAMPAIO, Patrícia Melo & ERTHAL, Regina de Carvalho (Org.). Rastro da Memória: história e trajetória das populações indígenas na Amazônia.* Manaus: EDUA, 2006, p. 429-483.

[20-09-1852] – Ofício de Frei Gregório José Maria Bene, missionário do Uaupés e Içana, para o Sr. Manoel Corrêa de Miranda, Vice-presidente da Província do Amazonas. Transcrito por: MELLO, Marcia E de Souza e. “Documentos indigenistas do Amazonas provincial: Manuscritos de 1852-1865”. *In: SAMPAIO, Patrícia Melo & ERTHAL, Regina de Carvalho (Org.). Rastro da Memória: história e trajetória das populações indígenas na Amazônia.* Manaus: EDUA, 2006, p. 429-483.

[19-10-1852] - Ofício do Sr. Jesuíno Cordeiro, Diretor do Rio Negro, para o Sr. Manoel Gomes Correa de Miranda, Vice-Presidente da Província do Amazonas, Livro de Correspondências dos Diretores de Índios com o Governo – 1820-1852, fl. 409, transcrito por MELLO, Márcia E de Souza e. “Documentos indigenistas do Amazonas provincial: Manuscritos de 1852-1865”. *In: SAMPAIO, Patrícia Melo & ERTHAL, Regina de Carvalho (Orgs.). Rastro da Memória: história e trajetória das populações indígenas na Amazônia.* Manaus: EDUA, 2006, p. 429-483.

[20-12-1852] - Ofício de Jesuíno Cordeiro, Diretor do Rio Uaupés para o Presidente da província do Amazonas. Transcrito por: MELLO, Marcia E. A. de Souza e. “Documentos indigenistas do Amazonas provincial: Manuscritos de 1852-1865”. *In: SAMPAIO, Patrícia Melo & ERTHAL, Regina de Carvalho (Orgs.). Rastro da Memória: história e trajetória das populações indígenas na Amazônia.* Manaus: EDUA, 2006, p. 429-483.

[05-07-1853] - Ofício de Jesuíno Cordeiro, Diretor do Rio Uaupés para o Presidente da província do Amazonas, em 20/12/1852. Transcrito por: MELLO, Marcia E A de Souza e. “Documentos indigenistas do Amazonas provincial: Manuscritos de 1852-1865”. *In: SAMPAIO, Patrícia Melo & ERTHAL, Regina de Carvalho (Orgs.). Rastro da Memória: história e trajetória das populações indígenas na Amazônia.* Manaus: EDUA, 2006, p. 429-483.

[28/08/1853] - Ofício de Jesuíno Cordeiro, Diretor do Rio Uaupés para o Presidente da província do Amazonas, Herculano Ferreira Penna, 28/08/1853. Transcrito *In: MELLO, Marcia E. A. de Souza e. “Documentos indigenistas do Amazonas provincial: Manuscritos de 1852-1865”. In: SAMPAIO, Patrícia Melo & ERTHAL, Regina de Carvalho (Orgs.). Rastro da Memória: história e trajetória das populações indígenas na Amazônia.* Manaus: EDUA, 2006, p. 456.

[01-10-1865] - Carta de D. Antônio Macedo da Costa (Confidencial), Ourém, 1º de outubro de 1865. Transcrita *In: SAMPAIO, Patrícia Melo & SANTOS, Maycon Carmo dos. “Catálogo de Legislação Indigenista das Províncias do Pará e Amazonas: uma compilação (1838-1889)”. In: SAMPAIO, Patrícia Melo & ERTHAL, Regina de Carvalho (Orgs.).*

*Rastros da Memória: histórias e trajetórias das populações indígenas na Amazônia*. Manaus: EDUA, 2006, p. 281-428.

[28-08-1857] - Ofício de Jesuíno Cordeiro, Diretor do Rio Uaupés para o Presidente da província do Amazonas, Herculano Ferreira Penna, 28/08/1853. Transcrito In: MELLO, Marcia E. A. de Souza e. “Documentos indigenistas do Amazonas provincial: Manuscritos de 1852-1865”. In: SAMPAIO, Patrícia Melo. & ERTHAL, Regina de Carvalho (Orgs.). *Rastro da Memória: história e trajetória das populações indígenas na Amazônia*. Manaus: EDUA, 2006, p. 429-483.

[01-04-1858] - Ofício do Capitão, Joaquim Firmino Xavier, encarregado das obras de Cucuhy, para o Sr. Francisco José Furtado, presidente da Província do Amazonas. Transcrito por: MELLO, Marcia E de Souza e. “Documentos indigenistas do Amazonas provincial: Manuscritos de 1852-1865”. In: SAMPAIO, Patrícia Melo & ERTHAL, Regina de Carvalho (Orgs.). *Rastro da Memória: história e trajetória das populações indígenas na Amazônia*. Manaus: EDUA, 2006, p. 429-483.

[06-05-1858] – Ofício reservado do Sr. Francisco José Furtado, presidente da Província do Amazonas para o reverendo missionário do rio Uaupés e Içana. Transcrito por: MELLO, Marcia E. de Souza e. “Documentos indigenistas do Amazonas provincial: Manuscritos de 1852-1865”. In: SAMPAIO, Patrícia Melo. & ERTHAL, Regina de Carvalho (Orgs.). *Rastro da Memória: história e trajetória das populações indígenas na Amazônia*. Manaus: EDUA, 2006, p. 429-483.

[22-10-1858] - Lei nº. 86, de 22 de outubro de 1858. Transcrita por: SAMPAIO, Patrícia Melo & SANTOS, Maycon Carmo dos. “Catálogo de Legislação Indigenista das Províncias do Pará e Amazonas: uma compilação (1838-1889)”. In: SAMPAIO, Patrícia Melo & ERTHAL, Regina de Carvalho (Orgs.). *Rastros da Memória: histórias e trajetórias das populações indígenas na Amazônia*. Manaus: EDUA, 2006, p. 281-428.

[27-10-1860] - Lei nº 1.114, de 27 de setembro de 1860. Transcrita: In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). *Legislação Indigenista do Século XIX: uma compilação*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1992.

[07-04-1866] - Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas – Autorização para supressão das Diretorias parciais dos Índios. Transcrita In: SAMPAIO, Patrícia Melo (Org.) & SANTOS, Maycon (col.). “Catálogo de Legislação Indigenista das Províncias do Pará e Amazonas: uma compilação (1838-1889)”. In: SAMPAIO, Patrícia Melo & ERTHAL, Regina de Carvalho (Orgs.). *Rastros da Memória: histórias e trajetórias das populações indígenas na Amazônia*. Manaus: EDUA, 2006, p. 281-428.

[24-06-1866] - Extrato de um ofício do Excl. Sr. D. Macedo da Costa ao Excl. Sr. Ministro do Império (cópia reservada). In: RPPAM – Relatório do presidente da Província do Amazonas, Antônio Epaminondas de Mello, por ocasião da entrega da administração ao Vice-presidente, Gustavo Adolpho Ramos Ferreira, em 24 de junho de 1866, p. 354-360.

#### d) Obras impressas

ACUÑA, Cristoval de. *Nuevo descubrimiento del Gran rio de las Amazonas*. Madri: Imprensa Real, 1641. (Acervo digital da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro).

AGASSIZ, Luiz & AGASSIZ, Elizabeth Cary. *Viagem ao Brasil: 1865-1866*. Tradução de João Etienne Filho. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1975.

AVÉ-LALLEMANT, Robert. *No Rio Amazonas*. Tradução de Eduardo de Lima Castro. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980. [Reconquistando o Brasil, nova série, v. 20].

CARVAJAL, de Gaspar; ROJAS, de Alonso; ACUÑA, de Cristóbal. *Descobrimento do Rio das Amazonas*. Traduzido e anotado por C. de Melo Leitão. Rio de Janeiro: Companhia Ed. Nacional, 1941.

BATES, Henry Walter. *Um Naturalista no Rio Amazonas*. Tradução Regina Junqueira. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1979. (Reconquista do Brasil, v. 53).

BIARD, Augusto François. *Dois Anos no Brasil*. Brasília: Senado Federal/Conselho Editorial, 2004.

BIARD, Augusto François. *Deux Années au Brésil*. Paris: Librairie de L. Hachette et G., 1862.

FRITZ, Samuel Pe. O Diário. In: PINTO, Freitas Renan (Org.). *O Diário de Samuel Fritz*. Manaus: Edua/Faculdade Salesiana Bom Bosco, 2006, p. 64-122.

HERNDON, W. M. Lewis & GIBBON, Lardner. *Exploracion del Valle del Amazonas*. Tomo I – W. L. Herndon. Quito/Equador: ABYA-YALA; Iquitos/Peru: CETA, 1991.

IBGE. *Mapa Etno-Histórico de Curt Nimuendaju*. Edição fac-similar. Rio de Janeiro: IBGE/Brasília; Ministério da Educação, 2002.

LA CONDAMINE, C. Maria de. *Viagem à América Meridional desde o rio Amazonas*. Brasília: Senado Federal, 2000, p. 76. (Coleção – O Brasil visitado por estrangeiras).

MABILDE, Pierre F A Booth. *Sobre os Índios Selvagens da Nação Coroados dos matos da Província do Rio Grande do Sul*. São Paulo: IBRASA – Instituto Nacional do Livro, 1983.

MARCOY, Paul. *Viagem pelo Rio Amazonas*. Tradução e notas de Antônio Porro. Manaus: Governo do Estado do Amazonas, Secretaria de Cultura, Turismo e Desporto; Editora da Universidade do Amazonas, 2001.

MARTIUS, Carl F. P. von. *O Estado de Direito entre os Autóctones do Brasil*. Introdução de Max Fleiuss, Tradução Alberto Löfgren. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1982. (Reconquista do Brasil; nova série, v. 58).

MAW, Henrique Lister. *Narrativa da passagem do Pacífico ao Atlântico, através dos Andes nas províncias do norte do Peru, e descendo pelo rio Amazonas, até ao Pará*. Manaus: Associação Comercial do Amazonas/Fundo Editorial, 1989.

NORONHA, José Monteiro de. *Roteiro da viagem da Cidade do Pará até as últimas colônias do sertão da Província*. Escrito na Villa da Barcellos pelo vigário geral do rio Negro (...) ano de 1768. Pará: Typographia Santos & Irmãos.

OSCULATI, Gaetano. “Esplorazione delle regioni equatoriali lungo il Napo ed il fiume delle Amazzoni negli anni 1846-148”. In: ISENBURG, Teresa (Org.). *Naturalistas Italianos no Brasil*. Cap. IV - De Tabatinga a Belém – Gaetano Osculati 1847, p. 139-202. Tradução de Norberto de Paula Lima. São Paulo: Editora Ícone; Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 1990.

SAMPAIO, Francisco Xavier de Ribeiro. *As Viagens do Ouvidor Sampaio (1774-1775)*. Manaus: ACA-Fundo Editorial, 1985. (Coleção Hileia Amazônia, nº 4).

SILVA, José Bonifácio de Andrada e. Apontamentos para a Civilização dos índios Bravos do Brasil Império. In: DOLHNIKOLF, Miriam (Org.). *José Bonifácio de Andrada e Silva: projetos para o Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras; Publifolha, 2000.

SPIX & MARTIUS. *Viagem pelo Brasil (1817-1820)*. Tradução Lúcia Furquim Lahmeyer; anotação Basílico de Magalhães. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1981. (Reconquistando o Brasil, nova série, v. 46, 47, 48).

STRADELLI, Ermanno. “Rio Branco”. In: *Lendas e Notas de Viagem: A Amazônia de Ermanno Stradelli*. Introdução, Seleção, Notas e Tradução de Aurora Fornoni Bernardini. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

WALLACE, Alfred Russel. *Viagens pelos rios Amazonas e Negro*. Tradução de Eugênio Amado; apresentação de Mário Guimarães Ferri. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1979.

e) Outras fontes:

ESTADO DO AMAZONAS. *Revista Arquivo do Amazonas*, ano I, v. 1, nº. 2, Manaus: Imprensa Oficial, 1906. (Acervo do Museu Amazônico).

ESTADO DO AMAZONAS. *Revista do Arquivo do Amazonas*, ano II, v. II, nº. 7, Manaus: Imprensa Oficial, 23 de outubro de 1907, p. 92. (Acervo do Museu Amazônico).

MATOS, João Henrique de. “Relatório do estado atual de decadência em que se acha o alto Amazonas”, datado de 25 de outubro de 1845. In: MOREIRA NETO, Carlos Araújo. *Os índios e a Ordem Imperial*. Brasília: CGDOC/FUNAI, 2005, p. 393-411.

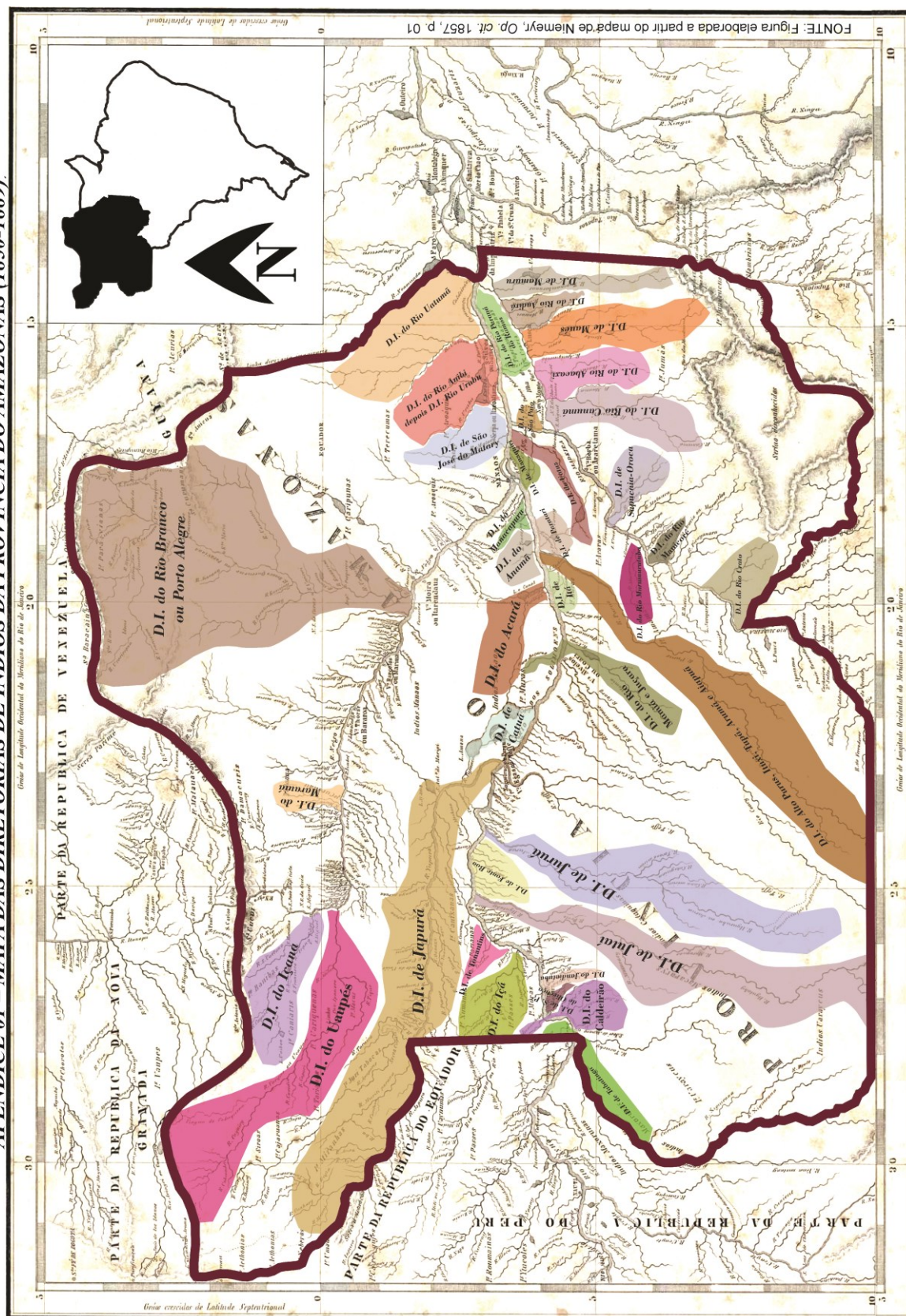
## APÊNDICES



## APÊNDICE 01

### Mapa das Diretorias de Índios da Província do Amazonas (1850-1889)

APÊNDICE 01 – MAPA DAS DIRETORIAS DE ÍNDIOS DA PROVÍNCIA DO AMAZONAS (1850-1889).







### APÊNDICE 03

#### Cronologia dos conflitos envolvendo as populações indígenas e agentes locais “brancos” na Província do Amazonas (1850-1889)

<b>Data</b>	<b>Local</b>	<b>Descrição do fato</b>
1850	Alto rio Negro	“Bandos errantes” de índios Maku atacaram sítios do alto rio Negro.
1850	Não identificado	Índios Mura teriam cometido “crimes contra pessoas comuns” e se insurgido contra o chefe principal matando-o. Dois índios Mura que participaram desse conflito foram presos e levados para a sede da província.
1851	Rio Marié/ rio Negro	Índios Maku do rio Marié assassinaram um índio por nome Luiz e sua mulher.
1852	Rio Madeira	Índios Caripuna atacaram com flechas comerciantes que retornavam de Matogrosso. Os comerciantes foram socorridos na localidade de Borba.
1852	Rio Aripuanã (rio Madeira)	Índios Arara, habitantes do rio Aripuanã, atacaram e saquearam um sítio naquele rio. Um índio Mundurucu quase foi assassinado. Os Arara teriam prometido voltar a atacar com mais gente.
1852	Rio Javari (alto Solimões)	Índios Mayoruna mataram o subdelegado de polícia de São Paulo de Olivença Laureano Antônio da Gama e mais um companheiro de seus companheiros.
Novembro de 1852	Rio Marmelos (rio Madeira)	Índios Parintintin assassinaram três pessoas extratoras de óleo de copaíba, queimaram suas moradias e seus objetos.
1853	Foz do rio Aripuanã (rio Madeira)	Valério de tal foi assassinado por três flechados por índios Mura.
Abril de 1853	Rio Iça (ato Solimões)	O negociante espanhol, D. Jacinto, morador da freguesia de São Paulo de Olivença, passando pelo Iça enfrentou os índios Jury. O conflito resultou na morte de três índios e no ferimento do comerciante. Na apuração dos fatos o delegado local deu razão a D. Jacinto.
Abr. 1853	Rio Uaupés (alto rio Negro)	Mais de 100 índios Carapanã atacaram a aldeia Santa Cruz, habitada por índios Kubeo. Dois índios Carapanã foram feridos e morreram em seguida. O diretor da aldeia pediu ajuda ao comandante militar de São Gabriel da Cachoeira, de onde foram enviados 15 praças para o local, mas, lá chegando, os índios já haviam se fugido para as matas.
Abr. 1853	Igarapé dos Remédios (prox. à capital)	Um índio de 10 ou 12 anos chamado Bernardo foi encontrado morto. O acusado por este homicídio foi outro índio por nome José Raimundo com quem a vítima morava.
Mai de 1853	Localidade de Urucurituba (Amazonas)	Dois índios da tripulação do tenente Antônio Lobo de Machado assassinaram, João Manoel Palheta, mestre de canoa. Os dois índios foram condenados a “galés perpetuas”. O crime teria ocorrido porque João Palheta negou aos índios uma garrafa de aguardente. O presidente da província, contudo, acreditou que o crime ocorreu por embriagues dos tripulantes.
Mai. 1853	Rio Madeira	Índios Mura assassinaram um comerciante do rio Madeira.
Junho de 1853	Rio Aripuanã (rio Madeira)	Índios Arara mataram a flechadas o inspetor quarteirão de Borba, Belizário Sandy de Souza e mais quatro homens que extraíam “drogas do sertão”. O diretor da aldeia Sapucaia-oroca, temendo que os Arara voltassem a atacar sua ladeia, pediu socorro à Borba e reuniu os índios Mura e Mundurucu para vigiarem a movimentação do Arara na região.
Agosto de 1853	Lago Arauá (foz do rio Aripuanã)	Índios Arara, embarcados em 10 canoas, apareceram no lago Arauá e foram atacados pelos índios Mura a mando de Inácio Antônio ajudante do diretor da aldeia Sapucaia-oroca. Neste conflito morreram cinco índios Arara e foi aprisionada uma mulher Arara que não sabia falar nenhuma palavra na língua geral nem em português.
1855	Ilha das Onças (Hoje, situada no município de	Índios Mura mataram três pessoas.



	Barreirinha)	
1855	Distrito de Serpa (baixo Amazonas)	Benedito, índio Mura, assassinou um menor por nome Damião Xavier.
1855	Rio Jauaperi (baixo rio Negro)	Índio Uaimiri mataram duas pessoas.
1855	Alto rio Madeira	Índios Mura assassinaram um soldado do exército e dois escravos do missionário Frei Joaquim do Espírito Santo Dias e Silva
Outubro de 1855	Rio Negro	Índios Waupés da aldeia Coração de Jesus assassinaram Serafim e Miguel que acompanhavam o diretor da aldeia. Este saiu feridos no peito, braços e perna direita. Consta que estes mesmos índios já haviam assassinado os comerciantes: João de Silva, José Peroqueté, José Theodoro, Miguel Wilkens e Sebastião Nogueira.
1856	Ilha das Onças	Índios Mura mataram cinco pessoas na Ilha das Onças.
1856	Rio Jauaperi	Índios Uamiri mataram duas pessoas.
1856	Olha das Onças	Índios Mura mataram um soldado de linha e dois escravos pertencentes ao missionário daquela localidade. Uma tropa policial foi enviada ao local mais os índios fugiram.
1857	Alto rio Madeira	O índio José Raimundo matou Geraldo Antônio da Costa a mando da mulher deste.
1857	Paraná-Miri (rio Autazes)	Foram assassinados os índios Mura: Urbano e Cyriaco. Foi preso como suspeito do crime o também índio Mura, Manoel Fernandes.
1857	Capital da província	O índio André Miguel foi ferido pelo soldado da 1ª linha, Cassimiro Antônio de Souza.
1857	Madeira: Lago Arauá (fóz do rio Aripuanã)	Cerca de 60 índios tidos como “antropófagos” da etnia Arara teriam assassinado e devorado 7 índio Mura, entre mulheres e crianças. Em seguida, desceram o rio Aripuanã e foram saqueando os sítios que encontravam, sendo logo rechaçados pelos moradores e pelo subdelegado e 18 praça, que apreenderam objetos dos índios e algumas mulheres.
1857	Rio Madeira	Índios Parintintin e Jarú, considerados “antropófagos”, entravam frequentemente em conflitos com os índios Torá, já quase “domesticados”.
1857	Rio Madeira	Cerca de 80 índios Arara desceram para o rio Madeira para residirem com os índios Torá, mas logo foram acometidos de febres e muitos morreram. Os sobreviventes retiraram-se para as matas.
1857	Cadeia Pública da cidade da Barra do Rio Negro	O índio Mura, Victoriano Antônio da Costa matou o também prisioneiro José Joaquim dos Santos, ex-escravo da coletoria de Silves, preso por crime de responsabilidade.
1858	Rio Negro Igarapé de Manaus	O francês Thomaz Estival assassinou o índio Joaquim Antônio. O crime foi denunciado por um menor filho da vítima e o autor foi preso.
1858	Lago Janauacá (hoje, situado nos municípios de Careiro Castanho e Manaquiri)	Índios Mura da localidade de Janauacá, distrito da cidade da Barra, foram presos e violentados por João Autto de Magalhães Castro, que foi preso e processado pelas autoridades.
1858	Rio Purus	Índios Katauixí e Katukina sofreram violência por parte de regatões que viajavam por aquele rio. Um regatão foi preso e caso ficou de ser apurado pelas autoridades.
Julho de 1858	Rio Madeira (Localidade do Crato)	Na localidade do Crato, igarapé Mariry, foi assassinado com três flechadas o índio José Capoeira. Foi acusado do crime o índio principal Miguel e seus companheiros.
Novembro de 1858	Rio Madeira (Localidade do Crato)	Os Parintintin assassinaram Antônio Primo de Góes e Manoel José. Feriram o menor, Bartholomeu Francisco de Góes.
1860	Rio Purus	Foi capturado e preso o regatão Izidoro José Elias, acusado de ter encurralado 9 índios Katauixí do rio Purus em 1857. O crime ficou conhecido pelo requinte e crueldade. Os índios capturados pelo regatão foram colocados para correr enquanto Izidoro lhes fuzilava como por “passatempo” diz o relatório presidencial de 1980. No final da chacina, sobrou um recém-nascido que foi morto e esquartejado pelo regatão.

1860	Rio Madeira (Distrito do Crato)	Índios Parintintin foram acusados de mais cinco mortes.
Setembro de 1860	Rio Juruá	Índios Kulina ou Madjá armados de flechas atacaram a canoa do regatão Inocêncio Alves de Farias. No ataque ficaram feridos: o regatão e mais três pessoas.
1862	Rio Negro Barcelos	O índio Antônio José de Almeida matou com um tiro seu tio, Manoel Gomes de Almeida. O índio alegou fatalidade por não saber manipular a arma.
1862	Tabatinga	Um índio feriu com um tiro uma mulher índia e fugiu.
1863	Rio Jauaperi	Os índios Mamori apareceram no distrito de Tauapessassu acarretando medo entre a população
Junho de 1863	Rio Madeira	Os Parintintin atacaram a casa de José Francisco Monteiro assassinando Anna Thereza d'Almeida, 60 anos, e ferindo mais sete pessoas: Zuzana Francisca do Rosário, José Gonçalves Farias, Bazilio Antônio Rodrigues, Pedro Antônio Ferreira de Assumpção, Angelina Ferreira, Catharina da Conceição e o menor Manoel.
Outubro de 1863	Paraná-Pixuna/ Rio Purus	Os Parintintin apareceram no Paraná-Pixuna e mataram alguns índios Mura e feriram outros.
Outubro 1863	Rio Purus	Os Apurinã assassinaram um italiano por nome Carlos companheiro do Mr. W. Chaudlesy.
Dezembro de 1863	Rio Negro	Os índios Jauaperi assassinaram Joaquim Galvão e seus dois filhos
1863	Rio Solimões	Os Mayoruna atacaram a aldeia Capacete dos índios Tikuna ferindo o índio Onofre.
Maio de 1864	Rio Madeira	Índios Parintintin atacaram diversos índios que tiravam palha nas matas da freguesia de São João Batista do Crato. Um índio foi morto (Em 1868, a sede de freguesia foi transferida para o povoado de Manicoré, passando a denominar-se Nossa Senhora das Dores de Manicoré).
Maio de 1864	Rio Madeira	Na freguesia de São João Batista do Crato um escravo foi acusado de ter matado o índio Nuno que estava em sua companhia
Junho de 1864	Cidade da Barra	Embragado e levado por ciúme, o índio Manoel Antônio matou Úrsula Antônio. O índio foi preso e processado.
Agosto de 1864	Rio Madeira	Índios da freguesia de São João Batista do Crato mataram a flechada o escravo Luiz, pertencente ao senhor Amaro Maurício Marques. Após o fato fugiram do local.
Novembro de 1864	Rio Jauaperi	Índios do rio Jauaperi assassinaram a flechadas Joaquim Galvão e seu escravo Silvestre que colhiavam ovos de tartaruga nas praias deste rio.
Dezembro de 1864	Silves	Desertores do Corpo de Guardas de Silves assassinaram o índio Manoel para roubar-lhe alguns objetos pertencentes ao comandante Antônio Monteiro da Costa que estavam sob a guarda deste índio. Os assassinos foram capturados
1865	Rio Purus	Os índios da região do rio Purus guerrearam entre si. Os índios da maloca Cupaquiba, rio Ituxí, exterminaram os da maloca Apuciary, no mesmo rio. No alto Purus, os índios Paury (provavelmente, Paumari) mataram os índios da maloca Caichanath (possivelmente, os Kaixana).
Fevereiro de 1865	Idem	Índios Uamiri atacaram um grupo de caçadores, ressaltando na morte de um deles. Em resposta, o governo da Província do Amazonas mandou 15 praças e um oficial para o local.
Agosto de 1865	Rio Machado	Índios Parintintin mataram três índios "civilizados": João Miri, José Francisco e José Antônio.
Fevereiro de 1866	Rio Negro	Índios Uamiri atacaram com flechas envenenadas os moradores do lago Curiuaku matando um menino e ferindo seu irmão.
Março de 1866	Rio Jauaperi	Índios Uamiri mataram a flechadas João Sebastião de Castro e Eduardo Pereira Reis que pescavam no rio Jauaperi.
Março de 1866	Rio Jauaperi	Índios do rio Jauaperi atacaram a diligência do missionário frei Samuel Luciani.
Agosto de 1866	Rio Madeira	Índios Parintintin mataram três índios do aldeamento dos índios Toá (Tora), no rio Madeira. Este ataque foi repellido pelo governo por meio de uma escolta comandada por um subdelegado, que resultou na morte de

		mais dois índios: um membro da escolta e um Parintintin.
Outubro de 1866	Rio Javari	Índio Mayoruna atacaram duas canoas que conduziam membros da Comissão Mista Brasil/Peru que estudava os limites entre estes dois países. O ataque resultou na morte do capitão tenente João Soares Pinto e o ferimento grave do secretário da Comissão peruana, D. Manoel Raode y Paz Soldan. Ficaram feridas também mais oito pessoas da Comissão.
Outubro de 1868	Rio Jauaperi	Índios Uaimiri atacaram uma família que pescava tartaruga, resultando na morte de 12 ou 13 pessoas.
Outubro de 1868	Rio Madeira	Índios Parintintin assaltaram a casa do inspetor do 2º Quarteirão e mataram sua mulher e uma índia boliviana. Os índios foram perseguidos pelas tropas, mas conseguiram fugir.
1869	Rio Purus	Há uma menção a morte de um italiano por nome Carlos, atribuída aos índios Apurinã que teriam se vingado do italiano pelo fato de dele ter tido uma relação amorosa com uma índia jovem, mulher de um dos principais do grupo.
Setembro de 1870	Rio Purus	Um grupo de índios Juma atacou a propriedade do português Cezarino José de Mesquita, matando ele, sua mulher e outra mulher por nome Emiliana. Este episódio foi atribuído a imprudência de um velho por nome Caridade, que há três anos, encontrando com o grupo de índios Ximaniry que lhe acenavam amistosamente respondeu com um tiro de espingarda. Esta ação dos índios Juma foi duramente reprimida pelo subdelegado do alto Purus, Manoel Francisco da Rocha, que juntou todos os “cidadãos” do lugar, nacionais e estrangeiros e foi à maloca dos Juma para “atraí-los”. Porém, ao chegar foi recebido com flechadas pelos índios. O subdelegado invadiu as casas dos índios, onde teria encontrado mercadorias roubadas e os crâneos de duas vítimas. Este fato, fez com que o presidente da província mandasse ao Purus o Vapor Pará com armamentos e força policial para evitar a interrupção das atividades de extração da seringa já comprometida com o comércio da Província do Pará.
Setembro de 1870	Rio Madeira	Índios Parintintin do distrito de Santo Antônio, voz do rio Machado, atacaram uma canoa com três pessoas, mataram duas delas e levaram seus corpos para suas “festanças de costume”.
Novembro de 1870	Rio Solimões/ Distrito de Codajás	Um comerciante por nome José Izidoro da Cunha Braga foi atacado por índios Mura. José Izidoro foi ferido, porém, mesmo assim matou dois índios e feriu outro por nome Clemente, que foi preso e processado pelo incidente.
Julho de 1871	Capital da província	O índio Bernardo Francisco matou com um cacete uma índia por nome Joaquina. Bernardo foi preso, processado e condenado.
Outubro de 1871	Rio Madeira	Índios Parintintin atacaram de surpresa a barraca de Manoel do Nascimento e o mataram à flechadas juntamente com Jacinto de tal. Em seguida, cotaram-lhes as cabeças e atearam fogo à barraca.
Dezembro de 1871	Rio Negro	Índios Jauaperi do distrito de Moura assaltaram uma carga de mercadoria pertencente ao venezuelano André, feriram quatro tripulantes e levaram o que encontraram.
1873	Rio Madeira	Índios Parintintin voltaram a atacar nas margens do rio Madeira, tornando inabitável parte do rio.
1873	Rio Negro	Índios Uamiri fizeram várias incursões armadas e provocaram terror nas povoações de Airão e nas freguesias de Tarapesassu e Moura. Em resposta, o governo provincial enviou um oficial das forças armadas ao rio Madeira para fazer reunião da Guarda Nacional e recrutamento em Vila Bela, Serpa e no rio Solimões. Mandou também uma lancha de flotilha da Vila da Barra para rio Negro.
1874	Rio Purus	Índios Apurinã atacaram os Hyutanhan provocando diversas mortes
Dezembro de 1874	Rio Negro	Índios Jauaperi atacaram uma canoa com três mulheres e uma criança nas proximidades da freguesia de Moura. Consta que os corpos das mulheres foram encontrados decapitados e a criança foi encontrada agarrada aos galhos de uma árvore, com o corpo atravessado por nove flechas, mas ainda com vida. Após a notícia, o governo provincial enviou uma lancha com dez praças para Moura com ordem de explorarem a pé o rio Jauaperi

		com apoio do poder local. A expedição só encontrou alguns vestígios dos índios como: fogueiras, pagadas em uma praia na foz do rio Cariaú e algumas tartarugas viradas.
1875	Rio Negro	Índios Jauaperi continuavam nas proximidades de Moura e segundo as fontes oficiais ameaçavam atacar aquela povoação. Consta que neste ano eles mataram o inspetor de quartirão Florentino José de Oliveira. Depois desse episódio o governo enviou uma lanha com um comandante e seis praças. O governo tinha a intenção de fixar dois postos militares: um no baixo rio Negro, na localidade de Carvoeiro e outro em lugar não definido para proteger a população das “correrias” dos índios Jauaperi.
Agosto de 1867	Rio Purus	Índios do rio Arimã, confluyente do Purus, atacaram a família de um comerciante, ferindo gravemente com flechas um de seus filhos. Em resposta, o governo enviou um destacamento militar com 12 praças para o local.
Novembro de 1877	Lugar Manaquiri Madeira/Purus	Um índio assassinou um português. Os dois estavam em uma canoa. O governo enviou uma lancha da capital com um delegado que prendeu o índio e abriu processo.
1877	Santo Antônio/ Rio Madeira	Os índios Acanga-Piranga flecharam três cearenses que estavam a serviço da Estada de Ferra Madeira-Mamoré, um faleceu. Os índios foram perseguidos pelo delegado local, mas conseguiram fugir para as matas.
1878	Rio Madeira	Neste ano, ocorreram duas correrias de índios Parintintin. Uma no dia 22 de janeiro, com seis mortes e outra em fevereiro com mais cinco mortes. Em reposta, o governo provincial enviou ao rio Machado uma força de vinte praças e um comandante.
Agosto de 1878	Rio Purus	Um índio foi assassinado por José Antônio Felisberto com quem o índio vivia. O criminoso não foi preso porque não houve testemunha ocular, embora o subdelegado tenha encontrado sangue humano na canoa de Felisberto.
Novembro de 1879	Rio Madeira	Índios Acanga-Piranga fizeram duas investidas armadas ao Posto Militar de Santo Antônio atirando flechas. O comandante militar do local mandou dar tiros para cima com intuito de afugentar os índios.
1879	Rio Negro	Índios Jauaperi apareceram numa praia por nome Curé-curé e atacaram Manoel José Gonçalves, Venceslau Rodrigues da Veiga, Justino José Pereira e Antônio de Aguiar, matando este último.
1879	Rio Purus	Índios Juma assaltaram um barracão em Jadibarú, distrito de Jamandua, alto Purus, atirando flechas e ateando fogo nas residências. No conflito morreram 15 pessoas, 8 ficaram feridas e 7 escaparam ilesas. Os índios levaram consigo uma menina de 10 anos.
1980	Rio Jauaperi	O presidente encarregou alguns moradores do distrito de Moura a distribuir brindes aos índios Uamiri. No lugar denominado Curé-curé dois índios se aproximaram para receber os brindes em sinal de paz por cerca de três horas. Contudo, após esse tempo, apareceu na mata outro índio dando sinal de alarme e juntando-se aos dois outros índios, passaram a atirar flechas nos distribuidores de brindes, um foi ferido e morreu em seguida.
Janeiro de 1880	Rio Negro	Os índios Jauaperi atacaram uma canoa e feriram gravemente os pescadores Manoel José Gonçalves, Honório Nunes Pacheco e um menor.
Janeiro de 1881	Idem	Os índios Wamiri voltaram a atacar o povoado de Moura. Flecharam um pescador por nome Manoel Marques. Foram repelidos pelo comandante do destacamento militar e fugiram para as matas. Na perseguição aos índios, a tropa encontrou o cadáver de Felipe José, com final de 25 flechadas.
1883	Rio Madeira	Um trabalhador por nome, Inácio Veloso, brigou com um negociante de nome, Manoel Maria de Moreira que lhe havia despedido. Indignado, Inácio invadia a propriedade de Manoel e levou 13 índios bolivianos que o negociante havia contratado para fazer seus trabalhos. Logo depois, Inácio foi preso e os índios voltaram ao seu patrão.
1883	Rio Purus	No lugar “Itapumi”, dois índios Paumari foram assassinados pelo morador Liberato Barroso de Souza.

1883	Rio Purus	No lugar denominado “Desterro”, abaixo da boca do rio Acre, foi assassinado o tuxaua, Camicãhan, da etnia Ipuriman (Apurinã), tido pelo governo como um índio já “civilizado”.
1884	Rio Machado	Índios Parintintin realizam uma “correria” atacando a moradia de um seringueiro, deixando ferido um dos empregados.
1884	Rio Negro	Um suposto envenenamento numa aldeia em Iauaretê, alto rio Negro, provocou um conflito entre os índios daquela localidade resultando na morte de um índio e no ferimento de outro.
Dezembro de 1884	Rio Juruá	Os índios Kaxinawá atacaram uma barraca da empresa S.A. Zany & C <sup>a</sup> e mataram a flechadas um homem e uma mulher e levaram o que encontraram.
1888	Rio Negro	Em conflito com moradores da vila de Moura, morreram três índios Jauaperi.
1888	Rio Jutay	O índio Manoel João assassinou sua companheira de nome Firmina.
Janeiro de 1888	Rio Purus	No rio Ituxi, um índio foi assassinado por Antônio Gomes Ferreira que foi preso e processado.

## APÊNDICE 04

### Diretorias Parciais de Índios da Província do Amazonas – 1856

Diretorias: Localização/lugar	Nº de Aldeamentos	Nº de Casas	Nº de Igrejas	Nº de Habitantes			Diretores ou encarregados	Etnias e observações
				maiores	menores	Total		
Rio Purus	--	--	--	--	--	--	Vaga	Diversas etnias
Rio Abacaxis	--	--	--	--	--	--	Francisco Antônio Rodrigues	Munduruku
Rio Canumã	24	--	--	491	304	795	Francisco Antônio Rodrigues	Munduruku
Rio Madeira/Sapucaia-oroca	3	--	--	292	165	457	José Maria da Conceição	Munduruku e Mura
Rio Madeira/Crato	--	--	--	--	--	--	Francisco Portilho Bentes	Munduruku e Mura
Rio Uatús	4	31	1	385	204	589	Manoel Joaquim da Cunha Costella	Mura
Rio Uatús/Tyucu-murutinga	1	22	1	139	62	201	Manoel Porfírio Delgado	Mura
Rio Uatumã	2	30	1	--	--	300	Antônio Ferreira das Neves	Paríqui ("domesticados")
Rio Anibi	--	--	--	--	--	200	Joaquim Félix de Machado	Mura
Rio Juruá	--	--	--	--	--	--	João da Cunha Corrêa	Diversas etnias
Rio Jutai	--	--	--	--	--	--	Justo José Domingues	Diversas etnias
Rio Japurá	9	61	--	154	142	296	José Monteiro Crisóstomo	Miranha, Carapaná, Curetú, Jacuna, Jauma, Jury, Kaixana, e Passé.
Rio Tonantins	5	--	1	291	80	371	Felipe Joaquim Batalha	Kaixara
Rio Içá	9	17	1	188	93	283	Francisco de Paula Bitencourt	Tikuna, Mariaté, Xomana, Jury e Passé
Rio Solimões/S. Paulo	16	40	--	221	108	329	José Patrício de Sant'Ana	Tikuna e Jury
Rio Solimões/Jurupari Tapera	1	20	1	69	48	117	Manoel Jezuino de Azevedo Gomes	Kokama
Rio Solimões/Manacapuru	--	--	--	--	--	--	José Lourenço de Encarnação	Mura
Rio Solimões/Manaquiri	--	--	--	--	--	--	Estanislao Joaquim dos Santos Barreto	Mura
Rio Branco/Porto Alegre	--	--	1	--	--	--	Fr. Joaquim do Espírito Santo Dias e Silva	Macuxi, Wapixana, Pauxiana e outras.
Rio Marauíá	2	11	--	53	33	88	Carlos Baptista Mardel	Jabahana
Rio Uaupés	17	168	3	1215	1136	2351	Vaga	Uaupés, Amaná, Catariana, Tukano, Itariano, Peixe, Juruá, Maku, Kubeo, Beiju e Comatario.
Rio Içana	11	110	2	178	193	371	Vaga	Pions, Cadamapuritana, Muriuasane, Ciciondó, Coatá, Ipeca, Taphira e Kubeu
Rio Solimões/Tabatinga	--	--	--	--	--	--	Vaga	--
Rio Amatary	--	--	1	--	--	--	Paulo Pinto da Silva	Mura
Soma	104	510	13	3676	2568	6244		

Fonte: Adaptado do "Mapa das Diretorias de Índios da Província do Amazonas". In: RPPAM, Relatório de 8 de julho de 1856, Anexo nº 11, p. 33.

**APÊNDICE 05**  
**Diretorias Parciais de Índios da Província do Amazonas – 1857**<sup>1</sup>

Diretorias: Localização/lugar	Nº de Aldeamentos	Nº de Casas	Nº de Igrejas	Nº de Habitantes			Etnias/observações
				maiores	menores	Total	
Rio Purus	--	--	--	--	--	--	Mura
Rio Abacaxis	19	48	1	260	177	437	Munduruku
Rio Canumã	24	--	--	491	304	795	Munduruku
Rio Madeira/Sapucaia-oroca	3	--	--	292	165	457	Munduruku e Mura
Rio Madeira/Crato	--	--	--	--	--	--	Mura e Kariipuna
Rio Uatías	6	86	2	647	291	938	Mura
Rio Maués	--	--	--	--	--	--	Maués e Munduruku
Rio Uatumã	2	40	2	110	81	191	Paríqui e Mura
Rio Andirá	--	--	--	--	--	--	Mawe e Mura
Rio Juruá	--	--	--	--	--	--	Narauê, Kanamari, Nêua, Cacire, Katukina e Catauixi
Rio Jutai	15	75	--	1456	452	1908	Katukina, Maracá, Mura e Aricoá
Rio Japurá	6	54	--	154	142	296	Miranha, Carapaná, Curetú, Jacuna, Jahuma, Jury, Kaixana, e Passé
Rio Tonantins	1	8	1	289	87	376	Kaixana
Rio Içá	9	14	1	206	104	210	Tikuna, Mariaté, Xomana, Jury e Passé
Rio Solimões/S. Paulo de Olivença	17	39	1	264	135	399	Tikuna, Jury e Kaixana
Rio Amatari/S. José de Amatari	1	10	1	--	--	80	Mura
Rio Solimões/Manacapuru	--	--	--	--	--	70	Mura
Rio Solimões/Manaquiri	3	20	--	189	113	394	Mura
Rio Branco	1	27	1	269	200	469	Macuxi e Wapixana
Rio Maraujá	2	11	--	53	48	101	Jabahana
Rio Uaupés	15	148	3	1210	1076	2286	Uaupés, Amaná, Catariana, Tukano, Tariano, Peixe, Juruá, Maku, Kubeu, Beiju e Comatario.
Rio Içana	11	110	2	178	193	371	Pions, Cadamapuritana, Muriuasuan, Ciciondó, Coatá, Ipcca, Taphiira e Kubeu
Rio Solimões/Tabatinga	4	20	--	--	--	169	Tikuna e Mayoruna
Paritary	--	--	--	--	--	--	Aricoá
Totais (24 diretorias)							

<sup>1</sup> Adaptado pelo autor, do quadro apresentado no RPP AM, FALLA de 1º de outubro de 1857, p. 24.

## APÊNDICE 06

### Diretórias de Índios da Província do Amazonas no ano de 1858.

Diretórias: Localização/lugar	Nº de Aldeamentos /Malocas	Nº de Casas	Nº de Igrejas	Nº de Habitantes						Situação	Etnia
				maiores			menores				
				M	F	Soma	M	F	Soma		
Paranamiri do Ramos	3/0	-	-	30	34	64	-	-	47	111	Mura
Autássú <sup>2</sup>	0/3	-	-	44	42	86	18	28	46	132	-
Manacapuru/rio Solimões	1/0	-	-			-			-	103 <sup>3</sup>	Mura
Itá (no Purupuru)	1/0	12	-	24	25	49	16	14	30	79	Diretor: Manoel Joaquim Alves Maquiné
Sapucaia-Oroca/rio Madeira <sup>4</sup>	2/0	-	-	-	-	-	-	-	-	326	Mura e Munduruku
Uatunã <sup>5</sup>	2/1	-	1	113	93	206	67	63	130	336	Pariqui, Aroaqui e Moura
Tabatinga/rio Solimões <sup>6</sup>	0/8	41	-	-	-	-	-	-	-	419	Diretor: Frei Bernardo de Nossa Senhora de Nazareth Ferreira
Rio Juruá <sup>7</sup>	0/9	45		-	-	-	-	-	-	426	Maraua, Catauixi, Maraua, Kanamari e Araná

Fonte: Quadro montado pelo autor. Fonte: RPPAM, Relatório de 7 de setembro de 1858, Anexo M, [Relatório de João Wilkens de Mattos, Diretor Geral de Índios da Província do Amazonas, datado de 25 de agosto de 1858], p-9-11.

<sup>2</sup> Esta Diretoria compunha -se de três malocas: Autá -Miry, com 71 pessoas; Igapó-Assu com 40 pessoas e Tupana-Paraná com 21 pessoas . A população apresentada no Quadro acima corresponde à somatória destas três malocas. Fonte: RPP/AM, Relatório do presidente José Francisco Furtado, datado de 7 de setembro de 1858, Anexo M , [Relatório de João Wilkens de Mattos, Diretor Geral de Índios da Província do Amazonas, datado de 25 de agosto de 1858], p. 9.

<sup>3</sup> Deste total, 60 eram homens e 43 eram mulheres. Não foi especificada a população de adultos e crianças . Fonte: *Ibid.*, p. 9.

<sup>4</sup> Pertenciam a esta Diretoria os aldeamentos de: São Sebastião , há 14 léguas acima da Vila de Borba no rio Madeira, onde habitavam 277 índios Mura sendo 188 adultos e 89 menores e um outro aldeamento, ainda em formação, localizado na foz do rio Aripuanã, onde residiam 49 índios Mundurucu. Foi não especificada a população por sexo. Fonte: *Ibid.* p. 9-10.

<sup>5</sup> Esta Diretoria era composta por dois aldeamentos: Jatapu, fundado em 1819, por Manoel Antônio da Silva, índio principal dos Parintintin e habitado pelos Pariqui com população de 175 índios e, Sant' Anna, situada à margem esquerda do rio Uatunã, fundada por Chrispim Lobo de Macedo, com 91 índios, número que foi corrigido, pois, a fonte menciona um total de 71. Este aldeamento já havia sido mais numeroso, pois em 1834 , contava com uma população de 179 pessoas. Faz parte também dessa Diretoria a maloca Anibá pertencente aos índios Moura. Fonte: *Ibid.*, p. 10.

<sup>6</sup> A Diretoria de Tabatinga era formada pelos seguintes aldeamentos: Mistica do Forte, 40 Tikuna; Mariassu, 52 Tikuna; Araçatuba, 30 Mayoruna; Capacete, 61 Tikuna; Jauacica, 62 Tikuna; Jauari, 61 Tikuna; Outra do mesmo nome, 58 Tikuna e Surara, 53 Tikuna. Este aldeamento era visto como estratégico o pelo governo provincial para a formação de um aldeamento indígena na fronteira. Fonte: *Ibid.*, p. 10.

<sup>7</sup> A Diretoria de Índios do rio Juruá era formada pelas seguintes malocas e índios ainda “mui pouco batizados”: Meaerua, 80 Marauá; Andirá, 48 Catauixi; Beréo, 17 Marauá; Araçary, 39 Catauixi, Tucuna, 29 Catauixi; Bacaxi, 16 Marauá; Pupunha, 39 Kanamari; Parauá, 61 Arana; e Xué, 1 06 Arana. Fonte: *Ibid.* p. 11.